



rede social de
CAMINHA

Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Caminha



agosto 2024

Ficha Técnica

Título:

Diagnóstico Social do Concelho de Caminha 2024

Documento elaborado por:

Núcleo Executivo da Rede Social de Caminha

Colaboração:

Parceiros sociais que integram o CLAS de Caminha

Data de Publicação:

Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

27 de agosto de 2024

Edição, Propriedade e Reprodução:

Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Caminha

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS	6
ÍNDICE DE TABELAS	7
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	14
LISTA DE SIGLAS E ANACRÓNIOS	28
I. INTRODUÇÃO	32
II. SUMÁRIO EXECUTIVO	34
III. METODOLOGIA	48
Capítulo 1 Geografia e Demografia do Concelho	50
1.1. Enquadramento Geográfico do Concelho.....	51
1.2. Dinâmicas Demográficas do Concelho	53
1.2.1. População Residente e sua Caracterização	53
1.2.2. Índices: Envelhecimento, Dependência (Total, de Jovens e Idosos), Longevidade, Renovação da População em Idade Ativa e Sustentabilidade Potencial.....	69
1.2.3. Esperança de Vida, Fecundidade, Natalidade e Mortalidade.....	78
1.2.5. Migrações e População Estrangeira	92
1.2.5. Estruturas Familiares e sua Caracterização.....	100
1.2.6. População com Dificuldade(s) e sua Caracterização	107
1.3. Principais Desafios/Problemas Identificados.....	117
Capítulo 2 Educação, Formação e Empregabilidade	120
2.1. Educação.....	121
2.1.1. Estabelecimentos de Ensino	121
2.1.2. Ensino Pré-Escolar.....	125
2.1.3. Ensino Básico.....	131
2.1.4. Ensino Secundário.....	141
2.1.5. Ensino Superior.....	151
2.2. Recursos Humanos	154
2.3. Qualificação da População Residente.....	156
2.4. Formação Profissional de Ativos.....	161
2.5. Empregabilidade	170
2.6. Principais Desafios/Problemas Identificados.....	200
Capítulo 3 Atividade Económica, Sustentabilidade e Ambiente	204
3.1. Atividade Económica	205
3.1.1. Visão Geral.....	205
3.1.2. Turismo.....	224
3.2. Sustentabilidade e Ambiente	231
3.2.1. Água e Saneamento.....	235
3.2.2. Energia	247

3.2.3.	Resíduos.....	249
3.2.4.	Florestas	254
3.2.5.	Programas, Iniciativas e Galardões.....	258
3.3.	Principais Desafios/Problemas Identificados.....	259
Capítulo 4	Ação Social e Inclusão.....	262
4.1.	Proteção Social.....	263
4.1.1.	Prestações Sociais	263
4.1.2.	Outras Medidas e Apoios Sociais	294
4.1.3.	Estatuto do Cuidador	301
4.2.	Equipamentos e Respostas Sociais.....	307
4.2.1.	Infância e Juventude	314
4.2.1.1	Creche e Educação Pré-Escolar	315
4.2.1.2	Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL).....	317
4.2.1.3.	Serviço de Ocupação de Tempos Livres (OTL)	318
4.2.1.4.	Outros Equipamentos e Respostas Sociais para a Infância e Juventude.....	319
4.2.1.5.	Equipamentos e Respostas Sociais para Crianças e Jovens Encerrados e Respostas Sociais em Falta	320
4.2.2.	Adultos e Idosos.....	321
4.2.2.1.	Centro de Dia (CD)	321
4.2.2.2.	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)	325
4.2.2.3.	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).....	329
4.2.2.4.	Equipamentos e Respostas Sociais para Idosos em Falta	335
4.2.3.	Família e Comunidade	336
4.2.3.1.	Cantina Social	336
4.2.3.2.	Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)	339
4.2.3.3.	Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (CAVVD)	340
4.2.3.4.	Equipamentos e Respostas Sociais destinadas à Família e Comunidade de âmbito Distrital e Respostas Sociais em falta no Concelho de Caminha	351
4.2.4.	População com Deficiência, Incapacidade e Perturbações Neurológicas.....	354
4.2.5.	População em Situação de Sem Abrigo	359
4.2.6.	Equipamentos e Respostas Sociais Inovadoras.....	360
4.2.7.	Outras Respostas, Serviços e Projetos de Promoção do Desenvolvimento e Proteção Social.....	360
4.2.7.1.	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Caminha	360
4.2.7.2.	Outros projetos/programas	378
4.3.	Principais Desafios/Problemas Identificados.....	380
Capítulo 5	Habituação e Mobilidade.....	385
5.1.	Habituação.....	386
5.1.1.	Caracterização do Parque Habitacional.....	386

5.1.2.	Preços do Mercado Habitacional	402
5.1.3.	Habitação Social e Acessível.....	412
5.1.4.	Condições de Habitabilidade	415
5.2.	Mobilidade.....	421
5.3.	Principais Desafios/Problemas Identificados.....	430
Capítulo 6 Saúde e Segurança		433
6.1.	Saúde	434
6.1.1	Caracterização da organização das ofertas, dos recursos na Saúde e utentes.....	437
6.1.2.	Estado de Saúde.....	455
6.1.3.	Comportamentos aditivos e dependências.....	477
6.1.4.	Um breve olhar sobre a Pandemia de COVID 19 e seu impacto na Saúde.....	498
6.1.5.	Outras Respostas/Apoios no domínio da Saúde	500
6.2.	Segurança	502
6.3.	Principais Desafios/Problemas Identificados.....	509
Bibliografia e Webgrafia.....		512
Anexos		516
Sessão de Trabalho Educação, Formação e Empregabilidade		516
Sessão de Trabalho Ação Social e Inclusão		519
Sessão de Trabalho Habitação e Mobilidade.....		523
Sessão de Trabalho Saúde e Segurança.....		524
Sessão de Trabalho Atividade Económica, Sustentabilidade e Ambiente.....		529
Glossário.....		531

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Município de Caminha.....	51
Figura 2 Freguesias do Município de Caminha	51
Figura 3 Taxa de mortalidade padronizada pela idade e proporção de inscritos com diagnóstico ativo	457
Figura 4 Ordenação dos principais fatores de risco de morte prematura (YLLs) e variação percentual, por fator, da taxa (por 100.000 habitantes) de YLLs, ambos os sexos, em Portugal, 2009 e 2019.....	470
Figura 5 Principais fatores de risco para a saúde, Portugal e União Europeia, 2019.....	471
Figura 6 Determinantes de saúde e doenças associadas	472
Figura 7 Ordenação das principais causas de carga de mortalidade, doença e incapacidade (DALYs) e variação percentual, por causa, da taxa (por 100.000 habitantes) de DALYs, ambos os sexos, em Portugal, 2009 e 2019	474
Figura 8 Proporção de inscritos por diagnóstico ativo na ULS Alto Minho, por sexo, em dezembro 2018 (ordem decrescente) (%).....	475
Figura 9 Evolução do número de casos de COVID-19 por 100 mil habitantes registado em Portugal, por região, entre 12-04-2020 e 05-05-2021	499

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Freguesias/União de Freguesias do concelho de Caminha	52
Tabela 2 Evolução da população residente no concelho de Caminha, por freguesia, no período intercensitário 2011-2021	55
Tabela 3 Distribuição da população residente no concelho de Caminha, por freguesia e por grandes grupos etários, 2011 - 2021	65
Tabela 4 Variação da população residente dos 25 aos 64 anos de idade, por freguesia do concelho de Caminha, 2011 - 2021	67
Tabela 5 Evolução dos índices de envelhecimento, dependência total, de jovens e de idosos, longevidade, potencialidade e renovação da população em idade ativa no concelho de Caminha, 2011-2023 (‰).....	70
Tabela 6 Evolução do índice de sustentabilidade potencial por localização, 2011-2023	76
Tabela 7 Evolução do número de nascidos vivos segundo a idade das mães residentes no concelho de Caminha, 2011 - 2023	81
Tabela 8 Evolução taxa de fecundidade geral por localização, 2011, 2021 e 2023 (‰)	83
Tabela 9 Evolução do número de agregados domésticos, por tipo, 2011 - 2021	100
Tabela 10 Proporção de agregados domésticos privados unipessoais constituídos por pessoas com 65 anos de idade ou mais residentes no concelho de Caminha, por freguesia, 2021 (%).....	104
Tabela 11 Alojamentos familiares clássicos de residência habitual do concelho de Caminha ocupados por idosos, por freguesia, 2021	105
Tabela 12 População com 15 ou mais anos de idade com dificuldades que refere “Não conseguir efetuar a ação”, por tipo de dificuldade, por nível de escolaridade completo, concelho de Caminha, 2021	113
Tabela 13 População residente com 15 ou mais anos de idade com dificuldades severas, por fonte de rendimento, concelho de Caminha, 2021	116
Tabela 14 Estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha, por nível de ensino, oferta educativa e natureza institucional no ano letivo de 2022/23	123
Tabela 15 Número de alunos matriculados no nível de Ensino Pré-escolar, no concelho de Caminha, por natureza do estabelecimento de ensino, por ano letivo, de 2011/12 a 2022/23	125
Tabela 16 Número de crianças inscritas no nível de Ensino Pré-escolar, no concelho de Caminha, por natureza do estabelecimento de ensino, por sexo, por ano letivo, de 2011/12 a 2022/23.....	126
Tabela 17 Taxa bruta de pré-escolarização, no concelho de Caminha, por ano letivo e por sexo, de 2011/12 a 2021/22 (%).....	128
Tabela 18 Evolução do número de crianças matriculadas no nível Pré-escolar, no concelho de Caminha, de nacionalidade estrangeira, 2016/2017 e 2022/23.....	130
Tabela 19 Evolução do número de alunos matriculados por ano de escolaridade do Ensino Básico, no concelho de Caminha, por ano letivo, de 2013/2014 a 2022/23	132
Tabela 20 Taxa bruta escolarização – Ensino Básico, no concelho de Caminha, por ano letivo de 2011/12 a 2021/22 (%)	133

Tabela 21 Evolução do número de alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico, no concelho de Caminha, 2016/17 - 2022/23	134
Tabela 22 Evolução do número de alunos matriculados por ano de escolaridade, Ensino Secundário, no Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, por ano letivo, de 2013/2014 a 2022/23.....	142
Tabela 23 Evolução do número de alunos matriculados por ano de escolaridade, Ensino Secundário, na ETAP – Escola Profissional, por ano letivo, de 2013/2014 a 2022/23.....	143
Tabela 24 Evolução do número total de alunos matriculados no Ensino Secundário no concelho de Caminha, por ano de escolaridade, por ano letivo, de 2013/2014 a 2022/23.....	144
Tabela 25 Evolução do número de alunos de nacionalidade estrangeira matriculados no Ensino Secundário, no concelho de Caminha, 2016/17 – 2022/23.....	146
Tabela 26 Totais gerais e de colocações na 1.ª Fase de Candidaturas ao Ensino Superior no ano letivo 2022/23.....	152
Tabela 27 Colocações por curso na 1.ª fase de Candidaturas ao Ensino Superior, dos alunos do concelho de Caminha, no ano letivo 2022/23 (15 mais frequentes).....	153
Tabela 28 Evolução do número de docentes e de formadores/as em exercício nos estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha, por sexo e nível de ensino, 2011/12 e 2021/22.....	154
Tabela 29 Número de docentes e de formadores/as em exercício nos estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha, por grupo etário 2021/22.....	155
Tabela 30 Evolução da taxa de analfabetismo da população residente no concelho de Caminha, por sexo, 2011-2021 (%).....	157
Tabela 31 Evolução da taxa de analfabetismo no concelho de Caminha e das respetivas unidades geográficas de referência, por sexo, 2011-2021 (%).....	157
Tabela 32 Evolução da taxa de analfabetismo no concelho de Caminha, por freguesia, 2011-2021 (%)	158
Tabela 33 Proporção da população com 15 ou mais anos de idade residente no concelho de Caminha, por nível de escolaridade, 2011-2021 (%).....	159
Tabela 34 Proporção da população residente com Ensino Superior completo no concelho de Caminha e das respetivas unidades geográficas de referência, por sexo, 2011-2021 (%)	160
Tabela 35 Proporção da população residente no concelho de Caminha com Ensino Superior completo, por freguesia, 2011-2021 (%)	161
Tabela 36 Evolução do número de inscritos/com frequência de Formações Modulares Certificadas promovidas pela COOPETAPE, 2011-2014 e 2018-2021	163
Tabela 37 Evolução do número de inscritos/com frequência de Formações Modulares Certificadas promovidas pela ETAP, nos polos de Caminha e de Vila Praia de Âncora, por sexo, 2011-2014 e 2018-2021	164
Tabela 38 Evolução do número de inscritos em Formações Modulares Certificadas promovidas pela ETAP, nos polos de Caminha e de Vila Praia de Âncora, por situação face ao emprego, 2011-2014 e 2018-2021	165

Tabela 39 Evolução do número de inscritos em Formações Modulares Certificadas promovidas pela ETAP, nos polos de Caminha e de Vila Praia de Âncora, por escolaridade, 2011-2014 e 2018-2021	165
Tabela 40 Evolução do número de certificados de Formações Modulares Certificadas promovidas pela ETAP, nos polos de Caminha e de Vila Praia de Âncora, 2011-2014 e 2018-2021	166
Tabela 41 Número de adultos inscritos no Processo de RVCC Escolar no Centro Qualifica COOPETAPE, por nível de qualificação, por sexo e situação face ao emprego, até 2021	166
Tabela 42 Número de adultos inscritos no Processo de RVCC Profissional no Centro Qualifica COOPETAPE, por nível de qualificação, por sexo e situação face ao emprego, até 2021	166
Tabela 43 Número de adultos Certificados no Processo de RVCC no Centro Qualifica COOPETAPE, por nível de qualificação escolar, até 2021	167
Tabela 44 Número de adultos Certificados no Processo de RVCC Profissional no Centro Qualifica COOPETAPE, até 2021	168
Tabela 45 Evolução da taxa de desemprego, por local de residência, total e por sexo, 2011-2021 (%)	190
Tabela 46 Taxa de desemprego nas freguesias do concelho de Caminha, por sexo, em 2021 (%).....	194
Tabela 47 Evolução do número total de empresas não financeiras sediadas no concelho de Caminha, por forma jurídica, 2011-2022.....	206
Tabela 48 Número de empresas não financeiras localizadas por município do Alto Minho, por dimensão, 2022	207
Tabela 49 Evolução do número de empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, por escalão de pessoal ao serviço, 2011-2022	207
Tabela 50 Densidade de empresas não financeira por localização, 2011-2022	208
Tabela 51 Evolução do número de nascimentos e de mortes de empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, total e por forma jurídica, 2011-2022.....	209
Tabela 52 Evolução do número de nascimentos e de mortes das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), 2011-2022	210
Tabela 53 Evolução do número total de empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, por tipo (Empresa Individual e Sociedade) e por atividade económica, 2011-2022.....	213
Tabela 54 Evolução do pessoal ao serviço das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, por atividade económica, 2011- 2022	215
Tabela 55 Volume de negócios das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), 2011-2022.....	217
Tabela 56 Valor Acrescentado Bruto das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), 2011-2022	220
Tabela 57 Comércio Internacional do concelho de Caminha, 2011-2022	223
Tabela 58 Evolução do número de estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Caminha, por tipo, 2011 - 2022.....	225

Tabela 59 Evolução da capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Caminha, por tipo, 2011-2022	225
Tabela 60 Água captada total e por origem do caudal do concelho de Caminha, 2011-2021	237
Tabela 61 Qualidade/% de análises das águas para consumo humano no concelho de Caminha por parâmetro de qualidade, 2011-2021	241
Tabela 62 Proporção de águas balneares costeiras e de transição do concelho de Caminha, por classe de qualidade, 2011-2022 (%).....	244
Tabela 63 Proporção de águas balneares interiores do concelho de Caminha por classe de qualidade, 2011-2022 (%).....	244
Tabela 64 Consumo de gás natural (em milhares de Nm ³) (valores provisórios a partir de 2018)	248
Tabela 65 Montante médio mensal lançado por titular de abono de família para crianças e jovens, no concelho de Caminha, 2019-2021	266
Tabela 66 Evolução do número de beneficiários com processamento do RSI residentes no concelho de Caminha, por grupo etário, 2013-2021	274
Tabela 67 Valor médio anual de prestações sociais do ISS, IP auferidas pelos residentes da sub-região do Alto Minho face à região Norte e ao país, 2021 (€)	288
Tabela 68 Número de pensionistas ativos residentes no concelho de Caminha, por regime, por tipo de pensão e por sexo, dezembro 2021	288
Tabela 69 Valor médio mensal das pensões de pensionistas residentes no concelho de Caminha, por regime, tipo de pensão e sexo, 2019-2021 (€)	290
Tabela 70 Evolução do valor médio anual das pensões de pensionistas residentes no concelho de Caminha, por regime, por tipo de pensão e por sexo, 2013-2021 (€)	290
Tabela 71 Evolução do número e dos montantes do subsídio de carácter eventual processados pela Equipa de Caminha do ISS, 2019-2021	295
Tabela 72 Evolução dos apoios atribuídos pelo Município de Caminha, 2019-2023	297
Tabela 73 Número de crianças com Ação Social Escolar do nível Pré-Escolar, por escalão, no ano letivo de 2021/2022.....	299
Tabela 74 Número de alunos com Ação Social Escolar no 1.º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, por escalão, no ano letivo de 2021/2022.....	299
Tabela 75 Número de alunos com Ação Social Escolar no 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino secundário do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, por escalão, no ano letivo de 2021/2022	300
Tabela 76 Respostas sociais recenseadas no concelho de Caminha, por entidade e população alvo, 2023	308
Tabela 77 Recursos humanos ao serviço nas IPSS do concelho de Caminha, por tipo de vínculo, julho de 2023	309
Tabela 78 Principais fragilidades do edificado onde funcionam as respostas sociais do concelho de Caminha, 2023	312

Tabela 79 Capacidade e número de utentes das Creches e Jardins de Infância da rede solidária do concelho de Caminha, 2023.....	316
Tabela 80 Evolução da Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada Creche e Creche Familiar, 2018-2023 (%).....	317
Tabela 81 Caracterização das vagas e número de utentes dos Centros de Dia (CD) do concelho de Caminha, 2023	321
Tabela 82 Caracterização dos utentes dos Centros de Dia (CD) do concelho de Caminha, 2023.....	323
Tabela 83 Taxa de utilização, de cobertura e de cobertura da cooperação standardizada da resposta social de Centro de Dia no concelho de Caminha, 2013-2023	324
Tabela 84 Caracterização das vagas e número de utentes das Estruturas Residenciais de Idosos do concelho de Caminha, 2023.....	325
Tabela 85 Caracterização dos utentes das Estruturas Residenciais para a Pessoas Idosas (ERPI) do concelho de Caminha, 2023.....	327
Tabela 86 Taxa de utilização, de cobertura e de cobertura da cooperação standardizada da resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas no concelho de Caminha, 2013-2023	328
Tabela 87 Caracterização das vagas e número de utentes com Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) do concelho de Caminha, 2023	330
Tabela 88 Caracterização dos utentes do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) do concelho de Caminha, 2023	332
Tabela 89 Taxa de utilização, de cobertura e de cobertura da cooperação standardizada da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário no concelho de Caminha, 2013-2023.....	333
Tabela 90 Número de refeições da Cantina Social do concelho de Caminha, 2023	337
Tabela 91 Respostas Sociais destinadas à família, capacidade total e número de utentes residentes no concelho de Caminha apoiados, 2022.....	352
Tabela 92 Respostas sociais especializadas para a população com deficiência, incapacidade e perturbações neurológicas, respetiva capacidade total de abrangência distrital e número de utentes residentes no concelho de Caminha, 2022	355
Tabela 93 Evolução do volume processual da CPCJ de Caminha, total e por tipo, de 2013 - 2022.....	362
Tabela 94 Número de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha, por sexo e escalão etário, 2017-2022.....	364
Tabela 95 Número de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha, por sexo, escalão etário e tipo de processo, 2022.....	365
Tabela 96 Número de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha, por nacionalidade, 2022	368
Tabela 97 Processos arquivados liminarmente, por motivo, 2017-2022.....	371
Tabela 98 Distribuição dos processos por subcategorias de perigo mais prevalentes nos diagnósticos efetuados pela CPCJ de Caminha, por escalão etário, 2022.....	374
Tabela 99 Evolução do parque habitacional dos municípios do Alto Minho, 2011-2021	387

Tabela 100 Evolução do número de edifícios concluídos no concelho de Caminha, por tipo de obra e destino da obra, 2011 e 2022.....	390
Tabela 101 Distribuição do número de edifícios do concelho de Caminha por tipo utilização, 2011-2021	392
Tabela 102 Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no concelho de Caminha, por forma de ocupação, 2011-2021	394
Tabela 103 Evolução do número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual do concelho de Caminha, por forma de ocupação, 2011-2021	399
Tabela 104 Número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por forma de ocupação, por freguesia, 2021	400
Tabela 105 Edifícios por localização e dimensão da reparação necessária, 2021	416
Tabela 106 Edifícios por localização e dimensão da reparação necessária, 2021	417
Tabela 107 Evolução do número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual no concelho de Caminha e tipo de aquecimento utilizado com maior frequência, 2011-2021	420
Tabela 108 Proporção de população residente empregada ou estudante por modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares, 2021 (%)	424
Tabela 109 Composição do Centro de Saúde de Caminha e respetivo número de utentes inscritos, maio de 2024	437
Tabela 110 Uteses inscritos nas Unidades Funcionais do Centro de Saúde de Caminha, por grupo etário e sexo, maio de 2024	438
Tabela 111 Número de profissionais afetos às Unidades Funcionais que compõe o Centro de Saúde de Caminha, por categoria, 2022	442
Tabela 112 Tipologias da RNCCI do Alto Minho e capacidade instalada, 2024.....	448
Tabela 113 Distribuição do número de óbito, por causa de morte e por grupo etário, no concelho de Caminha, 2022.....	461
Tabela 114 Proporção de inscritos com registo de diagnóstico ativo nos CSP, por principais determinantes da saúde, dezembro de 2018 (%).....	473
Tabela 115 Evolução do número de utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com residência no concelho de Caminha, por principal substância, 2019-2023.....	486
Tabela 116 Distribuição do número de utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com residência no concelho de Caminha, por ano civil, por fonte de referência, 2019-2023	490
Tabela 117 Evolução do número de processos acompanhados pela Equipa de Rua no concelho de Caminha, 2017-2023.....	496
Tabela 118 Evolução dos beneficiários do Programa Abem, 2020-2023.....	501
Tabela 119 Evolução do número de efetivos da GNR no concelho de Caminha, por ano civil, 2019-2021	502
Tabela 120 Distribuição do número de crimes praticados no concelho de Caminha, por faixa etária do praticante, 2019-2021.....	505

Tabela 121 Distribuição do número de crimes praticados no concelho de Caminha, por sexo do praticante, 2019-2021	506
Tabela 122 Evolução do número de autos de contraordenação por condução sob influência do álcool registados no concelho de Caminha, 2019-2022	507
Tabela 123 Número de atropelamentos e mortes nas estradas, 2011-2023	508

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução da população residente no concelho de Caminha, total e por sexo, 2011 -2023.....	54
Gráfico 2 Evolução da densidade populacional do concelho de Caminha, 2011-2022 (hab./km ²)	56
Gráfico 3 Evolução da densidade populacional por freguesia do concelho de Caminha, 2011-2021 (hab./km ²).....	57
Gráfico 4 Evolução da proporção da população residente no concelho de Caminha, por grandes grupos etários, 2011-2023 (%)	59
Gráfico 5 Evolução da população residente o concelho de Caminha, por grupo etário, 2021-2023	60
Gráfico 6 Evolução da distribuição da população idosa residente no concelho de Caminha, por grupos etários, 2011-2023.....	61
Gráfico 7 Proporção da população residente no concelho de Caminha, por grupos etários, 2011-2023 (%)	62
Gráfico 8 População residente no concelho de Caminha por grupo etário e sexo, 2021	63
Gráfico 9 População residente no concelho de Caminha, por grupo etário e sexo, 2023.....	64
Gráfico 10 Proporção da população jovem residente, por freguesia do concelho de Caminha, 2021 (%)	66
Gráfico 11 Evolução da população idosa residente, por freguesia do concelho de Caminha, 2011 -2021	68
Gráfico 12 Proporção da população idosa residente, por freguesia do concelho de Caminha, 2021 (%)	69
Gráfico 13 Índice de envelhecimento, por freguesia do concelho de Caminha, 2021 (‰)	71
Gráfico 14 Índice de envelhecimento, por localização, 2022 – 2023 (‰)	72
Gráfico 15 Evolução do índice de longevidade, por localização, 2011-2023 (%)	74
Gráfico 16 Índice de sustentabilidade potencial por freguesia do concelho de Caminha, 2021	77
Gráfico 17 Evolução da esperança de vida à nascença total, em Portugal, 2011-2023	78
Gráfico 18 Evolução da esperança de vida à nascença, em Portugal, por sexo, 2011-2023	79
Gráfico 19 Evolução do número de nados vivos de mães residentes no concelho de Caminha, 2011-2023	80
Gráfico 20 Evolução do número de nados vivos de mães residentes no concelho de Caminha, por ordem de nascimento, 2011-2023	81
Gráfico 21 Evolução da taxa de fecundidade geral no concelho de Caminha, 2011-2023 (‰)	83
Gráfico 22 Taxa de fecundidade geral nos concelhos de Alto Minho, 2023 (‰).....	84
Gráfico 23 Evolução do índice sintético de fecundidade, no concelho de Caminha, 2011-2023.....	84
Gráfico 24 Índice sintético de fecundidade por localização, 2023.....	85
Gráfico 25 Índice sintético de fecundidade nos concelhos do Alto Minho, 2023	85
Gráfico 26 Evolução taxa bruta de natalidade e de mortalidade do concelho de Caminha, 2011-2023 (‰).....	86

Gráfico 27 Evolução do números de óbitos e número de nados-vivos no concelho de Caminha, 2011-2023	87
Gráfico 28 Evolução da proporção de óbitos por grupo etário no concelho de Caminha, 2011-2023....	87
Gráfico 29 Distribuição do número de óbitos por grupo etário e por sexo no concelho de Caminha, 2023	88
Gráfico 30 Evolução da taxa de crescimento natural no concelho de Caminha, 2011-2023 (%).....	89
Gráfico 31 Evolução da taxa de crescimento efetivo no concelho de Caminha, 2011-2023 (%).....	89
Gráfico 32 Evolução dos saldos natural e migratório, no concelho de Caminha, de 2011 a 2023.....	90
Gráfico 33 Saldo migratório dos concelhos do Alto Minho, 2023.....	91
Gráfico 34 Evolução taxa de crescimento migratório no concelho de Caminha, de 2011 a 2023 (%)	91
Gráfico 35 Taxa de crescimento migratório, 2023 (%).....	92
Gráfico 36 Evolução da população estrangeira residente no concelho de Caminha, 2011-2023.....	93
Gráfico 37 População estrangeira residente no concelho de Caminha, por grupo etário, 2023.....	94
Gráfico 38 População estrangeira a residir legalmente no concelho de Caminha, por continente de origem, 2023	95
Gráfico 39 População estrangeira legalmente residente no concelho de Caminha, por país de origem (Continente Americano), 2023.....	95
Gráfico 40 População estrangeira legalmente residente no concelho de Caminha, por país de origem (Continente Europeu), 2023	96
Gráfico 41 População estrangeira legalmente residente no concelho de Caminha, por país de origem (Continente Africano), 2023	96
Gráfico 42 População estrangeira legalmente residente no concelho de Caminha, por país de origem (Continente Asiático), 2023.....	97
Gráfico 43 Distribuição da população estrangeira legalmente residente no concelho de Caminha pelas 10 nacionalidades mais representadas, 2023	97
Gráfico 44 Evolução do número de agregados domésticos (institucionais e privados) residentes no concelho de Caminha, 2011-2021	100
Gráfico 45 Proporção dos agregados domésticos unipessoais residentes no concelho de Caminha, por freguesia, 2021	101
Gráfico 46 Evolução do número de agregados domésticos privados residentes no concelho de Caminha, por dimensão, 2011-2021	102
Gráfico 47 Distribuição do número de agregados domésticos privados residentes no concelho de Caminha, por dimensão, 2021	102
Gráfico 48 População residente com pelo menos uma dificuldade, por tipologia do agregado doméstico privado, concelho de Caminha, 2021	107
Gráfico 49 População residente com pelo menos uma dificuldade que integram agregados doméstico privado com apenas um núcleo, por tipo, concelho de Caminha, 2021	108

Gráfico 50 Evolução da população com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade que refere “ter muita dificuldade” ou “não conseguir efetuar a ação”, por tipo de dificuldade, concelho de Caminha, 2011-2021	109
Gráfico 51 População com 5 ou mais anos de idade com dificuldades, por tipo de dificuldade com um grau de comprometimento severo, concelho de Caminha, 2021	110
Gráfico 52 População residente com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, por sexo e grupo etário, concelho de Caminha, 2021	111
Gráfico 53 População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades, por tipo de dificuldade, concelho de Caminha, 2021	112
Gráfico 54 Proporção de população residente com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, por tipo de incapacidade e grau de dificuldade, concelho de Caminha, 2021 (%)	113
Gráfico 55 População residente dos 15 aos 64 anos de idade que referiu “Tem muita dificuldade” e “Não consegue efetuar a ação”, por condição perante o trabalho, concelho de Caminha, 2021	114
Gráfico 56 Distribuição da população com pelo menos uma dificuldade que referiu “Tem muita dificuldade” e “Não consegue efetuar a ação”, com idade entre os 25 aos 64 anos de idade, por condição perante o trabalho, concelho de Caminha, 2021	115
Gráfico 57 Estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha, por natureza institucional (Público e Privado) no ano letivo 2022/23	122
Gráfico 58 Proporção de estabelecimentos públicos e privados do Ensino Pré-Escolar no concelho de Caminha dependentes do Estado, 2011/12 a 2021/22 (%).....	124
Gráfico 59 Variação da taxa bruta de pré-escolarização no concelho de Caminha, por ano letivo, 2011/12 a 2021/22 (%)	127
Gráfico 60 Taxa bruta de pré-escolarização, por localização, 2021/22 (%).....	128
Gráfico 61 Distribuição do número de crianças inscritas no nível de ensino Pré-escolar no concelho de Caminha, por idade, no ano letivo de 2022/23.....	129
Gráfico 62 Evolução da taxa de retenção no 1.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, de 2010/11 a 2021/22 (%).....	135
Gráfico 63 Evolução da taxa de retenção no 1.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, por sexo de 2010/11 a 2021/22 (%)	136
Gráfico 64 Evolução da taxa de retenção no 2.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, de 2010/11 a 2021/22 (%).....	136
Gráfico 65 Evolução da taxa de retenção no 2.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, por sexo, de 2010/11 a 2021/22 (%)	137
Gráfico 66 Evolução da taxa de retenção no 3.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, de 2010/11 a 2021/22 (%).....	138
Gráfico 67 Evolução da taxa de retenção no 3.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, por sexo, de 2010/11 a 2021/22 (%)	139

Gráfico 68 Evolução comparativa da taxa de retenção nos vários Ciclos Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, de 2010/11 a 2021/22 (%)	140
Gráfico 69 Taxa de transição/conclusão no ensino básico, no concelho de Caminha, anos letivos de 2011/12 a 2021/22 (%).....	140
Gráfico 70 Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário, no AECC, ano letivo de 2013/2014 a 2022/23	142
Gráfico 71 Evolução da taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário para jovens no concelho de Caminha, 2011-2021 (%).....	144
Gráfico 72 Evolução da taxa de retenção no Ensino Secundário no concelho de Caminha, por oferta de educação e formação, 2010/11 a 2021/22 (%).....	147
Gráfico 73 Evolução da taxa de retenção no Ensino Secundário, por sexo, nos Cursos Científico-Humanísticos, no concelho de Caminha, 2010/11 a 2021/22 (%).....	148
Gráfico 74 Evolução da taxa de retenção no Ensino Secundário, por sexo, nos Cursos Profissionais, no concelho de Caminha, 2010/11 a 2021/22 (%)	149
Gráfico 75 Evolução da taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário no concelho de Caminha, por oferta de educação e formação, 2010/11 - 2021/22 (%)	149
Gráfico 76 Taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário no concelho de Caminha, 2010/11-2021/22 (%).....	150
Gráfico 77 Taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário, por sexo, no concelho de Caminha, 2010/11- 2021/22 (%).....	151
Gráfico 78 Colocações dos alunos do concelho de Caminha na 1.ª fase de candidaturas ao Ensino Superior, por opção, ano letivo 2022/23 (%).....	152
Gráfico 79 Proporção do pessoal docente do concelho de Caminha, por grupo etário, ano letivo 2012/13 e 2021/22 (%).....	155
Gráfico 80 Evolução do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha (AECC), 2013/14 a 2022/23	156
Gráfico 81 Evolução da taxa de atividade do concelho de Caminha, total e por sexo, 2011-2021 (%)	171
Gráfico 82 Evolução da taxa de emprego nos concelhos da sub-região do Alto Minho, 2011-2021 (%)	172
Gráfico 83 Evolução da taxa de emprego no concelho de Caminha, total e por sexo, 2011-2021 (8%)	173
Gráfico 84 Evolução da taxa de emprego, por freguesia, 2011-2021 (%).....	174
Gráfico 85 Taxa de emprego, por freguesia, por sexo, 2021 (%).....	175
Gráfico 86 Evolução da população empregada no concelho de Caminha, total e por sexo, 2011-2021	175
Gráfico 87 População empregada no concelho de Caminha, por grupo etário, 2021	176

Gráfico 88 Evolução da população empregada no concelho de Caminha, por setor de atividade económica, 2011-2021	177
Gráfico 89 População empregada no concelho de Caminha, por setor de atividade económica segundo o sexo, 2021	178
Gráfico 90 Evolução da população empregada do concelho de Caminha, segundo a situação na profissão principal, 2011-2021	179
Gráfico 91 Proporção de trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato, 2011-2019 (%)....	180
Gráfico 92 Proporção de trabalhadores por conta de outrem por regime de duração do trabalho, do concelho de Caminha, 2011-2019 (%).....	180
Gráfico 93 Evolução da remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos concelhos do Alto Minho, 2011-2019 (€)	181
Gráfico 94 Evolução da remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem no concelho de Caminha, por sexo, 2011-2019 (€).....	182
Gráfico 95 Evolução do ganho médio mensal dos ativos empregados do concelho de Caminha em comparação com a região Norte e a sub-região do Alto Minho, 2011-2021 (€)	183
Gráfico 96 Ganho médio mensal dos ativos empregados do concelho de Caminha por nível de escolaridade, 2021 (€).....	184
Gráfico 97 Ganho médio mensal dos ativos empregados do concelho de Caminha por setor de atividade e por sexo, 2021 (€)	184
Gráfico 98 Ganho médio mensal dos ativos empregados do concelho de Caminha por profissão, 2021 (€)	185
Gráfico 99 Evolução da disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem no concelho de Caminha, 2011-2021 (%)	186
Gráfico 100 Disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem entre sexos nos concelhos da sub-região do Alto Minho, 2021 (%).....	187
Gráfico 101 Evolução da população desempregada do concelho de Caminha, por sexo, 2011-2021	188
Gráfico 102 Evolução da população desempregada do concelho de Caminha, por nível de escolaridade, 2011-2021	188
Gráfico 103 Evolução da taxa de desemprego, nos concelhos do Alto Minho, 2011-2021 (%).....	189
Gráfico 104 Taxa de desemprego da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos nos concelhos do Alto Minho, 2021 (%)	191
Gráfico 105 Taxa de desemprego no concelho de Caminha, segundo o grupo etário, 2021 (%).....	192
Gráfico 106 Evolução da taxa de desemprego nas freguesias do concelho de Caminha, 2011 – 2021 (%)	193
Gráfico 107 Evolução dos desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP, 2011-2023 (média anual)	195
Gráfico 108 Evolução do número médio anual dos desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP, por sexo, 2011-2023.....	195

Gráfico 109 Evolução dos desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP, segundo o grupo etário, 2011-2023 (média anual).....	196
Gráfico 110 Evolução dos desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP, segundo o nível de escolaridade, 2011-2023 (média anual).....	197
Gráfico 111 Evolução do número de desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP (média anual), segundo o tempo de inscrição, 2011-2023	198
Gráfico 112 Evolução do número de desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP (média anual), segundo o tipo de desemprego, 2011-2023.....	199
Gráfico 113 Evolução da taxa de natalidade e de mortalidade das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, 2011-2022 (%)	211
Gráfico 114 Taxa de sobrevivência das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha nascidas 1 ano antes e 2 anos antes, 2011-2022 (%)	212
Gráfico 115 Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas não financeiras, no concelho de Caminha, 2011-2022 (%).....	218
Gráfico 116 Valor acrescentado bruto total das empresas não financeiras, no concelho de Caminha, 2011-2022 (em milhares de euros).....	219
Gráfico 117 Indicador de concentração do Valor Acrescentado Bruto (VAB) das quatro maiores empresas não financeiras por localização, 2022 (%).....	221
Gráfico 118 Evolução das exportações e importações de bens no concelho de Caminha, 2011-2022 ..	222
Gráfico 119 Evolução do número de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho de Caminha, 2011-2022	226
Gráfico 120 Evolução do número de dormidas nos alojamentos turísticos do concelho de Caminha, 2011-2022	227
Gráfico 121 Proporção de hóspedes estrangeiros em estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Caminha, 2011-2022 (%).....	228
Gráfico 122 Taxa Líquida de Ocupação - Cama nos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho de Caminha, 2011-2021 %).....	229
Gráfico 123 Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Caminha, 2011 a 2022	230
Gráfico 124 Proveitos totais nos alojamentos turísticos do concelho de Caminha, 2011-2021	230
Gráfico 125 Evolução da despesa total em ambiente dos municípios da sub-região do Alto Minho, 2011-2022 (Milhares de €)	233
Gráfico 126 Despesa total em ambiente dos municípios por 1000 habitantes face à média nacional, da região Norte e da sub-região do Alto Minho, 2011-2022 (€)	234
Gráfico 127 Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água no concelho de Caminha, 2012-2021 (%).....	236
Gráfico 128 Proporção da superfície das massas de água superficiais no concelho de Caminha por classificação do estado global, 2015-2021 (%).....	238

Gráfico 129 Volume de água distribuído pela rede pública no concelho de Caminha, 2011-2019	239
Gráfico 130 Volume de água distribuído pela rede pública no concelho de Caminha por habitante, 2011-2019	239
Gráfico 131 Percentagem de água controlada e de boa qualidade (água segura) para consumo humano no concelho de Caminha, 2011-2021 (%)	240
Gráfico 132 Proporção de alojamentos servidos por sistema de drenagem de águas residuais no concelho de Caminha, 2011-2021 (%).....	242
Gráfico 133 Águas residuais drenadas por habitante no concelho de Caminha, 2011-2021 (m ³)	243
Gráfico 134 Evolução do número de consumidores de energia elétrica no concelho de Caminha por tipo de consumo, 2011-2020	247
Gráfico 135 Proporção do consumo de energia elétrica no concelho de Caminha por setor de atividade económica, 2022 (%)	248
Gráfico 136 Consumo de gás natural por habitante (em Nm ³) (valores provisórios a partir de 2018)...	249
Gráfico 137 Evolução da produção de resíduos sólidos urbanos (RSU), no concelho, de 2018-2022, em toneladas	251
Gráfico 138 Evolução da recolha total de resíduos e por tipo, no concelho de Caminha, 2011-2021, em toneladas	251
Gráfico 139 Evolução dos resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), no concelho de Caminha, 2011-2021	252
Gráfico 140 Evolução dos resíduos urbanos, total e por tipo de operação de destino, no concelho de Caminha, 2011-2021	253
Gráfico 141 Evolução da recolha de Óleos Alimentares Usados (OAU), no concelho de Caminha, 2018-2022, em toneladas	253
Gráfico 142 Evolução anual da recolha de “monos e monstros”, no concelho de Caminha, 2018-2022, em toneladas	254
Gráfico 143 Evolução da superfície de floresta ardida no concelho de Caminha, 2011-2022 (hectares)	256
Gráfico 144 Superfície ardida no concelho de Caminha, por tipo de superfície, 2011 e 2022 (hectares)	256
Gráfico 145 Proporção de superfície ardida no concelho de Caminha (%)	257
Gráfico 146 Área ardida no concelho de Caminha, por tipo de área, 2021 (hectares)	257
Gráfico 147 Incêndios rurais (2011-2021)	258
Gráfico 148 Evolução do número de titulares do abono de família pré-natal, no concelho de Caminha, entre 2013-2021	264
Gráfico 149 Evolução do número de titulares de abono de família para crianças e jovens, no concelho de Caminha, 2013-2021	265
Gráfico 150 Evolução do número de titulares da bonificação por deficiência, no concelho de Caminha, 2013-2021	266

Gráfico 151 Evolução do montante médio mensal lançado por titular da bonificação por deficiência, no concelho de Caminha, 2019-2021 (€)	267
Gráfico 152 Número de beneficiários da licença parental inicial da Segurança Social no concelho, por sexo, 2021	268
Gráfico 153 Evolução do número de beneficiários da licença parental inicial da Segurança Social no concelho de Caminha, por sexo, 2014-2021	269
Gráfico 154 Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe da Segurança Social no concelho de Caminha, Portugal, Região Norte e Alto-Minho, 2011-2021	270
Gráfico 155 Evolução do número total de famílias e de beneficiários residentes no concelho de Caminha abrangidos pelo RSI, 2013-2021	271
Gráfico 156 Evolução do número de famílias residentes no concelho de Caminha com processos familiares de RSI ativos, por tipo de família, 2019-2021	272
Gráfico 157 Evolução do número total de beneficiários do RSI residentes no concelho de Caminha, por sexo, 2013-2021	273
Gráfico 158 Evolução do valor médio processado de RSI por pessoa (PP), 2013-2021(€)	275
Gráfico 159 Evolução do valor médio processado de RSI por pessoa (PP) e por agregado familiar (PAF), 2019-2021(€).....	275
Gráfico 160 Evolução do número de beneficiários com processamento RSI residentes no concelho de Caminha, com e sem rendimentos de trabalho, 2013-2021	277
Gráfico 161 Evolução da proporção de beneficiários com processamento RSI residentes no concelho de Caminha, com e sem rendimentos de trabalho, 2013-2021 (%)	278
Gráfico 162 Evolução do número total de beneficiários do Subsídio de Desemprego residentes no concelho de Caminha, por sexo e por ano, 2013-2021	279
Gráfico 163 Duração média, em dias, do subsídio de desemprego da Segurança Social, dos beneficiários residentes nos municípios da sub-região do Alto Minho, 2021	280
Gráfico 164 Duração média, em dias, do Subsídio de Desemprego dos beneficiários residentes no concelho de Caminha, por sexo, 2021	280
Gráfico 165 Valor médio anual do Subsídio de Desemprego dos beneficiários residentes no concelho de Caminha, por sexo, 2021 (€)	281
Gráfico 166 Evolução do número de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego Inicial residentes no concelho de Caminha, total e por sexo, 2013-2021	282
Gráfico 167 Evolução do número de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego Subsequente residentes no concelho de Caminha, total e por sexo, 2013-2021	283
Gráfico 168 Número de beneficiários de prestações de desemprego residentes no concelho de Caminha, por tipo de subsídio, 2021	283
Gráfico 169 Evolução do valor médio mensal processado de prestações de desemprego de beneficiários residentes no concelho de Caminha, por tipo de subsídio, 2013-2021	284

Gráfico 170 Evolução do número de beneficiários do Subsídio Mensal Vitalício residentes no concelho de Caminha, 2011-2017	285
Gráfico 171 Evolução do número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão residentes no concelho de Caminha, por sexo, 2019-2021	285
Gráfico 172 Evolução do número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão residentes no concelho de Caminha, por grupo etário, 2019-2021	286
Gráfico 173 Valor médio anual das pensões pagas pelo ISS, IP. aos beneficiários residentes nos municípios da sub-região do Alto Minho, 2021 (€).....	287
Gráfico 174 Valor médio anual das pensões pagas pela Segurança Social, aos beneficiários residentes nos concelhos da sub-região do Alto Minho, 2021 (€)	291
Gráfico 175 Evolução do número total de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos, no concelho de Caminha, 2013-2021	292
Gráfico 176 Evolução do número de beneficiários do Complemento por Dependência, no concelho de Caminha, por grau e por sexo, 2019-2021	293
Gráfico 177 Evolução do valor médio do Complemento por Dependência, no concelho de Caminha, por grau e por sexo, 2019-2021 (€).....	294
Gráfico 178 Evolução da capacidade instalada, vagas protocoladas e vagas ocupadas nas Creches do concelho de Caminha, 2013-2023	316
Gráfico 179 Evolução da capacidade instalada, vagas protocoladas e vagas ocupadas nos CD do concelho de Caminha, 2013-2023	322
Gráfico 180 Evolução da capacidade total instalada, das vagas protocoladas e das vagas ocupadas nas ERPI do concelho de Caminha, 2013-2023	326
Gráfico 182 Evolução da capacidade instalada, vagas protocoladas e vagas ocupadas nas SAD do concelho de Caminha, 2013-2023	331
Gráfico 183 Evolução do número total de sinalizações junto do CAVVD, entre 2016-2023.....	343
Gráfico 184 Evolução do número de sinalizações nos concelhos de intervenção do CAVVD, 2016-2023	344
Gráfico 185 Evolução do número de sinalizações ao CAVVD dos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, 2016-2023.....	345
Gráfico 186 Distribuição do número de sinalizações e acompanhamentos pelo CAVVD, 2021-2023	346
Gráfico 187 Distribuição das vítimas de violência doméstica acompanhadas no concelho de Caminha, por sexo, 2021-2023.....	347
Gráfico 188 Distribuição do número de vítimas de violência doméstica residentes no concelho de Caminha sinalizadas ao CAVVD, por freguesia, 2021-2023	347
Gráfico 189 Distribuição vítimas menores de idade sinalizadas ao CAVVD/RAP, 2021-2023	348
Gráfico 190 Distribuição do número de idosos/os vítimas de violência doméstica no concelho de Caminha, por escalões etários, 2021-2023.....	349

Gráfico 191 Distribuição do número de vítimas de violência doméstica com 65 anos de idade ou mais no concelho de Caminha, por freguesia, 2021-2023	350
Gráfico 192 Evolução do volume de processos da CPCJ de Caminha, por tipo, de 2013 - 2022	363
Gráfico 193 Evolução da taxa de resolução de processos da CPCJ de Caminha, de 2013 - 2022.....	364
Gráfico 194 Evolução do número total de processos da CPCJ de Caminha, por grupo etário, 2017-2022	367
Gráfico 195 Evolução da proporção de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha de nacionalidade portuguesa, 2017-2022 (%).....	368
Gráfico 196 Evolução da proporção de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha sem caracterização quanto à nacionalidade, 2017-2022 (%).....	369
Gráfico 197 Evolução da proporção de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha de nacionalidade estrangeira, 2017-2022 (%).....	369
Gráfico 198 Distribuição das sinalizações rececionadas pela CPCJ de Caminha, por entidade sinalizadora, 2017-2022.....	370
Gráfico 199 Distribuição das sinalizações rececionadas pela CPCJ de Caminha, por entidade sinalizadora, 2022 (%).....	371
Gráfico 200 Distribuição das situações de perigo diagnosticadas pela CPCJ de Caminha, por categoria, 2017-2022.....	373
Gráfico 201 Situações de perigo de Negligência diagnosticadas pela CPCJ de Caminha, por subcategoria, 2021-2022.....	373
Gráfico 202 Situações de perigo de comportamentos de perigo na infância e juventude diagnosticadas pela CPCJ de Caminha, por subcategoria, 2021-2022.....	374
Gráfico 203 Evolução do volume processual da CPCJ de Caminha, segundo a natureza das medidas de promoção e proteção aplicadas, 2017-2023	376
Gráfico 204 Evolução da proporção de processos da CPCJ de Caminha, segundo a natureza das medidas de promoção e proteção aplicadas, 2017-2023 (%).....	376
Gráfico 205 Evolução da distribuição dos processos da CPCJ de Caminha com medidas de promoção e proteção aplicadas em meio natural de vida, segundo a medida específica, 2017-2023.....	377
Gráfico 206 Evolução do parque habitacional do concelho de Caminha, 2011 e 2021	387
Gráfico 207 Índice de envelhecimento dos edifícios, por localização geográfica, 2021	388
Gráfico 208 Índice de envelhecimento dos edifícios do concelho de Caminha, por freguesia, 2021	389
Gráfico 209 Evolução do número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, no concelho de Caminha, por tipologia, 2011-2022	391
Gráfico 210 Densidade de alojamentos por freguesia, 2021(nº de alojamentos /km2).....	393
Gráfico 211 Evolução da proporção dos alojamentos familiares clássicos no concelho de Caminha, por forma de ocupação, 2011-2021 (%).....	395
Gráfico 212 Distribuição do número de alojamento familiares clássicos de residência habitual, por freguesia do concelho de Caminha, 2021	396

Gráfico 213 Alojamentos familiares clássicos de residência secundária, por freguesia, 2021	396
Gráfico 214 Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal, por concelho, 2021 (%).....	397
Gráfico 215 Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal, por freguesia, 2021 (%)...	398
Gráfico 216 Número de alojamentos familiares clássicos vagos, por freguesia, 2021	398
Gráfico 217 Evolução do número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, 2017-2023	401
Gráfico 218 Alojamentos familiares clássicos do concelho de Caminha de residência habitual propriedade dos ocupantes por escalão de encargos financeiros devidos à aquisição, 2021	402
Gráfico 219 Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares, por localização geográfica, 2023 (€).....	403
Gráfico 220 Evolução do valor das vendas por m ² de alojamentos familiares, no concelho de Caminha, 2019-2023 (€)	404
Gráfico 221 Evolução do valor mediano de avaliação bancária dos alojamentos residenciais, por localização geográfica, 2011-2023 (€/m ²)	405
Gráfico 222 Evolução do valor mediano de avaliação bancária dos alojamentos residenciais no concelho de Caminha, por tipo de construção, 2011-2023 (€/m ²).....	406
Gráfico 223 Valor mediano de avaliação bancária dos alojamentos residenciais, por tipo de construção, 2023 (€/m ²)	407
Gráfico 224 Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por escalão do valor mensal da renda, 2021 (%).....	408
Gráfico 225 Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual do concelho de Caminha, segundo o escalão da renda, 2021 (%)	409
Gráfico 225 Evolução do valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, por localização geográfica, 2017-2023(€/m ²)	409
Gráfico 227 Evolução do valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, no concelho de Caminha, 2017-2023 (€)	410
Gráfico 228 Evolução do rácio entre os valores de arrendamento de habitação e rendimento, concelho de Caminha, 2017-2021 (%).....	411
Gráfico 229 Proporção de edifícios com necessidade de reparação, por localização geográfica, 2021 (%)	415
Gráfico 230 Proporção de edifícios com necessidade de reparação, por freguesia do concelho de Caminha, 2021 (%).....	417
Gráfico 231 Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no concelho de Caminha sub lotados e sobrelotados, 2001-2021	419
Gráfico 232 População, empregada e estudante, que entra habitualmente no município, do ano 2021 face a 2011 (dados dos Censos).....	422
Gráfico 233 População, empregada e estudante, que sai habitualmente no município, do ano 2021 face a 2011 (dados dos Censos).....	422

Gráfico 234 Evolução da proporção de população residente empregada ou estudante por modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares, concelho de Caminha, 2011- 2021 (%)	425
Gráfico 235 População por meio de transporte utilizado, segundo os Censos de 2021 face a 2011	426
Gráfico 236 Distribuição dos inscritos USF Foz do Minho, por grupo etário e sexo, maio de 2024	439
Gráfico 237 Distribuição dos inscritos USF Vale do Âncora, por grupo etário e sexo, maio de 2024.....	440
Gráfico 238 Distribuição dos inscritos UCC Caminha, por grupo etário e sexo, maio de 2024.....	441
Gráfico 239 Distribuição dos inscritos UCC Caminha, por freguesia de residência, maio de 2024.....	442
Gráfico 240 Evolução do número de enfermeiros por 1 000 habitantes no concelho de Caminha, 2011- 2022	443
Gráfico 241 Número de enfermeiros por 1 000 habitantes nos concelhos da sub-região do Alto-Minho, 2022	444
Gráfico 242 Evolução do número de médicos por 1 000 habitantes no concelho de Caminha, 2011-2022	445
Gráfico 243 Taxa quinquenal de óbitos de crianças (0-4 anos de idade) por mil nados vivos, 2021(‰)	456
Gráfico 244 Número de óbitos por causa de morte no concelho de Caminha, 2011-2022	458
Gráfico 245 Número de óbitos provocadas pelas 8 principais causas de morte no concelho de Caminha, por grandes grupos etários, 2022.....	462
Gráfico 246 Evolução da taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, 2011- 2022 (‰)	464
Gráfico 247 Evolução da taxa de mortalidade por tumores malignos, 2011- 2022 (‰).....	465
Gráfico 248 Evolução da taxa quinquenal de mortalidade por tumores malignos, no concelho de Caminha, 2015- 2021 (‰)	466
Gráfico 249 Evolução da taxa quinquenal de mortalidade por tumor maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões, padronizada por 100 mil habitantes no concelho de Caminha, 2015- 2021	466
Gráfico 250 Evolução do número de óbitos por doenças do aparelho respiratório, por 100 000 habitantes, no concelho de Caminha, 2011- 2021	467
Gráfico 251 Evolução da taxa quinquenal de mortalidade por diabetes mellitus, padronizada por 100 mil habitantes no concelho de Caminha, 2015-2021	468
Gráfico 252 Evolução da taxa quinquenal de mortalidade prematura (antes dos 75 anos de idade) padronizada por 100 mil habitantes no concelho de Caminha, 2015- 2021	469
Gráfico 253 Evolução do número de primeiras consultas no CRI de Viana do Castelo de utentes residentes no concelho de Caminha, por tipo de problemática, 2013-2018	478
Gráfico 254 Distribuição dos novos utentes residentes no concelho de Caminha, segundo o tipo de inscrição, 2019-2023.....	480
Gráfico 255 Distribuição dos utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com residência no concelho de Caminha, segundo o tipo de inscrição, 2019-2023.....	481

Gráfico 256 Evolução da proporção de utentes residentes no concelho de Caminha em consulta no CRI de Viana do Castelo, por freguesia, problema aditivo principal: PLA, 2013-2018.....	482
Gráfico 257 Evolução do número de utentes residentes no concelho de Caminha em tratamento ambulatorio no CRI de Viana do Castelo por Consumo de Substâncias Ilícitas (CSI), 2013-2018.....	483
Gráfico 258 Evolução da proporção de utentes residentes no concelho de Caminha em consulta no CRI de Viana do Castelo, por freguesia, problema aditivo principal: Consumo de Substâncias Ilícitas (CSI), 2013-2018	484
Gráfico 259 Distribuição dos utentes em consulta por consumo de outras substâncias psicoativas no CRI de Viana do Castelo com residência no concelho de Caminha, por grupo etário, 2019-2023	485
Gráfico 260 Evolução do número de utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com residência no concelho de Caminha, por principal substância (4 com maior prevalência) e por grupo etário, 2019-2023	487
Gráfico 261 Evolução da distribuição do número de utentes em consulta no CRI, com residência no concelho de Caminha, por situação face ao emprego, 2019-2023.....	488
Gráfico 262 Evolução da distribuição do número de utentes em consulta no CRI, com residência no concelho de Caminha, por situação face ao emprego, por grupo etário, 2019-2023.....	489
Gráfico 263 Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por género, 2021-2023	491
Gráfico 264 Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por grupo etário, 2021-2023	491
Gráfico 265 Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por nível de escolaridade, 2021-2023.....	492
Gráfico 266 Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por estado civil, 2021-2023.....	493
Gráfico 267 Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por situação face ao emprego, 2021-2023.....	493
Gráfico 268 Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT com residência no concelho de Caminha, por nacionalidade, 2021-2023	494
Gráfico 269 Evolução do número de processos acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por substância psicoativa do auto de ocorrência, 2021-2023.....	494
Gráfico 270 Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT com residência no concelho de Caminha, por perfil de risco, 2021-2023.....	495
Gráfico 271 Evolução do número de processos acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por autoridade remetente, 2021-2023	496
Gráfico 272 Evolução da taxa de criminalidade geral no concelho de Caminha, 2011-2022 (‰).....	503
Gráfico 273 Evolução do número de crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogo registados pelas autoridades policiais no concelho de Caminha, 2011-2023	503
Gráfico 274 Evolução da criminalidade geral no concelho de Caminha, 2013-2022	504

Gráfico 275 Evolução do número de crimes registados no concelho de Caminha, total e por tipo de crime, 2011-2023.....	505
Gráfico 276 Evolução do número de habitantes por Bombeiro, no concelho 2011-2022.....	508

LISTA DE SIGLAS E ANACRÓNIOS

ABAAE	Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação
ACAPO	Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
AECC	Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha
AEVC	Associação Empresarial de Viana do Castelo
AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo
AIVD	Atividades Instrumentais da Vida Diária
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
AP	Análise Preliminar
APCVC	Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo
APPACDM	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
ARS	Autoridade Regional de Saúde
AVD	Atividades da Vida Diária
BI-CSP	Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários
CAARPD	Centro de Atendimento Acompanhamento e Reabilitação de Pessoas com Deficiência
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAD	Comportamentos Aditivos e Dependências
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CAPS VIH/SIDA	Centro de Atendimento Psicossocial VIH/SIDA
CAT	Centro de Acolhimento Temporário
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CAVVD	Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica
CC	Centro de Convívio
CD	Centro de Dia
CDT	Comissão da Dissuasão da Toxicodependência
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CED	Centros de Educação e Desenvolvimento
CEF	Curso de Educação e Formação
CIIE	Centro de Investigação e Intervenção Educativas
CIM	Comunidade Intermunicipal
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
CNPDPJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CP	Curso Profissional
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CR1	Controlo de Rotina 1
CR2	Controlo de Rotina 2
CRI	Centro de Recursos Integradas
CSI	Complemento Solidário para Idosos
CSP	Cuidados de Saúde Primários
DGEEC	Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGPJ	Direção Geral da Política de Justiça

DGS	Direção Geral da Saúde
DICAD	Direção de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências
DS	Diagnóstico Social
EAM 2030	Estratégia Alto Minho 2030
EB	Ensino Básica
EBS	Escola Básica e Secundária
ECCI	Equipa de Cuidados Continuados Integrados
ECL	Equipa Coordenadora Local
ECI	Estatuto do Cuidador Informal
EFA	Educação e Formação para Adultos
ELH	Estratégia Local da Habitação
ELI	Equipa Local de Intervenção
ENCP	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030
ENDC	Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças
ENEAS	Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável
ENEC	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
ENICC	Estratégia Nacional para a Integração de Comunidades Ciganas
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação
ENIPSSA	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
EPVA	Equipa de Prevenção da Violência no Adulto
ERPI	Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ES	Ensino Secundário
ETAP	Escola Tecnológica, Artística e Profissional
FMC	Formação Modular Certificada
GAF	Gabinete de Atendimento à Família
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
GIP	Gabinete de Inserção Profissional
GNR	Guarda Nacional Republicana
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ICPC	Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários
IDS	Instituto para o Desenvolvimento Social
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGF	Instituto de Gestão Financeira
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Instituto Público
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS, IP	Instituto da Segurança Social, I.P.
JI	Jardim de Infância
LNES	Linha Nacional de Emergência Social
MAL	Curso de Mecânico de Automóveis Ligeiros (curso CEF - nível II)
MCSP	Missão para os Cuidados de Saúde Primários
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NAVVD	Núcleo de Atendimento de Vítimas de Violência Doméstica

NEE	Necessidades Educativas Especiais
NGPH	Nova Geração de Políticas de Habitação
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
OTL	Ocupação de Tempos Livres
PAEAS	Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDM	Plano Diretor Municipal
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
Pe	Valor preliminar
PIIP	Plano Individual da Intervenção Precoce
PMAC	Plano Municipal de Ação Climática
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMIND	Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Caminha
PNAI	Plano Nacional de Ação para a Inclusão
PNI	Plano Nacional para a Igualdade
PNRCAD	Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências
PNSM	Plano Nacional para a Saúde Mental
POISE	Programa Operacional para a Inclusão Social e o Emprego
p.p.	Ponto(s) percentual(ais)
Pro	Valor provisório
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSI	Prestação Social para a Inclusão
RA	Residência Autónoma
RAP	Respostas de Apoio Psicológico
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RLIS	Rede Local de Intervenção Social
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RNCCISM	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental
RRMD	Redução de Riscos e Minimização de Danos
RSI	Rendimento Social de Inserção
Rv	Valor revisto
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SCM	Santa Casa da Misericórdia
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SNIPI	Sistema Nacional de Intervenção Precoce
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
SNS	Serviço Nacional de Saúde
TCP	Técnico de Cozinha/Pastelaria (Curso Profissional - nível IV)

TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TMA	Técnico de Mecatrónica Automóvel (Curso Profissional - nível IV)
TRB	Técnico de Restaurante/Bar (Curso Profissional - nível IV)
TREC	Técnico de Receção (Curso Profissional - nível IV)
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
UCSP	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
ULDM	Unidade de Longa Duração e Manutenção
ULSAM	Unidade Local de Saúde do Alto Minho
UMDR	Unidade de Média Duração e Reabilitação
USAG	Unidade de Serviços e Apoio Geral
USF	Unidade de Saúde Familiar
USF VA	Unidade de Saúde Familiar Vale do Âncora
VVD	Vítimas de Violência Doméstica
VIH	Vírus da Imunodeficiência Adquirida
VPA	Vila Praia de Âncora

I. INTRODUÇÃO

Com a aprovação da integração da Rede Social de Caminha, em 2004, no Programa Rede Social, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de novembro, a consequente constituição do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Caminha e a adesão livre dos vários parceiros sociais (entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, organizações representativas do sector económico, entre outras), foi assumido pelos mesmos o desafio de, tendo por base o desenvolvimento e a consolidação de uma consciência coletiva dos problemas sociais concelhios, congregar e articular esforços para a ativação/otimização das respostas e dos recursos existentes, com vista à promoção do desenvolvimento social integrado do território, à prevenção e ao combate da pobreza e da exclusão social.

A operacionalização destes objetivos tem-se alicerçado no desenvolvimento de um trabalho conjunto de (re)conhecimento da realidade concelhia e de planificação estratégica da intervenção social.

O carácter dinâmico que caracteriza a realidade social faz com que seja necessário proceder, de forma regular, à atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Caminha (DS), para garantir o conhecimento sistemático, articulado e multidimensional da mesma, a avaliação do impacto no território das políticas e as medidas sociais de combate à pobreza e à exclusão social e tornar possível o ajustamento das ações a desenvolver às necessidades reais da população.

Assim, e considerando o período significativo de tempo que decorreu desde a elaboração do Diagnóstico Social de 2013, no âmbito da intervenção/atuação da Rede Social de Caminha, impõe-se a necessidade de proceder à composição do Diagnóstico Social do Concelho de Caminha de 2024, com o objetivo de «(...) permitir uma compreensão da realidade social, que inclui a identificação das necessidades e a deteção dos problemas prioritários e respetivas causalidades, bem como dos recursos e das potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento» (IDS, 2001), pelo que se assume como o sustentáculo do trabalho de planeamento estratégico da intervenção social no território do concelho.

De base territorial, este documento estratégico assenta no princípio de que «(...) é no local que os problemas acontecem e nele deverão ser encontradas as soluções para os resolver, de forma integrada e ajustada às necessidades e aos problemas dos indivíduo e/ou famílias, envolvendo todas as entidades que atuam em determinada comunidade, não excluindo a possibilidade de requerer recursos exógenos» (IDS, 2001). Ao longo da elaboração do Diagnóstico Social, procurou-se promover o conhecimento da realidade concelhia com base numa visão de proximidade às populações e dos seus contextos de vivência.

O Diagnóstico Social do Concelho de Caminha de 2024 constitui uma atualização do documento equiparado de 2013, permitindo, deste modo, verificar as mudanças operadas na realidade social e económica do concelho de Caminha durante o período que medeia os dois documentos, reforçar o conhecimento das principais dinâmicas sociais locais, dos problemas existentes (sua magnitude e importância e respetivas causalidades), dos recursos e potencialidades concelhias, das reais oportunidades de desenvolvimento e dos eixos prioritários sobre os quais deve incidir a intervenção social.

II. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Diagnóstico Social do Concelho de Caminha, primeira fase do processo de planeamento de intervenção social de âmbito concelhio, pretende apresentar o mapeamento dos problemas e necessidades do território, da respetiva causalidade, da sua evolução ao longo do tempo e dos fatores condicionantes, assim como a sistematização dos recursos a envolver, dos meios de ação existentes e potenciais e dos constrangimentos. Deste modo, tornar-se-á possível a estruturação da intervenção a desenvolver, definindo prioridades, estratégias a implementar e ações concretas, elementos que serão vertidos no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho e nos diferentes Planos de Ação.

Foi com base nesta lógica que se elaborou o presente documento, partindo da recolha e da análise de um conjunto de dados referentes a diferentes dimensões de análise (território, população, educação, formação, emprego, proteção social, economia, sociedade, cultura, ambiente, entre outras) e respetivos indicadores. Para tal, recorreu-se à recolha de dados quantitativos e qualitativos junto de fontes oficiais [como por exemplo, o Instituto Nacional de Estatística (INE), a PORDATA, Guarda Nacional Republicana (GNR), Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), entre outros], e de entidades e instituições que integram a Rede Social de Caminha (instrumentos de planeamento, planos e relatórios referentes às várias áreas que integram o presente Diagnóstico Social). Esta informação foi cruzada e complementada com contributos e reflexões aportadas pelos diversos *stakeholders* locais e regionais, sensibilizados e mobilizados para a importância da participação ativa na realização deste documento.

Com o propósito de proceder à sistematização da informação resultante do processo de diagnóstico social, optou-se por dar ao presente documento uma organização por capítulos, cada um deles afeto a um determinado domínio temático, sem deixar de fazer sobressair as interações entre os vários fenómenos sociais.

Assim, consensualizou-se que a organização do Diagnóstico Social se estrutura em torno dos seguintes domínios temáticos:

1. Geografia e Demografia do Concelho;
2. Educação, Formação e Empregabilidade;
3. Atividade Económica, Sustentabilidade e Ambiente;
4. Ação Social e Inclusão;
5. Habitação e Mobilidade;
6. Saúde e Segurança.

Os dados e as informações relativas aos diferentes domínios temáticos sobreditos serão apresentados com maior detalhe nos capítulos que compõem o presente documento, sendo que se passa a apresentar uma síntese das principais conclusões.

No capítulo 1 e seus subcapítulos, “1.1. *Enquadramento Geográfico e Caracterização Demográfica do Concelho* e 1.2. *Dinâmicas Demográficas*”, é efetuada a análise de um conjunto de indicadores mais relevantes, com vista à caracterização geográfica e demográfica do concelho de Caminha, no período intercensitário de 2011-2021, sendo que, alguns deles dizem respeito aos anos de 2022 e 2023. No âmbito da análise efetuada, constatou-se que:

- O **padrão de povoamento** no concelho de Caminha caracteriza-se por uma tendência para maior concentração da população residente nas freguesias da faixa litoral, nomeadamente, em Vila Praia de Âncora, o que se traduz na tendência para o despovoamento e isolamento populacional das freguesias do interior (interioridade).
- A **evolução do número de residentes** no concelho de Caminha está marcada por uma tendência de decréscimo, entre 2011 (16 684) e 2021 (15 797), o qual foi transversal a todas as freguesias do concelho, com exceção da freguesia de Âncora. As estimativas populacionais do INE para o 2023 revelam que se vivenciou um aumento da população residente, passando a contar com 16 442 residentes (7 702 homens e 8 740 mulheres) respetivamente.
- A população residente está cada vez mais envelhecida, sendo que, em 2021, 29,5% da população residente tinha 65 ou mais anos de idade, e, em 2023, esse valor aumentou para 30,17%. Este envelhecimento vive-se, maioritariamente, no feminino. No ano de 2022, o **índice de envelhecimento** atingiu os 274,3% (274,3 idosos por cada 100 jovens), o que representa um aumento de 4,57 p.p. face a 2021 (269,73%) e 80,3 p.p. em relação a 2011 (194%), mantendo-se acima da média nacional (185,6%), da média da região Norte (191,6%) e da média da região do Alto Minho (259,2%). Em 2023, este indicador voltou a aumentar, situando-se nos 276,5%.
- O **índice de dependência de idosos** aumentou entre 2011 e 2023, passando dos 36,9% para os 51,2%, respetivamente, o que é demonstrativo do aumento do peso da população com 65 e mais anos de idade face à população ativa (dos 15 aos 64 anos de idade).
- O **índice de dependência de jovens**, revelador da relação entre a população jovem (dos 0 aos 14 anos de idade) e a população ativa, para o período intercensitário de 2011 a 2021, sofreu um decréscimo (19% e 18,37%, respetivamente). Em 2023, de acordo com as estimativas, voltou a decrescer (18,5%), situando-se em níveis inferiores aos registados em 2011.
- Entre 2011 e 2023, a evolução do **índice de dependência total** (54,8% e 69,7%, respetivamente) caracterizou-se por um aumento. O valor deste indicador registado no

concelho, em 2023, situou-se acima da média nacional (58,5%), da região Norte (55,8%) e da sub-região do Alto Minho (66,5%).

- A análise da evolução do **índice de longevidade** demonstra que, entre 2011 e 2021, este sofreu um aumento (dos 50,73% passou para os 51,19%). Em 2023, passou para os 51,3%. Deste modo, conclui-se que se intensificou a prevalência, no seio da população idosa residente no concelho de Caminha, dos idosos com 75 ou mais anos de idade.
- O **índice de renovação da população em idade ativa** era, em 2011, de 85,6%, tendo, em 2021, decrescido para 59,54% (65,35% para os homens e 54,57% para as mulheres), para voltar a aumentar nos anos seguintes (2022: 61,8% e 2023: 64,3%).
- O **índice de sustentabilidade potencial total agravou-se entre 2011 (2,71) e 2023 (2)**. Em 2023, residiam, no concelho de Caminha, 2 indivíduos em idade ativa por cada idoso.
- O aumento da população com dependência faz com que sobressaia a questão dos **cuidadores informais**, os quais enfrentam um conjunto amplo de necessidades, sendo que a que se evidencia com maior acuidade a **necessidade de beneficiar de apoio psicológico**.
- Entre 2011 e 2021, assistiu-se ao **crescimento da proporção de agregados domésticos privados unipessoais constituídos por pessoas de 65 ou mais anos de idade**, maioritariamente mulheres, no total de agregados domésticos residentes (59,40% das famílias unipessoais é constituída por indivíduos com 65 ou mais anos de idade).
- O **aumento do número de famílias monoparentais** (2011: 783; 2021: 872), na sua maioria, femininas (87,39%, 762).
- Desde 2015, regista-se um **aumento da população estrangeira residente no concelho de Caminha**. Em 2023, residiam no concelho de Caminha 1 086 cidadãos oriundos de uma **diversidade de países**. As dez nacionalidades estrangeiras numericamente mais representadas eram a brasileira (41,25%: 448 residentes), a espanhola (11,33%: 123 residentes), a francesa (4,97%: 54 residentes), a alemã (4,70%: 51 residentes), a britânica (3,96%: 43 residentes), a caboverdiana (3,78%: 41 residentes), a indonésia (3,78%: 41 residentes), a italiana (3,04%: 33 residentes), a estadounidense (2,49%: 27 residentes) e a indiana (2,21%: 24 residentes).
- No ano de 2021, cerca de **6 933 pessoas (2 912 homens e 4 021 mulheres) com 5 ou mais anos de idade residentes no concelho de Caminha afirmavam ter uma ou mais dificuldade/incapacidade**, sendo que a maior concentração aconteceu nas freguesias de Vila Praia de Âncora (2 000 residentes) e na UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho (1 044 residentes).
- **As dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) e as dificuldades de memória ou concentração foram as mais referidas como tendo muita dificuldade em executar e como não sendo possível de realizar pelo próprio**.

- **A fonte de rendimento mais referida pela população residente com 15 ou mais anos de idade com dificuldades severas foi a reforma/pensão (823)**, estando no extremo oposto o RSI (3), outras situações (4) e subsídio de desemprego.

A análise da evolução das tendências demográficas e do ritmo a que estas se processam permite concluir a necessidade de serem pensadas políticas e estratégias de adaptação que assegurem a sustentabilidade demográfica, social, ambiental e económica do território concelhio e o bem-estar da população residente.

Pela análise da informação constante no Capítulo 2, denominado “Educação, Formação e Empregabilidade”, depreende-se que:

- No ano letivo de 2022/23, estavam matriculadas no Ensino Pré-Escolar 411 crianças (Rede Pública: 275; Rede Privada: 136), mais 65 do que no ano letivo de 2011/12 (346 crianças, das quais 220 em estabelecimentos da rede pública e 126 na rede privada).
- A **taxa bruta de pré-escolarização** era, no ano letivo de 2021/22, de 112,3%, o que representou um aumento de 1,5 p.p. face ao ano letivo de 2011/12 (110,8%), situando-se acima do valor-meta estabelecida para o ano de 2030 no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Social (100%)¹.
- A **taxa bruta de escolarização no Ensino Básico (EB)**, no ano letivo de 2021/22, embora tenha decrescido face ao ano letivo de 2011/12 (111,9%), mantém-se acima dos 100% (valor meta para 2030), situando-se nos 103,2%.
- A **taxa de transição/conclusão no Ensino Básico** era, 2021/22, 98,8%, o que representa um decréscimo face ao ano letivo de 2020/21 (99,9%), contrariando a tendência de melhoria registada anteriormente.
- Entre os anos letivos de 2013/14 e 2022/23, assistiu-se a um **aumento na ordem dos 19% do número total de alunos matriculados no Ensino Secundário**, o que se fez sentir nomeadamente nos **Cursos Científico-Humanísticos**.
- A **taxa bruta de escolarização no Ensino Secundário (ES)** era, no ano letivo de 2020/21, de 96,5%.
- No ano letivo de 2021/22, **a taxa de retenção total situou-se nos 5,9%, valor superior ao registado nos dois anos letivos anteriores** (2019/20: 4,8%; 2020/21: 3,5%).
- A **taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário**, no concelho de Caminha, situou-se, no ano letivo de 2021/22, nos 94,1%, o que representou um decréscimo de 2,4 p.p. face ao ano

¹ ODS 4. Educação de qualidade | 4.2 Acesso igual ao Pré-escolar de qualidade.

letivo anterior (96,5%). Estes valores representam a alteração da tendência de crescimento que se vinha a registar desde o ano letivo de 2012/13 (80,6%).

- Em 2021, foram 65 os jovens e adultos **inscritos nas Formações Modulares Certificadas**, o que representa um aumento face a 2020 (61), mas bastante inferior ao registado em 2011 (144). Existe uma **maior adesão por parte das mulheres** às Formações Modulares Certificadas, as quais se encontravam, maioritariamente, integradas no mercado de trabalho. **A adesão a ofertas formativas por parte da população ativa residente está aquém do necessário para elevar o nível de escolaridade e de qualificação da mesma e, desta forma, aumentar a empregabilidade.**
- No Centro Qualifica da COOPETAPE², o **processo de RVCC escolar de Nível Secundário** foi aquele em que se verificou, até 2021, o **maior envolvimento/participação da população adulta** (187: 50,54%). A este seguiu-se o Processo de RVCC Escolar de nível B2 (2.º Ciclo EB), com um total de 92 adultos inscritos (24,86%), o Processo de RVCC Escolar de nível B3 (3.º Ciclo do EB), com 86 inscritos (23,24%). O Processo de RVCC Escolar de nível B1 (1.º Ciclo do EB) teve uma adesão residual (5 adultos: 1,35%).
- No que se refere ao número de **adultos certificados até 2021**, observou-se que o Nível Secundário foi o que conheceu o maior número de certificações (total ou parcial), situando-se nos 189 adultos (48,46%). Para o Nível B3, obtiveram a certificação (total ou parcial) 138 adultos (35,38%). O Nível B2 teve um total de 57 adultos certificados total ou parcialmente (14,62%). O Nível B1 (6 adultos: 1,54%). Assim sendo, conclui-se que à medida que se sobe no nível de escolaridade o número de adultos certificados (total ou parcial) aumenta.
- Até 2021, foram 284 os adultos integrados no Processo de RVCC Profissional, constituídos maioritariamente mulheres (201: 70,8%), sendo que todos conseguiram a certificação profissional (total ou profissional).
- O **perfil de escolaridade da população** residente no concelho de Caminha tem vindo a melhorar, sendo que entre 2011 e 2021, a proporção dos indivíduos com 15 ou mais anos de idade sem nenhuma escolaridade diminuiu em 5,3 p.p. (11,2% e 5,9%, respetivamente). Em 2021, 26,2% da população residente com 15 ou mais anos de idade era detentora do 1.º Ciclo do EB, pelo que, embora se mantenha como o nível de escolaridade mais comum, este perdeu relevo face a 2011 (29,9%). O 2.º Ciclo do EB, em 2021, era detido por cerca de 9,8% dos indivíduos com 15 ou mais anos de idade a residir no concelho de Caminha (2011: 12,4%). O 3.º Ciclo do EB era, em 2021, o nível de escolaridade de 17,2% dos munícipes com 15 ou mais anos de idade (2011: 18,9%). A proporção de indivíduos com 15 ou mais anos de idade a residir no concelho de Caminha detentores do Ensino Secundário passou dos 15,6% de 2011, para os 23%, em

² Apesar de entre 2011 e 2018 estar em funcionamento o Centro Qualifica ou equiparada da Ancorensis – Cooperativa de Ensino CRL, a falta de dados determina que aqui apenas contém os referentes ao Centro Qualifica da COOPETAPE.

2021. O Ensino Superior era, em 2021, o nível de ensino detido por 17,2% da população residente com 15 ou mais anos de idade, o que representa um aumento de 6,1 p.p. face a 2011 (11,1%).

- A **taxa de emprego, entre 2011 e 2021, aumentou 1,92 p.p.** (2011: 42,75%; 2021: 44,67%), mantendo-se abaixo das médias da sub-região (2011: 43,23%; 2021: 45,80%), da região Norte (2011: 47,95%; 2021: 49,15%) e do país (2011: 48,51%; 2021: 49,12%).
- Entre 2011 e 2021, assistiu-se ao **aumento da taxa de emprego entre a população ativa do sexo feminino** (2011: 36,76 %; 2021: 41,25%) e a uma quebra da taxa de emprego entre os homens em idade ativa (2011: 49,90%; 2021: 48,73%). Contudo, continua a ser entre os homens em idade ativa que se encontra a taxa de emprego mais elevada.
- A **taxa de desemprego** no concelho de Caminha, entre 2011 e 2021, decresceu em 6,3 p.p. (2011: 13,12%; 2021: 6,82). Contudo, o concelho de Caminha destaca-se como o segundo concelho com maior taxa de desemprego da sub-região do Alto-Minho.
- Em 2021 e 2022, a **população desempregada inscrita no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)** era constituída, maioritariamente, por indivíduos detentores do Ensino Secundário (30,31% e 38,38%, respetivamente), com idade igual ou superior aos 55 anos (2021: 30,93; 2022: 27,72%), à procura de novo emprego e inscritos há mais de um ano.

A informação que consta do capítulo 3, “Atividade Económica, Sustentabilidade e Ambiente”, evidencia que:

- O **tecido empresarial do concelho** era, em 2022, constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas (apenas 1 empresa empregava 250 ou mais trabalhadores), pelo que o impacto desse crescimento ao nível da empregabilidade se faz sentir com menor intensidade. O número de trabalhadores ao serviço das mesmas aumentou, passando dos 4 304, em 2011, para os 4 959, em 2022.
- Da análise do **tecido empresarial do concelho de Caminha de 2022**, destaca-se o **relevo assumido pelas empresas de “alojamento, restauração e similares”** (294 empresas, 1 098 pessoas ao serviço e 29 453 912€ de volume de negócios), **“comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”** (400 empresas, 963 pessoas ao serviço e 109 797 417€ de volume de negócios), **“construção”** (364 empresas, 674 pessoas ao serviço e 23 412 685€ de volume de negócio), **“agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”** (154 empresas, 390 pessoas ao serviço e 11 942 339€ de volume de negócio).
- Um **aumento do valor total das despesas do Município de Caminha com a proteção do ambiente por 1 000 habitantes**, entre 2011 (97 558€/1 000 habitantes) e 2022 (117 365€/1 000 habitantes).

- Em 2021, **98% dos alojamentos familiares clássicos do concelho de Caminha estavam servidos por sistemas públicos de abastecimento de água.**
- No ano de **2021, 99,46% da água para consumo humano foi classificada como água controlada e de boa qualidade para consumo humano**, o que supõe um incremento dessa percentagem em 4,75 p.p. face a 2011).
- **No período de 2011 a 2022, as águas balneares costeiras e de transição/estuarianas do concelho de Caminha**, em resultado da monitorização efetuada, de acordo com o calendário de amostragem definido e tendo por base os critérios legalmente estabelecidos, **obtiveram a classificação “Excelente”.**
- **Em 2021, 82% dos alojamentos familiares clássicos do concelho de Caminha estavam cobertos por serviços de drenagem de águas residuais.**

Pela análise da informação presente no **capítulo 4, “Ação Social e Inclusão”**, pode afirmar-se que, no período intercensitário, o concelho de Caminha, apresentou:

- Um **declínio, generalizado, do número de mulheres beneficiárias do abono de família pré-natal**, fruto do decréscimo do número de nascimentos que caracteriza a dinâmica demográfica.
- Uma **quebra do montante mensal lançado por titular de abono de família**, o que reflete, entre outros aspetos, as alterações legislativas ocorridas.
- **Entre 2013 e 2021**, a evolução do número de titulares da **bonificação do abono de família por deficiência fez-se de forma descontínua**, sendo que o maior número de titulares se registou em 2019 (222 beneficiários). Por seu turno, **foi o ano de 2021 aquele em que o número de titulares atingiu o seu valor mais reduzido (172 beneficiários).**
- **Entre 2011 e 2021**, ocorreram **ganhos ao nível da igualdade de género no que concerne ao gozo da licença parental inicial da Segurança Social**, já que apesar de as mulheres continuarem a representar a maior parcela de beneficiários, a verdade é que a proporção de homens aumentou.
- **Em 2021, verificou-se um aumento do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)**, situando-se nos 115 (+7 que no ano anterior), sendo evidente a **feminização dos beneficiários de RSI** (59% dos beneficiários eram mulheres). **Desde 2014 que se tem vindo a assistir a uma maior concentração dos beneficiários do RSI com processamento efetuado no grupo etário dos 55 e mais anos de idade**, representando, estes, em 2021, 43,26% do total de beneficiários. A **tipologia de agregado familiar mais representada entre os beneficiários de RSI**, em 2021, era **“Agregado unifamiliar/isolado” (71).**

- O valor médio processado desta prestação, por pessoa, era de 139,11€, valor significativamente inferior ao limiar de risco de pobreza³ (2021: 6 608€/ano, o que corresponde a 550,67€/mês; 2022: 7 095€/ano, o que corresponde a 561,25€/mês).
- Entre 2019 e 2021, o número de beneficiários da Pensão de Invalidez decresceu (292 e 289, respetivamente), sendo que o número de pensionistas do sexo masculino excedeu o do sexo feminino, com um peso de 53,98% do total.
- Em 2021, o número de beneficiários do Subsídio de Desemprego era significativamente inferior ao registado em 2013 (461 e 736, respetivamente). De um modo geral, assiste-se a uma feminização dos beneficiários. Nesse ano, o valor médio mensal processado era de 533€, o qual é inferior ao limiar de pobreza (550,67€/mês). De referir que as mulheres recebiam uma prestação com valor inferior ao processado para os homens, o que resulta do facto de estas tenderem, em média, a beneficiar de salários mais baixos que os homens, para funções semelhantes.
- No período de 2013 a 2021, o número de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego Inicial decresceu, passando dos 41 indivíduos para os 15 indivíduos. O valor médio mensal processado era, em 2021, de 454€, situando-se abaixo do limiar de pobreza (550,67€/mês).
- No que concerne ao Subsídio Social Subsequente ao Subsídio de Desemprego, entre 2013 e 2021, comprova-se que o número de beneficiários decresceu, passando de 136 para 26 (-110 indivíduos). O valor médio mensal processado era, no ano de 2021, de 425€, valor este que se situava abaixo do limiar de pobreza (550,67€/mês).
- O número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão (PSI) residentes no concelho de Caminha, entre 2019 e 2021, aumentou (160 e 168, respetivamente), sendo que não se registam diferenças significativas na distribuição por sexo. Em 2021, o maior número de beneficiários da PSI, tinham idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos. O valor médio mensal processado com PSI era de 280€, significando um decréscimo face aos anos anteriores (2019: 288€; 2020: 284€).
- Entre 2013 e 2021, houve um aumento do valor médio mensal das pensões pagas pela Segurança Social. Em 2021, a Pensão de Invalidez era, em termos médios, de 356,68€. A Pensão de Velhice situava-se, no que aos valores médios se refere, nos 401,76€. O valor médio mensal processado por pensionista da Pensão de Sobrevivência era de 217,69€. Todas estas pensões apresentam valores inferiores ao limiar da pobreza, o que se assume como

³ Por limiar de risco de pobreza entende-se «Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.» (<https://www.ine.pt>).

grave, dado que, tendencialmente, a população mais velha tem de enfrentar um número crescente de despesas associadas aos cuidados de saúde e terapêuticas.

- No ano de 2021, eram **326 os residentes no concelho de Caminha que beneficiavam do Complemento Solidário para Idosos (CSI)**, o que significa uma quebra de 211 beneficiários face a 2011 (533 indivíduos). **Era no grupo etário dos 85 e mais anos de idade que se concentrava o maior número de beneficiários desta prestação social** (135 indivíduos: 116 mulheres e 19 homens). Em ambos os períodos, o **maior número de beneficiários é do sexo feminino**.
- Existem **9 equipamentos sociais/edifícios, nos quais são disponibilizadas respostas sociais destinadas às crianças, aos idosos, às famílias e à comunidade**. Este número representa uma quebra face a 2011, fruto do encerramento do Centro de Acolhimento Temporário (CAT) de Crianças e Jovens Benjamim, da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), bem como, do estabelecimento de Pré-Escolar da Fraternidade de Santo António).
- Assiste-se a uma **maior concentração dos equipamentos sociais nas freguesias situadas na faixa litoral do concelho de Caminha**, designadamente na freguesia de Seixas, União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho, União das Freguesias de Moledo e Cristelo e freguesia de Vila Praia de Âncora. Não obstante desta **litoralização dos equipamentos sociais, foi possível observar que os mesmos dispõem de uma área geográfica de intervenção que ultrapassa os limites da freguesia onde estão estabelecidas**.
- Auscultadas as entidades proprietárias dos equipamentos sociais constatou-se a **existência de necessidades prioritárias ao nível da promoção de obras/intervenção no edificado/instalações onde desenvolvem as respostas sociais**, permitindo que os mesmos respondam de forma mais eficaz ao perfil atual e futuro da população alvo e às exigências decorrentes de possíveis situações de pandemia, assim como para combater a pobreza energética e, simultaneamente, garantir a transição energética e o cumprimento às exigências da ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil). As entidades afirmaram **não dispor de capital próprio para executar as obras necessárias**, o que as coloca numa situação de dependência face ao financiamento público.
- **As entidades detentoras de equipamentos e respostas sociais avaliaram a sustentabilidade como um constrangimento a sua atuação**, em resultado da conjugação de um conjunto de fatores, de entre os quais se destacam a existência de custos fixos elevados (agravados do aumento dos preços das matérias-primas, da energia e dos serviços a contratar), os custos elevados associados ao cumprimento das exigências legais de funcionamento, a escassez/insuficiência de recursos financeiros próprios e a dependência das transferências do Estado, via acordos de cooperação.

- No que concerne à **resposta social de Creche, em 2023, a capacidade total instalada era de 222 vagas, sendo a taxa de ocupação de 95,50%** (212 crianças). As vagas por ocupar eram de carácter privado. Para a resposta social de **Jardim de Infância desenvolvida pelas IPSS e entidades legalmente equiparadas a capacidade total instalada era de 143 vagas (120 com acordo e 23 privadas). A taxa de ocupação se situava nos 90,21%**.
- No concelho de Caminha a **resposta social de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)** é assegurada pelo Centro Social e Paroquial de Moledo com uma capacidade para acolher 50 crianças (**alunos do 1.º Ciclo do EB**). Ficam a descoberto as crianças e jovens dos demais ciclos de estudo.
- A **capacidade instalada no concelho** ao nível da resposta social de **Centro de Dia** era, em **2023, de 125 vagas** (89 com acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, IP, e 36 privadas). **A taxa de ocupação das vagas com acordo era de 100% e das demais era significativamente inferior**, o que, de acordo com os parceiros sociais, espelha a **dificuldade vivenciada pelos idosos com baixos rendimentos e seus agregados familiares em conseguir suportar os custos. Este é um constrangimento ao acesso à resposta social.**
- No concelho de Caminha, **em 2023, a capacidade instalada para a resposta social de ERPI era de 177 vagas**, o que representa a perda de 7 vagas face às existentes em 2013, em resultado das necessidades de reestruturação face às características do edificado e às exigências legais. **A taxa de utilização/ocupação em ERPI era, em 2023, de 100%**, o que revela um aumento 3,13 p.p. por comparação ao ano de 2013. **A taxa de cobertura de ERPI era, em 2022, de 7,30%**, pelo que se observa a ocorrência de **uma quebra de 1,52 p.p.** **A taxa de cobertura de cooperação standardizada situava-se, em 2023, nos 129,8%, 19 p.p. inferior ao de 2017 (148,80%)**, o que revela a perda de vagas protocoladas nesta resposta social, contrariando as necessidades da população idosa residente.
- A **capacidade total instalada ao nível da resposta social de SAD** era, em 2023, **de 155 vagas** (124 protocoladas e 31 privadas), tendo-se assistido a um aumento de 10 vagas face a 2013. **A taxa de utilização/ocupação das vagas protocoladas era de 100%. A taxa de utilização/ocupação total do SAD era, à data da recolha dos dados, de 90,97%**, o que demonstra a ocorrência de um decréscimo de 7,65 p.p. deste indicador face ao ano de 2013. **A taxa de cobertura ao nível do SAD era, em 2022, de 3,52%, pelo que teve lugar um decréscimo de 0,08 p.p. face a 2013 (3,60%). A taxa de cobertura de cooperação standardizada, entre 2017 e 2023, decresceu em 6,1 p.p. (2017: 92,5%; 2023: 86,4%).**
- **Desfasamento entre o modelo atual de algumas respostas sociais, nomeadamente, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) face à diversidade de perfis de envelhecimento (atual e futuro) e, consequentemente, às**

necessidades dissemelhantes dos idosos, o que exige a reconversão e/ou criação de respostas sociais inovadoras.

- **A Taxa de Cobertura Total das respostas sociais para a população idosa existentes no concelho de Caminha revela que a capacidade das mesmas, no seu conjunto, para acorrer às necessidades da população idosa residente, era de apenas 9,83%. Assim sendo, em 2022, apenas 9,83% dos idosos estava coberto pela intervenção/apoio de uma das respostas sociais existentes, o que se assume como residual.**
- **Em termos gerais, tem-se assistido ao aumento do nível de dependência dos idosos integrados nas respostas sociais, o que exige o ajustamento das mesmas, dos seus serviços e das atividades disponibilizadas aos perfis de funcionalidade dos idosos e às suas expectativas.**
- **A resposta social **Cantina Social** é assegurada, no concelho de Caminha, por 3 IPSS (Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes, Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora e Santa Casa da Misericórdia de Caminha - Lar de Santa Rita), pelo que se conclui que a mesma se concentra nas duas vilas do concelho, deixando a descoberto a população do concelho que, embora reúna as condições de recurso para beneficiar da mesma, não dispõe de meios para se deslocar até às instalações do equipamento social para recolher as refeições.**
- **Inexistência de respostas sociais específicas para a população com deficiência ou incapacidade e com problemas de saúde mental, fazendo desta uma área prioritária de intervenção.**
- **O concelho de Caminha dispõe de uma resposta social de apoio às vítimas de violência doméstica, Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (CAVVD) do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora.**
- **O número de mulheres VVD acompanhadas pelo CAVVD era, em todos os anos, significativamente superior ao número de homens nessa situação, sendo, todavia, evidente a tendência para a contração do fosso entre ambas.**
- **No ano de 2023, eram 5 os idosos VVD referenciados/acompanhados (1 com 65-70 anos de idade; 2 com 75-80 anos de idade; 1 com 85-90 anos de idade e 1 com 90 anos de idade ou mais), o que representa um aumento face a 2022 (4 idosos), mantendo-se em valores inferiores aos de 2021 (8 idosos).**
- **O volume processual da CPCJ de Caminha, entre 2021/3 e 2022, aumentou. As principais categorias de perigo diagnosticadas, nos últimos 6 anos, foram a “Negligência” e “Violência Doméstica”.**
- **Forte investimento no “Apoio Junto dos Pais” por parte da CPCJ de Caminha aquando da aplicação de medidas de promoção e proteção.**

Como se constata pela leitura do capítulo 5, intitulado “Habitação e Mobilidade”:

- No concelho de Caminha, em 2021, existiam 14 378 alojamentos, mais 474 alojamentos do que em 2011.
- **As dinâmicas do mercado da habitação estão marcadas pelo aumento da taxa de esforço das famílias do concelho para fazer face ao pagamento das rendas das habitações, assim como das prestações do crédito habitação.**
- **O número de alojamentos arrendados aumentou em cerca de 33,1%, contudo, continua a ser manifestamente inferior às necessidades da população.**
- **A evolução do valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares registadas, entre 2017 e 2023, sofreu, em todos os territórios do Alto Minho, um aumento significativo.**
- O concelho de Caminha, em 2023, com um **valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares** de 4,74€/m², **ocupava o terceiro lugar dos que apresentavam valores mais elevados.** Assim, pode dizer-se que, nesse ano, o valor deste indicador registado no concelho de Caminha era inferior à média da sub-região do Alto Minho (5,32€/m²), da região Norte (6,25€/m²) e de Portugal (7,21€/m²).
- No ano de 2021, **os agregados domésticos com encargos financeiros com o pagamento de renda da habitação, em média, afetam a essa despesa 35,5% do rendimento disponível**, o que se assume como preocupante para as famílias em situação de fragilidade socioeconómica.
- **A habitação de cariz social é residual e a rotatividade dos inquilinos é praticamente inexistente, pelo que a mesma não responde às necessidades identificadas pelos serviços.**
- Apesar dos avanços registados ao nível do desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias, as **redes e sistemas de transporte existentes ficam aquém das necessidades da população (baixa cobertura das redes de transporte público), dificultando a movimentação das populações.** Esta realidade faz com que as **deslocações das pessoas se sustentem predominantemente no transporte automóvel (transporte individual), com as implicações negativas no quotidiano da população, em particular daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, bem como, no ambiente.**
- Os constrangimentos associados à **rede deficitária de transportes públicos traduzem-se como um problema central, dificultando e/ou impedindo o acesso equitativo aos serviços (saúde, educação e formação, emprego, ...), os quais se caracterizam pela centralização nas duas vilas do concelho, exigindo que sejam desenvolvidas ações inovadoras e específicas que garantam a estruturação de um sistema de acessibilidades e de transporte mais inclusivo.**

De acordo com os dados e informação apresentada no capítulo 6, “Saúde e Segurança”:

- O **Centro de Saúde de Caminha é constituído por 1 Unidade de Cuidados Continuados (UCC) e 2 Unidades de Saúde Familiar (USF), a USF Foz do Minho e a USF Vale do Âncora.**
- **91,37% dos utentes inscritos nas USF dispõem de médico de família** (USF Foz do Minho: 83,56%; USF Vale do Âncora: 100%).
- Analisando as unidades da **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**, verifica-se que, em **maio de 2024, a taxa de ocupação, a nível distrital, das Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR) era de 100% e a taxa de ocupação das Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM) era de 98,94%. No que concerne às Unidades de Convalescença, a taxa de ocupação era de 98,77%.** Em termos totais a taxa de ocupação era de **99,18%.** Atendendo às previsões de aumento da incidência de dependência e da perda de autonomia na população residente, torna-se necessário **investir no aumento da capacidade instalada.**
- No que se refere às **Equipas Domiciliárias**, existe no concelho, **a ECCI (Equipa de Cuidados Continuados Integrados) de Caminha**, a qual dispõe de uma **capacidade de acompanhamento de 20 utentes**, o que se revela **manifestamente insuficiente** se atendermos à área de abrangência geográfica (concelho) e ao crescente envelhecimento da população, bem como do aumento das doenças crónicas degenerativas.
- As **principais causas de morte no concelho de Caminha eram, em 2022, as doenças do aparelho circulatório (81 óbitos), os tumores malignos, outras doenças cardíacas, exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares (28 óbitos).**
- Os **principais problemas de saúde com diagnóstico ativo no concelho de Caminha eram: a hipertensão arterial, as alterações do metabolismo dos lípidos, a diabetes mellitus, a obesidade e as perturbações depressivas** (todas com maior proporção no sexo feminino com exceção da diabetes).
- O **consumo de álcool e tabaco assume níveis significativos entre a população residente no concelho de Caminha**, assumindo-se não só como problemas de saúde, mas também como determinantes de saúde que estão na origem de outras patologias.
- **Recursos humanos insuficientes nas equipas que trabalham a dimensão da motivação para o tratamento referente aos comportamentos aditivos.**
- Entre **2011 e 2021**, assistiu-se a um **decréscimo da taxa de criminalidade geral**, tendo passado dos 47,2 crimes por 1 000 habitantes para os 35,1 crimes por 1 000 habitantes. Porém, em **2022, este cenário alterou-se**, tendo-se registado um aumento deste indicador, o qual passou para os 41,3%.
- De acordo com os dados do INE, entre 2021 e 2023, pese embora apresente uma tendência decrescente, **a categoria de crime com maior taxa de criminalidade registada era a dos crimes**

contra o património (2011: 23,9‰, 2021: 18‰, 2022: 17,8‰ e 2023: 13,9‰), seguida dos **crimes contra a integridade física** (2011: 5,7‰, 2021: 5,6‰; 2022: 7,5‰ e 2023: 7,2‰).

No último ano, 2023, assistiu-se a um aumento dos crimes por condução sem habilitação legal (2,5‰, mais 1,5‰ do que em 2022) e dos crimes por furto de veículo e em veículo motorizado (2,7‰, mais 0,5‰ que em 2022).

- O número de crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos, entre 2011 e 2023 sofreu um aumento significativo (2011: 11 crimes; 2023: 51 crimes).

III. METODOLOGIA

Partindo do pressuposto de que o conhecimento não é estático e que o mesmo deve ser útil e servir a intervenção social, por forma a permitir a resolução dos problemas, a elaboração do Diagnóstico Social orientou-se de acordo com os princípios que caracterizam a metodologia de pesquisa-ação. O processo de elaboração do diagnóstico social teve como objetivo alcançar o conhecimento e a compreensão da realidade social do concelho capaz de gerar/estar ao serviço da formulação de estratégias de intervenção efetiva direcionadas à resolução dos problemas concretos do concelho e da sua população, nomeadamente a que se encontra em situação de vulnerabilidade.

Assim, o Núcleo Executivo (NE), em parceria com os restantes elementos que compõem o Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Caminha e os demais agentes sociais com responsabilidades ao nível da intervenção no território concelhio, partiu da ação, da análise e da reflexão em torno da realidade social, não se limitando apenas à teorização ou à descrição da realidade, mas também intervindo/agindo de forma deliberada, com o propósito de promover e alcançar a mudança social.

Com o intuito de estabelecer o plano de ação para o desenvolvimento do Diagnóstico Social, foram realizadas reuniões e comunicações com o Núcleo Executivo da Rede Social de Caminha, o que se traduziu na definição das principais dimensões/áreas de questionamento, da informação a recolher, dos principais indicadores a analisar, dos métodos e técnicas a utilizar, das fontes de informação e dos atores a mobilizar.

Do ponto de vista operacional, na elaboração do presente documento privilegiou-se a utilização de diversas técnicas e instrumentos de recolha e análise dos dados, conjugando métodos qualitativos e quantitativos. Foi efetuado o levantamento/recolha e tratamento de dados estatísticos obtidos junto de fontes oficiais, nomeadamente o INE (Instituto Nacional de Estatística), o ISS (Instituto de Segurança Social), a PORDATA, o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), para os diferentes níveis do território e de acordo com as problemáticas em presença. Foram ainda tomados como referência os dados quantitativos específicos conseguidos a partir de fontes documentais de carácter secundário e das bases de dados do Setor de Ação Social do Município de Caminha, das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, da COOPETAPE – Cooperativa de Ensino, CRL, do Centro de Saúde de Caminha, da Equipa de Rua – Adições do GAF, do Centro Integrado de Respostas (CRI) de Viana do Castelo, do Comando da GNR de Viana do Castelo, entre outros. Também se recorreu à análise documental dos relatórios, instrumentos de planeamento e outros documentos produzidos pelas instituições locais e regionais.

No que concerne à definição do período temporal de referência a que se circunscreve a análise apresentada no presente documento, consensualizou-se que seria o período que medeia o anterior diagnóstico social do concelho, o qual data de 2013, e o ano de 2021 (ano de execução da operação censitária), sendo que, para os indicadores em que existiam dados mais recentes, procurou-se fazer constar a informação mais atual.

Procurou-se dotar o presente documento de uma perspetiva diacrónica, de modo a tornar possível a documentação e a compreensão da evolução da realidade social. Por outro lado, do ponto de vista da delimitação espacial da pesquisa, a recolha de dados foi realizada de modo a permitir a compreensão da situação do concelho e o estabelecimento da comparação entre este e os contextos nacional, regional e distrital.

No processo de construção do Diagnóstico Social, para além da recolha de informação, procedeu-se, através da participação dos vários parceiros sociais e outros *stakeholders* locais que estão mais próximo dos problemas e daqueles que os vivem, à reflexão/discussão participada em torno da realidade social concelhia, dos problemas, suas causas, dos recursos locais potenciadores da mudança, das expectativas, das virtualidades e dos principais constrangimentos com que se deparam diariamente, através da realização de *workshops*/grupos temáticos. Os resultados e as reflexões alcançadas a partir destes momentos foram compilados e restituídos aos parceiros sociais e demais participantes, por forma a facilitar a partilha, a apropriação e o aprofundamento dos mesmos.

Foram realizadas reuniões de trabalho envolvendo os técnicos que integram o Núcleo Executivo da Rede Social de Caminha. Deste modo, tornou-se possível potenciar o conhecimento dos contornos dos problemas e aprimorar a definição e reorientação da ação.



Capítulo 1 | Geografia e Demografia do Concelho

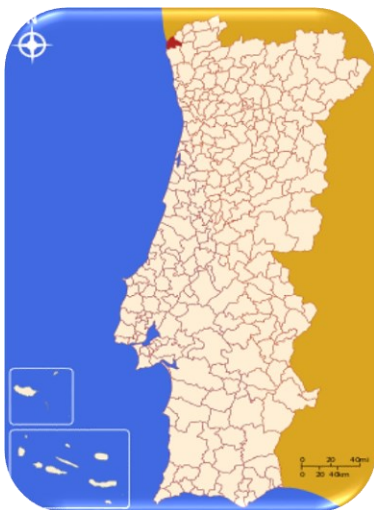
1.1. Enquadramento Geográfico do Concelho

O concelho de Caminha fica situado no extremo norte de Portugal e enquadra-se na sub-região do Alto Minho (NUT III⁴ – Minho-Lima) juntamente com mais nove municípios (Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira).

Com uma área de 136,52 km² (o terceiro concelho com menor área do Alto Minho) e um perímetro de 67km, o concelho de Caminha estabelece, a norte, fronteira com Espanha através do Rio Minho, confinando, a sul, com o concelho de Viana do Castelo, a nascente, com Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima e, a poente, com o Oceano Atlântico.

Em virtude do disposto na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, de acordo com os princípios, critérios e parâmetros definidos na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, o número de freguesias do concelho viu-se reduzido, passando de 20 para 14.

Figura 1 | Município de Caminha



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caminha>

Figura 2 | Freguesias do Município de Caminha



Fonte: <https://visitarportugal.pt>

⁴ NUT - Acrónimo de “**Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos**” (do inglês *Nomenclature of Territorial Units for Statistics*) designam as sub-regiões estatísticas em que se divide o território dos países da União Europeia. Foram criadas pelo Eurostat no âmbito da UE, de modo a garantir a uniformização das estatísticas dos vários países, no que concerne à recolha, compilação e divulgação das mesmas. São empregues, entre outras coisas, na distribuição regional de fundos comunitários. (Fonte: <https://www.PORDATA.pt/O+que+sao+NUTS>, acedida a 04/04/2019).

Nesse contexto, surgiram 5 uniões de freguesia, em virtude da agregação das freguesias de Caminha e Vilarelho, de Cristelo e Moledo, de Orbacém e Gondar, de Venade e Azevedo, de Arga de Cima, Arga de Baixo e Arga de São João.

A sua população residente, em 2021, é de 15800 habitantes e conta com uma área territorial de 136,52 km². Posto isso, o concelho ficou constituído pelas freguesias/uniões de freguesia infra:

Tabela 1 | Freguesias/Uniões de Freguesias do concelho de Caminha

Freguesias/Uniões de Freguesias	Área
Âncora	5,42km ²
Argela	10,8km ²
Dem	6,43km ²
Lanhelas	5,04km ²
Riba de Âncora	8,54km ²
Seixas	8,33km ²
Vila Praia de Âncora	8,15km ²
Vilar de Mouros	10,38km ²
Vile	2,8km ²
UF de Arga (Baixo, Cima e São João)	30,88km ² (10,95km ² + 8,42km ² + 11,51km ²)
UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	6,74km ² (2,06km ² + 4,68km ²)
UF de Gondar e Orbacém	11,07km ² (5,51km ² + 5,56km ²)
UF de Moledo e Cristelo	10,36km ² (7,05km ² + 3,31km ²)
UF de Venade e Azevedo	11,38km ² (5,91km ² + 5,47km ²)

Fonte/Entidade: Município de Caminha

Em resultado da reorganização administrativa, a União de Freguesia de Argas tornou-se na freguesia com uma maior área (30,88km²). A freguesia mais pequena, no que a área se refere, é Vile (2,8km²). Das catorze freguesias que constituem o concelho de Caminha, seis estão situadas na zona litoral (Lanhelas, Seixas, Caminha e Vilarelho, Moledo e Cristelo, Vila Praia de Âncora e Âncora), cinco encontram-se em zona de transição (Vilar de Mouros, Argela, Venade e Azevedo, Riba de Âncora e Vile) e três estão localizadas na zona interior (Dem, Gondar e Orbacém, Arga).

As diferentes localizações geográficas conferem às diversas freguesias características peculiares, das quais decorre a edificação de dinâmicas socioeconómicas específicas. No interior do concelho, destaca-se a existência de serras, as quais são responsáveis por se encontrarem zonas em cotas compreendidas entre os 0 e os 805 metros de altitude (é na Serra da Arga onde se atingem os valores máximos).

A paisagem do concelho caracteriza-se também pela existência de uma densa rede hidrográfica, marcada pela presença de vales, alguns encaixados, e de um terreno recortado e irregular, bem como de «(...) uma malha apertada de cursos de água de vários tamanhos como consequência da profusão de

nascentes naturais. Tal facto deve-se aos elevados níveis de precipitação e sua frequência que marcam o Minho e que se fazem sentir principalmente nas zonas montanhosas, associado ao facto de, no concelho, estarem bastante presentes terrenos graníticos que detêm um grau baixo de permeabilidade e permite a escorrência da água da precipitação»⁵.

Falar da rede hidrográfica do concelho de Caminha e da sua importância para a riqueza paisagística natural implica fazer menção aos rios Minho, Coura e Âncora. Ao longo dos tempos foram-se forjando em torno dos mesmos a identidade das populações locais e do território, assim como se foi alicerçando uma parte importante da economia concelhia. O rio fornece uma variedade de recursos que sustentam e fomentam a pesca, as atividades náuticodesportivas e recreativas e o turismo.

1.2. Dinâmicas Demográficas do Concelho

No presente capítulo é efetuada a análise das dinâmicas demográficas que caracterizam o concelho de Caminha, dado que esta informação é crucial para se compreender a realidade e proceder ao planeamento, implementação, controlo e avaliação das políticas e ações de intervenção que visam a promoção da coesão social do território. As alterações demográficas condicionam os comportamentos do mercado de trabalho, o desenvolvimento económico e social, influenciam as necessidades de serviços e equipamentos sociais e nos sistemas de saúde, educação e formação, assim como se refletem na oferta e procura de habitação.

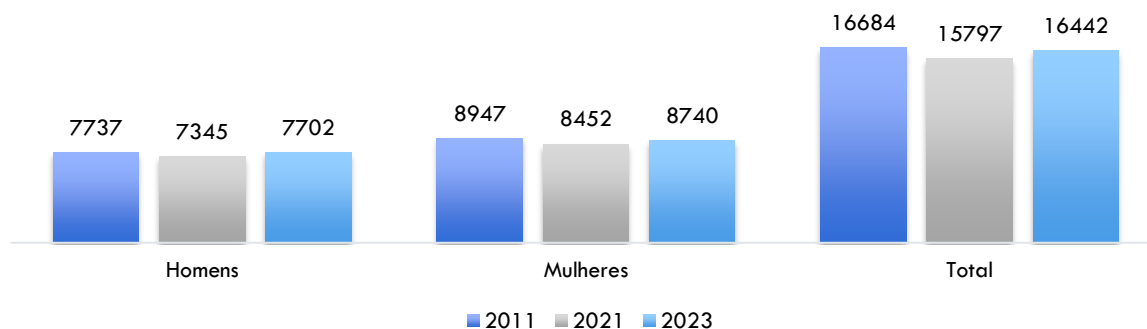
1.2.1. População Residente e sua Caracterização

Para o período intercensitário de 2011-2021, o concelho de Caminha, à semelhança de todos os municípios da sub-região do Alto Minho e, de uma forma geral, do território nacional, vivenciou um decréscimo do efetivo populacional (2011: 16 684; 2021: 15 797), sendo a taxa de variação negativa na ordem dos -5,3% [perda populacional superior à média nacional (-2,1%) e regional (-2,8%), mas inferior à média regional (-5,5%)]. Em 2021, a sub-região do Alto Minho contava com 244 836 habitantes, pelo que se conclui que o território concelhio agregava 6,45% da população total da sub-região.

⁵ Fonte: Cf. *Ibidem*

Ao comparar estes valores com os verificados nos demais concelhos, apurou-se que foi em Melgaço (-15,6%), onde a taxa de variação populacional apresentou valores mais elevados, seguido de Arcos de Valdevez (-9,3%), de Ponte da Barca (-8,4%), de Monção (-7,3%), Paredes de Coura (-6,2%), de Ponte de Lima (-5,4%), de Caminha (-5,3%), de Vila Nova de Cerveira e de Valença (-3,6%), e, por fim, de Viana do Castelo (-3,3%).

Gráfico 1 | Evolução da população residente no concelho de Caminha, total e por sexo, 2011 -2023



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 08/11/2022 e atualizado a 01/07/2024)

De acordo com os Censos de 2021, residiam no concelho de Caminha um total de 15 797 pessoas (7 345 homens e 8 452 mulheres), o que representa um decréscimo absoluto de 884 habitantes face ao ano de 2011 (16 684 habitantes, dos quais 7 737 homens e 8 947 mulheres). Este processo de declínio do número de habitantes representa a continuidade de uma tendência que já se tinha registado no intervalo de tempo entre 2001-2011 (-2,26%), contrariando o que se tinha feito sentir entre 1991-2001 (nesse período a população concelhia aumentou cerca de 5,3%). Porém, as estimativas da população residente, disponibilizadas pelo INE, relativas ao ano de 2022 revelam que, nesse ano, o concelho de Caminha viu aumentar a população residente, passando esta a atingir as 16 206 pessoas (7 595 homens; 8 611 mulheres), o que representa 6,97% do total da população residente na sub-região do Alto Minho. Esta tendência de crescimento viu-se confirmada pelos dados resultantes das estimativas para 2023, de acordo com as quais o concelho de Caminha com um efetivo de 16 442 residentes (7 702 homens e 8 740 mulheres). As alterações registadas nestes 2 últimos anos vieram quebrar a tendência para a perda de efetivos que se vinha a fazer sentir desde 2001. Assim, entre 2021 e as projeções de 2023, registou-se um aumento de 645 indivíduos, o qual se fez sentir com maior importância entre os indivíduos do sexo masculino (357 homens; 288 mulheres). A população residente no concelho de Caminha ganhou peso no total da população residente no Alto Minho, passando dos 6,97% para os 7,02%. O número de mulheres residentes no concelho de Caminha correspondia a 7,10% do total de mulheres a residir na sub-região do Alto Minho. No que se refere aos homens, esta proporção era ligeiramente inferior, situando-se nos 6,94%.

Pese embora se tenha assistido, em 2023, a um crescimento da população residente face ao ano de 2021, esta mantém-se em números inferiores aos de 2011. Importa, pois, perceber a que se ficou a dever esta alteração do padrão evolutivo e se o mesmo se manterá nos próximos anos.

Tabela 2 | Evolução da população residente no concelho de Caminha, por freguesia, no período intercensitário 2011-2021

Freguesias	2011 (hab.)	2021 (hab.)	Taxa Variação 2011 – 2021 (%)	Variação Absoluta 2011-2021 (hab.)
Âncora	1 182	1 186	0,34	4
Argela	393	375	-4,58	-18
Dem	363	309	-14,88	-54
Lanhelas	991	897	-9,49	-94
Riba de Âncora	723	680	-5,95	-43
Seixas	1 502	1 413	-5,93	-89
UF de Arga (Baixo, Cima e São João)	208	159	-23,56	-49
UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	2 471	2 373	-3,97	-98
UF de Gondar e Orbacém	435	398	-8,51	-37
UF de Moledo e Cristelo	1 566	1 490	-4,85	-76
UF de Venade e Azevedo	975	881	-9,64	-94
Vila Praia de Âncora	4 820	4 623	-4,09	-197
Vilar de Mouros	753	725	-3,72	-28
Vile	302	288	-4,64	-14
Total	16 684	15 797	-5,30	-887

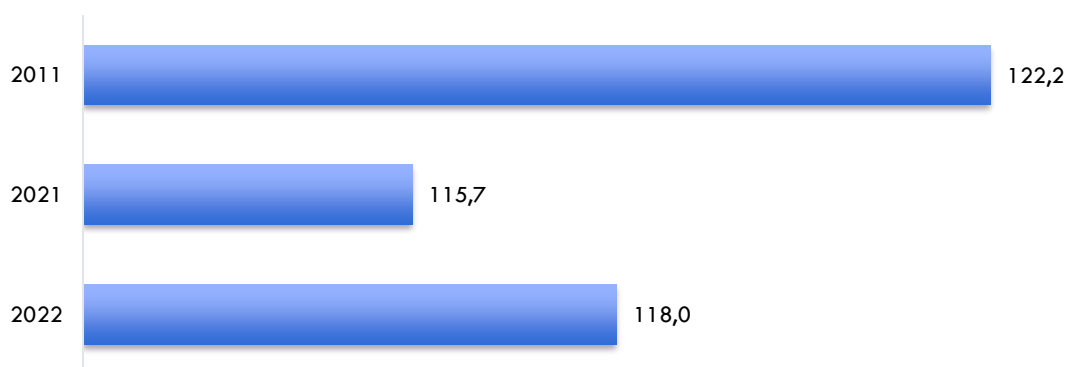
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 03/10/2022 e atualizado a 29/04/2024)

Descendo no nível de análise, importa, para garantir uma melhor compreensão da distribuição da população no território concelhio, atender ao número de efetivos em cada freguesia. Assim, é possível constatar que, como demonstram os dados apresentados na tabela, em 2021⁶, a freguesia com maior número de habitantes era Vila Praia de Âncora (4 623 habitantes), seguida da União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (2 373 habitantes), da União de Freguesias Moledo e Cristelo (1 490 habitantes), Seixas (1 413 habitantes), Âncora (1 186 habitantes), Lanhelas (897 habitantes), União de freguesias de Venade e Azevedo (881 habitantes), Vilar de Mouros (725 habitantes), Riba de Âncora (680 habitantes), União de freguesias de Gondar e Orbacém (398 habitantes), Argela (375 habitantes), Dem (309), Vile (288 habitantes) e União de Freguesias de Arga (159 habitantes).

⁶ A ausência de dados relativos a este indicador por freguesia para o ano de 2022 determinou que esta análise se efetue para o período temporal de 2011-2021.

Entre 2011 e 2021, apenas na freguesia de Âncora se assistiu ao aumento da população residente, apresentando uma taxa de variação na ordem dos 0,34%. A dinâmica populacional das restantes freguesias caracteriza-se pela perda do número de habitantes, sendo que esta se fez sentir com maior intensidade na União de Freguesias de Argas (-23,56%), seguida de Dem (-14,88%), da União das Freguesias de Venade e Azevedo (-9,64%), de Lanhelas (-9,49%), da União das Freguesias de Gondar e Orbacém (-8,51%), de Riba de Âncora (-5,95%), de Seixas (-5,93%), da União das Freguesias de Moledo e Cristelo (-4,85%), de Vile (-4,64%), de Argela (-4,58%), de Vila Praia de Âncora (-4,09%), da União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (-3,97%) e Vilar de Mouros (-3,72%).

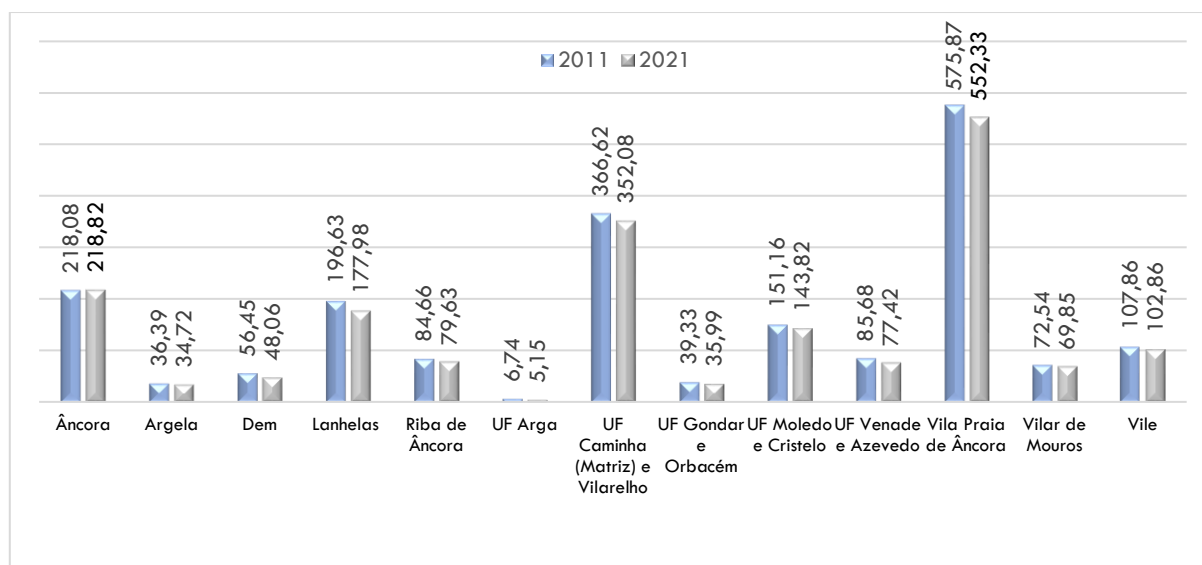
Gráfico 2 | Evolução da densidade populacional do concelho de Caminha, 2011-2022 (hab./km²)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 26/04/2024)

Tal como se depreende pela análise dos dados apresentados, entre 2011 e 2022, a **densidade populacional**, indicador que dá nota do número de habitantes por km², do concelho de Caminha sofreu um decréscimo entre 2011 (122,20 hab./km²) e 2021 (115,70 hab./km²), o que se explica pela quebra do efetivo populacional nessa série temporal. No ano de 2022, de acordo com as estimativas populacionais do INE, este indicador aumentou, situando-se nos 118 hab./Km², o que representou um aumento do número de habitantes por km² face a 2021, em resultado do recente estimado aumento da população.

Gráfico 3 | Evolução da densidade populacional por freguesia do concelho de Caminha, 2011-2021 (hab./km²)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 29/04/2024)

Mais se acrescenta que a ocupação do território concelhio por parte da população se faz de forma assimétrica, sendo notória a tendência para a litoralização. É notória a **fratura entre interior/litoral**, concentrando-se a população nas zonas do litoral, nomeadamente de Vila Praia de Âncora (2021: 552,33 hab./km²) e da União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (2021: 352,08 hab./km²), em detrimento das freguesias do interior (dentro destas destaca-se a União de Freguesias de Argas, nesse ano, com 5,15 hab./km²). Estas últimas acabam por vivenciar um processo de despovoamento. Este fenómeno comporta consequências para as regiões do litoral, de entre as quais se destaca a pressão que o incremento da população exerce sobre o mercado habitacional, o ambiente, as infraestruturas, entre outras. Não se pode deixar de assinalar que esta maior concentração da população residente nas freguesias do litoral faz também com que nestas se encontrem, em termos absolutos, o maior número de idosos, sendo que alguns destes vivem sem qualquer retaguarda familiar. Por outro lado, as freguesias situadas no interior apresentam-se menos povoadas e, consequentemente, mais fragilizadas (despovoamento, agravamento do envelhecimento populacional e do isolamento geográfico e social dos mais idosos, desaproveitamento dos recursos, perda de costumes e práticas locais, ...).

O maior dinamismo económico das vilas de Caminha e Vila Praia de Âncora e, consequentemente, a existência de um maior número de oportunidades de emprego (a localização geográfica condiciona a instalação e o desenvolvimento das atividades económicas), ofertas culturais e educativas, assim como de mais e melhores vias de comunicação e serviços de transporte (facilidade de mobilidade e redução dos custos e dos tempos de viagem), de serviços de saúde e outros, a maior/melhor acessibilidade à

informação são alguns dos fatores que permitem compreender o processo de fixação das populações nas mesmas.

Deste modo, as desigualdades entre as freguesias tornam-se mais acentuadas, o que desafia os atores que interferem e atuam na construção da coesão social do concelho de Caminha a pensarem e a implementarem políticas, programas, projetos e/ou serviços sociais que respondam aos problemas e às necessidades concretas (despovoamento do interior e envelhecimento populacional, aumento da concentração populacional nas vilas,...), no sentido de contrariar a perda de vitalidade demográfica e económica das freguesias do interior, garantindo a fixação da população e a dinamização do território. Neste sentido, torna-se importante estimular e atrair o investimento em atividades produtivas que tenham por base os recursos endógenos das freguesias.

Analisando a informação relativa à **população residente no concelho de Caminha segundo o sexo**, evidencia-se, para o ano de 2021, um predomínio de efetivos do sexo feminino (53,50%), à semelhança do que acontece nos restantes concelhos do Alto-Minho. As estimativas populacionais relativas a 2022 e 2023, para o concelho de Caminha, dão nota da manutenção de um maior número de indivíduos do sexo feminino no total da população residente (52,15% e 53,16%, respetivamente), esta diferença manteve-se em níveis inferiores aos de 2021.

O maior peso da população feminina no total da população residente era, em 2023, uma realidade não só no concelho de Caminha, mas também para o território nacional (52,22%), da região Norte (52,10%) e da sub-região do Alto Minho (52,58%), o que reflete a maior sobrevivência das mulheres.

Porém, entre os anos 2011 e 2021, foi no seio da população feminina que se registou a maior perda de efetivos (menos 495 indivíduos, o que representa uma variação de -5,5%), comparativamente com a população masculina (menos 392 homens, variação de -5%). Comparando 2011 com 2023, conclui-se que a perda de efetivos foi de 242 residentes, sendo que as mulheres passaram para valores de -207 habitantes e os homens para -35 habitantes.

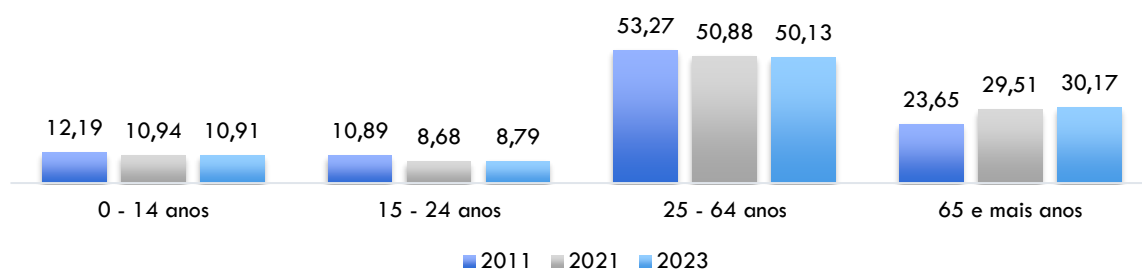
A observação do indicador **“relação de masculinidade”**⁷ vem corroborar que o efetivo populacional do sexo feminino desta zona é superior ao do sexo masculino. Em 2011, este indicador situava-se nos 86,3. Esta relação numérica desigual era, em 2021, de 86,9, o que indica que existiam 86,9 homens

⁷ O quociente entre os efetivos populacionais do género masculino e os do género feminino, dá conta da proporção de homens para cada 100 mulheres (Fonte: https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006043 (Acedido a 20/02/2023)).

por cada 100 mulheres. O desequilíbrio entre o efetivo masculino e o feminino residente em Caminha, em 2021, era inferior ao registado no Alto-Minho (88,2), na região Norte (90,9) e em Portugal (90,70). Estima-se que, no ano de 2022, este indicador atingiu os 88,2, o que representa um aumento de 1,3 p.p.. As estimativas da população para 2023 revelam que permanece a tendência para a maior proporção de população feminina (88,1).

A **relação de masculinidade da população com 65 ou mais anos de idade** era, em 2022, 75,4, passando para os 75,7 em 2023. Assim, de acordo com as estimativas da população, entre 2021 e 2023, este indicador aumentou em cerca de 1 p.p. (2021: 74,7), o que é revelador da intensificação da maior proporção da população feminina, em resultado da sobremortalidade masculina.

Gráfico 4 | Evolução da proporção da população residente no concelho de Caminha, por grandes grupos etários, 2011-2023 (%)



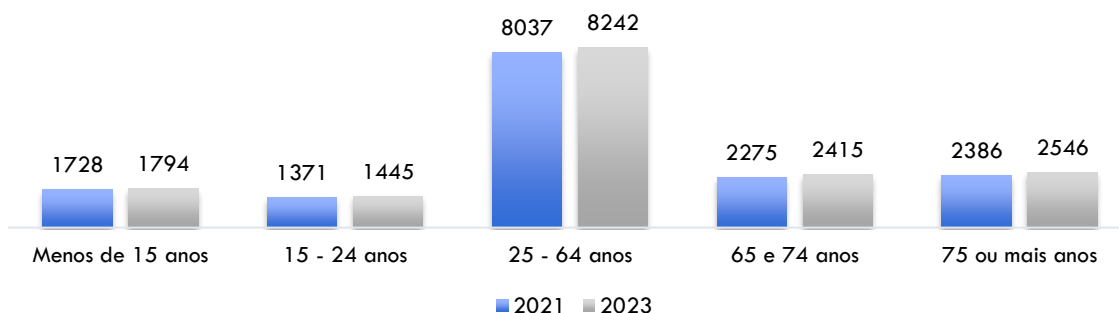
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/11/2022 e atualizado a 30/06/2024)

Pela análise da **distribuição da população residente no concelho por grandes grupos etários**, verifica-se que, em 2021, é no grupo dos 25 aos 64 anos de idade (população em idade ativa), que se concentra o maior número de indivíduos (8 037: 50,88%). Porém, é de referir que, face a 2011, este grupo etário perdeu peso, tendo sido no seio deste grupo etário que se vivenciou com maior intensidade o decréscimo populacional (2011: 53,27%). Como o segundo grupo com maior proporção de efetivos surgia, em 2021, aquele constituído pelos idosos (pessoas com idade igual ou superior aos 65 anos de idade), com um número total de efetivos na ordem dos 4 661 (29,51% da população residente). No grupo etário dos 0 aos 14 anos de idade, estavam registados 1 728 indivíduos (10,94%). A faixa etária com menor representatividade no total da população residente é a dos 15 aos 24 anos de idade, com 1 371 efetivos, o que representa 8,68% do total de habitantes. A partir destes dados é possível constatar que se assiste a um estreitamento da importância da população ativa face ao total da população, o que é o reflexo das dificuldades do território concelhio na atração e fixação da população jovem e em idade ativa, o que tem reflexos negativos ao nível do equilíbrio demográfico e também da dinamização da economia local.

Assim, para o ano de 2021, pode concluir-se que num cenário global de diminuição da população, o grupo da população idosa é o único a registar um acréscimo populacional (alargamento do topo da pirâmide).

Mais se acrescenta que, de acordo com os dados emanados das estimativas da população residente em 2023 por comparação com dados dos Censos de 2021, no concelho de Caminha, assistiu-se a um aumento do número de indivíduos residentes nos diferentes grupos etários (0-14 anos de idade: +66; 15-24 anos de idade: +74; 25-64 anos de idade: +205; 65-74 anos de idade: +140; 75 e + anos de idade: +160). Em termos de peso no total da população de cada um dos grupos etários, em 2023, mantém-se a maior relevância do constituído pelos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos de idade (8 242 indivíduos: 50,13%), embora com uma ligeira perda (0,75 p. p.). O grupo da população idosa (≥ 65 anos de idade), com maior proporção do total da população face a 2021 (29,51%), (surge em segundo lugar (30,17%). De seguida, situa-se o grupo etário dos 0 aos 14 anos de idade (1 794 indivíduos: 10,91%). Por fim, surge a população jovem, dos 15 aos 24 anos de idade, com um peso de 8,79% (1 445).

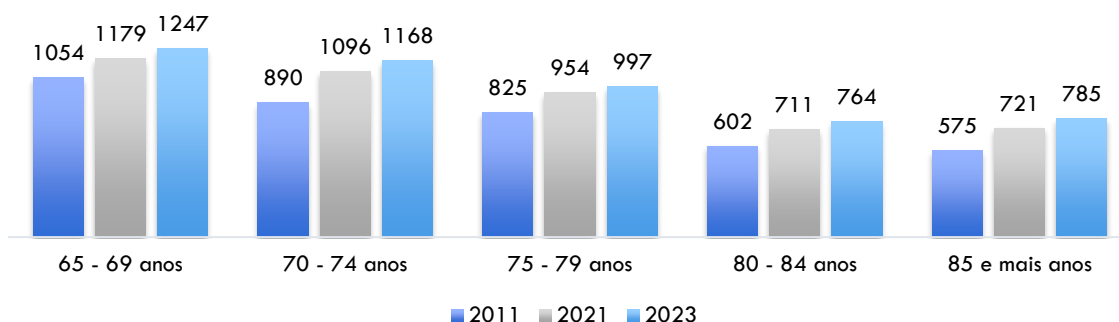
Gráfico 5 | Evolução da população residente o concelho de Caminha, por grupo etário, 2021-2023



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 30/06/2024)

Deste modo, conclui-se que o grupo etário da população idosa (total: 4 961) manteve a sua tendência de crescimento, sendo aquele que, em termos absolutos e de entre os grupos etários apresentados no gráfico anterior, mais cresceu (+300). A diferença face ao padrão de evolução anterior reside no aumento do número de indivíduos nos demais escalões etários. No escalão dos 0 aos 14 anos de idade, este aumento (+66) fez-se, tal como infra ficará demonstrado, em resultado do aumento do número de nados vivos e dos movimentos migratórios. De destacar o aumento não negligenciável do número de indivíduos em idade ativa (+205), o que poderá ser explicado pela chegada de população migrante, nomeadamente estrangeira.

Gráfico 6 | Evolução da distribuição da população idosa residente no concelho de Caminha, por grupos etários, 2011-2023⁸



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 27/06/2023 e atualizado 30/06/2024)

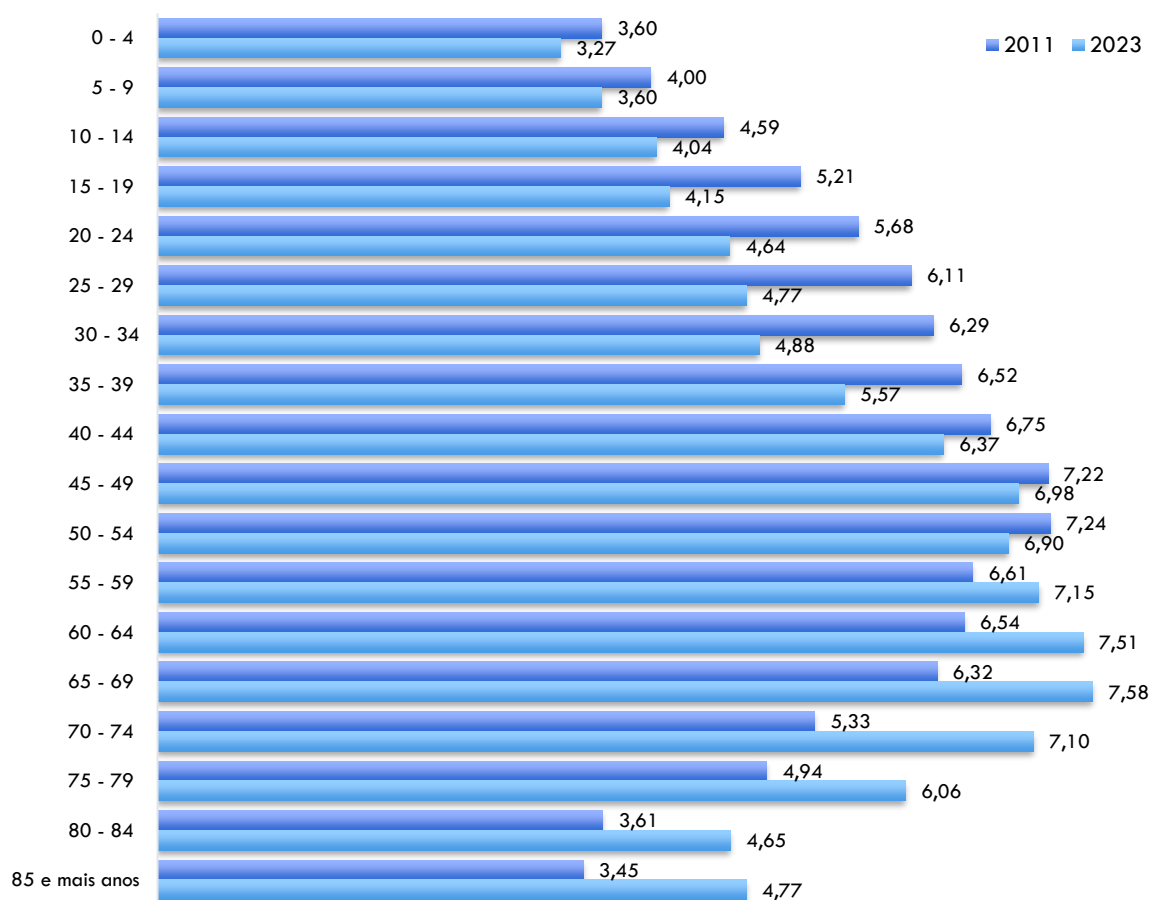
No caso concreto do território concelhio, importa referir que os dados disponíveis revelam que, desde 2011, se tem assistido a um aumento do número de idosos em todos os subgrupos etários (2011: 3 946; 2021: 4 661; 2023: 4 961).

À data dos últimos Censos, 2021, eram 4 661 os idosos residentes, dos quais 1 179 tinham idades compreendidas entre os 65 e os 69 anos; 1 145 integravam o grupo etário dos 70 aos 74 anos de idade; 954 tinham entre os 75 e os 79 anos de idade; 711 integravam-se na faixa etária dos 80 e os 84 anos de idade e 721 tinham 85 ou mais anos idade. Para todos os intervalos etários o número de idosos aumentou face ao ano de 2011, em mais de uma centena de efetivos, sendo que o aumento foi mais relevante no seio do grupo dos cidadãos com idades compreendidas entre os 70 e os 74 anos (+206 indivíduos), seguida daqueles com 85 ou mais anos de idade (+146 pessoas) e dos com idade entre os 75 e os 79 anos (+ 129 pessoas). O aumento menos intenso ocorreu no seio dos indivíduos com idades entre os 80 e os 84 anos (+109 pessoas). O grupo etário dos 65 aos 69 anos de idade passou a contar com mais 125 indivíduos.

No ano de 2023, dentro da população idosa, era no grupo etário dos 65 aos 69 anos de idade que se concentra o maior número de indivíduos (1 247: 25,14%), contando com mais 68 idosos que em 2021.

⁸ Os valores apresentados para 2022 correspondem a estimativas populacionais.

Gráfico 7 | Proporção da população residente no concelho de Caminha, por grupos etários, 2011 - 2023 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 03/05/2023 e atualizado a 30/06/2024)

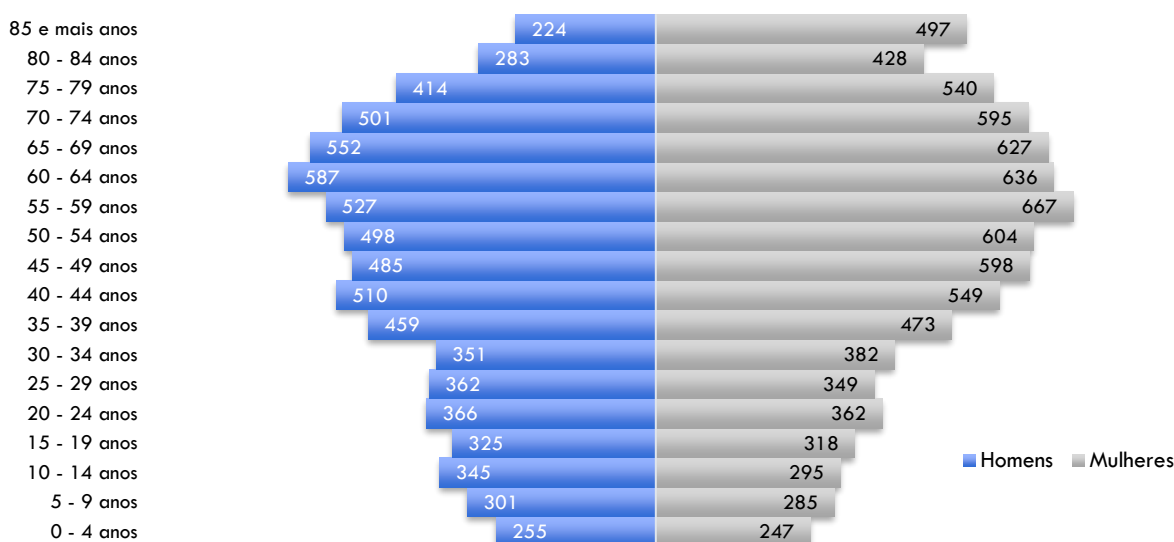
A análise da variação da população residente no concelho de Caminha, ocorrida no período aqui em apreço, conjugada com a apreciação da proporção da mesma por grupos etários, dá conta do aumento do peso da população com 65 e mais anos de idade no total da população residente (2011: 3 946 habitantes, 23,65%; 2021: 4 661 habitantes, 29,51%; 2023: 4 961 habitantes, 30,17%). Os valores de 2021 e 2023, para este grupo populacional do concelho de Caminha, situavam-se acima da média nacional (23,43%; 24,10%, respetivamente), da região do Norte (22,59%; 23,78%, respetivamente) e da sub-região do Alto Minho (28,14%; 28,95%, respetivamente).

De acordo com os dados disponíveis, em 2023, os 4 961 idosos residentes no concelho de Caminha representavam cerca de 7,32% da população idosa da sub-região do Alto Minho.

Por seu turno, entre 2011 e 2021, no escalão etário dos 0-14 anos de idade verificou-se uma involução no número de efetivos, que em termos absolutos, se situa na ordem dos -306 (2011: 2 034,

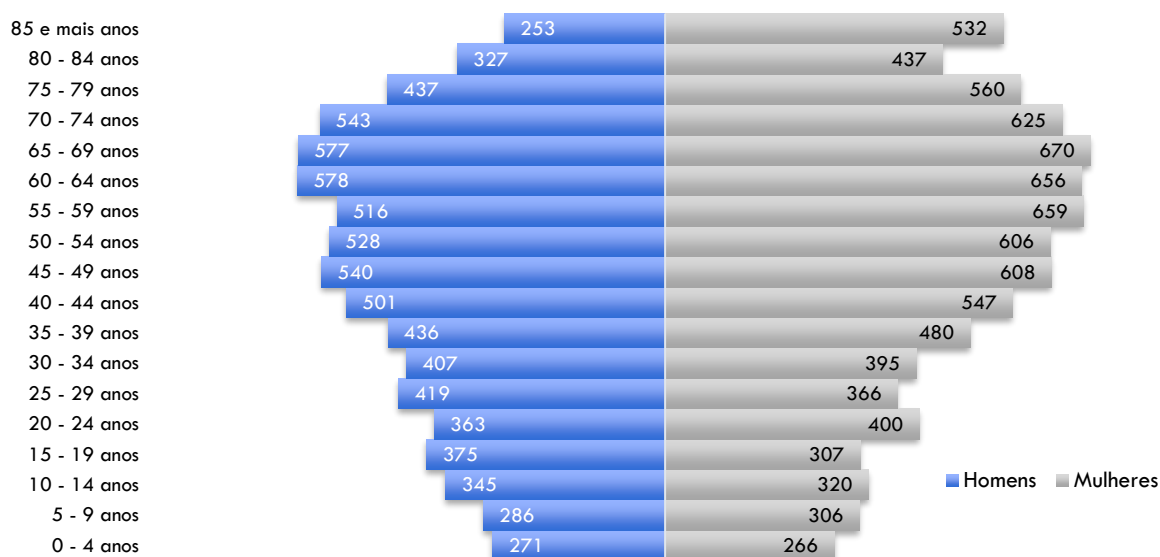
representando 12,19% da população; 2021: 1 728, representando 10,94%). **No ano de 2023, as crianças residentes no concelho de Caminha, representavam 10,91% da população total (1 794 crianças).** Os valores do concelho de Caminha, em 2023, estão abaixo dos apurados para Portugal (12,82%), para a região Norte (12,05%) e para a sub-região do Alto Minho (11,00%), o que, conjugado com a informação anterior, é revelador do nível de envelhecimento da população do concelho. A população com menos de 15 anos a residir no concelho de Caminha correspondia a 6,96% da população desse intervalo etário residente na sub-região do Alto Minho da população residente do concelho. Tal como se fez constar, na última década assistiu-se ao declínio no número de crianças e jovens, o que colocará desafios de organização, quer das escolas e seus espaços, quer dos respetivos docentes e do pessoal não docente.

Gráfico 8 | População residente no concelho de Caminha por grupo etário e sexo, 2021



Fonte: <https://www.ine.pt/> (Acedido a 03/05/2023)

A observação da **população residente por sexo e de acordo com os grupos etários** permite perceber que, no último momento censitário 2021, nos grupos etários dos 0-14 anos e dos 15-29 anos o peso dos elementos do sexo masculino é maior do que os indivíduos do sexo feminino. Nos restantes grupos etários, a situação inverte-se, sendo evidente que o desequilíbrio de acordo com a variável sexo, em favor dos habitantes do sexo feminino se agrava, ou seja, à medida que a idade avança o peso da população feminina tende a aumentar. Esta realidade é demonstrativa do fenómeno da sobremortalidade masculina e da maior longevidade feminina, tal como fica patente na variação da esperança de vida à nascença e na esperança de vida aos 65 anos de idade entre os dois sexos.

Gráfico 9 | População residente no concelho de Caminha, por grupo etário e sexo, 2023


Fonte: <https://www.ine.pt/> (Acedido a 03/07/2024)

Ao analisar as estimativas populacionais para 2023, verifica-se que, entre a população dos 0 aos 34 anos de idade, o número de elementos do sexo masculino excede o número de mulheres (106). Porém, entre as crianças dos 5 aos 9 anos de idade e dos 20 aos 24 anos de idade o contingente feminino é mais elevado.

A observação desta distribuição da população residente por sexo e grupo etário confirma que, à semelhança dos anos anteriores, que entre a população idosa, o contingente feminino ultrapassa largamente (+687) o número de homens (sobremortalidade masculina e maior longevidade feminina), embora esta seja menor que a registada no ano de 2021 (713), mas superior ao estimado para 2022 (673). Esta diferença foi mais no grupo dos idosos com 85 ou mais anos de idade (279).

Tabela 3 | Distribuição da população residente no concelho de Caminha, por freguesia e por grandes grupos etários, 2011 - 2021

Freguesias/União de Freguesias	Total		0 - 14		15 - 24		25 - 64		≥ 65	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Âncora	1 182	1 186	172	150	129	118	642	639	239	279
Argela	393	375	47	44	46	26	193	213	107	92
Dem	363	309	38	39	36	17	173	142	116	111
Lanhelas	991	897	107	77	112	76	524	432	248	312
Riba de Âncora	723	680	70	67	72	50	420	338	161	225
Seixas	1 502	1 413	192	165	162	115	769	705	379	428
U F de Arga (Baixo, Cima e São João)	208	159	14	5	12	7	77	57	105	90
U F de Caminha (Matriz) e Vilarelho	2 471	2 373	267	224	235	177	1303	1 157	666	815
U F de Gondar e Orbacém	435	398	41	45	52	27	223	209	119	117
U F de Moledo e Cristelo	1 566	1 490	196	181	152	131	873	769	345	409
U F de Venade e Azevedo	975	881	150	93	90	101	517	429	218	258
Vila Praia de Âncora	4 820	4 621	600	524	603	427	2 599	2 441	1 018	1 231
Vilar de Mouros	753	725	103	85	76	66	411	364	163	210
Vile	302	288	37	29	40	33	163	142	62	84
Total concelho	16 684	15 797	2 034	1 728	1 817	1 371	8 887	8 037	3 946	4 661

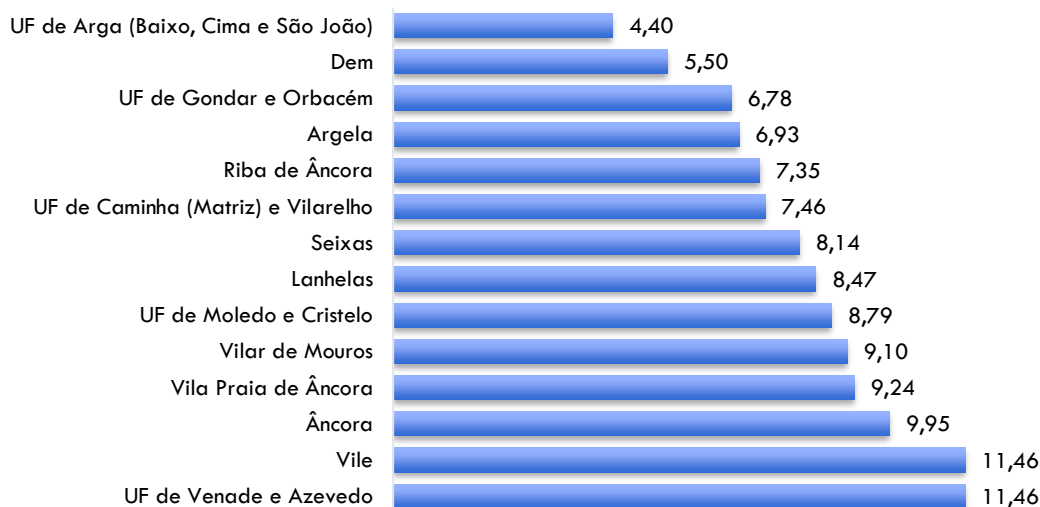
Fonte: <https://ine.pt>; <https://www.pordata.pt> (Acedidos a 03/10/2022 e atualizado 30/04/2024)

Analisando a **população residente por grupo etário à escala das freguesias**, constata-se que em 2021, em todas as freguesias, com exceção da UF de Gondar e Orbacém (+ 4 crianças) e Dem (+1 criança), residiam menos crianças (idades entre os 0 e os 14 anos) do que no ano de 2011, sendo que a maior perda de efetivos deste escalão etário se registou, em termos absolutos, na freguesia de Vila Praia de Âncora (-76 crianças). Era nas freguesias de Âncora (12,65%), Dem (12,62%) e na UF de Moledo e Cristelo (12,15%) que as crianças apresentavam uma maior proporção face ao total da população residente. A UF das Argas (3,14%) e a freguesia de Lanhelas (8,58%) eram as que apresentavam menor peso das crianças no total de residentes.

Ao focar a atenção na **distribuição da população jovem⁹ por freguesia**, constata-se que em todas se assistiu, entre 2011 e 2021, à redução do número de indivíduos, tendo-se vivido a maior quebra na freguesia de Vila Praia de Âncora (-176 indivíduos), seguida, embora de forma destacada, pela UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho (-58 indivíduos) e pela freguesia de Seixas (-47 indivíduos).

⁹ Por não existir uma definição universalmente aceite sobre os limites etários do grupo da população jovem, adotou-se aqui a definição das Nações Unidas para efeitos estatísticos, segundo a qual entende-se por jovens os cidadãos que integram o grupo etário os 15 e os 24 anos de idade (Fonte: Juventude - Nações Unidas - ONU Portugal (unric.org)).

Gráfico 10 | Proporção da população jovem residente, por freguesia do concelho de Caminha, 2021 (%)



Fonte: <https://ine.pt> (Acedido a 29/04/2024)

Em termos proporcionais, em 2021, a UF de Venade e Azevedo e a freguesia de Vile são as mais jovens do concelho, na medida em que esta franja da população representa 11,46% dos residentes. De seguida, surge a freguesia de Âncora (9,95%), Vila Praia de Âncora (9,24%) e Vilar de Mouros (9,10%). No extremo oposto, com menos jovens no total da população encontram-se a UF de Arga (4,40%), Dem (5,50%), a UF de Gondar e Orbacém (6,78%) e Argela (6,93%). Em termos absolutos, não se pode deixar de referir que a freguesia de Vila Praia de Âncora é aquela que, em 2021, apresentava maior contingente de população jovem (429).

Pese embora se tenha vindo a assistir a uma quebra do peso da população jovem no total da população residente no concelho de Caminha, esta franja da população deve ser olhada nas suas singularidades, o que exige a definição e implementação de políticas positivas específicas para a juventude. Estas devem promover a emancipação dos mais jovens e criar as condições necessárias ao pleno exercício da sua cidadania. Para que tal seja possível é necessário levar a cabo um trabalho que permita conhecer e caracterizar a população jovem do concelho (os seus interesses, as suas competências, as suas expectativas, as suas dificuldades e fragilidades). De referir que este é um trabalho que já está em curso no Município de Caminha, no âmbito da elaboração do Plano Estratégico Municipal para a Juventude e da ação do Conselho Municipal da Juventude.

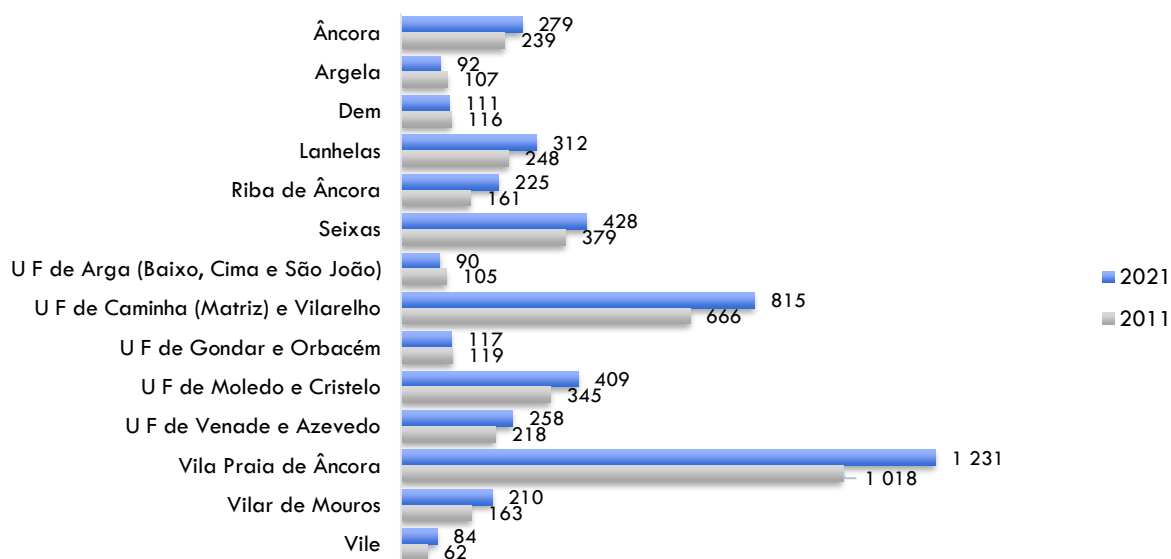
Tabela 4 | Variação da população residente dos 25 aos 64 anos de idade, por freguesia do concelho de Caminha, 2011 - 2021

Freguesia	Variação
Âncora	-3
Argela	20
Dem	-31
Lanhelas	-92
Riba de Âncora	-82
Seixas	-64
U F de Arga (Baixo, Cima e São João)	-20
U F de Caminha (Matriz) e Vilarelho	-146
U F de Gondar e Orbacém	-14
U F de Moledo e Cristelo	-104
U F de Venade e Azevedo	-88
Vila Praia de Âncora	-158
Vilar de Mouros	-47
Vile	-21
Total concelho	-887

Fonte: <https://ine.pt>; <https://www.pordata.pt> (Acedidos a 03/10/2022 e atualizado 30/04/2024)

No que concerne à população dos 25 aos 64 anos de idade, verificou-se que, entre 2011 e 2021, a mesma decresceu em todas as freguesias, com exceção de Argela, a qual passou a contar com mais 20 efetivos (2011: 193; 2021: 2013), tendo-se registado também um aumento do peso dos indivíduos com idades enquadrados neste grupo etário no total de residentes (2011: 49,11%; 2021: 56,80%). A maior quebra, em termos absolutos, fez-se sentir na freguesia de Vila Praia de Âncora (-158 indivíduos), a UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho (-146) e a UF de Moledo e Cristelo (-104 indivíduos). O decréscimo menos acentuado registou-se na freguesia de Âncora (-3 indivíduos), a UF de Gondar e Orbacém (-14 indivíduos) e a freguesia de Vile (-21 indivíduos). Considerando tratar-se de população em idade ativa, esta tendência de decréscimo representa a perda de mão-de-obra, de cuidadores dos dependentes. Isso exige que os vários agentes atendam a esta realidade e unam esforços para o desenvolvimento de políticas e medidas (ao nível da natalidade/adoção, da primeira infância, da juventude, do emprego, da formação e da economia, da habitação, etc.) que permitam a permanência no concelho dos indivíduos residentes e a atração de novos efetivos, assim como de empresas e empreendedores, concorrendo assim também para potenciar o dinamismo económico e social do território.

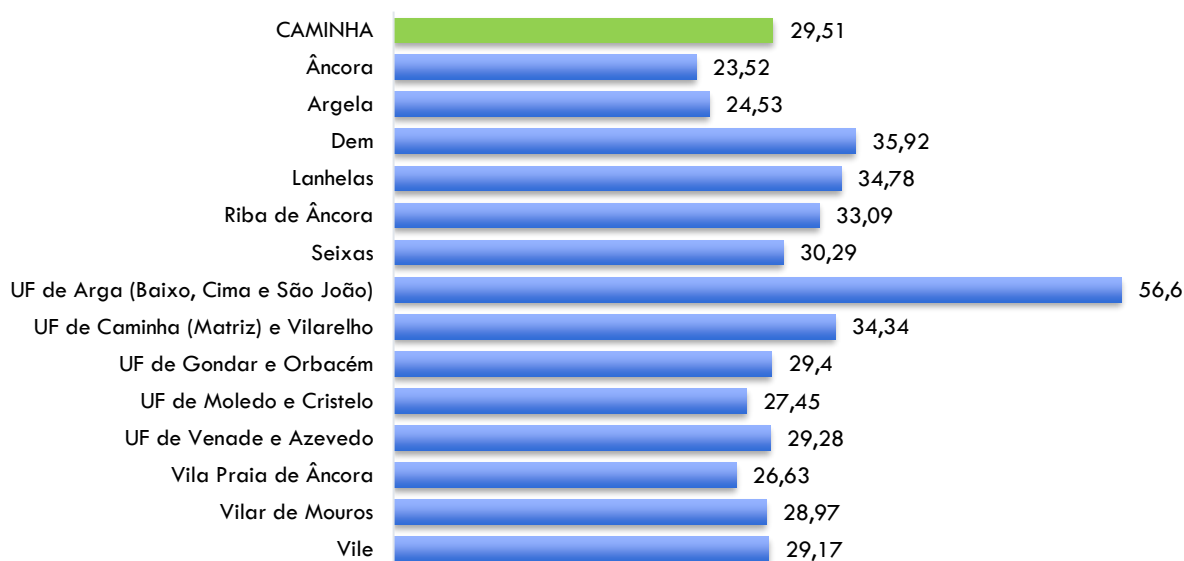
Gráfico 11 | Evolução da população idosa residente, por freguesia do concelho de Caminha, 2011 - 2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 01/05/2024)

De acordo com os dados recolhidos, entre 2011 e 2021, a população idosa residente cresceu na grande maioria das freguesias, sendo de referir o declínio ocorrido na UF de Argas e na freguesia de Argela (ambas com -15 idosos), na freguesia de Dem (-5 idosos) e na UF de Gondar e Orbacém (-2 idosos). O crescimento maior fez-se sentir na freguesia de Vila Praia de Âncora (+213 idosos), na UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho (+149 idosos), na UF de Moledo e Cristelo e nas freguesias de Lanhelas e de Riba de Âncora (+ 64 idosos).

Gráfico 12 | Proporção da população idosa residente, por freguesia do concelho de Caminha, 2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 04/07/2024)

Analisando o peso que a população idosa assume no total da população residente por freguesia, verifica-se que na UF de Argas a maioria da população residente (56,60%) tem 65 ou mais anos de idade. A esta, como freguesias com uma proporção significativa de população idosa, seguiam-se as freguesias de Dem (35,92%), de Lanhelas (34,78%), a UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho (34,34%), freguesia de Riba de Âncora (33,09%) e Seixas (30,29%). A freguesia de Âncora, com 23,52% da sua população com 65 anos de idade ou mais, assume-se como aquela que apresenta menor proporção de idosos. A proporção de população idosa a residir no concelho de Caminha era, em 2021, em termos médios, de 29,51%.

1.2.2. Índices: Envelhecimento, Dependência (Total, de Jovens e Idosos), Longevidade, Renovação da População em Idade Ativa e Sustentabilidade Potencial

Para tornar possível uma melhor compreensão da relação entre os contingentes dos diferentes grupos etários, pode atender-se aos seguintes índices: **índice de envelhecimento; índice de dependência total; índice de dependência de jovens; índice de dependência de idosos; índice de longevidade; índice de renovação da população em idade ativa; índice de sustentabilidade potencial**. Através da observação da evolução destes diferentes rácios, torna-se possível alcançar uma perspetiva complementar do impacto nas estruturas populacionais do processo de envelhecimento.

Tabela 5 | Evolução dos índices de envelhecimento, dependência total, de jovens e de idosos, longevidade, potencialidade e renovação da população em idade ativa no concelho de Caminha, 2011-2023 (%)

	2011			2021			2022 (estimativa)	2023 (estimativa)
	T	H	M	T	H	M	T	T
Índice de envelhecimento	194	145,31	246,48	269,73	219,09	324,91	271,8	276,5
Índice de dependência total	55,9	--	--	67,91	--	--	69	69,7
Índice de dependência de jovens	19	--	--	18,37	--	--	18,6	18,5
Índice de dependência de idosos	36,9	--	--	49,54	--	--	50,5	51,2
Índice de longevidade	50,73	44,29	54,83	51,19	46,66	54,52	51	51,3
Índice de renovação da população em idade ativa	85,6	--	--	59,54	65,35	54,57	61,8	64,3
Índice de potencialidade feminina ¹⁰	79,4	--	--	68,5	--	--	67,2	71

Fontes: <https://ine.pt> (Acedido a 10/11/2022 e atualizado a 29/04/2024 e 03/07/2024)

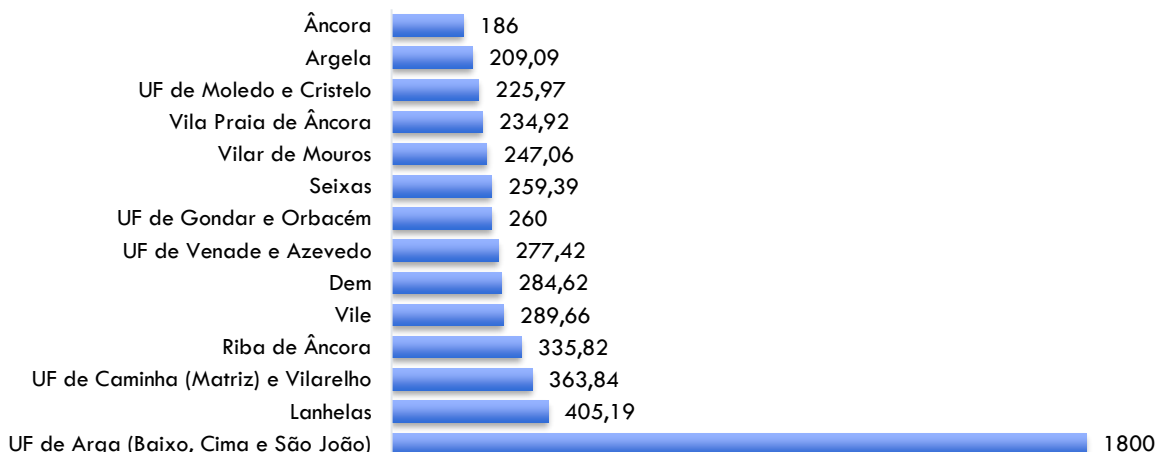
O **índice de envelhecimento**, o qual representa a relação entre a população idosa (com 65 e mais anos de idade) e as pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos de idade (população jovem), do concelho de Caminha sofreu, entre 2011 e 2021, um agravamento, passando dos 194% para os 269,73%, o que representa um aumento de 75,73%. Isso significa que, em 2021, no território do concelho residiam 269,73 idosos por 100 jovens, o que é demonstrativo do desequilíbrio entre gerações. Este indicador, de acordo com as estimativas populacionais, conheceu, em 2022, um aumento, situando-se nos 271,8% (+2,07% que no ano anterior), fruto do agravamento do peso da população idosa. A partir das estimativas do INE para 2023, o índice de envelhecimento no concelho era de 276,5%, o que representa um novo agravamento. Entre 2011 e 2023, este indicador sofreu um aumento de 82,5 p.p..

Estes valores permitem concluir que, no concelho de Caminha, as alterações demográficas caracterizam-se sobretudo pelo aumento do peso dos grupos etários seniores, pelo que é fundamental atender à população idosa, suas características e necessidades. Para tal é prioritário dar-lhes voz, ou seja, promovendo a sua participação, direta e indireta, nos processos de tomada de decisão, incluindo a decisão política. É também necessário criar/reforçar as políticas/programas, medidas e ações de promoção do envelhecimento ativo, saudável e seguro, incentivando a participação dos idosos na vida social e cultural, salvaguardando a prevenção e o combate de situações de pobreza, de dependência e de discriminação, de iniquidade na saúde, promovendo a redução do impacto negativo que a situação socioeconómica tem no envelhecimento. Torna-se importante garantir a proteção social da população idosa e suas famílias.

¹⁰ Os dados apresentados correspondem a estimativas.

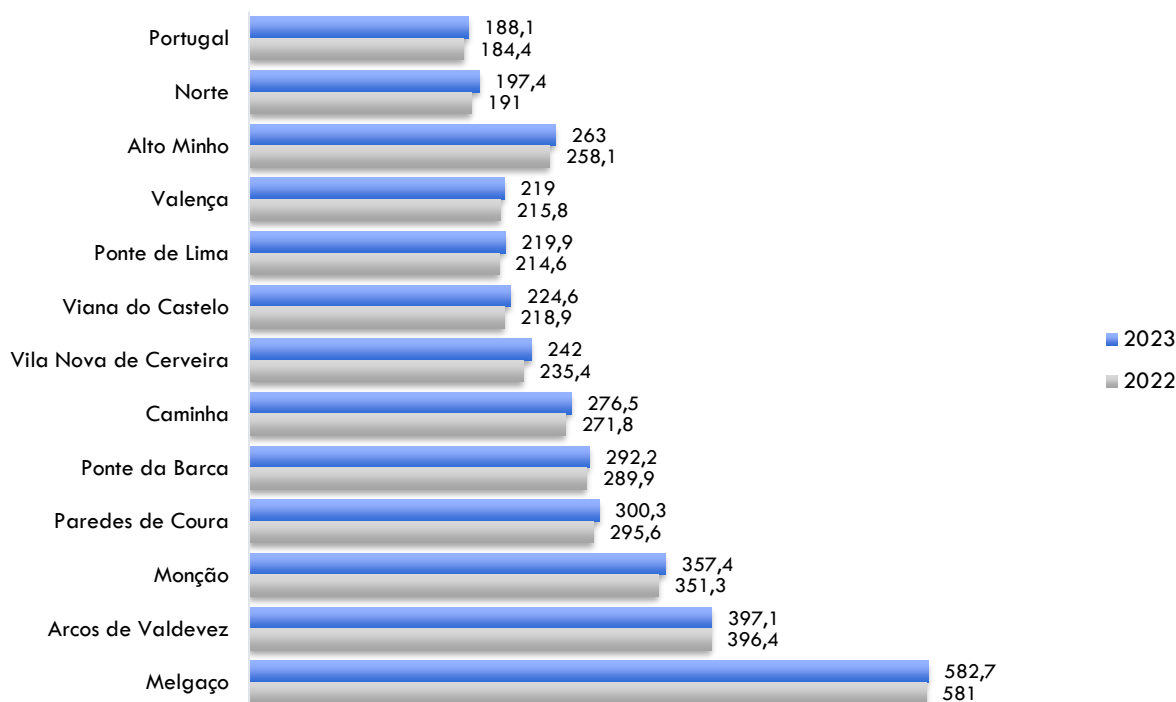
Ao analisar o **índice de envelhecimento por sexo** constata-se que o mesmo é mais elevado entre as mulheres, em ambos os momentos censitários (2011: + 101,17; 2021: + 105,82), em resultado da sobrevida feminina.

Gráfico 13 | Índice de envelhecimento, por freguesia do concelho de Caminha, 2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 26/04/2024)

Analisando os dados disponíveis por freguesias, constata-se que, em 2021, a União das Freguesias de Arga é a que apresenta valores mais elevados para este indicador (1 800 idosos por cada 100 jovens), assim como é aquela em que o aumento, face a 2011, se fez sentir com maior intensidade. As freguesias de Âncora (186 idosos por 100 jovens), Argela (209,09 idosos por 100 jovens) e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo (225,97 idosos por 100 jovens) eram as que apresentavam um menor peso da população idosa face à população jovem.

Gráfico 14 | Índice de envelhecimento, por localização, 2022 – 2023 (%)


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 05/07/2024)

No ano de 2023, assistiu-se, em todos os concelhos, a um agravamento do índice de envelhecimento face ao ano anterior. No ano de 2023, de acordo com as estimativas populacionais, o concelho de Caminha era o 6.º território da sub-região do Alto Minho com um índice de envelhecimento mais acentuado. O concelho mais envelhecido era, em ambos os anos, o de Melgaço (2022: 581% e 2023: 582,7%), seguido por Arcos de Valdevez (2022: 396,4% e 2023: 397,1%) e Monção (2022: 351,3% e 2023: 357,4%). No polo oposto, encontravam-se os concelhos de Valença (2022: 215,8% e 2023: 219%), Ponte de Lima (2022: 214,6% e 2023: 219,9%), e Viana do Castelo (2022: 218,9% e 2023: 224,6%). Os dados do concelho de Caminha mostram que, em 2023, este indicador se situava acima da média nacional (188,1 idosos por cada 100 jovens), da média da região Norte (197,4 idosos por cada 100 jovens) e da média do Alto Minho (263 idosos por cada 100 jovens).

A relação entre a população em idade ativa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de 15 anos de idade e com 65 ou mais anos) medida através do **índice de dependência total** registou, no período entre 2011 e 2023, um aumento de 13,8 p.p., passando dos 55,9 dependentes, para os 69,7 por 100 indivíduos em idade ativa. Depreende-se assim que o somatório do total de efetivos jovens e idosos é ainda inferior ao número de pessoas em idade ativa. Porém, não se pode descurar que a tendência crescente deste índice indica que o peso da população ativa no total da população tem decrescido, pelo que a pressão sobre a mesma tem aumentado. De notar, contudo, que o valor deste

indicador em 2022 e em 2023, de acordo com as estimativas populacionais, **continuou a evidenciar uma tendência de crescimento**. Em termos comparativos, pode afirmar-se que, em 2023, o valor do concelho de Caminha era superior à média nacional (58,5%), da zona norte (55,8%) e do Alto Minho (66,5%).

Este indicador contém duas evoluções opostas. Por um lado, constata-se uma evolução descendente, que corresponde ao **índice de dependência de jovens**, o qual reflete a baixa da fecundidade. Por outro lado, verifica-se uma evolução ascendente ao nível do **índice de dependência de idosos**, resultante do aumento da esperança de vida.

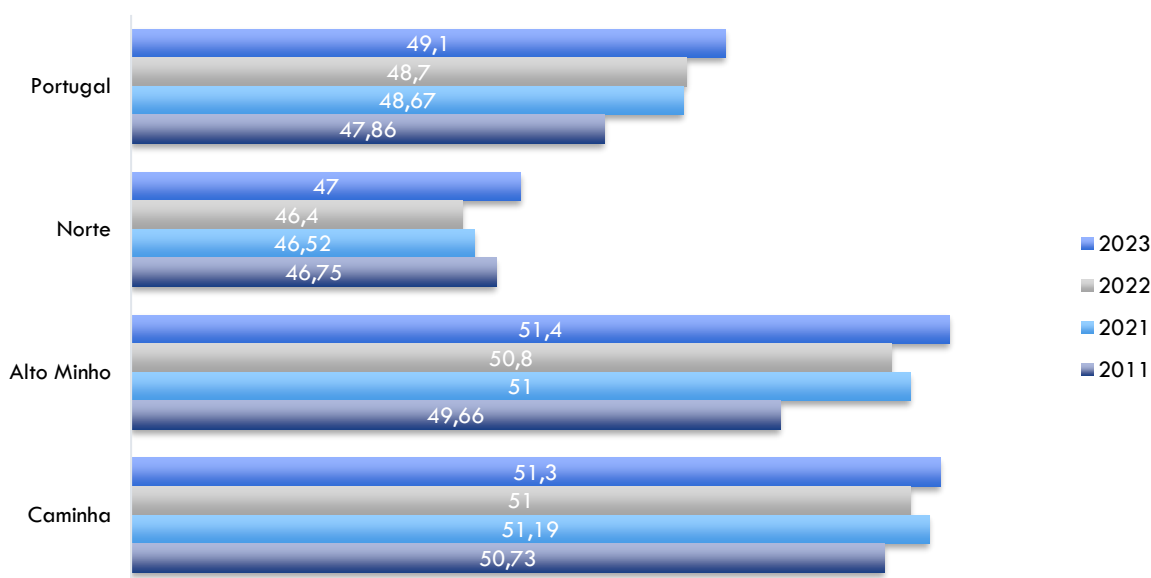
Assim, no que diz respeito ao **índice de dependência de jovens**, indicador que dá conta da relação entre a população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (os jovens) e a população em idade ativa (15-64 anos de idade), entre 2011 e 2021, registou-se um ligeiro decréscimo, o que permite aferir que o peso da população jovem sobre a população ativa tem vindo a diminuir. Em 2011, este índice era de 19 jovens a cargo por cada 100 residentes em idade ativa, passando, em 2021, para os 18,37. Ao considerar as estimativas populacionais para 2022, verifica-se que nesse ano houve um aumento deste indicador, passando a ser 18,6 os jovens a cargo por cada 100 indivíduos em idade ativa, o que pode ser explicado pela conjugação do aumento estimado do número de jovens residentes e da população em idade ativa. No ano seguinte, 2023, de acordo com as estimativas populacionais, este indicador decresceu, 18,5%. Pese embora tenha ocorrido um aumento, em 2022, contrariando o decréscimo ocorrido entre 2011-2021, voltou a sofrer uma quebra, permanecendo em valores inferiores aos registados em 2011.

Os valores estimados para este indicador, no ano de 2023, apontam para o facto de, no concelho de Caminha, o número de jovens, por relação com o número de residentes em idade ativa, ser inferior ao registado, em termos médios, na região Norte (18,8%) e no país (20,3%).

Simultaneamente, pode notar-se que o **índice de dependência de idosos**, que permite estabelecer a relação entre o número de idosos e o número de pessoas em idade ativa, no concelho de Caminha, tem vindo a aumentar de forma continuada nas últimas décadas. Em 2011, este indicador assumia valores de aproximadamente 36,9 idosos dependentes por cada 100 pessoas em idade ativa. No ano de 2021, o mesmo indicador revelava a existência de 49,54 idosos dependentes por cada 100 pessoas em idade ativa, agravando-se, em 2022 (50,5%) e em 2023 (51,2%). O índice de dependência de idosos do concelho de Caminha atingiu, em ambos os anos, valores superiores, à média nacional (2022: 37,8% e 2023: 38,2%), bem como à média da zona Norte (2022: 36,3% e 2023: 37,1%) e da sub-região do Alto Minho (2022: 47,7% e 2023: 48,2%).

O processo de envelhecimento da população idosa residente no concelho de Caminha fica bem patente na análise da evolução do **índice de longevidade**, que avalia a relação entre a população mais idosa (75 ou mais anos) e a população idosa (65 ou mais anos). Este indicador, entre 2011 e 2021, sofreu um aumento de 0,46 p.p., sendo que nos anos intermédios ocorreu uma evolução flutuante (oscilação entre períodos de decréscimo e outros de aumento). Em 2022, estima-se que este indicador se situou nos 51% e, em 2023, nos 51,3%. Estes valores são ligeiramente inferiores ao registado em 2021, o qual era de 51,19%, mas superior ao de 2011 (50,73%). Este cenário é revelador da expressão relevante dos maiores de 75 anos de idade residentes no concelho entre os indivíduos com mais de 65 anos de idade (representam mais de metade do total da população idosa). Este peso assumido pelos cidadãos com 75 ou mais anos assume contornos mais significativos entre as mulheres (2011: M - 54,83% e H - 44,29%; 2021: M - 54,52% e H - 46,66%), embora com tendência para a redução do desequilíbrio.

Gráfico 15 | Evolução do índice de longevidade, por localização, 2011-2023 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt/> (Acedido a 06/07/2024)

O índice de longevidade do concelho de Caminha, para os vários anos em análise é mais elevado que o estabelecido para a média nacional (2011: 47,86%; 2021: 48,67%; 2022: 48,7% e 2023: 49,1%), da região Norte (2011: 46,75%; 2021: 46,52%; 2022: 46,4% e 2023: 47. Comparando com a sub-região do Alto Minho, pode dizer-se que entre, 2011 e 2022, este indicador assumiu no concelho de Caminha valores mais elevados, mas em 2023 a relação inverteu-se.

O **índice de renovação da população em idade ativa**, que reflete a relação entre a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho (20-29 anos de idade) e a que está a sair do

mesmo (55-64 anos de idade), era, em 2011, de 85,6%, tendo, em 2021, decrescido para 59,54% (65,35% para os homens e 54,57% para as mulheres). Assim, conclui-se que este desequilíbrio entre o efetivo que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho e a que está a sair se tem acentuado, o que coloca grandes desafios à sociedade, nomeadamente ao nível dos sistemas de proteção social. O número de pessoas em idade potencial de saída do mercado de trabalho não é compensado/reposto pelos efetivos populacionais que potencialmente estão a entrar no mercado de trabalho, ou seja, o envelhecimento/estreitamento da base da pirâmide etária está a refletir-se no grupo etário da população em idade ativa. As estimativas do ano de 2022 permitem dar nota da ocorrência de uma alteração da tendência de decréscimo verificada até então, situando-se nos 61,8%, o que se reforçou em 2023, atingindo os 64,3%.

Os valores deste indicador nos anos de 2021 (59,54%), de 2022 (61,8%) e de 2023 (64,3%) eram inferiores aos valores médios do território nacional (2021: 76,11%; 2022: 75,8% e 2023: 76,5%), da região Norte (2021: 74,13%; 2022: 73,7% e 2023: 73,9%) e da sub-região do Alto Minho (2021: 66,09%; 2022: 66,7% e 2023: 68,3%), pelo que se conclui que no cenário local a problemática da tendência para a não renovação da população em idade ativa assume contornos mais graves no concelho. De notar que a média nacional e da região Norte para este indicador sofreu um declínio entre 2021 e 2022, aumentando em 2023, tendo o concelho de Caminha e a sub-região do Alto Minho vivenciado um aumento em todo o período.

De acordo com as metas estabelecidas para 2030, no que concerne aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os valores apresentados pelo concelho de Caminha ao nível deste indicador situam-se muito abaixo do desejado (valor meta¹¹ 2030: 94,6%), sendo que as perspetivas são bastante negativas se for considerado que a tendência de evolução deste indicador ao nível do concelho é de declínio, fruto da perda registada ao nível do número de crianças e jovens residentes. Estes indicadores sugerem que o concelho ficará a menos de metade do caminho, o que terá reflexos negativos no que se refere à promoção de um crescimento económico sustentável, pois está comprometida a capacidade de trabalho/recursos humanos instalada (meta 8.1 dos ODS).

Ao analisar o indicador **índice de potencialidade feminina**, o qual atende à relação entre as duas metades da população feminina teoricamente mais fecundas¹², para os diferentes períodos, observa-se que, desde 2011, o mesmo tem vindo a sofrer um declínio (2011: 79,4; 2021: 68,5, 2022: 67,2). No

¹¹ Valores-meta: referente aos valores desejavelmente a alcançar até 2030 (Fonte: https://odslocal.pt/perguntas-frequentes#valores_base_e_valores_meta).

¹² Fórmula: Mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos/Mulheres com idades compreendidas entre os 35 e os 49 anos de idade. (Fonte: www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0000608, Acedido a 03/05/2024)

ano de 2023, de acordo com as estimativas, este indicador sofreu um aumento de 3,8 p.p., estabelecendo-se no 71, pelo que se conclui que o peso da população feminina dos 20 aos 34 anos de idade aumentou.

Tabela 6 | Evolução do índice de sustentabilidade potencial por localização, 2011-2023

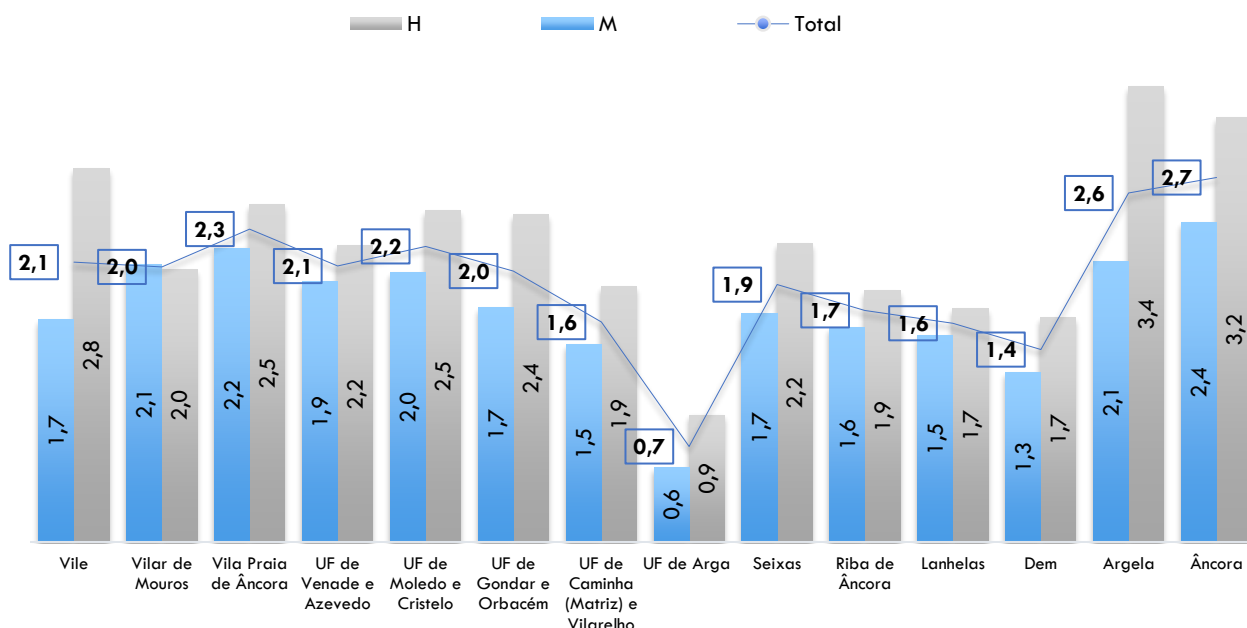
	2011			2021			2022 (estimativas)			2023 (estimativas)		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Portugal	3,5	4,5	3,1	2,7	3,1	2,4	2,7	3	2,4	2,6	3	2,4
Norte	4	5,2	3,5	2,9	3,2	2,6	2,8	3,1	2,5	2,7	3	2,4
Alto Minho	2,7	3,7	2,4	2,2	2,5	1,9	2,1	2,4	1,9	2,1	2,4	1,8
Caminha	2,7	3,9	2,3	2	2,3	1,8	2	2,2	1,8	2	2,2	1,8

Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 03/10/2022 e atualizado a 06/07/2024)

No concelho de Caminha, o **índice de sustentabilidade potencial total**, indicador que fornece uma medida do número de indivíduos em idade ativa (dos 15 aos 64 anos de idade) por indivíduos idosos (65 e mais anos de idade) residentes, era, em 2021, de acordo com os dados emanados dos Censos, de 2, o que representa um decréscimo/agravamento face a 2011, ano em que este indicador atingiu os 2,71. Este é o reflexo do decréscimo da população em idade ativa de que foi dado conta anteriormente a par do aumento da população idosa. Com base nas estimativas da população residente do INE, em 2022, este indicador, no concelho de Caminha, manteve-se, contrariando a tendência de decréscimo dos valores médios registados para o território nacional, a região norte e a sub-região do Alto Minho. Nos anos de **2022 e de 2023, no concelho de Caminha residiam 2 indivíduos em idade ativa por cada idoso, o que reflete um agravamento face aos anos de 2011 (2,7).**

Em termos comparativos, constata-se que o índice de sustentabilidade potencial total registado era, em 2021, no concelho de Caminha (2) inferior aos valores médios do país (2,7), da região Norte (2,9) e da sub-região do Alto Minho (2,2), o que significa que o peso da população idosa é maior no concelho. O cenário, embora com intensidades diferentes, era semelhante em 2022 e 2023.

O índice de sustentabilidade potencial assumia, em 2021, valores mais elevados no seio dos residentes do sexo masculino (H: 2,3; M: 1,8), tal como acontecia em 2011 (H: 3,9; M: 2,3), o que significa que entre a população do sexo feminino o desequilíbrio entre os indivíduos em idade ativa e os idosos é maior em favor destes últimos. As estimativas para os anos de 2022 e 2023 revelam que o desequilíbrio entre homens e mulheres no que a este indicador de refere continua a ser uma realidade.

Gráfico 16 | Índice de sustentabilidade potencial por freguesia do concelho de Caminha, 2021


Fonte: <https://www.ine.pt/> (Acedido a 06/07/2024)

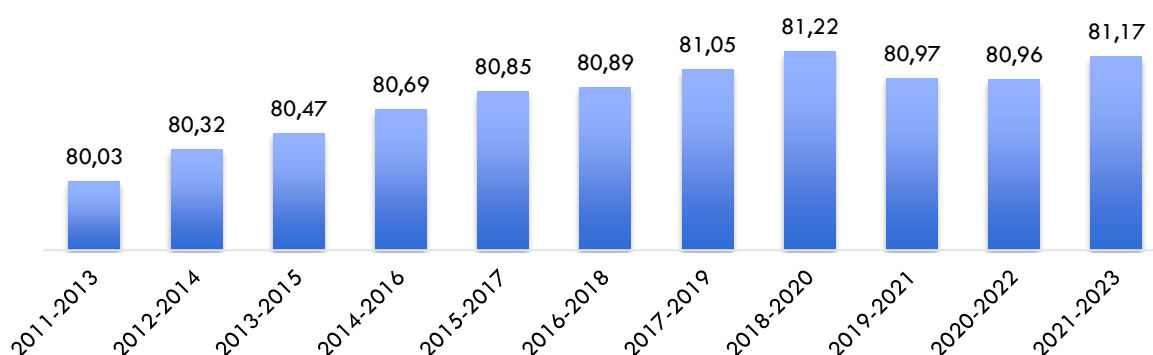
De acordo com os dados dos Censos 2021, o **índice de sustentabilidade potencial do concelho de Caminha distribuía-se de forma heterogénea entre as freguesias**. A análise deste indicador vem reforçar a constatação de que na UF de Argas o **peso da população idosa é bastante significativo, neste caso concreto face à população em idade ativa**, situando-se nos 0,7 (entre as mulheres existiam 0,6 indivíduos em idade ativa por cada idoso; no grupo do sexo masculino existiam 0,9 indivíduos em idade ativa por 1 idoso). **Esta era a freguesia que apresentava o índice de sustentabilidade mais baixo do concelho**, à qual sucediam as freguesias de Dem (Total: 1,4; Homens: 1,7; Mulheres: 1,3) e Lanhelas (Total: 1,6; Homens: 1,7; Mulheres: 1,5) e a UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho (Total: 1,6; Homens: 1,9; Mulheres: 1,5). Por oposição, **a freguesia cujo índice de sustentabilidade era o mais elevado do concelho era Âncora**, com 2,7 (Homens: 3,2; Mulheres: 2,4), seguida pelas freguesias de Argela (Total: 2,6; Homens: 3,4; Mulheres: 2,14) e Vila Praia de Âncora (Total: 2,3; Homens: 2,5; Mulheres: 2,2).

Da informação exposta conclui-se que, para além **do envelhecimento na base da pirâmide etária** (menor peso de efetivos populacionais jovens), resultado da diminuição da natalidade, e do envelhecimento no topo (aumento relativo de efetivos populacionais idosos), decorrente, nomeadamente, do aumento da esperança média de vida, assiste-se a um **envelhecimento resultante das alterações das estruturas etárias intermédias**.

1.2.3. Esperança de Vida, Fecundidade, Natalidade e Mortalidade

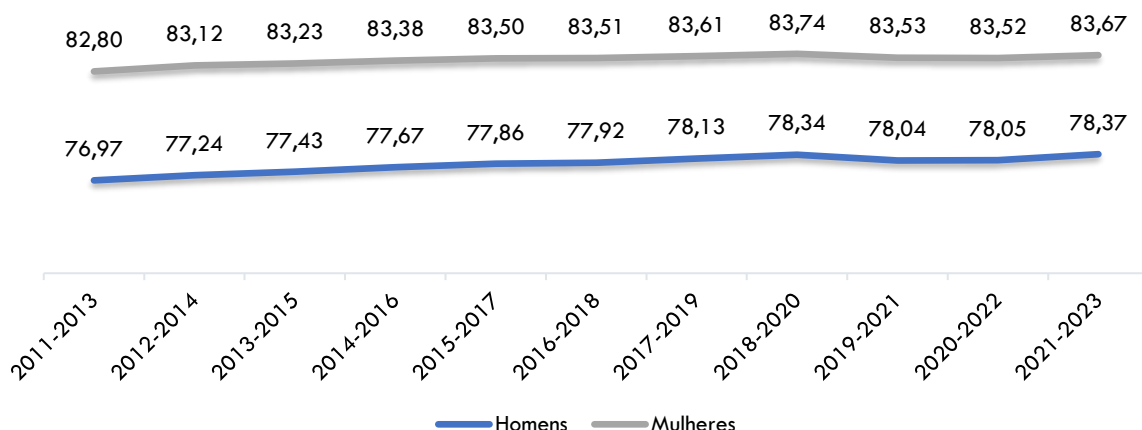
Conhecer e compreender a dinâmica demográfica do concelho de Caminha implica encontrar resposta para as questões: “Qual o número de anos vive, em média, um indivíduo?”, “Quantos anos de vida se estima que vivam, em média, os cidadãos com 65 anos de idade?”, “Qual o número médio de filhos que uma mulher tem ao longo da vida?”, “Quantos foram os nados vivos nascidos de mães residentes no concelho de Caminha?”, “Qual o número de nados vivos observado durante o ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil residentes no concelho?”, “Quantos foram os óbitos ocorridos no concelho?”, entre outras.

Gráfico 17 | Evolução da esperança de vida à nascença total, em Portugal, 2011-2023



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 06/07/2024)

Com efeito, a **esperança de vida à nascença**, indicador que permite aferir qual o número de anos que previsivelmente viverá um recém-nascido, os dados disponíveis permitem mostrar que, em Portugal, para o período de 2021-2023, a mesma era, para o total da população, de 81,17 anos. Este indicador conheceu um aumento face aos períodos anteriores (2019-2021: 80,97 anos; 2020-2022: 80,96 anos). De referir que, o crescimento do número de óbitos decorrentes da pandemia da doença COVID-19, nesse período, traduziu-se na redução na esperança de vida. Em termos comparativos, pode afirmar-se que entre os períodos de 2011-2013 e 2021-2023, a esperança de vida à nascença aumentou em 1,14 anos.

Gráfico 18 | Evolução da esperança de vida à nascença, em Portugal, por sexo, 2011-2023


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 06/07/2024)

Analisando as divergências deste indicador de acordo com o sexo, verifica-se que, no período de 2021 - 2023, a esperança de vida à nascença entre os homens era de 78,37 anos e de 83,67 anos para as mulheres. À nascença, as mulheres esperavam viver mais 5,3 anos do que os homens, sendo este o período em que a divergência entre ambas atingiu o valor mais baixo. No ponto oposto, encontrava-se o ano de 2012-2014, no qual a diferença era de 5,88 anos (homens: 77,24 anos; mulheres: 83,12 anos). Na região Norte, em 2019-2021, a esperança média de vida à nascença era, para o total da população, superior à média nacional, situando-se nos 81,13 anos (78,15 anos para os homens e 83,81 anos para as mulheres). No Alto Minho, este indicador situa-se abaixo dos valores da região do Norte e de Portugal, sendo, para o total da população, de 80,64 anos¹³.

Ao atender aos valores da **esperança de vida aos 65 anos de idade** (indicador que dá conta do número de anos de vida que o indivíduo, neste patamar etário, pode ainda viver, estando sujeito até ao final da sua vida às condições de mortalidade registadas nesse momento¹⁴), para o território nacional, verifica-se que a mesma, em 2021-2023, situava-se nos 19,75 anos. Isto significa que, em média, um indivíduo com 65 anos de idade espera viver cerca de mais 20 anos (o que representa uma grande conquista em anos de vida)¹⁵. A esperança de vida aos 65 anos de idade era, nesse período, para os homens de 18 anos e para as mulheres 21,11 anos. No Alto Minho, este indicador situava-se, no período em análise, para o total da população, nos 19,66 anos. Da combinação desta informação com a referente à esperança média de vida à nascença resulta a confirmação que, atualmente, um nado-vivo

¹³ INE, Tábuas de Mortalidade em Portugal | NUTS - 2019-2021 (Fonte: <https://www.ine.pt>)

¹⁴ Fonte: http://www.uc.pt/fluc/gigs/GeoHealthS/INES/Mortalidade/Esperanca_de_vida_ao_65_anos.pdf

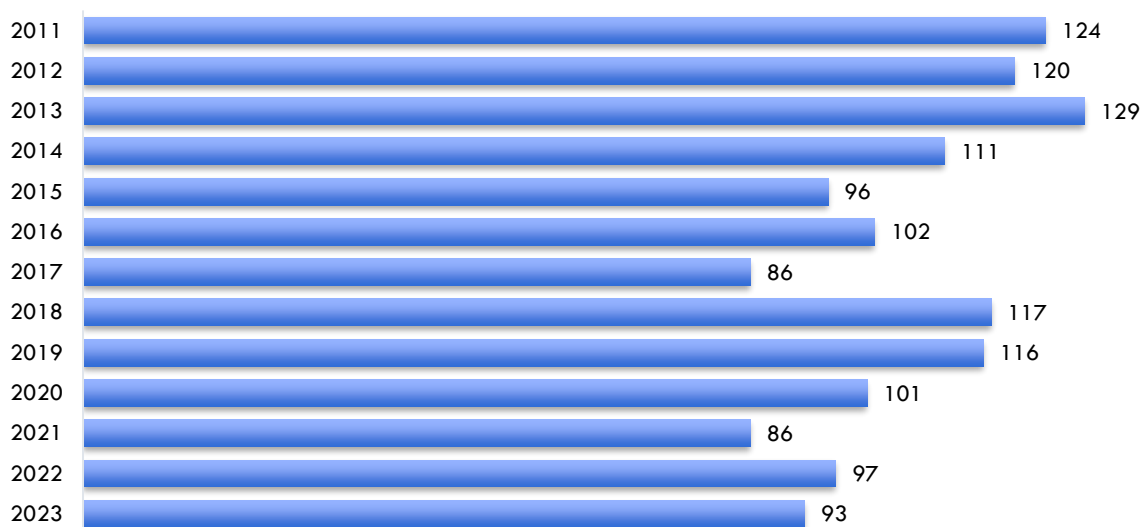
¹⁵ A ausência de dados ao nível da NUT III impedem de fazer uma análise deste indicador ao nível municipal.

tem uma expectativa de vida na ordem dos 80 anos e um idoso com 65 anos de idade espera viver mais 20 anos.

A análise destes indicadores assume relevância neste contexto de mapeamento dos problemas e das necessidades do território, uma vez que, como consta do Diagnóstico de Género do Município de Caminha, em média, as mulheres ao longo do seu percurso profissional apresentam remunerações e ganhos inferiores aos dos homens, o que se reflete, mais tarde, nas mais baixas pensões auferidas o que as coloca em situação de maior vulnerabilidade das mulheres às situações de pobreza. Com efeito, torna-se necessário definir políticas e estratégias de intervenção que, contrariando a lógica predominante, assegurem a combate à discriminação, apostando na promoção da igualdade entre homens e mulheres e não-discriminação.

A compreensão dos contornos e da dimensão da dinâmica populacional do concelho exige que se atenda a outros processos/fenómenos demográficos, sendo eles a natalidade, a fertilidade, a mortalidade e a migração (emigração e imigração).

Gráfico 19 | Evolução do número de nados vivos de mães residentes no concelho de Caminha, 2011-2023



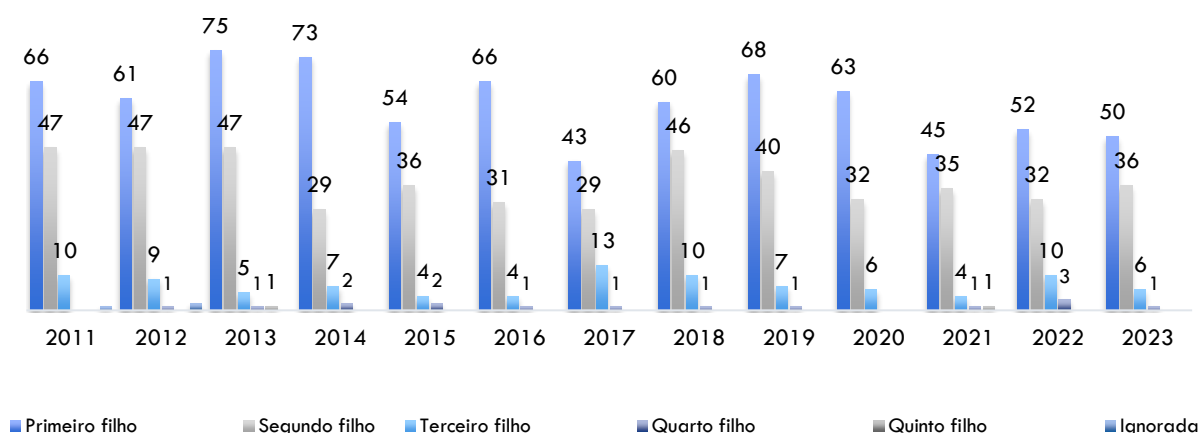
Fonte: <https://www.ine.pt/> (Acedido a 01/05/2024)

Tal como decorre da análise dos dados apresentados, a evolução do número de **nados vivos** tem evoluído de forma flutuante ao longo do período de análise. No ano de 2023, registou-se o nascimento de 93 nados vivos (41 meninos e 52 meninas) de mães residentes no concelho de Caminha (todas elas com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos de idade), o que representou um aumento face ao ano de 2021 (86 nascimentos: 53 meninos e 33 meninas). O número de nascimentos em 2023 foi menor

ao ocorrido no ano anterior (2022: 97 nascimentos: 43 meninos e 54 meninas) e ao registado em 2011 (124 nados vivos: 72 do sexo masculino e 52 do sexo feminino).

Considerando a nacionalidade da mãe, observa-se que, em 2023, do total de nados vivos 79,57% tinham progenitora portuguesa e 20,43% esta era de nacionalidade estrangeira. Estes valores apontam para um aumento da proporção de nados vivos cuja mãe é estrangeira face ao ano de 2011 (8,87%), o que é demonstrativo da importância da população de nacionalidade estrangeira a residir no concelho ao nível das dinâmicas demográficas.

Gráfico 20 | Evolução do número de nados vivos de mães residentes no concelho de Caminha, por ordem de nascimento, 2011-2023



Fonte: <https://www.ine.pt/> (Acedido a 01/05/2024)

No que concerne à ordem de nascimento, para o período em análise, os nascimentos que se registaram correspondiam, na sua maioria, ao primeiro filho, seguido dos casos correspondentes ao nascimento do segundo filho. De notar que o número de nados vivos correspondentes ao 3.º, 4.º ou 5.º filho é residual ou nulo (existe entre o número de nascimentos e a ordem de nascimento uma relação inversamente proporcional). Apenas no ano de 2021 se registou o nascimento de um 5.º filho.

Tabela 7 | Evolução do número de nados vivos segundo a idade das mães residentes no concelho de Caminha, 2011 - 2023

	Idade das mães									
	Total	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50 e mais anos
2011	124	0	3	22	32	42	18	7	0	0
2021	86	0	0	15	17	26	24	3	1	0
2022	97	0	3	5	22	31	25	10	1	0
2023	93	0	2	10	23	30	19	8	1	0

Fonte: <https://www.ine.pt/> (Acedido a 20/12/2022 e atualizado a 01/05/2024)

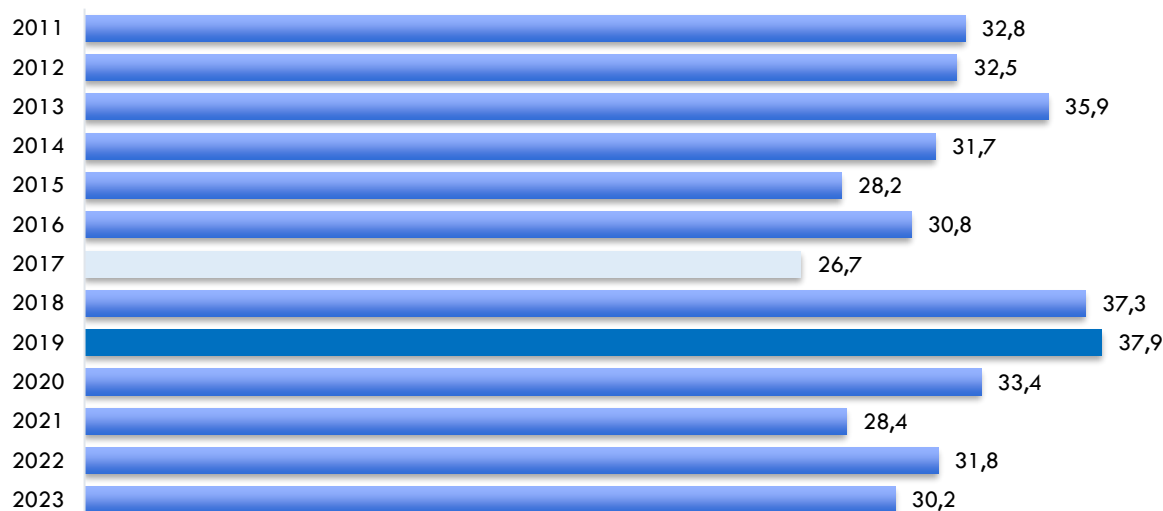
Ao analisar o número de **nados vivos segundo a idade da mãe**, verifica-se que nenhuma mulher nos grupos etários dos extremos (dos 10 aos 14 anos e 50 anos e mais) deu à luz um nado vivo. Para o período em análise, constata-se que a maior parte dos nados vivos tiveram como progenitoras mulheres com idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos de idade, sendo que o segundo grupo etário com maior representatividade é o dos 25 aos 29 anos de idade. No ano de 2021, não se registou nenhum nado vivo de mãe com idade entre os 15 e os 19 anos, mas nos demais anos representados na tabela anterior, embora com um peso residual no total de nascimentos de nados vivos ocorridos, aconteceram nascimentos de mais jovens adolescentes. Ao contrário do que se verificou em 2011, nos outros anos, mulheres com idades compreendidas entre os 45 e os 49 anos de idade foram mães, o que poderá ser explicado pelo adiamento da maternidade.

De notar que ao analisar a relação entre a idade das mães por relação à ordem de nascimento, constata-se que, para os anos em análise, as mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos de idade e entre os 45 e os 49 anos de idade que deram à luz nados vivos esse constituía o primeiro filho. Com efeito, assistiu-se progressivamente ao adiamento do nascimento dos filhos, por parte das mulheres em idade fértil.

No ano de 2023, a vivência da experiência da maternidade das mulheres residentes no concelho de Caminha pela 1.^a vez ocorreu, maioritariamente, no seio do grupo etário dos 25 aos 29 anos de idade.

O declínio prolongado da natalidade, da qual resulta o envelhecimento da base, tem reflexos também na diminuição do número de mulheres em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), o que, por sua vez, conduzirá, se nada se alterar, a uma intensificação do envelhecimento populacional do concelho de Caminha. O efetivo de mulheres em idade fértil (15-49 anos de idade completos) tem-se revelado insuficiente para assegurar a reposição geracional.

No concelho de Caminha, o modelo de fecundidade prevalente caracteriza-se por uma taxa de fecundidade (número de nascimentos por cada 1000 mulheres em idade fértil) e um índice sintético de fecundidade que tem vindo a decrescer, sendo que este último se situa em valores que não garantem a sustentabilidade populacional/reposição de gerações., bem como pelo adiamento da decisão de ter filhos. Em suma, as mulheres têm filhos cada vez mais tarde e um menor número de filhos.

Gráfico 21 | Evolução da taxa de fecundidade geral no concelho de Caminha, 2011-2023 (‰)


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/11/2022 e atualizado a 07/07/2024)

Da análise da evolução da **taxa de fecundidade geral** (número de nados vivos observado durante o ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil), no período de 2011 a 2023, constatou-se que a mesma apresentou um comportamento heterogéneo, o qual se caracterizou pela alternância entre períodos de decréscimo (2011-2012; 2013-2015; 2016-2017; 2019-2021 e 2022-2023) e outros de aumento (2012-2013; 2015-2016; 2018-2019; 2021-2022).

No ano de 2023, este indicador situou-se nos 30,2‰, o que representou um decréscimo face ao ano anterior (2022: 31,8‰), mantendo-se em valores inferiores aos registados em 2011 (32,8‰). Este indicador atingiu o seu valor mais elevado, para a série temporal em análise, no ano de 2019 (37,9‰), em contraponto com o valor mais baixo alcançado em 2017, 26,7‰.

Tabela 8 | Evolução taxa de fecundidade geral por localização, 2011, 2021 e 2023 (‰)

	Portugal	Norte	Alto Minho	Caminha
2011	38,6	34,6	31,2	32,8
2021	35,8	31,9	30,7	28,4
2023	38,6	34	34,2	30,2

Fontes: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/11/2022 e atualizado a 07/07/2024)

Nos anos em análise, a **taxa de fecundidade geral** do concelho de Caminha (2011: 32,8‰; 2021: 28,4‰ e 2023: 30,2‰) manteve-se em níveis inferiores aos valores médios de Portugal (2011: 38,6‰; 2021: 35,8‰ e 2023: 38,6‰) e da região Norte (2011: 34,6‰; 2021: 31,9‰ e 2023: 34‰). Comparando os valores do concelho de Caminha com os valores médios da sub-região do Alto Minho,

nos anos em análise, observou-se que estes últimos são superiores nos anos de 2023 (34,2‰) e 2021 (30,7‰), mas inferiores em 2011 (31,2‰).

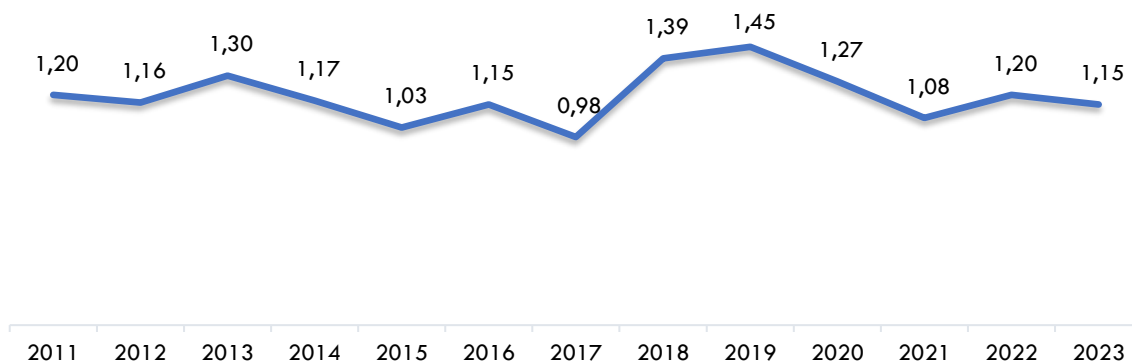
Gráfico 22 | Taxa de fecundidade geral nos concelhos de Alto Minho, 2023 (‰)



Fontes: <https://www.ine.pt> (Acedido a 07/07/2024)

Como está espelhado no gráfico anterior, em 2023, o concelho de Caminha (30,2‰) ocupa o 3.º lugar dos concelhos do Alto Minho com menor taxa de fecundidade geral, antecedido por Ponte da Barca (29,6‰) e Melgaço (29,9‰). Os territórios com valores mais elevados para este indicador eram Viana do Castelo (36,3‰), Ponte de Lima (34,4‰), Valença (34,1‰) e Vila Nova de Cerveira (34,1‰).

Gráfico 23 | Evolução do índice sintético de fecundidade, no concelho de Caminha, 2011-2023

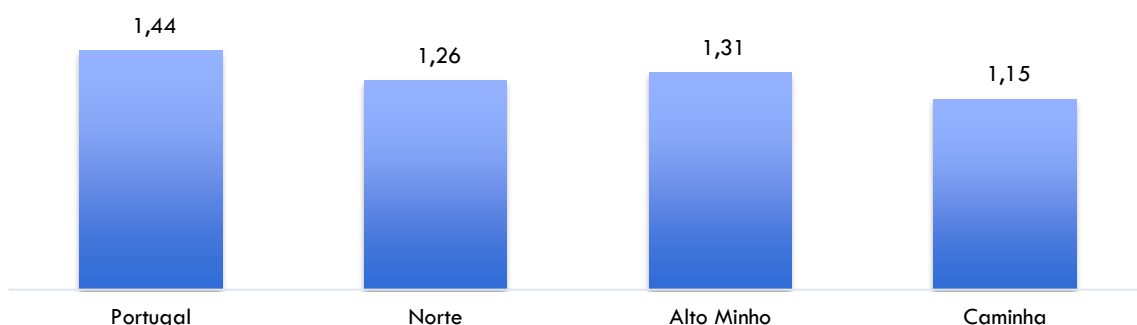


Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 09/11/2022 e atualizado a 07/07/2024)

O **índice sintético de fecundidade**, indicador que dá conta do número médio de crianças nascidas vivas por cada mulher em idade fértil, variou de forma oscilante, decréscimos e acréscimos. De uma forma global, entre 2011 e 2023, este indicador decresceu 0,5 p.p.. No ano de 2022, este indicador aumentou, passando para os 1,20 (valor semelhante ao registado em 2011), continuando a não assegurar a substituição de gerações (o limiar mínimo que garante a substituição das gerações situa-se nos 2,1). Em 2023, este indicador voltou a decrescer para 1,15. Assim sendo, conclui-se que, tendo em conta os

quadros teóricos de análise, estes valores (abaixo de 1,5) são críticos para a sustentabilidade da sociedade.

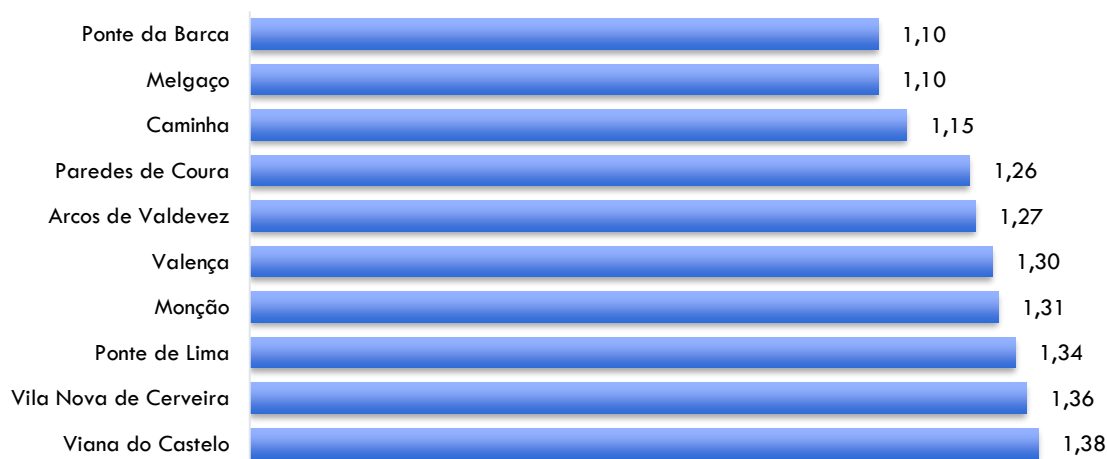
Gráfico 24 | Índice sintético de fecundidade por localização, 2023



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 07/07/2024)

De acordo com os dados disponíveis, no ano de 2023, o índice sintético de fecundidade do concelho de Caminha era de 1,15 (em média, as mulheres em idade fértil tinham 1,15 crianças vivas), sendo que este valor coloca o território em níveis inferiores à média nacional (1,44), da região Norte (1,26), bem como à média da sub-região do Alto Minho (1,31). Todos estes valores dão conta da não reposição geracional.

Gráfico 25 | Índice sintético de fecundidade nos concelhos do Alto Minho, 2023

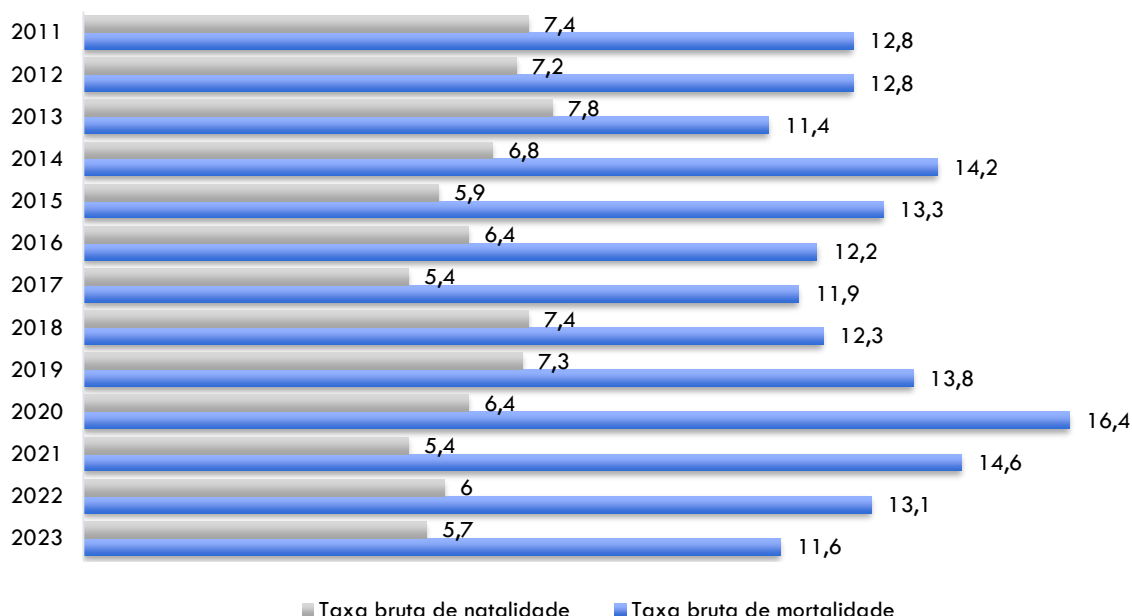


Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 07/07/2024)

Em 2023, todos os municípios da sub-região do Alto-Minho apresentavam um Índice Sintético de Fecundidade com valores de não-reposição geracional (elemento preditor da manutenção do envelhecimento da população), sendo que Ponte da Barca (1,10), Melgaço (1,10), Caminha (1,15), Paredes de Coura (1,26), Arcos de Valdevez (1,27) são aqueles em este indicador registou valores mais

baixos. Os valores mais elevados registaram-se em Viana do Castelo (1,38), Vila Nova de Cerveira (1,36) e Ponte de Lima (1,34).

Gráfico 26 | Evolução taxa bruta de natalidade e de mortalidade do concelho de Caminha, 2011-2023 (‰)

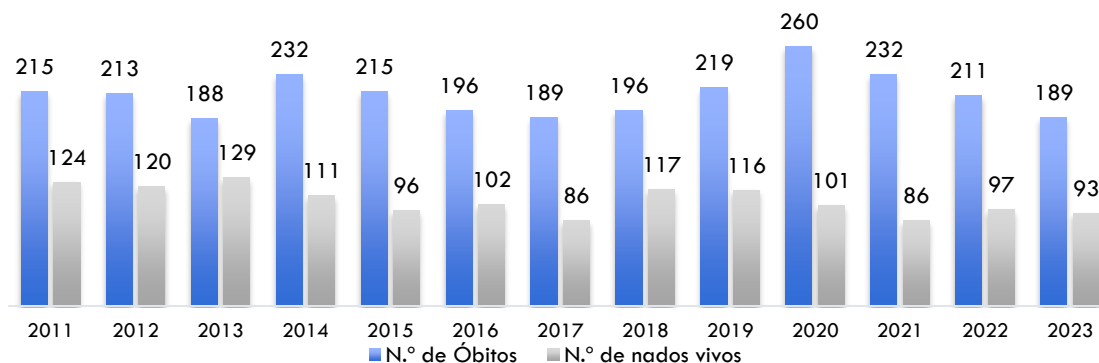


Fontes: <https://www.ine.pt> (Acedido a 09/11/2022 e atualizado a 07/07/2024)

A taxa bruta de natalidade do concelho de Caminha, no último ano em análise posicionou em níveis inferiores à média nacional (8,1‰), da região Norte (7,2‰) e da sub-região do Alto Minho (6,6‰).

No que se refere à **taxa bruta de mortalidade**, que avalia a relação entre o número de óbitos observado e a população média, em 2011, esta era de 12,8‰. Em 2021, este indicador era de 14,6‰, o que correspondia a um aumento de 1,8 pontos de per milagem face a 2011. Esta tendência alterou-se em 2022, na medida em que este indicador decresceu para 13,1‰ e acentuou-se em 2023, 11,6‰ (valor superior à média nacional, 11,2‰, e da região Norte, 10,2‰; e inferior à média da sub-região do Alto Minho, 13‰).

Gráfico 27 | Evolução do números de óbitos e número de nados-vivos no concelho de Caminha, 2011-2023

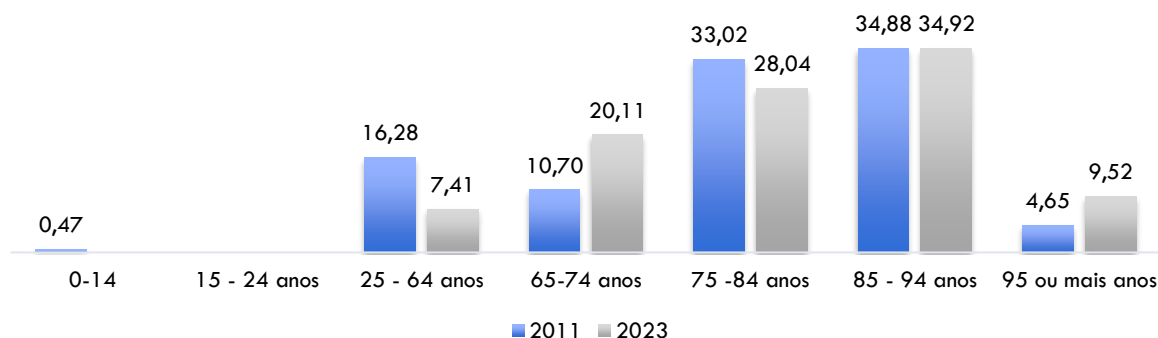


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 06/05/2024)

A leitura comparativa dos indicadores apresentados no gráfico anterior demonstra que, entre 2011 e 2023, o número de óbitos foi largamente superior ao número de nados vivos. O ano de 2020 foi aquele em que se vivenciou o maior desequilíbrio, sendo que a diferença entre o número de óbitos e o número de nados vivos foi de 159. O número de óbitos registado, em 2023, foi de 189, valor inferior ao registado em 2021 (232) e em 2011 (215). De destacar que no horizonte temporal em apreço, foi no ano de 2020 que se registou o maior número de óbitos (+ 41 óbitos que no ano anterior), o que poderá ser explicado pela pandemia da COVID 19.

Analisando os óbitos de acordo com o grupo etário, constou-se que, no período de 2011 a 2023, apenas se registaram óbitos em menores de 1 ano de idade em 2014 (1 óbito) e em 2017 (1 óbito). Posto isso, conclui-se a tendência para que a taxa de mortalidade infantil no concelho de Caminha seja nula, com a exceção dos anos anteriormente referidos.

Gráfico 28 | Evolução da proporção de óbitos por grupo etário no concelho de Caminha, 2011-2023

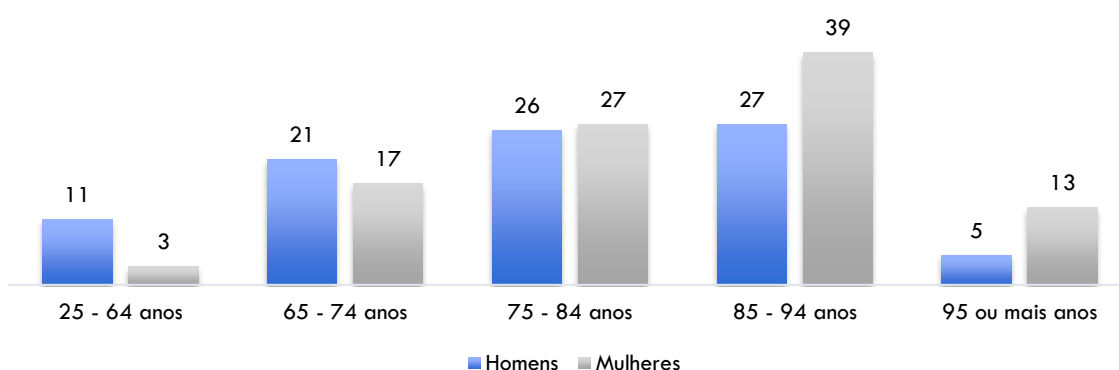


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 05/05/2024)

No ano de 2023, foi entre os residentes com idades entre os 85 e os 94 anos de idade que ocorreu o maior número de óbitos (66: 34,92%). O segundo grupo etário com maior proporção de mortes foi o

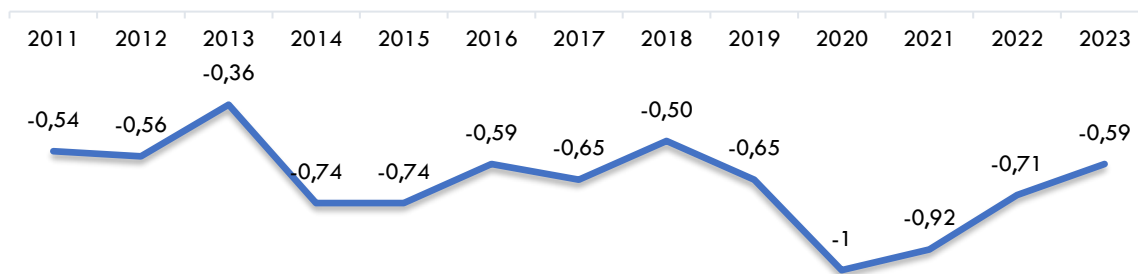
dos 75 aos 84 anos de idade (52: 28,04%). De seguida, surgiu o grupo dos 65 aos 74 anos de idade (38: 20,11%) e o grupo dos idosos com 95 ou mais anos de idade (18: 9,52%). A morte entre os residentes com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos de idade perdeu peso, passando a representar 7,41% do total de óbitos (14). Não ocorreu nenhum óbito entre as crianças e jovens dos 0 aos 24 anos de idade. Estes dados vêm corroborar o aumento da longevidade.

Gráfico 29 | Distribuição do número de óbitos por grupo etário e por sexo no concelho de Caminha, 2023



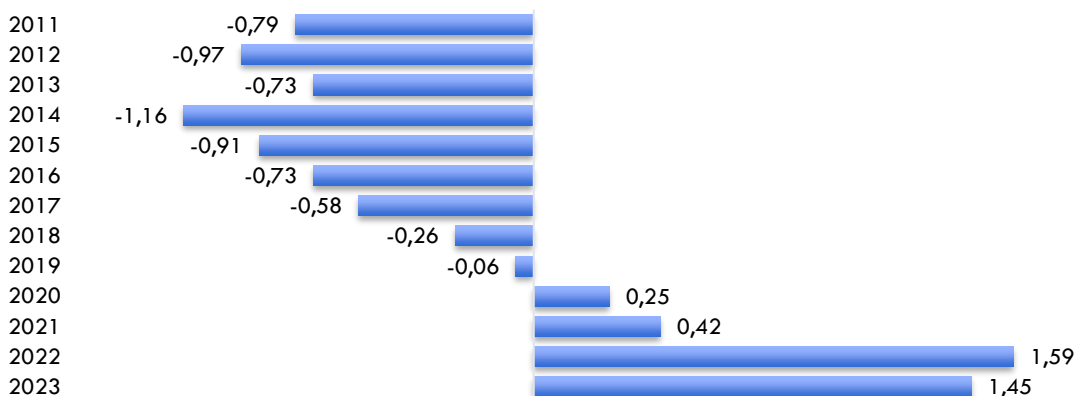
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 06/05/2024)

No ano de 2023, foi no grupo etário dos 85 aos 94 anos de idade que se registou o maior número de óbitos nos homens (27: 30%). Os óbitos registados entre os indivíduos do sexo masculino dos 75 aos 84 anos de idade assumiram também um peso relevante no total de homens falecidos em 2023 (26: 28,89%). Relativamente aos óbitos ocorridos entre as mulheres, de referir que foi também no grupo etário dos 85 aos 94 anos de idade que se registou o maior número de óbitos (39: 39,39%), ao qual se seguiu, o grupo etário dos 75 aos 84 anos de idade (27: 27,27%). Como fica evidente pela análise do gráfico, os óbitos entre as mulheres concentram-se maioritariamente a partir dos 75 anos de idade, sendo que a partir deste patamar etário ultrapassam os óbitos ocorridos entre os homens, o que ganha maior significado com o avançar da idade. Por seu turno, os óbitos entre os homens ganham maior relevo a partir, nomeadamente, dos 60 anos de idade e até aos 89 anos de idade. A partir dessa etapa, o número de óbitos decresce acentuadamente. Estes dados dão conta da sobrevida feminina e da sua maior longevidade. Este cenário representa a manutenção da tendência que já se vinha a fazer sentir.

Gráfico 30 | Evolução da taxa de crescimento natural no concelho de Caminha, 2011-2023 (%)


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 07/07/2024)

A análise da evolução da **taxa de crescimento natural**, indicador demográfico que expressa a relação entre o número de nascimentos (natalidade) e o número de óbitos (mortalidade), no período de 2011 a 2023, mostra que este indicador se situou sempre em valores negativos, oscilando entre os -0,54% de 2011 e os -0,59 de 2023. Isso significa que em todo o período de análise o número de nascimentos foi superado pelo número de óbitos ocorridos. Este indicador registou o seu maior desequilíbrio, em favor da mortalidade, no ano de 2020 (ano em ocorreu o maior número de óbitos).

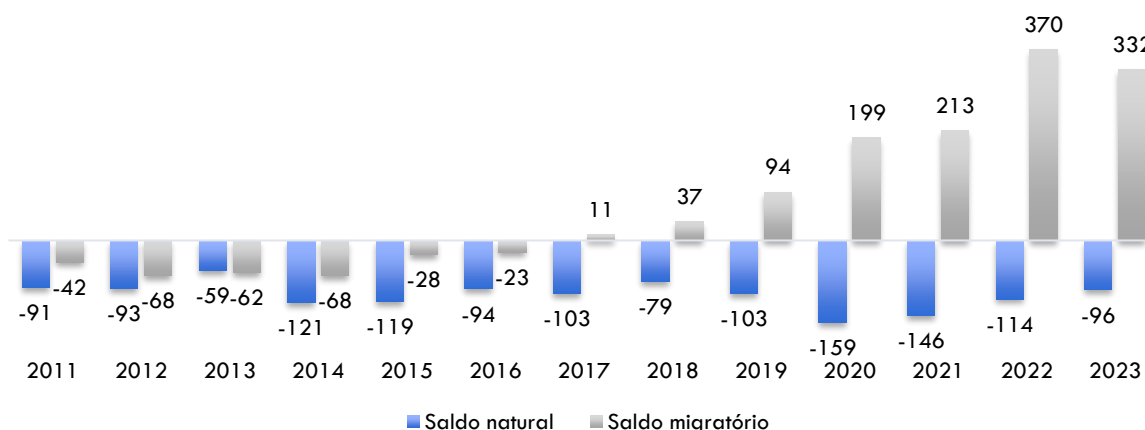
Gráfico 31 | Evolução da taxa de crescimento efetivo no concelho de Caminha, 2011-2023 (%)


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 07/07/2024)

Da leitura da **taxa de crescimento efetivo**, indicador que atende à variação populacional observada num determinado período de tempo, referido à população média desse período, no ano de 2023, constatou-se que, no concelho de Caminha, entre 2011 e 2019, a mesma se situou em valores negativos, sendo que o ano em que o crescimento efetivo assumiu valores negativos mais elevados foi 2014 (-1,16%). Desde esse ano e até 2019, este indicador manteve-se em níveis negativos, mas a variação foi-se desagravando, tendo, a partir desse ano, atingido valores positivos. No ano de 2022, este indicador

apresentou o valor mais elevado, situando-se no 1,59%, o que colocou o concelho de Caminha em patamares superiores à média nacional (0,91%), à da região Norte (0,84%) e à da sub-região do Alto Minho (0,34%). No ano de 2023, este indicador voltou a decrescer, passando para 1,45%.

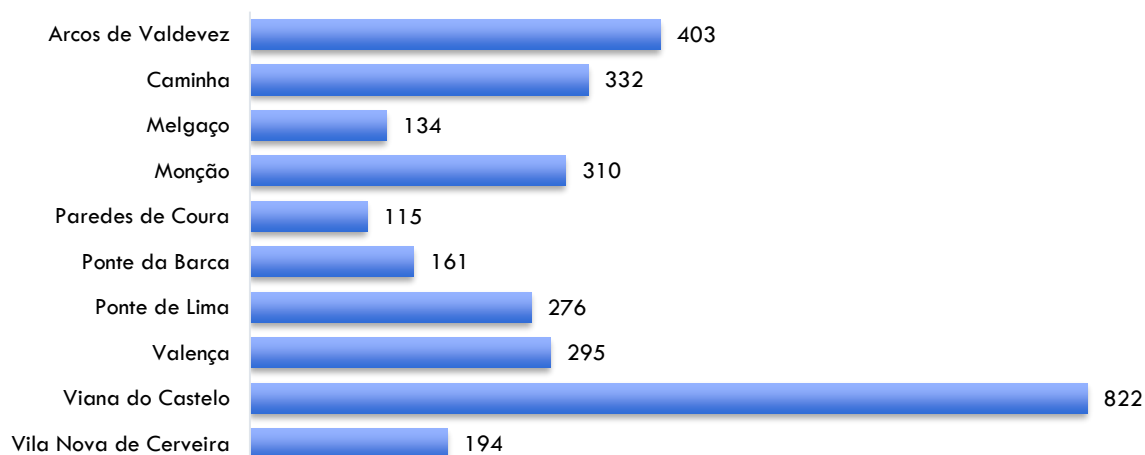
Gráfico 32 | Evolução dos saldos natural e migratório, no concelho de Caminha, de 2011 a 2023



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/11/2022 e atualizado a 07/07/2024)

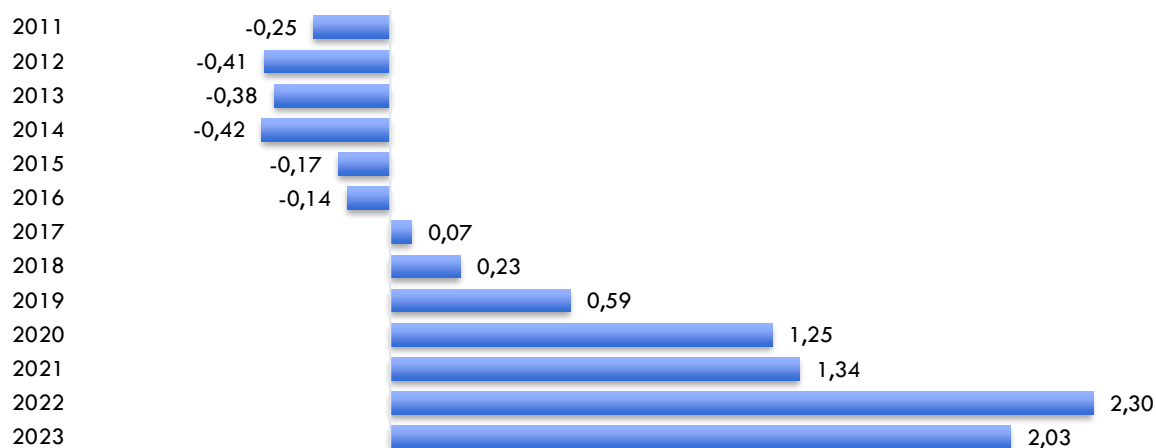
A análise da evolução do **saldo natural**, indicador que mostra a diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, no concelho de Caminha, entre 2011 e 2023, revela que, pese embora as oscilações, o mesmo manteve-se em níveis negativos, o que, tal como anteriormente evidenciado, é o resultado do desequilíbrio existente a natalidade e a mortalidade. O ano de 2020 foi aquele em que este indicador apresentou valores mais elevados (-159). De referir que o saldo natural, em 2023, era de -96, o que representou um aumento face ao ano anterior (-114).

O **saldo migratório** do concelho de Caminha, o qual dá nota da diferença entre o número de entradas e saídas por migração, caracteriza-se pela existência de oscilações significativas desde 2011, situando-se, em 2023, nos 332. Entre 2011 e 2016, este indicador assumiu valores negativos, o que revela um desequilíbrio entre as entradas e saídas do concelho, pese embora, desde 2015 seja evidente o crescimento. O valor mais baixo registou-se nos anos de 2012 e 2014 (-68). A partir de 2017, o saldo migratório assumiu uma tendência de crescimento positivo, sendo que em 2022, o mesmo atingiu o patamar de 370, decrescendo no ano seguinte (2023: 332). Desde 2017, eram mais aqueles que, vindo do exterior do concelho, escolhiam o mesmo para estabelecerem a sua residência, do que aqueles que saíam.

Gráfico 33 | Saldo migratório dos concelhos do Alto Minho, 2023


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 07/07/2024)

O saldo migratório atingiu, em 2023, um valor positivo em todos os concelhos da sub-região do Alto Minho, à semelhança do que tem vindo a acontecer desde 2017, à exceção de Ponte de Lima, território em que, nesse ano, este indicador era de -43. Os valores mais elevados deste indicador, no ano de 2023, foram os registados nos concelhos de Viana do Castelo (822), Arcos de Valdevez (403), Caminha (332) e Valença (295).

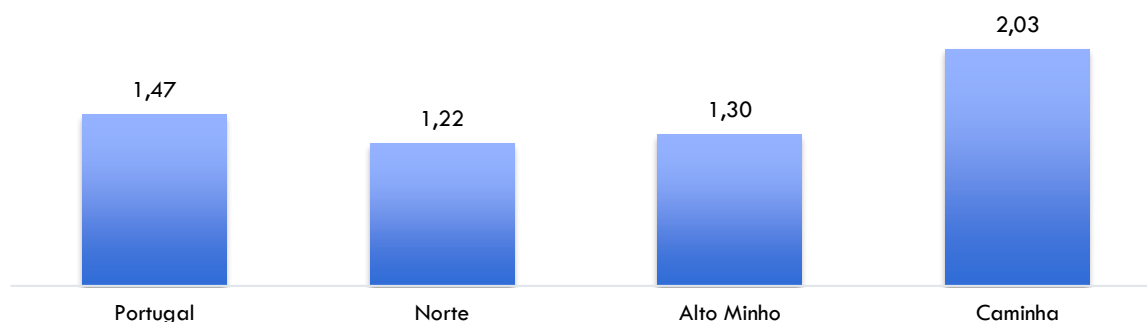
Gráfico 34 | Evolução taxa de crescimento migratório no concelho de Caminha, de 2011 a 2023 (%)


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 07/07/2024)

A **taxa de crescimento migratório**, indicador que representa o saldo migratório observado referido à população média, era, para o concelho de Caminha, em 2023, de 2,03%, valor inferior ao atingido no

ano anterior, o qual era de 2,30%. O valor de 2022 foi o mais elevado desde 2011 (-0,25%). De notar que entre 2011 e 2016, este indicador situava-se em valores negativos.

Gráfico 35 | Taxa de crescimento migratório, 2023 (%)

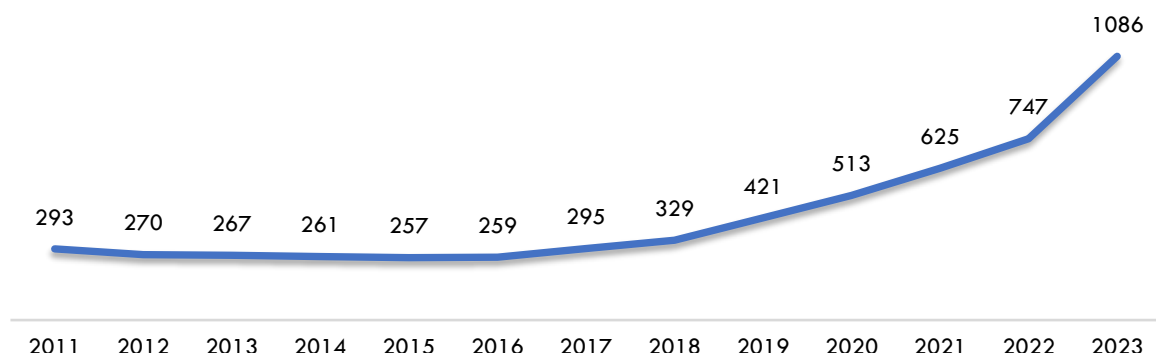


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 07/07/2024)

No ano de 2023, a taxa de crescimento migratório do concelho de Caminha era superior à média nacional (1,47%), da região Norte (1,22%) e da sub-região do Alto Minho (1,30%).

1.2.5. Migrações e População Estrangeira

Em resultado da informação do ponto anterior, torna-se pertinente proceder à caracterização das dinâmicas e processos, bem como analisar os seus impactos culturais, sociais e económicos. Importa também conhecer os perfis socioeconómicos da população imigrante, por forma a, em linha com os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março, definir estratégias que favoreçam a integração, a capacitação dos imigrantes e o combate à discriminação dos mesmos, maximizando os recursos disponíveis.

Gráfico 36 | Evolução da população estrangeira residente no concelho de Caminha, 2011-2023


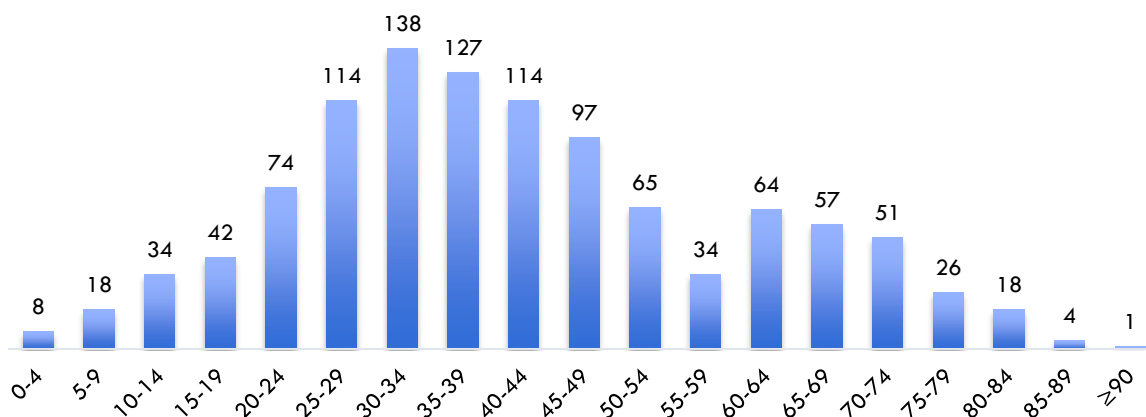
Fontes: <https://www.ine.pt> (Acedida a 06/05/2023) e dados disponibilizados pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo

Os dados apresentados permitem concluir que, de 2011 (293) a 2015 (257), se assistiu a uma quebra contínua no número de cidadãos estrangeiros a residir legalmente no concelho de Caminha. A partir desse ano, a população estrangeira a residir no concelho de Caminha com autorização ou cartão de residência tem vindo a aumentar, sendo de destacar que o aumento mais significativo ocorreu entre 2022 (747 residentes) e 2023 (1 086), correspondente a + 339 cidadãos estrangeiros do que no ano transato.

De acordo com os dados disponíveis, a proporção da população residente no concelho de Caminha de nacionalidade estrangeira, no total da população, era, em 2011, de 2,37%, passando, em 2021, a atingir os 3,39% e, em 2022, nos 4,66%. Nesses anos, os valores registados para o concelho, situam-no acima da média da região Norte (2011: 1,40%; 2021: 2,59%; 2022: 3,29%) e da sub-região do Alto Minho (2011: 1,68%; 2021: 3,01%; 2022: 3,96%), mas inferior à média nacional (2011: 3,73%; 2021: 5,24%; 2022: 7,46%). Assim sendo, conclui-se que a tendência é para o aumento não só no número de efetivos estrangeiros, como também no peso dos mesmos no total da população residente.

Descendo à escala das freguesias, o último ano para o qual se dispõe de dados é 2021, os quais demonstram que era na freguesia de Seixas (4,74%) que se concentra a maior proporção de população estrangeira, seguida da União de Freguesias de Moledo e Cristelo (4,63%), Argela (3%). No lado oposto, à União de Freguesias de Argas (0%), Vile (0,35%) e União das Freguesias de Gondar e Orbacém (1,1%) apresentavam menor proporção de estrangeiros residentes.

Considerando a informação disponível, em 2023, dos 1 086 cidadãos estrangeiros a residir legalmente no concelho de Caminha, em 2023, 574 (52,86%) eram homens e 512 (47,15%) eram mulheres, mantendo o predomínio dos cidadãos do sexo masculino registado nos anos anteriores (2022: 401 homens e 346 mulheres; 2021: 342 homens e 283 mulheres).

Gráfico 37 | População estrangeira residente no concelho de Caminha, por grupo etário, 2023


Fonte/Entidade: Agência para a Integração, Migrações e Asilo.

Pela análise do gráfico anterior, observou-se que a população estrangeira a residir legalmente no concelho de Caminha, em 2023, era constituída, na sua maioria, por indivíduos em idade ativa e idade fértil, sendo que dentro destes se destacam os jovens dos 30 aos 34 anos de idade (138: 84 homens e 54 mulheres), com um peso de 12,71% das pessoas estrangeiras a residir no concelho. A este grupo etário, segue-se o dos 35 aos 39 anos de idade (127: 69 homens e 58 mulheres), representando 11,69%. Esta informação permite concluir que a população residente no concelho de Caminha de nacionalidade estrangeira é menos envelhecida do que a população portuguesa. Deste modo, poderá concluir-se que a imigração para Portugal se fez predominantemente por razões económicas ou laborais e de educação/formação.

Como demonstram os dados disponíveis, cerca de 8,66% da população estrangeira com estatuto legal que residia no concelho de Caminha, em 2023, era constituída por crianças e jovens em idade escolar, o que exige que as entidades com responsabilidades ao nível da educação estejam dotadas de recursos e medidas adequadas às necessidades emergentes da diversidade cultural na Escola, por forma a, alinhado com o defendido/perspetivado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), promover a inclusão e a equidade na educação.

A proporção de população estrangeira idosa no total da população estrangeira residente era de 14,46% (157 residentes), sendo que o número de idosos estrangeiros com mais de 85 anos de idade é residual (0,46%: 23 residentes). Estes dados permitem concluir que a entrada/permanência no concelho de população em idade de reforma é efetuada em proporções pouco significativas. Por outro lado, esta presença de população estrangeira idosa exige que ao pensar na planificação, organização e gestão das respostas sociais seja considerada a crescente diversidade cultural.

Gráfico 38 | População estrangeira a residir legalmente no concelho de Caminha, por continente de origem, 2023



Fonte/Entidade: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Acedido a 14/05/2024)

Tal como decorre dos dados apresentados, os 1 086 cidadãos estrangeiros que, em 2023, residiam legalmente no concelho de Caminha, eram oriundos de diversos países dos 5 continentes, sendo de referir que a maioria, 45,86%, era originária de países da América.

Gráfico 39 | População estrangeira legalmente residente no concelho de Caminha, por país de origem (Continente Americano), 2023

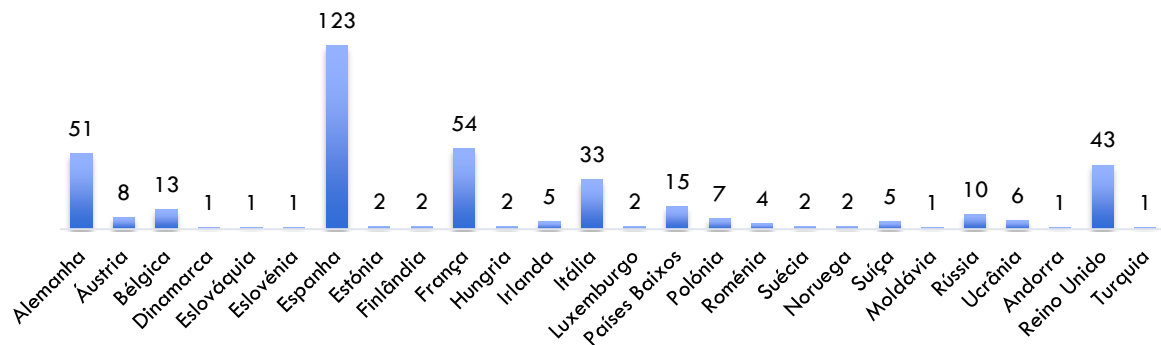


Fonte/Entidade: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Acedido a 16/05/2024)

Pela análise do gráfico constata-se que no concelho de Caminha residiam, em 2023, um número significativo de cidadãos naturais de países do continente americano (498 habitantes: 45,86%): Argentina (6 habitantes), Bolívia (1 habitante), Brasil (448 habitantes), Canadá (6 habitantes), Chile (1 habitante), Colômbia (3 habitantes), Cuba (1 habitante), Equador (1 habitante), EUA: 27 (habitantes), Uruguai (2 habitantes) e Venezuela (2 habitantes). De entre estes, destacavam-se os cidadãos brasileiros (488), mantendo-se, à semelhança do que já vinha acontecendo, pelo menos, desde 2008, como a

principal comunidade estrangeira residente no concelho, representando 41,29% do total dos cidadãos estrangeiros.

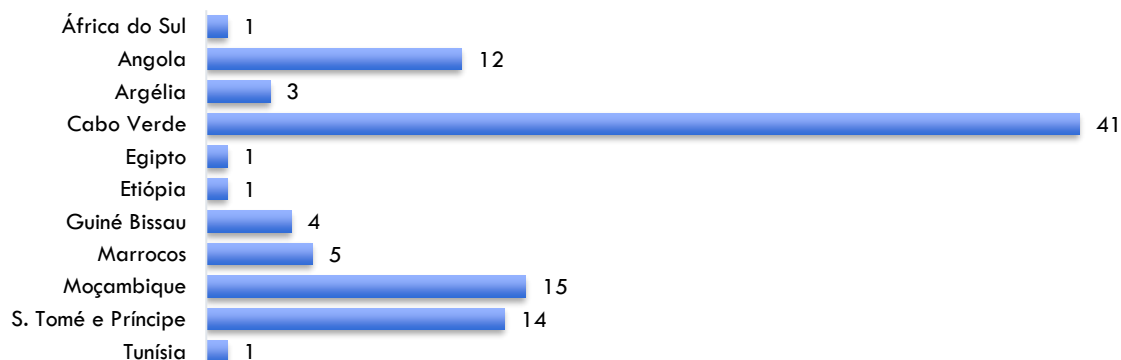
Gráfico 40 | População estrangeira legalmente residente no concelho de Caminha, por país de origem (Continente Europeu), 2023



Fonte/Entidade: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Acedido a 16/05/2024)

O continente europeu ocupava o segundo lugar, sendo que dos cidadãos a residir legalmente no concelho de Caminha, em 2023, 395 indivíduos (36,37% do total) eram originários de países da Europa. Os cidadãos procedentes de Espanha que residiam legalmente no concelho de Caminha atingiam os 123 indivíduos (11,34%), colocando-se como o segundo país de origem com maior número de efetivos. Estes dados evidenciam um aumento do número de efetivos face aos anos anteriores (2011: 42; 2020: 75; 2021: 107; 2022: 106). No território concelhio residiam, em 2023, 54 cidadãos franceses, 51 alemães, 43 britânicos, 33 italianos, 15 neerlandeses, 13 belgas e 10 russos.

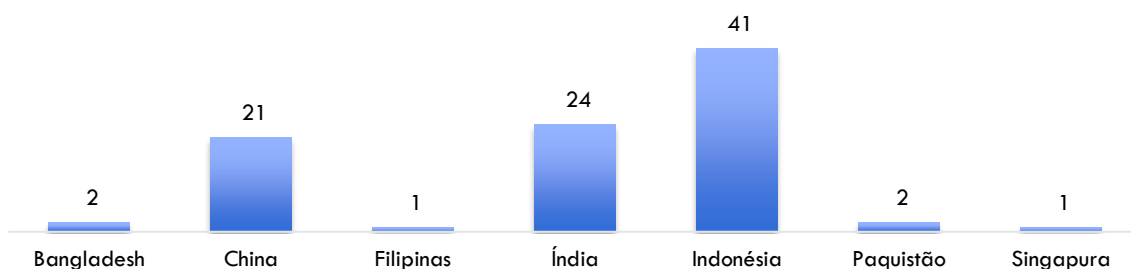
Gráfico 41 | População estrangeira legalmente residente no concelho de Caminha, por país de origem (Continente Africano), 2023



Fonte/Entidade: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Acedido a 16/05/2024)

Em 2023, eram 100 os residentes no concelho de Caminha nacionais de países do continente africano (9,21%). No que concerne à distribuição destes por país de origem, verifica-se que 41 habitantes eram nacionais de Cabo Verde, 15 de Moçambique, 14 de S. Tomé e Príncipe, 12 de Angola, 5 de Marrocos, 4 da Guiné Bissau, 3 da Argélia, 1 de África do Sul, Egipto, Etiópia e Tunísia.

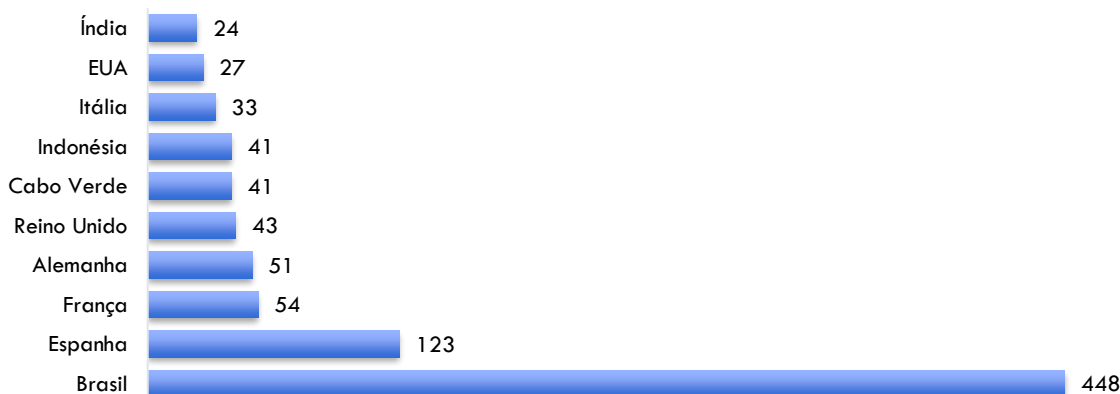
Gráfico 42 | População estrangeira legalmente residente no concelho de Caminha, por país de origem (Continente Asiático), 2023



Fonte/Entidade: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Acedido a 16/05/2024)

No ano de 2023, residiam legalmente no concelho um total de 92 habitantes oriundos de países do continente asiático, correspondendo a 8,47% do total. Os cidadãos indonésios eram aqueles que conheciam um contingente mais elevado (41 habitantes), seguido da Índia (24 habitantes) e da China (21 habitantes). No extremo oposto estavam os cidadãos das Filipinas (1 habitante), Singapura (1 habitante), o Bangladesh (2 habitantes) e Paquistão (2 habitantes).

Gráfico 43 | Distribuição da população estrangeira legalmente residente no concelho de Caminha pelas 10 nacionalidades mais representadas, 2023



Fonte/Entidade: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Acedido a 16/05/2024)

Em suma, observou-se que as dez nacionalidades estrangeiras numericamente mais representadas no concelho de Caminha correspondiam a 81,49% do total de estrangeiros residentes em 2023. Assim sendo, neste último ano, a nacionalidade brasileira manteve-se na primeira posição (41,25%: 448 residentes), seguida pelos nacionais de Espanha (11,33%: 123 residentes), de França (4,97%: 54 residentes), da Alemanha (4,70%: 51 residentes), do Reino Unido (3,96%: 43 residentes), de Cabo Verde (3,78%: 41 residentes), da Indonésia (3,78%: 41 residentes), da Itália (3,04%: 33 residentes), dos EUA (2,49%: 27 residentes) e da Índia (2,21%: 24 residentes).

De referir que, entre as dez nacionalidades numericamente mais representadas no concelho de Caminha, em 2023, vigorava uma diversidade da estrutura demográfica da população estrangeira residente. Assim, em 2023, pese embora o número de homens tenda a ser superior ao das mulheres, isso não se observou entre os nacionais do Reino Unido (19 homens e 24 mulheres), Cabo Verde (16 homens e 25 mulheres), Itália (16 homens e 17 mulheres) e EUA (9 homens e 18 mulheres).

Em 2023, de entre as dez nacionalidades estrangeiras numericamente mais representadas, com uma estrutura etária mais jovem e com uma maior concentração nas idades ativas, destacam-se: Brasil (13,62% com 25-29 anos de idade e 16,96% com 30-34 anos de idade), Cabo Verde (36,59% com 25-29 anos de idade e 24,39% com 30-34 anos de idade), Indonésia (24,39% com 35-39 anos de idade e 31,70% com 40-44 anos de idade) e a Índia (29,17% com 25-29 anos de idade). Os nacionais dos EUA apresentam uma maior concentração no grupo etário dos 54-59 anos de idade, com 22,22%. Em contrapartida, dentro destas dez nacionalidades, as estruturas etárias mais envelhecidas (com maiores percentagens da sua população nos intervalos a partir dos 65 anos de idade) são evidentes entre os cidadãos naturais dos países europeus: Espanha (13,01% com 60-64 anos de idade e 13,82% com 65-69 anos de idade), França (16,67% com 60-64 anos de idade e 22,22% com 70-74 anos de idade), Reino Unido (16,28% com 65-69 anos de idade e 18,60% com 70-74 anos de idade), Itália (15,15% com 65-69 anos de idade). A exceção cabia à Alemanha (11,76% com 35-39 anos de idade e 15,69% com 40-44 anos de idade), embora seja o único que conta com efetivos com 85 ou mais anos de idade (2: 3,92%).

Importa, contudo, referir que os dados disponíveis/apresentados dizem respeito apenas aos cidadãos estrangeiros com autorização ou cartão de residência válido a residir no concelho, não espelhando as situações daqueles que, por razões várias, não tinham conseguido, até essa data, solicitar e/ou concluir o processo de legalização da permanência legal no território. Tampouco contempla as situações dos requerentes e beneficiários de proteção internacional a residir no concelho de Caminha.

A escolha do concelho de Caminha como localidade de residência por parte de cidadãos vindos de outros países, importante contributo para a compensação do processo de envelhecimento, do declínio

populacional, da perda de população jovem e adulta em idade ativa (reposição da força de trabalho) que caracteriza o território, desafia os vários agentes sociais a pensarem em políticas e estratégias de atuação em diferentes domínios de intervenção (educação e formação, saúde, emprego, coesão social), que permitam garantir a mitigação dos riscos de exclusão social, a antecipação de ameaças e a potenciação de oportunidades que permitam alcançar uma integração bem-sucedida.

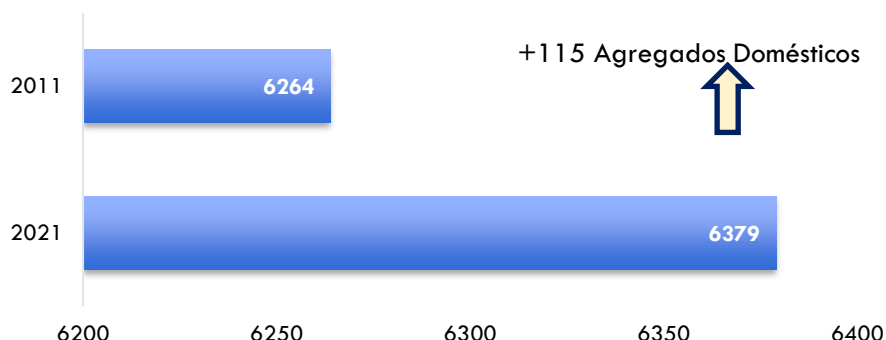
Os vários agentes sociais fizeram constar também que o aumento da população estrangeira residente no concelho tem sido acompanhado por um incremento dos pedidos de apoio social (apoio alimentar, apoio pecuniário para pagamento de despesas correntes e despesas com a habitação, ...) efetuados por cidadãos estrangeiros junto de diferentes serviços. Mais acrescentaram que uma franja importante destes cidadãos apresenta um potencial de vulnerabilidade social elevado, em resultado da ausência de uma rede de suporte social robusta, das dificuldades de integração decorrentes de fatores de índole linguística, religiosa e/ou cultural. Deste modo, os atores locais consideraram ser necessário efetuar o diagnóstico da população imigrante residente no concelho de Caminha para se poderem desenhar respostas ajustadas às suas necessidades e características.

Em face do peso que a população imigrante assume no total da população residente, importa conhecer com maior profundidade o perfil da mesma (grau de integração, capacidade de comunicação e compreensão, perfil familiar, hábitos tradicionais e adquiridos, áreas de residência, motivações e aspirações,...), as necessidades específicas e grau de satisfação, os laços de solidariedade existentes nas comunidades imigrantes e entre estas e as comunidades de acolhimento, as formas de envolvimento e de diálogo multicultural.

1.2.5. Estruturas Familiares e sua Caracterização

As alterações demográficas até aqui analisadas têm impacto na composição e na dinâmica dos agregados familiares.

Gráfico 44 | Evolução do número de agregados domésticos (institucionais e privados) residentes no concelho de Caminha, 2011-2021



Fonte: <https://www.ine.pt/> (Acedido a 23/03/2023)

De referir que, entre 2011 e 2021, assistiu-se a um aumento do número total de agregados domésticos, passando dos 6 264 para os 6 379.

Tabela 9 | Evolução do número de agregados domésticos, por tipo, 2011- 2021

	TOTAL			N.º DE AGREGADOS DOMÉSTICOS INSTITUCIONAIS ¹⁶			N.º DE AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS ¹⁷		
	2011	2021	Variação (Absoluta)	2011	2021	Variação (Absoluta)	2011	2021	Variação (Absoluta)
Portugal	4 048 559	4 155 144	106 585	4 833	5 476	643	4043726	4 149 668	105 942
Alto Minho	89 676	90 957	1 281	86	102	16	89 590	90 855	1 265
Caminha	6 264	6 379	115	7	7	0	6 257	6 372	115

Fonte: <https://www.ine.pt/> (Acedido a 23/03/2023)

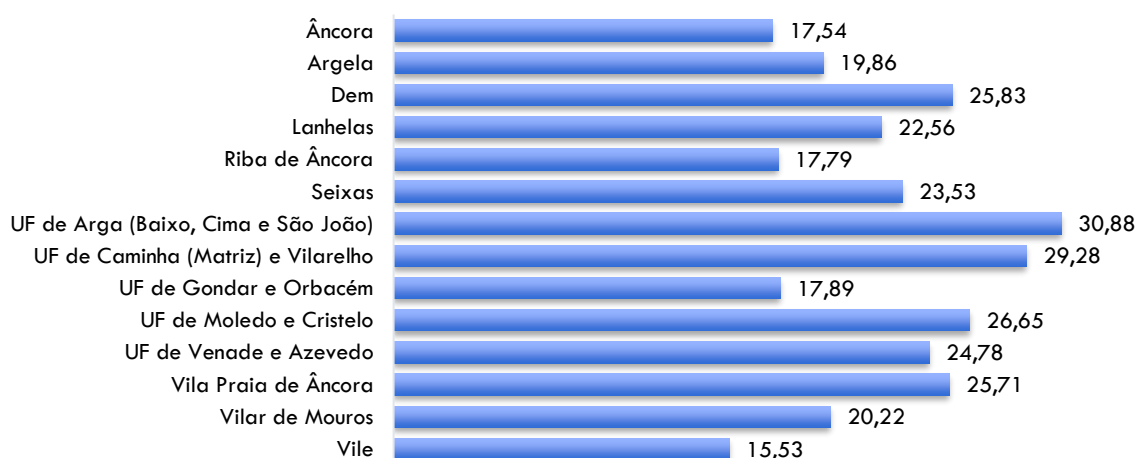
De acordo com a informação disponibilizada pelos Censos de 2021, no concelho de Caminha, o número de agregados domésticos institucionais, no período de 2011-2021 manteve-se (7). Nessa janela temporal, assistiu-se a um **aumento no número de agregados domésticos privados**, face ao ano de 2011. Nesse ano, residiam no território concelhio 6 257 agregados domésticos privados, passando estes a ser, em 2021, um total de 6 372, o que significa que residiam no concelho mais 115 famílias. Esta tendência de crescimento é transversal ao país e ao Alto Minho.

¹⁶ Cfr. Glossário.

¹⁷ Cfr. Glossário.

Porém, não se pode deixar de notar que **a dimensão média dos agregados domésticos no concelho de Caminha tem vindo a reduzir-se**, já que em 2011 era de 2,63 elementos, passando a ser, em 2021, 2,44 elementos (situando-se abaixo dos 2,5 que é a média nacional e do Alto Minho, dos 2,6 da zona norte do país). Partindo da análise da modificação da dimensão das famílias, verifica-se que este aumento do número de agregados domésticos privados é acompanhado por uma tendência para contração do número de elementos que os integram. As famílias do concelho são, de uma forma geral, hoje em dia, mais pequenas do que no passado.

Gráfico 45 | Proporção dos agregados domésticos unipessoais residentes no concelho de Caminha, por freguesia, 2021

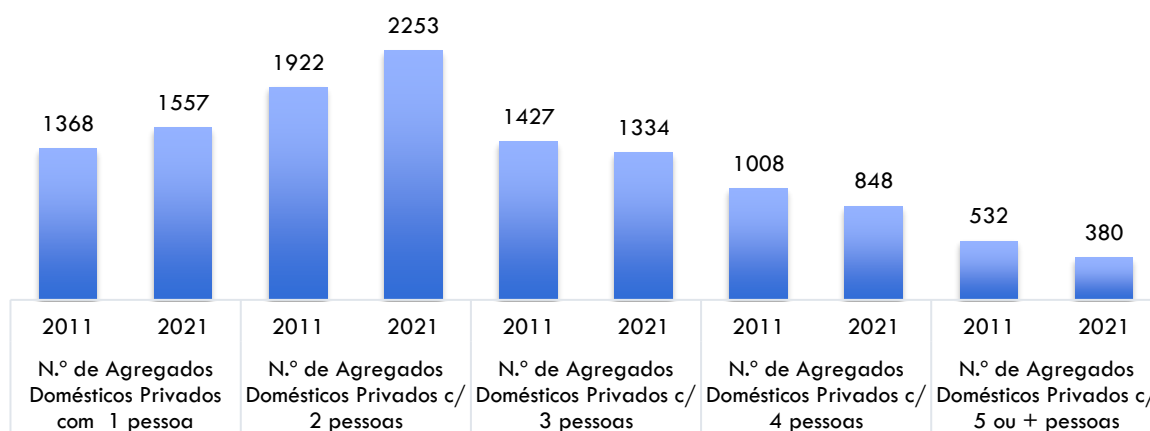


Fonte: <http://www.ine.pt> (acedido a 23/03/2023)

Esta tendência para a contração do tamanho das famílias residentes no concelho de Caminha permite antever o agravamento da incapacidade de as mesmas garantirem o acompanhamento e cuidados dos elementos dependentes (crianças e idosos), tornando-as mais dependentes de terceiros para assegurar o desempenho desta função que tradicionalmente lhe estava adstrita. Tal como decorre dos dados apresentados no gráfico anterior, a maior proporção de agregados domésticos unipessoais regista-se na União de Freguesias de Arga, a qual é também aquela que apresenta um maior número de efetivos com idade igual ou superior aos 65 anos.

Esta realidade (alteração da dimensão das famílias) conjugada com a mudança na estrutura familiar e com o crescente envelhecimento da população residente no concelho desafiam as autoridades, as instituições e a comunidade local a repensar a capacidade e as características das respostas sociais existentes.

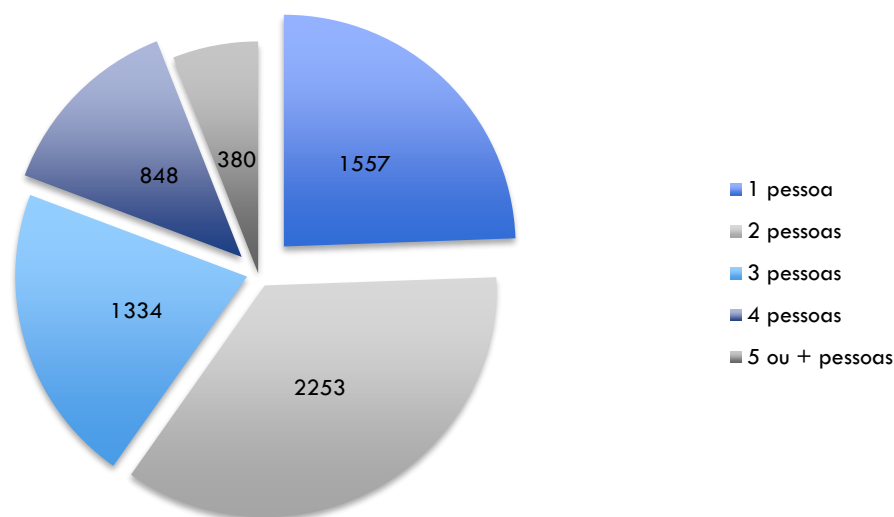
Gráfico 46 | Evolução do número de agregados domésticos privados residentes no concelho de Caminha, por dimensão, 2011-2021



Fonte: <https://ine.pt> (Acedido a 03/10/2022)

Voltando à análise das estruturas familiares e sua evolução e tal como decorre da análise do gráfico anterior, no concelho de Caminha, entre 2011 e 2021, assistiu-se a um aumento dos agregados domésticos privados unipessoais (+189) e por 2 pessoas (+ 331).

Gráfico 47 | Distribuição do número de agregados domésticos privados residentes no concelho de Caminha, por dimensão, 2021



Fonte: <https://www.ine.pt/> (Acedido a 03/10/2022)

As famílias clássicas constituídas por 2 elementos mantêm-se como a tipologia de agregado doméstico predominante (2 253 famílias, o que representa 35,36% do total de agregados domésticos privados

existentes). Em segundo lugar, surgem as famílias unipessoais, com um total de 1 557, o que corresponde a 24,44% do total dos agregados domésticos privados residentes no concelho de Caminha. Isto representa uma alteração face ao ano de 2011, data em que os agregados domésticos com esta dimensão ocupavam o terceiro lugar (antecedidos pelos agregados domésticos com 2 e com 3 elementos), correspondendo a 21,86% do conjunto das famílias). Assim, pode concluir-se que existiam, em 2021, mais pessoas a viver sozinhas do que em 2011. Por seu turno, os agregados domésticos privados com maiores dimensões 3 ou mais elementos vivenciaram um decréscimo, sendo que o peso assumido pelos mesmos no universo total dos agregados tem sofrido um declínio, o que significa uma contração do número de efetivos das famílias concelhias. As famílias com menor representação são as compostas por 5 ou mais pessoas (5 elementos: 248; 6 elementos 95; 7 elementos: 24; 8 elementos: 6; 9 ou mais elementos: 6) e, as quais se situavam em 380, representando apenas 5,96% do total de famílias a residir no concelho, o que, comparativamente com 2011, revela uma perda de representatividade (8,5%).

Convém fazer constar que o crescimento do número de agregados familiares clássicos unipessoais de que se falou anteriormente foi acompanhado pelo aumento da proporção de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos de idade no total de agregados domésticos, decorrente, nomeadamente, de trajetos de conjugalidade interrompidos pela viuvez em idades relativamente tardias, assim como, ainda que de forma residual, situações residuais de celibato ou divórcio.

No concelho de Caminha, em 2021, os agregados domésticos privados unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade representam 14,53% do total dos agregados domésticos privados (11,91% em 2011), o que revela um aumento do número de pessoas idosas a residirem sozinhas.

Mais se refere que a evolução da proporção das famílias unipessoais no total dos agregados domésticos residentes no concelho de Caminha faz-se notar de forma dissemelhante no território concelhio. As freguesias que vivenciaram um maior incremento do número de famílias unipessoais de idosos foram Dem, Vile, União das freguesias de Venade e Azevedo, Vilar de Mouros, Âncora, União das freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho, Seixas, Vila Praia de Âncora, União das freguesias de Moledo e Cristelo e União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João). Nas freguesias de Riba de Âncora e Lanhelas o crescimento foi inferior a 1%. Por sua vez, nas freguesias de Argela e União das freguesias de Gondar e Orbacém a importância destes núcleos familiares decresceu.

Tabela 10 | Proporção de agregados domésticos privados unipessoais constituídos por pessoas com 65 anos de idade ou mais residentes no concelho de Caminha, por freguesia, 2021 (%)

2021	Proporção de agregados domésticos unipessoais constituídos por idosos
Âncora	10,90
Argela	12,77
Dem	20
Lanhelas	14,21
Riba de Âncora	11,46
Seixas	13,90
U F de Arga (Baixo, Cima e São João)	23,53
U F de Caminha (Matriz) e Vilarelho	17,41
U F de Gondar e Orbacém	12,20
U F de Moledo e Cristelo	14,93
U F de Venade e Azevedo	17
Vila Praia de Âncora	13,80
Vilar de Mouros	13
Vile	13,59
Total concelho	14,53

Fonte: <http://www.ine.pt> (acedido a 16/12/2022)

De forma a conseguir deter um retrato da situação real da distribuição, pelas freguesias do concelho, do peso assumido pelos agregados domésticos privados unipessoais de idosos no total dos agregados domésticos privados, informação importante para se analisar e avaliar as respostas sociais disponibilizadas no território, de referir que, em 2021, na União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João) e em Dem este indicador assume os valores mais elevados (23,53% e 20%, respetivamente). Ordenadas de forma decrescente, a estas freguesias seguem-se a União das freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (17,41%), União das Freguesias de Venade e Azevedo (17%), União das Freguesias de Moledo e Cristelo (14,93%), Lanhelas (14,21%), Seixas (13,90%), Vila Praia de Âncora (13,80%), Vile (13,59%), Vilar de Mouros (13%), Argela (12,77%), União das Freguesias de Gondar e Orbacém (12,20%), Riba de Âncora (11,46%) e Âncora (10,90%).

Estes dados remetem para outra questão social de grande importância, o isolamento social da população idosa. De acordo com os dados facultados pela GNR | Comando Territorial de Viana do Castelo, a Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC|DterViana) tinha identificados, em 2018, no concelho de Caminha 38 idosos (26 mulheres e 12 homens), com 70 ou mais anos de idade, em situação de isolamento social/vulnerabilidade, no âmbito do Programa Idosos em Segurança | Censos Sénior. Os mesmos concentravam-se sobretudo nas freguesias de Âncora (8 idosos), Vila Praia de Âncora (8 idosos), Dem (4 idosos), UF de Arga (4 idosos), UF Caminha (Matriz) e Vilarelho (4 idosos), UF de Moledo e Cristelo (4 idosos), Vile (3 idosos), Lanhelas (1 idoso), Seixas (1 idoso) e UF

de Venade e Azevedo (1 idoso). Os dados mais recentes apontam para a sinalização de mais situações-problema de idosos, com 70 ou mais anos de idade, em situação de vulnerabilidade: 2019: 9 idosos, 2020: 4 idosos e 2021: 6 idosos.

Atento a esta problemática o Município de Caminha está a desenvolver um trabalho de identificação caracterização dos idosos com 70 ou mais anos de idade que residem sozinhos ou com pessoas da mesma idade. Nesse sentido, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho de articulação com os executivos das várias freguesias para a identificação de idosos com 70 ou mais anos de idade em situação de potencial isolamento social. Até abril de 2024, foram identificados um total de 674 idosos nessas condições. Prevê-se a aplicação de um questionário junto desta população para concretizar a sua caracterização e das suas necessidades, por forma a tornar possível planificar e implementar estratégias e ações de intervenção adequadas.

Tabela 11 | Alojamentos familiares clássicos de residência habitual do concelho de Caminha ocupados por idosos, por freguesia, 2021

Freguesias	Número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos			
	Total	Com 1 residente	Com 2 residentes	Com 3 ou mais residentes
Âncora	89	46	39	4
Argela	34	18	16	0
Dem	45	24	20	1
Lanhelas	121	51	65	5
Riba de Âncora	78	29	45	4
Seixas	159	78	79	2
UF de Arga (Baixo, Cima e São João)	35	16	17	2
UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	323	176	145	2
UF de Gondar e Orbacém	28	15	13	0
UF de Moledo e Cristelo	181	93	88	0
UF de Venade e Azevedo	111	59	51	1
Vila Praia de Âncora	529	271	255	3
Vilar de Mouros	85	36	49	0
Vile	33	14	19	0
Total	1 851	926	901	24

Fonte: <http://www.ine.pt> (acedido a 16/12/2022)

Ao conjugar os dados referentes às famílias unipessoais acima referidos com aqueles que dão nota do número de agregados domésticos privados (por tipologia) nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação e grupo etário dos moradores, confirma-se que o concelho de Caminha apresenta um número não negligenciável de agregados familiares unipessoais constituídos por indivíduos com idade igual ou superior a 65 ou mais anos de idade (2021: 926). Esses agregados unipessoais são na sua maioria (648), constituídos por mulheres, por oposição aos 278 compostos por homens.

Relativamente ao regime de ocupação da habitação no caso da população idosa, comprova-se que o mesmo é, maioritariamente, na qualidade de proprietário ou coproprietário (732), seguido do regime de arrendamento ou subarrendamento (123) e, por fim, outras situações (73). Analisados os dados à escala das freguesias, verifica-se que esta prevalência do regime de ocupação de propriedade ou copropriedade é comum a todas as freguesias (Âncora: 86,96%; Argela: 88,89%; Dem: 100%; Lanhelas: 90,20%; União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João): 89,66%; União das freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho: 82,05%; União das freguesias de Gondar e Orbacém: 87,50%; União das freguesias de Moledo e Cristelo: 71,02%; União das Freguesias de Venade e Azevedo: 100%; Riba de Âncora: 75,27%; Seixas: 93,22%; Vila Praia de Âncora: 71,59; Vilar de Mouros: 80,56; Vile: 100%). Esta informação permite prever que estes agregados não têm de fazer face a despesas com o pagamento de rendas habitacionais, o que lhes permite dispor de um maior rendimento.

O fenómeno da sobremortalidade masculina conjugado com a maior longevidade feminina permitem contribuir para a justificação do facto de o contingente de idosos só ser maioritariamente constituído por mulheres. Os ganhos em anos de vida por parte das mulheres são acompanhados pelo aparecimento de incapacidades, das quais resulta a necessidade de garantir o acesso por parte das mesmas a apoio instrumental e social.

Do total de agregados familiares privados a residir no concelho, em 2021, 26,29% são constituídos apenas por indivíduos reformados ou em final do percurso profissional, o que impacta no rendimento disponível, o que os pode colocar em situações de vulnerabilidade socioeconómica. Isto ganha maior acuidade se for considerado que as mulheres, grupo mais representado, vivenciam carreiras profissionais marcadas, na grande maioria, por salários inferiores aos dos homens, o que se traduz em reformas mais baixas. A escolaridade até ao ensino básico e a não atividade são traços que caracterizam a maioria das mulheres com 65 ou mais anos a residir sozinhas.

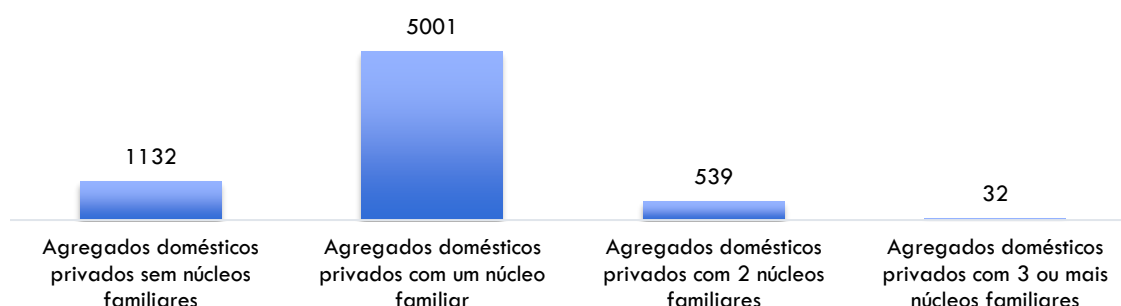
Através dos dados dos Censos de 2021, constata-se também que, para esse ano, no concelho de Caminha, 901 alojamentos familiares clássicos assumiram-se como a residência habitual de 2 moradores com 65 ou mais anos de idade, pelo que se depreende que eram 1 802 os idosos a viver com outras pessoas do mesmo grupo etário. Apurou-se que eram 24 os alojamentos familiares clássicos habitados apenas por 3 ou mais munícipes, sendo que todos tinham 65 ou mais anos de idade.

Do total de famílias clássicas residentes no concelho, em 2021 (6 379), 872 (14%) correspondiam a famílias monoparentais, sendo que a sua grande maioria (87,39%, 762) eram famílias monoparentais femininas e 12,61% eram famílias monoparentais masculinas. Os dados apresentados permitem apurar

que se verificou um aumento da proporção das famílias monoparentais, as quais, em 2011 totalizaram 783 (696 mães com filhos: 88,89%; 87 pais com filhos: 11,11%).

Relativamente às famílias monoparentais, consta-se que 503 integram, pelo menos, um filho e/ou enteado com menos de 25 anos de idade, e 369 são constituídas por filho(s) e/ou enteado(s), tendo o mais novo 25 ou mais anos de idade. Deste modo, conclui-se que a maioria das famílias monoparentais integram crianças ou jovens menores de 25 anos de idade.

Gráfico 48 | População residente com pelo menos uma dificuldade, por tipologia do agregado doméstico privado, concelho de Caminha, 2021



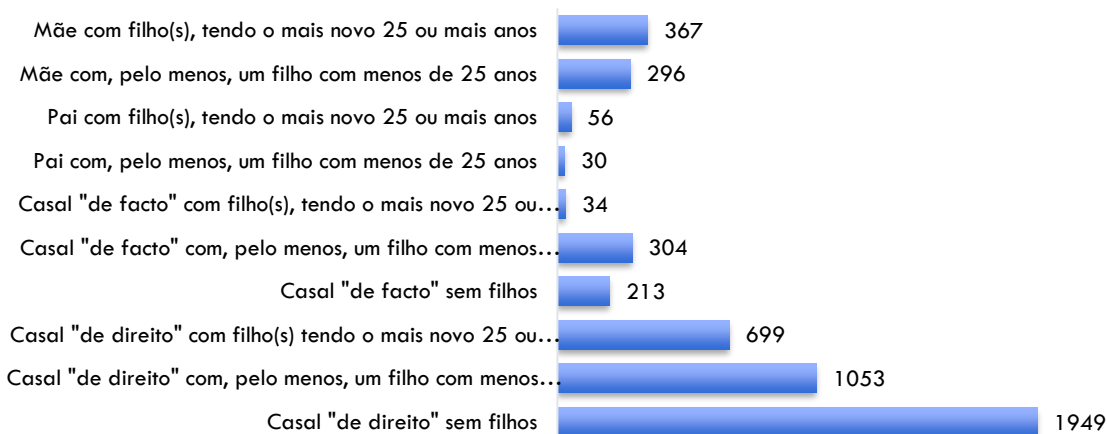
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/06/2024)

Analisando a distribuição da população residente no concelho de Caminha, no ano de 2021, por tipo de agregado familiar doméstico, constata-se que a grande maioria estava integrada em agregados domésticos privados com um núcleo familiar (casal ou núcleo monoparental), com 5 001 (74,6%). Dentro destes, a maioria das pessoas tinha apenas uma dificuldade (42,83%: 2 142 indivíduos).

1.2.6. População com Dificuldade(s) e sua Caracterização

Neste subcapítulo, é efetuada a análise dos dados estatísticos disponíveis no que concerne à população com dificuldades e é traçado o perfil sociodemográfico da mesma. São também apresentados aqueles que são, segundo os parceiros sociais, os principais desafios nesta matéria.

Gráfico 49 | População residente com pelo menos uma dificuldade que integram agregados doméstico privado com apenas um núcleo, por tipo, concelho de Caminha, 2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 11/06/2024)

No que concerne à distribuição da população com pelo menos uma incapacidade dentro dos agregados familiares constituídos por um núcleo, a maior prevalência aconteceu entre os casais “de direito” sem filhos (1 949 indivíduos, dos quais 1 710 sem outras pessoas e 239 com outras pessoas). De acordo com os dados disponíveis, são 749 indivíduos com pelo menos uma incapacidade integrados em famílias monoparentais e, dentro destas, a maior concentração acontecia entre os agregados monoparentais femininos (663 indivíduos). No seio dos mesmos, são os agregados constituídos por mães com filho(s), sendo que o filho mais novo tem 25 ou mais anos de idade, (367 indivíduos), aqueles que assumem maior relevância.

Com o propósito de aprofundar a caracterização da população residente no concelho de Caminha, com o intuito de perceber quais as necessidades da mesma e de planificar as respostas mais adequadas à satisfação das mesmas e combater a pobreza e a exclusão social, é importante conhecer os números e a realidade da população com deficiência e incapacidade.

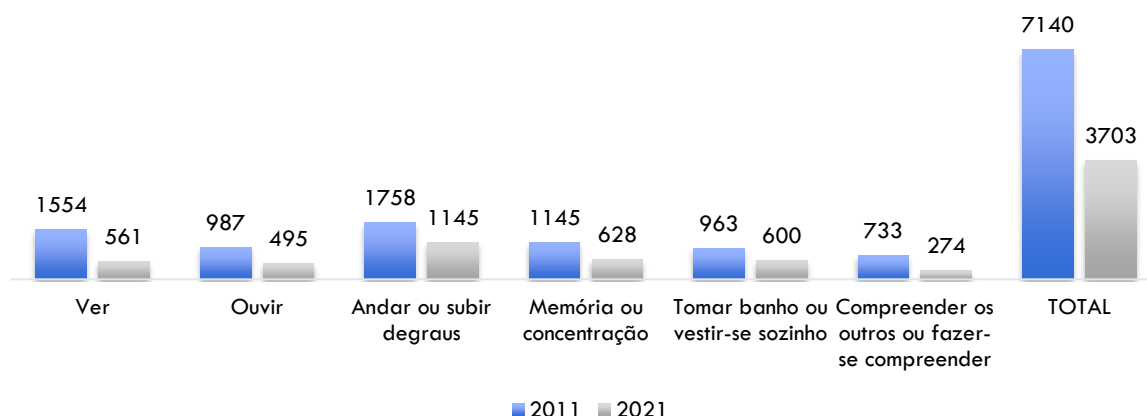
Nesse sentido, tal como sucedeu no âmbito dos Censos de 2011 e se fez constar no DS de 2013, os dados emanados dos Censos de 2021 não permitem efetuar a diferenciação entre os portadores de uma deficiência e aqueles que perderam capacidades em resultado do processo degenerativo associado ao avanço da idade ou fruto da ocorrência de algum acidente.

Nos Censos de 2021, foram colocadas questões para medir as incapacidades percecionadas pelos indivíduos residentes relativamente à «(...) existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções definidas no modelo recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a

Europa (UNECE) para utilização em recenseamentos da população, que permitem uma aproximação ao conceito de incapacidade com base na funcionalidade, ou seja, como resultado da interação entre a pessoa e os fatores contextuais, e não o resultado de uma avaliação baseada em diagnósticos médicos de deficiência¹⁸⁾.

Não obstante dos constrangimentos anteriormente referidos em relação aos dados disponíveis, pode afirmar-se que, em 2021, residiam no concelho de Caminha, um total de 6 933 pessoas (2 912 homens e 4 021 mulheres) com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade/incapacidade, o que corresponde a 45,33% da população total com 5 ou mais anos de idade. A maior concentração aconteceu na freguesia de Vila Praia de Âncora, 2 000, e na UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho, 1 044), o que representa cerca de 45,33% da mesma.

Gráfico 50 | Evolução da população com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade que refere “ter muita dificuldade” ou “não conseguir efetuar a ação”, por tipo de dificuldade, concelho de Caminha, 2011-2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 07/06/2024)

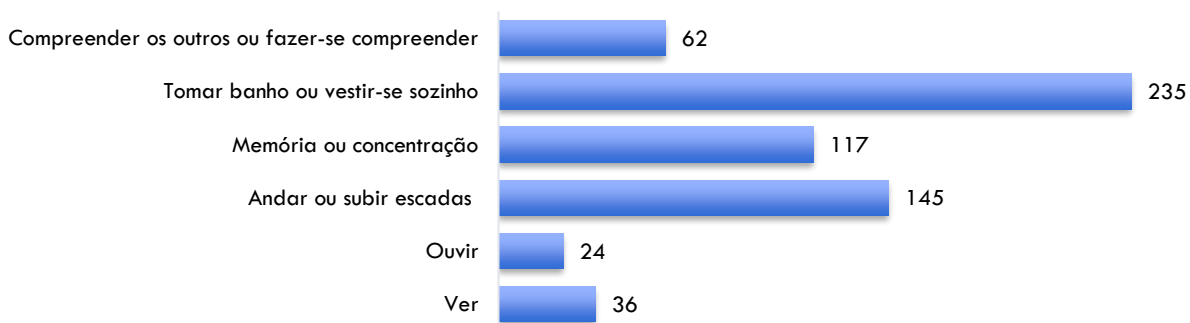
Centrando a atenção nos indivíduos com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade para os graus “ter muita dificuldade” e “não conseguir efetuar a ação” distribuídos de acordo com os domínios universais de funcionalidade anteriormente referidos, constata-se para todos eles, entre 2011 e 2021, registou-se um declínio, sendo que o maior se fez sentir ao nível daqueles que afirmaram ter dificuldades severas de visão (-993 indivíduos).

O domínio funcional com maior prevalência, no que concerne a estes 2 graus de dificuldade, era, em 2011 e em 2021, a mobilidade/andar ou subir escadas (1 758 indivíduos e 1 145 indivíduos,

¹⁸ FONTE: INE, 2023, O que nos dizem os Censos sobre as dificuldades sentidas pela população com incapacidades, INE,IP, Lisboa.

respetivamente). Assim, conclui-se que, em 2021, cerca de 24,21% da população com 5 ou mais anos de idade tinha uma ou mais dificuldades com este grau de severidade, independente do tipo de dificuldade. As dificuldades graves e severas de visão atingiam, em 2021, 3,67% da população residente com mais de 5 anos de idade. Cerca de 3,24% da população com 5 ou mais anos de idade a residir no concelho de Caminha, nesse ano, viviam uma situação de comprometimento grave e severo da sua capacidade de audição. A funcionalidade da mobilidade estava grave e severamente comprometida para 7,49% da população com 5 ou mais anos de idade residente. A memória ou concentração estava afetada de forma grave e severa para 4,11% dessa população. A proporção da população com 5 ou mais anos de idade cuja capacidade para tomar banho ou vestir-se sozinho estava condicionada com gravidade ou severidade era de 3,92%, estando esta dependente de terceiros para dar cumprimento a essas tarefas. Por seu turno, 1,79% da população residente no concelho de Caminha com 5 ou mais anos de idade deparavam-se com graves ou severas dificuldades para compreender os outros ou fazer-se compreender.

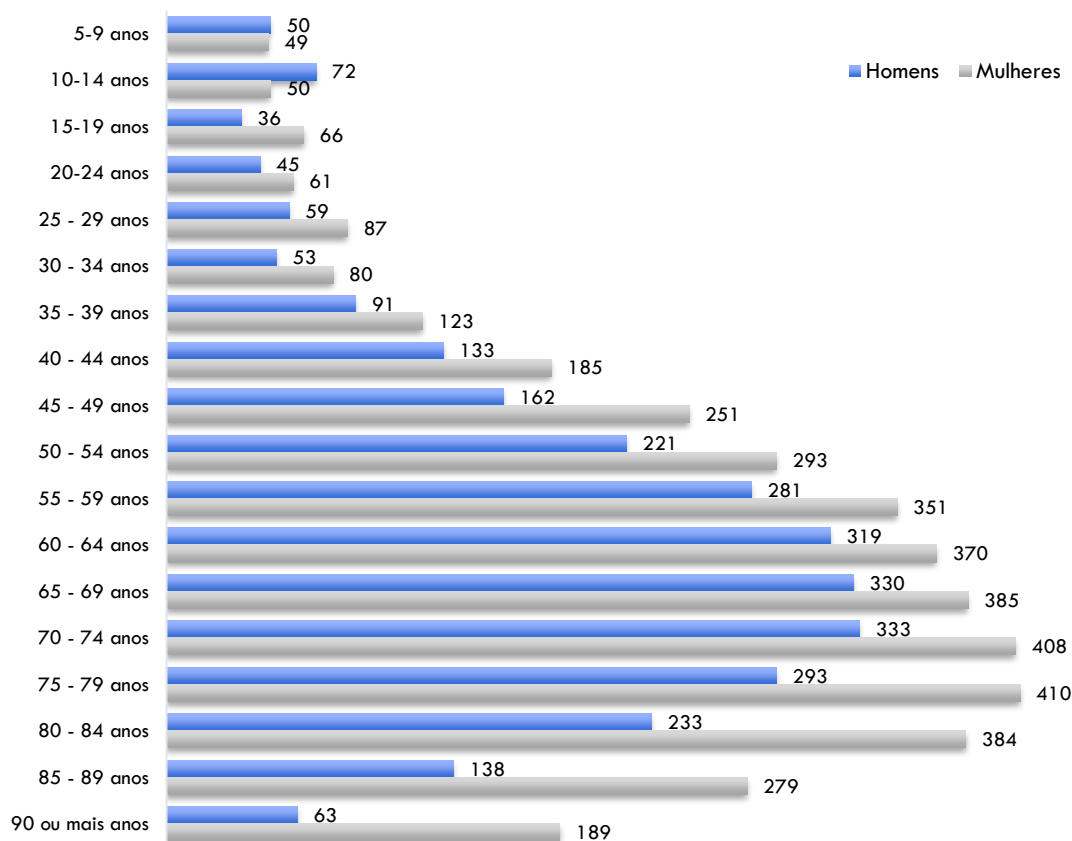
Gráfico 51 | População com 5 ou mais anos de idade com dificuldades, por tipo de dificuldade com um grau de comprometimento severo, concelho de Caminha, 2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 07/06/2024)

Entre a população com 5 ou mais anos de idade com dificuldades com um nível de comprometimento severo das funções, ou seja, aqueles que afirmavam não conseguir realizar a ação/atividade, respeitante à capacidade para tomar banho ou vestir-se sozinho que se encontrava o maior número indivíduos (235). Embora com menor relevo, a mobilidade assumia-se como a segunda com um maior número de afetados severamente (145), à qual se seguia a memória ou concentração. As dimensões relacionadas com a audição (24 indivíduos), da visão (36 indivíduos) e a da comunicação (62) eram as que apresentavam menor prevalência.

Gráfico 52 | População residente com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, por sexo e grupo etário, concelho de Caminha, 2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/06/2024)

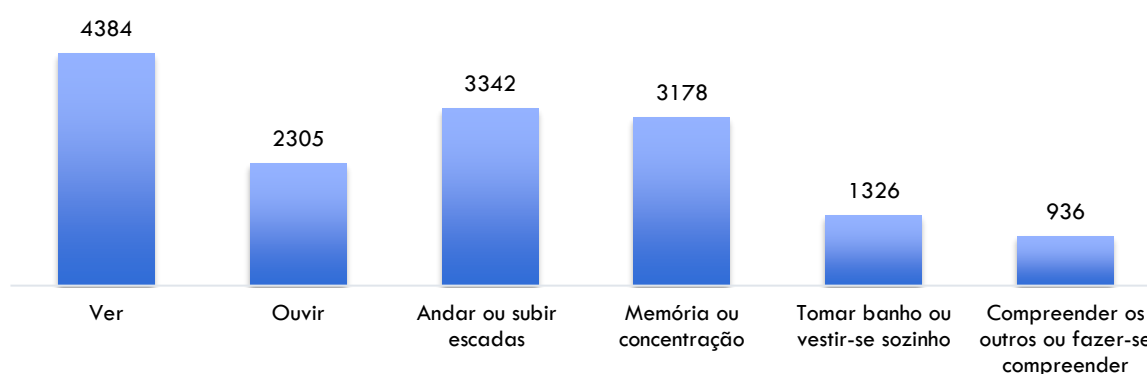
Analisando a população com incapacidade de acordo com o sexo e grupo etário, pode concluir-se que, em 2021, esta condição afetava maioritariamente as mulheres (58%), sendo que os homens com 5 ou mais anos de idade detentores de pelo menos uma dificuldade/incapacidade correspondia a 42%. Nos grupos etários até aos 14 anos de idade o número de indivíduos do sexo masculino com pelo menos 1 dificuldade/incapacidade excedia o número de indivíduos do sexo feminino. Nos cidadãos dos grupos etários a partir dos 15 anos de idade, as mulheres com pelo menos 1 dificuldade ultrapassava o número de homens em igual situação. A maior divergência, em favor das mulheres, fez-se sentir nos grupos etários dos 80 aos 84 anos de idade (+ 151).

A maior proporção da população com 5 ou mais anos afetada (39,43%: 2 734 indivíduos) detinha apenas 1 das dificuldades anteriormente elencadas. Com menor expressão surgiram os indivíduos com 6 e 5 dificuldades (426: 6,14% e 424: 6,12%, respetivamente). O grupo etário em que aparecia um maior número de indivíduos com dificuldades era o dos 70 aos 74 anos (741: 10,69%). No ponto

extremo, surgia o grupo etário dos 5 aos 9 anos de idade (99: 1,43%). De salientar que do total da população com 5 ou mais anos de idade detentora de pelo menos uma dificuldade, 3 267 (47,12%) encontrava-se em idade ativa. A população idosa com pelo menos uma dificuldade representava um total de 49,69% (3 445).

De referir que a partir do grupo etário dos 75 aos 79 anos de idade, o número de indivíduos com pelo menos uma dificuldade/incapacidade assumia uma tendência de decréscimo.

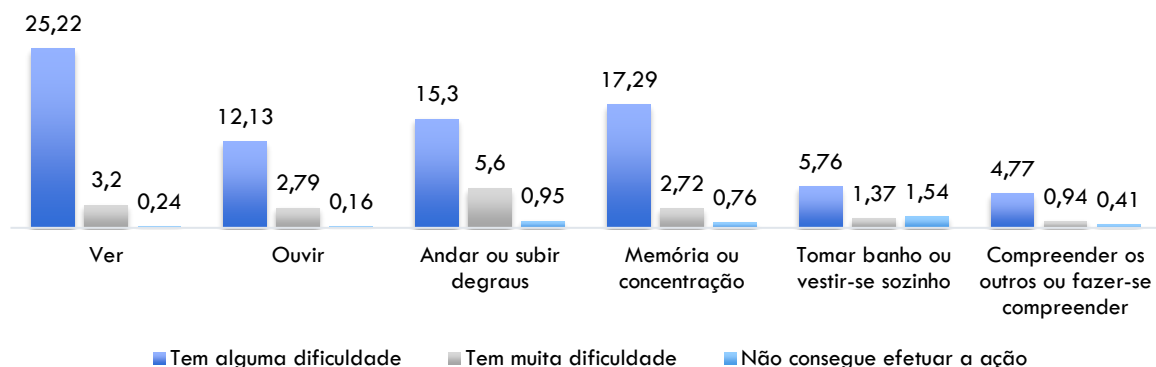
Gráfico 53 | População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades, por tipo de dificuldade, concelho de Caminha, 2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 12/06/2024)

Observando a população com 5 ou mais anos de idade com dificuldades, verifica-se que aquela que apresenta **maior prevalência era, em 2021, a incapacidade para ver** (4 384 indivíduos: 3 858 “Tem alguma dificuldade”; 490 “Tem muita dificuldade” e 36 “Não consegue efetuar a ação”), seguida da **incapacidade para andar ou subir degraus** (3 342 indivíduos: 2 340 “Tem alguma dificuldade”; 857 “Tem muita dificuldade” e 145 “Não consegue efetuar a ação”) e para **memorizar ou concentrar-se** (3 178 indivíduos: 2 645 “Tem alguma dificuldade”; 416 “Tem muita dificuldade” e 117 “Não consegue efetuar a ação”). A incapacidade menos referida pelos indivíduos residentes no concelho de Caminha aquando do último momento censitário foi a relacionada com a função **“Compreender os outros ou fazer-se compreender”** (936 indivíduos: 730 “Tem alguma dificuldade”; 144 “Tem muita dificuldade” e 62 “Não consegue efetuar a ação”). Quanto à ação **“Tomar banho ou vestir-se sozinho”** foi apontada como comportando dificuldades de execução por 1 326 indivíduos (881 “Tem alguma dificuldade”; 210 “Tem muita dificuldade” e 235 “Não consegue efetuar a ação”).

Gráfico 54 | Proporção de população residente com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, por tipo de incapacidade e grau de dificuldade, concelho de Caminha, 2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 05/06/2024)

Observando a população com algum grau de dificuldade, que não conseguem efetuar determinada ação, estima-se que 25,22% da população residente com 5 ou mais anos de idade detinha, em 2021, tinha alguma dificuldade ao nível da visão. Este era o tipo e grau de dificuldade com maior prevalência no total da população com essa idade.

Tabela 12 | População com 15 ou mais anos de idade com dificuldades que refere “Não conseguir efetuar a ação”, por tipo de dificuldade, por nível de escolaridade completo, concelho de Caminha, 2021

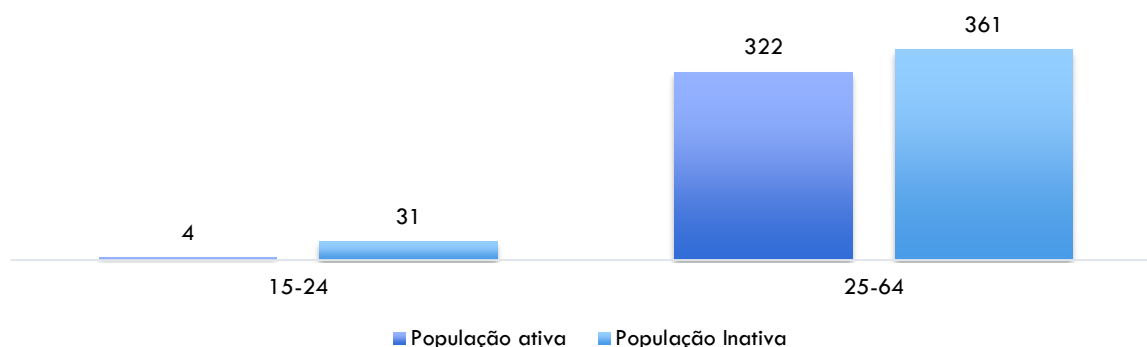
Tipo de dificuldade	Escolaridade						
	Nenhuma escolaridade	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
Ver	16	16	4	53	4	0	2
Ouvir	15	6	4	4	1	0	0
Andar ou subir degraus	101	113	64	11	6	0	2
Memória ou concentração	68	51	42	12	7	1	5
Tomar banho ou vestir-se sozinho	141	166	24	17	10	0	3
Compreender os outros ou fazer-se compreender	56	20	17	4	3	0	1
Total	397	372	155	101	31	1	13

Fonte: Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 11/06/2024)

Das pessoas com 15 ou mais anos de idade com dificuldades severas a residir no concelho de Caminha, em 2021, 397 não tinham completado qualquer nível de escolaridade. O nível de escolaridade completado pela maior parte da população com incapacidade era, nesse ano, o 1.º Ciclo do EB. O número de indivíduos com 15 ou mais anos de idade com funcionalidades severamente comprometidas

que completou o Ensino Pós-secundário (1: 0,09%) e o Ensino Superior (13: 1,21%) era residual. O Ensino Secundário era detido por uma proporção bastante baixa da população com 15 ou mais anos de idade com dificuldades severas.

Gráfico 55 | População residente dos 15 aos 64 anos de idade que referiu “Tem muita dificuldade” e “Não consegue efetuar a ação”, por condição perante o trabalho, concelho de Caminha, 2021

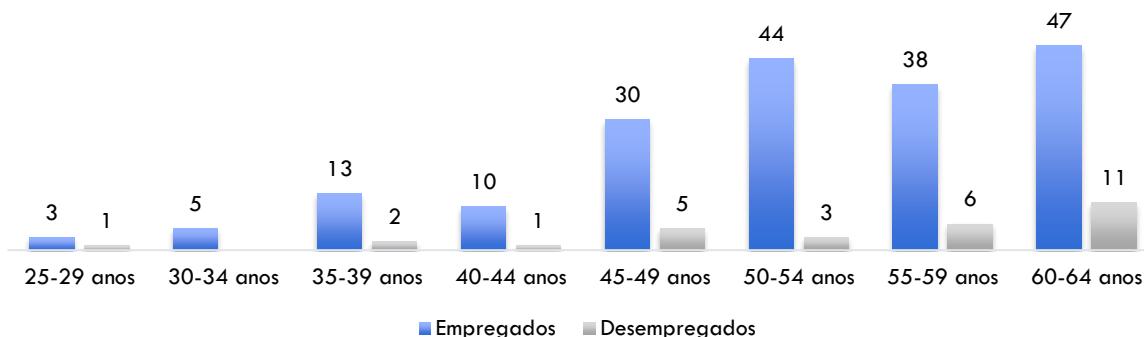


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 11/06/2024)

Tal como se depreende pela leitura do gráfico, 91,18% (31 indivíduos) da população com dificuldade residente no concelho de Caminha que referiu “Tem muita dificuldade” e “Não consegue efetuar a ação”, com idade entre os 15 e os 24 anos, no que diz respeito à condição perante o trabalho, encontrava-se, em 2021, enquadrada na condição de “População Inativa”. Dentro desta, verificou-se que a maioria dos indivíduos nestas circunstâncias, cerca de 48,39% (15 indivíduos) era estudante, 38,71% (12 indivíduos) encontravam-se na categoria “Outros Casos”, 9,68% (3 indivíduos) era detentor de incapacidade permanente para o trabalho. Com uma representatividade residual, cerca de 3,23%, surge a categoria “domésticos”. A população ativa contava com 3 empregados e 1 desempregado.

Quanto à condição perante o trabalho, 47,14% dos indivíduos com pelo menos uma dificuldade, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade e referiram “Tem muita dificuldade” e “Não consegue efetuar a ação”, constituíam população ativa e 52,86% enquadravam-se na população inativa.

Gráfico 56 | Distribuição da população com pelo menos uma dificuldade que referiu “Tem muita dificuldade” e “Não consegue efetuar a ação”, com idade entre os 25 aos 64 anos de idade, por condição perante o trabalho, concelho de Caminha, 2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 11/06/2024)

Dentro da população ativa com pelo menos uma dificuldade severa com idade entre os 25 e os 64 anos de idade, 190 indivíduos (86,76%) encontrava-se empregada e os restantes 29 estavam desempregados.

Concentrando a atenção nas pessoas que, com idades entre os 15 e os 64 anos, afirmaram ter dificuldade severa, apurou-se que a grande maioria era reformado, aposentado ou estava na reserva (74,92%). Mais se acrescenta que 16,39% desta população estava incapacitado de forma permanente para o trabalho. De seguida, surgiam aqueles que se enquadrar na categoria “outros casos de inatividade” (4,16%). Os empregados (2,53%), os domésticos (0,88%), os desempregados (0,55%) e os estudantes (0,11%) tinham uma prevalência residual. A população empregada situava-se nos 26 efetivos, o que é revelador da dificuldade que estes sentem em integrar o mercado de trabalho. Deste modo, é importante dinamizar o sistema de apoio à inserção profissional das pessoas com deficiência e sensibilizar e capacitar as entidades empregadoras para a inclusão profissional da população com deficiência e incapacidade.

Atendendo à condição perante o trabalho da população com incapacidade severa em idade ativa pode antever-se a existência de situações-problema de discriminação e de vulnerabilidade socioeconómica.

Tabela 13 | População residente com 15 ou mais anos de idade com dificuldades severas, por fonte de rendimento, concelho de Caminha, 2021

Fonte de rendimento	Número de indivíduos
Rendimento do trabalho	22
Reforma/pensão	823
Subsídio de desemprego	5
RSI	3
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc,...)	12
Rendimento da propriedade ou da empresa	8
A cargo da família	32
Outra situação	4

Fonte: Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 12/06/2024)

De acordo com os dados dos Censos de 2021, a população com 15 ou mais anos de idade com dificuldades severas referiu ter como fonte de rendimento: rendimento do trabalho, reforma/pensão, subsídio de desemprego, RSI, outro subsídio temporário, rendimento da propriedade ou da empresa, a cargo da família e outra situação.

A fonte de rendimento mais referida pela população residente com 15 ou mais anos de idade com dificuldades severas foi a reforma/pensão (823), estando no extremo oposto o RSI (3), outras situações (4) e subsídio de desemprego. Pese embora se disponha desta informação, não é possível apurar os níveis de rendimento aferido pelos indivíduos, o que impede efetuar a avaliação da situação socioeconómica dos mesmos e apurar o risco de pobreza ou de exclusão.

De acordo com a informação disponível e em consonância com o estabelecido na Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD) 2021-2025 (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto), importa conhecer a realidade da população com deficiência e incapacidade a residir no concelho de Caminha, de modo a definir e implementar políticas e medidas de proteção social adequadas e que concorram para a consolidação do respeito e da garantia da dignidade humana da pessoa portadora de deficiência.

Importa pois referir que **um dos desafios que se coloca aos parceiros sociais passa pelo aprofundamento da caracterização da população com deficiência e incapacidade nas diferentes dimensões, a identificação dos problemas com que esta se defronta, também o mapeamento das situações de vulnerabilidade e, consequentemente, a implementação prioritária de estratégias de promoção da inclusão social e de valorização de todos os cidadãos “não deixando ninguém para trás”, tal como preconizado nos objetivos da Agenda das Nações Unidas para 2023 para o Desenvolvimento**

Sustentável. Não se pode deixar de fazer constar, tal como adiante se aprofunda, que no concelho de Caminha não existem respostas sociais específicas para a população com deficiência, incapacidade ou perturbação neurológica.

1.3. Principais Desafios/Problemas Identificados

A dinâmica demográfica do concelho de Caminha, da qual se deu conta no presente capítulo, faz emergir novas preocupações e coloca desafios à comunidade local e as várias entidades, públicas e privadas, que nele atuam em diferentes domínios (emprego, formação, saúde, ação social, migração, ambiente, habitação, ...), para responder de forma sustentada às necessidades sentidas e garantir o desenvolvimento social sustentável.

Área Temática:	Desafios/ Problemas Identificados
Demografia	Perda de efetivos populacionais nomeadamente nas freguesias do interior – despovoamento/perda de vitalidade demográfica e económica e maior concentração da população residente nas freguesias do litoral do concelho (litorização)
	Duplo envelhecimento demográfico e quebra do peso da população jovem no total da população residente no concelho de Caminha
	Índice de renovação da população ativa em níveis preocupantes
	Aumento do índice de longevidade e do peso da população idosa no total da população residente
	Aumento dos índices de envelhecimento e dependência total da população residente
	Mortalidade desigual por sexo
	Existência de ritmos de envelhecimento individual díspares que originam diferentes perfis de idosos, com expectativas e necessidades díspares
	Perceção da existência de um número significativo de idosos a vivenciarem situações de vulnerabilidade social (isolamento físico e social, dificuldades de acesso aos serviços e respostas sociais, fragilidade económica,...)
	Necessidade cada vez mais premente de cuidadores formais e informais para a população idosa e com dependência
	A prestação de cuidados informais afeta a vida dos cuidadores, pelo que é importante conhecer as suas principais dificuldades/problemas na tarefa de cuidar
	Falta de informação e apoio insuficiente para os cuidadores informais
	Contração da dimensão dos agregados familiares, o que permite antever o agravamento da incapacidade de as mesmas garantirem o acompanhamento e cuidados dos elementos dependentes (crianças e idosos), tornando-as mais dependentes de terceiros para assegurar o desempenho desta função que tradicionalmente lhe estava adstrita

	Crescimento do número de agregados familiares clássicos unipessoais e daqueles constituídos por 2 pessoas, sendo um número significativo dos mesmos constituídos por pessoas de 65 ou mais anos de idade
	Aumento da proporção de famílias monoparentais, maioritariamente femininas sem retaguarda familiar e em situação de vulnerabilidade socioeconómica (baixos rendimentos, aumento do custo de vida,...)
	Fraca consciência/sensibilidade das autoridades e da sociedade para a necessidade de adotar/investir na construção de comunidades socialmente inclusivas e favorecedoras da saúde e do bem estar dos cuidadores e pessoas cuidadas
	Aumento do significativo do número de cidadãos imigrantes a residir no concelho de Caminha, oriundos de diferentes países de origem
	Conhecimento pouco profundo do perfil da população migrante
	Aumento do número de pedidos de apoio social efetuados junto do SAAS, por parte de cidadão imigrantes, o que pode ser o resultado da conjugação de diferentes fatores, tais como: a ausência de uma rede de suporte social robusta, as dificuldades de integração decorrentes de fatores de índole linguística, religiosa e/ou cultural,...
	Fraca integração da população com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho
	Informação insuficiente relativamente à caracterização da população com deficiência e incapacidade nas diferentes dimensões e à identificação dos problemas concretos com que esta se defronta (por exemplo, as principais condicionantes ao exercício pleno da cidadania, à acessibilidade informacional e física aos serviços; as suas aspirações; as oportunidades e as barreiras ao desenvolvimento pessoal, familiar, social e ocupacional
	Inexistência de um mapeamento dos casos/situações concretas de vulnerabilidade da população com deficiência e incapacidade
	Inexistência, no território concelhio, de respostas sociais especializadas ao nível do tratamento e acompanhamento da população com deficiência, incapacidade e doenças (neuro)degenerativas, o que potencia a situação-problema de vulnerabilidade
	Fragilidades da rede de transportes públicos e ausência de outras respostas ao nível das deslocações, o que concorre para um maior afastamento entre as freguesias do interior e os serviços (saúde, ação social, educação/formação,...)

Em jeito de síntese das propostas resultantes do trabalho de reflexão desenvolvido e do qual se foi dando nota no presente capítulo, importa referir que, por forma a garantir a proteção e a inclusão social da população residente e a coesão social do território concelhio, os parceiros identificaram as recomendações de ação que se passa a apresentar:

- Implementação de políticas e de medidas que combatam a perda de vitalidade demográfica e económica das freguesias do interior, garantindo a fixação da população e a dinamização do território;

- Criação e dinamização de grupos de trabalho/fóruns de reflexão na área do envelhecimento, envolvendo a população idosa;
- Conceção e implementação de um Plano Municipal de Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável, acautelando a heterogeneidade de perfis da população idosa;
- Conceção e dinamização de medidas que permitam a monitorização e o cuidado diário à população isolada, por exemplo, a “Teleassistência”;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização e de (in)formação/capacitação destinadas aos cuidadores formais e informais em diferentes domínio temáticos, assim como o reforço das respostas e dos serviços destinados aos mesmos (descanso do cuidador, apoio psicológico,...);
- Realização do mapeamento, caracterização e diagnóstico das necessidades da população em situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão (idosos em situação de isolamento social, população com deficiência, incapacidade e dependência, população migrante,...) e, consequentemente, criação de medidas adequadas à satisfação das mesmas e monitorização da situação-problema;
- Definição e implementação de medidas e de respostas sociais que concorram para a prevenção, redução e combate das situações de pobreza e exclusão social e para a autonomia e a dignidade da população em situação de dependência e das pessoas com deficiência ou incapacidade;
- Criação e dinamização de grupos de trabalho multidisciplinares para a compreensão dos desafios e necessidades no domínio da deficiência e incapacidade, assim como criem as bases para a definição de políticas e medidas de promoção das acessibilidades;
- Reforço da qualificação dos serviços, dos técnicos e das respostas dirigidas à população migrante, por forma a assegurar a integração bem-sucedida da mesma (por exemplo, criação, através de uma ação concertada entre os vários parceiros sociais, de um plano de formação para os técnicos);
- Elaboração de um Plano Municipal para a Integração da População Migrante, que integre ações em diferentes domínios, contemplando ações e medidas dirigidas à comunidade em geral e a população migrante;
- Reforço das medidas e das iniciativas destinadas especificamente à promoção da emancipação e ao exercício pleno da cidadania e a integração no mercado de trabalho da população jovem, atendendo às suas singularidades;
- Adequação da rede e a acessibilidade a transportes públicos às necessidades da população residente.



Capítulo 2 | Educação, Formação e Empregabilidade

2.1. Educação

2.1.1. Estabelecimentos de Ensino

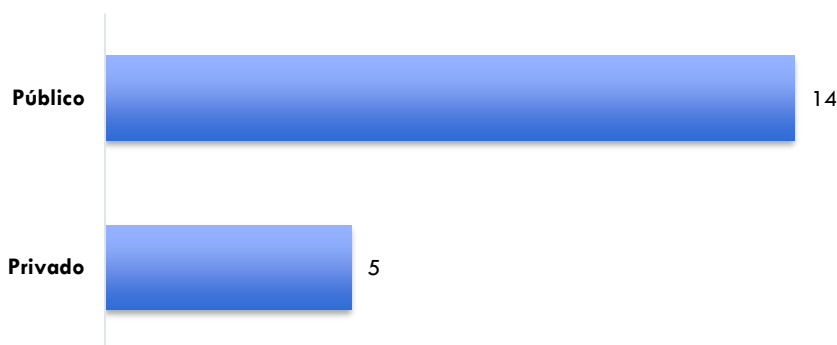
A promoção do desenvolvimento social do concelho de Caminha exige o conhecimento e a compreensão do perfil de habilitações e de qualificações da população residente, da tendência evolutiva dos vários indicadores neste domínio (níveis de escolaridade da população, o insucesso e abandono escolar, a taxa de cobertura territorial dos estabelecimentos de ensino, etc.), na medida em que o acesso à Educação se traduz em indivíduos, família e comunidades mais capacitadas e com melhores níveis de qualidade de vida. Ao permitir a aquisição de conhecimentos e competências para interpretar informações diversas, para tomar decisões com senso crítico, para aceder ao trabalho e à vida ativa, para o exercício pleno da cidadania (participação social e política), a Educação para todos, através do efeito multiplicador, permite às populações responder de forma mais adequada aos desafios contemporâneos.

Assim sendo, conhecer o ponto de situação atual permitirá diagnosticar as necessidades a satisfazer para se conseguir atingir o patamar desejado, o qual se alicerça na promoção de uma Educação de Qualidade, fundamental para se atingir o desenvolvimento sustentável. Isso será possível, tal como consta do 4.º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, garantindo a todos «(...) o acesso à educação *inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida*»¹⁹.

Deste modo, torna-se importante apresentar, neste capítulo, um conjunto de indicadores que permitam a caracterização do domínio da educação no concelho de Caminha e, simultaneamente, fazer o balanço dos dados atuais face às metas esperadas para o ano de 2030.

¹⁹ Fonte: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/os-17-ods/objetivo-de-desenvolvimento-sustentavel-4-educacao-de-qualidade>

Gráfico 57 | Estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha, por natureza institucional (Público e Privado) no ano letivo 2022/23



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 23/07/2023)

Como transparece pela observação do gráfico anterior, foram identificados no concelho de Caminha, no ano letivo de 2022/2023, um total de 19 estabelecimentos de ensino (14 da rede pública, os quais integram o referido agrupamento, e 5 da rede privada) de diferentes níveis de escolaridade. De notar que a oferta da rede pública se estende aos vários níveis de escolaridade, enquanto a da rede privada diz respeito ao nível pré-escolar e ao ensino secundário.

Assim, no que concerne ao nível pré-escolar, o território dispõe de 3 estabelecimentos privados, o Patronato Nossa Senhora da Bonança (sediado na freguesia de Vila Praia de Âncora), o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Caminha (sediado na União de freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho) e a Casa do Povo de Lanhelas (sediado na freguesia de Lanhelas).

O único agrupamento de escolas existente no concelho, o Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, integra 3 estabelecimentos do nível pré-escolar (JI de Moledo, JI de Vila Praia de Âncora e JI Igreja Âncora) e 5 estabelecimentos que agregam o nível pré-escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico (EB1) (EB1/JI Dem, EB1/JI Torre Vilar de Mouros, EB1/JI Loução Venade, EB1/JI Caminha, EB1/JI Seixas), 4 estabelecimentos de 1.º Ciclo (EB1 Âncora Lage, EB1 Perafita Lanhelas, EB1 Cruzeiro Moledo e EB1 de Vilarelho), 2 EBS (EBS Caminha e EBS Vale do Âncora). O território concelhio está ainda servido por 2 estabelecimentos de Ensino Profissional (a escola sede da COOPETAPE – Cooperativa de Ensino, CRL, em Caminha, e 1 polo em Vila Praia de Âncora).

De referir que estes dados apontam para a ocorrência, na última década, de uma quebra no número de estabelecimentos de ensino do nível pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, quer da rede pública, quer da rede privada. Para tal concorreu, no ano letivo de 2014/15, o encerramento da EB1 de Riba de Âncora (rede pública). Por outro lado, no ano letivo de 2018/19, teve lugar o fecho do JI de Santo António (rede privada). Pese embora tenha ocorrido esta redução, as crianças residentes no concelho

continuam a poder encontrar no território oferta educativa necessária à satisfação das necessidades, prevalecendo os princípios, nestes níveis, da descentralização e da proximidade à comunidade.

Quanto ao 2.º Ciclo do Ensino Básico o número de estabelecimentos de ensino, para a série temporal em análise, o número de estabelecimentos de ensino manteve-se inalterado.

No que toca ao 3.º Ciclo do Ensino Básico e ao Ensino Secundário, ocorreu uma diminuição do número de estabelecimentos, no ano letivo de 2015/16, em virtude do encerramento, em agosto de 2016, da Ancorensis – Cooperativa de Ensino, estabelecimento que disponibilizava oferta educativa para esses níveis. Em face deste acontecimento, foram criadas condições para que os alunos do vale do Âncora não ficassem sem resposta para estes níveis, o que se concretizou a atual Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora passou a dispor de oferta para os referidos níveis.

Tabela 14 | Estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha, por nível de ensino, oferta educativa e natureza institucional no ano letivo de 2022/23

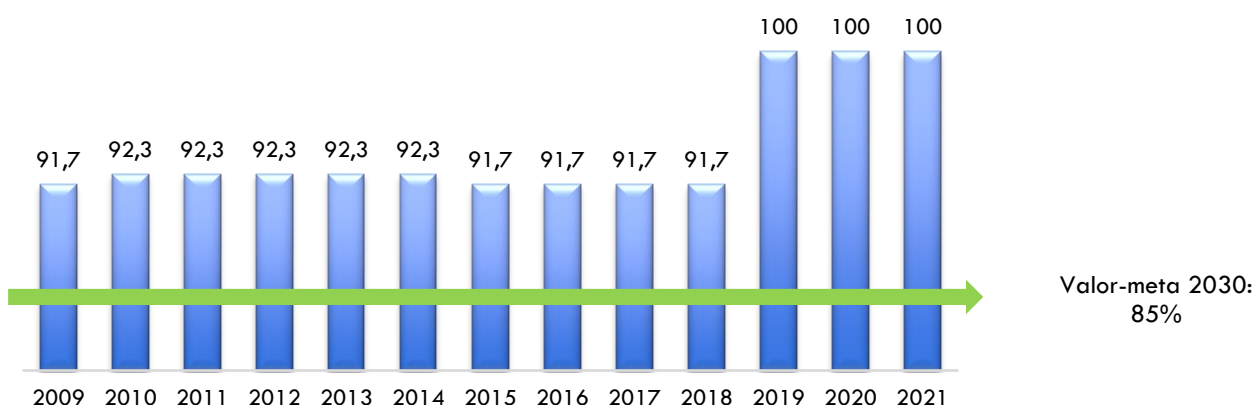
	Pré-Escolar (JI)	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Ensino Profissional	Privado	Público
Patronato Nossa Sr.ª da Bonança	X						X	
Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Caminha	X						X	
Casa do Povo de Lanhelas	X						X	
JI de Moledo	X							X
JI de Vila Praia de Âncora	X							X
JI Igreja Âncora	X							X
EB1/JI Dem	X	X						X
EB1/JI Torre Vilar de Mouros	X	X						X
EB1/JI Loução Venade	X	X						X
EB1/JI Caminha	X	X						X
EB1 Âncora Lage		X						X
EB1 Perafita Lanhelas		X						X
EB1/JI do Cruzeiro Seixas	X	X						X
EB1 Cruzeiro Moledo		X						X
EB1 de Vilarelho		X						X
EBS Caminha			X	X	X	X		X
EBS Vale do Âncora		X	X	X	X			X
ETAP (Pólo de Vila Praia de Âncora)						X	X	
ETAP (Pólo de Caminha)						X	X	

Fonte/Entidades: AECC e ETAP

No concelho de Caminha, de acordo com os dados que constam na tabela acima, o maior número de estabelecimentos de ensino existentes diz respeito ao nível do ensino pré-escolar e/ou do 1.º Ciclo do Ensino Básico, reflexo da política de proximidade da oferta educativa pública aos seus destinatários nos níveis iniciais do percurso escolar.

Assim, se atendermos à distribuição territorial dos estabelecimentos de ensino, no ano letivo de 2022/23, a cobertura territorial daqueles que integram a rede escolar pública e privada, constata-se que, das 14 freguesias/uniões de freguesia do concelho de Caminha, 9 dispõem estabelecimentos de ensino do nível pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico. Por sua vez, a freguesia de Argela, de Vile e a União das Freguesias de Argas e União das Freguesias de Gondar e Orbacém não têm no seu território esta oferta, facto que se fazia sentir já no ano letivo de 2011/12. Também a freguesia de Riba de Âncora não dispõe de oferta educativa, o que, tal como anteriormente foi referido, não acontecia no ano letivo de 2011/12.

Gráfico 58 | Proporção de estabelecimentos públicos e privados do Ensino Pré-Escolar no concelho de Caminha dependentes do Estado, 2011/12 a 2021/22 (%)



Fonte: <https://www.odslocal.pt/caminha> (Acedido a 10/07/2023)

Analisando a proporção de estabelecimentos públicos e privados do Ensino Pré-Escolar com financiamento público, indicador de referência para avaliação da concretização do ODS 4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos até 2030²⁰, mais propriamente do objetivo-meta 4.2 - Acesso igual ao pré-escolar de qualidade, verifica-se que **no concelho de Caminha, a meta de 85% já foi**

²⁰ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas 2030.

ultrapassada, pelo que se conclui que o território está bem posicionado a este nível, face ao cenário desejado.

2.1.2. Ensino Pré-Escolar

Nesta parte do documento é apresentada e analisada a informação relativa às crianças, pessoal docente e não docente no nível da Educação Pré-escolar no concelho de Caminha.

Tabela 15 | Número de alunos matriculados no nível de Ensino Pré-escolar, no concelho de Caminha, por natureza do estabelecimento de ensino, por ano letivo, de 2011/12 a 2022/23

Anos letivos	Rede Pública	Rede Privada	Total	Varição Total
2011/12	220	126	346	----
2012/13	237	141	378	32
2013/14	226	139	365	-13
2014/15	231	136	367	2
2015/16	229	128	357	-10
2016/17	227	130	357	0
2017/18	224	128	352	-5
2018/19	226	129	355	3
2019/20	222	125	347	-8
2020/21	212	120	332	-15
2021/22	232	130	362	30
2022/23	275 ²¹	136	411	49

Fonte/Entidades: AECC e IPSS ou equiparadas²²

No intervalo temporal de 2011/12 e 2022/23, desconsiderando a variação heterogénea interanual, assistiu-se a um aumento do número total de alunos matriculados no nível de ensino pré-escolar, quer na rede pública e quer na rede privada. No ano letivo de 2011/12, estavam matriculadas um total de 346 crianças (Rede Pública: 220; Rede Privada: 126), passando, no ano letivo de 2022/23, para 411 crianças (Rede Pública: 275; Rede Privada: 136).

O número de crianças matriculadas no ensino pré-escolar da rede pública ultrapassa o número de crianças inscritas na rede privada, para todos os anos letivos de 2011/12 a 2022/23, o que pode ser o reflexo da gratuitidade da rede pública e da sua maior capacidade de resposta face à rede privada

²¹ Número de alunos matriculados até 21 de outubro de 2022.

²² A falta de dados impediu que nesta tabela fosse apresentado o número de alunos matriculados no JI de Santo António e na Ancorense – Cooperativa de Ensino.

(maior número de estabelecimentos e sua presença num maior número de freguesias). Apesar de a rede pública dar resposta à maioria das crianças/famílias, os estabelecimentos da rede privada assumem grande relevância no concelho, tanto pela sua localização como pela qualidade do ensino.

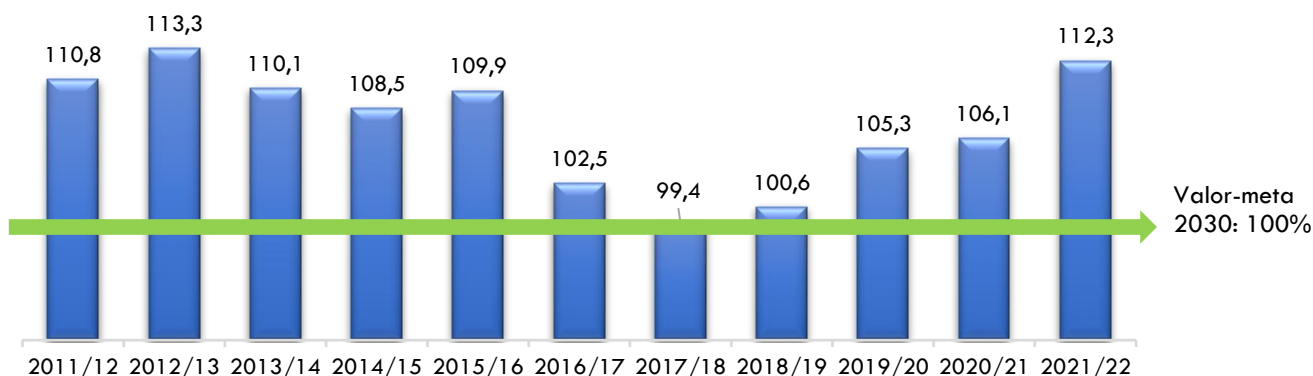
Tabela 16 | Número de crianças inscritas no nível de Ensino Pré-escolar, no concelho de Caminha, por natureza do estabelecimento de ensino, por sexo, por ano letivo, de 2011/12 a 2022/23

Anos letivos	Rede Pública		Rede Privada	
	Sexo		Sexo	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2016/17	112	130	72	58
2017/18	114	130	64	64
2018/19	115	134	65	64
2019/20	111	123	60	65
2020/21	111	136	64	56
2021/22	135	157	71	59
2022/23	148	152	76	60

Fonte/Entidades: AECC e IPSS ou equiparadas

Analisando o número de crianças matriculadas no ensino pré-escolar, por natureza do estabelecimento de ensino e por sexo, verifica-se que, nos diferentes anos letivos em análise, o ensino público acolhe um número bastante superior de crianças, o que mantém uma ligação direta ao número de vagas disponíveis. Quanto à variável sexo, verifica-se que, no ensino público, o número de crianças do sexo feminino é superior, no período em análise, às do sexo masculino. Na rede privada, predomina uma tendência inversa. No entanto, no somatório dos estabelecimentos, não se registam diferenças significativas, nos diferentes anos letivos. No último ano letivo, estavam, no total, inscritas no ensino pré-escolar do concelho 224 crianças do sexo masculino e 212 crianças do sexo feminino. Este é, de todos os anos letivos analisados, o único em que o número de crianças do sexo masculino excede o total de crianças do sexo feminino.

Gráfico 59 | Variação da taxa bruta de pré-escolarização no concelho de Caminha, por ano letivo, 2011/12 a 2021/22 (%)



Fonte: <https://www.odslocal.pt/caminha> (Acedido a 19/04/2024)

Outro indicador que importa aqui analisar é a **taxa bruta de pré-escolarização**²³, na medida em que é reconhecido o importante contributo que a frequência do nível pré-escolar tem na promoção do desenvolvimento pessoal e social das crianças e na qualidade dos percursos escolares seguintes. De notar que este indicador dá conta da relação, expressa em percentagem, entre o número de crianças matriculadas no nível pré-escolar, independentemente da idade, face à população residente no território com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. Assim, constata-se que, tal como demonstram os dados apresentados na tabela anterior, em termos globais, se assiste à manutenção desta taxa em valores acima ou muito próximos dos 100% (variaram entre os 99,4% de 2017/18 e os 113,3% de 2012/13). No ano letivo de 2021/22, este situava-se nos 112,3%, o que significa um aumento de 1,5 p.p. face ao ano letivo de 2011/12 (110,8%). Quando esta taxa assume valores acima dos 100%, este facto é o reflexo de, no concelho, existir um número não negligenciável de crianças com menos de 3 e mais de 5 anos de idade a frequentar este nível de ensino. O ensino pré-escolar do concelho é frequentado também por crianças cujas famílias residem nos concelhos limítrofes.

É, então, possível afirmar que já foi atingida a meta prevista de 100% para o horizonte de 2030, o que é revelador, entre outros fatores, dos resultados positivos das medidas e do trabalho que tem vindo a ser feito para a sensibilização das famílias para a importância da frequência deste nível de ensino para o desenvolvimento infantil.

²³ Trata-se de um dos indicadores de referência para a “4. Educação de Qualidade”, tendo por comparação o valor-meta definido para 2030, no âmbito da meta 4.2 – Acesso Igual ao Pré-Escolar de Qualidade, 100%.

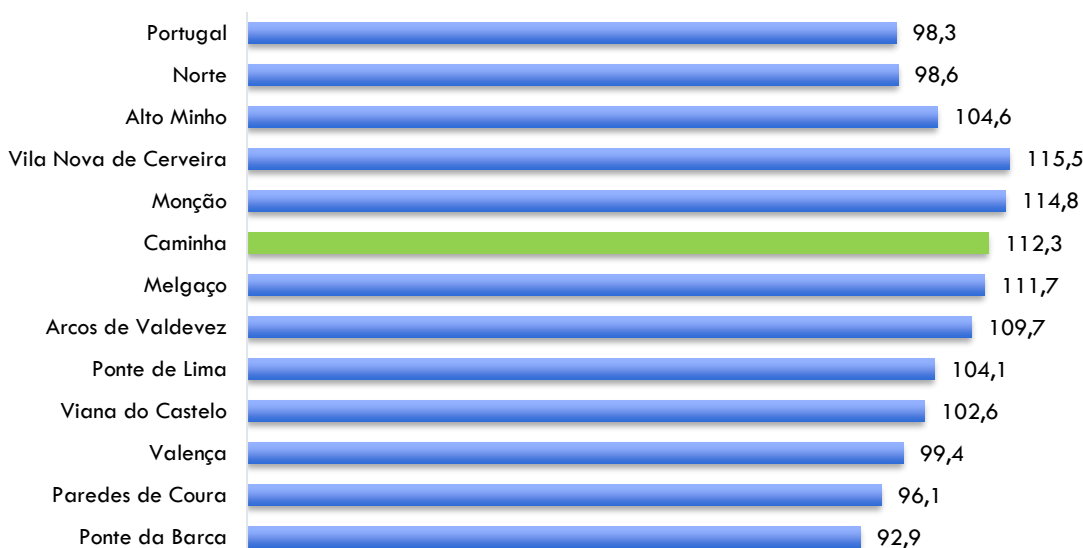
Tabela 17 | Taxa bruta de pré-escolarização, no concelho de Caminha, por ano letivo e por sexo, de 2011/12 a 2021/22 (%)

Sexo	Anos letivos										
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Feminino	110,6	111,2	113	116,8	116	107,7	102,8	100,6	104,7	108,7	112,6
Masculino	111	115,1	107,5	101,1	105,1	97,9	96,2	100,6	106,1	103,4	111,9
Diferença (p. p.)	-0,4	-3,9	5,5	15,7	10,9	9,8	6,6	0	-1,4	5,3	0,7
Total	110,8	113,3	110,1	108,5	109,9	102,5	99,4	100,6	105,3	106,1	112,3

Fonte: https://estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/indicadores/taxas_escolarizacao.asp (Acedido a 08/05/2023 e atualizado a 19/04/2024)

Pela análise dos dados apresentados conclui-se que, no concelho de Caminha, a **taxa bruta de pré-escolarização** entre as crianças do sexo feminino tende a ser superior à registada entre as crianças do sexo masculino, sendo que as diferenças registadas variam entre os 0,7 p.p., no ano letivo de 2021/22, e os 15,7 p.p., no ano letivo de 2014/15.

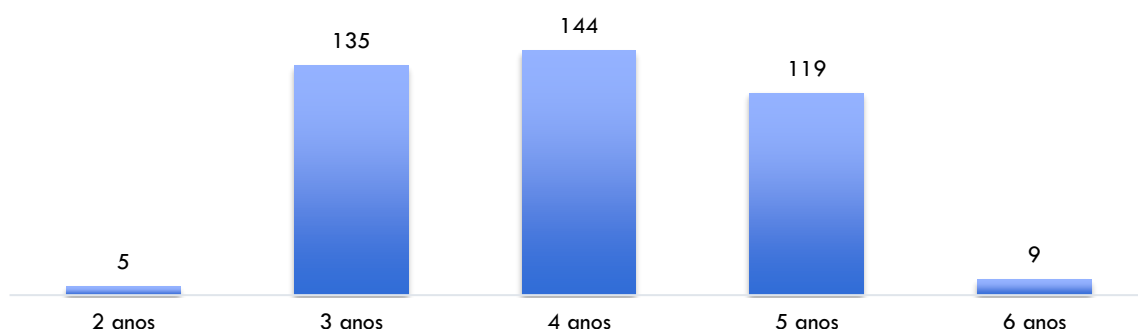
Gráfico 60 | Taxa bruta de pré-escolarização, por localização, 2021/22 (%)



Fonte: https://estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/indicadores/taxas_escolarizacao.asp (Acedido a 08/05/2023 e atualizado a 19/04/2024)

Comparando com a realidade regional, a **taxa bruta de pré-escolarização total**, no concelho de Caminha, no ano letivo de 2021/22, é a terceira mais elevada, antecédida pela registada nos concelhos de Vila Nova de Cerveira (115,5%) e Monção (114,8%). Mais se acrescenta que, os valores deste indicador no concelho de Caminha, nesse ano letivo, é superior à média do território nacional (98,3%), na região norte (98,6%) e no Alto Minho (104,6%).

Gráfico 61 | Distribuição do número de crianças inscritas no nível de ensino Pré-escolar no concelho de Caminha, por idade, no ano letivo de 2022/23



Fonte/Entidades: AECC e IPSS (Acedidos a 21 outubro de 2022)

Assim, no ano letivo de 2022/23, no concelho de Caminha, estavam inscritas no nível pré-escolar 412 crianças, as quais se distribuem, quanto à variável idade, da seguinte forma: 2 anos: 5; 3 anos: 135; 4 anos: 144; 5 anos: 19 e 6 anos: 9.

O número de crianças matriculadas no nível pré-escolar com idade igual ou superior à idade prevista é residual, no respeito pelo previsto no Despacho Normativo n.º 10-B/2021. Assim, relativamente às crianças com 2 anos de idade, no número 4, do artigo 5.º do sobredito despacho, estabelece que «A matrícula de crianças, na educação pré-escolar, que completem 3 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro é aceite, a título condicional, dependendo a sua aceitação definitiva da existência de vaga nos grupos já constituídos, depois de aplicadas as prioridades definidas no artigo 10.º do presente despacho normativo, podendo a criança frequentar as atividades educativas e as atividades de animação e de apoio à família a partir da data do respetivo início». Por seu turno, relativamente às crianças com 6 anos de idade, a sua permanência no nível pré-escolar encontra-se prevista no número 8, do artigo 5.º do mesmo diploma, no qual está preceituado que «Em situações excecionais previstas na lei, o membro do Governo responsável pela área da educação pode autorizar, a requerimento do encarregado de educação, a antecipação ou o adiamento da matrícula no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico», não esquecendo as crianças com matrícula condicional, isto é, crianças que completem os **seis anos de idade** entre 16 de setembro e 31 de dezembro. Perante os dados apresentados, conclui-se que, no ano letivo em apreço, a maioria das crianças inscritas no nível de ensino Pré-Escolar tinham 4 anos de idade.

Como se deixou evidente no capítulo 1, o contingente de cidadãos estrangeiros que escolheram o concelho de Caminha como destino para se estabelecerem tem vindo a aumentar, pelo que se torna pertinente analisar a evolução do número de crianças estrangeiras inscritas no nível Pré-escolar e os países de origem, assim como os desafios colocados à comunidade escolar e outros agentes no que à Educação se refere.

Tabela 18 | Evolução do número de crianças matriculadas no nível Pré-escolar, no concelho de Caminha, de nacionalidade estrangeira, 2016/2017 e 2022/23

País de Origem	Anos Letivos	
	2016/2017	2022/2023
Afganistão	0	1
África do Sul	1	0
Alemanha	1	0
Angola	1	1
Argentina	0	2
Austrália	0	1
Áustria	0	2
Brasil	2	21
Cabo Verde	2	0
Colômbia	0	2
Espanha	0	1
França	1	2
Itália	0	1
Marrocos	0	2
Moçambique	0	2
Reino Unido	1	2
Ucrânia	0	2
Uruguai	0	1
Total	9	43

Fonte/Entidades: Estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha

Assim, considerando os dados que constam da tabela anterior, o número de crianças de nacionalidade estrangeira inscritas no nível Pré-escolar, entre os anos letivos de 2016/2017 e 2022/2023, sofreu um aumento muito significativo, passando de 9 para os 43. Do total de crianças de nacionalidade estrangeira a frequentar o ensino Pré-escolar, em 2021, 48,8% (23) eram nacionais do Brasil. Ainda que com um grau de representatividade bastante inferior (0,3%), verifica-se a frequência do ensino Pré-escolar por parte de crianças oriundas de outros países da América Latina [Colômbia (2 crianças), Argentina (2 crianças)]. Com igual contingente, surgem crianças austríacas, francesas, marroquinas, moçambicanas, ucranianas e britânicas.

Apesar deste incremento, é de notar que os dados pouco expressivos do número de crianças de origem estrangeira neste nível de ensino face aos demais, “escondem” as situações em que as crianças, apesar de terem nacionalidade portuguesa, são filhos de cidadãos estrangeiros. Pela informação facultada pelas entidades interpeladas, existe um número não negligenciável de crianças nascidas em Portugal com pelo menos um progenitor de nacionalidade estrangeira, tendo como países de origem, nomeadamente, Brasil, Cabo Verde e Moçambique.

Embora com menor representatividade, também se encontram inscritas crianças com progenitores oriundos de outros países (Áustria, ...). Não se pode descuidar na análise destes dados o facto de algumas das famílias se terem visto forçadas a deixar os seus países de origem, por razões de segurança, o que faz com que tenham incorporado a vivência de percursos traumáticos, o que poderá desencadear o surgimento de necessidades ao nível psicossocial.

Este aumento do contingente dos alunos de nacionalidade estrangeira ou filho de pais estrangeiros, fenómeno que se evidencia também nos demais níveis de escolaridade, exige que seja repensado o processo de acolhimento e integração do mesmo, bem como o processo de ensino e aprendizagem, as metodologias de ensino da língua portuguesa, a conceção de materiais pedagógicos, a formação dos docentes e do pessoal não docente. Deste modo, torna-se possível criar as condições necessárias para garantir a convivência/interação saudável entre os vários atores da comunidade educativa, a integração na mesma e na comunidade local, prevenindo a ocorrência de fenómenos de exclusão social.

2.1.3. Ensino Básico

Neste subcapítulo serão analisados indicadores sobre os alunos matriculados, dinâmicas de aprendizagem, entre outros, referentes aos 3 ciclos que integram o Ensino Básico, 1.º Ciclo (1.º, 2.º, 3.º e 4.º Anos), 2.º Ciclo (5.º e 6.º Anos) e 3.º Ciclo (7.º, 8.º e 9.º Anos).

Tabela 19 | Evolução do número de alunos matriculados por ano de escolaridade do Ensino Básico, no concelho de Caminha, por ano letivo, de 2013/2014 a 2022/23²⁴

	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23 ²⁵
1.º	134	103	114	128	98	101	125	115	107	129
2.º	146	136	114	122	125	100	105	128	119	123
3.º	124	134	129	111	117	120	100	100	130	123
4.º	150	116	136	128	109	117	125	100	114	139
Subtotal	554	489	493	489	449	438	455	443	470	514
5.º	152	169	138	142	126	129	122	131	113	125
6.º	165	136	159	135	141	126	114	121	142	115
Subtotal	317	305	297	277	267	255	236	252	255	240
7.º	78	72	73	153	127	149	126	119	120	150
8.º	65	78	70	109	152	124	140	122	121	127
9.º	84	62	75	131	116	148	124	136	125	126
Subtotal	227	212	218	393	395	420	390	377	366	403
Total	1 098	1 006	1 008	1 159	1 111	1 113	1 081	1 072	1 091	1 152
Variação	---	-92	2	151	-48	2	-32	-9	19	66

Fonte/Entidade: AECC

A observação da tabela anterior permite constatar o número total de alunos matriculados no Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º Ciclos), nos estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha (todos estes integrados no AECC), nos anos letivos de 2013/14 a 2022/23, tem apresentado uma evolução flutuante ao longo do período de análise.

No ano letivo de 2013/14, no Ensino Básico contabilizaram-se 1 098 alunos matriculados. No ano letivo de 2022/23, matricularam-se 1 159 alunos. Estes dados permitem concluir que, em termos comparativos, não considerando as flutuações anuais, o número total de alunos matriculados no Ensino Básico aumentou em 61 efetivos.

No entanto, nos anos letivos que medeiam estes, a evolução não foi linear, sendo de destacar que o maior decréscimo (-92 alunos) se registou no ano letivo de 2014/15. Esta redução fez-se sentir com maior intensidade no 1.º Ciclo do Ensino Básico (-65 alunos), sendo que o ano escolar que mais contribuiu para este declínio foi o 4.º Ano de Escolaridade.

²⁴ Esta tabela nos anos letivos de 2013/2014 a 2017/2018, devido à falta de dados, não contempla os alunos que estavam matriculados na Ancorensis – Cooperativa de Ensino, CRL

²⁵ Número de alunos matriculados até ao dia 21 de outubro de 2022.

Foi no ano letivo de 2016/17, que se assistiu ao maior crescimento do número de alunos matriculados para o período em análise (+151 alunos), tendo sido o 3.º Ciclo do EB aquele que viu crescer com maior intensidade o número de alunos matriculados, nomeadamente no nível do 7.º ano de escolaridade (2015/16: 73; 2016/17: 153). De referir que, no ano letivo de 2016/2017, teve lugar o encerramento da Ancorensis – Cooperativa de Ensino, estabelecimento com oferta educativa de ao nível do 3.º Ciclo EB e Secundário, o que poderá ter influenciado este crescimento do número de alunos matriculados.

Tabela 20 | Taxa bruta escolarização – Ensino Básico, no concelho de Caminha, por ano letivo de 2011/12 a 2021/22 (%)

	Anos letivos										
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
1.º Ciclo	111,9	111,7	107,6	103,3	100,4	98,2	93,8	88,8	93,6	99,1	103,2
2.º Ciclo	117,4	112,2	120,7	118,8	116	116,3	103,8	99,2	94,9	95,5	107,5
3.º Ciclo	139,9	115,2	107,9	113	110,7	103,5	113,1	108,2	100,8	105,7	98,5
Total	123,3	113,1	110,5	110,3	107,5	104	102,6	97,8	96,3	100,5	102,4

Fonte: https://estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/indicadores/taxas_escolarizacao.asp (Acedido a 08/05/2023 e atualizado a 19/04/2024)

Neste contexto, pode dizer-se que a taxa bruta de escolarização total entre os alunos que estão matriculados no Ensino Básico no concelho de Caminha tem vindo a apresentar uma evolução diferenciada. Entre os anos letivos de 2011/12 a 2019/20, este indicador decaiu, passando dos 123,3% para os 96,3%. **A partir de 2020/21, este indicador voltou a apresentar um crescimento, situando-se, em 2021/22, nos 102,4%. Comparando os dados apresentados para o ano letivo de 2011/12 e os registados em 2021/22, a taxa bruta de escolarização total para o ensino básico sofreu um decréscimo de 20,9 p. p.**

Ao comparar os valores da **taxa bruta de escolarização por ciclo do Ensino Básico**, entre 2011/12 e 2021/22, constata-se a ocorrência de um decréscimo transversal aos vários ciclos. No 1.º Ciclo do EB, a quebra é de 8,7 p.p. (passou dos 111,9% para os 103,2%). No 2.º Ciclo do EB, o declínio foi de 9,9 p.p. (de 117,4% passou para os 107,5%). Foi ao nível do 3.º Ciclo do EB que ocorreu a maior descida, a qual se situa nos 41,4 p.p., ficando ligeiramente abaixo dos 100% (2011/12: 139,9%; 2020/21: 98,5%). Pelo exposto pode concluir-se que se tem assistido a um incremento do sucesso escolar dos alunos do Ensino Básico do concelho de Caminha.

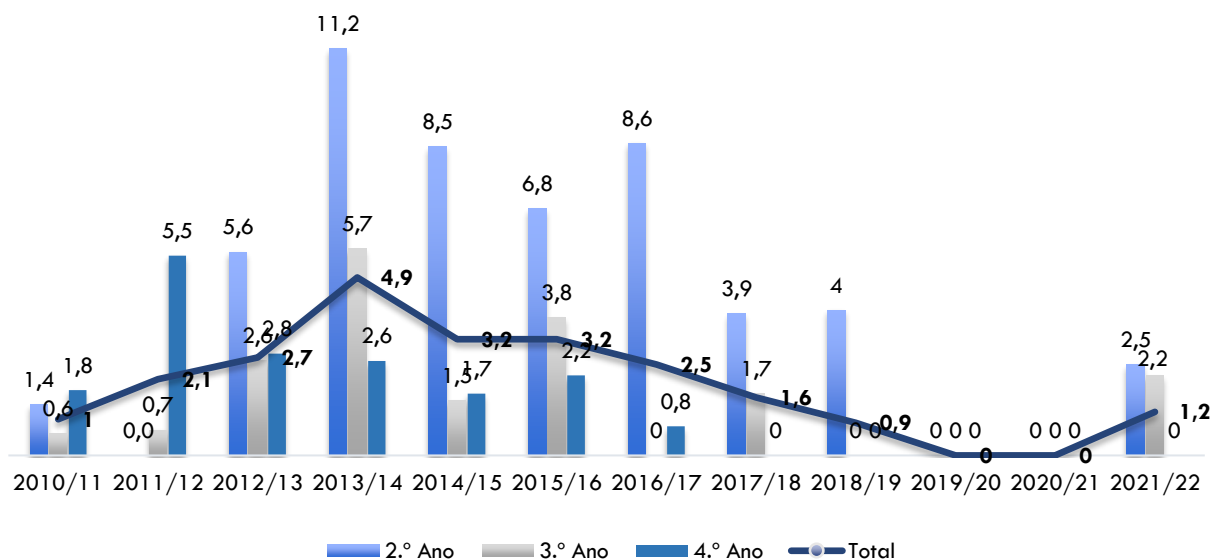
Tabela 21 | Evolução do número de alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico, no concelho de Caminha, 2016/17 - 2022/23

Nacionalidade	2016/17			2022/23		
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
Afganistão	0	0	0	0	1	3
Alemanha	0	0	0	1	1	3
Andorra	3	1	0	0	0	5
Angola	0	0	0	0	1	1
Argentina	0	0	0	2	0	3
Bélgica	0	0	0	1	1	0
Bolívia	0	0	0	0	0	1
Brasil	4	2	1	50	18	27
Cabo Verde	0	0	0	0	1	0
Canadá	1	0	0	0	0	1
China	0	2	1	0	0	0
Colômbia	0	0	0	1	1	3
Espanha	1	4	0	1	1	4
Estados Unidos da América	0	0	0	1	1	0
França	0	0	0	2	1	3
Índia	0	0	0	1	0	0
Itália	1	0	0	0	0	1
Marrocos	0	0	0	2	0	0
Moçambique	0	0	0	2	1	1
Porto Rico	0	0	2	0	0	0
Reino Unido	0	0	0	1	0	0
São Tomé e Príncipe	0	0	0	1	0	1
Suíça	2	1	0	0	1	1
Ucrânia	0	0	0	2	1	0
Uruguai	0	0	0	1	0	1
Venezuela	0	1	0	0	0	0
Total	12	11	4	69	31	59

Fonte/Entidade: AECC

Pela análise dos dados apresentados na tabela anterior, verifica-se, à semelhança do cenário registado ao nível do ensino Pré-escolar, **um crescimento muito significativo do número de alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico, em todos os ciclos, nomeadamente no 3.º Ciclo EB, que passa de 4 para 59 alunos matriculados. A nacionalidade com maior expressão é a Brasileira, representando, aproximadamente, 60% dos alunos estrangeiros.**

Gráfico 62 | Evolução da taxa de retenção no 1.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, de 2010/11 a 2021/22 (%)



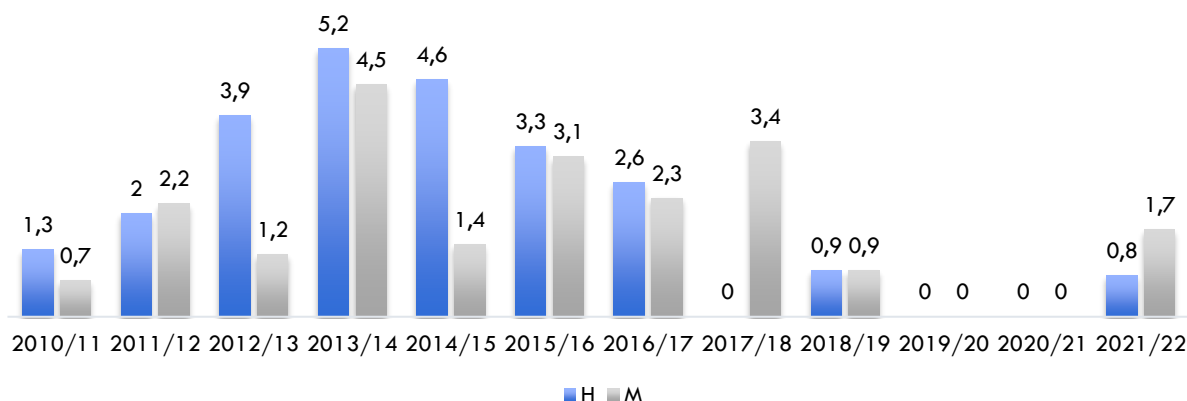
Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 20/05/2024)

Analisando o gráfico supra, verifica-se que, no período em análise, a **taxa de retenção total no 1.º Ciclo do EB foi evoluindo de forma descontínua**. Entre os anos letivos de 2010/11 e 2013/14, este indicador sofreu aumentos sucessivos, sendo que foi neste último que se assistiu à maior subida (2,2 p.p.) face ao ano letivo anterior. Foi também nesse ano que a taxa de retenção do 1 Ciclo do EB atingiu o valor mais elevado, 4,9%. Por seu turno, no ano letivo de 2014/15, a taxa de retenção apresentou um decréscimo na ordem dos 1,7 p.p. face ao ano letivo anterior (4,9% e 3,2%, respetivamente), para estabilizar no ano seguinte. A partir do ano letivo de 2016/17 até 2020/21, este indicador retomou a tendência de decréscimo, sendo que nos anos letivos de 2019/20 e 2020/21, o mesmo era nulo (ausência de retenções). **No ano letivo de 2021/22, a taxa de retenção voltou a crescer, situando-se nos 1,2%.**

No ano letivo de 2021/22, a taxa de retenção total do 1.º Ciclo do EB era de 1,2%, sendo de 2,5% no 2.º Ano, 2,2% no 3.º Ano e 0% no 4.º Ano. Estes valores representam um aumento face aos dois anos letivos anteriores, em que a mesma foi nula.

De referir que nos anos letivos de 2010/11 e 2011/12, a taxa de retenção mais elevada ao nível do 1.º Ciclo do EB ocorreu no 4.º ano de escolaridade (1,8% e 5,5%, respetivamente). Desde esse período, o 2.º ano de escolaridade passou a ser aquele que apresentava as taxas de retenção mais elevadas.

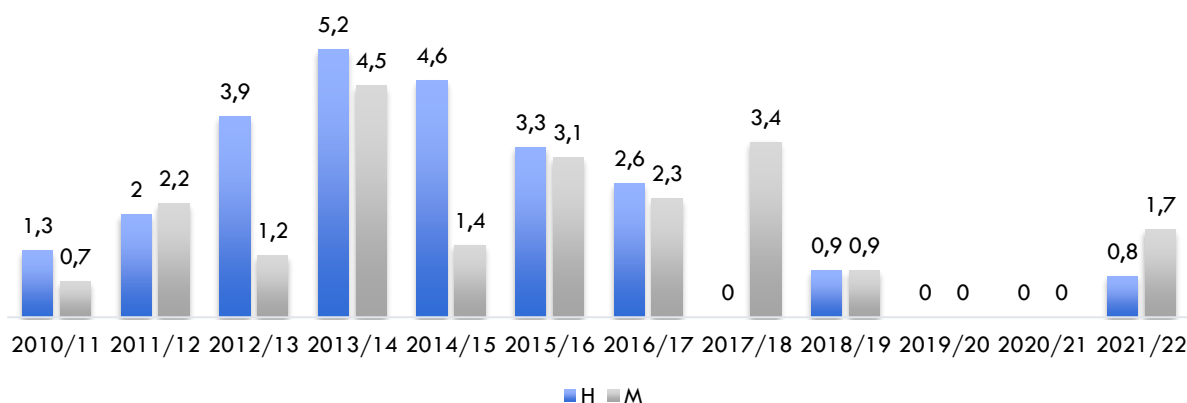
Gráfico 63 | Evolução da taxa de retenção no 1.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, por sexo de 2010/11 a 2021/22 (%)



Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 20/05/2024)

Observando a evolução da taxa de retenção do 1.º Ciclo do EB, por sexo, conclui-se que, entre os anos letivos de 2010/11 e 2016/17, esta tende a ser superior entre os alunos do sexo masculino. Nos anos letivos de 2012/13, 2014/15, esta taxa mais do que duplica a registada entre as mulheres. Esta tendência sofreu uma inversão nos anos letivos de 2011/12 (H: 2%; M: 2,2%). No ano letivo de 2017/18, a taxa de retenção e desistência no 1.º Ciclo do EB é nula entre os alunos do sexo masculino e, entre os alunos do sexo feminino ascende aos 3,4%. Esta prevalência da taxa de retenção e desistência entre as alunas volta a ser uma realidade no ano letivo de 2021/22 (H: 0,8; M: 1,7%).

Gráfico 64 | Evolução da taxa de retenção no 2.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, de 2010/11 a 2021/22 (%)

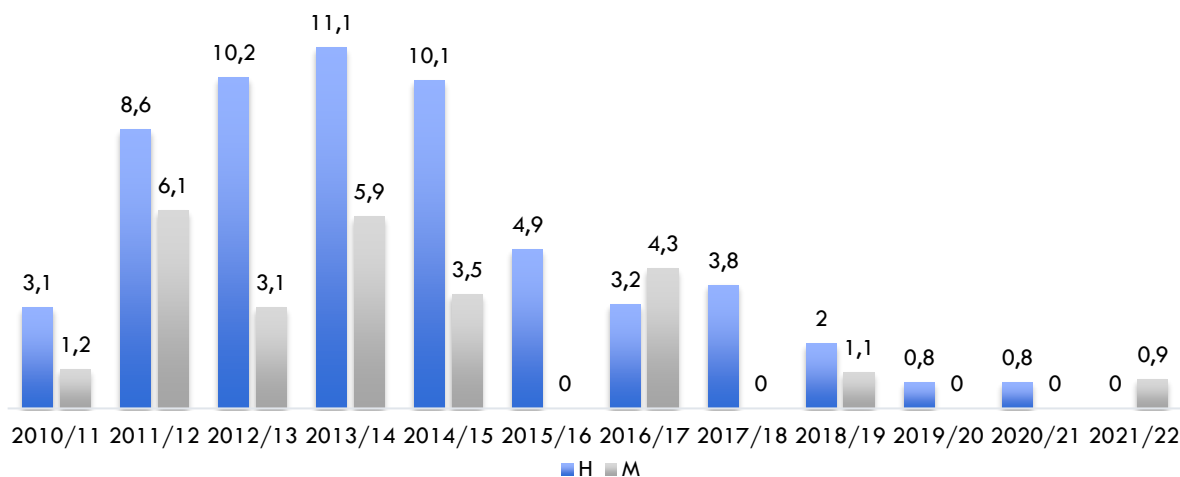


Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 22/05/2024)

No que concerne à evolução da taxa de retenção registada no 2.º Ciclo do EB, verificou-se que a mesma foi descontínua. No ano letivo de 2011/12, este indicador cresceu em 5,1 p.p. face ao ano anterior, atingindo os 7,4% (2010/11: 2,3%). No ano letivo seguinte, este indicador decresceu (2012/13: 6,7%), para voltar a aumentar no ano letivo posterior (2013/14: 8,6%, atingido o valor mais alto registado no período em análise). Nos anos letivos 2014/15 e 2015/16, a taxa de retenção decresceu, atingindo os 7% e os 2,7% respetivamente. No ano letivo seguinte, a mesma aumentou 1,1 p.p. (2016/17: 3,8%). Entre os anos letivos de 2017/18 e 2019/20, a taxa de retenção total no 2.º Ciclo do EB decresceu, sendo que, a partir desse último, a mesma estagnou, situando-se nos 0,4%, valor mais baixo do período em análise.

Mais se refere que, a taxa de retenção ao nível do 5.º Ano de Escolaridade tendia a ser mais elevada que a verificada no 6.º Ano de Escolaridade nos diferentes anos letivos, com exceção dos anos letivos 2012/13 e 2020/21. Para o 5.º Ano de Escolaridade, o valor mais elevado foi atingido no ano letivo de 2014/15, no qual 9,6% dos alunos matriculados ficaram retido. No lado oposto encontra-se o ano letivo de 2020/21, sendo que todos os alunos matriculados no 5.º Ano de Escolaridade transitaram para o ano de escolaridade seguinte. No que concerne ao 6.º Ano de escolaridade, é de mencionar que a taxa de retenção mais elevada foi de 7,3%, registada no ano letivo de 2013/14. Nos anos letivos de 2020/21 e 2021/22, a mesma foi nula.

Gráfico 65 | Evolução da taxa de retenção no 2.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, por sexo, de 2010/11 a 2021/22 (%)

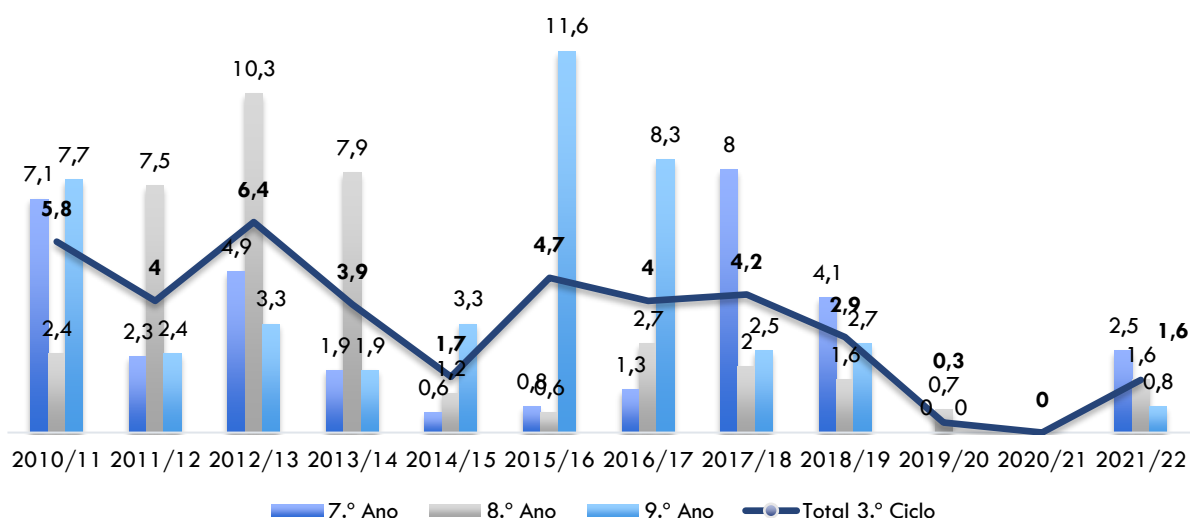


Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 27/05/2024)

Pela análise dos valores registados para a taxa de retenção no 2.º Ciclo do EB, verifica-se que esta foi, regra geral, superior entre os alunos do sexo masculino, embora essa diferença se fosse registando com diferentes intensidades. Foi no ano letivo de 2012/13 que esta divergência atingiu os valores mais

elevados, tendo atingido os 7,1 p.p. (H: 10,2%; M: 3,1%). Por seu turno, nos anos letivos de 2019/20 e 2020/21, assistiu-se a uma tendência para a aproximação deste indicador entre os alunos do sexo masculino e feminino (H: 0,8%; M: 0%). Nos anos letivos de 2016/17 e 2021/22, a prevalência da taxa de retenção observou-se no seio dos alunos do sexo feminino (H: 3,2% e M: 4,3%; H: 0% e M: 0,9%, respetivamente).

Gráfico 66 | Evolução da taxa de retenção no 3.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, de 2010/11 a 2021/22 (%)



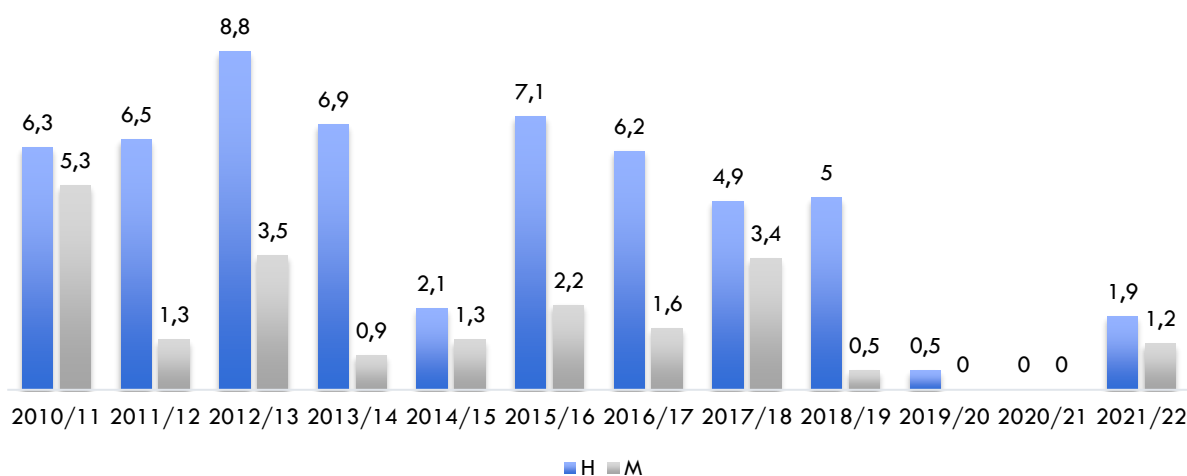
Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 22.05.2024)

Como decorre da análise dos dados que constam do gráfico anterior, o ano letivo em que a taxa de retenção ao nível do 3.º Ciclo do EB atingiu o valor mais elevado foi o de 2012/13, situando-se nos 6,4%. No ponto oposto, surge o ano letivo de 2020/21, no qual o indicador foi nulo.

Entre o ano letivo de 2010/11 e 2011/12, a taxa de retenção deste ciclo vivenciou um decréscimo, passando dos 5,8% para os 4%. No ano letivo de 2012/13, este indicador voltou a subir (6,4%), passando nos dois anos letivos seguintes a vivenciar um declínio (2013/14: 3,9%; 2014/15: 1,7%). A taxa de retenção no 3.º Ciclo do EB, no ano letivo de 2015/16, era de 4,7%, tendo no ano letivo posterior, voltado a diminuir (2016/17: 4%). Em 2017/18, a taxa de retenção aumentou (4,2%), sendo que, desde então e até ao ano letivo de 2020/21 (0%), vigorou uma tendência de declínio deste indicador. Entre esses dois marcos temporais este indicador diminuiu 4,2 p.p. No ano letivo de 2021/22, a taxa de retenção no 3.º Ciclo do EB situou-se nos 1,6%, o que indica que do total de alunos matriculados no 3.º Ciclo do EB 1,6% não transitaram.

Analisando este indicador para os diferentes anos de escolaridade ao longo do período em apreço, verificou-se que a taxa de retenção mais baixa foi atingida, por regra, ao nível do 7.º Ano de Escolaridade, com a exceção de 3 anos letivos (2017/18: 8; 2018/19: 4,1 e 2021/22: 2,5), nos quais superou de forma significativa o valor apurado para o 8.º e o 9.º Anos de Escolaridade. Em termos médios, o 9.º Ano de Escolaridade foi o que apresentou valores mais elevados para a taxa de retenção, sendo de destacar o ano letivo de 2015/16, no qual alcançou os 11,6%. Estes dados revelam a tendência para que as retenções aconteçam, sobretudo, nos anos de final de ciclo.

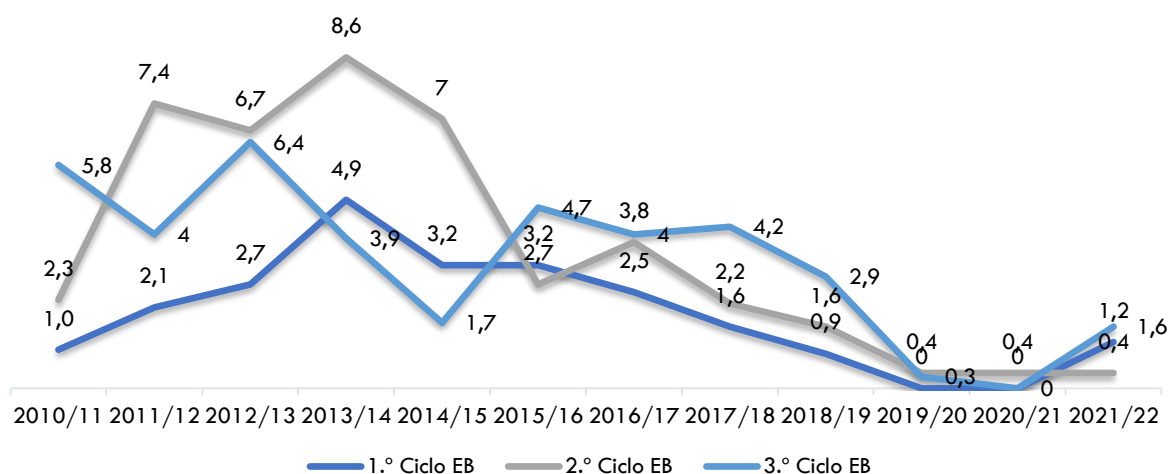
Gráfico 67 | Evolução da taxa de retenção no 3.º Ciclo Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, por sexo, de 2010/11 a 2021/22 (%)



Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 26.05.2024)

Como decorre da análise dos dados do gráfico anterior, ao nível do 3.º Ciclo do EB, a taxa de retenção foi mais elevada entre os alunos do sexo masculino em todos os anos letivos em apreço, com exceção do ano letivo de 2020/21, no qual a mesma foi nula. As diferenças assumiram intensidades dissemelhantes, o que não permite identificar um padrão.

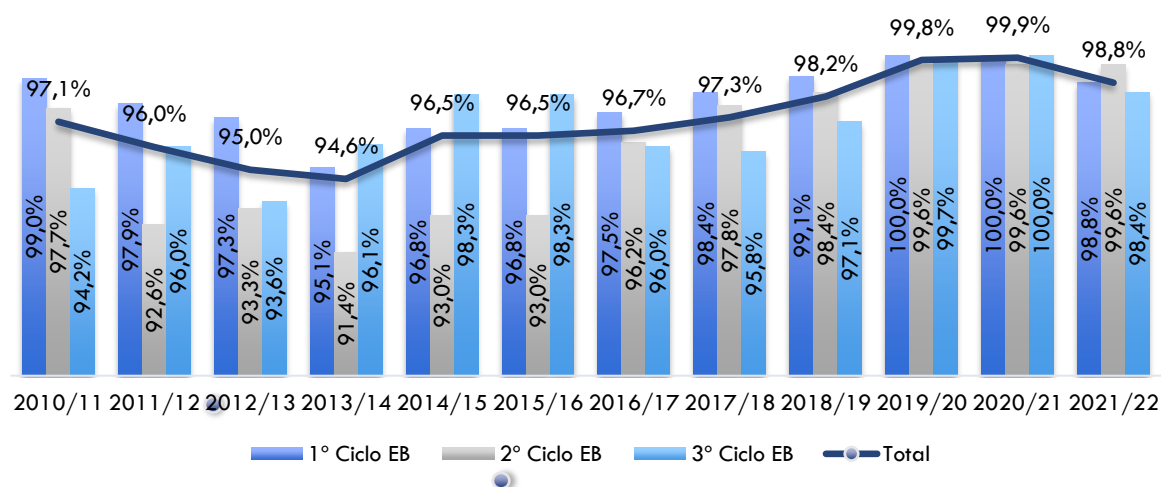
Gráfico 68 | Evolução comparativa da taxa de retenção nos vários Ciclos Ensino Básico, por ano letivo, no concelho de Caminha, de 2010/11 a 2021/22 (%)



Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 23.05.2024)

Para o horizonte temporal em análise, o 1.º Ciclo do EB apresentou taxas de retenção inferiores do 2.º e 3.º Ciclos do EB. Nos anos letivos de 2011/12, de 2015/16 a 2018/19 e 2021/22, foi no 3.º Ciclo do EB que se registou a maior proporção de alunos retidos, apresentando valores que oscilaram entre os 5,8% (2010/11) e os 1,6% (2021/22). Nos demais anos letivos, a taxa de retenção mais elevada registou-se no 2.º Ciclo do EB, tendo sido no ano letivo de 2013/14, com um valor de 8,6%, aquele em que, neste nível, a percentagem de alunos matriculados que ficaram retidos, face ao total de alunos matriculados, atingiu o valor mais alto.

Gráfico 69 | Taxa de transição/conclusão no ensino básico, no concelho de Caminha, anos letivos de 2011/12 a 2021/22 (%)



Valor-
meta
2030:
100%

Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 23.05.2024)

De acordo com os dados apresentados, conclui-se que, **depois de um período marcado por um declínio da taxa de transição/conclusão no Ensino Básico, entre os anos letivos de 2010/11 (97,1%) e 2013/14 (94,6%), este indicador evoluiu, tendencialmente, de forma positiva, situando-se, em valores próximos dos 100%, sendo que, no ano letivo de 2020/21, atingiu os 99,9%.** Por seu turno, no ano letivo de 2021/22, a taxa de transição/conclusão voltou a decrescer, situando-se nos 98,8%.

Numa análise comparativa, pode afirmar-se que, entre os anos letivos de 2010/11 e 2021/22, a taxa de transição/conclusão no Ensino Básico cresceu 1,7 p.p. Assim, confirma-se que os resultados, nos últimos anos, são consistentes com o valor-meta definido para 2030, 100%.

Importa monitorizar a evolução deste indicador aquando do regresso das provas finais de fim de ciclo, por forma a medir o impacto desta medida na concretização da meta estabelecida para 2030.

2.1.4. Ensino Secundário

O sistema de ensino secundário compreende três anos letivos, o 10.º, o 11.º e o 12.º, sendo que os currículos divergem de acordo com a área de estudos e a modalidade da oferta educativa/formativa escolhida.

O investimento por parte dos alunos e das famílias na frequência do ensino secundário é o resultado de um conjunto de fatores, os quais transcendem a obrigatoriedade (para os alunos com idade inferior aos 18 anos), estendendo-se a outros aspetos de carácter individual e grupal (por exemplo, as aspirações e os benefícios esperados). Dada a importância que a qualificação do capital humano assume no desenvolvimento económico e social sustentado, importa neste subcapítulo analisar os indicadores relativos aos alunos matriculados e aos resultados do processo educativo/formativo.

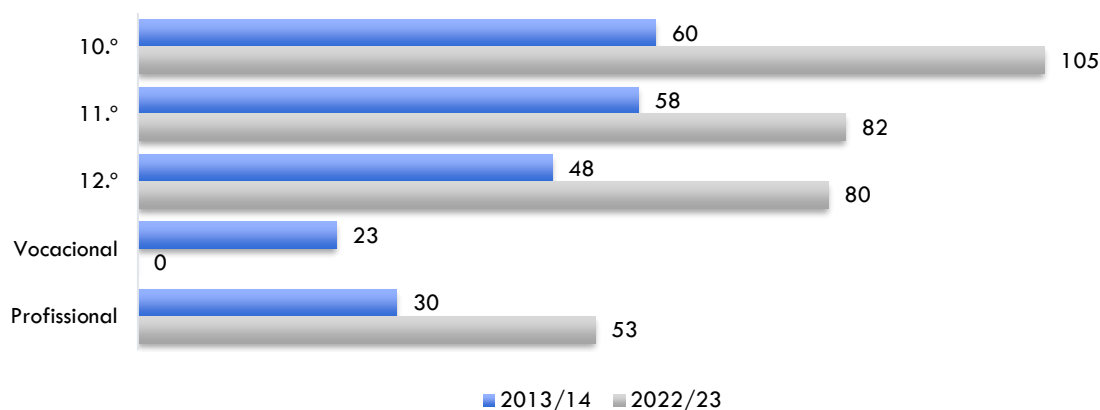
Tabela 22 | Evolução do número de alunos matriculados por ano de escolaridade, Ensino Secundário, no Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, por ano letivo, de 2013/2014 a 2022/23

	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23 ²⁶
10.º	60	71	58	61	87	98	114	91	90	105
11.º	58	52	71	67	61	77	85	108	88	82
12.º	48	54	42	82	68	72	78	75	106	80
Vocacional	23	23	17	0	0	0	0	0	0	0
Profissional	30	12	0	41	36	16	11	0	30	53
Total	219	212	188	251	252	263	288	274	314	320
Variação	---	-7	-24	63	1	11	25	-14	40	6

Fonte/Entidade: AECC²⁷

De acordo com os dados que constam da tabela anterior, no ano letivo de 2013/14, o número total de alunos matriculados no Ensino Secundário, no AECC, era de 219, sendo que o maior número se registou ao nível do 10.º Ano de Escolaridade dos Cursos Científico-Humanísticos (60 alunos: 27,40%). No ano letivo de 2022/23, o número de alunos situava-se nos 320, mantendo-se o 10.º Ano de Escolaridade dos Cursos Científico-Humanísticos como aquele que apresentava um maior número de alunos inscritos (105 alunos: 32,81%). **Entre esse período, o número de alunos matriculados no Ensino Secundário, no AECC, aumentou em 101 jovens.**

Gráfico 70 | Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário, no AECC, ano letivo de 2013/2014 a 2022/23



Fonte/Entidade: AECC

²⁶ Número de alunos matriculados até ao dia 21 de outubro de 2022.

²⁷ A falta de dados impediu que nesta tabela fosse apresentado o número de alunos matriculados na Ancorensis – Cooperativa de Ensino.

A análise da tabela e do gráfico anteriormente apresentados permite observar a subida considerável do número de alunos matriculados na generalidade das modalidades de oferta educativa/formativa, à exceção do Ensino Vocacional²⁸, do Ensino Secundário no AECC, comparando 2013/14 e 2022/23, sendo que se regista um aumento de 34%. Ressalta-se ainda a evolução do número de inscritos no ensino profissional, sendo 2022/23 o ano com maior número de inscritos, em resultado do alargamento da oferta disponibilizada nesta modalidade de ensino.

Tabela 23 | Evolução do número de alunos matriculados por ano de escolaridade, Ensino Secundário, na ETAP – Escola Profissional, por ano letivo, de 2013/2014 a 2022/23

	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
Vocacional	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0
Cursos CEF (Nível II)	0	0	0	14	14	0	0	18	9	0
Profissional	137	95	127	125	140	167	158	121	115	106
Total	137	114	127	139	154	167	158	139	124	106
Variação	---	-23	13	12	15	13	-9	-19	-15	-18

Fonte/Entidades: AECC e ETAP²⁹

Os dados constantes na tabela anterior apontam para a ocorrência de um decréscimo no número de alunos inscritos na ETAP, em cerca de 22%, na comparação 2013/14 e 2022/23, facto que estará relacionado com o maior número de alunos inscritos no AECC, assim como com a redução da oferta em termos de número total de cursos profissionais e a redução da população escolar na ETAP.

Da comparação entre o número de alunos matriculados no Ensino Secundário, no ano letivo de 2022/23, na rede pública e na rede privada (com financiamento público), constata-se que a maior parte dos alunos encontravam-se matriculados em estabelecimentos de ensino público (320 alunos: 75%).

²⁸ Esta realidade é explicada pelo facto de esta modalidade de ensino ter deixado de ser uma opção para o Ensino Superior desde 2016.

²⁹ A falta de dados impediu que nesta tabela fosse apresentado o número de alunos matriculados na Ancorensis – Cooperativa de Ensino.

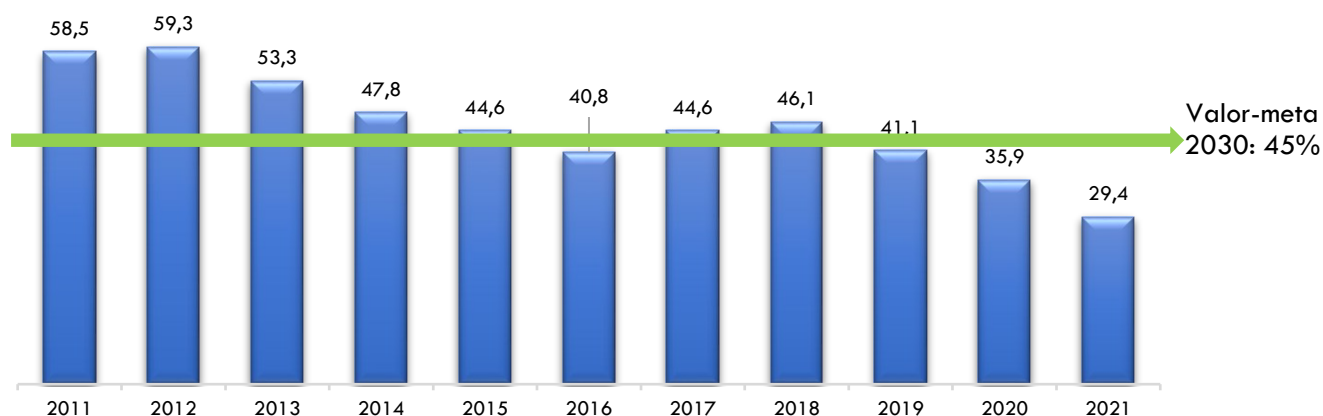
Tabela 24 | Evolução do número total de alunos matriculados no Ensino Secundário no concelho de Caminha, por ano de escolaridade, por ano letivo, de 2013/2014 a 2022/23

	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
10.º	60	71	58	61	87	98	114	91	90	105
11.º	58	52	71	67	61	77	85	108	88	82
12.º	48	54	42	82	68	72	78	75	106	80
Subtotal	166	177	171	210	216	247	277	274	284	267
Vocacional	23	42	17	0	0	0	0	0	0	0
Cursos CEF (Nível II)	0	0	0	14	14	0	0	18	9	0
Profissional	167	107	127	166	176	183	169	121	145	159
Subtotal	190	149	144	180	190	183	169	139	154	159
Total	356	326	315	390	406	430	446	413	438	426
Variação	---	-30	-11	75	16	24	16	-33	25	-12

Fonte/Entidades: AECC e ETAP

A análise do número global de alunos matriculados no Ensino Secundário no ano letivo de 2022/23, permite constatar que estes ascendiam aos 426 (-12 que no ano letivo anterior), dos quais 267 (63%) estão matriculados nos Cursos Científico-Humanísticos (Curso de Ciências e Tecnologias; Curso de Ciências Socioeconómicas; Curso de Línguas e Humanidades; Curso de Artes Visuais). A matrícula em cursos de dupla certificação (Vocacional, CEF e Profissional) foi a escolha de 159 alunos (37%). Assim, como ressalta a análise dos dados constantes da tabela anterior, **assistiu-se a um aumento na ordem dos 19% do número total de alunos matriculados no Ensino Secundário, de 2013/14 para 2022/23, indicador muito positivo. Este aumento faz-se sentir nomeadamente nos Cursos Científico-Humanísticos, sendo que o ensino profissional mantém alguma regularidade no número de inscritos.**

Gráfico 71 | Evolução da taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário para jovens no concelho de Caminha, 2011-2021 (%)



Fonte: https://www.odslocal.pt/caminha?indicator_id=196&sdg=4 (Acedido a 22/07/2023)

Pela análise conjugada dos valores apresentados no concelho de Caminha, no que concerne à distribuição do número de alunos matriculados no ensino secundário por oferta educativa e do valor meta definido no âmbito dos ODS 2030, conclui-se que o valor apresentado em 2021 é significativamente inferior ao desejado (45%). Mais se acrescenta que a tendência é para que, a manter-se a tendência de evolução atual, o concelho de Caminha não atingirá o valor-meta.

A meta nacional definida para a taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do secundário para jovens situava-se, em 2010, nos 50%. Não tendo sido a mesma atingida no período previsto, a meta manteve-se tendo sido alargado o período para a concretização até 2020. Ultrapassado o prazo, conclui-se que o cenário do concelho está distante do esperado. Mais se acrescenta que, tal como anteriormente se fez constar, a evolução se tem feito no sentido oposto, assistindo-se a uma diminuição da percentagem de alunos inscritos nas ofertas duplamente qualificantes e a um aumento da proporção de alunos inscritos nos Cursos Científico Humanísticos.

Deste modo, conclui-se que a realidade do concelho de Caminha está muito aquém da meta nacional, pelo que se torna necessário mobilizar a ação dos vários agentes sociais para a definição de estratégias e medidas que permitam garantir a melhoria dos níveis de informação da comunidade sobre as modalidades de ensino existentes e suas mais-valias. Por outro lado, é também necessário reforçar o trabalho de orientação vocacional desenvolvido, possibilitando que o mesmo tenha início a partir dos primeiros anos de escolaridade do 2.º Ciclo do EB.

O grupo de trabalho sobre a temática do Ensino e Formação Profissional identificou também a necessidade de desenvolver de forma regular um trabalho de concertação da rede de oferta formativa de nível secundário entre o AECC, a ETAP e o Município de Caminha.

Tabela 25 | Evolução do número de alunos de nacionalidade estrangeira matriculados no Ensino Secundário, no concelho de Caminha, 2016/17 – 2022/23

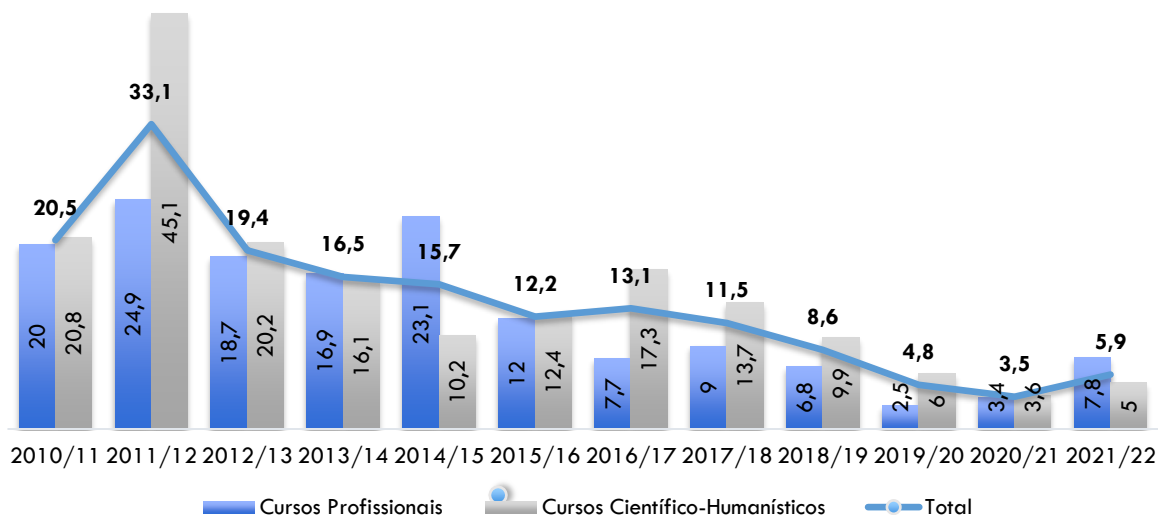
Nacionalidade	Anos letivos	
	2016/17	2022/23
Afeganistão	0	1
Alemanha	0	1
Andorra	0	1
Argentina	0	2
Brasil	2	15
Cabo Verde	17	0
China	1	1
Espanha	1	4
França	0	2
Itália	0	1
Mozambique	0	1
Reino Unido	0	1
São Tomé e Príncipe	0	7
Síria	0	1
Suíça	0	1
Ucrânia	0	3
Total	21	42

Fonte/Entidades: AECC e COOPETAPE

Partindo da análise dos dados apresentados, constata-se que o **número de alunos estrangeiros matriculados no ensino secundário duplicou entre 2016/17 e 2022/23**, voltando a ser a nacionalidade Brasileira a mais expressiva com cerca de 36% dos estudantes. Verifica-se um maior número de nacionalidades, passando de 5, em 2016/17, para 15, em 2022/23.

Outro indicador que deve aqui ser mencionado, pelos resultados positivos a este nível, é o **abandono escolar**, o qual se define como saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória e/ou ter atingido os limites etários legalmente previstos para o fazer. Assim, por forma a potenciar a compreensão do conceito, de referir que para compreender o mesmo, convém atender a que a escolaridade obrigatória pode terminar de duas formas: pela obtenção do diploma de curso que lhe confere o nível secundário da educação; ou, independentemente do ano ou da obtenção ou não de diploma, no momento em que o aluno completar os 18 anos de idade. Como tal, entende-se por **abandono escolar** a saída precoce, ou seja, antes de completar o ensino obrigatório (nível secundário) ou antes. No concelho de Caminha, não se registam situações de abandono escolar, quer no agrupamento, quer na ETAP – Escola Profissional.

Gráfico 72 | Evolução da taxa de retenção no Ensino Secundário no concelho de Caminha, por oferta de educação e formação, 2010/11 a 2021/22 (%)



Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 23.05.2024)

A evolução da **taxa de retenção no Nível Secundário**, no concelho de Caminha, evidencia uma melhoria geral ao longo do horizonte temporal em análise.

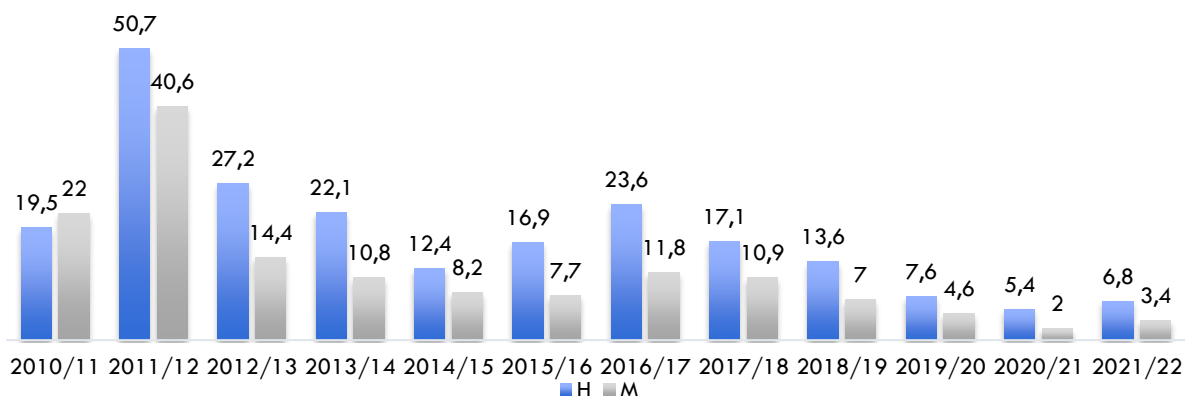
De acordo com os dados respeitantes à taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário, no concelho de Caminha, verifica-se que a mesma, no ano letivo de 2010/11, era de 20,5%, sendo 20% nos Cursos Profissionais e 20,8% nos Cursos Científico-Humanísticos. No ano letivo de 2011/12, esta tendência inverteu-se, tendo este indicador atingido os 33,1% (24,9% nos Cursos Profissionais; 45,1% nos Cursos Científico-Humanísticos). Este foi o ano letivo, no horizonte temporal em análise, em que a taxa de retenção e desistência apresentou os valores mais elevados, quer em termos totais, quer para as diferentes ofertas de educação e formação.

A partir do ano letivo de 2012/13 e até 2015/16, a taxa de retenção e desistência melhorou, tendo-se assistido a um decréscimo, neste período, de 7,2 p.p.. Esta evolução inverteu-se no ano letivo seguinte, sofrendo um aumento de 0,9 p.p..

Embora a evolução deste indicador se efetue no sentido descendente entre 2017/18 e 2020/21, no ano seguinte, a tendência inverteu-se, atingindo valores superiores aos registados nos dois anos letivos anteriores, 5,9%.

A taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário atingiu o seu valor mais baixo no ano letivo de 2020/21 (3,5%). Ao efetuar a análise diferenciada por tipologia de curso, verifica-se que nos Cursos Profissionais a taxa de retenção e desistência mais baixa teve lugar no ano letivo de 2019/20 (2,5%), enquanto nos Cursos Científico-Humanísticos isso aconteceu no ano letivo de 2020/21 (3,6%).

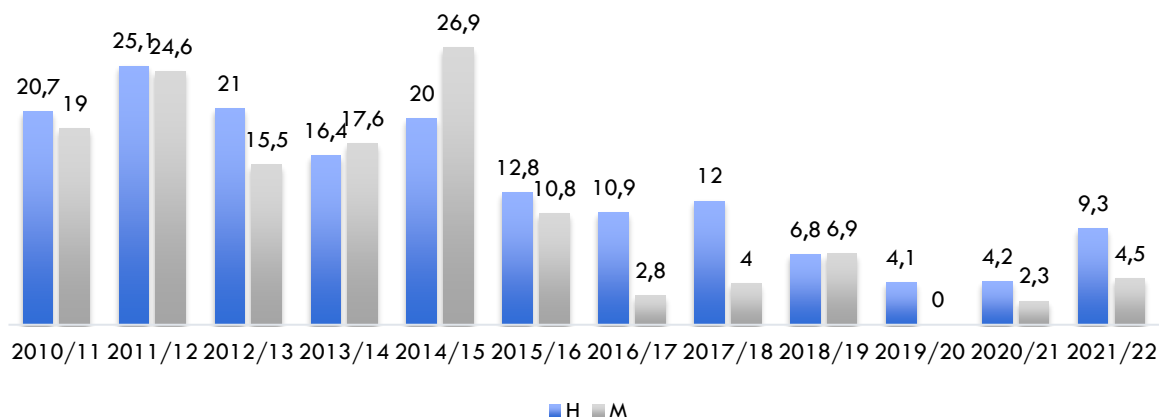
Gráfico 73 | Evolução da taxa de retenção no Ensino Secundário, por sexo, nos Cursos Científico-Humanísticos, no concelho de Caminha, 2010/11 a 2021/22 (%)



Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 28.05.2024)

Observando as **taxas de retenção e desistência por sexo**, conclui-se que as mesmas no Ensino Secundário, nos cursos científico-humanísticos, com exceção do ano letivo de 2010/11, são sempre maiores nos homens que nas mulheres. Mais se constatou que em alguns dos anos letivos nesse período temporal, as taxas de retenção dos alunos do sexo masculino eram o dobro das taxas relativas às mulheres. Esta diferença atingiu os valores mais elevados nos anos letivos de 2012/13 (12,8 p.p.), 2016/17 (11,8 p.p.) e 2013/14 (11,3 p.p.).

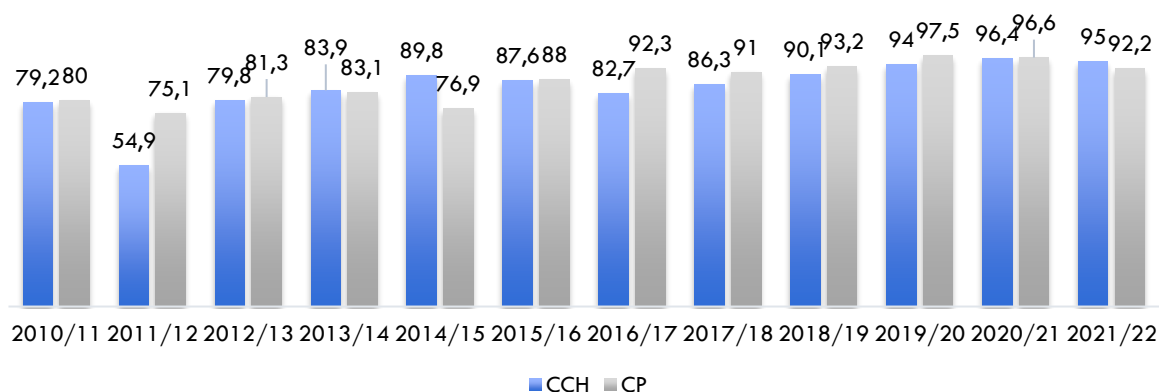
Gráfico 74 | Evolução da taxa de retenção no Ensino Secundário, por sexo, nos Cursos Profissionais, no concelho de Caminha, 2010/11 a 2021/22 (%)



Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 28/05/2024)

Como se depreende pela análise do gráfico anterior, a taxa de retenção nos alunos do sexo masculino dos cursos profissionais tende a ser superior à registada nas alunas, sendo a exceção os anos letivos de 2013/14 (H: 16,4%; M: 17,6%), 2014/15 (H: 20%; M: 26,9%) e 2018/19 (H: 6,8%; M: 6,9%).

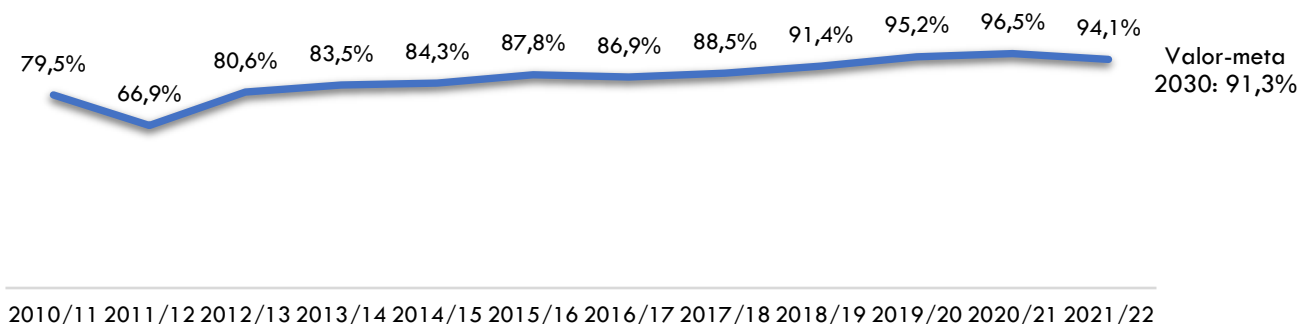
Gráfico 75 | Evolução da taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário no concelho de Caminha, por oferta de educação e formação, 2010/11 - 2021/22 (%)



Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 28/05/2024)

Ao analisar a **taxa de transição/conclusão** de acordo com a oferta educativa e formativa, verificou-se que, para a série temporal em apreço, esta tende a ser mais elevada ao nível dos Cursos Profissionais (apenas nos anos letivos de 2013/14, 2014/15 e 2021/22, esta tendência se inverteu). Em ambas ofertas referidas a taxa de transição/conclusão é, desde o ano letivo de 2018/19, superior a 90% dos alunos matriculados.

Gráfico 76 | Taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário no concelho de Caminha, 2010/11-2021/22 (%)

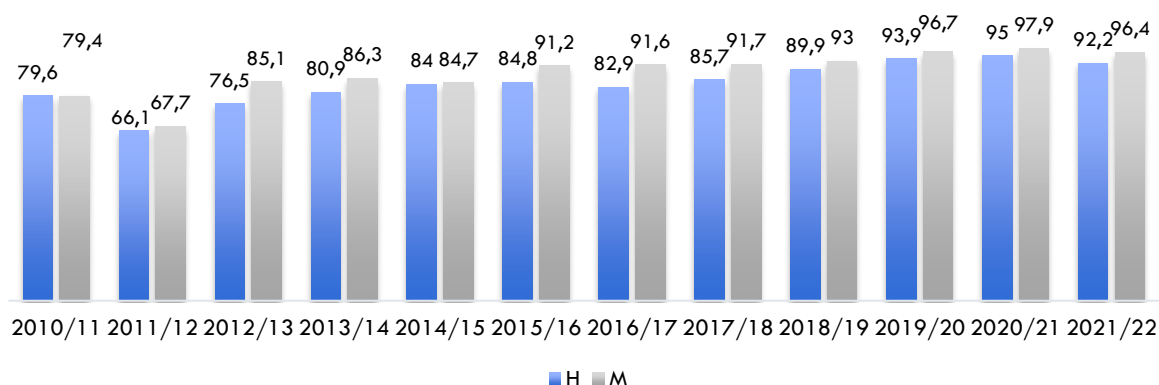


Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 19/05/2024)

A taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário, no concelho de Caminha, situou-se, no ano letivo de 2021/22, nos 94,1%, o que representou um decréscimo de 2,4 p.p. face ao ano letivo anterior (96,5%). Estes valores representam a alteração da tendência de crescimento que se vinha a registar desde o ano letivo de 2012/13 (80,6%), o qual correspondeu a um aumento de 13,7 p.p. em relação ao ano letivo anterior (2011/12: 66,9%). É possível afirmar que, no final do ano letivo de 2021/22, 94,1% dos alunos do Ensino Secundário, obtiveram aproveitamento positivo, o que é revelador do sucesso escolar dos mesmos. A tendência de decréscimo deste indicador foi registada ao nível da região Norte (0,1 p.p.), da sub-região do Alto Minho (0,3 p. p.) e de Portugal continental (0,3 p.p.), embora com intensidades diferentes.

Conclui-se também que desde o ano de 2019/20, este indicador, para o concelho de Caminha ultrapassou o valor meta estabelecido para 2030 (91,3%). De referir que este valor meta foi atingido já quer ao nível dos Cursos Científico-Humanísticos, quer dos Cursos Profissionais.

Gráfico 77 | Taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário, por sexo, no concelho de Caminha, 2010/11- 2021/22 (%)



Fonte: <https://www.dgeec.medu.pt/> (Acedido a 28/05/2024)

Analisando este indicador por sexo dos alunos, verifica-se que, desde o ano letivo de 2011/12, o mesmo é mais elevado nos alunos do sexo feminino que nos alunos do sexo masculino, tendo esta diferença variando de intensidade ao longo dos vários anos letivos. Nos dois últimos anos letivos em apreço, esta divergência acentuou-se, passando dos 2,9 p.p. (2020/21), para os 4,2 p.p. (2021/22). Pese embora esta divergência, a taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário, para ambos os sexos, ultrapassa o valor meta definido ao nível dos ODS 2030.

2.1.5. Ensino Superior

Neste subcapítulo são abordados alguns indicadores de análise relativos ao Ensino Superior, um dos três níveis do Sistema Educativo Português e, como tal, regulado pela Lei de Bases do Sistema Educativo.

A capacitação dos recursos humanos de um território, do ponto de vista científico, técnico e cultural assume-se como um importante promotor do desenvolvimento social sustentado, ao permitir dotar/aperfeiçoar as suas capacidades de conceção, inovação e análise crítica, bem como trabalhar a compreensão e as competências para a solução de problemas concretos e aplicação das mesmas no exercício de atividades profissionais.

Em matéria de Ensino Superior, de referir que, no concelho de Caminha, não existe qualquer estabelecimento para este nível de ensino. Contudo, a região do Alto Minho conta com a existência do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, o qual dispõe de seis Escolas Superiores (Escola Superior de Educação; Escola Superior de Tecnologia e Gestão; Escola Superior de Saúde; Escola Superior de

Ciências Empresariais; Escola Superior Agrária; Escola de Desporto e Lazer), distribuídas pelos concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Valença e Melgaço.

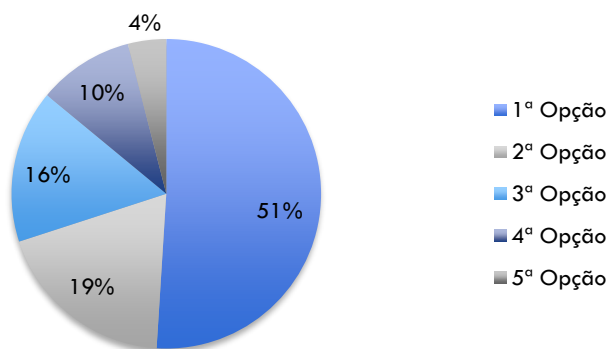
Tabela 26 | Totais gerais e de colocações na 1.ª Fase de Candidaturas ao Ensino Superior no ano letivo 2022/23

2022/23	Totais	Percentagem
Alunos inscritos para exame	181	100%
Tencionavam candidatar-se	105	58%
Apresentaram candidatura	83	79%
Foram colocados na 1.ª fase	79	95%
Opção média de colocação	1,97	

Fonte/Entidade: AECC (2022)

Pela análise dos dados que constam da tabela anterior, conclui-se que, no ano letivo 2022/23, 58% dos alunos inscritos para exame do Ensino Secundário tinham intenções em candidatar-se ao Ensino Superior. Desses, 79% apresentaram candidatura, tendo sido colocados na 1.ª Fase de Candidaturas ao Ensino Superior, cerca de 95% dos mesmos.

Gráfico 78 | Colocações dos alunos do concelho de Caminha na 1.ª fase de candidaturas ao Ensino Superior, por opção, ano letivo 2022/23 (%)



Fonte/Entidade: AECC (2022)

Pela observação do gráfico, apurou-se que 51% dos alunos foram colocados na 1.ª opção, 19% na 2.ª opção, 16% na 3.ª opção, 10% na 4.ª opção e 4% na 5.ª opção.

Tabela 27 | Colocações por curso na 1.ª fase de Candidaturas ao Ensino Superior, dos alunos do concelho de Caminha, no ano letivo 2022/23 (15 mais frequentes)

2022/23			
	Curso de Ensino Superior	Colocados	Opção coloc.
9123	Engenharia Mecânica	4	1,5
9731	Desporto e Lazer	4	1,0
9813	Medicina	4	2,0
9056	Contabilidade	3	1,0
9119	Engenharia Informática	3	2,0
9500	Enfermagem	3	2,0
9023	Ciências da Comunicação	2	1,0
9078	Direito	2	1,5
9147	Gestão	2	2,0
9229	Relações Internacionais	2	3,0
9242	Solicitadoria	2	1,5
9472	Educação Social Gerontológica	2	1,0
9847	Medicina Veterinária	2	4,0
9853	Educação Básica	2	1,5
9891	Design e Multimédia	2	1,0

Fonte/Entidade: AECC (2022)

Na tabela anterior estão registados os cursos de colocações mais frequentes, sendo que Engenharia Mecânica, Medicina, Desporto e Lazer contam, respetivamente, com 4 colocados por curso.

2.2. Recursos Humanos

A caracterização dos recursos humanos (docente e não docente) que se encontram ao serviço nas entidades escolares e formativas do concelho é condição fundamental para que se possa proceder à identificação das possíveis fragilidades existentes. Só assim será possível a definição de ações de correção das mesmas.

Tabela 28 | Evolução do número de docentes e de formadores/as em exercício nos estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha, por sexo e nível de ensino, 2011/12 e 2021/22

	2011/12			2021/22		
	Total	H	M	Total	H	M
Educação pré-escolar	22	1	21	25	0	25
1.º Ciclo EB	40	5	35	54	10	44
2.º Ciclo EB	47	13	34	40	9	31
3.º Ciclo EB e Ensino Secundário	145	50	95	101	28	73
Educação Especial	8	0	8	12	1	11
Formadores (escolas profissionais)	31	10	21	28	12	16
Total	293	79	214	260	60	200

Fonte: https://estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/recursos_humanos/pessoal_docente.asp (Acedido a 19/04/2024)

Através da análise dos dados da tabela anterior, verifica-se que, entre o ano letivo de 2011/12 e 2021/22, o número de docentes/formadores ao serviço no concelho de Caminha sofreu um decréscimo absoluto de 33 docentes. Esta perda fez-se sentir ao nível dos/as docentes do 2.º Ciclo do EB (-7), dos/as docentes e formadores/as do 3.º Ciclo do EB e Ensino Secundário (-47). Ao nível do Ensino Pré-escolar (3), do 1.º Ciclo do EB (14) e da Educação Especial (4) assistiu-se a um aumento dos/as docentes.

De referir que no ano letivo de 2021/22, 76,92% (200) dos/as docentes e formadores/as em exercício, eram mulheres. Por comparação com a realidade vivenciada no ano letivo de 2011/12 (2014: 73,04%), a prevalência dos/as docentes e formadores/as do sexo feminino intensificou-se. De realçar que, a partir do ano letivo de 2013/14, ao nível da educação Pré-Escolar apenas estavam ao serviço no concelho de Caminha Educadores/as de Infância do sexo feminino.

Os níveis de ensino que apresentam um maior número de docentes foram, para os dois anos letivos em apreço, o 3.º Ciclo e Ensino Secundário.

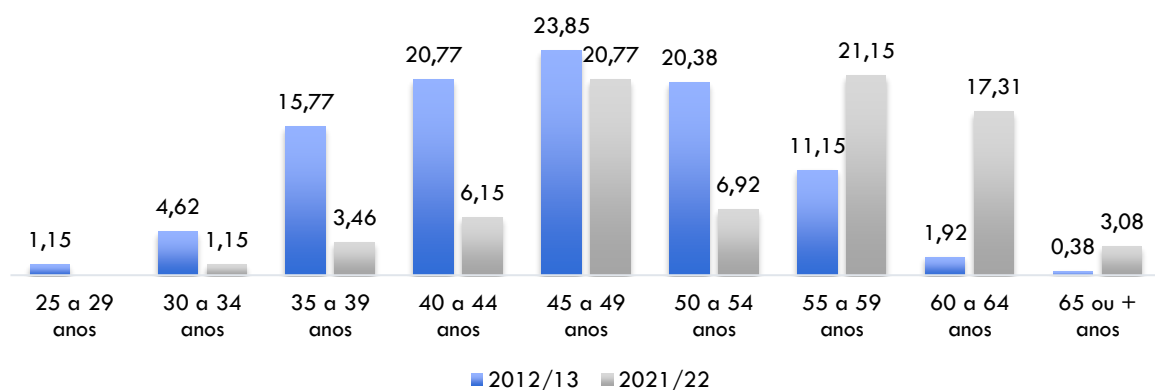
Tabela 29 | Número de docentes e de formadores/as em exercício nos estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha, por grupo etário 2021/22

Grupo Etário	2021/22			
	Total		H	M
	N.º	%	N.º	N.º
Menos de 25 anos	0	0	0	0
Entre os 25 e os 29 anos	0	0	0	0
Entre os 30 e os 34 anos	3	1,15	1	2
Entre os 35 e os 39 anos	9	3,46	2	7
Entre os 40 e os 44 anos	42	16,15	9	33
Entre os 45 e os 49 anos	54	20,77	20	34
Entre os 50 e os 54 anos	44	16,92	8	36
Entre os 55 e os 59 anos	55	21,15	12	43
Entre os 60 e os 64 anos	45	17,31	6	39
65 ou mais anos	8	3,08	2	6
Total	260	100	60	200

Fonte: [https:// estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/recursos_humanos/pessoal_docente.asp](https://estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/recursos_humanos/pessoal_docente.asp) (Acedido a 29/05/2024)

De acordo com os dados disponíveis, pode afirmar-se que, no ano letivo de 2021/22, a maior proporção de docentes e formadores/as registava-se no grupo etário dos 55 aos 59 anos de idade (21,15%), seguido dos grupos dos 45 aos 49 anos de idade (20,77%) e dos 60 aos 64 anos de idade (17,31%). Não existiam docentes e formadores/as com idade igual ou inferior aos 29 anos de idade.

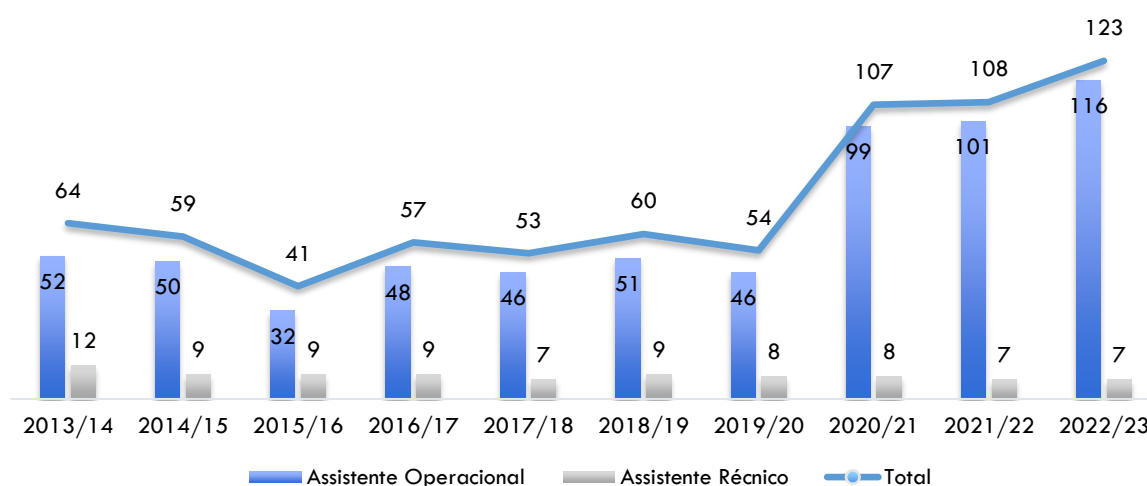
Gráfico 79 | Proporção do pessoal docente do concelho de Caminha, por grupo etário, ano letivo 2012/13 e 2021/22 (%)



Fonte: [https:// estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/recursos_humanos/pessoal_docente.asp](https://estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/recursos_humanos/pessoal_docente.asp) (Acedido a 29/05/2024)

Ao comparar a distribuição dos/as docentes e dos/as formadores/as do concelho de Caminha, por grupos etários, entre os anos letivos de 2012/13 e 2021/22, verificou-se a perda de peso daqueles com idade até aos 54 anos e o aumento da proporção dos que detêm idades a partir dos 55 anos de idade. Desta forma, pode concluir-se que se tem assistido ao envelhecimento do pessoal docente e formadores/as.

Gráfico 80 | Evolução do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha (AECC), 2013/14 a 2022/23



Fonte/Entidade: AECC (2022)

A partir da análise do gráfico anterior, constatou-se uma tendência, generalizada, de crescimento do número efetivos do pessoal não docente ao serviço no AECC, a qual foi mais entre os anos letivos de 2019/20 e 2020/21. Assim sendo, no ano letivo de 2022/23, estavam ao serviço no AECC mais 60 profissionais, passando dos 64 (52 Assistentes Operacionais e 12 Assistentes Técnicos) para os 124 efetivos (116 Assistentes Operacionais e 7 Assistentes Técnicos).

2.3. Qualificação da População Residente

Conhecer e compreender as dinâmicas associadas aos níveis de escolaridade e de qualificação profissional da população residente permite aferir a competitividade económica do concelho e determinar a existência de fatores potenciadores das situações de vulnerabilidade socioeconómica daí decorrentes. Deste modo, podem gizar-se as políticas e as medidas a implementar a nível local, através da ação concertada dos parceiros sociais, para conseguir romper com dinâmicas de desinvestimento e desvalorização da aposta na educação e na aprendizagem ao longo da vida. Estes são elementos

essenciais para que o concelho possa dispor de capital humano preparado para responder aos desafios económicos, sociais e do mercado de trabalho.

Tabela 30 | Evolução da taxa de analfabetismo da população residente no concelho de Caminha, por sexo, 2011-2021 (%)

	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Caminha	4,35	2,35	6,04	2,67	1,41	3,75

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 20/05/2023)

Importa dar nota que a **taxa de analfabetismo** no concelho de Caminha, indicador que permite apreender a proporção da população, com idade superior a 10 anos, que não sabe ler nem escrever, face às pessoas residentes nesse território que sabem ler e escrever, na janela temporal 2011-2021, sofreu um decréscimo, tendo passado dos 4,35% (homens: 2,35% e mulheres: 6,04%) para os 2,67% (homens: 1,41% e mulheres: 3,75%). Isso significa que, em 2021, 3 em cada 100 pessoas com 10 ou mais anos de idade, não sabiam ler nem escrever.

Pela observação dos dados da tabela anterior, conclui-se que a taxa de analfabetismo é diferenciada do ponto de vista do sexo (em todas as freguesias do concelho a taxa de analfabetismo é superior entre as mulheres), refletindo ainda a discriminação das mulheres no acesso e no sucesso educativo que se vivenciou durante um longo período da história de Portugal. A democratização do acesso à educação, independentemente do sexo, tem contribuído para que estas disparidades se tenham vindo a reduzir.

Tabela 31 | Evolução da taxa de analfabetismo no concelho de Caminha e das respetivas unidades geográficas de referência, por sexo, 2011-2021 (%)

	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	5,22	3,51	6,77	3,08	2,10	3,96
Norte	5	3,22	6,61	3,02	2,01	3,92
Alto Minho	6,85	3,73	9,54	3,97	2,31	5,41
Caminha	4,35	2,35	6,04	2,67	1,41	3,75

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 20/05/2023)

De referir que a taxa de analfabetismo no concelho de Caminha se situa em níveis inferiores à média do território nacional (3,08%), da região Norte (3,02%) e do Alto-Minho (3,97%).

Tabela 32 | Evolução da taxa de analfabetismo no concelho de Caminha, por freguesia, 2011-2021 (%)

Freguesias	2011 HM	2021 HM
Âncora	3,25	3,29
Argela	4,71	2,87
Dem	5,57	3,18
Lanhelas	2,91	2,36
Riba de Âncora	6,30	3,61
Seixas	4,34	2,99
União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João)	17,41	10,32
União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho	4,93	3,88
União das Freguesias de Gondar e Orbacém	7,02	3
União das Freguesias de Moledo e Cristelo	3,48	1,74
União das Freguesias de Venade e Azevedo	5,73	1,94
Vila Praia de Âncora	3,46	1,80
Vilar de Mouros	3,82	2,35
Vile	3,91	3,35

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 20/05/2023)

Ao analisar este indicador por freguesia/união de freguesias, constata-se que o analfabetismo tem uma geografia, sendo que o mesmo assume valores mais elevados na União das Freguesias de Arga (10,32%), ou seja, é aquela que apresenta uma proporção mais significativa de indivíduos com idade superior a 10 anos que não sabe ler e escrever entre a população residente. Esta situação já se fazia notar no ano de 2011, em que a taxa de analfabetismo situava-se nos 17,41%. Este fenómeno social pode ser compreendido por se tratar de um território marcadamente rural, com o índice de envelhecimento mais elevado do concelho (maior peso da população com 65 e mais anos de idade), com uma baixa densidade populacional. Este valor situa-se bastante acima da média do concelho, bem como da média nacional, da região Norte e do Alto Minho.

Ao olhar para as demais freguesias, pode concluir-se que as assimetrias entre estas se têm vindo a esbater. Enquanto em 2011, se verificava que a taxa de analfabetismo oscilava entre os 2,91% na freguesia de Lanhelas e os 17,41% na União das Freguesias de Arga, sendo que dentro deste intervalo, existiam freguesias com valores bastante díspares (União das Freguesias de Gondar e Orbacém: 7,02%; Riba de Âncora: 6,30%; União das Freguesias de Venade e Azevedo: 5,73%; Âncora: 3,25%; Vila Praia de Âncora: 3,46% e União das Freguesias de Moledo e Cristelo: 3,48%). Já em 2021, os valores deste indicador variam entre os 1,74% registados na União de Freguesias de Moledo e Cristelo e os 10,32% da União das Freguesias de Arga, sendo que as demais freguesias apresentam valores entre 1,80% de Vila Praia de Âncora e os 3,88% da União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho. Esta tendência para a diminuição da discrepância entre freguesias é o reflexo da conjugação de um

conjunto de fatores de natureza social, cultural, económica, demográfica e política (alargamento da escolaridade obrigatória ao longo das décadas, assim como um aumento de oportunidades de frequência e de sucesso escolar, maior aposta na educação inclusiva, na educação e formação de adultos, ...).

Tabela 33 | Proporção da população com 15 ou mais anos de idade residente no concelho de Caminha, por nível de escolaridade, 2011-2021 (%)

Nível de escolaridade	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
1.º Ciclo EB	29,9	31,1	29,8	26,2	25,1	27,2
2.º Ciclo EB	12,4	14,8	10,3	9,8	11,9	7,9
3.º Ciclo EB	18,9	21,8	16,5	17,2	19,2	15,5
Ensino Secundário	15,6	16,4	14,9	23	24,9	21,4
Ensino Superior	11,1	9,1	12,8	17,2	14,2	19,7

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 20/05/2023)

A observação dos dados apresentados na tabela apresentada permite captar a representatividade que cada **nível de ensino da população assume no conjunto da população com 15 ou mais anos de idade residente** no concelho Caminha. A análise comparativa dos dados registados nos dois momentos censitários permite concluir que o perfil de escolaridade da população residente sofreu uma melhoria. Apesar de o 1.º Ciclo do EB se manter como aquele que agrega um maior contingente de residentes, o mesmo tem vindo a perder peso (2011: 29,9%; 2021: 26,2%). O decréscimo da proporção de residentes com apenas o 1.º Ciclo do EB foi absorvido pelos níveis de escolaridade superiores a este, nomeadamente, pelo nível secundário.

No ano de 2021, o 1.º Ciclo do EB era o grau de ensino com maior representatividade, sendo que 26,2% da população com 15 ou mais anos de idade residente no concelho era detentora deste nível de ensino. Em segundo lugar, surgia o Ensino Secundário com um peso total de 23%, seguido do 3.º Ciclo do EB e do Ensino Superior, ambos com um peso de 17,2%. O 2.º Ciclo do EB era aquele que apresentava uma menor proporção de efetivos no total da população com 15 ou mais anos de idade residente no território concelhio, com um valor de 9,8%.

No período entre 2011 e 2021, os níveis de escolaridade onde se registaram melhorias acentuadas foram o Secundário e o Superior, pois o número de indivíduos que concluíram o Ensino Secundário aumentou em 7,4 p.p., enquanto a conclusão do Ensino Superior cresceu em 6,1 p.p.

Desagregando este indicador por sexo, constata-se que, em 2021, a proporção de mulheres detentoras do 1.º Ciclo do EB é superior àquela que se verifica entre os homens. Este facto pode explicar-se, entre

outros fatores, pelo peso das atitudes e práticas tradicionais sobre o papel social da mulher. Porém, não pode deixar de se referir que, comparando os dados de 2011 com os de 2021, se verifica que a representatividade das mulheres com apenas o 1.º Ciclo do EB no total da população com 15 ou mais anos de idade decresceu em 2,6 p. p.. Nos dois momentos temporais aqui em análise, no 2.º e 3.º Ciclos do EB, o peso dos homens no total da população detentora desse nível de escolaridade é superior ao das mulheres. Este cenário altera-se quando se analisa os dados do Nível Superior. Entre 2011 e 2021, a proporção de mulheres com o Ensino Superior sofreu um aumento de 4,9 p.p. (2011: 12,8%; 2021: 19,7%).

Tabela 34 | Proporção da população residente com Ensino Superior completo no concelho de Caminha e das respetivas unidades geográficas de referência, por sexo, 2011-2021 (%)

	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	13,8	11,6	15,9	19,8	16,8	22,4
Norte	12	9,8	13,9	17,8	14,9	20,3
Alto Minho	9,7	7,9	11,3	14,7	12,1	17
Caminha	11,1	9,1	12,8	17,2	14,2	19,7

Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 10/05/2023)

De acordo com os dados emanados dos Censos 2021, conclui-se que a proporção de indivíduos com 15 ou mais anos de idade residentes no concelho de Caminha com Ensino Superior completo era de 17,2%, o que representa uma melhoria significativa face ao período censitário anterior (11,1%). Apesar de se ter registado um aumento na ordem dos 6,1 p.p., este indicador manteve-se abaixo da média do território nacional (19,8%) e da região Norte (17,8%), mas acima da média da região do Alto Minho (14,7%).

Do ponto de vista do sexo, entre 2011 e 2021, quer no seio da população do sexo feminino, quer do sexo masculino, registou-se um aumento da proporção de indivíduos com 15 ou mais anos de idade detentores do Ensino Superior completo em todas as unidades geográficas. No concelho o aumento verificado foi de 6,9 p.p. entre as mulheres e de 5,1 p.p. nos homens. De referir que, os dados apontam para a manutenção da construção de percursos escolares mais prolongados por parte das mulheres que os homens.

Tabela 35 | Proporção da população residente no concelho de Caminha com Ensino Superior completo, por freguesia, 2011-2021 (%)

	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Âncora	12,96	9,79	15,76	17,32	13,63	20,63
Argela	7,32	4,08	10,18	17,41	12,75	21,56
Dem	5,30	6,06	4,71	10,38	8,62	11,81
Lanhelas	13	8,90	16,48	18,51	13,61	22,73
Riba de Âncora	11,44	10,33	12,32	16,32	15,19	17,39
Seixas	12,35	11,62	12,93	18,06	15,34	20,34
U F de Arga (Baixo, Cima e São João)	0,53	1,30	0	2,67	2,94	2,44
U F de Caminha (Matriz) e Vilarelho	12,54	10,73	13,89	19,35	17,57	20,68
U F de Gondar e Orbacém	6,11	3,95	7,69	12,98	10,53	14,97
U F de Moledo e Cristelo	16,64	13,44	19,24	25,22	23,24	26,92
U F de Venade e Azevedo	10,47	10,73	10,24	15,37	12,87	17,46
Vila Praia de Âncora	12,25	10,06	14,10	18,55	14,51	21,92
Vilar de Mouros	11,81	8,19	15	14,81	10,55	18,50
Vile	9,17	7,27	10,77	14,11	13,51	14,62

Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 10/05/2023)

Ao atender à distribuição geográfica deste indicador pelas freguesias do concelho, em 2021, constata-se que era na União das Freguesias de Moledo e Cristelo (25,22%), na União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (19,35%), em Vila Praia de Âncora (18,55%), em Lanhelas (18,51%) e em Seixas (18,06%) que o peso da população residente com 21 e mais anos de idade com Ensino Superior concluído no total da população residente com 21 e mais anos de idade atinge valores mais elevados. Por seu turno, é na União das Freguesias de Argas (2,67%) que se regista o menor valor. A distribuição deste indicador por freguesia permite concluir que é no seio das freguesias do litoral, aquelas que apresentavam uma maior proporção de população jovem, que este nível de escolaridade conhece maior expressão.

2.4. Formação Profissional de Ativos

No âmbito dos ODS, mais concretamente no objetivo 4, foi definido pelas Nações Unidas como desafio de desenvolvimento “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Assim, os vários países, assumiram, no que à formação profissional se refere, o compromisso de, até 2030, criar/reforçar as condições e os meios para que a população adulta aceda a oportunidades de formação e qualificação de qualidade. Isto com o propósito de garantir que os homens e mulheres adquiram e/ou desenvolvam habilitações

relevantes e competências técnicas e profissionais adequadas para garantir a sua empregabilidade e o exercício pleno da cidadania.

Este objetivo transparece que, o investimento na formação profissional da população ao longo da vida é condição *sine qua non* para a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional da população e, consequentemente, do desenvolvimento sustentável das instituições, das empresas e da sociedade.

Assim sendo, procura-se, no presente capítulo, perceber como o concelho de Caminha tem vindo a evoluir nesta matéria e, por conseguinte, repensar as decisões tomadas e definir ações responsáveis e adequadas à sensibilização da população e das entidades para a importância de aprendizagem ao longo da vida, promovendo também a criação de ofertas flexíveis de melhoria de competências e de requalificação dos recursos humanos tendo em consideração as exigências atuais e futuras do mercado de emprego. Só desta forma será possível facilitar as transições de carreira, potenciar a mobilidade profissional e, por conseguinte, garantir a empregabilidade da população ativa.

De referir que no ano de 2021, o concelho de Caminha dispunha apenas de uma entidade acreditada ao nível da promoção e desenvolvimento de percursos formativos e de qualificação para a população adulta, a ETAP – Escola Profissional, propriedade da COOPETAPE – Cooperativa de Ensino, CRL. Esta disponibiliza a seguinte oferta formativa: Cursos EFA (Educação e Formação de Adultos), para diferentes níveis (básico e secundário); Formações Modulares Certificadas.

A COOPETAPE – Cooperativa de Ensino, CRL. dispõe de um Centro Qualifica sediado no concelho de Caminha, desde 2020, o qual se assume como um importante agente na melhoria da qualificação da população do concelho. No período anterior, a mesma entidade intervinha no território concelhio através da atuação do Centro Qualifica que estava sediado em Viana do Castelo.

O Centro Qualifica desenvolve a sua atividade junto da comunidade, tendo como destinatários diretos da mesma «*Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, incluindo os ativos com necessidades de atualização e reconversão profissional, com o objetivo da melhoria das suas competências e dos seus níveis de qualificação, de modo a contribuir para o aumento da sua empregabilidade; jovens que não se encontrem a frequentar modalidades de educação ou formação e não estejam inseridos no mercado de trabalho (excecionalmente)*»³⁰.

O Centro Qualifica tem permitido à população adulta e aos jovens/adultos que pretendiam ver reconhecidas e certificadas as competências escolares e/ou profissionais, partindo das experiências de

³⁰ Fonte: <https://www.dgert.gov.pt/centros-qualifica-2>

vida, através do Processo de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), completar um nível de escolaridade. Em termos da certificação escolar, a mesma pode ser total (equivalente ao 1.º, 2.º ou 3.º Ciclos do Ensino Básico ou ao nível Secundário de Educação) ou a uma certificação parcial. No que concerne a certificação profissional, esta pode ser de nível 2 (caso o candidato já seja detentor do 3.º Ciclo do Ensino Básico) ou de nível 4 (caso o candidato já seja detentor do Ensino Secundário), numa determinada área/profissão.

Ainda no Centro Qualifica a população do concelho pode aceder a ofertas formativas (Cursos EFA – Educação e Formação de Adultos, FMC – Formação Modular Certificada e outras), que lhe possibilitem a melhoria dos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, assim como dispor de informação sobre as várias modalidades de educação e formação.

O cenário descrito para o ano de 2021, comparativamente com a realidade do ano de 2011, apresenta a perda de uma entidade com atuação no âmbito da educação e formação de jovens e adultos sediada no concelho de Caminha, em resultado do encerramento, em 2018, da Ancorensis – Cooperativa de Ensino. Este facto também condiciona a disponibilidade e a apresentação de dados para esta área no período de 2011 a 2018, já que os dados desta entidade não estão acessíveis.

Para além da COOPETAPE – Cooperativa de Ensino, CRL, no período temporal aqui em apreço, o concelho de Caminha beneficiou da atuação de outras entidades com intervenção no domínio da formação profissional de adultos, as quais, apesar de se encontrarem sediadas noutros concelhos, integravam nas suas ofertas formativas a população adulta residente no concelho de Caminha. Porém, a falta de dados, leva a que neste capítulo apenas sejam apresentadas as informações resultantes do trabalho desenvolvido pelo Centro Qualifica da COOPETAPE.

Tabela 36 | Evolução do número de inscritos/com frequência de Formações Modulares Certificadas promovidas pela COOPETAPE, 2011-2014 e 2018-2021

Total	2011	2012	2013	2014	2018	2019	2020	2021
	144	334	232	78	73	41	61	65
Varição	---	190	-102	-154	-5	-32	20	4

Fonte/Entidade: Centro Qualifica ETAP (2022)

Antes de prosseguir na reflexão em torno das ofertas formativas ao nível da FMC, deve referir-se que o desenvolvimento das mesmas se encontra integrado na formação contínuas da população ativa, por forma a melhorar o seu perfil de competências escolares e/ou profissionais e, deste modo, potenciar os processos de (re)inserção ou de progressão profissional. Por se tratar de formação financiada, do

período compreendido entre 2015 e 2017, por não existir financiamento disponível, não foram desenvolvidas FMC.

Como demonstram os dados constantes da tabela, em 2012, registou-se, face ao ano anterior, um aumento significativo no número de adultos inscritos nas FMC. Assim, tal como transparece da análise dos dados que constam na Tabela 33, no período temporal em análise, o ano de 2012, assume-se como aquele que contou com maior número de inscritos, com um total de 334 adultos. Desde então e até 2019, o número de inscritos tem vindo a decrescer de forma bastante significativa. Em 2019, o número de adultos inscritos (41) é oito vezes inferior ao registado em 2012. É de referir que a trajetória descendente se fez sentir de forma mais acentuada a partir de 2014 (78), facto que poderá ser explicado por se tratar da fase final de vigência do financiamento e por ter ocorrido uma contração do período destinado ao desenvolvimento da formação. Em 2020 (61) e 2021 (65), observou-se um crescimento do número de inscritos.

Tabela 37 | Evolução do número de inscritos/com frequência de Formações Modulares Certificadas promovidas pela ETAP, nos polos de Caminha e de Vila Praia de Âncora, por sexo, 2011-2014 e 2018-2021

		2011	2012	2013	2014	2018	2019	2020	2021
Total		144	334	232	78	73	41	61	65
	N.º	19	110	68	22	25	3	1	0
Homens	%	13,2	32,9	29,3	28,2	34,2	7,3	1,6	0
	N.º	125	224	164	56	48	38	60	65
Mulheres	%	86,8	67,1	70,7	71,8	65,8	92,7	98,4	100

Fonte/Entidade: Centro Qualifica COOPETAPE (2022)

Os dados relativos ao número de indivíduos que frequentaram as ofertas formativas, FMC, promovidas pela ETAP, nos polos de Caminha e de Vila Praia de Âncora, por sexo, nos anos entre 2011-2014 e 2018-2021, os quais estão plasmados na Tabela 35, permitem concluir que em todos os anos existe uma maior adesão às mesmas por parte das mulheres do que pelos homens. Esta tendência vem confirmar aquilo que, de acordo com a OCDE, é a tónica dos países que a integram, ou seja, as mulheres são mais propensas a frequentar percursos de educação e formação de adultos³¹. Nos 3 últimos anos em análise, a discrepância entre o número de homens e de mulheres a frequentar a formação referida tem-se acentuado em favor do sexo feminino.

³¹ Fonte: A Igualdade de Género no Ensino e Formação Profissional: IGUALPRO (2021-2024), Um projeto para a mudança | CRC Virtual (iefp.pt)

Tabela 38 | Evolução do número de inscritos em Formações Modulares Certificadas promovidas pela ETAP, nos polos de Caminha e de Vila Praia de Âncora, por situação face ao emprego, 2011-2014 e 2018-2021

		2011	2012	2013	2014	2018	2019	2020	2021
Total		144	334	232	78	73	41	61	65
Empregados	N. °	99	138	23	23	68	38	61	65
	%	68,8	41,3	9,9	29,5	93,2	92,7	100	100
Desempregados	N. °	45	196	209	55	5	3	0	0
	%	31,3	58,7	90,1	70,5	6,8	7,3	0	0

Fonte/Entidade: Centro Qualifica COOPETAPE (2022)

Analisando a situação face ao emprego dos adultos inscritos nas Formações Modulares Certificadas promovidas pela ETAP, entre 2011-2014 e 2018-2021, constata-se que nos anos de 2011 (68,8%), 2018 (93,2%), 2019 (92,7%), 2020 e 2021 (ambos com 100%), a adesão à formação se fez maioritariamente pelo ativos empregados. Nos restantes anos, 2012 (58,7%), 2013 (90,1%) e 2014 (70,5%), os adultos em situação de desemprego assumem maior relevo no total dos inscritos.

Tabela 39 | Evolução do número de inscritos em Formações Modulares Certificadas promovidas pela ETAP, nos polos de Caminha e de Vila Praia de Âncora, por escolaridade, 2011-2014 e 2018-2021

		2011	2012	2013	2014	2018	2019	2020	2021
Total		144	334	232	78	73	41	61	65
≤9.º Ano	N. °	81	150	110	47	17	11	20	18
	%	56,3	44,9	47,4	60,3	23,3	26,8	32,8	27,7
Ensino Sec/Sup	N. °	63	184	122	31	56	30	41	47
	%	43,8	55,1	52,6	39,7	76,7	73,2	67,2	72,3

Fonte/Entidade: Centro Qualifica COOPETAPE (2022)

As FMC destinam-se à população ativa maior de 18 anos de idade, que possuam a habilitação mínima para frequência da UFCD em que pretendam participar. Posto isso, importa dar nota que, em 2011, a maioria dos inscritos nas FMC foram indivíduos com escolaridade ≤ ao 9.º Ano. Essa tendência inverteu-se nos 2 anos seguintes, sendo que a maioria do número de inscritos eram detentores de escolaridade ao nível do Ensino Secundário ou Ensino Superior. Em 2014, os ativos com escolaridade ≤ ao 9.º Ano voltaram a assumir maior peso no total dos inscritos nas FMC. Entre 2018 e 2021, os ativos com habilitações de Nível Secundário e Superior, assumiram maior predominância.

Tabela 40 | Evolução do número de certificados de Formações Modulares Certificadas promovidas pela ETAP, nos polos de Caminha e de Vila Praia de Âncora, 2011-2014 e 2018-2021

		2011	2012	2013	2014	2018	2019	2020	2021
Inscritos/com frequência		144	334	232	78	73	41	61	65
	N.º	138	307	208	67	71	41	53	65
Certificados	%	95,8	91,9	89,7	85,9	97,3	100	86,9	100
	N.º	6	27	24	11	2	0	8	0
Não certificados	%	4,2	8,1	10,3	14,1	2,7	0	13,1	0

Fonte/Entidade: Centro Qualifica COOPETAPE (2022)

Entre 2011 e 2021, a grande maioria dos adultos inscritos nas Formações Modulares Certificadas terminou as mesmas com aproveitamento. A não certificação, de um modo geral, residual, sendo que nos anos de 2019 e de 2021, é nula.

Tabela 41 | Número de adultos inscritos no Processo de RVCC Escolar no Centro Qualifica COOPETAPE, por nível de qualificação, por sexo e situação face ao emprego, até 2021

Nível	H		M		Total
	Situação face ao emprego				
	Empregado	Desempregado	Empregada	Desempregada	
B1 (4.º Ano)	0	3	1	1	5
B2 (6.º Ano)	3	10	32	47	92
B3 (9.º Ano)	22	35	14	15	86
Nível Secundário	43	59	35	50	187
Total	68	107	82	113	370

Fonte/Entidade: Centro Qualifica COOPETAPE (2022)

O concelho de Caminha, no que concerne ao número de inscritos no Processo de RVCC Escolar, o Nível Secundário concentra o maior número de adultos inscritos (187: 50,54%). A este segue-se, com a segunda maior proporção de inscritos, o B2 (2.º Ciclo EB), com um total de 92 adultos, o que representa 24,86% do total de inscritos no Processo de RVCC Escolar. O 3.º Ciclo do EB (B3) surge como o terceiro nível de ensino com maior número de inscritos (86: 23,24%). Com um número residual de inscritos aparece o 1.º Ciclo do EB (B1), com um número total de 5 adultos (1,35%).

Tabela 42 | Número de adultos inscritos no Processo de RVCC Profissional no Centro Qualifica COOPETAPE, por nível de qualificação, por sexo e situação face ao emprego, até 2021

	H		M		Total
	Situação face ao emprego				
	Empregado	Desempregado	Empregada	Desempregada	
Profissional	61	22	141	60	284

Fonte/Entidade: Centro Qualifica COOPETAPE

Até 2021, foram 284 os adultos integrados no Processo de RVCC Profissional. A caracterização destes desagregada por sexo revela que, até 2021, o número de mulheres (201: 70,8%) transcende largamente o número de homens (83: 29,2%). Por outro lado, embora se pressuponha que as competências e as qualificações dos indivíduos são de natureza universal, não fazendo estas parte das características intrínsecas e diferenciadoras de um ou de outro sexo, em termos gerais, as mulheres tendem mostrar preferência por áreas/profissões ligadas aos serviços de apoio social, secretariado, administração e comércio (áreas predominantes na oferta disponibilizada). Isto acontece muito por força da influência da família, dos pares e do contexto escolar e social.

Tabela 43 | Número de adultos Certificados no Processo de RVCC no Centro Qualifica COOPETAPE, por nível de qualificação escolar, até 2021

Nível	N.º de candidatos certificados (total ou parcial) por nível	
	N.º	%
B1 (4.º Ano)	6	1,54
B2 (6.º Ano)	57	14,62
B3 (9.º Ano)	138	35,38
Nível Secundário	189	45,46
Total	390	100

Fonte/Entidade: Centro Qualifica COOPETAPE (2022)

Antes de avançar na análise dos dados, de referir que, de acordo com a informação disponível, o número de adultos certificados total ou parcialmente, no Nível B1 e Secundário ultrapassam o número de adultos inscritos no Centro Qualifica da COOPETAPE até 2021, uma vez que concluíram o processo de certificação (total ou parcial) adultos que estavam inscritos noutros centros.

No que se refere ao número de adultos certificados até 2021, observou-se que o Nível Secundário foi o que conheceu o maior número de certificações (total ou parcial), situando-se nos 189 adultos (48,46%). Para o Nível B3, obtiveram a certificação (total ou parcial) 138 adultos, o que representa 35,38% do total dos certificados, sendo o segundo nível com maior nível de certificações. O Nível B2 é o que se segue, com um total de 57 adultos certificados total ou parcialmente (14,62%). Por fim, apresenta-se o Nível B1 (6 adultos: 1,54%). Assim sendo, conclui-se que à medida que se sobe no nível de escolaridade o número de adultos certificados (total ou parcial) aumenta.

Tabela 44 | Número de adultos Certificados no Processo de RVCC Profissional no Centro Qualifica COOPETAPE, até 2021

N.º de candidatos certificados (total ou parcial) no Processo de RVCC Profissional	
Profissional	284 ³²

Fonte/Entidade: Centro Qualifica COOPETAPE

A análise comparativa entre o número de adultos que obtiveram a certificação profissional através do Processo de RVCC Profissional, no período em apreço, e o número de adultos inscritos no referido processo, existe uma coincidência, ou seja, todos os inscritos conseguiram a certificação profissional (total ou parcial).

Ao nível da formação profissional dirigida à população ativa, os vários parceiros sociais, em sede de reunião temática, consideraram ser necessário reforçar a lógica de trabalho em rede, congregando esforços e sinergias dos vários agentes sociais e recursos locais, que permitam captar/atrair o capital humano do concelho para as ofertas de formação/qualificação. Estas, por seu turno, devem ser concebidas tendo por base o conhecimento das reais necessidades/exigências do mercado de trabalho, possibilitando assim a criação de uma simbiose geradora de mais-valias para quem trabalha e para quem emprega.

De acordo com os agentes locais existe ainda caminho importante a percorrer para se conseguir melhorar, de modo a superar determinados problemas. Nas sessões de trabalho, ficou evidente que não existem no território concelhio ofertas formativas destinadas a capacitar os ativos para o trabalho com a população com deficiência e/ou incapacidade. Assim, as entidades e os profissionais que pretendam investir a este nível para melhorar o seu perfil de competências terá de se deslocar para fora do concelho, o que pode funcionar como um fator inibidor. Para tal concorre também a desadequada estruturação da rede de transportes públicos.

Entre as intervenções necessárias, torna-se também necessário reforçar as ofertas formativas destinadas à população jovem e adulta com deficiência e/ou incapacidade, por forma a garantir a existência, no território concelhio, de respostas adequadas à capacitação dos mesmos.

³² Áreas profissionais: Trabalho Social e Orientação; Serviço de Apoio a Crianças e Jovens; Construção Civil e Obras Públicas; Secretariado e Trabalho Administrativo; Comércio; Hotelaria e Restauração.

De notar a inexistência de uma plataforma de concertação/articulação entre as entidades que promovem ofertas de formação e qualificação, da qual resulta também a ausência de estratégias e de instrumentos que possibilitem a existência de uma concertação de ofertas formativas entre as várias entidades com responsabilidade ao nível da formação de adultos a intervir no concelho.

A existência de uma polarização do território concelhio por vales (Âncora e Coura) obriga a um investimento complementar para acorrer às necessidades formativas identificadas (dificuldade em encontrar pontos comuns).

Neste âmbito, além do que já foi referido, os parceiros fizeram constar a inexistência de um diagnóstico das necessidades formativas do mercado de trabalho local e das zonas de acolhimento de mão-de-obra concelhia, o que se assume como um constrangimento ao tão necessário processo de ajustamento da oferta de percursos formativos às exigências e às expectativas do mesmo, assim como à valorização do capital humano em idade ativa, à reconversão profissional e à potenciação da sua empregabilidade. Só deste modo, será possível dispor de capital humano capaz de responder aos desafios que surgem diariamente.

Torna-se também necessário, neste domínio, levar a cabo um investimento/aposta na criação de ofertas formativas em torno de percursos de qualificação, em detrimento do desenvolvimento de ofertas formativas avulsas que não se traduzem na obtenção/melhoria do nível de qualificação profissional dos formandos.

Como decorre dos dados apresentados neste subcapítulo, assiste-se ainda a baixos níveis de adesão da população ativa a percursos de formação, pelo que, em consonância com a Estratégia para a Aprendizagem ao Longo da Vida (EALV), componente da Estratégia Europeia para o Emprego (EEE), é necessário que os vários agentes (escolas, entidades formadoras, empregadores, etc.) mobilizem a sua ação para encetar estratégias de sensibilização e mobilização dos adultos em idade ativa para participarem em ações de educação e formação ajustadas às necessidades do mercado de trabalho, assim como de promoção da aposta do tecido empresarial na formação contínua dos recursos humanos.

Posto isso, é importante mobilizar a ação dos vários agentes sociais para o desenvolvimento de estratégias que introduzam as alterações necessárias à articulação entre as entidades formadoras e empregadoras, de forma a proporcionar aos indivíduos estratégias de qualificação que permitam superar as necessidades do mercado de trabalho, melhorando a empregabilidade dos indivíduos e a produtividade das empresas.

Assim sendo, consideram os parceiros sociais, nas reuniões de trabalho, que, para promover uma maior adequação entre os fluxos de oferta e de procura de qualificações no território local e regional, devem ser promovidas reuniões de planeamento e de concertação das ofertas a disponibilizar que envolvam as diferentes instituições que integram a rede de oferta formativa, as escolas, o Município de Caminha e representantes do tecido empregador.

2.5. Empregabilidade

A reflexão em torno da empregabilidade da população residente implica uma abordagem daqueles que são os fatores que influenciam a mesma. Importa, pois, considerar a existência de um conjunto de elementos que se interligam e que condicionam o acesso e a permanência da população ativa no mercado de trabalho, assim como justificam a exclusão deste. Para além dos fatores individuais, os quais se referem sobretudo às competências e aos conhecimentos da população ativa, existem as circunstâncias pessoais (a cultura e os valores) e os fatores externos (a dinâmica do mercado de trabalho, o ciclo económico vigente, o contexto nas suas várias dimensões, ...)³³.

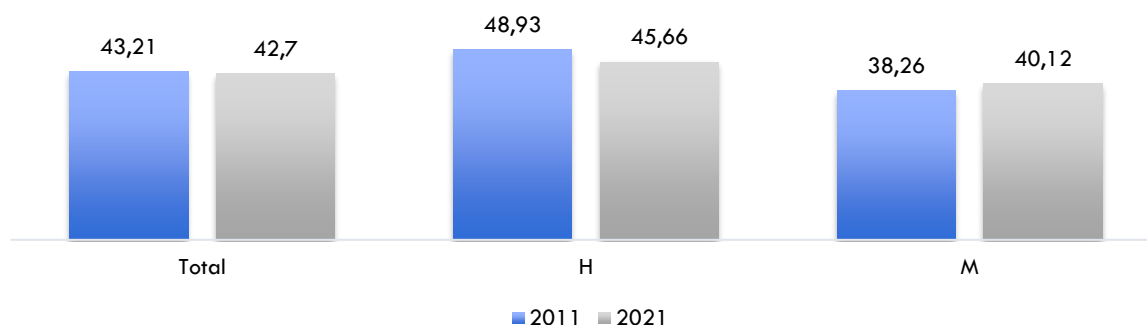
Assim sendo, o acesso e a permanência da presença da população ativa no mercado de trabalho são fortemente condicionados pelos níveis de escolaridade e qualificação profissional da mesma, assim como pelas competências sociais detidas. O ajustamento entre aquilo que o mercado de trabalho procura/precisa e as competências oferecidas pela população ativa é fundamental para reforçar a empregabilidade desta. Neste contexto, os níveis de ensino e formação inicial dos trabalhadores, bem como a formação contínua destes são fundamentais para melhorar o seu perfil de competências e, quando necessário, garantir a reconversão profissional.

Sendo assim, tal como foi exposto nos subcapítulos anteriores, apesar dos progressos registados, entre 2011 e 2021, nos níveis de escolaridade da população em idade ativa residente no concelho de Caminha, é preciso promover processos transformadores que permitam estabelecer/reforçar a cultura de aprendizagem ao longo da vida e gerar oportunidades de qualificação adequadas e flexíveis, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, concorrendo assim para derrubar os entraves à empregabilidade da população ativa local (o baixos níveis de escolaridade, o défice de qualificação do fator trabalho e a descoincidência entre o perfil dos trabalhadores e aquele que é procurado pelo tecido empregador).

³³ Miragaia D., Carvalho P.G., 2012, *Análise das metodologias de avaliação da empregabilidade dos graduados em desporto de Portugal*, Revista Motricidade, vol. 8, n. 4, pp. 26-37

Importa conhecer a população em idade ativa, o perfil dos que estão empregados e daqueles que não estão integrados no mercado de trabalho, para se poder criar estratégias de promoção da empregabilidade da população.

Gráfico 81 | Evolução da taxa de atividade do concelho de Caminha, total e por sexo, 2011-2021 (%)



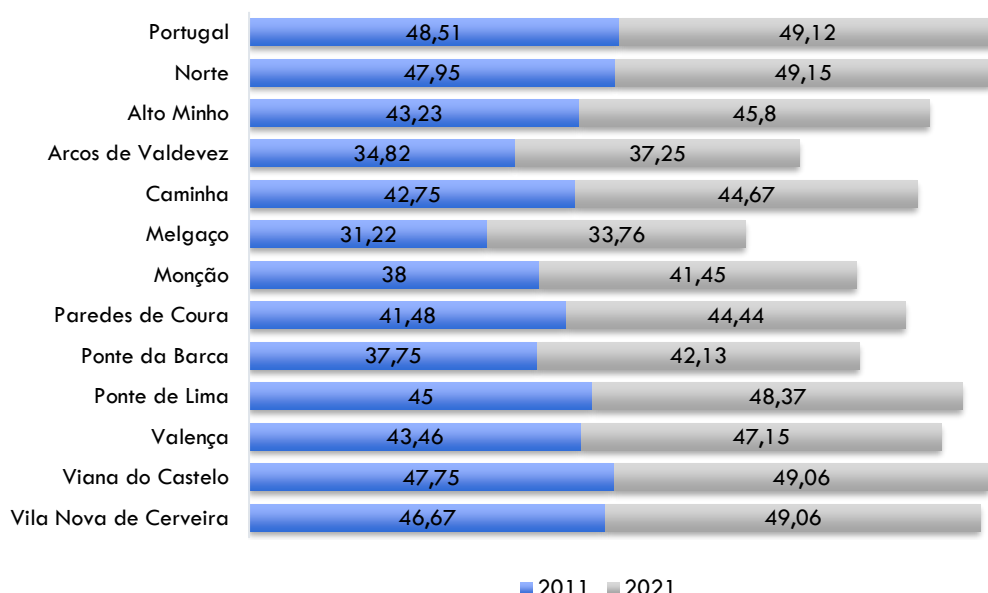
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 06/06/2024)

Como demonstram os dados apresentados no gráfico, a **taxa de atividade** da população ativa do concelho de Caminha, no período entre 2011 e 2021, sofreu um decréscimo de 0,57 p.p., passando dos 43,21% para os 42,7%. Isso significa que a proporção de população ativa no total da população residente com 16 ou mais anos de idade tem vindo a diminuir. Assim, em 2021, aproximadamente 43 indivíduos em cada 100 com 16 ou mais anos de idade estavam a trabalhar ou à procura de emprego. Esta tendência de declínio apenas se registou nos concelhos de Caminha e de Viana do Castelo (-0,83 p.p.). Nos demais concelhos vigorou um aumento deste indicador, tendo atingido maior intensidade nos concelhos de Ponte da Barca (2,27 p.p.), Monção (1,99 p.p.) e Valença (1,84 p.p.).

Ao analisar a evolução da **taxa de atividade da população ativa de acordo com o sexo**, verifica-se que a mesma atinge valores mais elevados entre os homens. Porém, a tendência é de contração do hiato entre a taxa de atividade dos homens e a das mulheres. Em 2011, a taxa de atividade dos homens era de 48,93% e a taxa de atividade das mulheres era de 38,26%. A diferença entre ambos situa-se nos 10,67 p.p. No ano de 2021, fruto do decréscimo da taxa de atividade dos homens (45,66%) e do aumento da taxa de atividade das mulheres (40,12%), a disparidade entre estes valores foi de 5,54 p.p., o que representa uma quebra na ordem dos 5,13 p.p.. Apesar de se manter abaixo da taxa de atividade dos homens, em 2021, a percentagem de mulheres ativas na população total foi 1,86 p.p. superior à registada em 2011. Esta realidade pode ser explicada pela renovação das gerações, da qual resulta a saída da idade das mulheres mais velhas, ou seja, desaparecem desta estatística as mulheres que, por razões várias, não mantinham ligação ao mercado de trabalho formal.

Nos restantes concelhos do Alto Minho, o crescimento da taxa de atividade do sexo feminino ultrapassou o verificado em termos nacionais (0,06 p.p.) e da região norte (0,72 p.p.), com exceção de Viana do Castelo (0,58 p.p.). De referir que apenas os concelhos de Vila Nova de Cerveira, Ponte da Barca e Valença conheceram, para o período em análise, um aumento da taxa de atividade masculina, pelo que se concluiu que, nos demais, se assistiu a uma evolução inversa da taxa de atividade entre sexos. Os concelhos onde, no ano de 2021, essa diferença era menor são Viana do Castelo (5,12 p.p.), Caminha (5,54 p.p.) e Valença (5,65 p.p.). Deste modo, concluiu-se que, ao nível da sub-região do Alto Minho, o concelho de Caminha apresenta, neste domínio, conquistas importantes no combate à desigualdade de sexo

Gráfico 82 | Evolução da taxa de emprego nos concelhos da sub-região do Alto Minho, 2011-2021 (%)

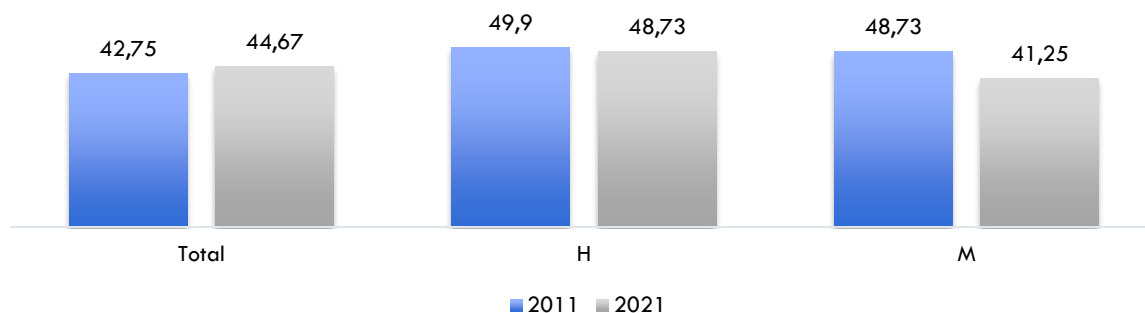


Fonte: <https://www.inec.pt> (Acedido a 20/11/2023)

Analisando a dinâmica da **taxa de emprego**, no período de 2011-2021, nos vários concelhos do Alto Minho verifica-se que a mesma evoluiu favoravelmente. No caso concreto do concelho de Caminha, a taxa de emprego, no período em análise, aumentou 1,92 p.p. (2011: 42,75%; 2021: 44,67%). Em ambos os anos, os valores registados estão abaixo das médias da sub-região (2011: 43,23%; 2021: 45,80%), da região Norte (2011: 47,95%; 2021: 49,15%) e do país (2011: 48,51%; 2021: 49,12%). Este indicador permite afirmar que, em 2021, aproximadamente 45 em cada 100 pessoas em idade ativa residentes no concelho de Caminha têm emprego.

Caminha assume-se, no conjunto dos concelhos do Alto Minho, como o quinto com maior taxa de emprego, ultrapassado por Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Ponte de Lima e Valença.

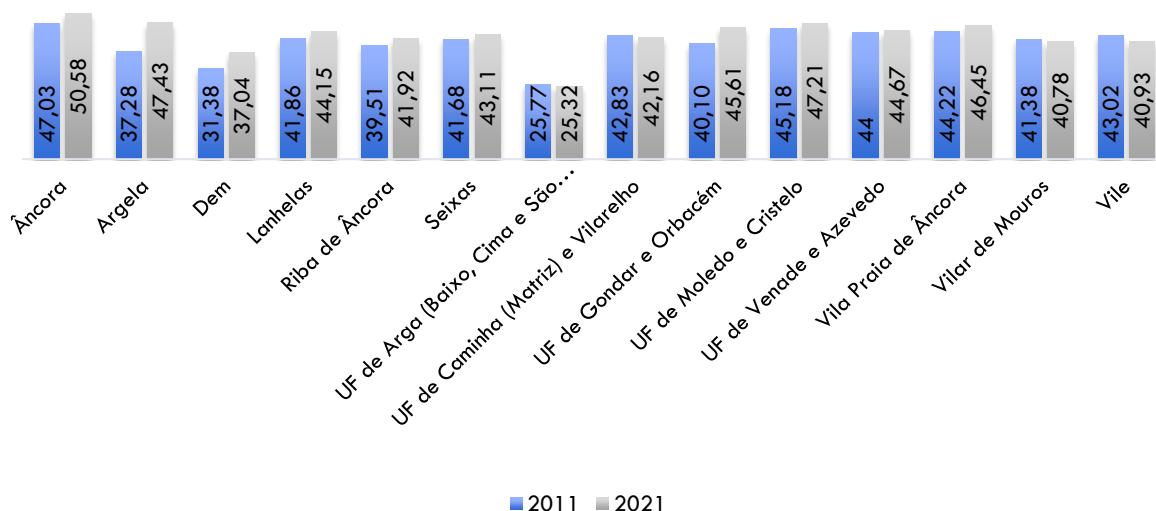
Gráfico 83 | Evolução da taxa de emprego no concelho de Caminha, total e por sexo, 2011-2021 (8%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 20/11/2023 e atualizado a 06/06/2024)

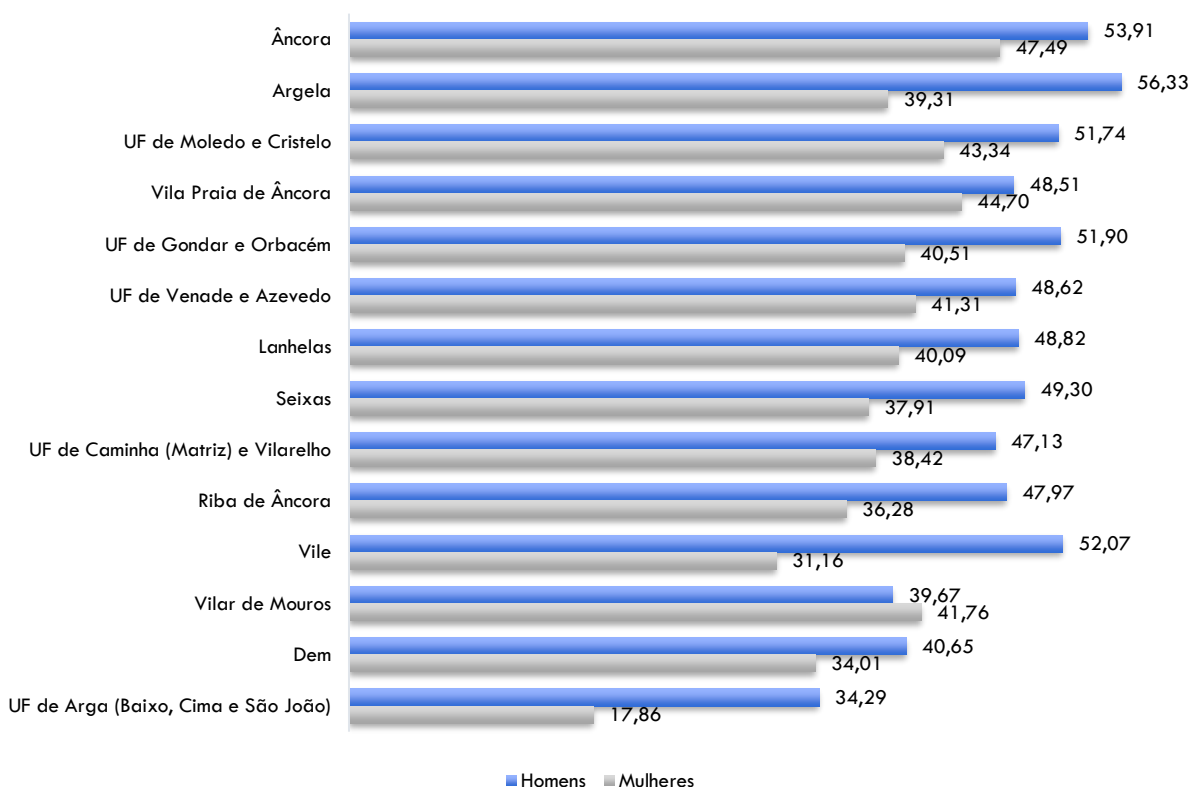
Entre 2011 e 2021, a taxa de emprego, indicador que permite definir a relação entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade, no concelho de Caminha, em termos totais aumentou 1,92 p.p. (respetivamente 42,75% e 48,73%). No território concelho, em 2021, residiam 48,73 indivíduos empregados por cada 100 indivíduos com 15 ou mais anos de idade.

O aumento sobredito fez-se sentir apenas entre a população ativa do sexo feminino (4,48 p.p.), já que entre os homens este indicador sofreu um decréscimo (1,17 p.p.). Assim sendo, parte do aumento registado entre as mulheres em idade ativa foi absorvido pela quebra da taxa de emprego entre os homens em idade ativa.

Gráfico 84 | Evolução da taxa de emprego, por freguesia, 2011-2021 (%)


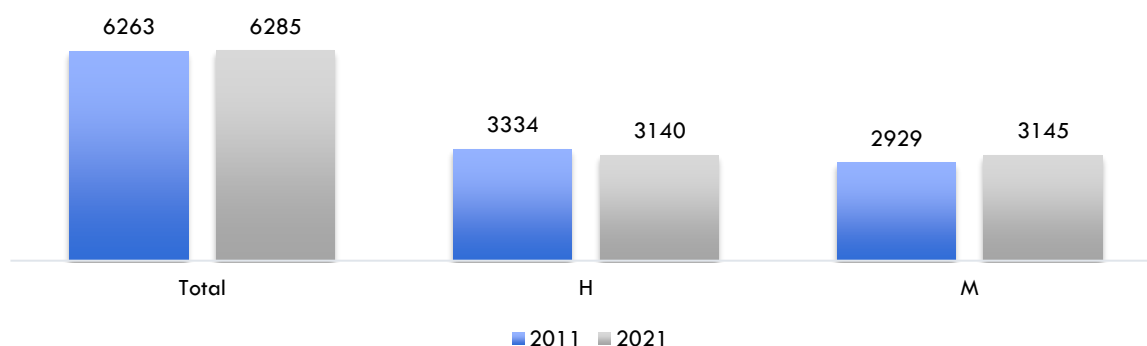
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 20/11/2023)

A análise dos dados desagregados por freguesia permite verificar que o aumento da taxa de emprego foi vivenciado em todo o território, com a exceção de Vile (-2,09 p.p.), da UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho (-0,67 p.p.), de Vilar de Mouros (-0,60 p.p.) e da UF de Arga (-0,45 p.p.).

Gráfico 85 | Taxa de emprego, por freguesia, por sexo, 2021 (%)


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 20/11/2023)

A freguesia de Vilar de Mouros era a única em que a taxa de emprego entre as mulheres (41,76%) em idade ativa é superior à dos homens (39,67%). Nas restantes freguesias este indicador assumia valores mais elevados entre os indivíduos do sexo masculino.

Gráfico 86 | Evolução da população empregada no concelho de Caminha, total e por sexo, 2011-2021


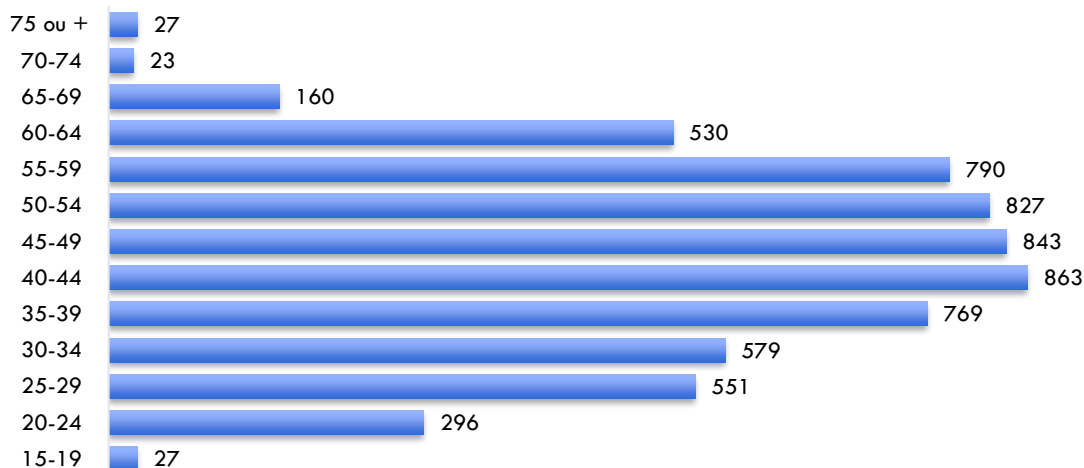
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 27/11/2023)

De acordo com os dados coletados, conclui-se que, no concelho de Caminha, em 2011, 6 263 dos cidadãos em idade ativa residentes no concelho de Caminha estavam empregados (3 334 homens e 2 929 mulheres). No ano de 2021, assiste-se a um **aumento do total residentes integrados no mercado de trabalho**, passando para os 6 285 (3 140 homens e 3 145 mulheres). Assim sendo, conclui-se, no período em análise, o total de mulheres em idade ativa residente no concelho de Caminha empregadas aumentou, enquanto os efetivos do sexo masculino decresceram.

No que concerne à evolução do total da população empregada do concelho de Caminha, entre 2011 e 2021, observa-se um aumento de 22 indivíduos (2011: 3 334 homens e 2 929 mulheres; 2021: 3 140 homens e 3 145 mulheres). Nesse ano, 44,67% da população em idade ativa (14 069) estava empregada. Analisando este indicador por sexo, verifica-se que ao contrário do que aconteceu entre a população ativa do sexo masculino, o qual decresceu (-194 indivíduos), o número de mulheres empregadas sofreu um incremento de 216 efetivos. No ano de 2021, o número de mulheres empregadas ultrapassa o número de homens nessa condição.

Cruzando esta informação com os dados relativos ao número total de indivíduos residentes no concelho de Caminha com idade mínima de 16 anos que constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados), no ano de 2021 (6 745), observa-se que a população empregada é de 6 285 (93,18%).

Gráfico 87 | População empregada no concelho de Caminha, por grupo etário, 2021



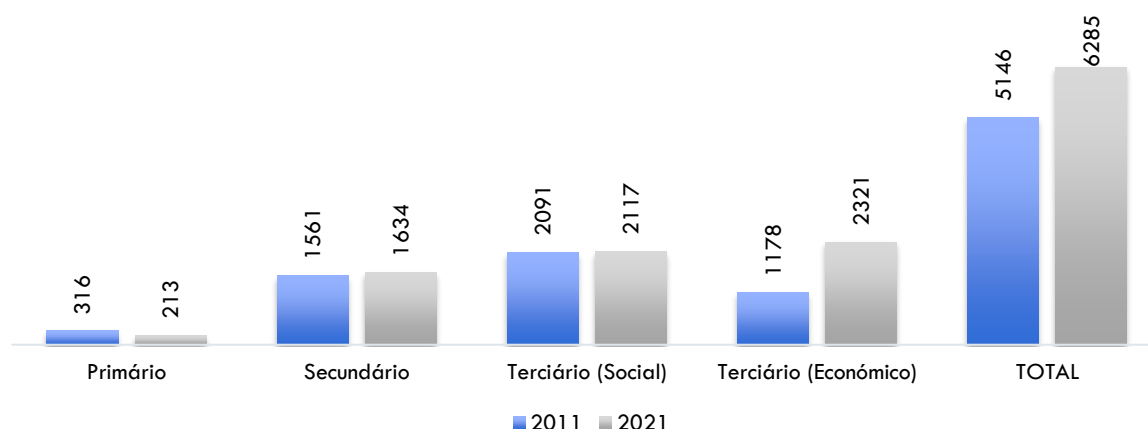
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 27/11/2023)

É no grupo etário dos 40 aos 44 anos de idade que se registava o maior número de pessoas empregadas (863 indivíduos: 13,73%), seguido de perto pelos indivíduos com idades entre os 45 e os

49 anos (843 pessoas: 13,41%). Por seu turno, é entre a população com idades incluídas nas faixas etárias dos 70 e os 74 anos (23 indivíduos: 0,37%) que se encontra o menor contingente de indivíduos a exercer atividade profissional.

De referir que comparativamente com o cenário de 2011, se deve destacar que se registou, de uma forma geral, um importante aumento dos ativos empregados com idades superiores aos 50 anos (mais 635 indivíduos) e um decréscimo da população empregada mais jovem até aos 39 anos de idade (-610 indivíduos). A população empregada com mais de 50 anos de idade, em 2021, passou a representar 37,5% do total da população empregada, sendo que, em 2011, assumia uma proporção de 27,49%. A proporção dos empregados com idade até aos 39 anos de idade era, em 2011, de 45,22% da população ativa empregada. No ano de 2021, o peso desta franja da população empregada decresceu em 9,86 p.p. Assim sendo, pode concluir que ocorreu, à semelhança do que aconteceu com a população residente, um envelhecimento da população ativa empregada.

Gráfico 88 | Evolução da população empregada no concelho de Caminha, por setor de atividade económica, 2011-2021



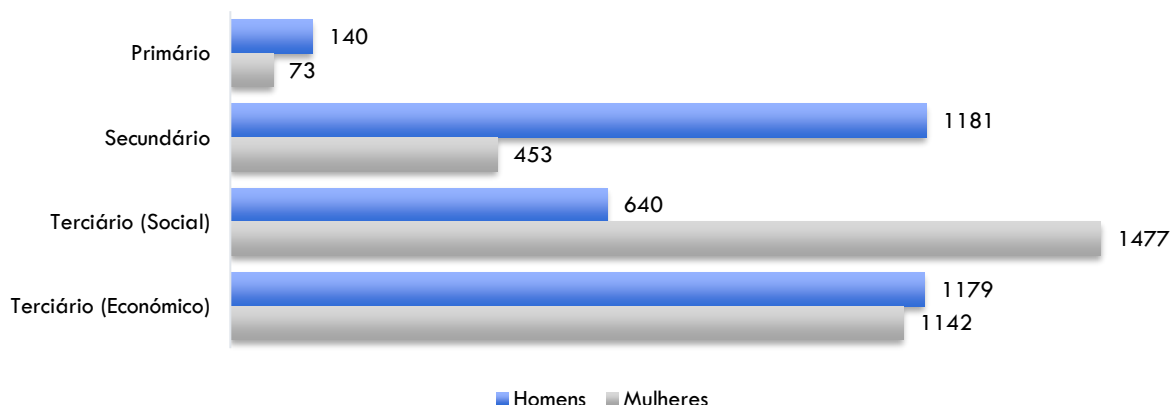
Fontes: <https://www.ine.pt> (Acedido a 27/11/2023)

Como transparece nos dados acima representados no gráfico, no ano de 2011, o setor de atividade que empregava o maior número de ativos do concelho de Caminha era o Setor Terciário (Social), com um total de 2 091 indivíduos empregados (40,63%), seguido do Setor Secundário (1 561 indivíduos empregados: 22,89%). O Setor Primário assumia um peso residual, empregando, em 2011, cerca de 6,14% dos empregados (316 indivíduos).

No ano de 2021, o cenário que encontrado é diferente, sendo o Setor Terciário (Económico) aquele que assume maior destaque, empregando um total de 2 321 indivíduos (36,93%), o que representa um crescimento na ordem dos 14,04 p.p. (2011: 1 178; 22,89%). O Setor Terciário (Social), por seu turno,

decreceu, em termos de peso, 6,95 p.p. (2011: 2 091 indivíduos, 40,63%; 2021: 2 117 indivíduos, 33,68%), passando a ser o segundo maior empregador. O Setor Secundário também ganha relevo, passando dos 24,92% (1 561 indivíduos) para os 26% (2 117). Por seu turno, o Setor Primário perde importância, empregando, em 2021, 213 indivíduos, o que corresponde a 3,39%.

Gráfico 89 | População empregada no concelho de Caminha, por setor de atividade económica segundo o sexo, 2021



Fontes: <https://www.ine.pt> (Acedido a 27/11/2023)

Analisando o número de empregos criados por setor de atividade económica segundo o sexo dos empregados, constata-se que, em 2021, o Setor Terciário (Económico), aquele que empregava mais ativos do concelho de Caminha (36,93%), era constituído na sua maioria (1 179: 18,76%) por indivíduos do sexo masculino, sendo que as mulheres (1 142), empregadas neste setor correspondiam a 18,17% do total da população empregada.

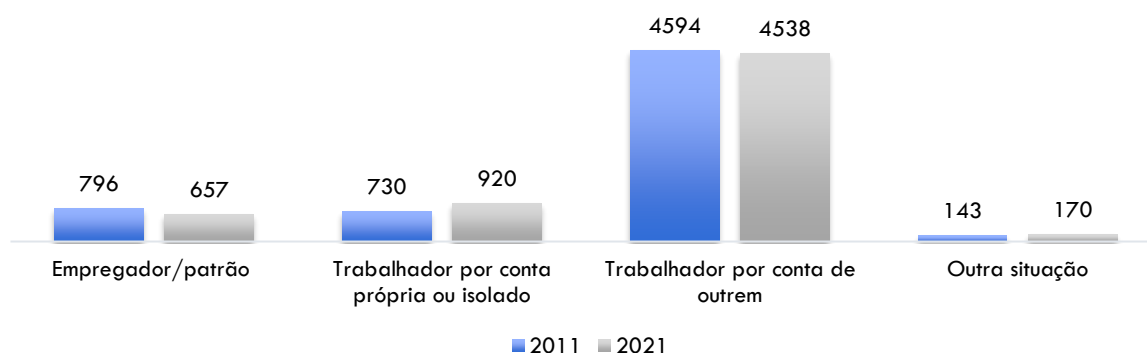
O Setor Terciário (Social) era aquele que empregava o maior número de mulheres (1 477), 23,50% da população empregada total e 69,77% do total do setor. Assim, neste setor existe uma predominância dos ativos do sexo feminino, esta realidade poderá ser explicada como sendo o reflexo da interiorização, quer nos trabalhadores (condicionando as escolhas da carreira), quer nos empregadores, dos tradicionais papéis sociais femininos e masculinos. Assim sendo, continua a ser evidente a divisão sexual do trabalho, de acordo com a qual as atividades/ocupações relacionadas com o cuidado (das crianças, dos idosos, doentes, ...), muitas delas uma extensão da realidade vivida no seio das famílias, são eminentemente femininas.

No terceiro lugar dos setores de atividade económica que absorviam maior número de empregados surge o Setor Secundário, com 26% (1 634 indivíduos: 1 181 homens e 453 mulheres). Com uma

representatividade residual (3,39%) encontrava-se o Setor Primário, empregando 213 indivíduos (140 homens e 73 mulheres).

Os dados apresentados confirmam que estamos perante uma comunidade cada vez mais terceirizada (o Terceiro Setor empregava, em 2021, 70,61% da população ativa empregada).

Gráfico 90 | Evolução da população empregada do concelho de Caminha, segundo a situação na profissão principal, 2011-2021

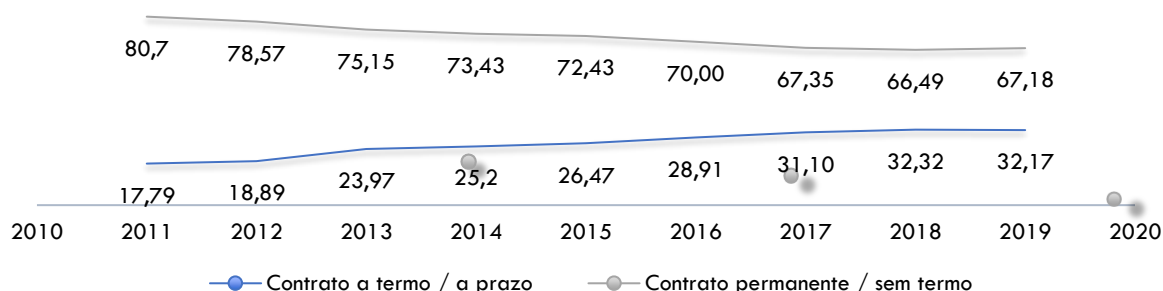


Fontes: <https://www.ine.pt> (Acedido a 27/11/2023)

De destacar que, em 2021, **a grande maioria da população empregada do concelho de Caminha encontrava-se a trabalhar por conta de outrem (4 538 pessoas: 72,22%)**. A preponderância dos empregados nesta situação também era uma realidade, com um peso ligeiramente superior, em 2011, representando 73,35% (4 594 pessoas) do número total da população empregada. Os ativos empregados na situação de empregador, em 2011, ocupavam o segundo lugar, com 796 pessoas, o que representava 12,71%. Em 2021, estes perderam relevo (657 pessoas: 10,45%) para aqueles que se encontravam na situação de trabalhador por conta própria ou isolado, os quais tinham um efetivo de 920 pessoas, representando assim 14,64%, mais 2,93 p.p. face a 2011.

Para aprofundar a caracterização da população empregada e de algumas das dinâmicas dominantes no mercado laboral local, torna-se necessário analisar aqui questões relacionadas com a tipologia dos vínculos contratuais e as remunerações e rendimentos.

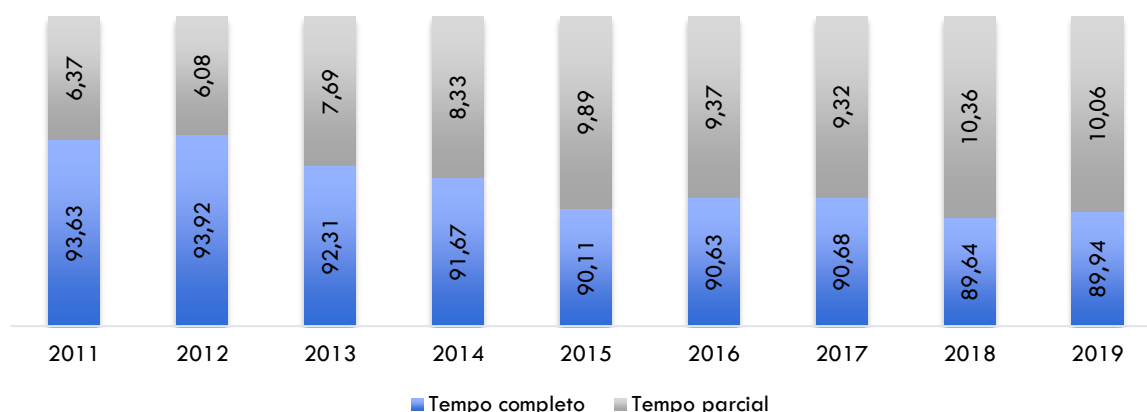
Gráfico 91 | Proporção de trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato, 2011-2019³⁴ (%)



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 12/02/2024)

Ao longo do período de análise, **a proporção dos trabalhadores por conta de outrem com vínculo contratual permanente ultrapassa a daqueles que trabalham a prazo**. No entanto, a diferença entre ambos tem vindo a mostrar uma tendência de decréscimo, sendo que o peso dos contratos a termo tem aumentado. Em 2019, último ano para o qual existem dados disponíveis, 67,18% dos trabalhadores por conta de outrem são detentores de contrato por tempo indeterminado e 32,17% dispõem de um contrato por tempo determinado. A precariedade desta última tipologia de contrata coloca os trabalhadores numa situação de incerteza/vulnerabilidade face ao futuro. Posto isso, importa estar atento a estas situações suscetíveis de colocar os indivíduos e as suas famílias perante situações de vulnerabilidade socioeconómica.

Gráfico 92 | Proporção de trabalhadores por conta de outrem por regime de duração do trabalho, do concelho de Caminha, 2011-2019³⁵ (%)



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 12/02/2024)

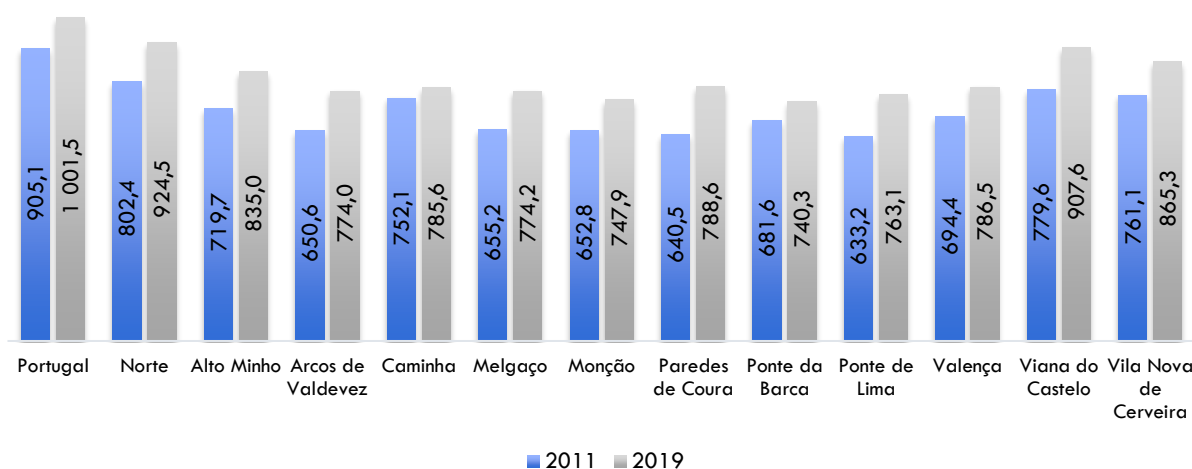
³⁴ O gráfico apresenta os dados até 2019, dado ser o último para o qual se encontrou informação disponível.

³⁵ O gráfico apresenta os dados até 2019, dado ser o último para o qual se encontrou informação disponível.

No período de referência, **entre os trabalhadores por conta de outrem predominam os contratos de trabalho a tempo completo**. Comparando a realidade de 2011 com a de 2019, último ano para o qual se dispõe de informação, a proporção de trabalhadores a tempo completo no total de trabalhadores por conta de outrem, sofreu uma quebra de 3,69 p.p. (93,63% e 89,94%). Isso traduz-se num aumento do peso dos trabalhadores a trabalhar a tempo parcial (2011: 6,37%; 2019: 10,06%). O crescimento do número de trabalhadores a tempo parcial poderá trazer para os indivíduos e suas famílias problemas de âmbito socioeconómico. Os valores registados em 2019, em termos da proporção de trabalhadores a tempo parcial, no concelho de Caminha são superiores à média nacional (7,51%), da região Norte (6,55%) e da sub-região do Alto Minho (6,17%).

No ano de 2019, o número de mulheres a trabalhar a tempo completo era ligeiramente inferior ao número de homens na mesma situação (M: 1 110; H: 1 115). No que toca aos trabalhadores a trabalhar a tempo parcial, a relação inverte-se e acentua-se (M: 154; H: 95).

Gráfico 93 | Evolução da remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos concelhos do Alto Minho, 2011-2019 (€)



Fonte: [https:// www.pordata.pt](https://www.pordata.pt) (Acedido a 03/06/2024)

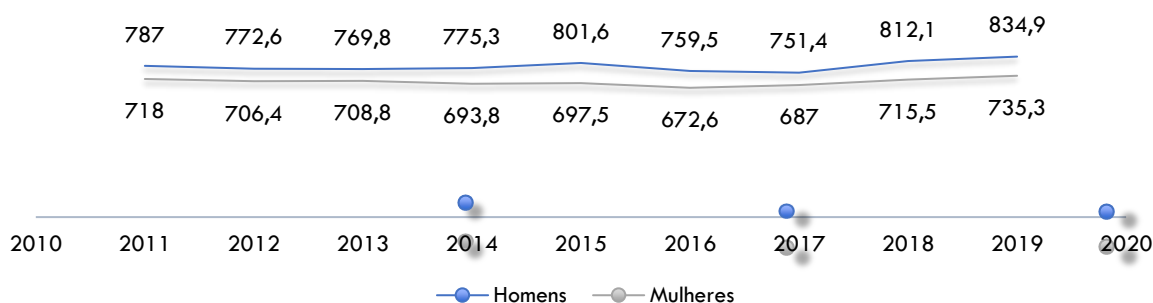
Analisando os valores registados para **remuneração base média mensal**³⁶ nos concelhos do Alto Minho, foi possível verificar que **o concelho de Caminha, em 2019, ocupava o 5.º lugar, com 785,6€** (ficando abaixo da média nacional, 1 001,5€, da média da região Norte, 924,5€, assim como da sub-região

³⁶ «Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho. (metainformação - GEE/ME)» (Fonte: <https://www.pordata.pt> – Acedido a 03/06/2024)

do Alto Minho, 835€). Assim, em 2019 a remuneração base média mensal dos trabalhadores no concelho de Caminha era de + 185,6€ do que a Remuneração Mínima Mensal Garantida (600€).

No que concerne à evolução ocorrida neste indicador entre 2011 e 2019, constatou-se que, no concelho de Caminha a mesma foi de 33,5€. Em termos comparativos com os demais concelhos do Alto Minho, o **concelho de Caminha encabeça aqueles em que o aumento foi menor**, sendo que apresentava valores significativamente inferiores (valor mais elevado corresponde ao aumento de 148,1€ de Paredes de Coura, seguido de Ponte de Lima com 129,9€ e Viana do Castelo com 128€).

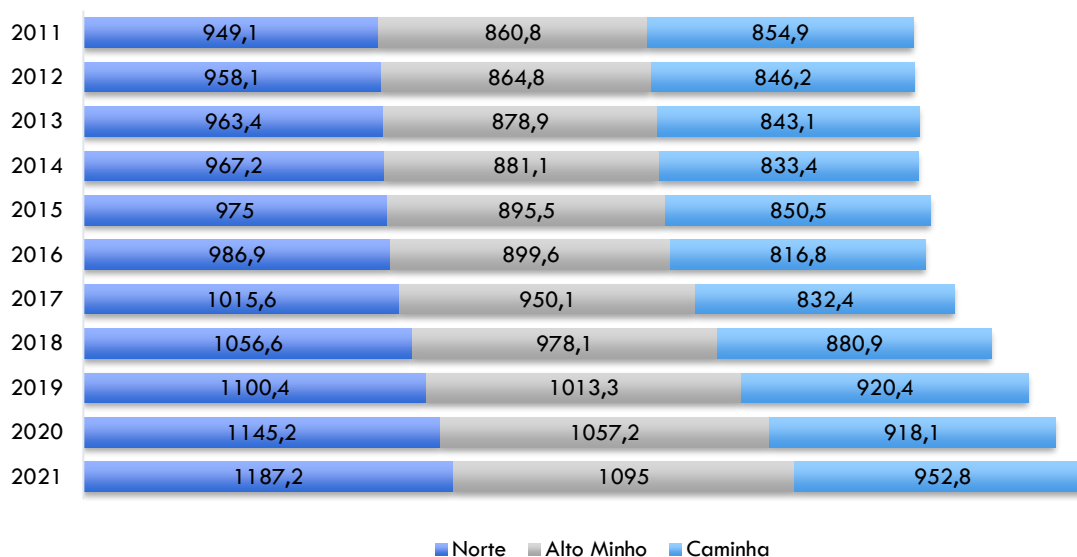
Gráfico 94 | Evolução da remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem no concelho de Caminha, por sexo, 2011-2019 (€)



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 03/06/2024)

Analisando este indicador de acordo com o sexo, verificou-se que, no horizonte temporal de 2011 a 2019, a **remuneração base média mensal das mulheres foi sempre inferior à dos homens**, apresentando uma tendência de agravamento da desigualdade. Mais se acrescenta que, pese embora tenha ocorrido aumento na remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem de ambos os sexos, este foi mais intenso entre os indivíduos do sexo masculino (homens: 47,9€; mulheres: 17,3€). Comparando a disparidade do valor remuneração base média mensal de acordo com o sexo, entre 2011 e 2019, verifica-se que a mesma era de -69€ e intensificou-se, passando para -99,6€.

Gráfico 95 | Evolução do ganho médio mensal dos ativos empregados do concelho de Caminha em comparação com a região Norte e a sub-região do Alto Minho, 2011-2021 (€)



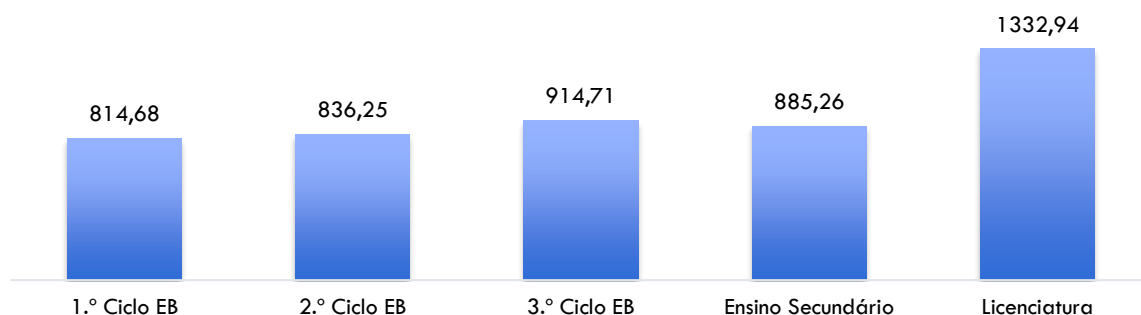
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 12/02/2024)

Outro indicador importante para caracterizar a qualidade do emprego é o “Ganho médio mensal³⁷”. A tendência evolutiva deste indicador vai no sentido do aumento do mesmo, embora a ritmos diferentes ao longo dos tempos. No que diz respeito aos trabalhadores do concelho de Caminha, entre 2011 e 2021, o aumento foi de 97,9€, situando-se neste último ano nos 952,8€.

Comparando o ganho médio mensal registado para Portugal (1 289,5€), a região Norte (1 187,2€) e a sub-região do Alto Minho (1 095€), verifica-se o valor do concelho de Caminha para este indicador é inferior. No que concerne aos aumentos verificados, constata-se que o aumento no concelho foi manifestamente inferior, aumentando o hiato entre o que acontece nos vários contextos territoriais. Assim, entre 2011 e 2021, o ganho médio mensal da região Norte aumentou em 234,4€ e o da sub-região do Alto Minho sofreu um incremento de 142,2€.

³⁷ «Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas)» (Fonte: <http://www.ine.pt> – Acedido a 03/06/2024)

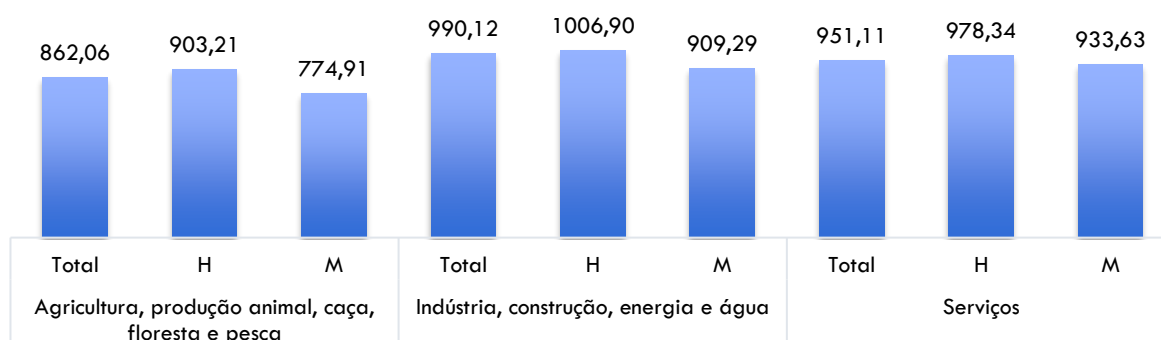
Gráfico 96 | Ganho médio mensal dos ativos empregados do concelho de Caminha por nível de escolaridade, 2021 (€)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 16/06/2024)

Como demonstram os dados do gráfico, os trabalhadores com Ensino Superior eram aqueles que, em 2021, apresentavam um ganho médio mensal mais elevado (1 332,94€), ganhando, em média, mais 550,15€ do que os trabalhadores com o 1.º Ciclo do EB. A análise dos dados permite também verificar que o ganho médio mensal dos trabalhadores detentores do Ensino Secundário é inferior àqueles com escolaridade ao nível do 3.º Ciclo do EB (885,26€ e 914,71€, respetivamente).

Gráfico 97 | Ganho médio mensal dos ativos empregados do concelho de Caminha por setor de atividade e por sexo, 2021 (€)

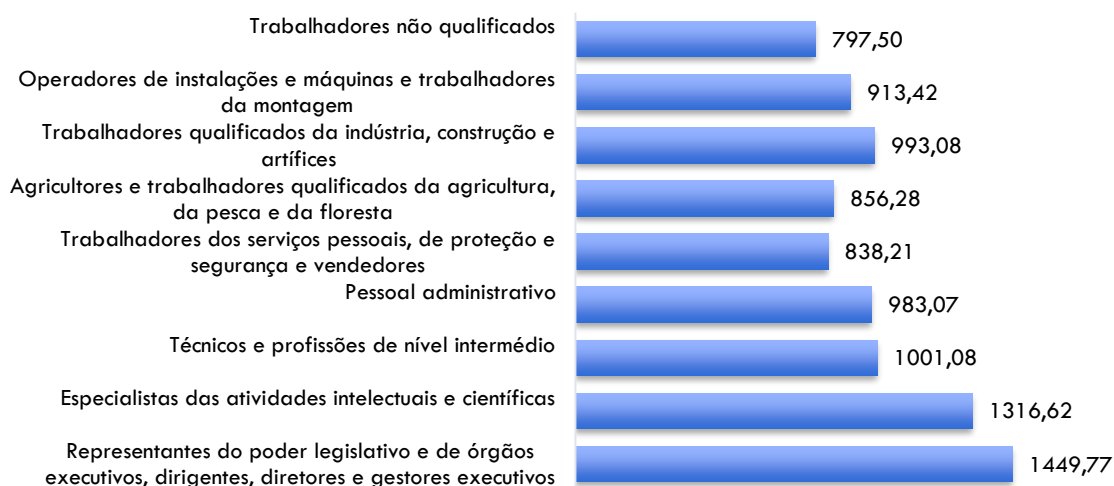


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 16/06/2024)

No ano de 2021, o setor de atividade que apresentava um ganho médio mensal mais elevado era o da “Indústria, construção, energia e água”, com 990,12€, sendo que as mulheres ganhavam, em média, menos 97,61€ que os homens (1 006,90€ e 909,29€, respetivamente). O setor terciário, o mais representado no mercado concelhio, ocupava o 2.º lugar (Total: 951,11€), sendo que o ganho dos homens era superior em 44,71€ (homens: 978,34€; mulheres: 933,63€). Este era o setor em que a desigualdade entre sexos era menor. No que se refere ao setor de atividade económica “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, o mesmo é aquele em que o ganho médio mensal dos

trabalhadores era mais baixo (862,06€), sendo que a desigualdade de distribuição do rendimento era uma realidade bastante marcada, sendo que os homens ganhavam + 128,30€ que as mulheres.

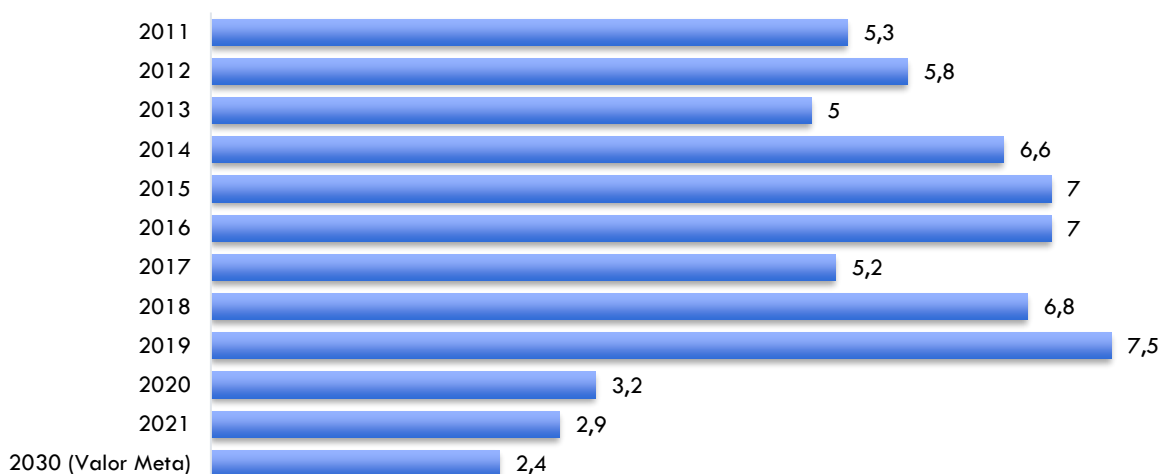
Gráfico 98 | Ganho médio mensal dos ativos empregados do concelho de Caminha por profissão, 2021 (€)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/06/2024)

Como se depreende pela análise dos dados que constam do gráfico, os trabalhadores não qualificados auferiam ganhos médios mensais inferiores aos registados para os trabalhadores qualificados. Os trabalhadores qualificados ao nível das atividades do primeiro setor (856,28€) tinham ganhos médios mensais mais baixos do que os trabalhadores qualificados do setor secundário (993,08€).

Gráfico 99 | Evolução da disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem no concelho de Caminha, 2011-2021 (%)



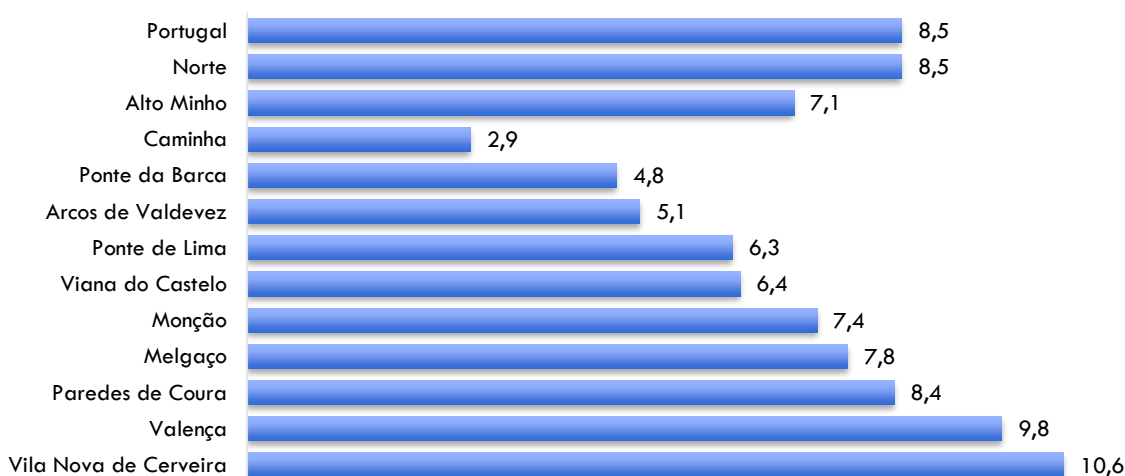
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 12/02/2024)

Analisando os valores relativos à **disparidade no ganho³⁸ médio mensal** da população empregada por conta de outrem no concelho de Caminha entre sexos, observa-se que, pese embora este indicador assumia, nos últimos anos, uma tendência decrescente, as mulheres recebiam, em 2021, 2,9% menos que os homens. Entre 2011 e 2021, este indicador diminuiu 2,4 p.p.. O ano em que a diminuição desta disparidade se fez sentir com maior intensidade foi em 2020. Neste intervalo de tempo, a evolução da disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem entre sexos não se fez sempre no sentido diminuinte. Nos anos de 2012, 2014, 2015, 2018 e 2019 este indicador aumentou face ao ano anterior. Foi no ano de 2019 que o mesmo atingiu o valor mais elevado, 7,5%.

Com efeito, apesar das melhorias aparentes no que toca à nivelação das remunerações, persiste um diferencial salarial entre homens e mulheres, facto demonstrativo da existência de desigualdades entre homens e mulheres no mercado laboral.

³⁸ Ganho: «Montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).» (Fonte: <https://www.ine.pt> – Acedido a 12/02/2024)

Gráfico 100 | Disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem entre sexos nos concelhos da sub-região do Alto Minho, 2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 07/06/2024)

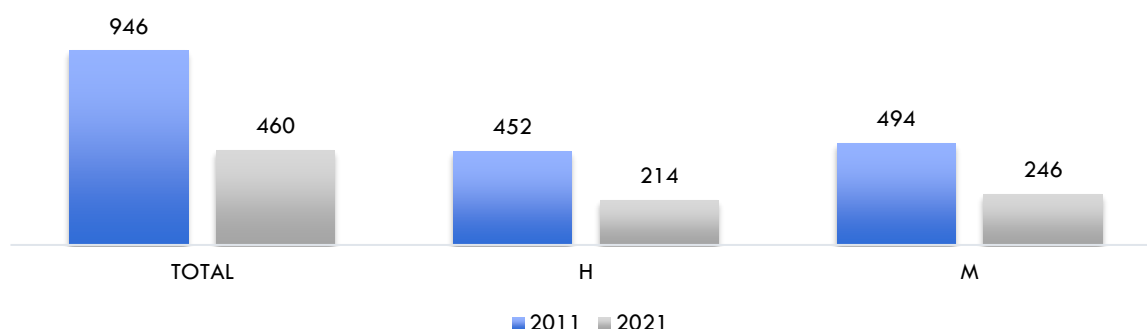
A comparação entre os concelhos da sub-região do Alto Minho permite apurar que, entre 2011 e 2021, Caminha deixou de se situar na segunda posição (5,3%) passando a ocupar a primeira posição no concelho com menor disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres, com valores inferiores aos registados para a média nacional e da região Norte (8,5%) e da sub-região do Alto Minho (7,1%). Os concelhos de Vila Nova de Cerveira (10,6%), Valença (9,8%) e Paredes de Coura (8,4%) eram aqueles em que este indicador apresentava valores mais elevados. De referir que no ano de 2019, época em que este indicador atingiu valores mais elevados no concelho de Caminha, era o 5.º concelho do Alto Minho com maior disparidade (7,5%), embora se mantivesse abaixo da média nacional (9,2%), da região Norte (8,9%) e da sub-região do Alto Minho (8%).

O ODS 5 “Igualdade de Género” na sua meta 5-1 propõe acabar com a discriminação contra as mulheres e meninas, estabelecendo como valor meta a atingir até 2030, relativamente a este indicador, 2,4%. Para o concelho de Caminha, a 9 anos do prazo temporal do objetivo, este indicador situava-se nos 2,9%, pelo que se conclui que existe ainda algum trabalho a fazer no combate à desigualdade salarial entre os homens e as mulheres.

Os agentes locais foram unânimes ao afirmar que, no âmbito das estratégias de promoção da empregabilidade da população residente do concelho de Caminha e da dinamização da atividade económica, é importante superar os constrangimentos que se fazem sentir ao nível da mobilidade da população ativa. Desse modo, será possível garantir a efetivação dos movimentos pendulares entre a localidade onde residem e o mercado regional de emprego (nomeadamente intenso no concelho de Vila

Nova de Cerveira, Viana do Castelo e Valença). Pese embora o Alto Minho esteja dotado de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias que garantem a conectividade entre os diferentes concelhos, é necessário criar ofertas de transportes públicos que garantam uma mais adequada cobertura territorial (circuitos e horários) em face das necessidades.

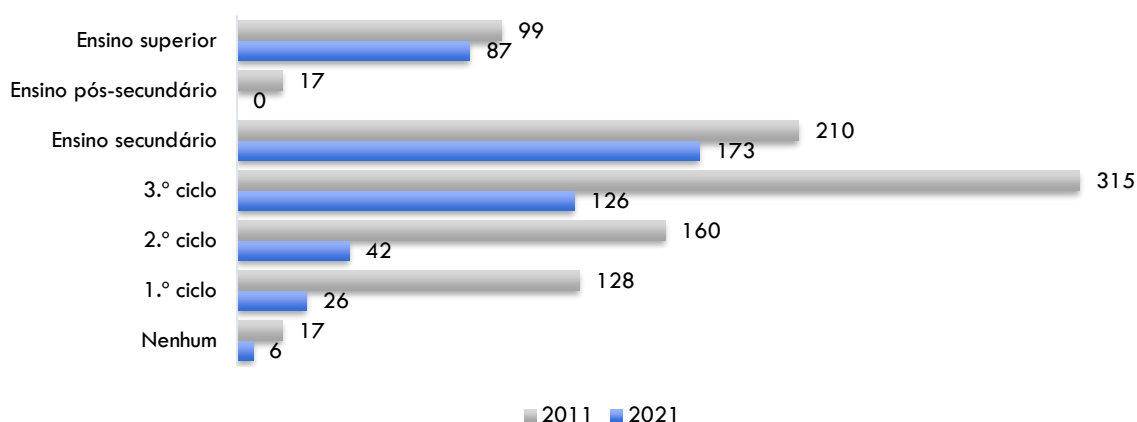
Gráfico 101 | Evolução da população desempregada do concelho de Caminha, por sexo, 2011-2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 31/05/2024)

No ano de 2021, assistiu-se a um **declínio do total de desempregados**, face ao ano de 2011, passando dos 946 efetivos, para os 460 (-486). A maior quebra fez-se sentir entre os ativos do sexo feminino (2011: 494; 2021: 246), correspondente a menos 248. Embora se tenha registado uma redução no número de homens residentes no concelho de Caminha em situação de desemprego, a mesma foi menos acentuada que o que teve lugar entre as mulheres. Em 2021, os homens em situação de desemprego totalizavam 214 (46,52%), o representa um decréscimo de 238 (2011: 452; 47,78%). Para ambos os anos, prevalece a tendência para a feminização do desemprego (2011: 52,22%; 2021: 53,48%).

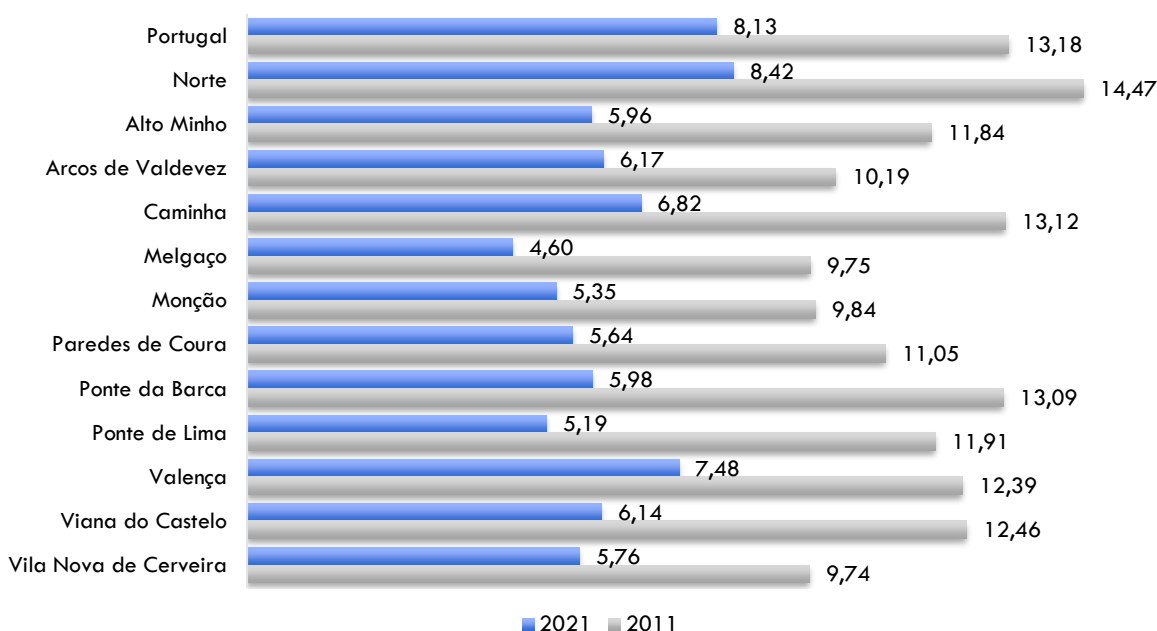
Gráfico 102 | Evolução da população desempregada do concelho de Caminha, por nível de escolaridade, 2011-2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 07/11/2023)

O decréscimo do número de ativos desempregados no concelho de Caminha fez-se sentir entre os indivíduos dos vários níveis de escolaridade, embora com intensidades diferentes. A quebra foi mais significativa entre os munícipes com o 3.º Ciclo do EB. De referir que este era, em 2011, o nível de escolaridade que apresentava maior número de efetivos desempregados (315: 33,3%), seguido do Ensino Secundário (210: 22,20%). No que concerne ao número de desempregados por escolaridade, no ano de 2021, o lugar cimeiro passou a ser ocupado pelo Ensino Secundário (173: 37,61%), seguindo-se o 3.º Ciclo do EB (126: 27,40%). O peso dos ativos desempregados com o Ensino Superior no total da população desempregada aumentou no horizonte temporal em apreço, passando dos 10,47% (99 indivíduos, num total de 946) para os 18,91% (87 indivíduos, num total de 460).

Gráfico 103 | Evolução da taxa de desemprego, nos concelhos do Alto Minho, 2011-2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/11/2023)

A **taxa de desemprego**³⁹ do concelho de Caminha, entre 2011 e 2021, evoluiu favoravelmente, tendo decrescido em 6,3 p.p. (2011: 13,12%; 2021: 6,82%). Assim, estima-se que, em 2021, no concelho de Caminha, existiam 6,82 indivíduos desempregados por cada 100 ativos residentes. A involução da taxa de desemprego, entre 2011 e 2021, faz com que o valor alcançado neste último ano seja inferior ao registado em 2001 (7,7%).

³⁹ Indicador que define a relação entre a população desempregada e a população ativa, representa o número de desempregados por cada 100 ativos.

A quebra da taxa de desemprego do concelho de Caminha, transversal a todos os concelhos da sub-região, acompanha a tendência nacional (2011: 13,18%; 2021: 8,13%), da região Norte (2011: 14,47; 2021: 8,42%) e da sub-região do Alto-Minho (2011: 11,84%; 2021: 5,96%).

No ano de 2011, o valor mais elevado da taxa de desemprego registou-se no concelho de Caminha (13,12%), o qual superava o valor médio da sub-região do Alto-Minho (11,84%), mas inferior ao valor médio nacional (13,18%) e da região Norte (14,47%). Passada uma década, o lugar cimeiro passou a ser ocupado pelo município de Valença (7,48%). Em 2021, o concelho de Caminha passou a ocupar a segunda posição (6,82%), ultrapassando a média da sub-região do Alto Minho (5,96%), mas mantendo-se inferior aos valores médios do país (8,13%) e da região Norte (8,42%). Nesse ano, o concelho da sub-região do Alto Minho que apresentava a menor taxa de desemprego era Melgaço (4,6%), com um valor inferior ao registado na sub-região do Alto Minho e significativamente menor dos valores médios da região Norte e do país.

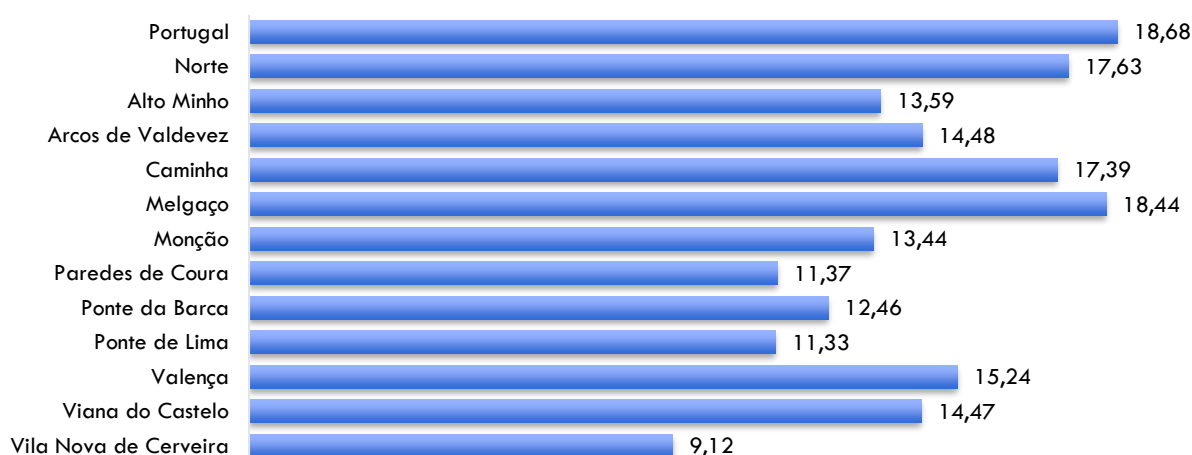
Tabela 45 | Evolução da taxa de desemprego, por local de residência, total e por sexo, 2011-2021 (%)

	2011			2021		
	Total	H	M	Total	H	M
Portugal	13,18	12,58	13,83	8,13	7,35	8,92
Norte	14,47	12,98	16,13	8,42	7,20	9,70
Alto Minho	11,84	10,67	13,17	5,96	5,43	6,51
Caminha	13,12	11,94	14,43	6,82	6,38	7,25

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/11/2023)

Ao desagregar a **taxa de desemprego por sexo**, verifica-se que o declínio registado, entre 2011 e 2021, foi mais acentuado entre as mulheres (-7,18 p.p.) do que entre os homens (-5,56 p.p.). Não obstante, a taxa de desemprego dos ativos do sexo feminino, à semelhança do que se regista em termos nacionais, da região norte e da sub-região do Alto Minho, é superior à dos ativos do sexo masculino. A divergência da taxa de desemprego de acordo com o sexo, tal como se verificou para a taxa de atividade, tem vindo a atenuar-se, o que pode ser compreendido a partir da crescente integração das mulheres no mercado laboral.

Gráfico 104 | Taxa de desemprego da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos nos concelhos do Alto Minho, 2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/11/2023)

Analisando o cenário da dinâmica do desemprego da população jovem (dos 15 aos 24 anos de idade) ativa, no Alto Minho, no ano de 2021, pode dizer-se que o concelho de Caminha se destaca, ocupando a segunda posição dos concelhos com maior taxa de desemprego jovem⁴⁰ (17,39%), antecedido por Melgaço (18,44%). Isto significa que, aproximadamente, 18 em cada 100 jovens ativos se encontravam desempregados.

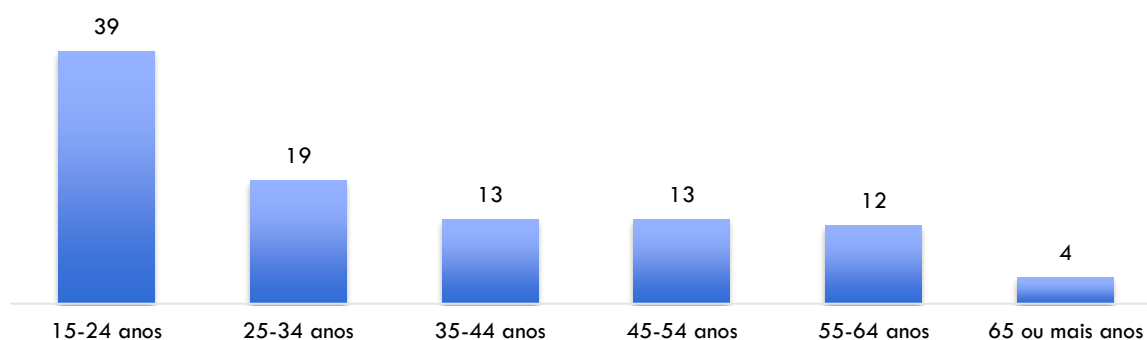
A taxa de desemprego jovem do concelho de Caminha é significativamente superior à média registada na sub-região do Alto Minho (13,59%) e inferior aos valores médios da região Norte (17,63%) e do país (19,68%). O concelho que apresenta a menor taxa de desemprego jovem da sub-região do Alto Minho é Vila Nova de Cerveira (9,12%), com valores marcadamente inferiores aos valores médios, reflexo do dinamismo económico que caracteriza esse território.

Os dados apresentados permitem concluir que a população jovem ativa do concelho de Caminha apresenta níveis de vulnerabilidade no mercado de trabalho significativos. Esta realidade poderá explicar-se pelo facto de se tratar de uma franja da população com pouca ou nenhuma experiência profissional, com níveis de escolaridade tendencialmente abaixo ou no limiar da escolaridade obrigatória (12.º Ano de Escolaridade ou 18 anos de idade) e, consequentemente, mais sensível aos ciclos económicos. Para contrariar esta dinâmica, torna-se necessário promover ofertas formativas que

⁴⁰ Este indicador dá nota da proporção de jovens (entre os 15 e 24 anos de idade) ativos residentes no desemprego no total da população jovem ativa.

permitam a qualificação escolar e/ou profissional da população jovem ativa desempregada e, simultaneamente, desenvolver estratégias que potenciem a adesão desta franja da população às mesmas. Isto deve ser conjugado com um trabalho que assegure a adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho.

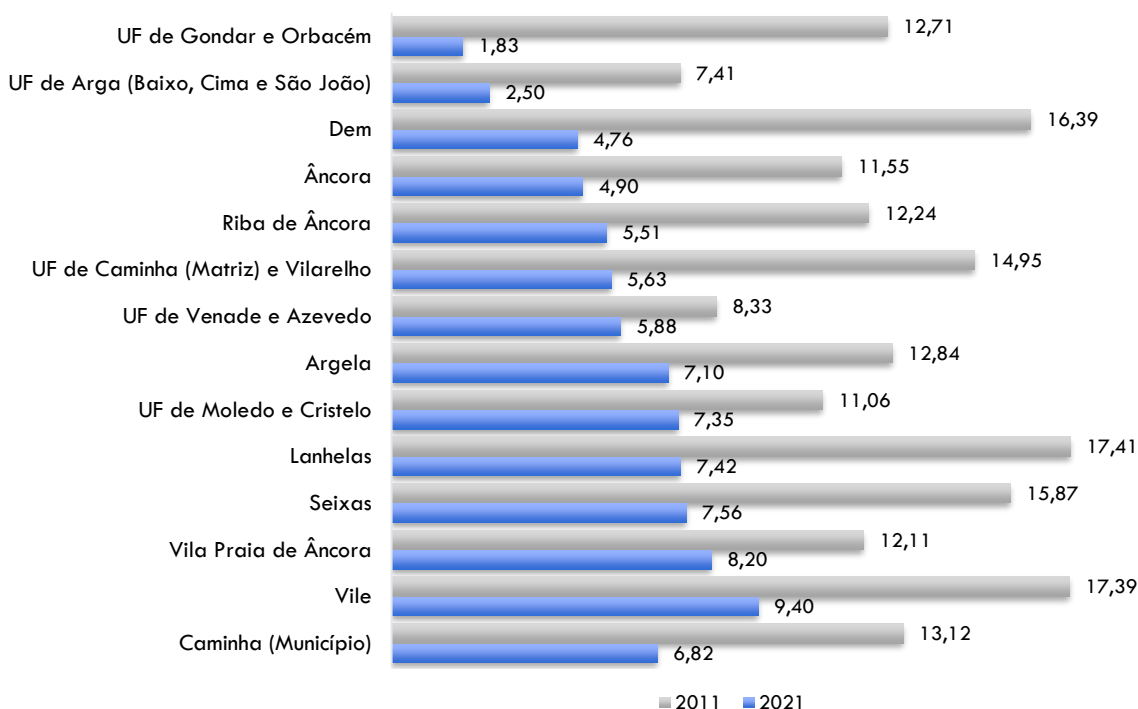
Gráfico 105 | Taxa de desemprego no concelho de Caminha, segundo o grupo etário, 2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/11/2023)

Tal como fica visível pela análise do gráfico anterior, em 2021, foi no grupo etário dos 15 aos 24 anos de idade que se registou a taxa de desemprego mais elevada (39%), estando no extremo oposto o intervalo etário dos 12 aos 14 anos de idade (0%). Este cenário é transversal aos restantes concelhos da sub-região do Alto-Minho. A taxa de desemprego nula entre os residentes com idades entre os 12 e os 14 anos é explicada pelo prolongamento da escolaridade obrigatória e, consequentemente, pela inexistência de população ativa com esta idade. A maior prevalência junto da população mais jovem tem por base os fatores de que se deu nota anteriormente. À medida que se avança nos grupos etários a taxa de desemprego tende a assumir valores mais baixos, sendo que entre os ativos com idades compreendidas entre os 65 e mais anos de idade a taxa de desemprego se situa nos 4%. Os valores assumidos pela taxa de desemprego, em 2021, para todos os grupos etários (com exceção do constituído pelos ativos com 65 ou mais anos) são menores que os registados em 2011. Foi no grupo etário dos 15 aos 24 anos de idade que se observou a maior descida (-14,1 p.p.), sendo também este aquele que, em 2011 e em 2021, apresentou os valores mais elevados (2011: 31,5%; 2021: 17,4%).

Gráfico 106 | Evolução da taxa de desemprego nas freguesias do concelho de Caminha, 2011 – 2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/11/2023)

A quebra da taxa de desemprego, no período entre 2011 e 2021, foi transversal a todas as freguesias que constituem o concelho de Caminha, embora com níveis de intensidade dissemelhantes. Foi na freguesia de Dem que o declínio deste indicador se fez sentir com maior significado, o qual foi de 11,63 p.p. (2011: 16,39%; 2021: 4,76%). Na UF de Gondar e Orbacém o decréscimo da taxa de desemprego foi também bastante significativo, passando dos 12,71% de 2011 para os 1,83% de 2021 (10,88 p.p.). Foi na UF de Venade e Azevedo que se viveu a menor redução deste indicador, a qual se situou nos 2,45 p.p. A esta seguem-se a UF de Moledo e Cristelo (-3,71 p.p.) e Vila Praia de Âncora (-3,91 p.p.).

Centrando a atenção no ano de 2021, o retrato do desemprego por freguesia do concelho de Caminha denota-se a existência de assimetrias, com as freguesias de Vile (9,40%), Vila Praia de Âncora (8,20%) e Seixas (7,56%) a apresentarem os valores mais elevados. Nestas freguesias, assim como nas freguesias de Lanhelas (7,42%), na UF de Moledo e Cristelo (7,35%) e Argela (7,10%) a taxa de desemprego, em 2021, estava acima da taxa de desemprego média do concelho. Por sua vez, na UF de Gondar e Orbacém (1,83%), na UF de Arga (2,50%) e na freguesia de Dem (4,76%) observam-se as taxas de desemprego mais baixas e significativamente inferiores à taxa de desemprego do município. Também

se posicionam abaixo do valor do município as freguesias de Âncora (4,90%), de Riba de Âncora (5,51%), a UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho (5,63%), a UF de Venade e Azevedo (5,88%) e Vilar de Mouros (6,45%).

Tabela 46 | Taxa de desemprego nas freguesias do concelho de Caminha, por sexo, em 2021 (%)

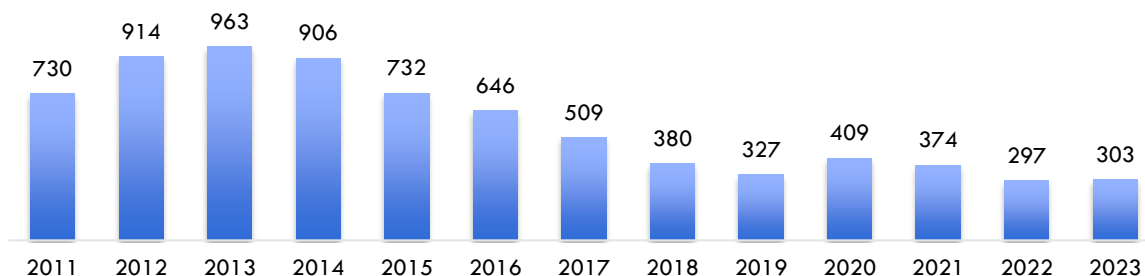
	Total	Homens	Mulheres
Caminha (Município)	6,82	6,38	7,25
Âncora	4,90	5,28	4,49
Argela	7,10	6,32	8,11
Dem	4,76	5,66	3,85
Lanhelas	7,42	6,06	8,81
Riba de Âncora	5,51	2,74	8,73
Seixas	7,56	6,02	9,19
UF de Arga (Baixo, Cima e São João)	2,50	4	0
UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	5,63	5,02	6,18
UF de Gondar e Orbacém	1,83	1,20	2,47
UF de Moledo e Cristelo	7,35	5,45	9,20
UF de Venade e Azevedo	5,88	5,88	5,88
Vila Praia de Âncora	8,20	8,16	8,23

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/11/2023)

Da análise da taxa de desemprego estimada para as freguesias, por sexo, permite concluir que, na maioria das freguesias do concelho de Caminha, existe um predomínio do desemprego feminino. Assim, as freguesias de Riba de Âncora, a UF de Moledo e Cristelo, Seixas, Lanhelas, Argela, UF de Gondar e Orbacém, UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho e Vila Praia de Âncora apresentam uma taxa de desemprego superior entre os efetivos do sexo masculino, embora com níveis de desequilíbrio dissemelhantes. Na UF de Venade e Azevedo a taxa de desemprego é semelhante entre os homens e as mulheres. Nas restantes freguesias, Âncora, Dem e UF de Arga a taxa de desemprego dos homens excede a das mulheres. Acresce dar nota que na UF de Arga a taxa de desemprego entre as mulheres é nula.

Os dados relativos ao **número de pessoas inscritas no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)** dão um importante contributo para a compreensão da dinâmica do desemprego no concelho de Caminha.

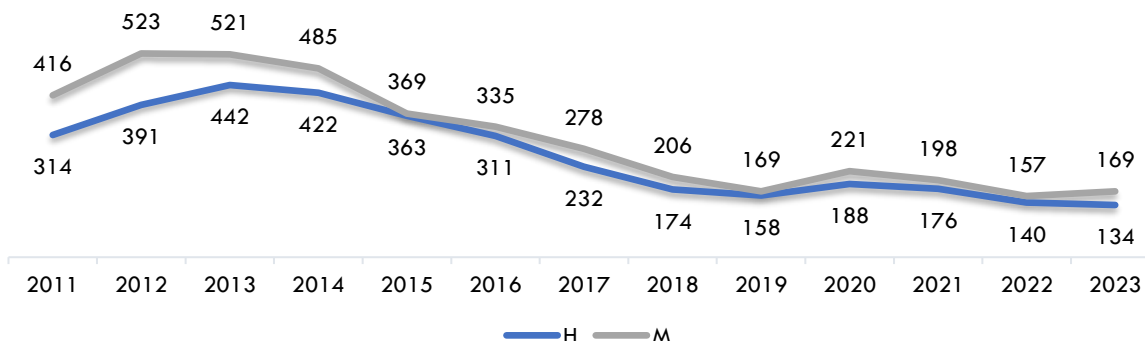
Gráfico 107 | Evolução dos desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP, 2011-2023
(média anual)



Fonte: <https://www.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela> (Acedidos a 01/06/2024)

Para o período em análise, o ano de 2013 assume-se como aquele em que houve, em termos de média anual, um maior número de desempregados inscritos no IEFP, apresentando um valor de 963 indivíduos. Desde esse ano e até 2019, esse número decresceu, situando-se nos 326,9, para voltar a subir em 2020 (409,3 indivíduos). Esta realidade demonstra os efeitos da pandemia do COVID 19 no mercado de trabalho. Em 2021, os dados apresentados dão nota da ocorrência de um declínio deste indicador (373,8), embora não muito significativo, reflexo da recuperação gradual das dinâmicas do mercado de emprego. No ano de 2022, o número de desempregados inscritos decresceu de forma significativa, situando-se no nível mais baixo de todo o período em apreço (297,3 indivíduos). No ano de 2023, o número médio de munícipes inscritos no IEFP voltou a aumentar para os 303,3 (+ 6 indivíduos). Ao comparar o número médio anual de desempregados inscritos entre 2011 (729,9 indivíduos) e 2023 (303,3 indivíduos), constata-se que ocorreu uma quebra muito significativa, na ordem dos 426,6 desempregados.

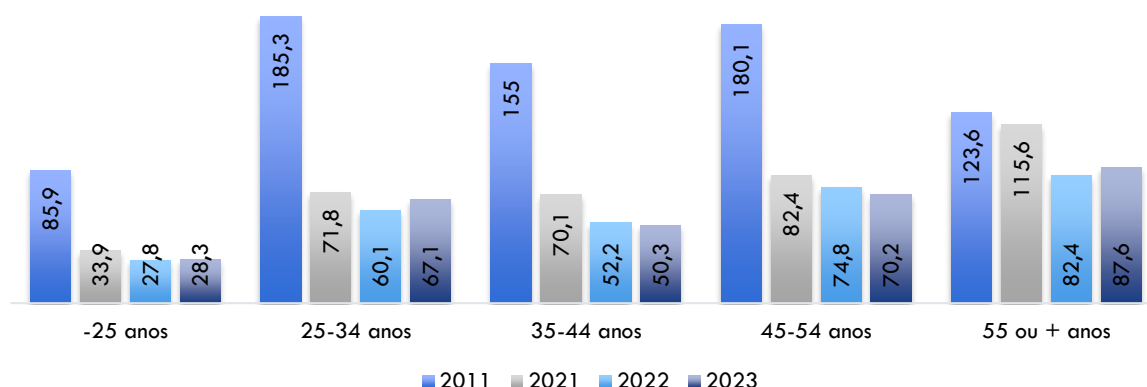
Gráfico 108 | Evolução do número médio anual dos desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP, por sexo, 2011-2023



Fonte: <https://www.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela> (Acedidos a 18/11/2023 e atualizados a 1/06/2024)

Analisando os **valores médios anuais dos desempregados inscritos no IEFP**, entre 2011 e 2023, **por sexo**, verifica-se que o número de mulheres desempregadas inscritas foi sempre superior ao número de homens, embora com diferenças variáveis. No ano de 2011, o número de homens inscritos era, em termos médios, de 313,8 (42,99%) e o número de mulheres situava-se nos 416,2 (57,01%). Este desequilíbrio atingiu o seu auge no ano de 2012 (14,51%), sendo que o efetivo feminino contava com mais 132,6 (523,2: 57,26%) inscritos no IEFP que o dos homens (390,6: 42,74%). No ano de 2015, a disparidade do número de inscritos em função do sexo foi residual, sendo as mulheres (368,6: 50,37%), em termos de média anual, apenas mais 5,4 que os homens (363,2: 49,63%). Desde esse ano, apesar da evolução desta relação ser marcada por oscilações, a mesma manteve-se sempre abaixo dos 50 indivíduos. De referir que no último ano para o qual existem registos, 2023, 169,1 inscritos eram do sexo feminino (55,74%) e 134,3 eram homens (44,26%). Em termos percentuais, entre 2011 e 2023, o peso dos desempregados inscritos no IEFP do sexo feminino diminuiu (1,29 p.p.).

Gráfico 109 | Evolução dos desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP, segundo o grupo etário, 2011-2023 (média anual)



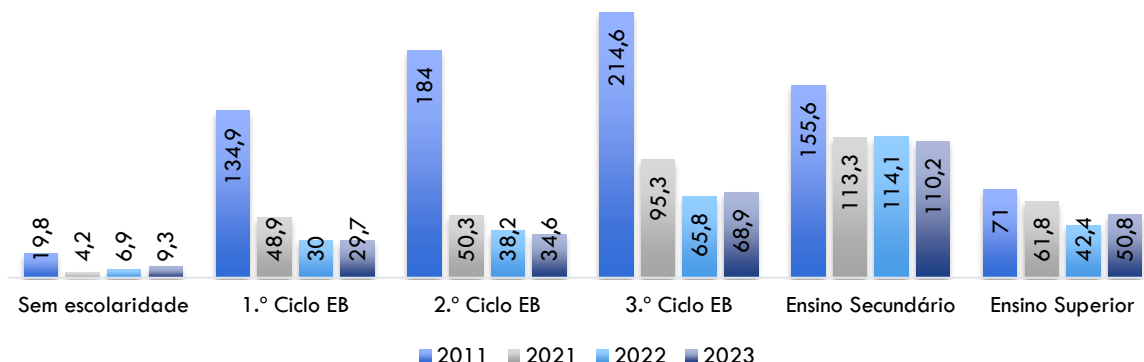
Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 22/11/2023 e atualizado a 01/06/2024)

Ao analisar os dados relativos ao **número de desempregados residentes no concelho de Caminha inscritos, no IEFP, segundo o grupo etário**, verifica-se que, no ano de 2011, era entre os desempregados com idade entre os 25 e os 34 anos de idade que se encontra o maior número dos mesmos (185,3: 25,39%). Em segundo lugar, surge o grupo etário dos 45 aos 54 anos de idade (180,1: 24,67%). Com menor número de desempregados inscritos no IEFP, nesse ano, surgia o grupo etário dos/as menores de 25 anos de idade (85,9: 11,77%). No ano de 2021, é entre os indivíduos com 55 anos de idade ou mais que se concentra o maior número de desempregados inscritos no IEFP (115,6: 30,93%). Os inscritos com idade inferior a 25 anos constituíam o grupo com menor número de efetivos

(33,9: 9,07%). A média anual de desempregados inscritos do grupo etário dos 25 aos 34 anos de idade estimada era de 71,8 (19,21%). Os desempregados inscritos com idade entre os 35 e os 44 anos eram 70,1 (18,75%). Nos anos de 2022 e 2023, o grupo etário com maior número de desempregados inscritos no IEFP mantém-se o constituído pelos indivíduos dos 55 ou mais anos (82,4: 27,72%; 87,6: 28,86%, respetivamente). Com a menor número de desempregados inscritos surgia, em ambos os anos, o grupo etário dos menos de 25 anos de idade (2022: 27,8 o que correspondia a 9,07%; 2023: 28,3 o que correspondia a 9,32%).

Pela análise comparativa entre os dados de 2011 e 2023, constatou-se uma diminuição transversal do número de desempregados inscritos no IEFP em todos os grupos etários. O decréscimo menos significativo teve lugar entre os desempregados com 55 ou mais anos de idade, com menos 36 (2011: 123,6; 2023: 87,6), por oposição ao sucedido na faixa etária dos 25 aos 34 anos de idade, com menos 118,2 (2011: 185,3; 2023: 67,1).

Gráfico 110 | Evolução dos desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP, segundo o nível de escolaridade, 2011-2023 (média anual)



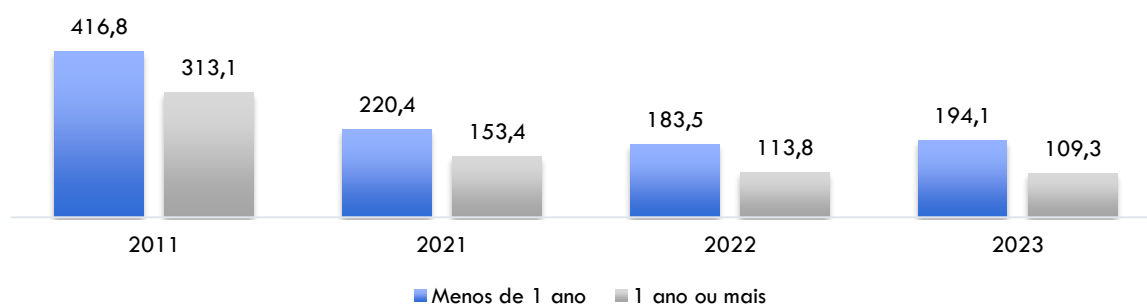
Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 22/11/2023 e atualizado a 01/06/2024)

Como decorre da análise dos dados que constam do gráfico anterior, em 2011, o maior número de desempregados inscritos eram detentores do 3.º Ciclo do EB (214,6: 29,40%). Por seu turno, os desempregados inscritos no IEFP sem qualquer nível de escolaridade eram em número bastante aos do demais (19,8: 2,71%). No ano de 2021, o nível de escolaridade que assumia maior relevo junto dos desempregados residentes no concelho de Caminha inscritos no IEFP passou a ser o Ensino Secundário (113,3: 30,31% do total de inscritos), o que se mantém também em 2022 (114,1: 38,38% do total de inscritos) e em 2023 (110,2: 36,31% do total de inscritos). À semelhança do que acontecia em 2011, nos demais anos representados no gráfico, é entre os desempregados sem escolaridade inscritos no IEFP que se encontra o contingente mais pequeno, embora com uma tendência de crescimento (4,2: 1,12%;

6,9: 2,32% e 9,3: 3,06%, respetivamente). Em 2023, registou-se um decréscimo do número de desempregados inscritos no IEFP com o 1.º (29,7: 9,79%) e 2.º Ciclos do EB (34,6: 11,40%) face ao ano de 2022 (30: 10,09% e 38,2: 12,84%, respetivamente). Já o número médio de desempregados inscritos no IEFP com o 3.º Ciclo do EB, entre 2022 e 2023, registou um aumento, passando dos 65,8 (22,13%) para os 68,9 (22,70%). O número médio de desempregados inscritos no IEFP com o Ensino Superior, entre 2022 e 2023, aumentaram (42,4: 14,26%; 50,08: 16,74%).

Entre 2011 e 2023, o número médio de desempregados inscritos no IEFP detentores do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do EB, assim como do Ensino Superior, registou um decréscimo. Comparando o cenário de 2011 com o de 2023, verificou-se que ocorreu um declínio do número de desempregados inscritos em todos os níveis de escolaridade.

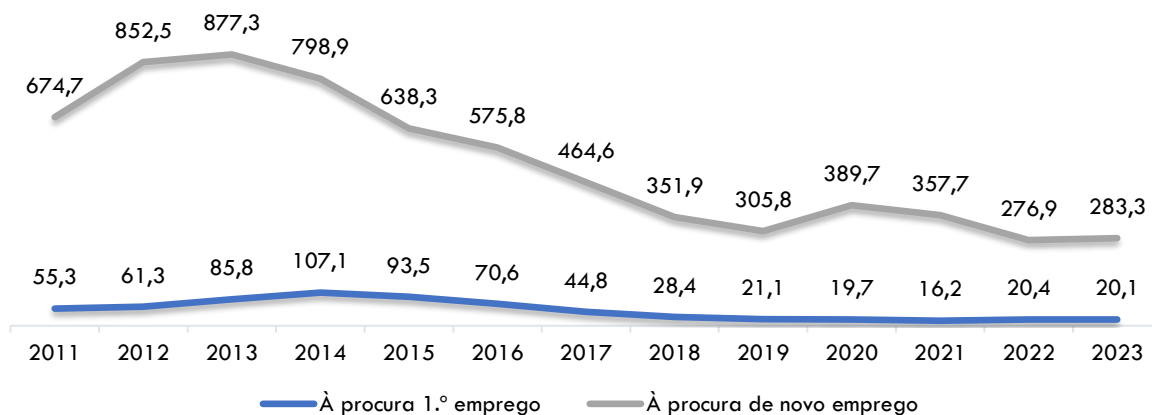
Gráfico 111 | Evolução do número de desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP (média anual), segundo o tempo de inscrição, 2011-2023



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 04/10/2022 e atualizado a 01/06/2024)

Nos anos cujos dados constam do gráfico anterior, os desempregados inscritos no IEFP há menos de um ano representam o maior número de inscritos (416,8: 57,10%; 220,4: 58,96%; 183,5: 61,72% e 194,1: 63,97% respetivamente). Entre 2011 e 2023, o número de desempregados inscritos no IEFP há menos de um ano decresceu significativamente (-222,7 indivíduos). Porém, entre 2022 e 2023, registou-se um aumento (183,5 e 194,1, respetivamente). A proporção de desempregados inscritos no IEFP há 1 ano ou mais tem vindo a decrescer [2011: 42,90% (313,1); 2021: 41,04% (153,4); 2022: 38,28% (113,8); 2023: 36,03% (109,3)].

Gráfico 112 | Evolução do número de desempregados do concelho de Caminha inscritos no IEFP (média anual), segundo o tipo de desemprego, 2011-2023



Fonte: [https:// www.pordata.pt](https://www.pordata.pt) (Acedido a 24/11/2023 e atualizado a 01/06/2024)

Ao longo do horizonte temporal de 2011 a 2023, o maior número de desempregados residentes no concelho de Caminha inscritos no IEFP (média anual), encontrava-se à procura de novo emprego. No ano de 2011, eram 674,7 os indivíduos nessa situação, o que correspondia a 92,44% do total de desempregados inscritos no IEFP. No ano de 2023, os desempregados inscritos no IEFP à procura de novo emprego totalizavam 283,3 (93,38%). Os desempregados à procura do 1.º emprego representavam, nos vários anos, uma percentagem residual no número total de inscritos (2011: 7,58% e 2023: 6,62%).

2.6. Principais Desafios/Problemas Identificados

Os parceiros sociais fizeram sobressair, em face da informação apresentada e analisada no presente capítulo, a existências das necessidades e problemas, os quais se passam a sistematizar:

Área Temática:	Desafios/ Problemas Identificados
Educação, Formação Profissional e empregabilidade	Existência de crianças a frequentar a creche e o nível pré-escolar sinalizadas para medidas seletivas e adicionais sem resposta ou com resposta insuficiente por parte da Equipa Local de Intervenção (ELI)
	Elevado número de alunos sinalizados para terapia da fala
	Equipas técnicas de apoio às crianças e jovens com medidas seletivas e adicionais com dimensões reduzidas e com poucos recursos financeiros, o que se traduz na insuficiência do apoio/acompanhamento dado
	Falta de formação dos técnicos com responsabilidades ao nível da intervenção social do concelho, de modo a que os mesmos estejam aptos para conhecer e efetuar a sinalização atempada de crianças para a ELI
	Aumento do contingente dos alunos de nacionalidade estrangeira ou filhos de pais estrangeiros a frequentar os diferentes níveis de ensino
	Aumento da taxa de retenção nos diferentes níveis de ensino, no ano letivo de 2021/22
	Taxa de participação dos alunos em cursos de dupla certificação nas modalidades do Ensino Secundário orientados para jovens abaixo do valor meta dos ODS (45%) e da meta nacional (50%)
	A estigmatização social face ao ensino profissional e a associação deste a percursos de insucesso escolar, o que se traduz na baixa procura desta via de ensino
	Alunos impedidos de aceder à prática do desporto escolar, em resultado das fragilidades ao nível dos transportes (horários,...)
	Alunos residentes nas freguesias do interior do concelho com dificuldade em aceder a ofertas educativas ao nível do Ensino Secundário disponibilizadas apenas em concelhos limítrofes (Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Valença) por questões relacionadas com constrangimentos ao nível dos transportes
	Disponibilização de ofertas formativas avulsas que não se traduzem na obtenção/melhoria do nível de qualificação profissional da população ativa
	Ausência/fraca concertação de ofertas formativas entre as várias entidades com responsabilidade ao nível da formação de adultos a intervir no concelho (Entidades e Centros de Formação, Centro Qualifica e IEFP)
	Desajustamento entre a oferta formativa existente e as necessidades do mercado de trabalho
	Baixos níveis de adesão da população ativa a percursos de formação
	Elevada taxa de envelhecimento dos profissionais de educação (docentes e não docentes)

População ativa detentora de baixos níveis de escolaridade e qualificação ou com qualificações desajustadas às necessidades/exigências do mercado de trabalho
Agregados familiares com dificuldades em conciliar a vida familiar e a vida profissional, nomeadamente no que concerne ao cuidado dos dependentes
Aumento da disparidade do valor remuneração base média mensal de acordo com o sexo, entre 2011 e 2019, dos -69€ passou-se para -99,6€, respetivamente, em favor dos homens
Desigualdades de género no mercado de emprego: remuneração base média mensal e ganho médio mensal superior entre os homens, taxa de atividade e taxa de emprego mais elevadas entre os homens
Agravamento da desigualdade ao nível da remuneração base média mensal entre homens e mulheres
Insuficiente integração profissional da população com deficiência, o que a coloca em situação de vulnerabilidade socioeconómica
Taxa de atividade superior entre os homens face às mulheres
Níveis de empreendedorismo residuais
De acordo com os parceiros sociais, existência de um número não negligenciável de trabalhadores integrados no mercado informal, o que os coloca em situação de desproteção social
Taxa de desemprego jovem superior à média da sub-região do Alto Minho (13,59%) e inferior aos valores médios da região Norte (17,63%) e do país (19,68%)
Em 2021, foi no grupo etário dos 15 aos 24 anos de idade que se registou a taxa de desemprego mais elevada (39%)
Taxa de desemprego registada é a 2.ª mais elevada da sub-região do Alto Minho
Taxa de desemprego mais elevada entre as mulheres
Aumento do número médio de desempregados inscritos no IEFP em 2023, contrariando a tendência registada desde 2020
Número médio de desempregados inscritos no IEFP superior entre os indivíduos do sexo feminino
Envelhecimento da população desempregada inscrita no IEFP (maior prevalência entre os indivíduos com 55 ou mais anos de idade)
Aumento do número de desempregados inscritos no IEFP com o Ensino Superior
Prevalência dos desempregados inscritos no IEFP à procura de novo emprego

Com o propósito de dar resposta aos desafios anteriormente referidos, os parceiros sociais elencaram algumas propostas de ação. A saber:

- Aumento da capacidade de resposta da ELI, dotando-a de mais recursos humanos, financeiros e logísticos;

- Criação de equipas locais com profissionais de áreas específicas, por exemplo, terapia da fala para darem resposta em tempo útil às necessidades detetadas junto das crianças;
- Desenvolvimento de ações de capacitação dos técnicos com responsabilidades ao nível da intervenção social no concelho, de modo a que os mesmos estejam aptos para conhecer e efetuar a sinalização atempada de crianças para a ELI;
- Conceção e implementação de projetos e de medidas de promoção do sucesso escolar e a redução da retenção no Ensino Básico e Secundário;
- Dinamização de iniciativas/ações de formação/sensibilização que promovam o reconhecimento e a valorização da multiculturalidade diversidade cultural em contexto escolar e comunitário;
- Desenvolvimento de medidas de informação/sensibilização sobre os cursos de dupla certificação de nível secundário junto dos alunos e das famílias, contribuindo para a desconstrução dos estereótipos face aos mesmos;
- Desenvolvimento de ações de captação de alunos para os cursos de dupla certificação de nível secundário para jovens;
- Mobilização de estratégias de cooperação que promova um diálogo profícuo entre os estabelecimentos de ensino, as entidades formadoras e o tecido empregador que possibilite a identificação e a planificação da oferta de formativa, adequando-a às necessidades;
- Desenvolvimentos de ações que promovam a adesão da população em idade ativa à aprendizagem ao longo da vida e, conseqüentemente, à atualização e à aquisição de competências relevantes e/ou escassas;
- Promoção de respostas formativas que potenciem a aprendizagem ao longo da vida e aumentem os níveis de escolaridade e de qualificação da população ativa do concelho e incentive a reconversão profissional;
- Desenvolvimento de ofertas formativas que permitam a qualificação escolar e/ou profissional da população jovem ativa desempregada e, simultaneamente, desenvolver estratégias que potenciem a adesão desta franja da população às mesmas;
- Conceção e implementação de estratégias que melhorem o acesso e permanência dos jovens ao mercado de trabalho;
- Criação de uma Rede Local/Municipal de Qualificação que integre representantes das várias entidades para definição do Plano de Formação local/Municipal;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização para a participação equilibrada e em condições de igualdade entre homens e mulheres – combate à desigualdade de género e promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Promoção da divulgação e da dinamização das medidas ativas de emprego e outras que visem a integração profissional da população desempregada;

- Execução de ações de sensibilização da comunidade geral e das entidades empregadoras sobre a deficiência e a incapacidade, direitos, apoios e integração profissional;
- Criação/reforço de serviços especializados e de proximidade e de plataformas de acesso a oportunidades de emprego por parte da população com deficiência ou incapacidade;
- Desenvolvimento de programas e de medidas de qualificação da população com deficiência ou incapacidade;
- Celebração/reforço das parcerias entre diferentes entidades com vista promoção de estágios destinados à população com deficiência e incapacidade;
- Desenvolvimento de medidas de apoio à promoção do emprego da população jovem (ações que promovam a adaptação à realidade e necessidades atuais do mercado de trabalho; ações promotoras do empreendedorismo e a criatividade; ações de sensibilização das entidades empregadoras para a criação de oferta de emprego para jovens);
- Reforço da rede de transportes por forma a responder às necessidades da população local (permitir o acesso à educação, ao emprego, etc.).



Capítulo 3 | Atividade Económica, Sustentabilidade e Ambiente

3.1. Atividade Económica

A dinâmica económica territorial influencia de forma significativa as diferentes dimensões da vida dos indivíduos e das famílias (emprego, saúde, habitação, etc.), os seus níveis de satisfação e de qualidade de vida, pelo que o conhecimento e a compreensão da mesma se afigura como fundamental para, com o envolvimento de todos os agentes, gizar e desenvolver as estratégias de intervenção e as iniciativas a implementar para potenciar a criação de riqueza e de emprego, assim como potenciar a coesão e o desenvolvimento social sustentável. Tudo isto repercute-se nos níveis de risco social da população, com especial relevo junto dos grupos socialmente mais vulneráveis, assim como se reflete nos graus de pobreza e de exclusão social da mesma.

Assim, no presente capítulo serão analisados um conjunto de indicadores (n.º total de empresas e sua evolução, sua dimensão e setor de atividade, população ao serviço das empresas, ...), por forma a garantir que se detenha um retrato fidedigno das tendências, dos ritmos de evolução, das potencialidades e das fragilidades do território ao nível dos recursos, das infraestruturas e dos ativos produtivos instalados.

3.1.1. Visão Geral

De referir que o concelho de Caminha dispõe de 1 polo/espço de acolhimento de empresas, a zona industrial da Gelfa, dotado de 54 044 m², com 27 lotes destinados e preparados para a instalação de unidades empresariais ou industriais. Esta zona dispõe de uma localização privilegiada em termos de acessibilidades rodoviárias. Atualmente, neste espaço encontram-se diversas empresas, as quais concentram a sua atividade na área do comércio por grosso e retalho, na reparação de veículos automóveis e motociclos, construção, agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

Tabela 47 | Evolução do número total de empresas não financeiras sediadas no concelho de Caminha, por forma jurídica, 2011-2022

Ano	Total		Empresa Individual			Sociedade		
	N.º	Variação	N.º	Variação	Proporção	N.º	Variação	Proporção
2011	2 102	---	1 609	---	76,55%	493	---	23,45
2012	2 027	-75	1 547	-62	76,32%	480	-13	23,68
2013	1 990	-37	1 523	-24	76,53%	467	-13	23,47
2014	2 036	46	1 553	30	76,28%	483	16	23,72
2015	2 054	18	1 558	5	75,85%	496	13	24,15
2016	2 136	82	1 625	67	76,08%	511	15	23,92
2017	2 217	81	1 690	65	76,23%	527	16	23,77
2018	2 283	66	1 733	43	75,91%	550	23	24,09
2019	2 303	20	1 722	-11	74,77%	581	31	25,23
2020	2 262	-41	1 679	-43	74,23%	583	2	25,77
2021	2 362	100	1 758	79	74,43%	604	21	25,57
2022	2 466	104	1 832	74	74,29%	634	30	25,71

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 09/01/2024)

O número de empresas não financeiras recenseadas no concelho de Caminha, entre 2011 e 2022, evoluiu de forma descontínua. A dinâmica relativa às empresas não financeiras do território concelhio, de 2011 a 2013, esteve marcada por uma quebra, passando das 2 102 empresas para as 1 990, respetivamente, o que poderá ser explicado pela crise financeira de 2011 e seus reflexos. A este período e até 2019, vivenciou-se um período de expansão do número de empresas não financeiras. Entre 2019 e 2020, o número deste tipo de empresas decresceu de forma significativa (-41), o que pode ser explicado como o resultado da pressão vivenciada pelo tecido empresarial decorrente da crise pandémica originada pela doença COVID-19. Passado esse período, voltou a assistir-se a um crescimento do número de empresas não financeiras registadas, situando-se, em 2022, em 2 465 empresas ativas, o que representa um aumento de 100 empresas face ao ano anterior (2021: 2 362) e 204 comparativamente com o ano de 2020 (2 262).

Com efeito, de acordo com os dados disponíveis, nos vários anos aqui em análise, a grande maioria das empresas não financeiras registadas no concelho de Caminha assumiram a forma de empresa individual, com um peso superior a 70%. De referir que, embora se mantenha residual, a proporção das sociedades tem vindo a aumentar, sendo que, entre 2011 e 2022, esse crescimento foi de 2,26 p.p..

Tabela 48 | Número de empresas não financeiras localizadas por município do Alto Minho, por dimensão, 2022

Território	Dimensão		
	Total	PME	Grandes
Arcos de Valdevez	2 945	2 942	3
Caminha	2 466	2 465	1
Melgaço	1 253	1 252	1
Monção	3 225	3 225	0
Paredes de Coura	1 172	1 172	0
Ponte da Barca	1 393	1 393	0
Ponte de Lima	5 417	5 415	2
Valença	2 062	2 059	3
Viana do Castelo	11 109	11 093	16
Vila Nova de Cerveira	1 162	1 157	5
Total	32 204	32 173	31

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/04/2024)

Analisando o número de empresas não financeiras nos diversos concelhos da sub-região do Alto Minho no ano de 2022, constata-se que é no concelho de Viana do Castelo, sede do distrito, que existe o maior número das mesmas (11 109 empresas: 34,50%), seguido de Ponte de Lima (5 417 empresas: 16,82%) e Monção (3 225 empresas: 10,01%). Por seu turno, o concelho de Caminha, ocupava a 5.ª posição (2 466 empresas: 7,66%). A grande maioria das empresas não financeiras dos diversos concelhos são PME.

Tabela 49 | Evolução do número de empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, por escalão de pessoal ao serviço, 2011-2022

Ano	Total N.º	Dimensão									
		Menos de 10		De 10 a 19		De 20 a 49		De 50 a 249		250 ou mais	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2011	2 102	2 056	97,81	30	1,43	9	0,43	7	0,33	0	0
2012	2 027	1 987	98,03	24	1,18	10	0,49	6	0,30	0	0
2013	1 990	1 950	97,99	25	1,26	8	0,40	7	0,35	0	0
2014	2 036	1 999	98,18	23	1,13	8	0,39	6	0,29	0	0
2015	2 054	2 014	98,05	25	1,22	9	0,44	6	0,29	0	0
2016	2 136	2 095	98,08	24	1,12	11	0,51	6	0,28	0	0
2017	2 217	2 171	97,93	29	1,31	12	0,54	5	0,23	0	0
2018	2 283	2 230	97,68	35	1,53	13	0,57	5	0,22	0	0
2019	2 303	2 249	97,66	34	1,48	14	0,61	6	0,26	0	0
2020	2 262	2 207	97,57	37	1,64	13	0,57	5	0,22	0	0
2021	2 362	2 307	97,67	38	1,61	13	0,55	4	0,17	0	0
2022	2 466	2 401	97,36	46	1,87	14	0,57	4	0,16	1	0,04

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 18/01/2024)

Do total de empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, nos anos que constam da tabela anterior, as empresas com menos de 10 trabalhadores são aquelas que apresentam, largamente, a maior proporção (acima dos 97%). À medida que aumenta a dimensão das empresas não financeiras o seu peso no total de empresas sediadas no concelho de Caminha reduz-se. De referir que, no ano de 2022, do total das empresas não financeiras registadas, apenas 1 era uma grande⁴¹. Esta realidade é inovadora face ao restante período aqui em apreço, no qual apenas existiam no concelho PME. Das 2 465 empresas não financeiras registadas no concelho de Caminha 2 399 eram microempresas⁴², 62 eram pequenas⁴³ empresas e 4 eram médias⁴⁴ empresas.

Para reforçar esta conclusão do predomínio de empresas não financeiras que se enquadram na designação de PME, pode atender-se aos dados relativos ao indicador de concentração do pessoal ao serviço das quatro maiores empresas, o qual, em 2022, revelava que estas empregavam, apenas, 9,32% do total do pessoal ao serviço. Este valor representa um aumento face aos anos anteriores (2016: 8,28%; 2017: 6,82%; 2018: 5,80%; 2019: 5,82%; 2020: 5,94%; 2021: 5,31%), mas um decréscimo em relação aos valores dos anos de 2011 (11,85%) a 2015 (12,34%).

Tabela 50 | Densidade de empresas não financeira por localização, 2011-2022

Território	Anos		
	2011	2021	2022
Portugal	12,1	14,6	15,6
Norte	16,9	21,4	22,7
Alto Minho	10,7	13,9	14,5
Arcos de Valdevez	4,3	6,4	6,6
Caminha	15,4	17,3	18,1
Melgaço	2,9	5,3	5,3
Monção	9,1	14,7	15,3
Paredes de Coura	5,7	8,1	8,5
Ponte da Barca	5,4	7,5	7,6
Ponte de Lima	11,3	16,3	16,9
Valença	13,5	15,9	17,6
Viana do Castelo	28,6	33,1	34,8
Vila Nova de Cerveira	8,9	10	10,7

Fonte/Entidade: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 18/11/2022 e a 19/01/2024)

⁴¹ Grande empresa: com 250 ou mais colaboradores.

⁴² Microempresas: até 9 colaboradores.

⁴³ Pequenas empresas: de 10 a 49 colaboradores.

⁴⁴ Médias empresas: de 50 a 249.

Analisando a densidade empresarial dos vários concelhos da Sub-região do Alto Minho, observa-se que, entre 2011 e 2022, todos vivenciaram um aumento deste indicador, tendo sido este fenómeno foi mais evidente nos concelhos de Monção (2011: 9,1; 2022: 15,3) e de Viana do Castelo (2011: 28,6; 2022: 34,8). Apesar da tendência de crescimento, nos anos aqui em análise, a densidade de empresas no Alto Minho (2011: 10,7 emp/Km²; 2021: 13,9 emp/Km²; 2022: 14,5 emp/Km²) era inferior à média registada na região do Norte (2011: 16,9 emp/Km²; 2021: 21,4 emp/Km²; 2022: 22,7 emp/Km²) e no território nacional (2011: 12,1 emp/Km²; 2021: 14,6 emp/Km²; 2022: 15,6 emp/Km²).

No concelho de Caminha existiam, em média, em 2011, 15,4 empresas por km², valor superior à média da sub-região do Alto Minho e de Portugal, mas inferior ao da região norte. Nesse respetivo ano, o território concelhio era aquele que mostrava o segundo maior valor para este indicador, largamente abaixo da densidade empresarial de Viana do Castelo, o que se manteve em 2021 e 2022. Em 2021, este indicador passou para as 17,3 empresas por km², mantendo-se acima do valor deste indicador da média da sub-região do Alto Minho e da média nacional. No ano de 2022, a densidade das empresas para o território concelhio era de 18,1 emp/Km² situando-se acima do valor para a sub-região do Alto Minho e de Portugal.

Tabela 51 | Evolução do número de nascimentos e de mortes de empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, total e por forma jurídica, 2011-2022

Anos	Nascimentos ⁴⁵			Mortes ⁴⁶		
	Total	Empresa Individual	Sociedade	Total	Empresa Individual	Sociedade
2011	240	200	40	277	232	45
2012	212	183	29	314	264	50
2013	270	230	40	271	244	27
2014	313	273	40	273	237	36
2015	280	228	52	191	161	30
2016	287	241	46	215	183	32
2017	300	255	45	245	222	23
2018	304	257	47	285	254	31
2019	304	245	59	261	232	29
2020	233	199	34	230	205	25
2021	308	266	42	246 ⁴⁷	217 ³⁸	29 ³⁸
2022	341	289	52	244	227	17

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 19/01/2024)

⁴⁵ Nascimento de empresas: «Corresponde à criação de uma combinação de fatores de produção, com a restrição de que não existem outras empresas envolvidas nesse acontecimento» (Fonte: <https://www.ine.pt> – Acedido a 19/01/2024)

⁴⁶ N.º de mortes de empresas: «Número de empresas que cessaram a atividade, sendo que se considera cessada a atividade, uma vez verificada a dissolução de uma combinação de fatores de produção, desde que não existam quaisquer outras empresas envolvidas no processo. Neste número não se incluem as empresas que cessaram a sua atividade devido a fusão, aquisição maioritária, dissolução ou reestruturação de um conjunto de empresas. Não se incluem, igualmente, as saídas de uma subpopulação devidas apenas a uma mudança da atividade». (Fonte: <https://www.ine.pt> – Acedido a 19/01/2024)

⁴⁷ Dados provisórios.

Pela observação da informação disponibilizada na Tabela 44, verifica-se que, ao longo dos vários anos, do período compreendido entre 2011 e 2022, no concelho de Caminha assistiu-se ao **nascimento** de um número flutuante de **empresas não financeiras**. O número de nascimentos variou entre as 212 empresas, em 2012, e as 341 empresas, em 2022. Comparando os valores de 2011 (240) e 2022 (341), verificou-se que neste último nasceram mais 101 empresas.

A evolução do número de **mortes das empresas não financeiras**, entre o ano de 2011 e 2022, fez-se de forma oscilante, variando entre o número mínimo registado em 2015, 191 (161 empresas individuais e 30 sociedades) e o valor mais elevado do ano de 2012, 314 (264 empresas individuais e 50 sociedades). Nesse ano, o número de empresas não financeiras que morreram excedeu o número daquelas que nasceram (314 e 212, respetivamente). Em 2022, estima-se que a morte tenha atingido 244 empresas não financeiras (227 empresas individuais e 17 sociedades), verificando-se um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (- 2 empresas não financeiras). Esse ano foi aquele em que registou a maior diferença entre o número de empresas não financeiras nascidas e as que morreram (nasceram + 97 empresas do que as que morreram).

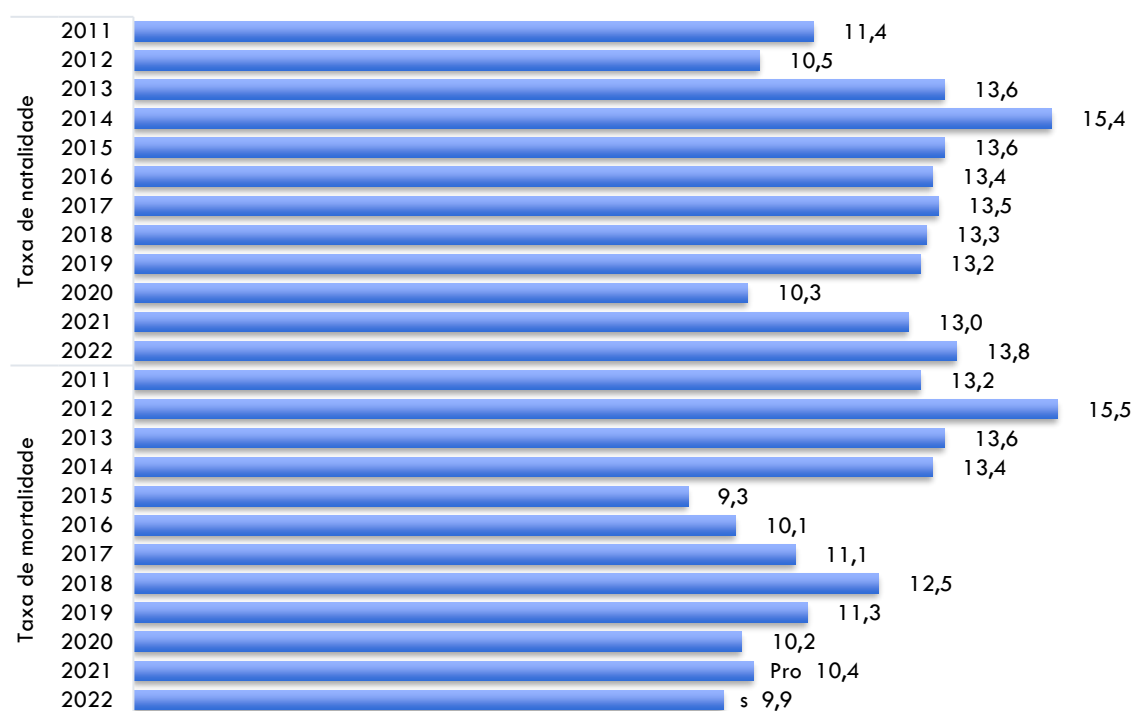
Tabela 52 | Evolução do número de nascimentos e de mortes das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), 2011-2022

Atividade Económica	2011		2021		2022	
	Nascimentos	Mortes	Nascimentos	Mortes	Nascimentos	Mortes
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	22	17	13	25	23	17
Indústrias transformadoras	4	11	9	6	8	9
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	0	0	4	1
Construção	26	45	44	35	40	35
Comércio por grosso e a retalho; Rep. de veículos automóveis e motociclos	30	43	41	39	33	38
Transporte e armazenagem	1	2	1	2	6	5
Alojamento, restauração e similares	26	29	28	22	35	19
Ativ. de informação e comunicação	3	1	8	5	6	4
Ativ. imobiliárias	7	5	8	7	10	2
Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	14	16	25	10	15	23
Ativ. Adm. e de serviços de apoio	45	45	58	55	88	54
Educação	25	27	21	10	21	14
Ativ. de saúde humana e apoio social	16	14	27	19	19	9
Ativ. artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas	11	10	16	5	19	6
Outras atividades e serviços	10	12	9	6	14	8
Total	240	277	308	246	341	244

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 19/01/2024)

Em 2011 e em 2021, as “atividades administrativas e de serviços de apoio” ocuparam o primeiro lugar das atividades com maior número de nascimentos (45 e 58 empresas, respetivamente). As atividades de construção também apresentam, nesses anos, um número de nascimentos significativo (30 e 44 empresas, respetivamente). Em 2022, o maior número de nascimentos de empresas não financeiras, no concelho de Caminha, registou-se junto das “atividades administrativas e de serviços de apoio” (88 empresas), seguida da “construção” (40 empresas) e do “alojamento, restauração e similares” (35 empresas). Em 2022, foi nas “atividades administrativas e de serviços de apoio” (54 empresas), no “comércio por grosso e retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos” (38 empresas) e na “construção” (35 empresas) que ocorreu o maior número de mortes.

Gráfico 113 | Evolução da taxa de natalidade e de mortalidade das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, 2011-2022 (%)



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 18/01/2024)

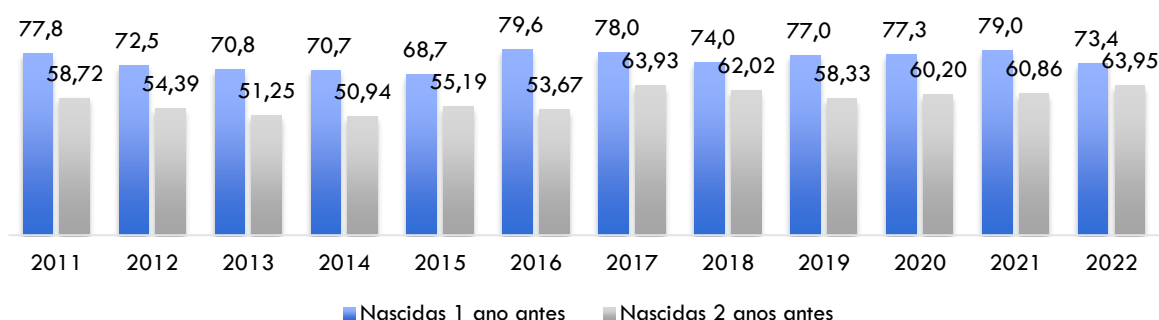
Reforçando a análise sobre a dinâmica das empresas não financeiras sediadas no concelho de Caminha, deve notar-se que a taxa de natalidade das empresas⁴⁸, em 2022 foi de 13,8%, superior à registada desde 2015 (13,6%). Comparando os dados de 2011 e de 2022, este indicador aumentou em 2,4 p.p.. O valor deste indicador, em 2022, foi superior à média registada na sub-região do Alto Minho (12,9%)

⁴⁸ Taxa de natalidade das empresas: «Quociente entre o número de nascimentos reais e o número de empresas ativas no período de referência». (Fonte: <https://www.inec.pt> – Acedido a 19/01/2024)

e inferior à média nacional (16,1%) e da região Norte (15%). Este indicador é mais elevado no âmbito do setor dos serviços (14,7%), sendo que este é o valor mais elevado do período de 2011 a 2022, em ex aequo com o ano de 2017 e 2,1 p.p. mais elevado que em 2011. O setor da agricultura e pescas ocupa o segundo lugar, com uma taxa de natalidade de 12,5%. O setor da indústria, construção e energias surge em último lugar, com um valor de 11%.

Por outro lado, a taxa de mortalidade das empresas⁴⁹ não financeiras registadas no concelho de Caminha, no ano de 2022, fixou-se no valor estimado (s) de 9,9%, 0,5 p.p. inferior ao valor provisório de 2021 (10,4%). O valor de 2022 é o segundo mais baixo desde 2011, apenas melhorado pelo valor registado em 2015, com 9,3%. Neste último ano, de acordo com estimativas, as maiores taxas de mortalidade fizeram-se sentir no setor dos serviços (10%), seguido do setor das indústrias, construção e energias (9,6%) e, por fim, o setor da agricultura e pescas (9,2%).

Gráfico 114 | Taxa de sobrevivência das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha nascidas 1 ano antes e 2 anos antes, 2011-2022 (%)



Fonte: <http://www.ine.pt> e <https://www.pordata.pt> (Acedido a 19/01/2024)

Importa aqui analisar a taxa de sobrevivência⁵⁰ das empresas não financeiras nascidas 1 ano antes e 2 anos antes. No fim do primeiro ano de existência, em 2022, 73,4% das empresas não financeiras sediadas no concelho de Caminha permanecem ativas/sobrevivem. Este valor é inferior em 4,4 p.p. face ao ano de 2011.

⁴⁹ Taxa de mortalidade das empresas: «Quociente entre o número de mortes reais e o número de empresas ativas no período de referência». (Fonte: <https://www.ine.pt> – Acedido a 19/01/2024)

⁵⁰ Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes: «Quociente entre o número de empresas activas no ano n que tendo nascido no ano $n-t$, sobreviveram t anos, e o número de empresas nascidas no ano $n-t$ ». (Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 19/01/2024).

A taxa de sobrevivência das empresas não financeiras nascidas 2 anos antes, entre 2011 e 2022, aumentou em 5,23 p.p.. É de notar que 63,95% das empresas não financeiras sediadas no concelho de Caminha, nascidas em 2020, mantinham-se ativas em 2022. Este rácio ultrapassa a média registada em Portugal (58,95%), da região Norte (61,09%) e da sub-região do Alto Minho (61,35%). Para as empresas nascidas em 2019, esse rácio era de 60,86%.

Da análise comparativa deste indicador, de acordo com o período temporal de existência, constata-se que do primeiro para o segundo ano de vida, a taxa de sobrevivência decresce em todos os anos que constam do gráfico. Ao centrar a análise no ano de 2022, verifica-se que a taxa de sobrevivência do primeiro para o segundo ano de vida decresceu em 9,5 p.p..

Tabela 53 | Evolução do número total de empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, por tipo (Empresa Individual e Sociedade) e por atividade económica, 2011-2022

Atividade Económica	2011			2021			2022		
	Total	El	S	Total	El	S	Total	El	S
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	141	133	8	187	173	14	184	171	13
Indústrias extrativas	2	1	1	0	0	0	0	0	0
Indústrias transformadoras	90	58	32	97	63	34	98	62	36
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	0	1	3	2	1	8	7	1
Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento gestão de resíduos e despoluição	1	1	0	1	0	1	4	0	1
Construção	380	305	75	357	274	83	364	272	92
Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis e motociclos	456	290	166	408	246	162	400	236	164
Transporte e armazenagem	25	12	13	23	13	10	29	19	10
Alojamento, restauração e similares	210	152	58	273	170	103	294	189	105
Atividades de informação e comunicação	11	7	4	22	11	11	26	11	15
Atividades imobiliárias	46	10	36	60	15	45	65	13	52
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	156	121	35	190	137	53	196	141	55
Atividades administrativas e de serviços de apoio	166	156	10	267	248	19	301	283	18
Educação	130	125	5	123	113	10	127	117	10
Atividades de saúde humana e apoio social	128	107	21	156	125	31	157	124	33
Atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas	62	44	18	85	67	18	100	80	20
Outras atividades e serviços	97	87	10	18	101	9	20	107	9
Total	2 102	1 609	493	2 362	1 758	604	2 466	1 832	634

Legenda: El – Empresa Individual; S – Sociedade

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 18/11/2022 e a 09/01/2024)

O perfil das empresas não financeiras do território concelhio, em 2022, caracterizava-se por um predomínio das microempresas com a natureza jurídica de empresa individual.

Analisando a distribuição das empresas não financeiras recenseadas no concelho de Caminha por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), em termos evolutivos, observou-se, entre 2011 e 2022, um aumento de 364 empresas, sendo que o maior crescimento, em termos absolutos, se fez sentir domínio das seguintes atividades: “atividades administrativas e de serviços de apoios” (+135 empresas), “alojamento, restauração e similares” (+84 empresas), “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (+43 empresas), “atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (+40 empresas), “atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas” (+38 empresas), “atividades de saúde humana e apoio social” (+29 empresas), “atividades imobiliárias” (+19 empresas) e “atividade de informação e comunicação” (+15 empresas). Com uma tendência de declínio, surgiram as seguintes atividades: “outras atividades e serviços” (-77 empresas), “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (-56 empresas), “construção” (-16 empresas), “educação” (-3 empresas) e “indústria extrativa” (-2 empresas).

Assim sendo, conclui-se que a estrutura da mesma não sofreu alterações significativas face ao período precedente, registando dinâmica mais acentuada no setor do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, construção. Apesar de o peso das atividade no domínio do “alojamento, restauração e similares” ser ter mantido, assistiu-se a um aumento significativo das “atividades administrativas e de serviços de apoio”.

Concentrando a atenção no ano 2022, é possível afirmar que o perfil territorial apresenta um maior relevo do setor do “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (400 empresas: 16,22%), “construção” (364 empresas: 14,76%), “as atividades administrativas e de serviços de apoio” (301 empresas: 12,21%), “alojamento, restauração e similares” (294 empresas: 11,92%).

Com menor peso no total das empresas o concelho, encontravam-se as integradas nas seguintes atividades: “transporte e armazenagem” (29 empresas: 1,18%), “atividades de informação e comunicação” (26 empresas: 1,05%), “outras atividades e serviços” (20 empresas: 0,81%), “eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (8 empresas: 0,32%) e “captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição” (4 empresas: 0,16%). No concelho de Caminha, nesse ano, não existia qualquer empresa com atividade no âmbito da indústria extrativa.

Tabela 54 | Evolução do pessoal ao serviço das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, por atividade económica, 2011- 2022

Atividade Económica	Anos		
	2011	2021	2022
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	261	...	390
Indústrias extrativas	...	0	0
Indústrias transformadoras	459	330	332
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	...	3	8
Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento gestão de resíduos e despoluição	...	...	...
Construção	696	643	674
Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis e motociclos	998	964	963
Transporte e armazenagem	44	50	61
Alojamento, restauração e similares	424	754	1 098
Atividade de informação e comunicação	19	33	46
Atividades imobiliárias	66	83	91
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	223	251	271
Atividades administrativas e de serviços de apoios	314	309	343
Educação	432	192	...
Atividades de saúde humana e apoio social	153	216	227
Atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas	81	101	115
Outras atividades e serviços	127	132	136
Total	4 304	4 448	4 959

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 18/01/2024)

A análise da evolução do número de pessoas ao serviço das empresas não financeiras do concelho de Caminha demonstra, em termos globais, a existência, entre 2011 e 2022, de um aumento de 655 trabalhadores no total de efetivos empregados (4 304 e 4959, respetivamente). Este aumento do pessoal ao serviço das empresas não financeiras é uma tônica comum a todos os concelhos da Sub-região do Alto Minho, embora com intensidades diferentes, sendo que foi na sede do distrito onde se registou o maior aumento (6 826 trabalhadores). Em contraponto, surge o concelho de Ponte da Barca (565 trabalhadores). O concelho de Caminha é o segundo território com menor crescimento ao nível do número de pessoas ao serviço.

De referir que no ano de 2022, o peso assumido pelo Município de Caminha ao nível do total de efetivos ao serviço das empresas não financeiras localizadas na Sub-região do Alto Minho situa-se nos 5,87%, pelo que se situa no sétimo lugar do total de concelhos. O maior peso é assumido pelos concelhos de Viana do Castelo (38,28%), seguido, embora largamente afastado, os concelhos de Ponte de Lima (17,7%) e Arcos de Valdevez (8,3%). No lugar oposto surge o concelho de Melgaço com um peso de 2,34%.

A tendência de crescimento não se fez sentir em todos os setores de atividade económica, nem com a mesma intensidade. A atividade económica responsável pelo maior aumento foi o setor do “Alojamento, restauração e similares”, o que é demonstrativo do crescimento da importância que o setor do Turismo tem na economia do concelho de Caminha. Em 2011, este setor empregava 424 trabalhadores, tendo subido para 754 (+330 indivíduos), em 2021, e 1 098 (+344 indivíduos), em 2022. Em onze anos este setor de atividade mais do que duplicou o número de trabalhadores.

O setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” também vivenciou uma evolução positiva no número de pessoas ao serviço, em 2022, empregava +129 pessoas do que em 2011 (261 e 390 indivíduos). Outros setores de atividade passaram a empregar mais pessoas, entre 2011 e 2022, tais como: “atividades de saúde humana e apoio social” (+74 trabalhadores); “atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (+48 trabalhadores); “atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas” (+34 trabalhadores) “atividades administrativas e de serviços de apoios” (+29 trabalhadores); “atividade de informação e comunicação” (+27 trabalhadores); “atividades imobiliárias” (+25 trabalhadores); “transporte e armazenagem” (+17 trabalhadores) e “outras atividades e serviços” (+9 trabalhadores).

Por seu turno, entre 2011 e 2022, os setores da “indústria transformadora” (2011: 459; 2022: 332, o que corresponde a -127 indivíduos), “construção” (2011: 696; 2022: 674, o que corresponde a -22 indivíduos) e “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (2011: 998; 2022: 963, o que corresponde a -35 indivíduos) apresentaram um declínio do número de trabalhadores. Relativamente ao setor da “Educação”, em resultado dos dados disponíveis, só é possível avaliar a evolução ocorrida entre 2011 e 2021, a qual também foi negativa, sendo o decréscimo de 240 trabalhadores.

O ano de 2022, as empresas não financeiras que empregavam um maior número de pessoas no território concelhio tinham como atividade: “alojamento, restauração e similares” (1 098 pessoas: 22,14%), “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (963 pessoas: 19,42%), “construção” (674 pessoas: 13,59%), “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (390 pessoas: 7,86%), “atividades administrativas e de serviços de apoios” (343 pessoas: 6,92%), indústrias transformadoras (332 pessoas: 6,69%). Por seu turno, as “atividades imobiliárias” (91 pessoas: 1,84%), “transporte e armazenagem” (61 pessoas: 1,23%), “atividade de informação e comunicação” (46 pessoas: 0,93%) e “eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (8 pessoas: 0,16%).

Do cruzamento da informação relativa ao número de empresas não financeiras localizadas no concelho por setor de atividade com os dados sobre o número de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, sobressai a importância assumida pelas atividades de: “alojamento, restauração e similares”

(294 empresas e 1 098 pessoas), “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (400 empresas e 963 pessoas), “construção” (364 empresas e 674 pessoas), “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (154 empresas e 390 pessoas), “atividades administrativas e de serviços de apoios” (301 empresas e 343 pessoas).

Tabela 55 | Volume de negócios⁵¹ das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), 2011-2022

Setor de atividade económica	Anos		
	2011	2021	2022
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	6 538 431€	...	11 942 339€
Indústrias extrativas	...	0€	0€
Indústrias transformadoras	10 174 286€	11 493 571€	11 057 201€
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	...	8 967 930€	10 005 212€
Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento gestão de resíduos e despoluição	...	...	...
Construção	21 877 503€	22 550 998€	23 412 685€
Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis e motociclos	93 526 905€	97 103 113€	109 797 41€
Transporte e armazenagem	1 452 605€	1 725 804€	2 318 033€
Alojamento, restauração e similares	11 217 258€	18 411 116€	29 453 912€
Atividade de informação e comunicação	245 257€	805 347€	1 561 880€
Atividades imobiliárias	625 673€	7 769 197€	9 466 245€
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3 422 143€	8 099 075€	8 860 222€
Atividades administrativas e de serviços de apoios	2 672 856€	4 053 232€	4 595 160€
Educação	673 608€	1 003 547€	...
Atividades de saúde humana e apoio social	3 306 099€	5 343 430€	6 065 938€
Atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas	1 615 386€	1 061 380€	4 044 284€
Outras atividades e serviços	1 632 536€	1 702 385€	2 001 651€
Total	167 826 513€	200 106 487€	235 876 442€

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/01/2024)

Em termos gerais, de notar que entre 2011 e 2022, o Volume de Negócios (VVN) das empresas não financeiras sediadas no concelho de Caminha aumentou dos 167 826 513€ para os **235 876 442€**. Esta realidade de crescimento, pese embora com intensidades diferentes, é comum a todos os concelhos do Alto Minho.

De referir que em 2022, o peso do volume de negócios das empresas não financeiras sediadas no concelho de Caminha, no volume total de negócios na Sub-região do Alto Minho, situava-se nos 3,15%,

⁵¹ Volume de negócios: «Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços.» (Fonte: <https://www.ine.pt> – Acedido a 18/01/2024)

o que o coloca no sétimo lugar do total de concelhos da sub-região. O concelho de Viana do Castelo, com um peso de 46,39%, é aquele que mais contribui para o volume de negócios do Alto Minho. Por seu turno, o concelho de Melgaço é aquele que assume menor peso, situando-se nos 2,09%.

A observação do contributo das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha por setor de atividade económica demonstra que, em **2022**, e de acordo com os dados disponíveis, a atividade que apresenta **um maior volume de negócios** é **“comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos”**, com um total de 109 797 417€. De seguida, surgem as atividades de **“alojamento, restauração e similares”** (29 453 912€) e a **“construção”** (23 412 685€).

As atividades que geraram menor volume de negócios são **“atividade de informação e comunicação”** (1 561 880€), **“outras atividades e serviços”** (2 001 651€) e **“transportes e armazém”** (2 318 033€). Esta importância das atividades referidas representa a continuidade do que se registou em 2011 e em 2021.

Gráfico 115 | Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas não financeiras, no concelho de Caminha, 2011-2022 (%)



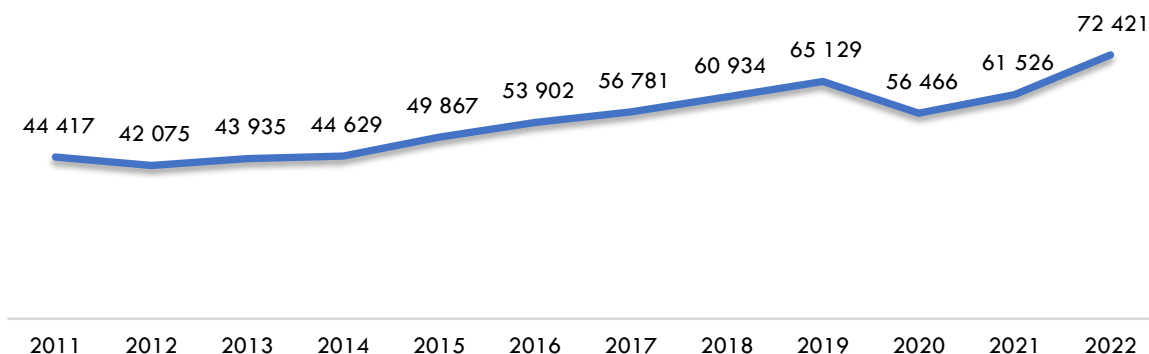
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/01/2024)

A concentração do volume de negócios nas quatro maiores empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha tem vindo a decrescer, sendo que, em 2022, o valor deste indicador (15,52%) é, face a 2011, inferior em 4,23 p.p.. Em 2022, as quatro maiores empresas sediadas no concelho de Caminha concentravam 15,52% do volume total de negócios total, o que representa uma quebra face aos anos de 2021 (16,08%) e 2011 (19,75%). Desta feita, é possível concluir que se assistiu, durante o período em apreço, a uma perda de domínio das quatro maiores empresas na dinâmica económica do concelho de Caminha.

Mais se acrescenta que, em 2022, o concelho de Caminha é aquele que apresenta menor valor para este indicador (superior aos valores médios do país, 6,09%, da região Norte, 5,90%, e da sub-região do Alto Minho), antecedido por Monção (18,83%) e por Viana do Castelo (30,94%). No outro extremo

encontra-se o concelho de Vila Nova de Cerveira (63,04%), seguido de Melgaço (58,85%) e Paredes de Coura (53,70%).

Gráfico 116 | Valor acrescentado bruto⁵² total das empresas não financeiras, no concelho de Caminha, 2011-2022 (em milhares de euros)



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 17/01/2024)

Analisando o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado pelas empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, entre o período de 2012 a 2019, observa-se uma tendência de evolução crescente na ordem dos 23 054 (2012: 45 075; 2019: 65 129). Entre 2019 e 2020, em resultado da pandemia da COVID 19, a riqueza gerada na produção (descontando o valor dos bens e serviços consumidos para a obter) sofreu um declínio, passando para os 56 466 (-8 663). Ultrapassada esta fase de declínio, em 2021, voltou a assistir-se a um período de crescimento, passando a apresentar valores superiores aos registados no período anterior à pandemia.

Analisando o peso do VAB gerado pelas empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha no total do VAB destas empresas do Alto Minho, constata-se que o mesmo é de 3,79%, o que o posiciona no terceiro concelho que menos contribui para este indicador. No topo desta pirâmide, encontram-se os concelhos de Viana do Castelo (44,58%), Ponte de Lima (14,64%) e Vila Nova de Cerveira (7,74%). Na base, estão posicionados os concelhos de Ponte da Barca (2,22%) e Paredes de Coura (2,9%).

⁵² «O valor acrescentado bruto (VAB) é um indicador de natureza económica que reflete o grau de incorporação de valor gerado pela empresa ao longo do processo produtivo. O VAB é a riqueza gerada na produção, descontando o valor dos bens e serviços consumidos para a obter, tais como as matérias-primas ou a energia necessária para gerar os novos produtos. Em termos agregados, o VAB de uma empresa mede o seu contributo para o PIB de uma determinada economia» (Fonte: <https://www.cfp.pt/pt/glossario/valor-acrescentado-bruto> acedido a 17/01/2024).

Tabela 56 | Valor Acrescentado Bruto das empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), 2011-2022

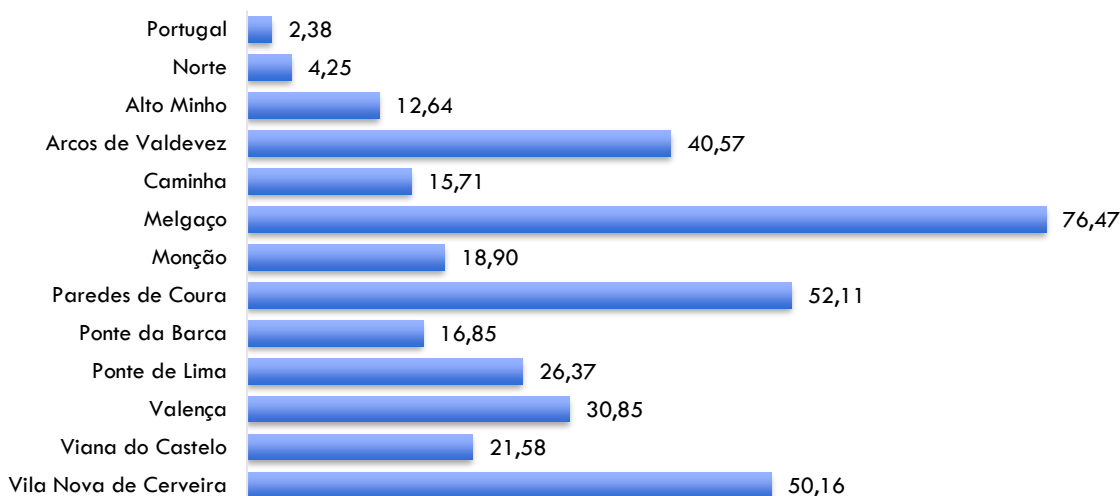
Setor de atividade económica	Anos		
	2011	2021	2022
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2 206 414€	...	4 371 582€
Indústrias extrativas	...	0€	0€
Indústrias transformadoras	4 300 945€	4 428 701	4 381 176€
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	...	6 584 920	7 212 997€
Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento gestão de resíduos e despoluição	...	...	...
Construção	7 555 608€	7 593 181€	8 240 239€
Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis e motociclos	12 753 750€	16 944 281€	17 897 738€
Transporte e armazenagem	487 192€	666 502€	931 641€
Alojamento, restauração e similares	4 803 326€	7 692 830€	12 158 814€
Atividade de Informação e comunicação	159 112€	628 858€	1 197 679€
Atividades imobiliárias	422 057€	1 897 004€	2 922 963€
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 293 336€	4 794 921€	5 071 388€
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 768 038€	2 257 488€	2 386 752€
Educação	-2 399 950€	-673 939€	...
Atividades de saúde humana e apoio social	2 103 736€	3 289 069€	3 862 820€
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	764 512€	579 888€	1 310 428€
Outras atividades de serviços	695 531€	913 297€	1 116 827€
Total	44 416 531€	61 526 078€	72 420 579€

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/01/2024)

O VAB, entre 2011 e 2022, apresentou uma performance positiva, tendo crescido dos 44 416 531€ para os 72 420 579€. A análise por setor de atividade económica evidencia que, partindo dos dados da Tabela, permite observar que, em 2022, 24,71% do VAB empresarial foi gerado pelo comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos (17 897 738€). O VAB produzido por este setor acrescido como o VAB originado pelos setores do alojamento, restauração e similares (12 158 814€: 16,79%) e da construção (8 240 239€: 11,38%) destacam-se como os principais geradores do VAB empresarial do concelho (38 296 791€: 52,88%).

No que se refere ao VAB empresarial, face a 2021, para os setores para os quais existem dados, com exceção do setor das indústrias transformadoras, todos evidenciaram crescimento, onde se destaca o observado no alojamento, restauração e similares (+4 465 984€), nas atividades imobiliárias (+1 025 959€) e no comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos (+953 457€).

Gráfico 117 | Indicador de concentração do Valor Acrescentado Bruto (VAB) das quatro maiores empresas não financeiras por localização, 2022 (%)

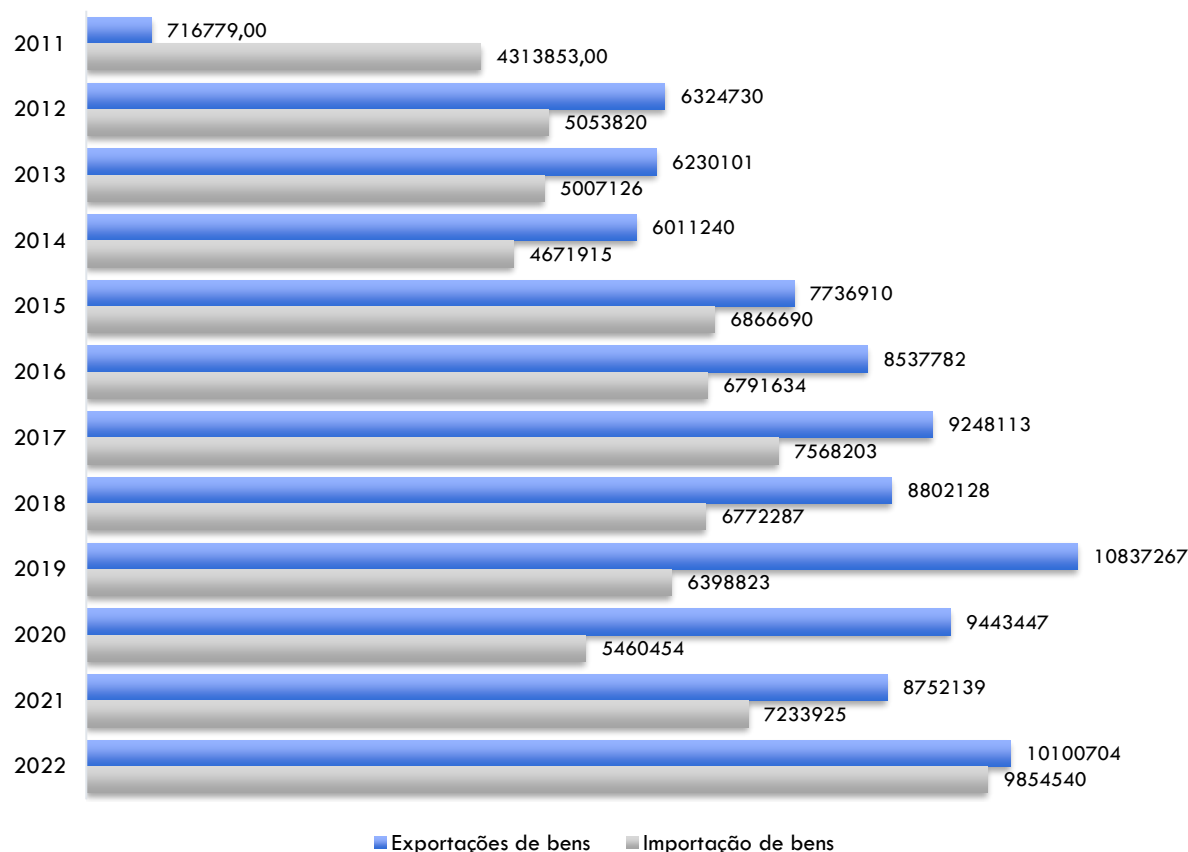


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 11/04/2024)

No que concerne ao indicador de concentração do VAB das quatro maiores empresas não financeiras localizadas no concelho de Caminha, verifica-se que, em 2022, este era de 15,71%, o que representa uma quebra face ao que se registava em 2011 (26,26%).

Em 2022, este indicador para o concelho era superior aos valores médios de Portugal (2,38%), do Norte (4,25%) e Alto Minho (12,64%), mas inferior aos demais concelhos da Sub-região do Alto Minho. É nos concelhos de Melgaço (76,47%), Paredes de Coura (52,11%) e Vila Nova de Cerveira (50,16%) que este indicador apresentava os valores mais elevados.

Para aprimorar o conhecimento da realidade económica do concelho, importa analisar a evolução das importações e exportações de bens, entre 2011 e 2022, a taxa de cobertura e o saldo da balança comercial.

Gráfico 118 | Evolução das exportações e importações de bens no concelho de Caminha, 2011-2022


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/04/2024)

Como se depreende pela análise do gráfico anterior, as exportações de bens do concelho de Caminha, apesar de se terem verificado oscilações e trajetórias assimétricas de recuperação, entre 2011 e 2022, subiram, tendo passado dos 716 779€ para os 10 100 704€, sendo que neste último ano situaram-se em mais 1 348 565€ do que no ano anterior. Os dados disponíveis para o ano de 2023, confirmam a tendência de crescimento (10 175 687€). De realçar que, no período de 2019 a 2021, o valor das exportações de bens sofreu um decréscimo, explicado pela crise pandémica. Pese embora, em 2022, se tenha assistido a uma recuperação, a mesma não atingiu os valores anteriores aos da referida crise (2019: 10 837 267€; 2022: 10 100 704€).

De referir que, em 2022, o concelho de Caminha era responsável por 0,44% do valor total das exportações de bens do Alto Minho, o que representa uma quebra face aos anos anteriores (2021: 0,46%; 2020: 0,54; 2011: 0,63%), assumindo-se como o segundo concelho com menor exportação de bens, antecedido pelo concelho de Ponte da Barca (0,25%). Viana do Castelo, com um peso de 41,55%, é o concelho com maior volume de capital gerado pela exportação de bens do Alto Minho. No ano de 2023, o peso das exportações de bens do concelho de Caminha no total do Alto Minho decresceu para

os 0,40%, o que demonstra que o aumento das exportações de bens no território se fez sentir com menor intensidade.

O pendor reduzido das exportações de bens do concelho de Caminha, pode ser explicada pelo facto de no mesmo, tal como se fez constar anteriormente, a presença da indústria transformadora, ramo de atividade mais transacionável e com uma forte incorporação tecnológica, na estrutura produtiva local ser fraca (98 empresas, 332 trabalhadores). Tal como demonstra também o facto de as exportações de bens, nesse período, estar integrada, maioritariamente, por produtos da fileira animais vivos e produtos do reino animal (7 007 248€) e produtos do reino vegetal (2 352 342€).

Em 2022, as importações de bens do concelho de Caminha representavam 0,58% do total das importações de bens do Alto Minho.

Tabela 57 | Comércio Internacional do concelho de Caminha, 2011-2022

	2011	2021	2022
Exportações de bens	716 779€	8 752 139€	10 100 704€
Importação de bens	4 313 853€	7 233 925€	9 854 540€
Saldo da balança comercial	-3 597 074€	1 518 214€	246 164€
Taxa de cobertura (%)	16,62	120,99	102,50

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/04/2024)

Para o horizonte temporal em análise, apenas no ano de 2011, assistiu-se a um défice da balança comercial de bens, sendo que o valor das importações de bens superou em 3 597 074€ o montante registado ao nível da exportação de bens. A partir desse período, tal como demonstram os dados coletados no gráfico supra conjugados com aqueles que constam da tabela anterior, o valor das exportações superou o das importações, ou seja, verificou-se um excedente nas trocas comerciais.

No que concerne à **taxa de cobertura**, indicador que avalia a percentagem do valor das importações de bens que é coberta pelo valor das exportações de bens, no concelho de Caminha, constata-se que, entre 2011 e 2021, o peso das exportações de bens no comércio internacional aumentou exponencialmente (de 16,62% para 120,99%). No ano de 2022, a taxa de cobertura no concelho de Caminha situou-se nos 102,50%.

3.1.2. Turismo

Tal como foi sendo evidenciado anteriormente, o setor do Turismo assume um relevo significativo na dinâmica da economia do concelho de Caminha, não só pelo valor económico gerado, mas também pelos efeitos positivos do mesmo na valorização do território e do património (material e imaterial). O desenvolvimento de um turismo sustentável e dinâmico exige que sejam pensadas estratégias eficazes ao nível do ordenamento do território, da preservação e defesa do património cultural, ambiental e edificado, assim como a projeção para o exterior (nacional e internacional) das potencialidades endógenas.

De referir que o desenvolvimento deste setor de atividade, com vista a torná-lo sustentável e dinâmico ao longo de todo o ano, por forma a permitir que a sua capacidade geradora de emprego e de riqueza deixe de ser sobretudo sazonal, torna-se necessário apostar no mapeamento dos recursos turísticos do território concelhio, enquanto ativos estratégicos potenciadores do desenvolvimento. É também importante fazer a identificação das oportunidades e dos constrangimentos deste setor, por forma a potenciar as primeiras e dirimir os segundos.

A combinação dos diferentes recursos turísticos (as paisagens, os monumentos, os eventos e as atividades culturais e desportivas, os práticos típicos, a doçaria tradicional, os enchidos, o artesanato, as praias,...) faz com que o território concelhio seja escolhido como destino de um número crescente de turistas.

Assim sendo, no presente subcapítulo, serão abordados os principais indicadores relativos à atividade turística e sua dinâmica no território do concelho de Caminha.

A caracterização da oferta turística torna-se aqui importante, na medida em que esta permite avaliar a evolução da mesma, a sua capacidade de resposta à procura e o impacto no desenvolvimento social local.

Tabela 58 | Evolução do número de estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Caminha, por tipo, 2011 - 2022

Estabelecimentos de Alojamento Turístico	Anos		
	2011	2021	2022
Total	8	21	25
Hotéis	2	3	3
Pensões	5	0	0
Apartamentos Turísticos	0	1	1
Aldeamentos Turísticos	1	2	2
Alojamento Local	0	7	9
Turismo no Espaço Rural e de Habitação	0	8	10

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 19/01/2024)

A análise da oferta turística, a partir dos dados apresentados na tabela anterior, exige que se tenha em consideração que a disparidade dos valores apresentados entre o ano de 2011 e 2022, encontre a sua explicação no facto de, a partir de 2014 (inclusive), o total de estabelecimentos de alojamento turístico passar a incluir as novas unidades de Alojamento Local (AL) e os estabelecimentos de turismo de habitação e no espaço rural, assim como na alteração ocorrida a partir de 2019 (inclusive) a qual implicou que passassem a ser considerados todos os AL com 10 ou mais camas⁵³. De esclarecer também que estes dados não contemplam a informação relativa aos parques de campismo, sendo que no concelho de Caminha estes são três.

Porém, o mais importante a reter, é o fato de que em 2011 (8 estabelecimentos) e 2022 (25 estabelecimentos), o número de estabelecimentos de alojamento turístico em atividade e com movimento de hóspedes, mais do que triplicou.

Tabela 59 | Evolução da capacidade de alojamento⁵⁴ nos estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Caminha, por tipo, 2011-2022

Estabelecimentos de Alojamento Turístico	Anos		
	2011	2021	2022
Total	657	1 001	1 165
Hotéis	308	380	420
Pensões	229	0	0
Apartamentos Turísticos	0	...	...
Aldeamentos Turísticos	120	...	...
Alojamento Local	0	222	306
Turismo no Espaço Rural e de Habitação	0	128	168

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 19/01/2024)

⁵³ Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 19/01/2024)

⁵⁴ Capacidade de alojamento: «Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal». (Acedido a 19/01/2024)

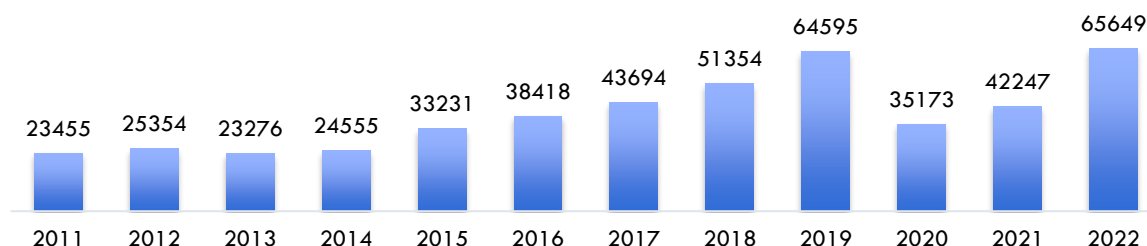
Com efeito, o aumento dos estabelecimentos de alojamento turístico impactou de forma positiva na capacidade de alojamento instalada (número de hóspedes) no território concelhio. Como se observa pelos valores apresentados, o número de camas disponíveis em alojamentos turísticos, entre 2021 (1 001) e 2022 (1 165), aumentou em 164. Mais se acrescenta que a capacidade de alojamento neste ano ultrapassa significativamente os números registados no período que antecedeu a pandemia da COVID-19 (2018: 841) e aquele em que esta se afirmou (2019: 984 e 2020: 887). A capacidade de alojamento estabelecida no concelho de Caminha, em 2021, representava 13,72% da capacidade do Alto Minho.

Em 2022, o peso do número de camas disponíveis no concelho de Caminha aumenta, passando para 14,32%.

Analisando a capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1 000 habitantes, observa-se que, em 2022, esta relação era de 72,7, colocando o concelho de Caminha em níveis de oferta superior à média da sub-região o Alto Minho (35,1). O valor registado no concelho de Caminha espelhava um aumento face aos dos anos precedentes (2018: 52,9; 2019:62; 2020: 56; 2021: 63,2).

Importa também, dar nota de outros indicadores da atividade turística, nomeadamente no que se refere ao número de dormidas e de hóspedes, à proporção de hóspedes estrangeiros, à taxa líquida de ocupação-cama, estada média, ...

Gráfico 119 | Evolução do número de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho de Caminha, 2011-2022



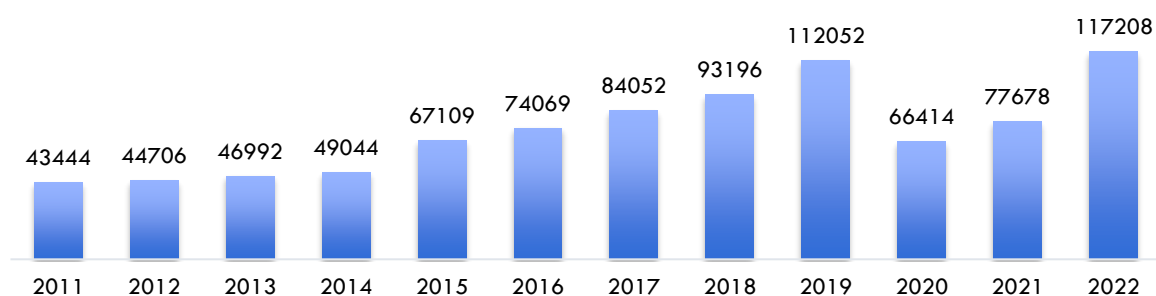
Fontes: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/01/2024)

Em termos genéricos, entre 2011 e 2022, o número de hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico aumentou significativamente, passando dos 23 455 para os 65 649, valor este que se assume como o mais elevado em todo este período. De forma mais específica, importa referir que uma vez

ultrapassa a contração provocada pela pandemia (2020: 35 173 hóspedes), em 2021 e, de com maior intensidade, em 2022 o número de hóspedes voltou a crescer.

Da evolução do número de hóspedes acima observado, decorre o crescimento do número de dormidas e dos proveitos, tal como infra se dá nota.

Gráfico 120 | Evolução do número de dormidas⁵⁵ nos alojamentos turísticos do concelho de Caminha, 2011-2022

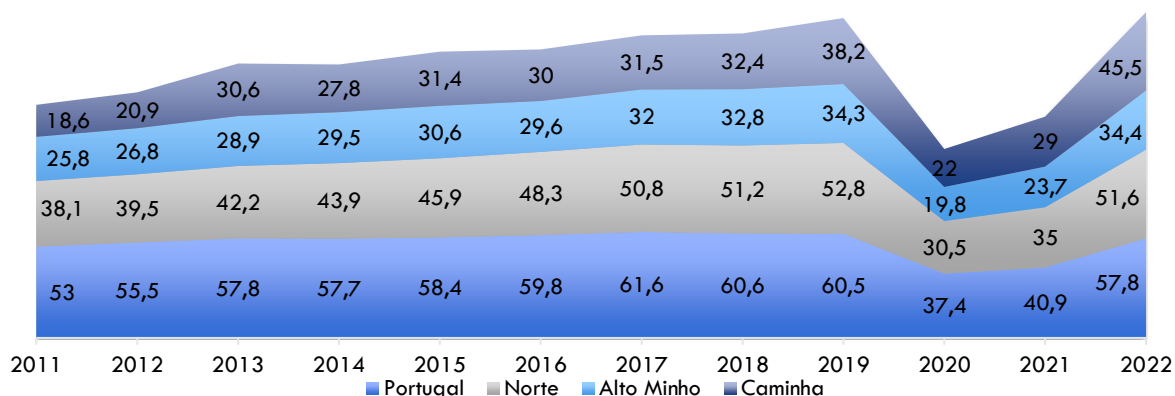


Fontes: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/01/2024)

A evolução do número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Caminha, entre 2011 e 2022, revela a existência de uma tendência evolutiva de crescimento, apenas travada no período em que se vivenciou de forma mais intensa a pandemia da COVID 19. O maior aumento no número de dormidas ocorreu entre 2021 (77 678) e 2022 (117 208), sendo que neste último ano o valor deste indicador ultrapassou os registados antes da pandemia de COVID 19 (2018: 93 196; 2019: 112 052). Em 2022, o número de dormidas excedia em 5 156 as existentes em 2019. A variação ocorrida, entre 2011 (43 444) e 2022, foi de + 73 764 (mais do que duplicou).

⁵⁵ Dormidas: «Permanência de um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte» (Fonte: <https://www.ine.pt> - Acedido a 17/01/2024).

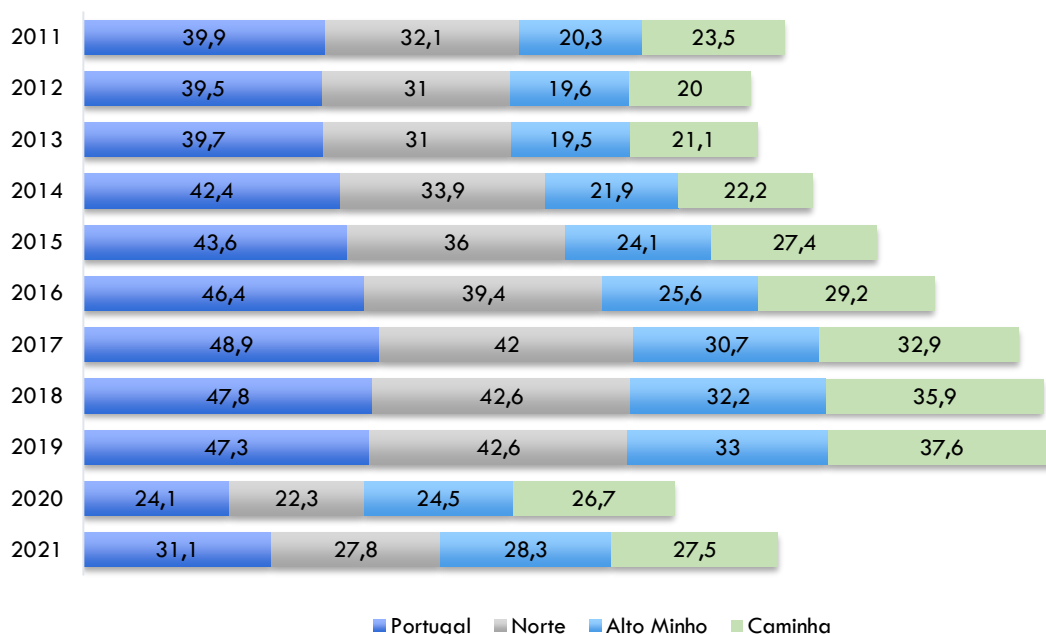
Gráfico 121 | Proporção de hóspedes estrangeiros em estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Caminha, 2011-2022 (%)



Fontes: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 20/01/2024)

Como se constata pela observação do gráfico, o panorama concelhio, no que concerne à proporção de hóspedes estrangeiros que escolheram os estabelecimentos de alojamento turístico como espaço de acolhimento, caracterizou-se, entre 2011 (18,6%) e 2019 (38,2%), por uma expansão. Tal como já foi referido, a pandemia de COVID 19 teve um impacto negativo na atividade turística, nomeadamente ao nível da sua dimensão internacional, pelo que, no ano de 2020, o peso dos hóspedes estrangeiros tenha decrescido significativamente, descendo para os 22%. Ultrapassados os constrangimentos, a tendência alterou-se, sendo que, em 2022, a proporção de hóspedes estrangeiros no total de hóspedes atingiu os 45,5% (mais 16,5 p.p.), situando-se acima do valor médio da sub-região do Alto Minho (34,4%). Estes dados permitem antever o poder de atratividade que o território concelhio e os seus diversos recursos (paisagísticos, culturais, gastronómicos, ...) exercem sobre os turistas estrangeiros. De destacar que, em 2022, no total dos hóspedes estrangeiros, os turistas espanhóis são aqueles que apresentam maior contingente, representando uma quota de 36,39%. Os turistas alemães ocupam o segundo lugar (20,93%) dos que escolheram o concelho de Caminha como destino.

Gráfico 122 | Taxa Líquida de Ocupação - Cama⁵⁶ nos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho de Caminha, 2011-2021 %)

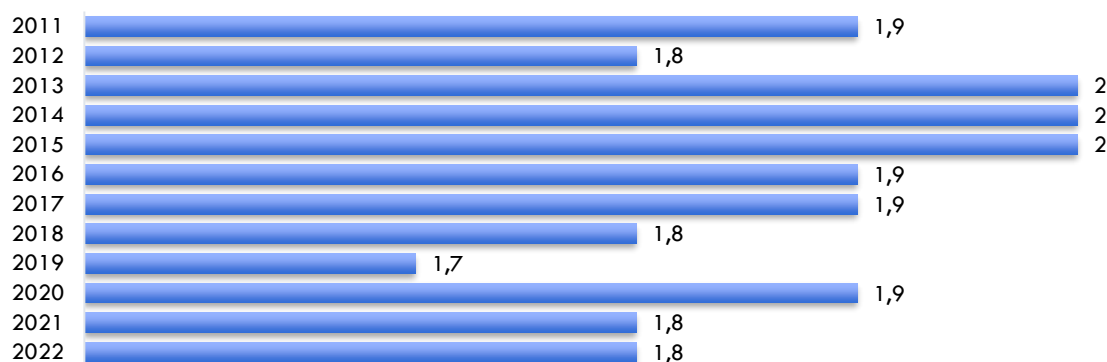


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 18/01/2024)

A taxa líquida de ocupação-cama, no concelho de Caminha, depois de um período de expansão, entre 2012 (20%) e 2019 (37,6%), vivenciou um declínio significativo, em 2020 (26,7%), em resultado da pandemia COVID 19 e dos constrangimentos à mobilidade resultantes da mesma. Porém, em 2021, este indicador voltou a crescer, situando-se nos 27,5%, colocando-se a par dos valores registados em 2015 (27,4%). De referir que, entre 2011 e 2020, tal como consta do gráfico anterior, a taxa líquida de ocupação do concelho, embora se mantivesse abaixo da média nacional e da região Norte, ultrapassava os valores médios da sub-região do Alto Minho. No ano de 2021, esta relação alterou-se, sendo que a média da sub-região do Alto Minho (28,3%), a qual sofreu um crescimento de 3,8 p.p. face ao ano anterior, foi superior aos valores do território do concelho (27,5%).

⁵⁶ Taxa líquida de ocupação-cama: «Relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência, considerando como duas as camas de casal.» (Fonte: <https://www.inw.pt> – Acedido a 18/01/2024)

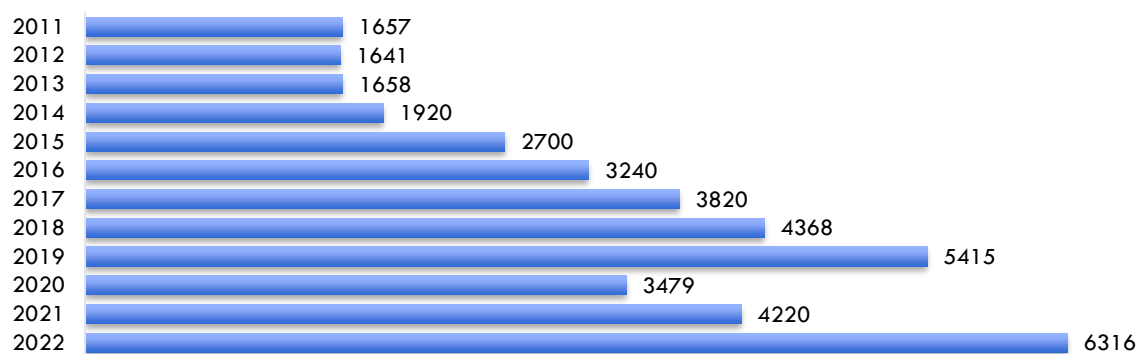
Gráfico 123 | Estada média⁵⁷ nos estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Caminha, 2011 a 2022



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 18/01/2024)

Como decorre da análise dos dados apresentados no gráfico, entre 2011 e 2022, a estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico, em média, decresceu ligeiramente (de 1,9 noites passou para 1,8 noites). Entre 2013 e 2015, a estada média atingiu o seu ponto máximo, correspondendo a 2 noites. No ano de 2019, a estada média situou-se no valor mais baixo desde 2009, 1,7 noites.

Gráfico 124 | Proveitos totais nos alojamentos turísticos do concelho de Caminha, 2011-2021
(Milhares €)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/01/2024)

No que concerne aos proveitos totais nos alojamentos turísticos, verifica-se um aumento dos proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico entre 2011 e 2019, passando dos 1 657M€ para os 5 415 M€, respetivamente. Uma vez ultrapassado o período em que o setor do turismo sofreu os efeitos negativos da pandemia COVID-19 (2020: 3 479M€), começou a assistir-se à inversão da tendência de

⁵⁷ Estada média: «Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas, no período de referência, na perspetiva da oferta». (Fonte: <https://www.ine.pt> – Acedido a 17/01/2024).

quebra, sendo que a partir de 2021 (4 220 M€), se verificou uma recuperação significativa. Os proveitos totais, em 2022, ultrapassaram os 6 M€ (situaram-se nos 6 316 M€), marcando o regresso dos turistas ao concelho de Caminha, superando os valores recorde de 2019.

Em face da informação apresentada no presente subcapítulo, pode concluir-se que o setor do turismo tem vivenciado um ciclo de evolução positiva, o qual se evidencia pelo aumento do número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho, da taxa líquida de ocupação-cama, pelo crescimento dos proveitos totais dos mesmos, etc.

Deste modo, por forma a garantir a manutenção e promoção da dinâmica de crescimento evidenciada e, conseqüentemente, a criação de riqueza no território e a geração criação de postos de trabalho, torna-se importante continuar a investir na promoção da atividade turística e dos demais setores e recursos a esta associados.

3.2. Sustentabilidade e Ambiente

Tal como se fez constar anteriormente, o Programa Rede Social emergiu da necessidade e da vontade de criar uma estrutura de ação assente num modelo de gestão participada e de parceria efetiva entre os diferentes agentes sociais locais, cujos objetivos passam por promover o planeamento integrado e sistemático da intervenção e das respostas sociais, assim como a potenciação das sinergias, das competências e dos recursos existentes e a promoção do desenvolvimento social local. Para que tal seja eficazmente concretizado, é necessário que os vários atores se empenhem em garantir a sustentabilidade das estratégias, das ações e dos recursos mobilizados, nas suas dimensões económica, social e ambiental.

Num período marcado pela emergência das questões ambientais, os governantes, as instituições, a sociedade civil e os cidadãos são confrontados e desafiados, diariamente, a repensar os comportamentos, as formas de trabalhar, de estudar, de negociar, de se relacionar, de cuidar dos demais e de se divertir.

Assim sendo, é importante, no âmbito do Diagnóstico Social do Concelho de Caminha, documento essencial ao planeamento estratégico da intervenção, abordar e refletir em torno dos principais indicadores concelhios relativos à sustentabilidade e ao ambiente, bem como na atuação dos agentes locais.

Tal como deixam evidentes os ODS, a promoção do desenvolvimento social sustentável, o combate à pobreza e à exclusão social nos territórios, enquanto prioridades da ação dos parceiros sociais, exigem a definição e execução de «(...) estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico, ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservem os ecossistemas»⁵⁸, fixando metas de sustentabilidade.

De salientar que ao nível do concelho de Caminha tem vindo a ser desenvolvido um conjunto de esforços para mitigar e se adaptar às alterações climáticas (promoção da eficiência energética e, consequentemente, a redução de emissão de CO₂,), tal como espelha a evolução favorável de alguns indicadores como se passará a explicar, a elaboração de documentos e estudos estratégicos (Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios; Plano Diretor Municipal de Caminha; Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município de Caminha; Inventário de Referência de Emissões (IRE) do Município de Caminha; Estudo - Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) – Volume 1), mobilizando os atores locais e as ações desenvolvidas para atingir as metas aí definidas. Neste domínio, foram definidas como «(...) áreas prioritárias de intervenção, os setores da agricultura, das florestas e pescas, o turismo, o ordenamento do território, a gestão dos recursos hídricos, serviços de saúde humana e segurança de pessoas e bens»⁵⁹

Conscientes da importância que a Educação Ambiental assume na disseminação do conhecimento, na mobilização em torno das ações de preservação e utilização sustentável dos seus recursos, no concelho de Caminha são levadas a cabo atividades específicas nesta matéria. Como exemplo das temáticas mais abordadas nas inúmeras atividades de sensibilização desenvolvidas surgem “Resíduos”, “Floresta”, “Biodiversidade”, “Alterações Climáticas”, “Erosão Costeira”, “Recursos Hídricos”, “Transportes e Mobilidade”.

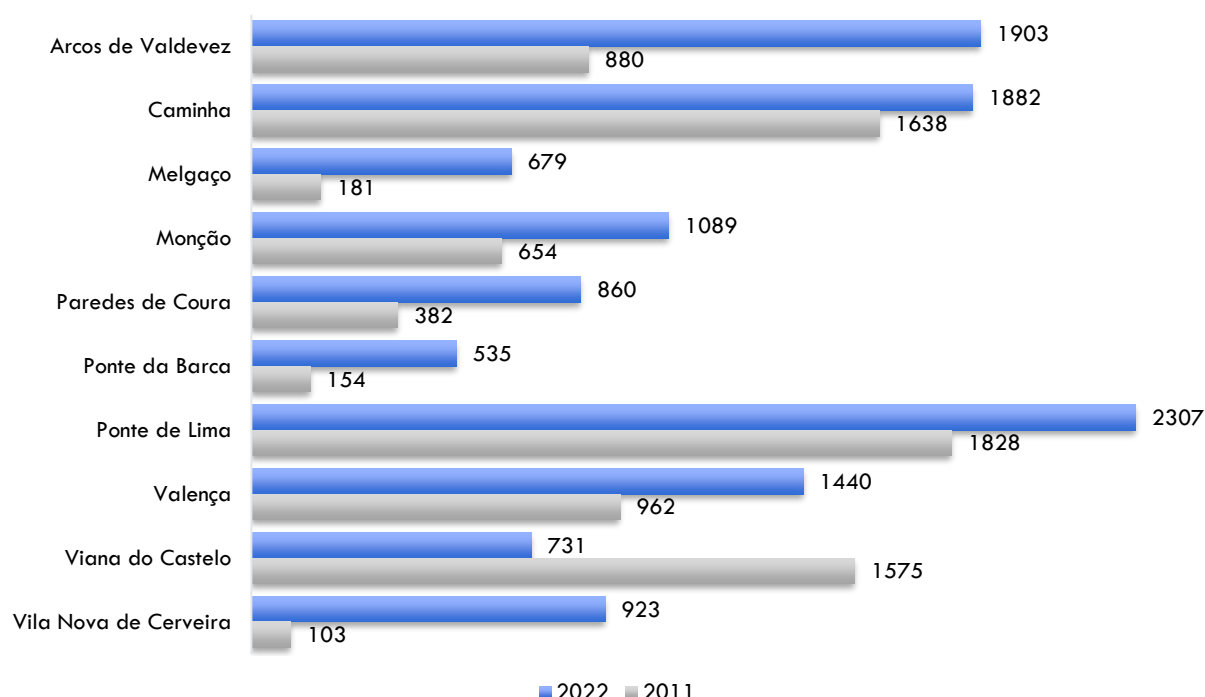
Nesta matéria o Município de Caminha possui o Centro de Interpretação da Serra d'Arga (CISA) que é uma estrutura orientada para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, divulgação, valorização e promoção do património ambiental e cultural da Serra d'Arga, bem como para o turismo de natureza, disponibilizando aos turistas, comunidade escolar e demais populações, um conjunto diversificado de atividades.

Outro aspeto que importa analisar é o investimento que os Municípios fazem nesta matéria.

⁵⁸ Fonte: <https://www.ods.pt> (Acedido a 10/01/2024)

⁵⁹ Fonte: Câmara Municipal de Caminha, 2024, Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Caminha – Estudo, Volume 1, p. 17.

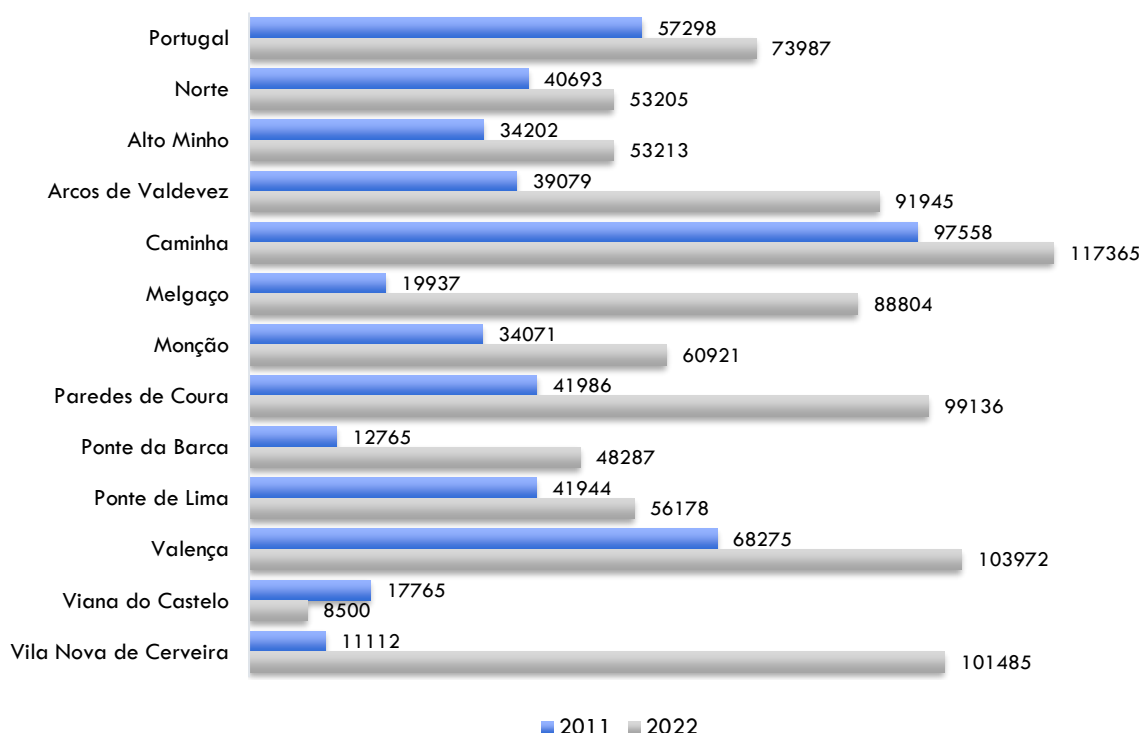
Gráfico 125 | Evolução da despesa total em ambiente dos municípios da sub-região do Alto Minho, 2011-2022 (Milhares de €)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 13/02/2024)

Em termos globais, pode afirmar-se que o valor total das despesas com ambiente dos Municípios da sub-região do Alto Minho sofreu um incremento, sendo que apenas no concelho de Viana do Castelo isso não aconteceu. O Município de Arcos de Valdevez foi aquele em que o crescimento foi mais acentuado (+ 1 023). O Município de Caminha surge como o terceiro concelho com maior volume de despesa, no ano de 2022.

Gráfico 126 | Despesa total em ambiente dos municípios por 1000 habitantes face à média nacional, da região Norte e da sub-região do Alto Minho, 2011-2022 (€)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 13/02/2024)

Analisando os dados acima exposto, verifica-se que em todos os concelhos, com exceção de Viana do Castelo, o montante total de despesas com ambiente por 1 000 habitantes aumentou. Esta realidade também se fez sentir ao nível da média do território nacional (2011: 57 298€/1 000 habitantes; 2022: 73 987€/1 000 habitantes), da região o Norte (2011: 40 693€/1 000 habitantes; 2022: 53 213€/1 000 habitantes) e sub-região do Alto Minho (2011: 34 202€/1 000 habitantes; 2022: 53 213€/1 000 habitantes). No caso concreto do concelho de Caminha, em 2011, a despesa era de 97 558€/1 000 habitantes, passando, em 2022, a situar-se nos 117 365€/1 000 habitantes.

Nos anos de 2011 e de 2021, o Município de Caminha era, no âmbito da sub-região do Alto Minho, aquele que afeta o maior montante de capital em despesas com ambiente por 1 000 habitantes, com valores acima dos registados, em termos médios, no território nacional, na região Norte e na Sub-região do Alto Minho.

Tabela 58 | Despesas em ambiente por 1 000 habitantes do Município de Caminha por domínio de gestão e proteção ambiental, 2011-2022

Domínios de gestão e proteção do ambiente	2011	2022
Total	97 558€	117 365€
Proteção da qualidade do ar e clima	0€	588€
Gestão de resíduos	97 558€	105 730€
Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais	0€	0€
Proteção contra o ruído e vibrações	0€	0€
Proteção da biodiversidade e paisagem	0€	11 048€
Investigação e desenvolvimento	0€	0€
Outras atividades de proteção do ambiente	0€	0€

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 13/02/2024)

Analisando as despesas do Município de Caminha por domínio de gestão e proteção do ambiente, verifica-se que, em 2022, o maior investimento ocorreu no âmbito da gestão de resíduos (105 730€: 90,09%), sendo o restante montante afeto à proteção da biodiversidade e paisagem (11 048€: 9,41%).

Desta feita, constatou-se que, entre 2011 e 2022, ocorreu um aumento das despesas em ambiente por 1 000 habitantes na ordem dos 19 807€ e, simultaneamente, teve lugar a introdução de um novo domínio de investimento (proteção da biodiversidade e paisagem).

3.2.1. Água e Saneamento

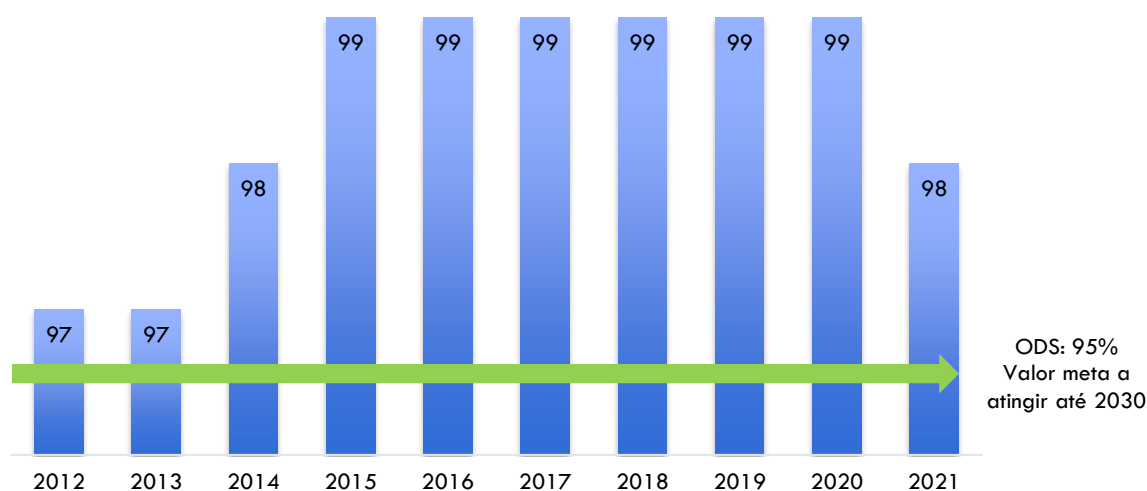
Como previsto no ODS 6, garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos, o desenvolvimento social sustentável do concelho exige que todos os residentes tenham acesso equitativo e seguro a água potável e façam desta um uso eficiente, e que as habitações estejam servidas de uma rede de saneamento básico eficaz.

Neste sentido vai também o quadro legislativo nacional, o qual tem como objetivo assegurar «(...) acesso universal à água potável e ao saneamento em condições de qualidade e resiliência, como garante da salubridade e saúde pública, a par da sustentabilidade económica e equidade social da prestação destes serviços de interesse público»⁶⁰.

Importa aqui avaliar, partido de alguns indicadores, qual o posicionamento do concelho de Caminha em relação à dimensão do ODS sobredita.

⁶⁰ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2023, Estatísticas do Ambiente – 2022, Lisboa, INE (<https://ine.pt> – Acedido a 10/01/2024)

Gráfico 127 | Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água no concelho de Caminha, 2012⁶¹-2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/01/2024)

Como se pode constatar pelos dados apresentados, em 2021, **98% dos alojamentos familiares clássicos do concelho de Caminha estavam servidos por sistemas públicos de abastecimento de água**, o que representou um aumento de 1 p.p. face ao que acontecia em 2012 (97%) e, simultaneamente, uma quebra de 1 p.p. em relação a 2020 (99%). Comparando estes valores com os da região, verifica-se que, **em 2021, a proporção de alojamentos familiares clássicos servidos de abastecimento de água no concelho de Caminha é superior à média da região Norte (95%) e da sub-região do Alto Minho (97%)**.

A meta nacional definida tinha como horizonte temporal o ano de 2021 e estabelecia como proporção de alojamentos familiares clássicos servidos por abastecimento de água os 95%. Com efeito, é possível concluir que no concelho de Caminha este objetivo encontra-se largamente atingido antes do prazo previsto.

Por seu turno, no âmbito dos ODS, foi definido como valor-meta ⁶², o que permite concluir que, no concelho de Caminha, a proporção de alojamentos familiares clássicos servidos por abastecimento de água, ultrapassa, em 2021, 3 p.p. esse valor.

⁶¹ Este gráfico não contempla os dados relativos ao ano de 2011 por indisponibilidade de dados.

⁶² «Valor-meta adaptado das metas estipuladas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)» (Fonte: https://odslocal.pt/caminha?indicator_id=249&sdg=6 – Acedido a 10/01/2024).

Tabela 60 | Água captada total e por origem do caudal do concelho de Caminha, 2011-2021
(m³)

Anos	Total	Origem do caudal		
		Águas subterrâneas ⁶³	Águas de superfície ⁶⁴	Ignorada/não especificada
2011	1986537	267910 (13,49%)	1718627 (86,51%)	0
2020	1 383 427	130 410 (9,43%)	1 253 017 (90,57%)	0
2021	2 112 161	111 611 (5,28%)	2 000 550 (94,72%)	0

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/01/2024)

Para o período em análise, a origem de captação da água, no concelho de Caminha, para abastecimento público combinava as águas de superfície e as águas subterrâneas em proporções variáveis.

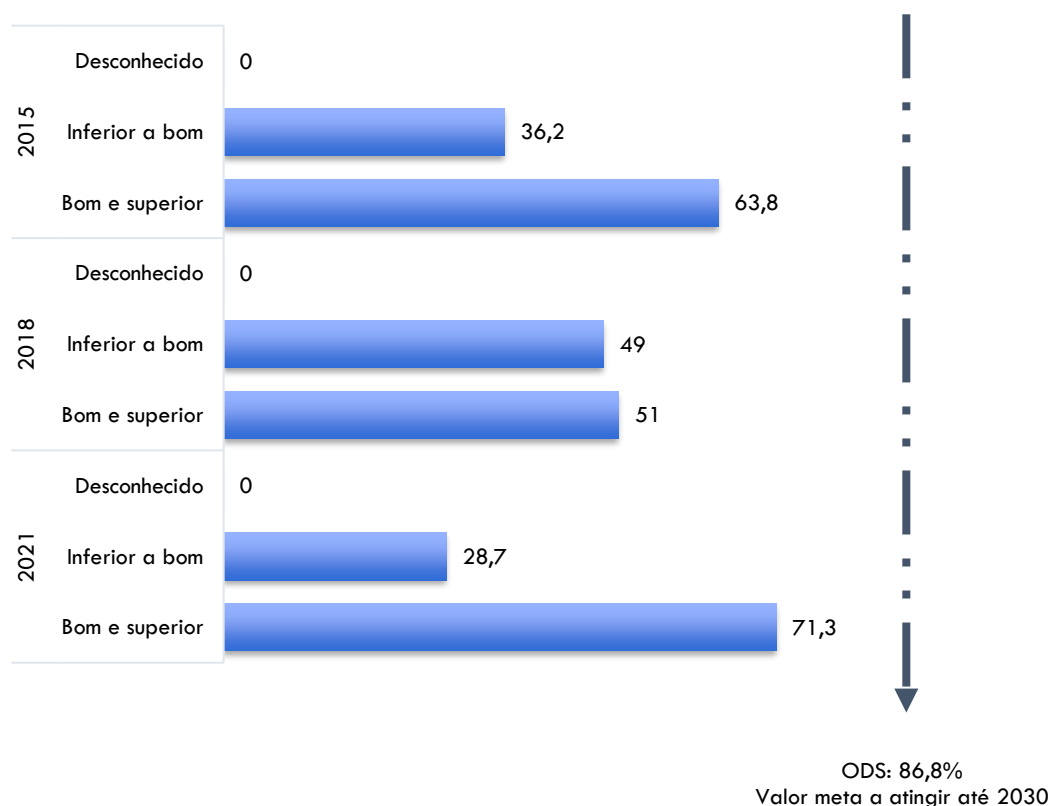
De acordo com os dados que constam da tabela, a água distribuída no território é maioritariamente de origem superficial. No ano de 2021, dos 2 112 161 m³ de água captada, 94,72% (2 000 550 m³) desta correspondia a água de superfície, por oposição aos 5,28% (111 611 m³) de água subterrânea (minas e furos). Pela informação recolhida, esta última destina-se ao abastecimento das freguesias mais interiores do concelho (Argela, Dem, Orbacém, Riba de Âncora e Azevedo).

Entre 2011 e 2021, verifica-se um aumento do volume de água captada (+ 125 624 m³), 1986537 m³ e 2 112162 m³, respetivamente.

⁶³ Águas subterrâneas são «(...)as águas que se encontram abaixo da superfície do solo, na zona saturada, e em contacto direto com o solo ou com o subsolo» (alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto na sua redação atual).

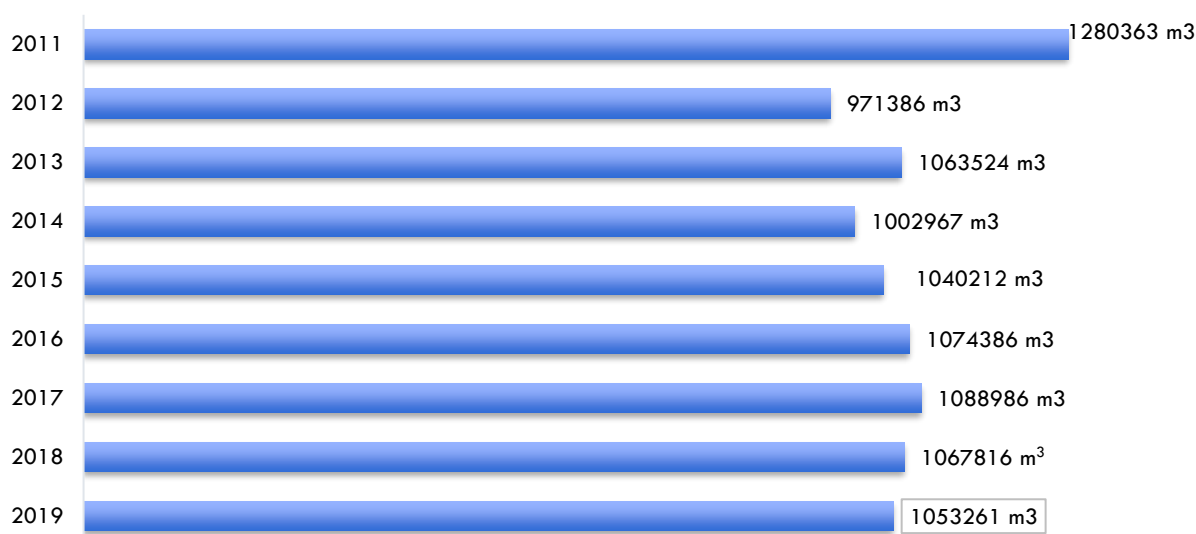
⁶⁴ Águas superficiais são «(...) as águas interiores, com exceção das águas subterrâneas, as águas de transição e as águas costeiras, incluindo, no que se refere ao estado químico, as águas territoriais, conforme definido no Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, na sua redação atual;» (alínea c) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto na sua redação atual).

Gráfico 128 | Proporção da superfície das massas de água superficiais no concelho de Caminha por classificação do estado global, 2015-2021 (%)



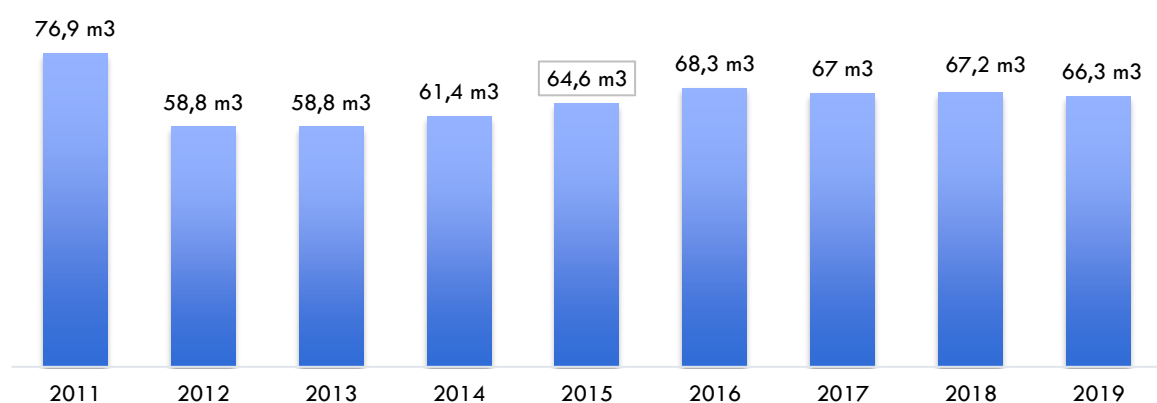
Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/01/2024)

A observação do gráfico demonstra que **a classificação do estado global da superfície das águas superficiais melhorou, entre 2015 e 2021, que permite dispor, neste último ano, de 71,3% dessa superfície classificada como tendo um estado “Bom e Superior” (+ 7,5 p.p.), em detrimento do “Inferior a Bom” (passou de 36,2% para 28,7%).** Pese embora esta evolução, o concelho de Caminha encontra-se, em termos deste indicador aquém do valor meta definido no âmbito do ODS 6, o qual se situa nos 86,8% até 2030.

Gráfico 129 | Volume de água distribuído pela rede pública no concelho de Caminha, 2011-2019⁶⁵


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 22/11/2022)

No ano de 2019, foram distribuídos 1 053 261 m³ de água canalizada, o que representa um declínio face ao ano de 2011, já que a água distribuída atingiu os 1 280 363 m³. O maior volume absoluto de água distribuída ocorreu em 2011 e o menor teve lugar em 2012 (971 386 m³).

Gráfico 130 | Volume de água distribuído pela rede pública no concelho de Caminha por habitante, 2011-2019⁶⁶


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedida a 22/11/2022)

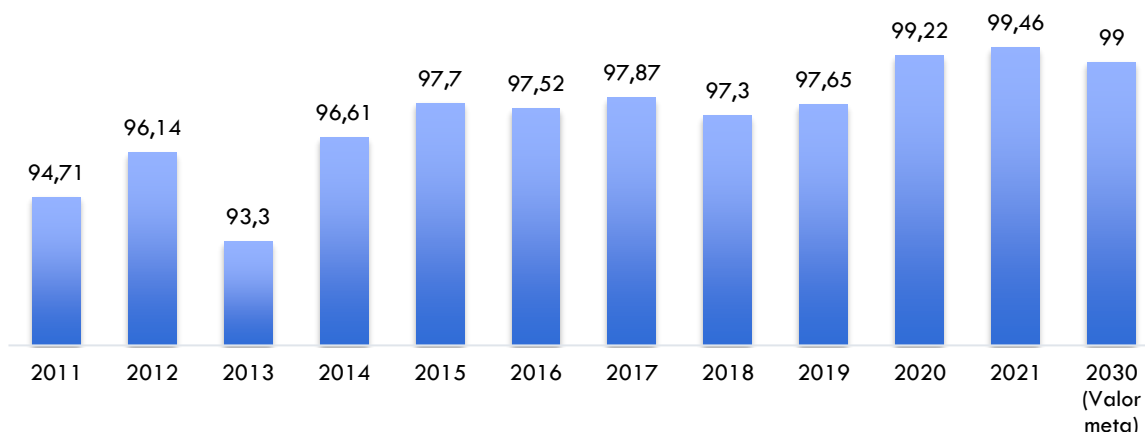
⁶⁵ A indisponibilidade de dados para os anos a partir de 2019 faz com que esse seja o período temporal limite na análise.

⁶⁶ A indisponibilidade de dados para os anos a partir de 2019 faz com que esse seja o período temporal limite na análise.

Analisando o volume de água distribuída, no período de 2011 a 2019, por habitante, no concelho de Caminha, permite concluir que este foi evoluindo de forma descontínua. É de realçar que, em 2019, foram distribuídos através da rede pública 66,3 m³ de água por habitante, o que corresponde a um menor volume face a 2011 (76,9 m³/habitante). Os anos de 2012 e de 2013 assumem-se como aqueles em que foi distribuído por habitante o menor volume absoluto de água distribuída. No extremo inverso situou-se o ano de 2011.

Como indicador preditivo do acesso à água segura é analisada a evolução da percentagem de água controlada e de boa qualidade para consumo humano. Cabe às entidades gestoras dos sistemas de «(...) abastecimento público em baixa (...) disponibilizar, por rede fixa ou outros meios, água própria para consumo humano, devidamente controlada e em qualidade e em quantidade que satisfaça as necessidades básicas da população»⁶⁷.

Gráfico 131 | Percentagem de água controlada e de boa qualidade (água segura) para consumo humano no concelho de Caminha, 2011-2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> e <https://www.ersar.pt> (Acedido a 10/01/2024)

Garantir que a água disponibilizada para o consumo humano é segura (cumpre os valores paramétricos legalmente fixados como requisitos da qualidade da água e que foi submetidas às análises regulamentares em tipologia e número) e que todos tenham acesso à mesma, é fundamental para a saúde e a qualidade de vida da população. Observados os dados do gráfico, **no concelho de Caminha, entre 2011 e 2021, foram conseguidos ganhos no indicador “água segura”, sendo que a percentagem de água controlada e de boa qualidade para consumo humano aumentou em 4,75 p.p. (2011: 94,71; 2021: 99,46%).** Deste modo, no concelho de Caminha, o terceiro melhor colocado da

⁶⁷ Fonte: <https://www.cm-caminha.pt/pages/974>

sub-região do Alto Minho, os valores médios deste indicador para o território nacional (98,97%), para a região Norte (98,98%) e para a sub-região do Alto Minho (98,56%).

De realçar o facto de o concelho de Caminha ter já ultrapassado o valor meta do ODS 6 (2030: 99%), o que reflete o nível de excelência na qualidade da água para consumo humano.

Tabela 61 | Qualidade/% de análises das águas para consumo humano no concelho de Caminha por parâmetro de qualidade, 2011-2021

Ano	CR1 % de análises realizadas em relação ao regulamentar	CR1 % de análises em cumprimento VP	CR2 % de análises realizadas em relação ao regulamentar	CR2 % de análises em cumprimento VP	CI % de análises realizadas em relação ao regulamentar	CI % de análises em cumprimento VP	Total % de análises realizadas em relação ao regulamentar	Total % de análises em cumprimento VP
2022	100,00	100,00	100,00	99,56	100	100	100	99,82
2021	100,00	99,45	100,00	99,16	100,00	99,85	100,00	99,46
2020	100,00	99,87	100,00	97,98	100,00	100,00	100,00	99,22
2019	100,00	99,53	100,00	92,51	100,00	99,78	100,00	97,65
2012	100,00	98,94	100,00	93,17	100,00	99,55	100,00	96,14
2011	*	*	*	*	*	*	100,00	94,71

Legenda: CR1 - Controlo de Rotina 1; CR2 - Controlo de Rotina 2; VP - Valor Paramétrico; * - Sem Informação

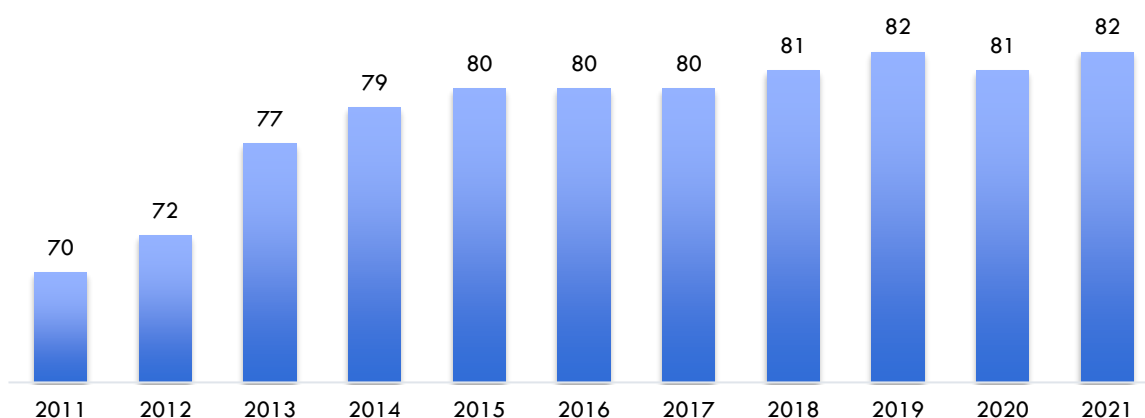
Fonte: <https://www.ersar.pt> (Acedido a 10/01/2024)

A presença de contaminantes na água disponibilizada para consumo público comporta riscos para a saúde pública e a qualidade de vida das populações. Assim, para garantir que a qualidade da água de consumo humano, no concelho de Caminha, o cumprimento do legalmente estabelecido, são, de forma regular e periódica, tal como demonstram os dados apresentados na tabela acima, realizadas múltiplas análises para avaliar o cumprimento dos diversos parâmetros físico-químicos e microbiológicos.

De acordo com a informação apresentada, observa-se que **a qualidade da água que serve os domicílios dos agregados familiares no concelho de Caminha tem evoluído positivamente, sendo que, em 2022, a percentagem de análises realizadas nos diferentes indicadores ou situam-se nos 100% ou estão muito próximas disso.** Com efeito, a qualidade da água é o resultado do cumprimento da frequência regulamentar de amostragem muito próximo dos 100 % e de 99 %, cumprindo os valores paramétricos (VP) fixados na legislação em vigor. De notar que, entre 2011 e 2022, no total, a percentagem de análises em cumprimento do VP deixou de estar em valores críticos (94,71%) e passaram para os valores elevada qualidade (99,82%). A percentagem de análises realizadas em relação ao regulamentar mantém-se nos 100%, o que significa que não existia qualquer análise em falta em relação ao número regulamentar fixado na legislação para qualquer dos parâmetros analisados.

Considerado que após utilização por parte das famílias e das empresas, a água anteriormente distribuída vê alteradas as suas características físico-químicas e biológicas, passando a ser as denominadas águas residuais. Pelas suas características estas não são adequadas para a reutilização direta, o que torna essencial que as mesmas sejam drenadas «(...) para fora dos aglomerados populacionais e o seu tratamento antes de retorno ao meio ambiente, a fim de evitar riscos para a saúde pública, perturbação poluidora para as populações e prejuízos para o equilíbrio ecológico dos meios receptores»⁶⁸.

Gráfico 132 | Proporção de alojamentos servidos por sistema de drenagem de águas residuais no concelho de Caminha, 2011-2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/01/2024)

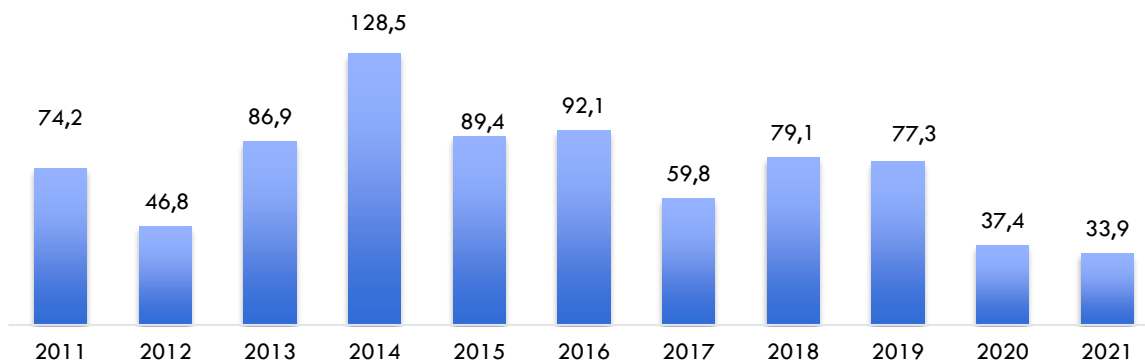
Assim, convém dar nota que, **em 2021, 82% dos alojamentos familiares clássicos do concelho de Caminha estão cobertos por serviços de drenagem de águas residuais**. Estes dados permitem apurar que, para o período em análise, **foram efetuadas grandes conquistas a este nível, das quais resultou um incremento de 12 p.p. a cobertura dos alojamentos (2011: 70%; 2021: 82%)**. Os valores atingidos no território concelhio, em 2021, estão ao nível da média da região Norte (82%) e acima da média da sub-região do Alto Minho (65%). O concelho de Caminha ocupa a terceira posição dos municípios do Alto Minho no que concerne a este indicador, ultrapassado por Paredes de Coura (92%) e Ponte da Barca (86%).

De referir que **o concelho de Caminha, no que toca a esta matéria, ficou aquém da meta nacional definida para 2021 (90% de alojamentos servidos)**. No âmbito do ODS 6, o valor meta estabelecido

⁶⁸ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2023, Estatísticas do Ambiente – 2022, Lisboa, INE (<https://www.ine.pt> – Acedido a 10/01/2024)

para 2030 situa-se nos 90%. Isto permite concluir que existe ainda trabalho a fazer para garantir o alargamento do acesso ao sistema de drenagem de águas residuais a 90% dos alojamentos e, consequentemente, assegurar as vantagens ambientais e sociais daí decorrentes.

Gráfico 133 | Águas residuais drenadas por habitante no concelho de Caminha, 2011-2021 (m³)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 10/01/2024)

No que respeita ao volume de água residual drenada por habitante, nota-se que, no período intercensitário, ocorreram oscilações significativas. O ano em que esse volume foi mais elevado foi 2014 (128,5 m³). Por oposição, foi no ano de 2021 que o volume de água residual drenada por habitante atingiu os valores mais baixos (33,9m³).

As preocupações com a preservação, a proteção e a melhoria da qualidade do ambiente e da saúde da população exige também que haja investimento na gestão das águas balneares. De clarificar que a **avaliação da qualidade das águas balneares** é efetuada de acordo com os critérios da Diretiva 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de fevereiro, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna através do Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio)⁶⁹.

O concelho de Caminha conta com 6 águas balneares, das quais 5 são águas balneares costeiras e de transição (Foz do Minho, Forte do Cão /Gelfa, Moledo, Pedras Ruivas e Vila Praia de Âncora) e 1 enquadra-se nas águas balneares interiores (Azenhas – Vilar de Mouros), todas elas com praias de banhos.

⁶⁹ Fonte: <https://apambiente.pt/agua/aguas-balneares>

Tabela 62 | Proporção de águas balneares costeiras e de transição do concelho de Caminha, por classe de qualidade, 2011-2022 (%)

Anos	Total	Classe de Qualidade				
		Excelente	Boa	Aceitável	Má	Interdita
2011	100	75	25	0	0	//
2012	100	75	0	25	0	0
2013	100	75	0	0	0	0
2014	100	100	0	0	0	0
2015	100	100	0	0	0	0
2016	100	100	0	0	0	0
2017	100	100	0	0	0	0
2018	100	100	0	0	0	//
2019	100	100	0	0	0	//
2020	100	100	0	0	0	//
2021	100	80	0	0	0	//
2022	100	80	0	0	0	//

Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedida a 22/11/2022)

No período de 2011 a 2022, as águas balneares costeiras e de transição/estuarianas do concelho de Caminha, em resultado da monitorização efetuada, de acordo com o calendário de amostragem definido e tendo por base os critérios legalmente estabelecidos, obtiveram a classificação “Excelente”. Não consta a existência de nenhuma água deste tipo considerada interdita. Mais se acrescenta que nos anos de 2013, 2021 e 2022, o total de águas balneares deste tipo não corresponde à soma das partes por existirem águas não classificadas, dado ainda não reunirem todas as condições para serem avaliadas de acordo com a nova classificação.

Tabela 63 | Proporção de águas balneares interiores do concelho de Caminha por classe de qualidade, 2011-2022 (%)

Anos	Total	Classe de Qualidade				
		Excelente	Boa	Aceitável	Má	Interdita
2011	//	//	//	//	//	//
2012	//	//	//	//	//	//
2013	//	//	//	//	//	//
2014	//	//	//	//	//	//
2015	//	//	//	//	//	//
2016	100	0	0	0	0	//
2017	100	100	0	0	0	//
2018	100	100	0	0	0	//
2019	100	100	0	0	0	//
2020	100	100	0	0	0	//
2021	100	100	0	0	0	//
2022	100	100	0	0	0	//

Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedida a 22/11/2022)

Para o período em que existe informação disponível, constata-se que as águas balneares interiores do concelho de Caminha, obrigatoriamente sujeitas a controlo da qualidade da água para a prática balnear, foram classificadas como sendo detentoras de água excelente.

Para o período em que existe informação disponível, constata-se que as águas balneares interiores do concelho de Caminha, obrigatoriamente sujeitas a controlo da qualidade da água para a prática balnear, foram classificadas como sendo detentoras de água excelente.

Em resultado dos bons resultados demonstrados pelas águas balneares, o concelho de Caminha, desde 2010, contou com a atribuição do “**Galardão Praias de Qualidade de Ouro**”. Trata-se de um galardão que visa realçar as praias que, ao longo de cinco anos, apresentam uma água balnear de qualidade excelente (tendo em conta a classificação da legislação em vigor), e que, nesse sentido, oferecem assim uma maior fiabilidade no que respeita à qualidade da água. A avaliação e atribuição deste galardão é efetuada pela Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS) desde 2010, tendo como base a informação pública oficial, disponibilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Em 2023, as praias galardoadas foram a Praia da Foz do Minho, a Praia do Forte do Cão e a Praia Fluvial das Azenhas – Vilar de Mouros.

Diretamente relacionada com esta temática surge a questão das **Praias com Bandeira Azul**. Atendendo a que um dos alicerces para a promoção de práticas responsáveis em matéria de promoção do desenvolvimento sustentável é a educação, foi com base nesta premissa que foi criado e tem vindo a ser promovido o Programa Bandeira Azul, pela Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação (ABAAE), secção portuguesa da Fundação para a Educação Ambiental⁷⁰, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de práticas de educação para a sustentabilidade da biodiversidade marinha, da orla costeira e lacustre e incentivar à adoção de comportamentos sustentáveis que respeitem a Natureza.

A atribuição da Bandeira Azul, facto que acontece com uma periodicidade anual, simboliza o reconhecimento da qualidade ambiental das praias costeiras, fluviais e lacustres. Este galardão é atribuído às praias que, de entre as que se candidatam, cumprem um conjunto de critérios relacionados com Informação e Educação Ambiental, Qualidade da Água Balnear, Gestão Ambiental, Segurança e Serviços, Responsabilidade Social e Envolvimento Comunitário⁷¹.

De salientar que, tal como se fez constar anteriormente, o concelho de Caminha dispõe de 6 praias. A saber: a Praia Fluvial das Azenhas, em Vilar de Mouros (praia de interior); a Praia Fluvial de Pedras Ruivas, em Seixas (praia de transição), a Praia da Foz do Minho, em Vilarelho e Cristelo (praia de transição), a Praia de Moledo, em Moledo (praia costeira), a Praia de Vila Praia de Âncora, em Vila

⁷⁰ Fonte: <https://bandeiraazul.abaae.pt/sobre/> (Acedido a 28/12/2023).

⁷¹ Fonte: <https://bandeiraazul.abaae.pt/sobre/> (Acedido a 28/12/2023).

Praia de Âncora (praia costeira) e Praia do Forte do Cão, em Âncora (praia costeira). Estas praias de banhos, em 2023, eram todas vigiadas.

Destas, fruto do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido neste domínio, 5 praias hasteavam, em 2023, a Bandeira Azul, sendo elas: a Praia da Foz do Minho, a Praia de Moledo, a Praia de Vila Praia de Âncora, a Praia do Forte do Cão e a Praia Fluvial das Azenhas. Mais se refere que se trata de um trabalho continuado no tempo, tal como se pode constatar pelo facto de algumas destas praias serem detentoras do galardão há vários anos. A praia da Foz do Minho é galardoada há pelo menos 21 anos. A praia de Moledo é galardoada há 35 anos, com exceção do ano de 2001. A praia de Vila Praia de Âncora é galardoada há 9 anos consecutivos, tendo sido galardoada 19 vezes desde 1994. A praia do Forte do Cão é galardoada há 12 anos consecutivos. A Praia Fluvial das Azenhas em Vilar de Mouros é galardoada há 5 anos consecutivos, desde 2018.

Além destas praias o concelho tem também designada a Praia de Pedras Ruivas em Seixas, que se encontra a ser preparada para se candidatar ao galardão.

A Câmara Municipal elabora um plano de atividades de educação ambiental do âmbito do Programa Bandeira Azul, que inclui a realização de pelo menos 6 atividades, com parceria de diversas entidades.

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, associação de âmbito nacional, nascida em 2015, com o propósito de defender os valores da sustentabilidade e do equilíbrio entre ambiente, sociedade e economia e de lutar pela poluição zero, desenvolveu a iniciativa “Praia ZERO Poluição”. No âmbito da mesma atribui o galardão “Praia ZERO Poluição” às praias que, ao longo das últimas 3 épocas balneares, não foi detetada qualquer contaminação microbiológica nas análises efetuadas às águas balneares. De salientar que o concelho de Caminha, viu ser atribuído esse galardão, em 2023, à Praia do Forte do Cão.

O concelho de Caminha, não só dispõe de águas balneares de elevada qualidade e de a grande maioria das praias serem detentoras da Bandeira Azul, conta também com três praias que têm hasteado o galardão **‘Praia Acessível’**. São elas a Praia da Foz do Minho, a Praia de Moledo e a Praia de Vila Praia de Âncora.

De salientar que o projeto “Praia Acessível, Praia para Todos” teve início em 2004, na sequência do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência e visa harmonizar diversas iniciativas locais já empreendidas para tornar as praias portuguesas acessíveis às pessoas com mobilidade condicionada, estendendo-as ao maior número de zonas balneares possíveis (tanto costeiras como interiores).

Para além de se dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, onde já são especificadas as normas técnicas para o estacionamento, instalações sanitárias e rampas de acesso às praias, pretende-se também criar condições de mobilidade no areal e na água através da existência de veículos próprios.

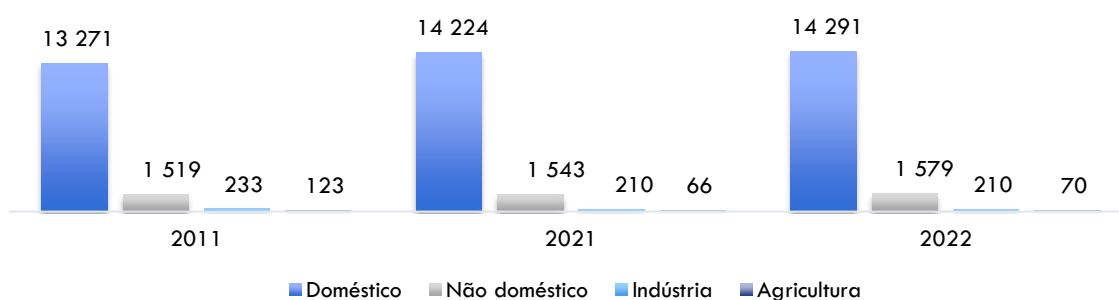
Ademais de todas as normas que estas praias têm de cumprir, oferecem ainda apoios anfíbios para o banho (tiracolo ou cadeira anfíbia).

3.2.2. Energia

Atualmente, os diferentes agentes sociais (governantes, tecido empresarial, famílias, ...) são desafiados a mobilizar/concentrar esforços para combater as alterações climáticas, pelo que as políticas energéticas nacionais e da União Europeia estão alinhadas na promoção da transição energética e na descarbonização da atividade económica.

Posto isso, no presente subcapítulo é efetuada a caracterização da situação atual no concelho de Caminha em matéria dos consumos energéticos, a partir da análise dos indicadores disponíveis.

Gráfico 134 | Evolução do número de consumidores de energia elétrica no concelho de Caminha por tipo de consumo, 2011-2020

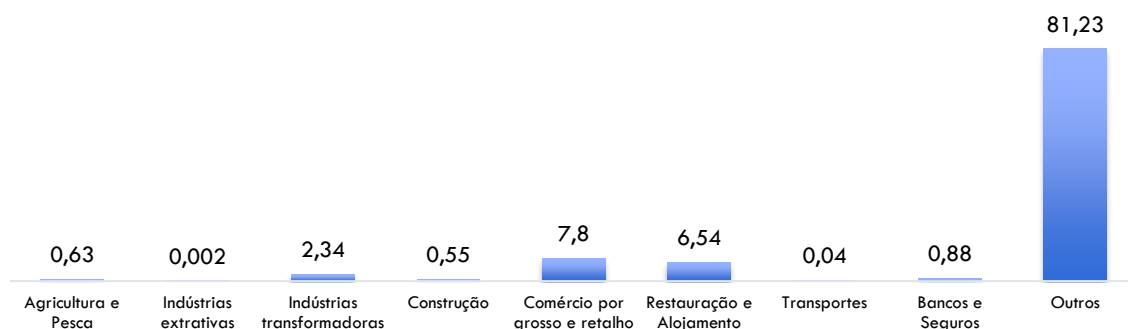


Fonte: <https://www.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela> (Acedido a 15/02/2024)

No concelho de Caminha, em 2022, existia um total de 16 150 consumidores de energia elétrica, o que representa um aumento de 1 004 consumidores face a 2011 (15 146). Observando a distribuição do número de consumidores por tipo de consumo, verifica-se que a maioria é constituída por consumo doméstico (2011: 13 271; 2021: 14 224; 2022: 14 291). Em segundo lugar, mas largamente afastados, surgem os consumidores de energia elétrica de carácter não doméstico, com 1 579 consumidores, mais

60 do que em 2011. Os consumidores de energia elétrica para uso industrial eram de 210 (igual ao número de 2021 e – 23 do que em 2011). O consumo agrícola contava com 70 consumidores (+4 do que em 2021, mas -53 do que em 2011).

Gráfico 135 | Proporção do consumo de energia elétrica no concelho de Caminha por setor de atividade económica, 2022 (%)



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 16/02/2024)

Do total de energia elétrica consumida no concelho de Caminha, em 2022, a corresponde a 50 039 890 kWh (-3 102 329 kWh que em 2011), 81,23% foi destinada ao setor de atividade “Outros” (40 647 724 kWh). Os 3 outros setores de atividade económica que apresentaram maior consumo de energia elétrica foram “Comércio por grosso e retalho” (3 901 175 kWh: 7,8%), “Restauração e alojamento” (3 271 967 kWh: 6,54%) e “Indústrias transformadoras (1168753 kWh: 2,34%). As “Indústrias extrativas” (1 186 kWh: 0,002%) e os “Transportes” (18808 kWh: 0,04%) eram os setores cujo consumo de energia elétrica assume menor peso no total do consumo registado.

Tabela 64 | Consumo de gás natural (em milhares de Nm³) (valores provisórios a partir de 2018)

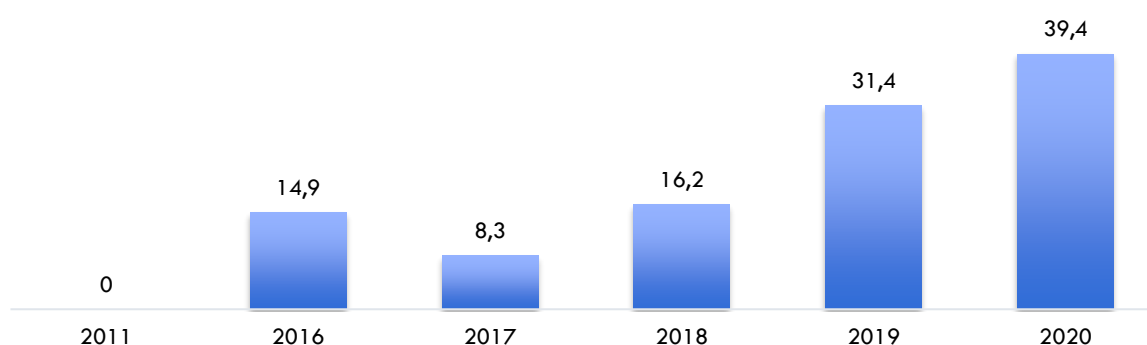
	Consumos por milhares de Nm ³					
	2011	2016	2017	2018	2019	2020
Alto Minho	136 359	155 274	154 970	149 382	152 812	140 104
Arcos de Valdevez	2 329	3 382	3 565	3 698	3 188	3 083
Caminha	0	239	132	257	498	625
Melgaço	0	0	0	0	0	0
Monção	0	0	0	0	0	0
Paredes de Coura	0	0	0	0	0	0
Ponte da Barca	471	560	553	588	516	527
Ponte de Lima	420	2 669	3 251	675	679	749
Valença	18	310	463	827	874	747
Viana do Castelo	132 040	146 299	145 142	141 568	144 880	132 547
Vila Nova de Cerveira	1 082	1 815	1 864	1 770	2 177	1 826

Fonte/Entidade: DGE/MAAC; <https://www.pordata.pt> (Acedido a 22/11/2022)

Por ser mais económico, menos poluente, mais eficiente e seguro que os restantes tipos de energia fóssil, o gás natural passou a ser uma aposta por parte dos municípios.

É possível verificar, através da tabela, o aumento do consumo de gás natural no concelho de Caminha. Em 2011, não existia qualquer consumo desta energia fóssil, o que se alterou consoante os anos, pois o consumo deste gás aumentou de ano em ano, exceto no ano de 2017, que diminuiu.

Gráfico 136 | Consumo de gás natural por habitante (em Nm³) (valores provisórios a partir de 2018)



Fonte/Entidade: INE - Estimativas Anuais da População Residente; DGEG/MAAC; <https://www.pordata.pt> (Acedido a 22/11/2022)

O município de Caminha foi das últimas localidades da sub-região do Alto Minho a optar por este tipo de energia fóssil, consumindo, em 2020, 625 milhares de Nm³.

O consumo de gás, em 2020, rondava os 39,4 Nm³ por habitante. Este valor aumentou constantemente a partir de 2018, mantendo, por sua vez, a tendência a aumentar.

3.2.3. Resíduos

Num período em que são múltiplas as políticas e as iniciativas nacionais e internacionais que, por forma a procurar dirimir os problemas ambientais e as suas consequências adversas para a saúde pública, a qualidade e a segurança para a vida das famílias, visam promover a redução da quantidade de resíduos produzidos e a adequada gestão e tratamento dos mesmos, é importante considerar, no presente subcapítulo, a análise da evolução dos principais indicadores nesta matéria no contexto do concelho de Caminha.

Enquanto entidade gestora dos Resíduos Urbanos (RU) “em baixa”, o Município de Caminha garante, por contrato de prestação de serviços com uma empresa privada, a recolha indiferenciada de resíduos

em todas as freguesias do concelho, o respetivo transporte e a entrega nas instalações da entidade gestora “em alta”.

Implementar uma política eficiente na gestão de resíduos tem sido uma prioridade para o Município de Caminha, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável do concelho, através da preservação do ambiente e da garantia do aumento da qualidade de vida e bem-estar da população.

O Município de Caminha, enquanto autoridade local com responsabilidade no desenvolvimento socioeconómico sustentável do seu território, procura acompanhar as tendências europeias e nacionais na área da gestão de resíduos que incentivam a transição para uma economia de baixo carbono, de eficiência na utilização de recursos e caracterizada por uma dinâmica tendencialmente circular, procurando assim dissociar o crescimento económico do consumo insustentável de recursos, da produção de resíduos e, ainda, promover uma sociedade de reciclagem.

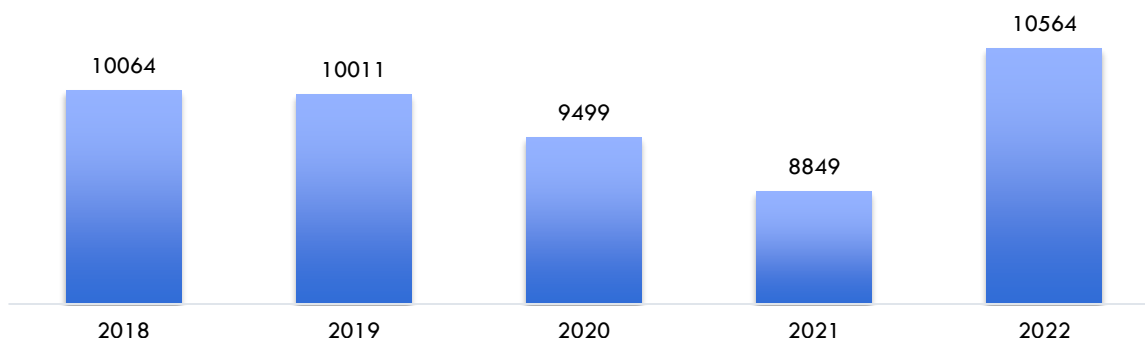
A recolha seletiva de resíduos no concelho de Caminha é, à data da elaboração do presente documento, da responsabilidade do SGRU Valorminho, concessionária do Sistema Multimunicipal de gestão de resíduos em alta, abrangendo as atividades de recolha seletiva, triagem para valorização multimaterial, recuperação energética a partir da queima de biogás produzido no aterro e eliminação por deposição em aterro sanitário.

No que se refere à **existência/disponibilidade de infraestruturas e equipamentos associados à gestão de RU**, em 2022, o território do concelho de Caminha estava dotado de: **975 infraestruturas de deposição de RU indiferenciados; 551 contentores com uma capacidade de 800 L; 424 contentores com uma capacidade de 1000 L; 159 infraestruturas de deposição seletiva de RU (fileiras vidro, papel/cartão, embalagens/metals) – ecopontos completos. Mais se refere a existência de pelo menos um contentor de recolha de óleos alimentares usados em cada freguesia.**

Com o objetivo de combater o depósito aleatório e desadequado dos denominados “monos e monstros”, ou seja, das mobílias velhas, colchões, eletrodomésticos, entre outros resíduos domésticos de grande dimensão e com características que impedem a sua recolha através dos meios normais, no concelho de Caminha é disponibilizado esse serviço específico através da contratualização com uma empresa.

No que diz respeito à gestão dos RU, importa reter que, ao longo do ano de 2022, foram recolhidas e tratadas 10 564 toneladas (t) de RSU, 396 t dos denominados “monos e monstros” e 6 t de óleos alimentares usados (OAU).

Gráfico 137 | Evolução da produção de resíduos sólidos urbanos (RSU), no concelho, de 2018-2022, em toneladas



Fonte/Entidade: Município de Caminha

Os dados apresentados no gráfico anterior permitem constatar que, no que toca à **produção de resíduos sólidos urbanos**, no concelho de Caminha, entre o ano de 2018 e 2022, **o valor aumentou em cerca de 500 toneladas**. De referir que os dados de 2022 assumem contornos mais preocupantes quando comparados com os registados em 2021 (8 849 toneladas), na medida em que representa um aumento na ordem das 1 715 toneladas. Entre 2019 e 2021, teve lugar um declínio na produção de resíduos sólidos urbanos, o que pode ser justificado, em parte, pelos efeitos da pandemia.

Gráfico 138 | Evolução da recolha total de resíduos e por tipo, no concelho de Caminha, 2011-2021, em toneladas



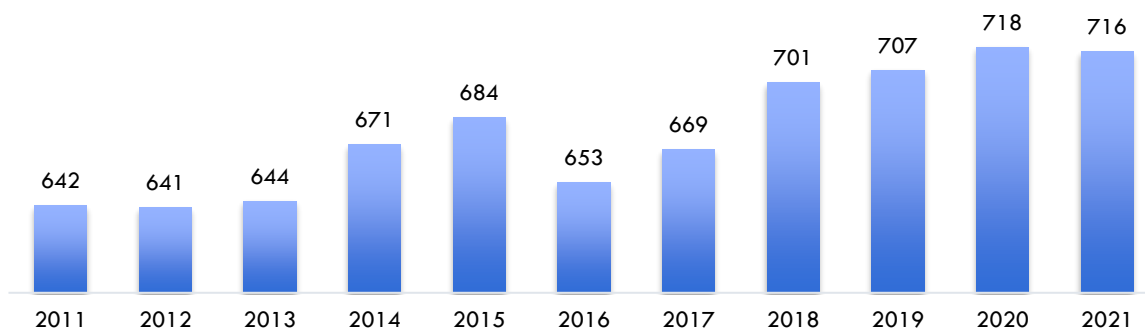
Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 18/02/2024)

Como se depreende pela análise do gráfico anterior, entre 2011 e 2021, ocorreu um **aumento dos resíduos recolhidos** (10 706t e 11 306t, respetivamente). Esse **aumento fez-se notar sobretudo ao nível da recolha seletiva de resíduos, a qual se manteve como a menos representativa**. Em 2011, esta correspondia a 6,55% do total de resíduos recolhidos, tendo passado, no ano de 2021, para

11,79%. Nesse período, **a recolha indiferenciada é a que apresenta maior peso na recolha total de resíduos recolhidos.**

Posto isso, apesar dos progressos registados, torna-se necessário **desenvolver estratégias que potenciem a recolha seletiva de resíduos, condição essencial para reduzir a emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), para potenciar a preservação dos recursos naturais e, consequentemente, para reduzir o comprometimento da sustentabilidade ambiental.**

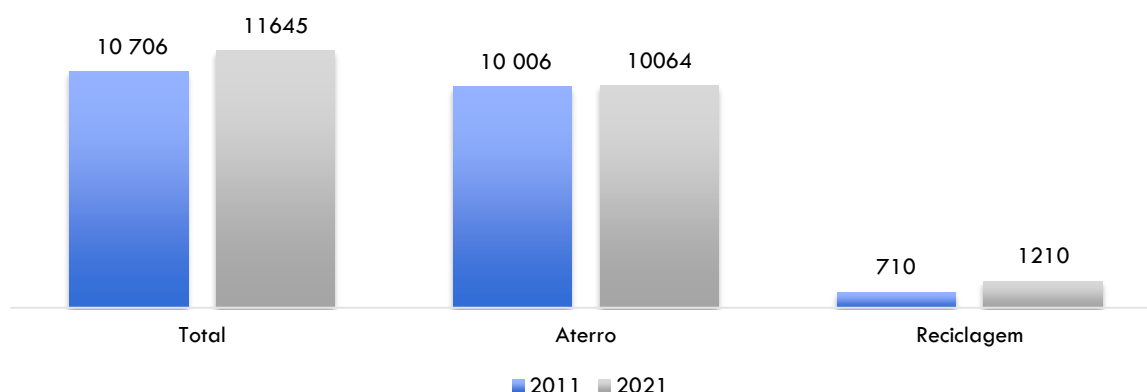
Gráfico 139 | Evolução dos resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), no concelho de Caminha, 2011-2021



Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 24/01/2024)

Em 2021 (716 kg/hab.), foram recolhidos mais 74 kg de resíduos por habitante do que em 2011 (642 kg/hab.). Este aumento dos resíduos recolhidos por habitante foi acompanhado por um crescimento do peso médio de resíduos recolhidos seletivamente por habitante (2011: 41,9 gg/hab.; 2021: 83,7 kg/hab.).

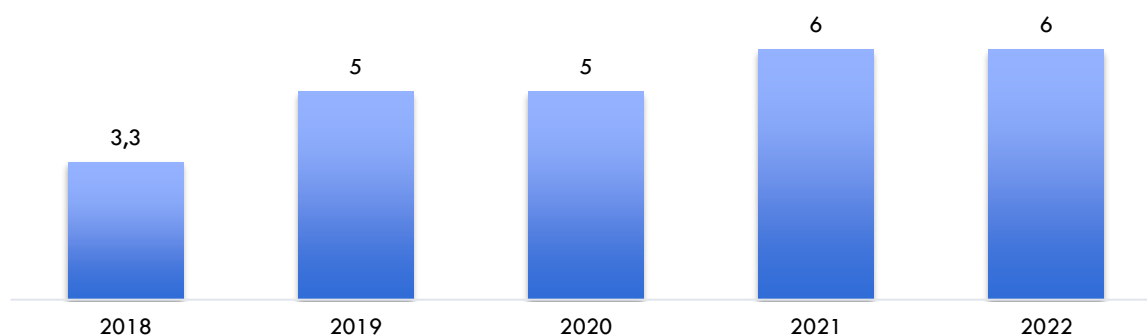
Gráfico 140 | Evolução dos resíduos urbanos, total e por tipo de operação de destino, no concelho de Caminha, 2011-2021



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 18/02/2024)

Pese embora, entre 2011 e 2021, se tenha assistido a um **aumento dos resíduos urbanos recolhidos e destinados à reciclagem**, passando das 710 t para as 1 210 t, o peso deste tipo de destino era residual por comparação com os resíduos destinados a aterro (2011: 10 006 t; 2021: 10 064 t). Não existe registo de recolha de resíduos destinados a valorização orgânica ou valorização energética.

Gráfico 141 | Evolução da recolha de Óleos Alimentares Usados (OAU), no concelho de Caminha, 2018-2022, em toneladas

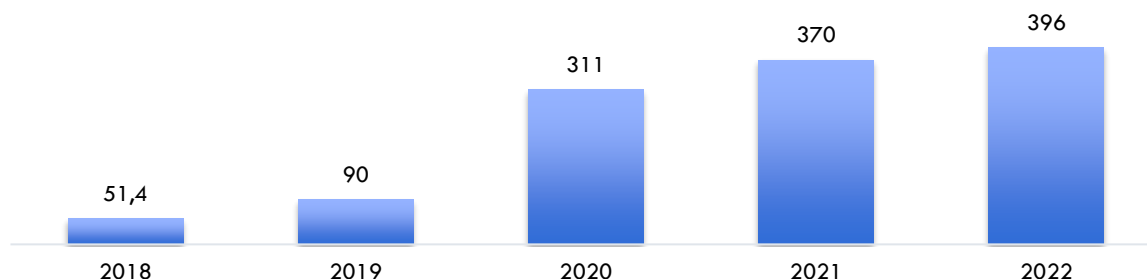


Fonte/Entidade: Município de Caminha

No que concerne à recolha seletiva de óleos alimentares usados, verifica-se que o valor registado em 2022 se mantém inalterado face ao ano anterior, situando-se nas 6 toneladas. De referir que este valor representa um crescimento significativo face ao ano de 2018, no qual foram seletivamente recolhidas

3,3 toneladas de óleos alimentares usados, evitando que ocorra uma deposição dos mesmos nas redes de esgoto.

Gráfico 142 | Evolução anual da recolha de “monos e monstros”, no concelho de Caminha, 2018-2022, em toneladas



Fonte/Entidade: Município de Caminha

No concelho de Caminha, ao longo dos últimos 5 anos, tem-se assistido a um aumento das quantidades recolhidas dos designados “monos e monstros” (2018: 51,4; 2022: 396), o que poderá ser explicado pelo investimento feito ao nível do reforço da recolha de monos e monstros através do aumento de circuitos de recolha, assim como nas campanhas de sensibilização ambiental desenvolvidas junto da população.

Melhorar o desempenho concelhio ao nível da prevenção, da gestão e do tratamento dos resíduos exige a promoção de ações de educação e sensibilização de todos os agentes para a prevenção de resíduos (adoção de escolhas inteligentes) e na gestão e tratamento dos resíduos (por exemplo, recolha seletiva dos resíduos).

3.2.4. Florestas

Na senda do explicado nos subcapítulos anteriores, é importante salientar que o desenvolvimento sustentável do território exige investimento em estratégias eficientes de preservação ambiental, de adaptação e de mitigação do aquecimento global. Assim sendo, a proteção das florestas naturais, ecossistemas terrestres de elevada capacidade de sequestro/armazenamento de carbono, e o aumento da área florestal assumem-se como uma ação prioritária para a estabilização/redução do aquecimento global e para potenciar o desenvolvimento sustentável do território.

O aumento da temperatura terrestre e a alteração dos padrões climáticos (aumento da temperatura média, subida intensa da temperatura mínima, redução da amplitude térmica, diminuição da precipitação média anual, aumento da frequência das secas e das ondas de calor,...) das últimas décadas têm afetado e continuarão a ter impactos significativos nos espaços florestais (redução da capacidade de proporcionar bens e serviços de forma sustentável, aumento da proliferação de agentes biológicos nocivos, etc.), concorrendo para o declínio do desempenho das funções dos espaços florestais⁷².

As alterações climáticas sobreditas conduziram ao alargamento da época de maior risco de ocorrência de incêndios florestais, assim como ao aumento do risco dos mesmos. Os incêndios florestais traduzem-se na redução da capacidade instalada de sequestro do carbono, expõem os solos a maiores riscos de erosão, interferem negativamente na preservação da biodiversidade e nas funções económicas, sociais e ambientais destes espaços.

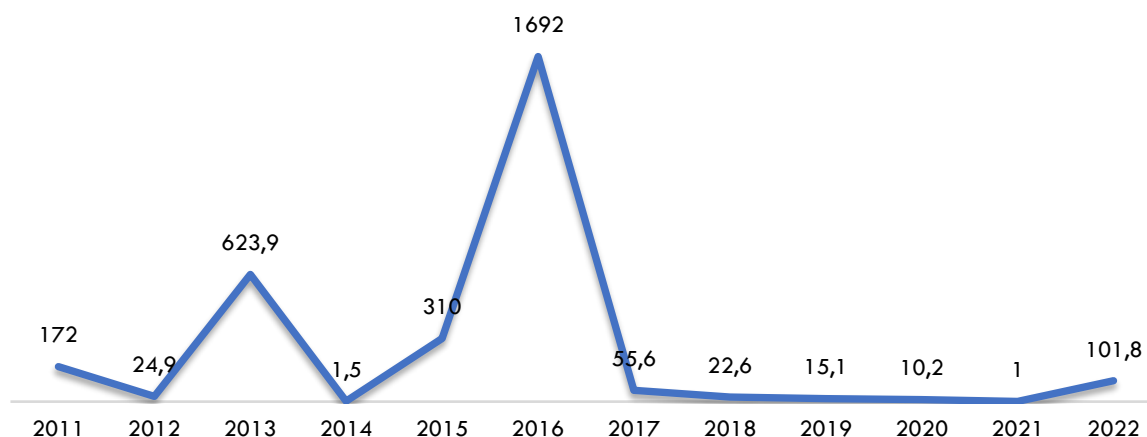
Posto isso, importa aqui dar nota do retrato do território local no que às florestas se refere. Assim, deve referir-se que o Município de Caminha, em resultado da publicação da Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, a qual estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, passou a assumir um conjunto de atribuições no âmbito do fomento e da defesa da floresta (contra incêndios, agentes abióticos, etc.).

A proporção de superfície das zonas de intervenção florestal (ZIF)⁷³ no concelho de Caminha é de 4%.

⁷² Fonte: ICNF, Adaptação das Florestas às Alterações Climáticas - Sumário Executivo (Fonte: <https://www.icnf.pt/api/file/doc/3c166ea63eb35d66>)

⁷³ « (...) área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal (PGF) e que cumpre o estabelecido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e administrada por uma única entidade, que se denomina Entidade Gestora da ZIF.» (Fonte: <https://www.icnf.pt/florestas/zif/ziffaqs> | Acedido a 17/04/2024).

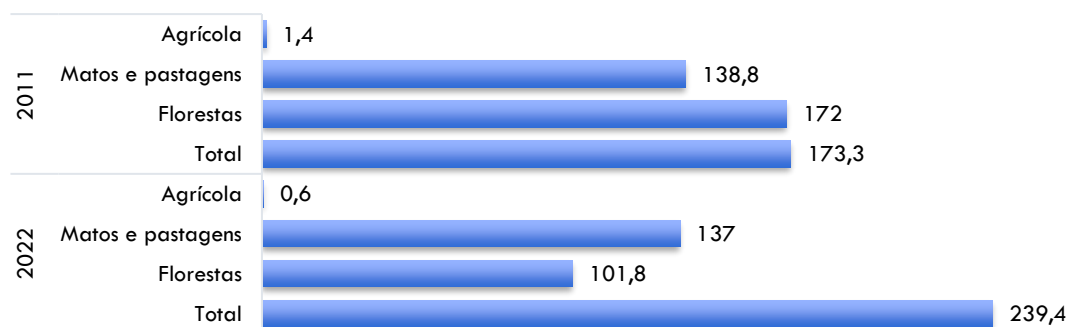
Gráfico 143 | Evolução da superfície de floresta ardida no concelho de Caminha, 2011-2022
(hectares)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/04/2024)

Como se verifica no gráfico acima, no que concerne à superfície de floresta⁷⁴ ardida, o território concelhio, ao longo do período em análise, apresenta uma evolução oscilante, sendo de referir que, desde 2016 e até 2021, a tendência vigente é de decréscimo. O ano em que a superfície de floresta ardida assumiu uma maior dimensão foi 2016, com 1 692 hectares ardidos (correspondendo a 99,96% do total de superfície ardida), ao qual se seguiu o ano de 2013 (623,9 hectares ardidos: 47,20% do total)). Em 2022, a superfície de floresta ardida aumentou substancialmente face ao ano anterior (+ 100,8 hectares), correspondendo a 42,24% do total de superfície ardida.

Gráfico 144 | Superfície ardida no concelho de Caminha, por tipo de superfície, 2011 e 2022
(hectares)

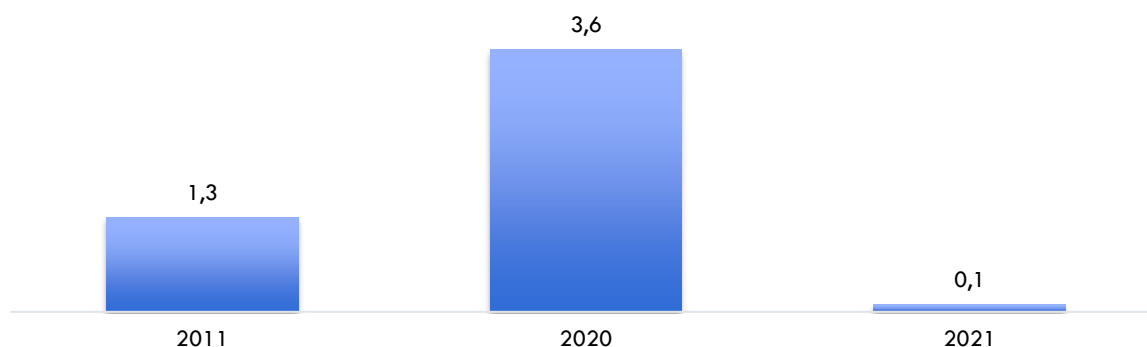


Fonte/Entidade: DGT/MAAC - ICNF/MAAC; <https://www.pordata.pt> (Acedido a 22/11/2022)

⁷⁴ «Terrenos dedicados à atividade florestal. Estão incluídos os povoamentos florestais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas a corte raso e outras áreas arborizadas.» (Fonte: <https://www.ine.pt> | Acedido a 17/04/2024)

Na última década verificou-se um total de área ardida de cerca de 1.400 mil hectares, do qual cerca de 58% ocorreu entre 2015 e 2018, facto que se deve maioritariamente ao ano de 2017. No período em análise, verificou-se o crescimento da área ardida de 2015 para 2016 em mais de 100 mil hectares.

Gráfico 145 | Proporção de superfície ardida no concelho de Caminha (%)



Fonte/Entidade: DGT/MAAC - ICNF/MAAC; <https://www.pordata.pt> (Acedido a 22/11/2022)

Estima-se que, em 2020, tenha ardido 3,6% da área do município de Caminha, este valor agravou-se comparativamente a 2011, uma vez que, apenas 1,3% da área do concelho esteve sob fogo. Em 2021, a área ardida diminuiu significativamente, situando-se nos 0,1%.

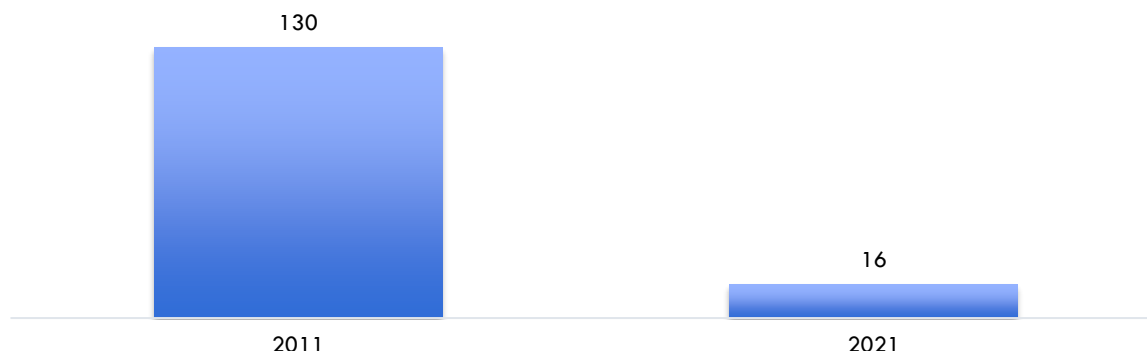
Tentando relacionar a área ardida com o número de ocorrências é possível verificar que não existe uma relação direta.

Gráfico 146 | Área ardida no concelho de Caminha, por tipo de área, 2021 (hectares)



Fonte/Entidade: ICNF/MAAC; <https://www.pordata.pt> (Acedido a 22/11/2022)

Em 2021, dos 14 hectares ardidos, 12 hectares (85,7%) correspondem a área de mato, 1 hectare a povoamentos florestais e 1 a áreas agrícolas.

Gráfico 147 | Incêndios rurais (2011-2021)


Fonte/Entidade: ICNF/MAAC; <https://www.pordata.pt> (Acedido a 22/11/2022)

O número de incêndios rurais desceu consideravelmente na última década. Em 2011, foram registados 130 incêndios na zona rural, já em 2021, ocorreram 16 incêndios rurais.

3.2.5. Programas, Iniciativas e Galardões

Programa ECO-Escolas

O programa Eco-Escolas é um programa internacional da “*Foundation for Environmental Education*”, desenvolvido em Portugal desde 1996 pela ABAE (atualmente designada ABAAE – Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação). Pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

O programa é coordenado a nível internacional, nacional, regional e de escola. Esta coordenação multinível permite a confluência para objetivos, metodologias e critérios comuns que respeitam a especificidade de cada escola relativamente aos seus alunos e características do meio envolvente.

No ano letivo 2022/2023 inscreveram-se 13 escolas, tendo sido galardoadas 12 escolas, recebendo Bandeira Verde e Certificado, como reconhecimento do trabalho desenvolvido em prol do ambiente.

O Município de Caminha é parceiro no desenvolvimento do programa nas escolas do concelho. Desta forma, colabora com as escolas, contribuindo para a implementação do programa dentro das suas possibilidades, recursos disponíveis e necessidades dos estabelecimentos de ensino, e com a ABAE (atualmente designada ABAAE – Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação) de forma a viabilizar a inscrição e monitorização da qualidade de implementação do Eco-Escolas, como: Parceiro,

participa em reuniões do Conselho Eco-Escolas; Colabora com a dinamização de atividades alusivas a diversos temas ambientais; Acompanha as auditorias de qualidade do Programa Eco-Escolas.

Programa ECOXXI

O ECOXXI é um Programa de educação para a sustentabilidade, implementado em Portugal pela ABAE (atualmente designada ABAAE – Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação) desde 2005, e dirige-se aos técnicos e decisores dos municípios considerados agentes privilegiados de promoção do desenvolvimento sustentável a nível local.

Este programa visa a identificação e o reconhecimento de boas práticas de sustentabilidade valorizando, entre outros aspetos, a educação no sentido da sustentabilidade e a qualidade ambiental.

Desde o ano 2007, que o município de Caminha se candidata ao galardão Prémio ECOXXI, tendo obtido em vários anos o galardão máximo (bandeira verde) além do certificado e medalha, o que comprova que o mesmo cumpre o seu papel de município sustentável.

3.3. Principais Desafios/Problemas Identificados

Da análise dos dados aqui apresentados e dos resultados emanados dos grupos de trabalho sobre as temáticas abordadas, sobressai a existência dos desafios/problemas abaixo identificados.

Área Temática:	Desafios/ Problemas Identificados
Atividade Económica, Sustentabilidade e Ambiente	Tecido empresarial constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas, o que não permite a fixação de mão-de-obra
	Fraca representatividade da indústria transformadora ao nível do tecido empresarial, o que reduz a capacidade exportadora de bens
	Fraca atratividade do setor da hotelaria e restauração para a mão-de-obra disponível, em resultado dos baixos salários e dos horários praticados
	Elevada dependência dos mercados de proximidade para colocação dos bens produzidos/peso pouco relevante das exportações de bens
	Fraca adesão dos corpos dirigentes das entidades empregadoras a ofertas formativas
	Ausência de estratégias empreendedoras e inovadoras no tecido empresarial
	Fraca adesão das empresas ao mercado digital e à transformação digital, enquanto estratégia para aumentar a competitividade das empresas no mercado
	Recurso frequente por parte das entidades empregadoras a mão-de-obra sazonal e ao trabalho temporário (precaridade laboral)

Dificuldades sentidas pela IPSS na contratação de recursos humanos para as diferentes categorias profissionais
Dificuldade de conciliação entre vida profissional e familiar, nomeadamente no caso das famílias monoparentais e famílias sem rede de suporte de proximidade
Dificuldades de integração profissional por parte da população com deficiência e/ou incapacidade (falta de sensibilidade das empresas para a contratação)
Manutenção da elevada qualidade das águas balneares do concelho de Caminha
Cobertura dos alojamentos familiares clássicos do concelho de Caminha por serviços de drenagem de águas residuais inferior a 90%
Manutenção da elevada percentagem de água controlada e de boa qualidade (água segura) para consumo humano
Redução da produção de resíduos sólidos urbanos, por forma a contrariar a atual lógica de crescimento
Recolha seletiva de resíduos situa-se em níveis pouco significativos
Recolha de resíduos urbanos destinados à reciclagem mantém-se em níveis pouco significativos por comparação com os resíduos destinados a aterro
Inexistência de registo de recolha de resíduos destinados a valorização orgânica ou valorização energética
Rede de transportes públicos deficitária e desadequada às necessidades, o que estimula o recurso ao transporte individual
Pobreza energética de um número significativo de alojamentos familiares clássicos
Pobreza energética de edifícios públicos e de serviços

A auscultação dos agentes locais e a análise da informação recolhida permitiram esboçar algumas recomendações para enfrentar os desafios/problemas identificados. A saber:

- Dinamização de políticas e medidas que garantam a potenciação das condições necessárias à instalação e ao funcionamento de empresa no território concelhio;
- Desenvolvimento de ações que estimulem o empreendedorismo e a criatividade ao nível do território local;
- Investimento na implementação em medidas que reforcem a competitividade das pequenas e médias empresas que integram o tecido económico local;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização das entidades empregadoras dos setores de atividade com dificuldade em contratar e manter recursos humanos para a necessidade de desenvolverem medidas de captação de colaboradores (melhoria das remunerações, etc.);
- Implementação de medidas de sensibilização das entidades empregadoras para a importância de assegurarem a formação dos recursos humanos;

- Dinamização de ações de sensibilização das entidades empregadoras para a igualdade de género (paridade salarial, etc.), em articulação com os instrumentos locais (Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Caminha – PMIND) e nacionais existentes;
- Criação de medidas de alargamento da cobertura dos alojamentos familiares clássicos do concelho de Caminha por serviços de drenagem de águas residuais para os níveis/metast nacionais estabelecidos e dos ODS 6, 90%;
- Divulgar a informação relativa aos programas e medidas de apoio público no domínio da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética, garantindo a acessibilidade da informação aos vários destinatários, enquanto elemento de combate à fraca eficiência energética das habitações (por exemplo, casas com infiltrações, prevalência de humidade, apodrecimento de superfícies, sem isolamento, etc.);
- Apresentar candidaturas para combater a pobreza energética dos edifícios públicos;
- Dinamizar de campanhas de informação e sensibilização da comunidade local para a necessidade de reduzir a produção de resíduos urbanos;
- Criar medidas de sensibilização e estimulação da separação seletiva dos resíduos;
- Criar condições que fomentem a recolha seletiva dos resíduos, a recolha de resíduos urbanos destinados à reciclagem;
- Investir na adequação da rede de transportes públicos e sensibilizar a comunidade para privilegiar os mesmos em detrimento do transporte individual.

Nota: No que se refere à problemática do ambiente, por forma a obter informação mais detalhada, remete-se os leitores para os documentos estratégicos em vigor no Município de Caminha, por exemplo, o Plano Municipal de Ação Climática.



Capítulo 4 | Ação Social e Inclusão

4.1. Proteção Social

Face às transformações demográficas que têm vindo a ocorrer no concelho de Caminha, as quais se caracterizam, nomeadamente, pela perda de efetivo populacional, diminuição do número de nascimentos, crescimento do envelhecimento da população residente, aumento das famílias monoparentais femininas e unipessoais constituídas por pessoas com idade igual ou superior aos 65 anos, incremento da população estrangeira residente, exigem, cada vez mais, que os vários agentes com responsabilidades ao nível da intervenção social local e regional adaptem políticas e medidas, assim como, mobilizem os recursos a afetar e as respostas sociais a disponibilizar, ajustadas às necessidades sociais, concorrendo para a promoção da coesão social e do desenvolvimento social local sustentável.

Alinhado com os objetivos estabelecidos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais (promover o acesso ao emprego, às oportunidades de formação, assim como assegurar a diminuição do número de pessoas e famílias em situação de pobreza e exclusão social), com o definido na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente, no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 (Erradicar a Pobreza, em todas as suas formas e em todos os lugares), 2 (Erradicar a Fome), 5 (Igualdade de Género) e 10 (Reduzir as Desigualdades), bem como, com as metas a ser alcançadas por todos os países até 2030, os agentes sobreditos, partindo do conhecimento da realidade social concelhia, devem assumir o compromisso de gizar ações inovadoras e mobilizar a sua atuação para garantir a todos os cidadãos do concelho aceder aos recursos e serviços básicos, aos seus direitos e ao exercício pleno da cidadania.

Nesse sentido, no presente subcapítulo procede-se à caracterização da realidade concelhia do ponto de vista das medidas de proteção social ao dispor dos indivíduos e famílias residentes, dos seus beneficiários, das suas potencialidades e fragilidades, permitindo ter uma visão ampla dos aspetos que carecem de maior atenção por parte dos diversos agentes. Também se analisará a situação concelhia no que concerne a outros apoios sociais existentes.

4.1.1. Prestações Sociais

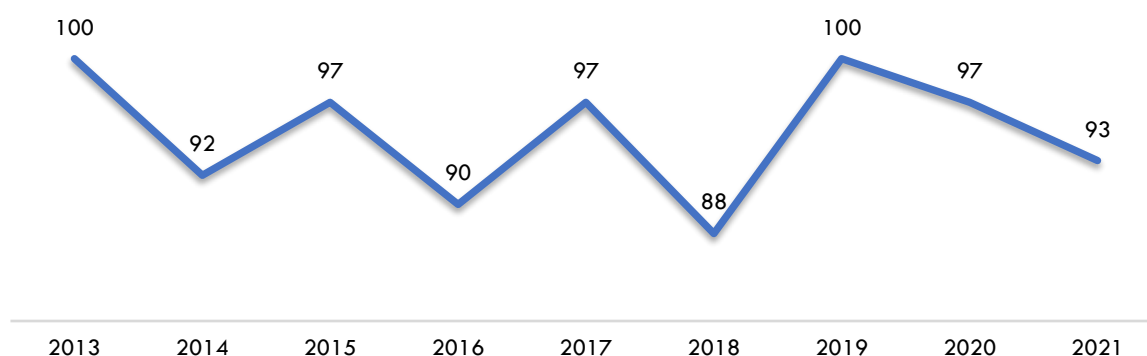
Um dos aspetos que convém considerar é o impacto que as prestações sociais (prestações pecuniárias), enquanto medidas de proteção social dirigidas às pessoas ou às famílias que necessitem de apoio em determinada área ou etapa do ciclo de vida, têm no quotidiano dos cidadãos do concelho. Importa também dar nota da evolução da proporção da população residente que auferia prestações sociais, gerais ou complementares ao rendimento, transferidas pela Segurança Social, na medida em que as

mesmas, coadjuvadas por outras medidas de proteção social, se assumem como fatores de proteção face à ocorrência de situações de pobreza, permitindo concorrer para a autonomização dos indivíduos e das famílias.

Numa época em que, tal como explicado no Capítulo 1, o concelho de Caminha, à semelhança do que acontece de forma generalizada no país, as famílias têm cada vez menos filhos, importa compreender a evolução do comportamento das prestações familiares, nomeadamente, abono de família pré-natal, abono de família para crianças e jovens.

O **Abono de Família Pré-natal** inscreve-se nas medidas de apoio à maternidade que visam incrementar a natalidade. Esta prestação pecuniária é paga à mulher grávida a partir da 13.ª semana de gestão, com o propósito de compensar os gastos acrescidos no agregado familiar durante o período da gravidez.

Gráfico 148 | Evolução do número de titulares do abono de família pré-natal, no concelho de Caminha, entre 2013-2021



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

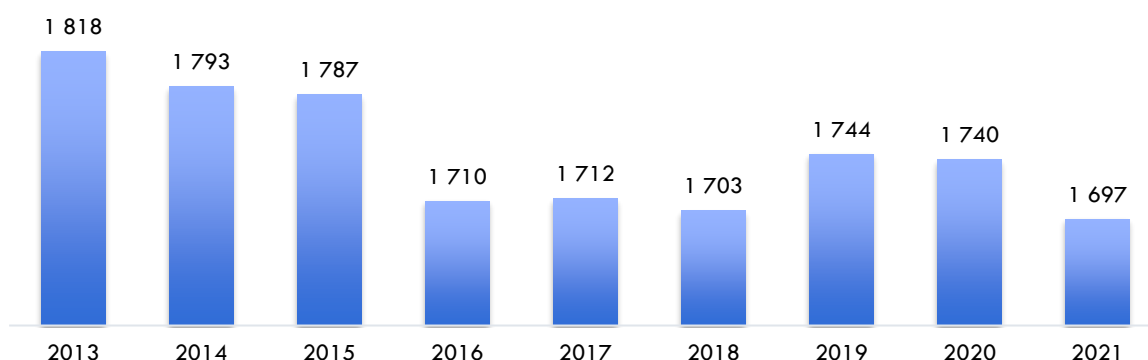
Apesar da evolução do número de titulares da prestação referida não se efetuar de forma homogénea (existem oscilações entre períodos de decréscimo e períodos de crescimento), a verdade é que no concelho de Caminha, entre 2013 e 2021, o número de mulheres beneficiárias decresceu dos 100 para os 93, o que representa menos 7.

De referir que a medida abono de família, enquanto medida de apoio seletiva definida pelo subsistema de proteção familiar, visa garantir uma prestação pecuniária a famílias cujo rendimento esteja abaixo da retribuição mínima mensal garantida, com vista a custear encargos familiares. Assumindo que num cenário de perda de rendimentos ter filhos pode constituir um risco social, esta medida é analisada,

essencialmente, enquanto instrumento de combate à pobreza⁷⁵. Com este objetivo, o cálculo do abono de família é efetuado de acordo com uma estrutura alicerçada em escalões, sendo que a avaliação do direito ao mesmo, a sua duração e o seu valor são calculados atendendo às características das famílias requerentes (rendimento e composição do agregado familiar⁷⁶).

Esta prestação é paga a indivíduos até aos 24 anos de idade, desde que estejam matriculados no ensino escolar ou que não possuam nenhuma remuneração, sendo que a frequência de estágios curriculares não remunerados permite a manutenção da prestação. Havendo exercício de atividade laboral, nos períodos de pausa letiva, o abono de família é suspenso enquanto decorrer o contrato.

Gráfico 149 | Evolução do número de titulares de abono de família para crianças e jovens, no concelho de Caminha, 2013-2021



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

No período entre 2013 e 2021, o número de titulares da prestação de abono de família para crianças e jovens apresentou uma evolução diferenciada. Com a exceção do acréscimo ocorrido em 2019, a tendência é para o declínio do número de titulares. Em 2021, no concelho de Caminha existiam 1 697 titulares da referida prestação social, por oposição aos 1 818 registados em 2013 (-121 crianças e jovens). Esta redução é coincidente com o declínio de nascimentos nesta localidade.

⁷⁵ Januário e Melo, 2023, *Mudanças no Abono de Família*, Lisboa, APP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública, p. 4

⁷⁶ Ibidem, p. 5.

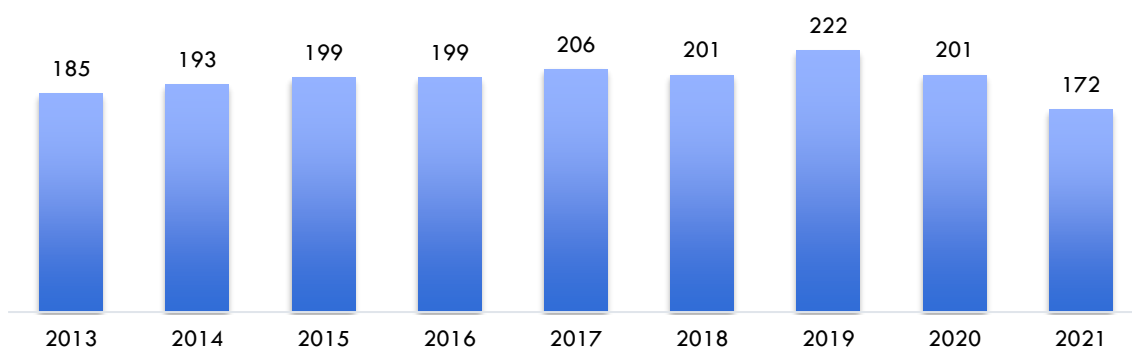
Tabela 65 | Montante médio mensal lançado por titular de abono de família para crianças e jovens, no concelho de Caminha, 2019-2021

	2019	2020	2021
Abono de Família para Crianças e Jovens	55,42€	66,59€	53,44€

Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em abril de 2022)

O decréscimo registado no número de titulares do abono de família para crianças e jovens entre 2020 e 2021 foi acompanhado também pelo declínio do montante médio mensal auferido por cada titular. No ano de 2019, os titulares recebiam, em média, mensalmente, 55,42€, valor que aumentou para 66,59€, em 2020, para voltar a cair em 2021, passando a situar-se em 53,44€.

Gráfico 150 | Evolução do número de titulares da bonificação por deficiência, no concelho de Caminha, 2013-2021



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Continuando a refletir em torno do comportamento das prestações familiares importa dar nota da evolução do número de titulares da bonificação por deficiência, a qual se refere à prestação pecuniária que complementa o abono de família de crianças e jovens «(...) quando por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica, a criança ou jovem necessite de apoio pedagógico ou terapêutico.⁷⁷»

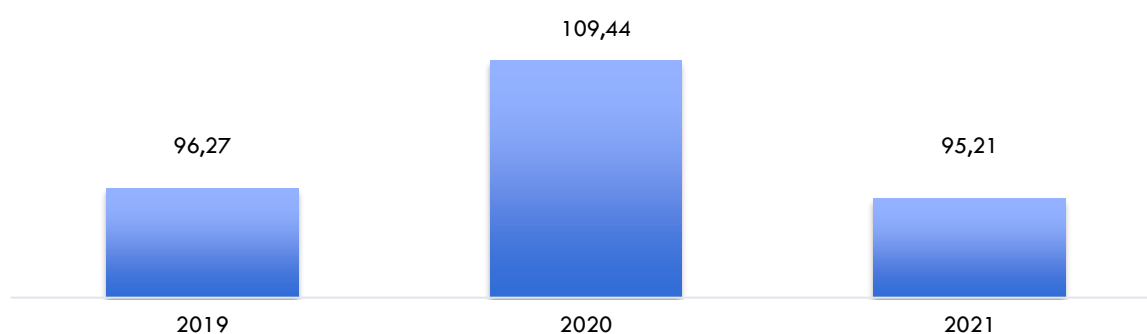
Entre 2013 e 2017, no concelho de Caminha, verifica-se uma tendência crescente do número de titulares da bonificação por deficiência (+21 titulares). Ao ligeiro decréscimo ocorrido no ano de 2018 (-5 titulares da bonificação), seguiu-se um aumento significativo, no ano de 2019 (+21 beneficiários). De

⁷⁷ <https://www.seg-social.pt/bonificacao-do-abono-de-familia-para-criancas-e-jovens-com-deficiencia> (Acedido a 18/06/2023)

referir que a 1 de outubro de 2019, entraram em vigor novos critérios de elegibilidade para a referida bonificação. Nos anos seguintes, 2020 e 2021, registaram-se decréscimos significativos (-21 e -29 beneficiários, respetivamente). Sabendo que, a partir de outubro de 2019, as crianças e jovens de qualquer idade titulares de Atestado Médico de Incapacidade Multiusos que certificasse a detenção de um grau de incapacidade igual ou superior a 60% podem aceder à Prestação Social para a Inclusão (PSI), no valor fixo de 136€, ao qual, no caso das famílias monoparentais, acresce a majoração de até 35%. Esta prestação assume valores tendencialmente mais elevados que a bonificação por deficiência, não podendo acumular-se o benefício de ambos. Assim sendo, o decréscimo no número de beneficiários da bonificação por deficiência poderá encontrar, em parte, a sua justificação na transferência de beneficiários para a mesma.

Atendendo a que os dados apresentados remontam a 31 de dezembro de 2021, torna-se difícil afirmar que a quebra registada em 2021 seja o resultado das alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5265-C/2021, de 25 de maio, o qual define os critérios de atuação das equipas multidisciplinares de avaliação médico-pedagógica no âmbito da verificação das condições de atribuição inicial da bonificação por deficiência, assim como no estabelecido na Portaria n.º 108/2021, em relação aos critérios que norteiam a atribuição da bonificação por deficiência a crianças até 10 anos de idade (inclusive).

Gráfico 151 | Evolução do montante médio mensal lançado por titular da bonificação por deficiência, no concelho de Caminha, 2019-2021 (€)

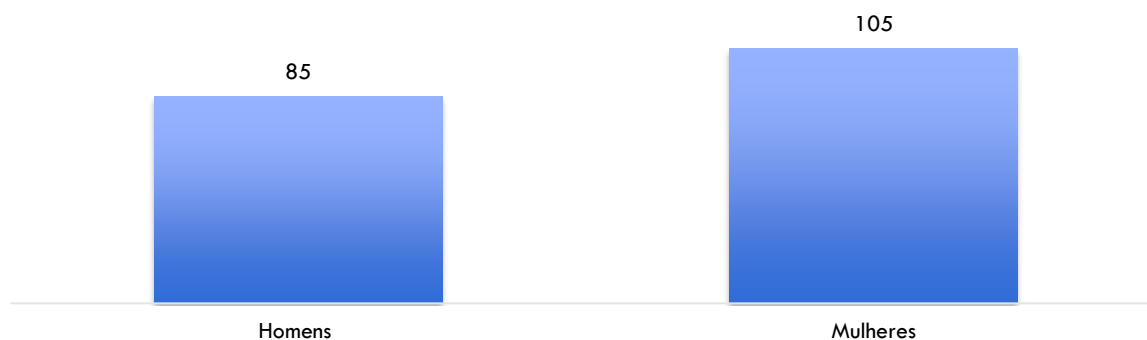


Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em abril de 2022)

No que concerne aos montantes médios mensais lançados por titular da bonificação por deficiência, entre 2019 e 2020, assistiu-se a um aumento, passando dos 96,27€ para os 109,44€. Porém, no ano de 2021, o cenário alterou-se, tendo registado um decréscimo desse montante, ficando estabelecido nos 95,21€ (-1,26€ face a 2019 e -14,23€ em relação a 2020).

Outra questão que importa aqui referir, embora não se trate de uma prestação social propriamente dita, mas antes de um direito social/laboral que guarda uma relação unívoca com a promoção da natalidade, a proteção social à família, prende-se com as **Licenças Parentais** (inicial ou alargada) dos pais e das mães. O gozo da licença parental é um direito adquirido pelas mães e pelos pais após o nascimento ou adoção de um filho. Durante o período de usufruto da mesma, a Segurança Social paga aos progenitores, de forma a compensar o valor do salário não recebido durante o período de duração da licença. A licença parental inicial pode ir «(...) até 150 dias, inclui os períodos obrigatórios e exclusivos de cada pai e mãe. A licença parental alargada tem a duração adicional de três meses»⁷⁸.

Gráfico 152 | Número de beneficiários da licença parental inicial da Segurança Social no concelho, por sexo, 2021

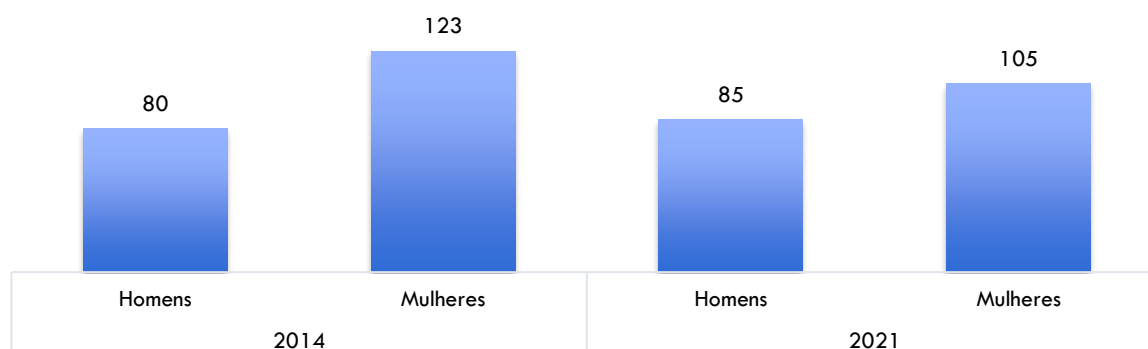


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 16/06/2023)

A leitura do gráfico anterior permite constatar que, do total de beneficiários da licença parental inicial da Segurança Social (190), no concelho de Caminha, no ano de 2021, a maioria é constituída pelas mães (105: 55,3%).

⁷⁸ <http://eportugal.gov.pt/guias/ter-uma-crianca/licenca-parental> (Acedido a 16/06/2023)

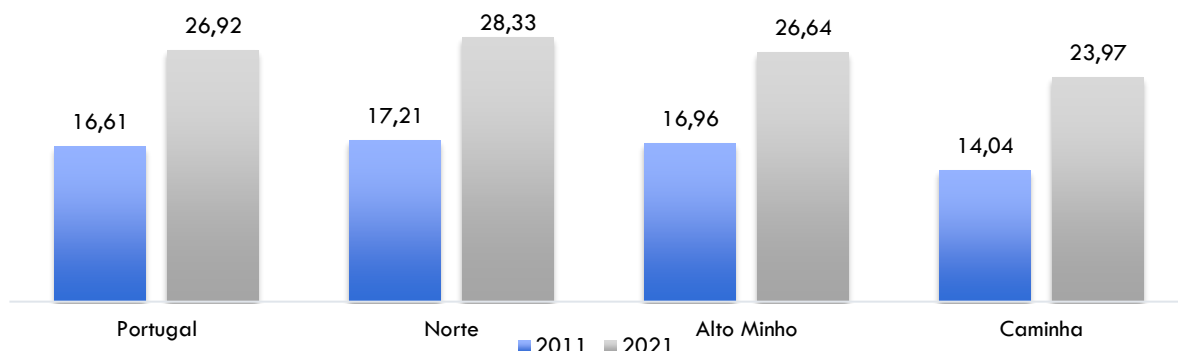
Gráfico 153 | Evolução do número de beneficiários da licença parental inicial da Segurança Social no concelho de Caminha, por sexo, 2014-2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/06/2023)

De destacar, neste âmbito, pelos dados disponíveis, que a disparidade entre o número de beneficiários da licença de parentalidade inicial da Segurança Social entre pais e mães, em 2021, esbateu-se face a 2014. Nesse ano, a proteção da parentalidade, a seguir ao nascimento de uma criança, gozada por homens correspondia a 39,4% do total, por oposição aos 61,6% das usufruídas pelas mulheres (diferença é de 22,2 p.p.). Já em 2021, a proporção de homens a gozar esta licença subiu para 44,7% (mulheres: 55,3%). Em 7 anos, este crescimento foi de 5,3 p.p. Estes resultados podem ser compreendidos considerando a melhoria da eficácia das disposições legais que procuram promover a igualdade de género na conciliação da vida familiar e profissional, assim como, das ligeiras conquistas em termos de mudança das representações sociais/individuais no que toca ao envolvimento dos pais no cuidado das crianças e dos papéis de género e funções no seio familiar, entre outros fatores. Pese embora os avanços conquistados nesta matéria, existe ainda um caminho a percorrer no sentido de atingir a almejada igualdade, o que implica conceber/reforçar a combinação de estratégias de intervenção que incidam na dimensão socioeconómica e nos fatores atitudinais (representação face à conciliação família-trabalho, ao papel da mulher/mãe trabalhadora, ao papel do homem na vida familiar).

Gráfico 154 | Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe da Segurança Social no concelho de Caminha, Portugal, Região Norte e Alto-Minho, 2011-2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/06/2023)

Pela análise da relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe da Segurança Social, no concelho de Caminha, espelhada no Gráfico 25, constata-se que o número de mulheres a beneficiar da mesma é superior àquele que se regista para o grupo dos homens, sendo também as mulheres quem goza um período maior da licença. Este padrão é transversal não só ao território concelhio, mas também ao cenário nacional, da região Norte e Alto Minho. Porém, a diferença de duração entre os pais e as mães têm vindo a esbater-se nas diferentes unidades territoriais referidas.

Esta realidade reflete a ocorrência de mudanças não só ao nível das políticas sociais, mas também de transformações ao nível das atitudes dos indivíduos e dos casais no que concerne aos papéis de género e à divisão dos cuidados dos filhos entre a mãe e o pai. Deste modo, pode depreender-se que é necessário que os vários agentes continuem a investir nos incentivos à partilha das licenças entre pais e mães no âmbito dos subsídios parentais iniciais, tal como foi referido anteriormente, promovendo assim uma maior igualdade de género na conciliação entre a vida familiar e profissional e a ocorrência de mudanças na organização, assim como, nas dinâmicas familiares.

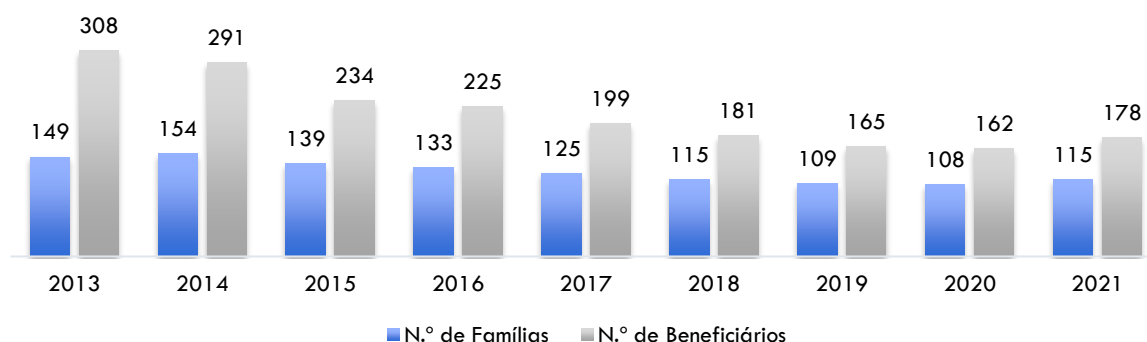
Ao analisar a evolução deste indicador tendo em conta o ODS 5 – Igualdade de género, mais concretamente do valor meta 5.4 (Valorizar os cuidados não remunerados e promover responsabilidades domésticas partilhadas) a atingir até 2030 (a 100%) é possível afirmar que mantendo-se a tendência evolutiva, no concelho de Caminha não será possível atingir esse objetivo. Tendo em consideração esta informação, torna-se necessário reforçar a atuação dos vários agentes no sentido da sensibilização da comunidade para as questões da igualdade de género.

Continuando a análise das prestações sociais e do comportamento das mesmas no território, considerou-se relevante abordar o **Rendimento Social de Inserção (RSI)**. Este foi implementado através da Lei

13/2003 de 21 de maio, a qual revoga o Rendimento Mínimo Garantido previsto na lei n.º 19-A/96 de 29 de junho.

O RSI, prestação de natureza transitória e cujo montante varia em função do rendimento e composição do agregado família⁷⁹, é uma «(...) prestação pecuniária incluída no subsistema de solidariedade social e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares, recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária» (Artigo 1.º da Lei 13/2003 de 21 de maio).

Gráfico 155 | Evolução do número total de famílias e de beneficiários residentes no concelho de Caminha abrangidos pelo RSI, 2013-2021



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Como emana da análise dos dados apresentados no gráfico, desde 2013 até 2020, o número de beneficiários desta prestação social foi decrescendo, sendo que a maior quebra se fez sentir entre 2014 e 2015 (-56). No ano de 2021, o número de beneficiários voltou a aumentar, situando-se nos 178 (+16 que no ano anterior). De referir que a alteração da tendência decrescente do número de beneficiários da prestação de RSI ocorreu num contexto marcado pelo agravamento das condições macroeconómicas nacionais e internacionais, numa primeira fase em resultado da pandemia da COVID 19, que se traduziu numa forte retração do emprego, num aumento do desemprego e na respetiva duração e numa redução do nível médio de rendimentos auferidos pelas famílias. Este cenário de “crise” manteve-se com a guerra na Ucrânia e seus efeitos.

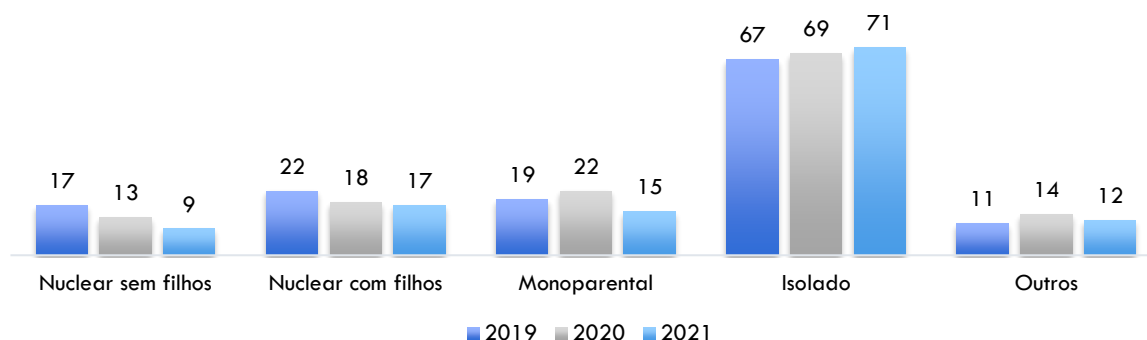
Se for efetuada a comparação entre os dados apresentados para 2013 e os registados em 2021, é evidente o decréscimo significativo do número de beneficiários, os quais passaram dos 308 (147 homens e 161 mulheres) para os 178 (73 homens e 105 mulheres). O declínio ocorrido foi de 130 beneficiários.

⁷⁹ Fonte: Artigo 2.º da Lei n.º 13/2003 de 21 de maio. (Fonte: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/13-2003-541856>)

O número de famílias beneficiárias de RSI, no período de 2014 a 2020, decresceu ligeiramente (-34), existindo um pequeno aumento em 2021 (+7 famílias, em relação a 2020). Embora se possa afirmar que a variação, entre 2020 e 2021, não foi significativa, importa, contudo, referir que o universo dos beneficiários do RSI, dado tratar-se de uma prestação de natureza transitória, é flutuante, pelo que os 162 beneficiários de 2020 poderão, ou não, estar compreendidos nos 178 beneficiários de 2021. Assim, pelos dados de que se dispõe, não é possível perceber quantos beneficiários de 2021 se mantêm na medida desde 2020 ou quantos estavam na mesma nesse período e que, em resultado da ocorrência de nova situação-problema de vulnerabilidade socioeconómica após autonomização, tiveram que regressar à mesma.

Da análise comparativa entre o número de famílias e de beneficiários abrangidos pelo RSI, constata-se que estes últimos, em 2013 e 2014, eram cerca do dobro do número de famílias a receber o apoio. Porém, fruto também da evolução da configuração e da dimensão das famílias residentes no concelho, marcada pela contração das mesmas, tem-se assistido, sobretudo desde 2015, a um atenuar do desequilíbrio entre o número de beneficiários e o número de famílias que satisfaziam as condições de atribuição da prestação.

Gráfico 156 | Evolução do número de famílias residentes no concelho de Caminha com processos familiares de RSI ativos, por tipo de família, 2019-2021⁸⁰



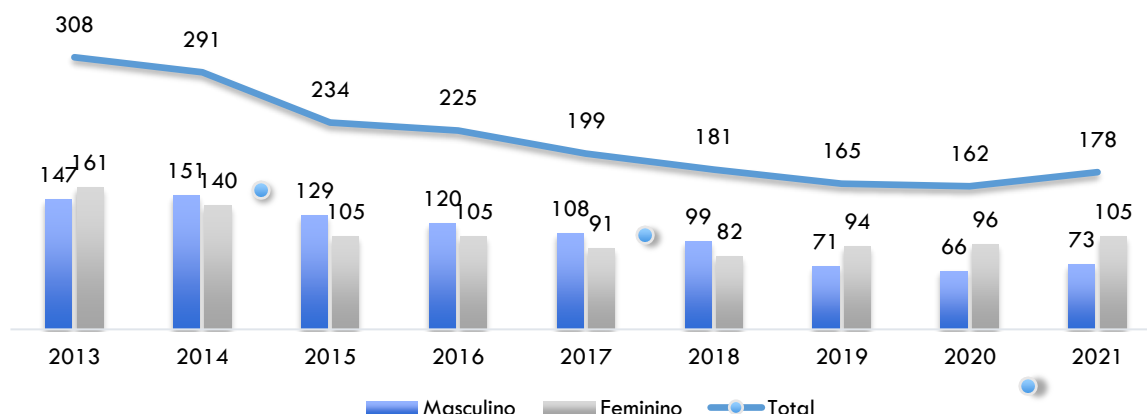
Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Os dados disponíveis, os quais dão nota dos processos familiares ativos, reforçam a constatação referida anteriormente, a qual dá nota do aumento do número de beneficiários RSI isolados ou em agregados unifamiliares (2019: 67; 2021: 71), assim como do peso destes no universo total de beneficiários (2019: 49,26%; 2020: 50,73%; 2021: 59,66%). Para o período em análise, os indivíduos pertencentes a agregados unifamiliares e isolados são a tipologia de agregado familiar mais representado no seio dos núcleos familiares com processo ativo. O número de famílias nucleares sem filhos beneficiárias de RSI

⁸⁰ Para este indicador, apenas se dispõe de informação para o período de 2019 a 2021.

tem vindo a decrescer (2019: 17; 2021: 9), tal como se verificou com as famílias nucleares com filhos. (2019: 22; 2021: 17) As famílias monoparentais e outras configurações (por exemplo, famílias alargadas, famílias recompostas) têm evoluído de forma oscilante (2019: 19; 2020: 22 e 2021: 15 famílias monoparentais; 2019: 11; 2020: 14 e 2021: 12 outras tipologias de agregados familiares).

Gráfico 157 | Evolução do número total de beneficiários do RSI residentes no concelho de Caminha, por sexo, 2013-2021



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Ao efetuar a análise da evolução do número de beneficiários do RSI por sexo, constata-se que, contrariamente ao que se registou em 2013, no período de 2014 a 2018, era no seio da população masculina que se encontrava o maior número de beneficiários. Esta diferença, no período referido oscilava entre os 11 e os 24 indivíduos, sendo que o maior desequilíbrio se fez notar no ano de 2015, no qual o número de beneficiários do sexo masculino era constituído por mais 24 indivíduos (homens: 129; mulheres: 105). A partir do ano de 2019, o contingente de beneficiários do sexo feminino começou a ganhar peso, ultrapassando o do sexo masculino (homens: 71; mulheres 94), tendência que se tem vindo a acentuar. No ano de 2021, do total de 178 beneficiários de RSI, a maioria (105: 59%) eram do sexo feminino. Os homens a beneficiar desta prestação social eram 73. Esta maior representatividade das mulheres pode explicar-se pelo facto de a iniciativa da procura de apoio social e da medida social necessárias à sobrevivência da família ser mormente feminina.

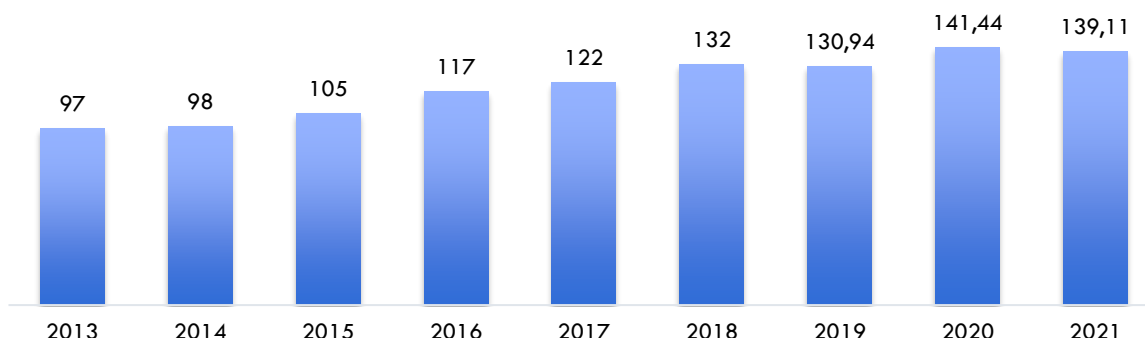
Tabela 66 | Evolução do número de beneficiários com processamento do RSI residentes no concelho de Caminha, por grupo etário, 2013-2021

Idade	<18 anos		Dos 18 aos 24 anos		Dos 25 aos 34 anos		Dos 35 aos 44 anos		Dos 45 aos 54 anos		>=55 anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2013	80	25,97	31	10,06	44	14,29	45	14,61	43	13,96	65	21,10
2014	69	23,71	28	9,62	37	12,71	40	13,75	44	15,12	73	25,09
2015	46	19,66	21	8,97	23	9,83	28	11,97	41	17,52	75	32,05
2016	41	18,22	15	6,67	19	8,44	25	11,11	46	20,44	79	35,11
2017	25	12,56	14	7,04	16	8,04	20	10,05	45	22,61	79	39,70
2018	27	14,92	10	5,52	12	6,63	19	10,50	36	19,89	77	42,54
2019	28	16,97	3	1,82	5	3,03	18	10,91	23	19,39	79	47,88
2020	25	15,43	9	5,56	4	2,47	17	10,49	27	16,67	80	49,38
2021	33	18,54	7	3,93	12	6,74	18	10,11	31	17,42	77	43,26

Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

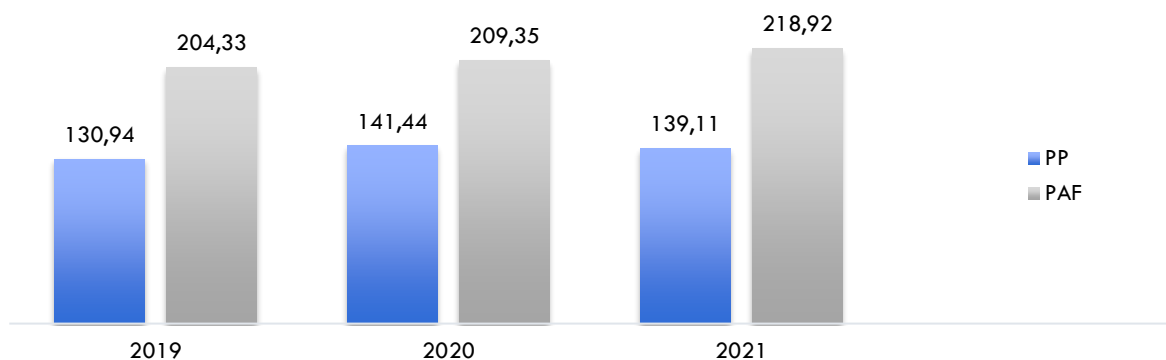
Caracterizando os beneficiários de RSI por grupo etário, tal como consta da tabela anterior, conclui-se que, com exceção do ano de 2013, em todos os demais, era no grupo dos indivíduos com idade igual ou superior aos 55 anos que se concentrava o maior número de beneficiários. De acordo com os dados recolhidos, a proporção de indivíduos com 55 ou mais anos de idade com processamento de RSI no total de beneficiários aumentou entre 2013 (65 beneficiários: 21,10%) e 2020 (80 beneficiários: 49,38%). No ano de 2021, este peso sofreu um declínio, tendo-se mantido como aquele que apresentava maior contingente de beneficiários (77 beneficiários: 43,26%). Os ativos nesta franja etária deparam-se com maiores dificuldades na reinserção profissional, entre outros fatores, por lhes estar associado o “rótulo” de trabalhadores pouco produtivos e de baixa rentabilidade, devido à idade e às baixas/desadequadas qualificações que apresentam.

Em 2021, as crianças e os jovens menores de 18 anos de idade assumem uma proporção de 18,54%, ocupando o segundo lugar. Os dados demonstram que nesta franja da população o número de beneficiários, nesse mesmo ano, aumentou face ao ano anterior (2020), o que evidencia o peso relativo das crianças e jovens nos agregados familiares beneficiários desta prestação. Com menor representatividade surge o grupo dos beneficiários com idades entre os 18 e os 24 anos (3,93%), antecedido pelos beneficiários dos 25 aos 34 anos de idade (6,74%), os jovens adultos dos 35 aos 44 anos de idade (10,11%) e os adultos dos 45 aos 54 anos de idade (17,42%).

Gráfico 158 | Evolução do valor médio processado de RSI por pessoa (PP), 2013-2021(€)


Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Os dados disponíveis permitem apurar que a evolução do valor médio processado de RSI por pessoa se caracteriza por incrementos residuais, com exceção dos anos de 2019 e de 2021. O valor do apoio tem mantido, de uma forma geral, níveis manifestamente insuficientes para dotar os beneficiários de capacidade financeira suficiente para assegurar a satisfação das suas necessidades básicas. Isto torna-se mais grave se for tido em linha de conta que estes aumentos não conseguem acompanhar a evolução crescente dos preços dos bens. Em 2013, o valor processado desta prestação por pessoa era de 93€, em 2021, o mesmo situava-se em 139,11€, ou seja, passados 8 anos o aumento foi apenas de 46,11€.

Gráfico 159 | Evolução do valor médio processado de RSI por pessoa (PP) e por agregado familiar (PAF), 2019-2021(€)


Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Quer o valor médio da prestação de RSI processado por pessoa (139,11€), quer o processado por agregado familiar (218,92€), para o período em análise, são bastante baixos e, como referido antes, não permitem, na maioria das situações, aos beneficiários manter padrões mínimos de vida. Com efeito, esta realidade faz perigar a sua subsistência e a sua autonomização.

O baixo valor atribuído por agregado familiar explica-se pelo facto de cerca de metade das famílias beneficiárias serem, tal como referido anteriormente, constituídas apenas por um elemento, assim como pelo facto do valor processado por cada elemento do agregado ter ponderações diferentes (pelo titular 100% do valor de referência (VR), pelo 2.º adulto e restantes 70% do VR e por cada criança 50% do VR).

Atendendo aos baixos valores transferidos para os beneficiários de RSI, em 2021, os quais são significativamente inferiores ao limiar de risco de pobreza (2021: 6 608€/ano, o que corresponde a 550,67€/mês; 2022: 7 095€/ano, o que corresponde a 561,25€/mês), pode afirmar-se que existe uma forte propensão para a possibilidade de vivenciarem situações de vulnerabilidade socioeconómica. Esta situação torna-se mais preocupante se for considerado o facto de, tal como referido anteriormente, se ter vindo a assistir ao aumento do número de crianças e jovens e de indivíduos com 55 ou mais anos de idade beneficiários da prestação, uma vez que se tratam de grupos que acumulam vários fatores de risco social.

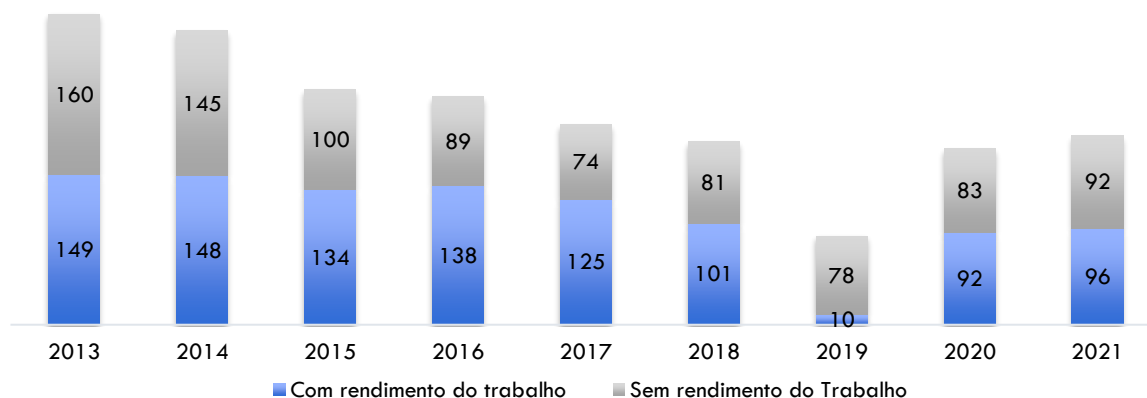
A vulnerabilidade socioeconómica que afeta os beneficiários guarda uma relação direta com as dificuldades que os mesmos vivenciam no momento de procurarem a reinserção profissional, o que se agrava com o facto de, tal como vimos no capítulo 2, apresentarem baixas habilitações académicas e ausência ou insuficiente qualificação profissional. Não se pode também descuidar que o idadismo é outro dos constrangimentos que contribui para a inserção e manutenção na medida dos indivíduos pertencentes à faixa etária dos maiores de 55 anos.

Assumindo-se o RSI, na sua génese, como um instrumento importante de combate à pobreza e à exclusão social que, ultrapassando a lógica de intervenção social assistencialista e discricionária, visa permitir aos indivíduos e famílias beneficiárias aceder a um rendimento mínimo de subsistência e a ações promotoras da inserção social através do desenvolvimento de competências e de autonomização, a evolução apresentada do número de beneficiários aponta para a existência de um número não negligenciável de cidadãos, nomeadamente mulheres, em situação de vulnerabilidade socioeconómica. Os agentes nacionais e locais com responsabilidades ao nível da intervenção social devem privilegiar, na definição de políticas e execução de ações, abordagens inovadoras, holísticas e em parceria que promovam o empoderamento dos beneficiários para o desenvolvimento de percursos de vida inclusivos e sustentáveis.

Posto isso, torna-se necessário reforçar as estratégias de qualificação e de empoderamento junto desta franja da população e, simultaneamente, as ações de sensibilização e de informação junto da comunidade, das instituições e das entidades empregadoras que contribuam para a desconstrução das representações sociais negativas/estigmas existentes face aos beneficiários de RSI. Isto porque, tal como fizeram constar os parceiros locais, partindo do trabalho desenvolvido com os beneficiários de RSI, estes

deparam-se com constrangimentos associados à estigmatização de que, por vezes, são alvo e da qual decorrem processos de marginalização e exclusão social. Disto resulta também um aumento dos constrangimentos durante o processo de (re)inserção profissional que, deste modo, potenciam a vulnerabilidade dos indivíduos e das famílias.

Gráfico 160 | Evolução do número de beneficiários com processamento RSI residentes no concelho de Caminha, com e sem rendimentos de trabalho⁸¹, 2013-2021



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Outro fator relevante e que se reflete no valor da prestação auferida pelos agregados familiares é a situação dos beneficiários face ao emprego. De notar que a remuneração do trabalho auferida é considerada para apurar o valor da prestação, diminuindo significativamente o valor da mesma. Assim, cumpre aqui fazer constar que o cálculo do montante da prestação de RSI a atribuir aos beneficiários é efetuado por referência ao número de elementos do agregado familiar, do seu rendimento, do património mobiliário e do valor dos bens imóveis sujeitos a registo.

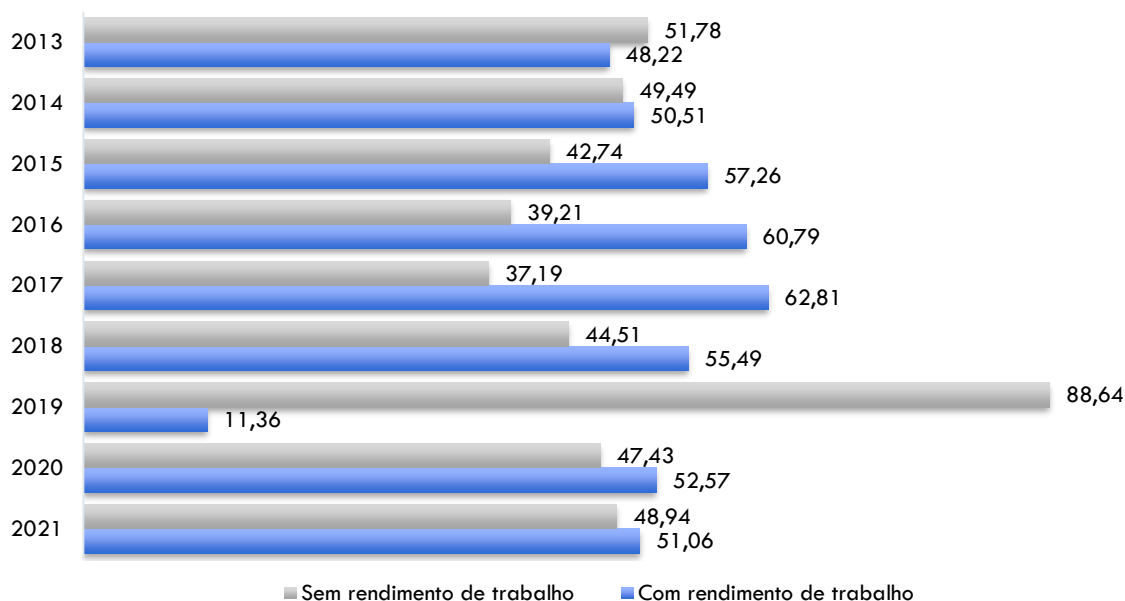
A análise dos dados apresentados no gráfico, o qual revela a evolução do número de beneficiários de RSI de acordo com a sua relação com o mercado de trabalho, deve ter em conta a tendência evolutiva do número total de beneficiários de RSI. Assim, constata-se que em todos os anos representados, de 2013 a 2021, existem beneficiários de RSI com processamento de remuneração, embora com pesos diferentes no total de beneficiários. Entre 2013 e 2015, o número de beneficiários de RSI com rendimentos de trabalho sofreu um decréscimo, o qual se fez sentir com maior intensidade entre 2014 e 2015 (-14 beneficiários). Após o ligeiro acréscimo registado em 2016 (+ 4 beneficiários), voltou-se para um cenário de decréscimo do número de beneficiários de RSI com processamento de rendimentos de trabalho, o qual se foi acentuando com o passar dos anos. O maior declínio fez-se notar entre 2018

⁸¹ Se um beneficiário alterar a sua situação perante os rendimentos é contabilizado mais do que uma vez.

e 2019. Nesse ano, o número de beneficiários de RSI com processamento de remuneração assumiu um valor residual (10, o que significa que há menos 92 beneficiários com rendimentos de trabalho). Esta quebra pode encontrar a sua justificação na conjugação entre a redução do número total de beneficiários de RSI e os reflexos da pandemia por COVID-19 no mercado laboral. A partir de 2020, retomou-se a tendência de crescimento (2020: +82; 2021: +4).

A evolução do número de beneficiários de RSI sem registo de remuneração do trabalho, também foi alvo de quebra, ainda com maior intensidade face aos que tinham processamento de remuneração, no período de 2013 a 2015, sendo que foi neste último ano aquele em que essa tendência foi mais significativa (-45 beneficiários). Essa disposição estendeu-se até 2017, para se inverter em 2018 (+7 beneficiários sem remunerações processadas). Com uma quebra de 3 beneficiários, em 2019, no ano seguinte retomou a tendência de crescimento (tal aconteceu entre os beneficiários com rendimentos de trabalho).

Gráfico 161 | Evolução da proporção de beneficiários com processamento RSI residentes no concelho de Caminha, com e sem rendimentos de trabalho⁸², 2013-2021 (%)



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

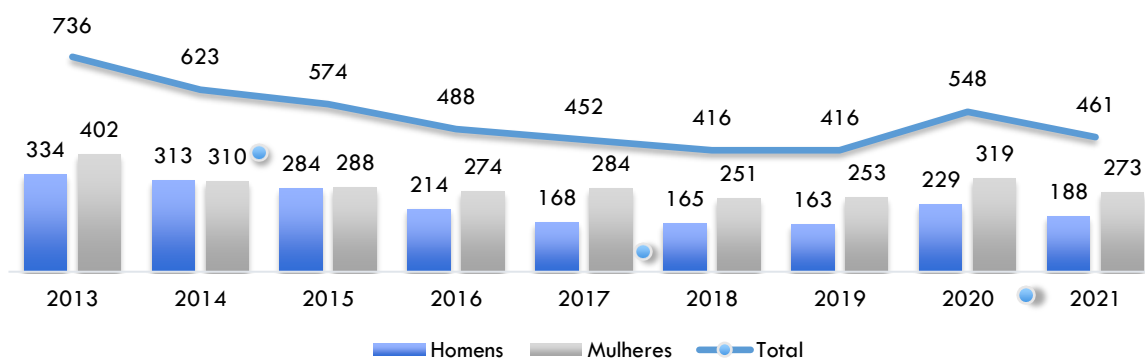
Como demonstram os dados que constam no gráfico, entre 2014 e 2018, do total de beneficiários de RSI a maioria tinha, cumulativamente, processamento de rendimentos de trabalho, sendo que a maior proporção se registou nos anos de 2017 (62,81%) e de 2016 (60,79%). Esta relação voltou a registrar-

⁸² Se um beneficiário alterar a sua situação perante os rendimentos é contabilizado mais do que uma vez.

se a partir de 2020. A proporção de beneficiários sem rendimento do trabalho apenas ultrapassa o peso dos beneficiários com remunerações no total de beneficiários nos anos de 2013 (51,78%) e de 2019 (88,64%).

O **Subsídio de Desemprego** é uma prestação numerária atribuída aos beneficiários de forma a compensar a ausência de remuneração originada pela perda involuntária de emprego, sendo pago mensalmente a quem se encontre inscrito no Centro de Emprego (IEFP) e que cumpra a condição de recurso.

Gráfico 162 | Evolução do número total de beneficiários do Subsídio de Desemprego residentes no concelho de Caminha, por sexo e por ano, 2013-2021

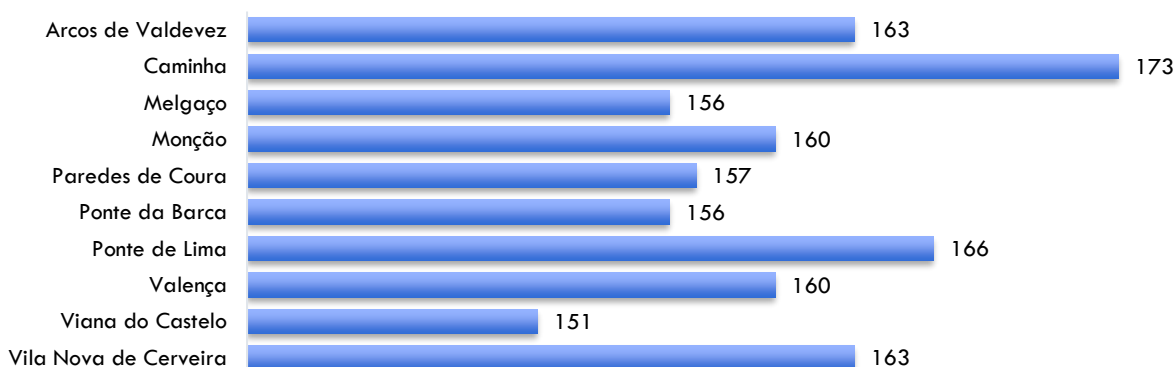


Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Entre 2013 e 2018, o número de beneficiários do Subsídio de Desemprego, em termos totais, sofreu um decréscimo, o que pode estar relacionado com a redução do número de desempregados inscritos no IEFP. Entre 2019 e 2020, voltou a assistir-se a um aumento do número de beneficiários do Subsídio de Desemprego, voltando a reduzir-se em 2021. Nesse ano, o número total de beneficiários cifrou-se nos 461. Confrontando os dados totais relativos ao período compreendido entre 2013 e 2021, apura-se a ocorrência, em termos gerais, de uma quebra de 275 beneficiários.

Da análise do número de beneficiários desta prestação social por sexo ressalta a existência de uma feminização dos beneficiários, embora em anos como 2014 (H: 313; M: 310) e 2015 (H: 284; M: 288) esse predomínio inverteu-se ou dissipou-se, respetivamente. O auge do desequilíbrio fez-se sentir no ano de 2017, no qual o número de efetivos do sexo feminino beneficiários desta prestação social era superior em 116 indivíduos face aos homens.

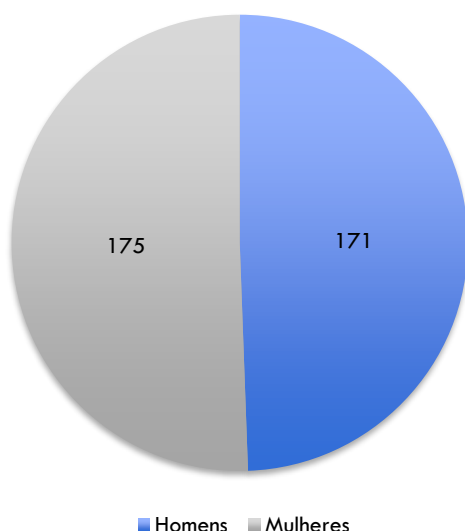
Gráfico 163 | Duração média, em dias, do subsídio de desemprego da Segurança Social, dos beneficiários residentes nos municípios da sub-região do Alto Minho, 2021



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/06/2023)

No que concerne à duração média, em dias, do Subsídio de Desemprego da Segurança Social, o concelho de Caminha ocupa o lugar cimeiro dos municípios da sub-região do Alto Minho (173 dias), valor que se situa abaixo da média do território nacional (178 dias) e da região Norte (181 dias), mas acima da média da sub-região do Alto Minho (158 dias).

Gráfico 164 | Duração média, em dias, do Subsídio de Desemprego dos beneficiários residentes no concelho de Caminha, por sexo, 2021

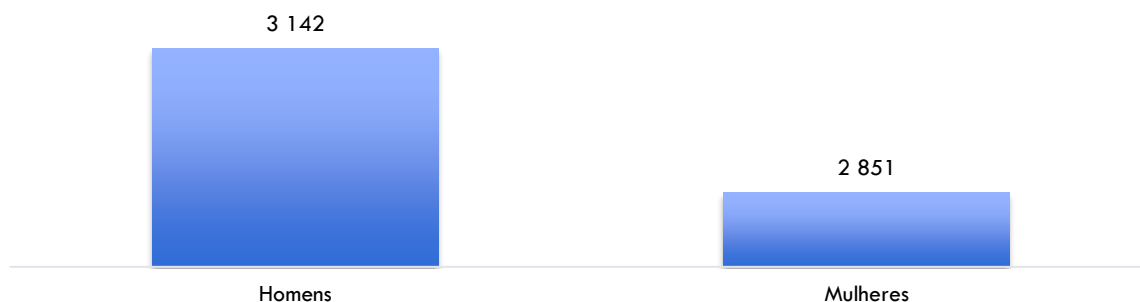


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/06/2023)

A partir da análise da duração média do subsídio de desemprego em função da variável sexo, no ano de 2021, no concelho de Caminha, verifica-se, tal como representa o gráfico acima, que as mulheres

permanecem mais tempo na situação de desemprego subsidiado (175 dias) do que os homens (171 dias), embora, em termos médios, essa diferença seja pouco significativa.

Gráfico 165 | Valor médio anual do Subsídio de Desemprego dos beneficiários residentes no concelho de Caminha, por sexo, 2021 (€)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/06/2023)

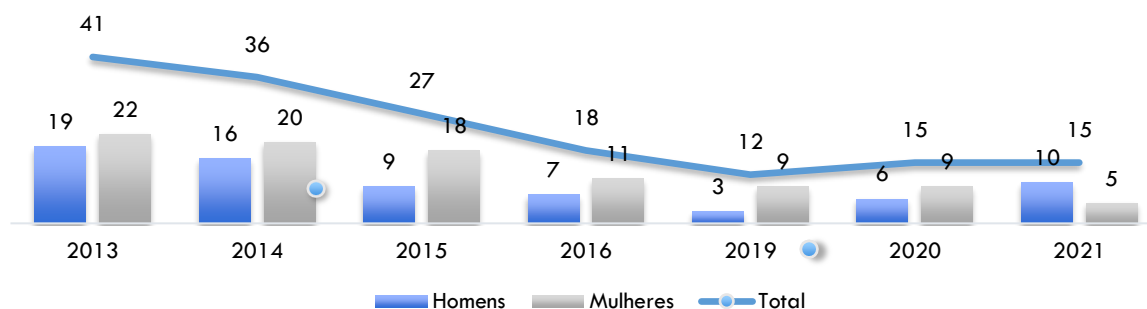
As mulheres beneficiaram, em 2021, de uma prestação social pela perda involuntária do emprego significativamente inferior à dos homens (M: 2 851€/ano; H: 3 142€/ano). Podemos encontrar a justificação para este fenómeno no facto de as mulheres tenderem, em média, a beneficiar de salários mais baixos que os homens, para funções semelhantes, sendo este precisamente um elemento que serve de base ao cálculo do subsídio de desemprego. Tal como se referiu anteriormente, as mulheres, em média, beneficiam desta prestação por períodos mais longos. Isto pode colocar as mesmas numa situação de maior vulnerabilidade, pelo que este fator de risco de vulnerabilidade socioeconómica deve ser considerado em termos de proteção social complementar, assim como deve inspirar os vários agentes a reforçarem as suas políticas e medidas de promoção da igualdade de sexo e não discriminação.

Esta informação permite concluir que, apesar das transferências sociais relacionadas com o desemprego terem contribuído para a redução do risco de pobreza, a verdade é que, em termos médios, os valores anuais transferidos desta prestação social, em 2021, eram significativamente inferiores ao valor determinado para o limiar de risco de pobreza, 6 608€/ano. Desta forma, verifica-se que os beneficiários desta prestação social apresentam uma forte propensão para a possibilidade de vivenciarem situações de vulnerabilidade socioeconómica.

De referir ainda que os valores desta prestação auferida pelos beneficiários residentes no concelho de Caminha, no ano de 2021, foram inferiores à média nacional (H: 3 364€; M: 3 074€) e da Região Norte (H: 3 354€; M: 3 036€), mas superiores à média da Região do Alto Minho (H: 2 816€; M: 2 684€).

O **Subsídio Social de Desemprego Inicial** é uma prestação paga a quem perdeu o emprego de forma involuntária e que se encontre inscrito no IEFP, compensando a falta de remuneração ao desempregado. Este é atribuído a quem não reúne condições para receber o subsídio de desemprego e cumpra a condição de recurso.

Gráfico 166 | Evolução do número de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego Inicial residentes no concelho de Caminha, total e por sexo, 2013-2021⁸³



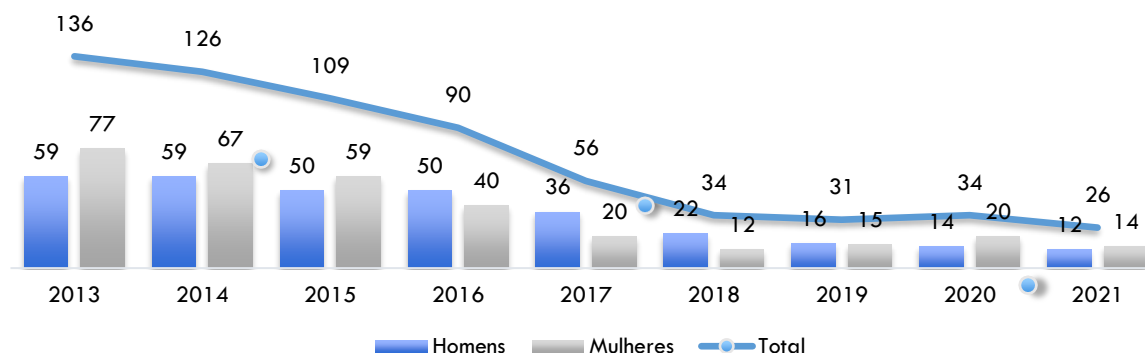
Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Em 2013, eram 41 os indivíduos que beneficiavam do Subsídio Social de Desemprego Inicial (19 homens e 22 mulheres). No ano de 2021, o número de beneficiários desta prestação era bastante inferior, situando-se em 15 indivíduos (10 homens e 5 mulheres). Entre 2013 e 2020, o número de mulheres beneficiárias da prestação ultrapassava o número de homens (o maior desequilíbrio teve lugar no ano de 2015 (+ 9 indivíduos). Entre 2013 (41 indivíduos) e 2019 (12 indivíduos), o número total de beneficiários decresceu, para voltar a crescer em 2020 (15 indivíduos). Valor que se manteve em 2021. Nesse ano, o número de homens a receber o Subsídio Social de Desemprego excedeu o número de mulheres (10 homens e 5 mulheres).

Outra das prestações sociais que se destina a apoiar/compensar o desempregado pela perda involuntária do emprego é o **Subsídio Social Subsequente ao Subsídio de Desemprego**. Trata-se de um apoio pecuniário atribuída ao beneficiário, quando o mesmo já esgotou o tempo a que teve direito para receber o Subsídio de Desemprego, desde em situação de desemprego, esteja inscrito no IEFP e cumpra a condição de recurso.

⁸³ A falta de dados para os anos de 2017 e 2018 impede que os mesmos constem no gráfico.

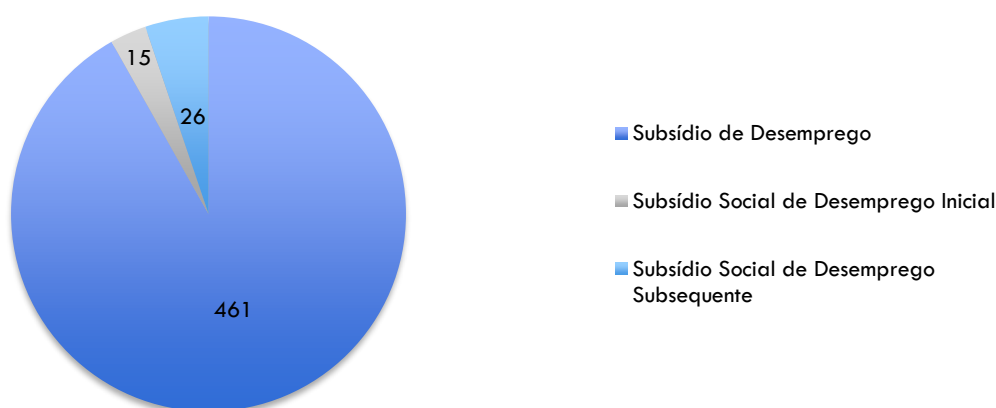
Gráfico 167 | Evolução do número de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego Subsequente residentes no concelho de Caminha, total e por sexo, 2013-2021



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

À semelhança do registado nas demais prestações de desemprego, o número de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego Subsequente ao Subsídio de Desemprego sofreu uma quebra entre 2013 (136 indivíduos) e 2019 (31 indivíduos). No ano seguinte, aumentou para 34 o número de beneficiários, tendo decrescido em 2021 (26 indivíduos). Comparando 2013 com 2021, comprova-se que o número de beneficiários desta prestação decresceu, passando de 136 para 26 (-110 indivíduos). A análise do comportamento desta prestação social por sexo dos beneficiários mostra que, entre 2013 e 2015, o número de mulheres é superior. De 2016 até 2019, essa relação alterou-se, para retomar a tendência inicial a partir de 2021 (Mulheres: 14; Homens: 12).

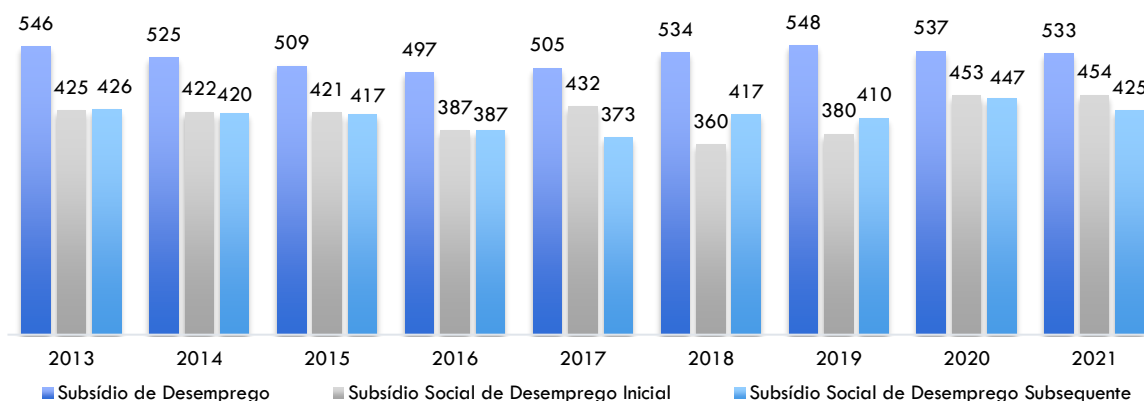
Gráfico 168 | Número de beneficiários de prestações de desemprego residentes no concelho de Caminha, por tipo de subsídio, 2021



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Comparando o número de beneficiários de prestações de desemprego residentes no concelho de Caminha, em 2021, por tipo de prestação, constata-se que a maioria recebe Subsídio de Desemprego (461 indivíduos), seguido do Subsídio Social de Desemprego Subsequente (26 indivíduos) e, por fim o Subsídio Social de Desemprego Inicial (15 indivíduos).

Gráfico 169 | Evolução do valor médio mensal processado de prestações de desemprego de beneficiários residentes no concelho de Caminha, por tipo de subsídio, 2013-2021

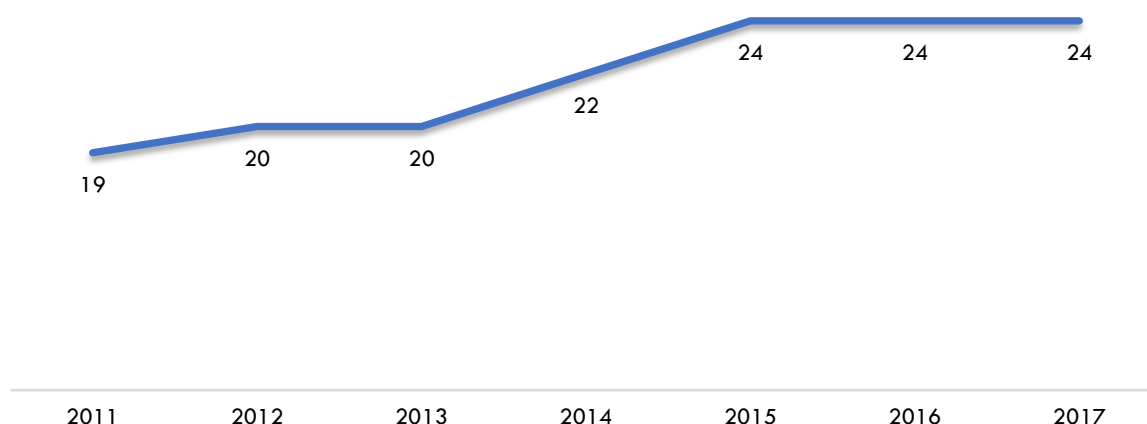


Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Partindo da análise da evolução do valor médio mensal processado de prestações de desemprego de beneficiários residentes no Concelho de Caminha, por tipo de subsídio, entre 2013 e 2021, verifica-se que o Subsídio de Desemprego atinge valores mais elevados do que as demais prestações, o que pode explicar-se pelo facto de as demais terem como elemento de cálculo os rendimentos do agregado familiar. Relativamente às demais prestações, as maiores disparidades nos montantes auferidos notam-se nos anos de 2017 e 2018. No primeiro ano, o Subsídio Social de Desemprego Inicial é mais elevado em 59€ e, no ano seguinte, o mesmo é inferior ao Subsídio Social de Desemprego Subsequente (-57€).

Os montantes processados, em média, para cada uma destas prestações de desemprego, permitem antever que os seus beneficiários podem enquadrar-se nos grupos com maior suscetibilidade para vivenciar situações de vulnerabilidade socioeconómica. No caso dos beneficiários do Subsídio Social de Desemprego Subsequente, por se tratar de uma prestação auferida após a cessação do período de benefício do Subsídio de Desemprego, a situação torna-se mais grave por se tratar, regra geral de desempregados de Longa Duração. Mais se acrescenta que estes valores põem a causa a concretização do ODS 1 – Erradicar a Pobreza, nomeadamente, no que se refere à meta 1.1 – Erradicar a Pobreza Extrema.

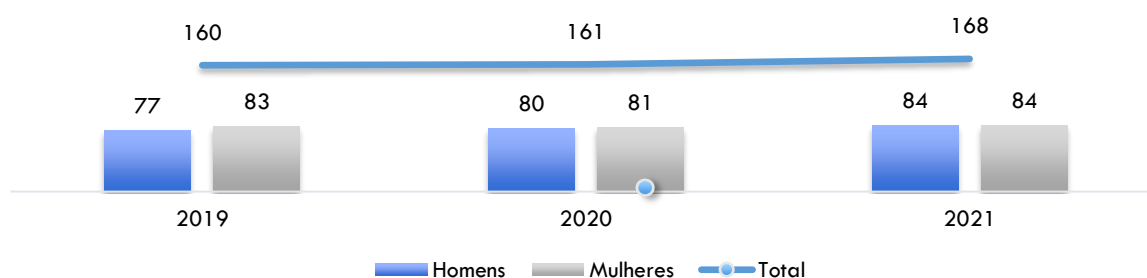
Gráfico 170 | Evolução do número de beneficiários do Subsídio Mensal Vitalício residentes no concelho de Caminha, 2011-2017⁸⁴



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Como se pode observar no gráfico, entre 2011 e 2017, o número de munícipes a receber o Subsídio Mensal Vitalício passou de 19 para 24. Esta prestação destina-se a compensar indivíduos maiores de 24 anos que apresentem alguma deficiência física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que lhes impeça de assegurar a subsistência pelo exercício de uma atividade profissional. Esta prestação está a ser substituída pela Prestação Social para a Inclusão, devendo os beneficiários requerer a sua conversão na Segurança Social.

Gráfico 171 | Evolução do número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão residentes no concelho de Caminha, por sexo, 2019-2021



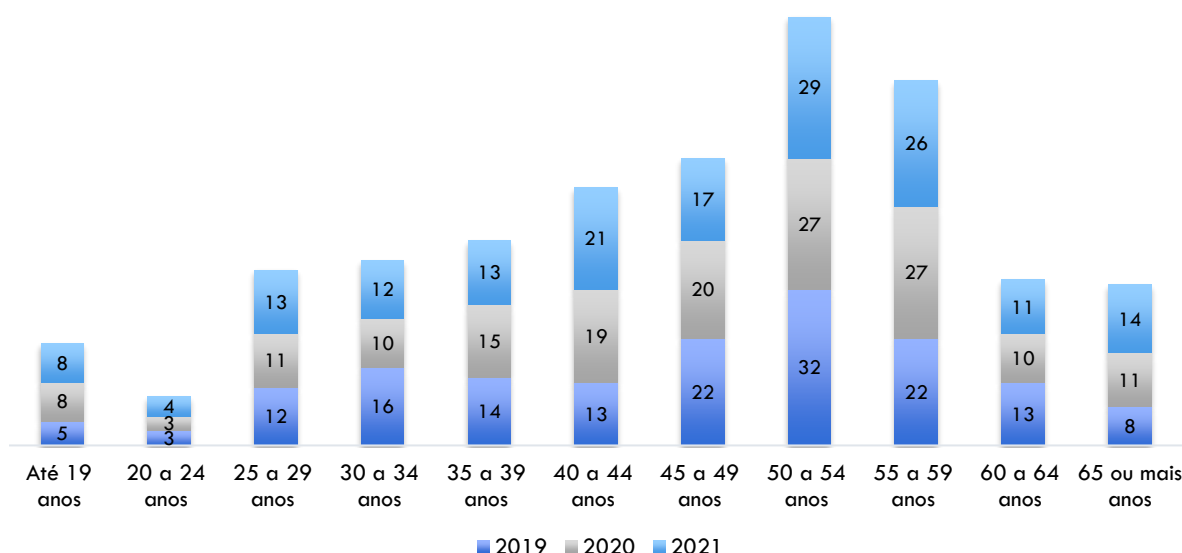
Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em abril de 2022)

⁸⁴ No final de 2017, esta prestação social foi substituída pela Prestação Social para a Inclusão, daí que a análise do comportamento da mesma se cinja ao período de 2011 a 2017.

Através do Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro de 2017, foi instituída a Prestação Social para a Inclusão (PSI). Trata-se de uma prestação pecuniária paga mensalmente aos cidadãos portadores de uma deficiência da qual resulte uma incapacidade igual ou superior a 60%, independentemente dos rendimentos auferidos pelos mesmos e pelo agregado familiar. Esta prestação veio substituir o Subsídio Mensal Vitalício, a Pensão Social de Invalidez e a Pensão de Invalidez dos Regimes Transitórios dos Trabalhadores Agrícolas e Complemento Extraordinário de Solidariedade

No Concelho de Caminha, verifica-se que o número de beneficiários desta prestação, entre 2019 e 2021, aumentou (160 e 168, respetivamente), sendo que não se registam diferenças significativas na distribuição por sexo.

Gráfico 172 | Evolução do número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão residentes no concelho de Caminha, por grupo etário, 2019-2021



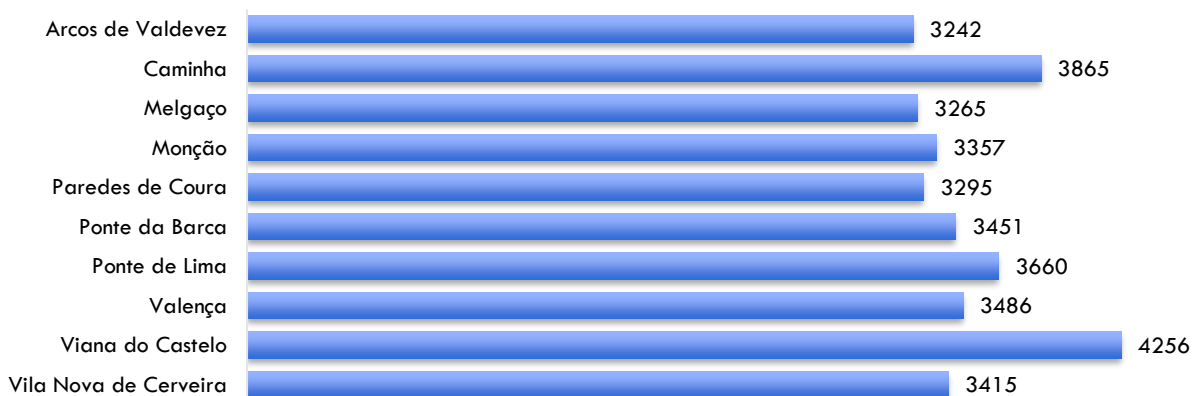
Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em abril de 2022)

O maior número de beneficiários da PSI, em 2021, regista-se no seio do grupo etário dos 50 aos 54 anos de idade, com um total de 29. Nos demais anos, esta prevalência mantém-se, sendo que em 2020, esse lugar cimeiro é partilhado com os beneficiários com idades compreendidas entre os 55 e os 59 anos.

O valor médio mensal processado com PSI, em 2021, a beneficiários residentes no Concelho de Caminha era de 280€, significando um decréscimo face aos anos anteriores (2019: 288€; 2020: 284€). Posto isso, esse valor era manifestamente insuficiente para superar o limiar de pobreza.

Atendendo a que, tal como se fez constar no capítulo 1, o território concelhio se caracteriza por apresentar, do ponto de vista demográfico, índices de envelhecimento elevados e crescentes, importa agora refletir sobre a realidade concelhia no que concerne aos pensionistas.

Gráfico 173 | Valor médio anual das pensões pagas pelo ISS, IP. aos beneficiários residentes nos municípios da sub-região do Alto Minho, 2021 (€)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/06/2023)

De acordo com a informação reunida, em 2021, o concelho de Caminha era o 2.º concelho com o valor médio anual das pensões pagas pelo ISS, IP, 3 865€, antecedido apenas pelo concelho de Viana do Castelo, 4 256€.

Tabela 67 | Valor médio anual de prestações sociais do ISS, IP auferidas pelos residentes da sub-região do Alto Minho face à região Norte e ao país, 2021 (€)

Territórios	Valor médio anual das pensões			Valor médio anual do	Valor médio anual do
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Subsídio de Desemprego	Subsídio de Doença
Portugal	5 634	6 717	3 474	3 200	1 211
Norte	5 206	6 220	3 248	3 171	1 101
Alto Minho	4 901	5 074	2 803	2 742	1 335
Arcos de Valdevez	4 280	4 075	2 507	2 673	1 232
Caminha	4 799	5 415	2 895	2 973	1 444
Melgaço	3 912	3 995	2 351	2 744	1 049
Monção	4 378	4 331	2 507	2 643	1 202
Paredes de Coura	4 552	4 422	2 482	2 646	1 493
Ponte da Barca	4 289	4 410	2 662	2 546	1 257
Ponte de Lima	4 805	4 892	2 659	2 739	1 192
Valença	4 467	4 715	2 642	2 629	1 182
Viana do Castelo	5 551	5 894	3 169	2 779	1 482
V. N. de Cerveira	4 354	4 789	2 697	2 767	1 147

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/06/2023)

Ao comparar o valor médio anual das pensões da Segurança Social (pensão de sobrevivência, invalidez, doença profissional e velhice), pagas no ano de 2011, entre os Municípios da Região do Alto Minho, como se constata pela leitura no gráfico anterior, o concelho de Caminha (3 865€) regista o segundo valor médio mais elevado, antecedido apenas por Viana do Castelo (4 256€). No ano de 2021, o concelho de Caminha mantém a segunda posição no que respeita ao valor médio das pensões pagas pela Segurança Social, o qual se situa nos 4 767€.

Tabela 68 | Número de pensionistas ativos residentes no concelho de Caminha, por regime, por tipo de pensão e por sexo, dezembro 2021

	Ano	Regime Contributivo			Regime Não Contributivo		
		M	F	T	M	F	T
Invalidez	2013	205	169	374	41	28	69
	2021	156	133	289	a)	a)	a)
Velhice	2013	1 498	1 919	3 417	8	39	47
	2021	1 651	1 934	3 585	8	28	36
Sobrevivência	2013	227	992	1 219	4	3	7
	2021	223	1 004	1 227	*	*	3

* A revelação do valor viola o segredo estatístico pelo que não pode ser divulgado

a) A pensão de invalidez do regime não contributivo foi integrada na Prestação Social para a Inclusão

Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Através da análise da tabela anterior, observa-se que, entre 2013 e 2021, o número total de beneficiários da Pensão de Invalidez do regime contributivo decresceu (374 e 289, respetivamente). No período em análise, o número de beneficiários desta prestação do sexo masculino é superior ao dos beneficiários do sexo feminino. Em 2021, a proporção de homens a beneficiar desta pensão era de 53,98% do total.

Ao centrar a atenção no comportamento da Pensão de Velhice do regime contributivo, verifica-se que o número total de beneficiários, para o período em apreço, aumentou, passando dos 3 417, em 2013, para os 3 585, em 2021. Esta tendência evolutiva é o reflexo do aumento do número de idosos residentes no concelho de Caminha. Para esta pensão, é entre os beneficiários do sexo feminino que se encontra o maior número. Em 2021, o número de mulheres beneficiárias da Pensão de Velhice era superior em cerca de 7,89 p.p. (Homens: 46,05% e Mulheres: 53,95%). Esta prevalência pode ser compreendida pelo fenómeno da feminização do envelhecimento.

No que concerne à Pensão de Velhice do regime não contributivo, assiste-se, entre 2013 e 2021, a um decréscimo do número total de beneficiários (47 e 36, respetivamente). A disparidade entre os beneficiários em função do sexo é uma realidade bastante marcada, em favor das mulheres (em 2013 – Homens: 8, Mulheres: 39; em 2021 – Homens: 8; Mulheres: 28), o que se explica pelo facto de, no passado, serem as mulheres quem se mantinham afastada do mercado de trabalho formal e, como tal, não apresentarem contribuições para a Segurança Social.

O número de beneficiários da Pensão de Sobrevivência do regime contributivo, entre 2013 e 2021, conheceu um aumento (1 219 e 1 227, respetivamente). Este facto pode ser compreendido atendendo ao aumento da esperança média de vida. Por outro lado, verifica-se uma disparidade brutal entre o número de beneficiários do sexo masculino e o número de pensionistas do sexo feminino. É entre as mulheres que se regista o maior número de beneficiários, sendo que, em 2013, estas correspondiam a 81,38% dos pensionistas com Pensão de Sobrevivência, passando, em 2021, a representar 81,83%. Este facto pode ser explicado pela esperança média de vida ser superior para as mulheres (83 nas mulheres para 77 nos homens) e, por conseguinte, se assistir à feminização do envelhecimento.

Tabela 69 | Valor médio mensal das pensões de pensionistas residentes no concelho de Caminha, por regime, tipo de pensão e sexo, 2019-2021 (€)

	Ano	Regime Contributivo			Regime Não Contributivo		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Invalidez	2013	342,36	282,50	315,31	268,15	252,22	261,68
	2021	375,38	355,87	356,68	a)	a)	a)
Velhice	2013	402,28	286,83	337,44	271,69	263,32	264,75
	2021	483,39	332,06	401,76	246,84	279,46	272,21
Sobrevivência	2013	149,36	196,69€	187,88	88,90€	164,62	121,35
	2021	181,87	225,64	217,69	*	*	112,95

*A revelação do valor viola o segredo estatístico pelo que não pode ser divulgado

a) A pensão de invalidez do regime não contributivo foi integrada na Prestação Social para a Inclusão

Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Analisando a tabela acima, constata-se que, entre 2013 e 2021, houve um aumento do valor médio mensal das pensões. Em 2021, a Pensão de Invalidez era, em termos médios, de 356,68€. A Pensão de Velhice situava-se, no que aos valores médios se refere, 401,76€. O valor médio mensal processado por pensionista da Pensão de Sobrevivência era de 217,69€. Relativamente à Pensão de Invalidez e à Pensão de Velhice, os homens auferem, em média, de pensões mais elevadas, o que reflete a desigualdade que se vive no mercado de trabalho no que toca aos salários auferidos pelos homens e pelas mulheres. Quanto à Pensão de Sobrevivência as mulheres recebem valores mais elevados, já que as mesmas são calculadas em função do valor das pensões do cônjuge.

No regime não contributivo, contrariamente, as pensões atribuídas ao sexo feminino são superiores, confirmando que há mais mulheres a não atingir o nível mínimo de contribuições, necessárias para atribuição de pensão de velhice, corroborando o menor acesso do sexo feminino ao mercado de trabalho, particularmente, nas gerações mais velhas.

Tabela 70 | Evolução do valor médio anual das pensões de pensionistas residentes no concelho de Caminha, por regime, por tipo de pensão e por sexo, 2013-2021 (€)

	Ano	Regime Contributivo			Regime Não Contributivo		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Invalidez	2013	4 793,01	3 954,93	4 414,30	3 754,06	3 531,09	3 663,58
	2021	5 003,25	4 982,17	4 993,55	a)	a)	a)
Velhice	2013	5 631,93	4 015,57	4 724,17	3 803,70	3 686,55	3 706,49
	2021	6 767,53	4 648,87	5 624,58	8	28	36
Sobrevivência	2013	2 091,00	2 753,71	2 630,30	1 244,61	2 304,66	1 698,92
	2021	2 546,15	3 158,97	3 047,59	*	*	1 581,25

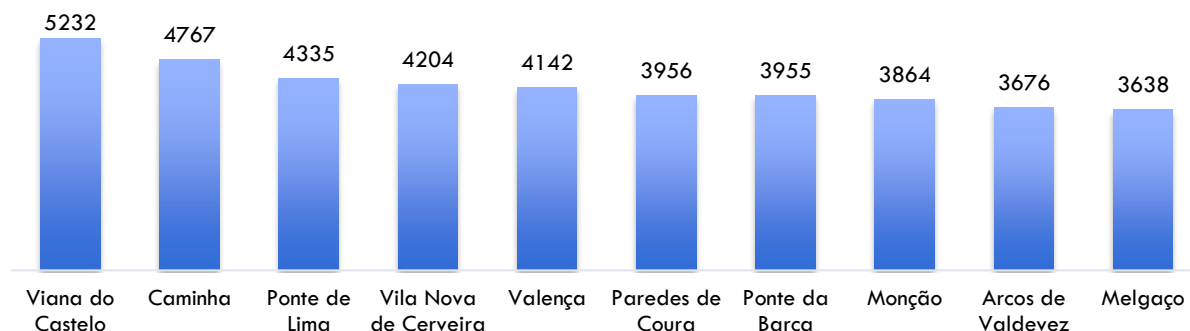
*A revelação do valor viola o segredo estatístico pelo que não pode ser divulgado

a) A pensão de invalidez do regime não contributivo foi integrada na Prestação Social para a Inclusão

Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

No que diz respeito ao valor médio anual das pensões, por tipo, constata-se que, entre 2013 e 2021, o mesmo evoluiu positivamente, o que se fez sentir com maior relevo ao nível da Pensão de Velhice.

Gráfico 174 | Valor médio anual das pensões pagas pela Segurança Social, aos beneficiários residentes nos concelhos da sub-região do Alto Minho, 2021 (€)

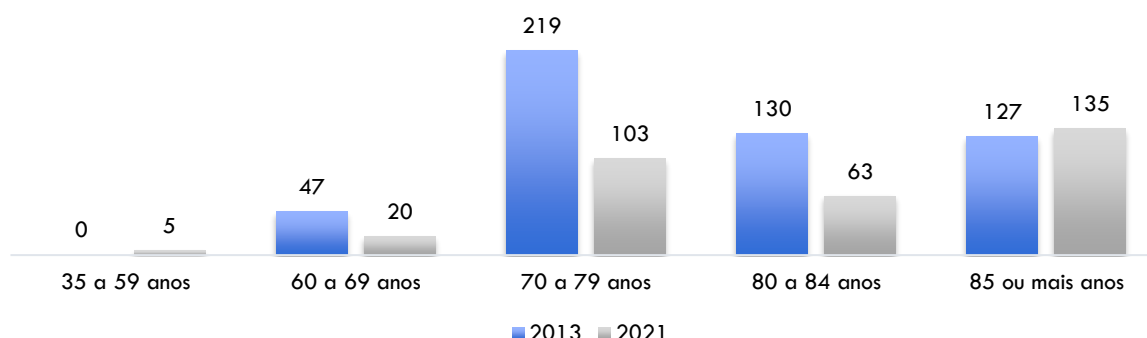


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 15/06/2023)

Comparando o valor médio anual das pensões pagas pela Segurança Social ao nível dos municípios da sub-região do Alto Minho, no ano de 2021, verifica-se que o concelho de Caminha surge como o segundo com valores mais elevados (4 767€), apenas ultrapassado por Viana do Castelo (5 232€). Por oposição, o concelho de Melgaço é aquele que apresenta um montante médio anual mais baixo (3 638€).

Outra prestação com grande relevo ao nível do combate às situações de pobreza no seio da população idosa é o Complemento Solidário para Idosos (CSI), instituído pelo Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro, a qual consiste num apoio pecuniário pago mensalmente aos idosos com idade igual ou superior à idade normal de acesso à Pensão de Velhice do regime geral de Segurança que detenham baixos rendimentos, de acordo com os critérios de apuramento dos recursos. A atribuição e manutenção desta prestação social está dependente não só do rendimento do titular, mas também dos demais elementos do agregado familiar e dos filhos (mesmo que não integrem o agregado doméstico).

Gráfico 175 | Evolução do número total de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos, no concelho de Caminha, 2013-2021



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em agosto de 2019 e abril de 2022)

Antes de avançar na análise, deve referir-se que, a partir de 2017, alterações legislativas alargaram a atribuição do CSI aos titulares da pensão de invalidez, o que justifica a existência de beneficiários de CSI no grupo etário dos 35 aos 59 anos de idade.

No ano de 2013, o número total de beneficiários do CSI era de 533 indivíduos (420 mulheres e 113 homens). Em 2021, eram 326 os residentes no concelho de Caminha que beneficiavam do CSI, o que significa uma quebra de 207 beneficiários. De acordo com os dados disponíveis, nesse ano, era entre as mulheres que se encontrava o maior número de beneficiários, representando mais de 77% do total de beneficiários. Esta realidade é o reflexo dos baixos rendimentos auferidos pelas mulheres nesta fase do ciclo de vida. O maior número de beneficiários, em 2021, encontrava-se no grupo etário dos 85 e mais anos de idade, com um total de 135 indivíduos (116 mulheres e 19 homens).

Dada a natureza desta prestação e das particularidades do seu cálculo, pode afirmar-se que a **população beneficiária de CSI se encontra numa situação de vulnerabilidade socioeconómica, pelo que é importante que os vários agentes sociais concentrem a sua intervenção junto dos mesmos, por forma a prevenir a ocorrência de situações de pobreza.**

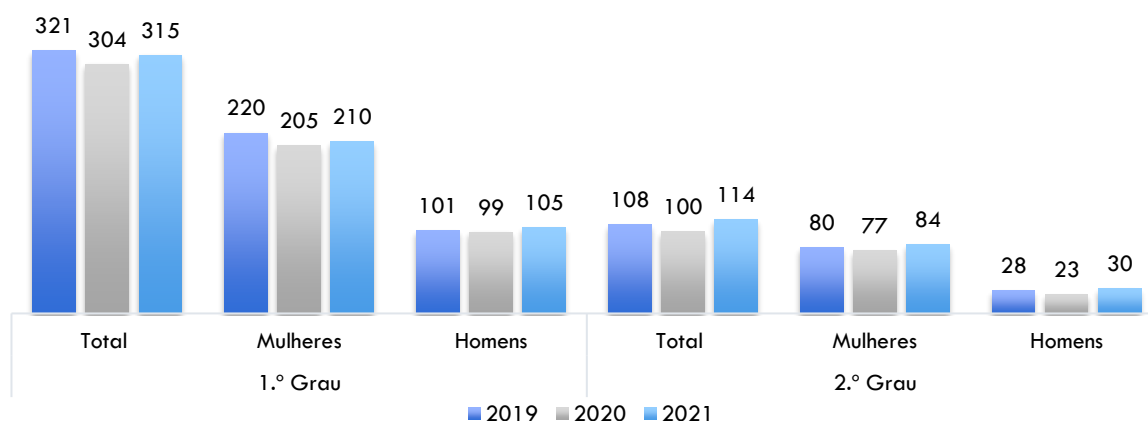
O **Complemento por Dependência**, prestação social que assume a forma de apoio económico «(...) pago mensalmente aos pensionistas que se encontram numa situação de dependência e que precisam da ajuda de outra pessoa para satisfazer as necessidades básicas da vida quotidiana (porque não conseguem fazer a sua higiene pessoal, alimentarem-se ou deslocarem-se sozinhos)»⁸⁵. Esta prestação pode também

⁸⁵ Fonte: Centro Nacional de Pensões, 03/01/2023, Guia Prático – Complemento por Dependência, ISS, I.P..

ser atribuída a cidadãos que, não sendo pensionistas, sejam portadores de determinadas doenças⁸⁶ e também às pessoas que se encontrem numa situação de dependência reconhecida pelo Sistema de Verificação de Incapacidades da Segurança Social.

O valor desta prestação social estrutura-se de acordo com o grau de dependência do beneficiário, o qual pode variar entre o 1.º e o 2.º graus.

Gráfico 176 | Evolução do número de beneficiários do Complemento por Dependência, no concelho de Caminha, por grau e por sexo, 2019-2021

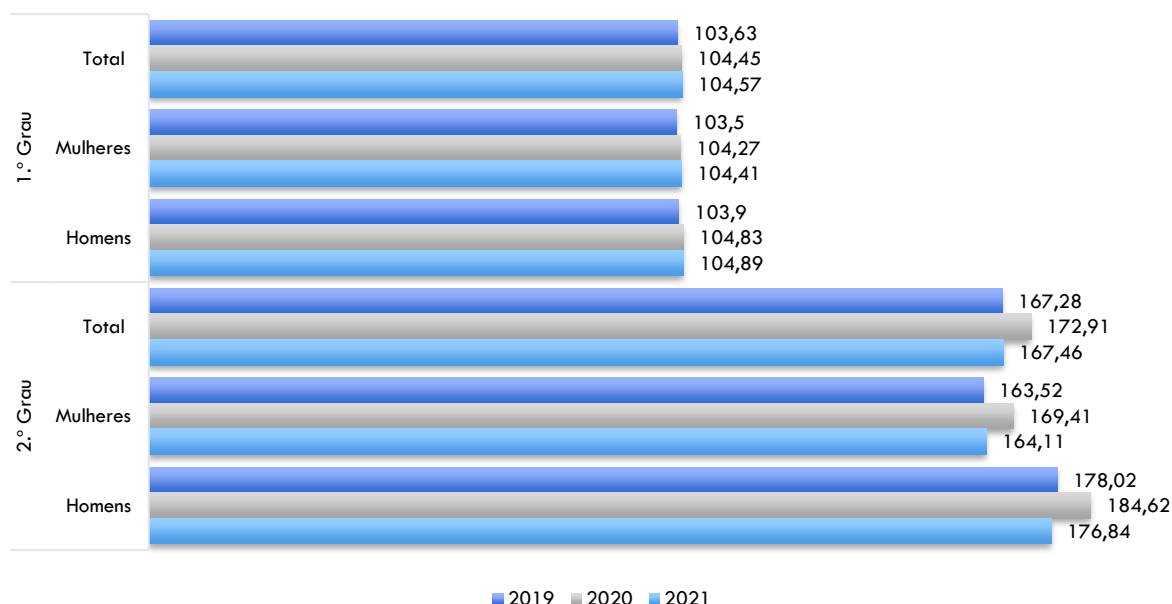


Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em abril de 2022)

De acordo com os dados disponíveis, em 2021, o número total de beneficiários é de 429 (1.º Grau: 315; 2.º Grau: 114), o que representa uma manutenção face a 2019. O que diverge, neste último ano, é a distribuição em função do grau (1.º Grau: 321; 2.º Grau: 108). O número de mulheres beneficiárias desta prestação, para todos os anos representados no gráfico anterior, e para ambos os graus, ultrapassa o número de homens.

⁸⁶ Tais como: Paramiloidose Familiar, doença Machado-Joseph, Sida (vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), Esclerose Múltipla, Doença do Foro Oncológico, Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), Doença de Parkinson, Doença de Alzheimer e doenças raras (Fonte: https://www.seg-social.pt/documents/10152/15002/7013_complemento_dependencia/1333cd5e-09f0-4935-9ca4-eae7ace41161)

Gráfico 177 | Evolução do valor médio do Complemento por Dependência, no concelho de Caminha, por grau e por sexo, 2019-2021 (€)



Fonte/Entidade: ISS, IP | Gabinete de Planeamento e Estratégia (Acedido em abril de 2022)

Os dados apresentados demonstram que, relativamente ao Complemento por Dependência do 1.º Grau, os aumentos registados foram muito residuais (em 2021, o mesmo era, em termos totais, 0,12€ mais elevado do que em 2020). Tampouco se registam divergências relevantes por sexo. Ao olhar para o Complemento por Dependência do 2.º Grau, nota-se que, embora o valor médio mensal total em 2021 (167,46€) seja mais elevado do que aquele que se registou em 2019 (167,28€), o mesmo é inferior ao de 2020 (172,91€).

4.1.2. Outras Medidas e Apoios Sociais

De forma a minimizar as situações de fragilidade sociais existentes no concelho de Caminha, os diferentes agentes com responsabilidades ao nível da intervenção congregam os seus esforços na conceção de programas e de apoios sociais atípicos (apoio pecuniário eventual, apoio alimentar, loja social, banco de bens, ...).

Assim, para além das prestações sociais, das quais se deu nota no ponto anterior, existem programas e medidas de apoio de carácter nacional e municipal que visam acorrer às necessidades dos indivíduos e

famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, garantindo assim o acesso a bens e serviços de primeira necessidade.

Tabela 71 | Evolução do número e dos montantes do subsídio de carácter eventual processados pela Equipa de Caminha do ISS, 2019-2021⁸⁷

Ano	Quantidade de apoios	Valor do Movimento
2019	24	29 446,60€
2020	28	8 461,61€
2021	51	23 149,93€

Fonte/Entidade: ISS, IP Gabinete de Planeamento e Estratégia (2022)

No âmbito desse apoio, encontra-se o subsídio de carácter eventual, o qual corresponde a uma prestação pecuniária atribuída no âmbito da intervenção da ação social, com o objetivo de colmatar as situações de comprovada carência e desigualdade socioeconómica, de exclusão ou vulnerabilidade social, concorrendo para a pagamento de despesas inadiáveis, no âmbito da aquisição de bens e serviços de primeira necessidade (alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, transportes, entre outros).

Ao observar a tabela acima, a qual contempla os dados relativos aos apoios processados pelo ISS, IP verifica-se a existência de uma grande disparidade nos montantes envolvidos nos apoios ao longo dos anos, o que não encontra a sua justificação na quantidade de apoios dados, pelo que poderá estar relacionado com os montantes/tipologia da despesa apoiada.

No ano de 2019, foram atribuídos 24 apoios, os quais ascenderam a 29 446,60€. Em 2020, os apoios atribuídos representaram apenas 30% dos apoios efetuados no ano anterior. O ano de 2020 foi o ano do início da pandemia SARS-CoV-2 (COVID19) e este valor tão reduzido poderá ser explicado pelo receio de contágio sentido pelos munícipes, evitando deslocações para o exterior do domicílio. Contudo, em 2021, o valor processado aproximou-se dos valores pré-pandemia, assinalando o início do regresso à normalidade.

Cumprindo as atribuições que lhe estão cometidas, tal como estabelecido no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Município de Caminha, com o propósito de

⁸⁷ Uma vez que a divulgação dos dados diferenciados por tipo de benefício violam o segredo estatístico, pelo que os montantes agregam ao apoios em “Numerário”, os “Subsídios eventuais a indivíduos com SIDA”, “Outras” e verba utilizada na “Prevenção e Reabilitação e Ajudas Técnicas”.

promover e salvaguardar os interesses dos munícipes no domínio da ação social dispõe de um conjunto de programas e medidas de apoio à população residente.

No ano de 20216, após publicação no Diário da República n.º 193, 2.ª Série, de 7 de outubro, entrou em vigor o **Regulamento n.º 909/2016, o Plano de Emergência Social – Caminha Solidária**, o qual tinha como objetivo determinar as condições e os critérios para a atribuição de apoio pecuniário de carácter pontual aos indivíduos e famílias residentes no concelho de Caminha que, cumprindo as condições de atribuição, se encontravam a vivenciar uma situação-problema de vulnerabilidade socioeconómica. Desta forma, a intervenção social junto da população em situação de carência financeira via-se complementada com a possibilidade de atribuição de apoio pecuniário com o propósito de minimizar a situação-problema de carência, possibilitando o acesso aos recursos, aos bens e aos serviços de primeira necessidades (habitação, despesas domésticas e saúde). Este regulamento vigorou até 25 de maio de 2023, no qual foi publicado o **Regulamento n.º 571/2023, Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Caminha (SAAS)**, fruto da assunção pelo Município de Caminha das competências no domínio da Ação Social, como previsto pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua redação atual.

Assim sendo, no seguimento do trabalho que vinha sendo desenvolvido, a equipa técnica do Setor de Coesão Social do Município de Caminha, no âmbito da ação de atendimento e acompanhamento social, avalia as situações-problema e, reunidas as condições de atribuição previstas no regulamento referido, propõe a atribuição do **apoio pecuniário** (pagamento de despesas com habitação, despesas de saúde, despesas domésticas e outros que se considerem necessários e imprescindíveis), enquanto dimensão da intervenção desenvolvida para promover a mudança social e a capacitação dos indivíduos e famílias.

De referir ainda que, desde 2016, o Município de Caminha dispõe do **Programa CaminHabitat – Programa de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada no Concelho de Caminha** (Regulamento n.º 908/2016, de 7 de outubro), o qual visa a atribuição, aos munícipes que cumpram as condições de atribuição previstas no sobredito regulamento, de apoio à recuperação de habitação própria e permanente nas seguintes áreas: Obras de conservação, beneficiação, alteração ou ampliação da habitação, que apresente manifesta falta de condições de habitabilidade; Licenciamento das obras referidas na alínea anterior; Isenção do pagamento de taxas relativas às obras executadas ao abrigo do regulamento. O apoio pode ascender até aos 10 000€ (dez mil euros) por agregado familiar.

Para além destes apoios, o Município de Caminha dispõe de outra medida de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, Atribuição de Incentivos a Estudantes do Ensino Superior, estabelecida pelo **Regulamento n.º 78/2024, Regulamento Municipal para a Atribuição de Incentivos a Estudantes do Ensino Superior**. Trata-se da atribuição de uma prestação pecuniária anual destinada a incentivar os

residentes que ingressem ou frequentem o ensino superior, mediante determinadas condições, nomeadamente a situação económica e o aproveitamento escolar.

Na tabela infra, são apresentados os dados relativos aos referidos apoios.

Tabela 72 | Evolução dos apoios atribuídos pelo Município de Caminha, 2019-2023

Ano	Regulamento/Programa	Número de agregados familiares ou Estudantes do ES	Montante total processado
2019	Caminha Solidária	28	9 209,92€
	Isenção do pagamento de faturas de água	19	1 124,4€
	Incentivos a Estudantes ES	11	19 800€
	Total		30 134,32€
2020	Caminha Solidária	124	36 745,93€
	CaminHabita	2	11 418,33€
	Incentivos a Estudantes ES	12	21 600€
	Total		69 764,26€
2021	Caminha Solidária		47 590,19€
	Incentivos a Estudantes ES	17	32 385€
	Total		79 915,19€
2022	Caminha Solidária	100	37 321,81€
	Incentivos a Estudantes ES	18	35 910€
	Total		73 231,81€
2023	Caminha Solidária e Regulamento SAAS	70	26 375,32€
	Incentivos a Estudantes ES	19	40 185€
	CaminHabita	1	5 499,59€
	Total		72 059,91€

Fonte/Entidade: Setor de Coesão Social e Saúde – Município de Caminha (2024)

Considerando os montantes dos apoios do Município de Caminha, desde 2019, verifica-se uma tendência, em termos globais, de crescimento, entre 2019 e 2022. No ano de início da pandemia de SARS-CoV-2 (Covid19), o montante mais que duplicou relativamente ao ano anterior, demonstrando o forte investimento do Município de Caminha no apoio aos cidadãos residentes no concelho, nesta fase de emergência sanitária, social e económica. Em 2021, o montante processado voltou a aumentar. Desde 2022, o montante dos apoios decresceu, aproximando-se dos valores anteriores ao período da pandemia.

De realçar que no que concerne aos “Incentivos a Estudantes do ES” a tendência de crescimento do montante do apoio total atribuído e do número de beneficiários é a tônica de todo o período em análise.

A rubrica “pagamento da renda de habitação permanente” compreendeu a maior fatia dos apoios, com um valor médio de 495,41€ por munícipe apoiado, o que é exemplificativo do peso que esta despesa assume no orçamento das famílias.

Outro facto que representou um ponto de transformação no atendimento e acompanhamento dos indivíduos e famílias do concelho foi a entrada em vigor, a 25 de maio de 2023 do Regulamento n.º 571/2023 – Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Caminha (SAAS). Deste, em decorrência do legalmente estabelecido, resultou a alteração das condições de acesso aos apoios, da tipologia e montantes dos mesmos, assim como introduziu novas possibilidades de intervenção e de contratualização para a inserção da mesma.

Comparando os montantes dos apoios proporcionados pela Segurança Social e pelo Município de Caminha, conclui-se que, quer pela questão da proximidade, quer pela questão de terem sido criados mecanismos de apoio diferenciados face à realidade pandémica (Rede Complementar de Apoio e Linha de Apoio Psicossocial), os cidadãos optaram por procurar apoio junto do Município de forma muito mais expressiva durante o período em apreço.

Para além dos apoios pecuniários referidos, o Município de Caminha também dispõe um “**Banco de Mobiliário**” através do qual se torna possível disponibilizar mobiliário às famílias em situação de comprovada carência socioeconómica. O mobiliário disponibilizado é doado ao Município de Caminha por particulares e outros parceiros. No ano de 2022, neste âmbito, foram apoiadas 33 famílias. No ano de 2023, foi entregue mobiliário a 26 agregados familiares.

Outro dos apoios que o Município de Caminha disponibiliza é a entrega de vestuário, tendo sido apoiados, em 2022, 60 agregados familiares e, em 2023, 46.

No âmbito do **Protocolo de Colaboração** celebrado, a 01 de outubro de 2018, entre o **Município de Caminha e a empresa H. Sarah Trading**, portadora de Título Único Ambiental para Operação de Gestão de Resíduos Têxteis, de acordo com o qual o Município de Caminha recebe, por cada tonelada de material recolhido (roupas, calçado e brinquedos depositados pela população nos contentores colocados no território para esse efeito), 50€ na forma de materiais de construção civil, equipamentos domésticos ou outros bens a fornecer às famílias em situação de carência socioeconómica devidamente comprovada pelo SAAS. Desde a sua vigência, ao abrigo do referido protocolo já foram atribuídos equipamentos domésticos/eletrodomésticos a cerca de 5 agregados familiares.

De referir que para além do Município de Caminha, no território concelhio, dispõe de outras entidades, Conferência Mista de São Vicente de Paulo de Vila Praia de Âncora, Conferência de São Vicente de

Paulo de Lanhelas, Conferência de São Vicente de Paulo de Seixas, Lions Clube de Vila Praia de Âncora, Rotary Club de Caminha (Loja Social), que, no âmbito da sua missão, proporcionam apoio a famílias carenciadas do concelho, nomeadamente, disponibilizando apoio na aquisição de medicamentos e outros bens essenciais, entregando bens alimentares, doando vestuário e calçado, mobiliário, brinquedos e outros bens para bebés e crianças. Também o Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora proporciona também dispõe de um espaço, no qual as famílias em situação de vulnerabilidade podem obter gratuitamente vestuário e calçado.

Para além dos apoios anteriormente referidos, o Município de Caminha, de acordo com o estabelecido no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, desenvolve a Ação Social Escolar (ASE), o que inclui a organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios e de aplicação universal, diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos, integrais ou parciais, gratuitos ou comparticipados. A ASE inclui as medidas de apoio, nas modalidades de apoio alimentar, auxílios económicos, e acesso a recursos pedagógicos, destinados a crianças do nível de educação Pré-escolar e alunos do Ensino Básico e Secundário que frequentam escolas públicas e escolas particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação.

Tabela 73 | Número de crianças com Ação Social Escolar do nível Pré-Escolar, por escalão, no ano letivo de 2021/2022

Ano	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	Total
2021/2022	29	29	38	29	8	133

Fonte/Entidade: Setor de Coesão Social e Saúde – Município de Caminha (2022)

No que concerne à ASE ao nível do Pré-Escolar, no concelho de Caminha, no ano letivo de 2021/2022, foram apoiadas 133 crianças, divididas pelos vários escalões (5 escalões), sendo que foi no 3.º escalão em que se concentrou o maior número de crianças (38 crianças) e, no ponto oposto, surgiu o 5.º escalão (8 crianças). O 1.º escalão, no qual as crianças estão totalmente isentas do pagamento das refeições escolares, estavam integradas 29 crianças, ocupando o 2.º lugar, em *ex aequo* com o 2.º, 3.º e 4.º escalões.

Tabela 74 | Número de alunos com Ação Social Escolar no 1.º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, por escalão, no ano letivo de 2021/2022

Ano	Escalão A	Escalão B	Total
2021/2022	80	105	185

Fonte/Entidade: Setor de Coesão Social e Saúde – Município de Caminha (2022)

Quanto ao 1.º Ciclo do EB, entre os dois escalões, foram apoiadas 185 crianças residentes no concelho. O escalão A isenta o aluno do pagamento das refeições escolares e providencia gratuitamente os Livros de Fichas. O escalão B comparticipa em 50% o valor das refeições escolares e providencia, de forma igualmente gratuita, os Livros de Fichas aos alunos.

Tabela 75 | Número de alunos com Ação Social Escolar no 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino secundário do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, por escalão, no ano letivo de 2021/2022

Escalão ASE	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	Total Geral
Escalão A	25	19	23	22	23	11	11	14	148
Escalão B	17	34	37	32	26	32	33	21	232
Escalão C	19	13	20	4	8	18	6	3	91
Não beneficia	63	48	69	69	68	63	60	39	479
Total Geral	124	114	149	127	125	124	110	77	950

Fonte/Entidade: AECC

De acordo com os dados da tabela anterior, verifica-se que cerca de 40% dos alunos usufruem de ação social escolar, nos escalões A e B, o que se traduz em 380 crianças com apoio nas refeições e material escolar.

Em jeito de síntese, importa dar nota que da informação emanada do trabalho quotidiano desenvolvido pelas várias entidades com responsabilidade ao nível da intervenção social, tal como se faz constar ao longo do presente documento, resulta a identificação da escassez ou privação de recursos financeiros como o fator motivador do pedido de apoio. Este decorre da presença de outros fatores potenciadores de situações-problema de vulnerabilidade que afetam, individualmente ou de forma conjugada, os indivíduos e famílias a residir no concelho de Caminha que recorrem aos serviços. De entre estes destacam-se:

- Desemprego de um ou mais elementos do agregado familiar, dado que desta situação decorrem, regra geral, baixos rendimentos disponíveis, pois, como supra se demonstrou, as prestações sociais processadas para beneficiários residentes no concelho de Caminha em resultado da perda involuntária do emprego atingiam, em média, valores inferiores ao limiar de pobreza, assim como o impacto negativo que o mesmo tem ao nível da saúde mental e das dinâmicas familiares,... Este cenário assume contornos mais graves junto dos desempregados de longa duração, alguns dos quais não usufruem de qualquer prestação social.
- Emprego precário: o emprego temporário e o emprego no mercado informal dada a sua precaridade e a desproteção social que lhes está associada, também são potenciadores da situação de vulnerabilidade dos indivíduos que recorrem aos serviços.

- Problemas de saúde (física e mental), dependência, adição, deficiência e incapacidade: a existência de um ou mais elementos do agregado familiar com problemas de saúde, dependência, adição, deficiência ou incapacidade aparece como fator de vulnerabilidade, na medida em que, para além de representar a existência de despesas, reduz a qualidade de vida e traduz-se na incapacidade temporária ou permanente para o trabalho, na ocorrência de situações de desgaste emocional dos próprios e dos cuidadores.
- Dependência das prestações sociais: um número não negligenciável dos indivíduos e famílias que recorrem aos serviços tinha como única fonte de rendimento a prestação social de que eram beneficiários (RSI, pensão social de velhice, pensão de invalidez, pensão de velhice, subsídio de desemprego,...). Como se demonstrou anteriormente, o valor processado das prestações sociais para os beneficiários residentes no concelho de Caminha situa-se em valores inferiores ao limiar de pobreza, o que afeta negativamente a qualidade de vida, o acesso aos direitos, aos bens e serviço essenciais ao exercício pleno da cidadania.
- Endividamento.
- Rede de apoio e de suporte social inexistente ou pouco robusta: a ausência de uma rede social de apoio e uma rede de suporte social /insuficiência de rede de apoio e de suporte (familiar, amical ou de vizinhança), recursos de proteção, assume-se como um fator de fragilidade comum a alguns dos indivíduos e famílias que recorrem aos serviços, o qual reduz a capacidade de adaptação aos desafios/adversidades.

4.1.3. Estatuto do Cuidador

Tal como ficou plasmado ao longo do capítulo 1, o perfil demográfico do concelho de Caminha tem sofrido alterações, sendo de destacar, entre outros, o aumento significativo dos indicadores relacionados com o envelhecimento da população residente (índice de envelhecimento, índice de dependência de idosos, índice de longevidade, esperança média de vida, esperança de vida aos 65 anos de idade), o que se traduz no aumento do número de idosos residentes.

Posto isso, os parceiros sociais, tal como emana das orientações constantes do Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável (PAEAS) 2023-2026, torna-se necessário que os vários agentes sociais procedam ao reforço do trabalho desenvolvido junto da população idosa, com vista à (re)definição de políticas, medidas e ações concretas que potenciem a autonomia, o envelhecimento ativo e saudável, bem como a longevidade da mesma. É imperiosa a criação/potenciação de condições promotoras do bem-estar, da qualidade de vida e da participação na sociedade dos residentes a partir dos 65 anos de idade.

Por forma a permitir que o aumento da longevidade seja acompanhado pela melhoria das condições de vida nas suas diferentes dimensões (de saúde, sociais, económicas,...) é necessário garantir a manutenção/recuperação da autonomia e a preservação das capacidades.

No seio da população idosa assiste-se à intensificação da prevalência de doenças crónicas degenerativas, o declínio das capacidades e funcionalidades resultantes do avançar da idade, assim como o aumento da propensão para o desenvolvimento de determinados distúrbios. Deste modo, os idosos tornam-se mais dependentes da sua rede de suporte informal/cuidadores informais e /ou da rede de cuidados formais para ver satisfeitas, de forma segura e adequada, as suas necessidades.

Através do trabalho desenvolvido no concelho de Caminha pela equipa do programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 3G e 4G), foi levado a cabo um importante trabalho junto dos cuidadores informais, enquadrado na ação b), *Ações de combate à solidão e ao isolamento*, o que possibilitou a dinamização de sessões de informação, de sensibilização e de suporte sobre as preocupações e necessidades associadas à tarefa de cuidar. Estas assumiram-se como espaços de partilha de experiências, emoções, dificuldades e, simultaneamente, de capacitação. Um dos constrangimentos sentidos pela equipa para a concretização da atividade esteve relacionado com a sinalização insuficiente e pouco estruturada dos cuidadores informais. Esta fragilidade foi entendida como uma barreira à implementação de estratégias de diagnóstico exaustivo das necessidades sentidas pelos cuidadores e de promoção de apoio à superação dos problemas com que estes se defrontam (desgaste físico e emocional, ...).

Deste trabalho de proximidade junto das famílias e dos cuidadores informais, assim como daquele desenvolvido pelos técnicos com responsabilidades ao nível da intervenção social e da saúde fazem sobressair a identificação de um conjunto de necessidades sentidas pelos mesmos, de entre as quais se evidencia com maior acuidade a necessidade de beneficiar de apoio psicológico. Este afigura-se como fundamental para garantir a preservação do bem-estar e da saúde mental dos cuidadores, a prevenção ou superação de estados de *burnout*/exaustão emocional e, consequentemente, daqueles que são cuidados. Outra questão apontada como constrangimento ao cuidado do cuidador foi a resistência que estes demonstram à adesão às respostas promovidas para o descanso do cuidador, à qual se junta o desajustamento e o carácter restritivo dos critérios estabelecidos para se poder beneficiar do apoio ao descanso do cuidador (esta dimensão do problema traduz-se na exclusão do acesso a este apoio de um número elevado de cuidadores informais. A falta de vagas nas estruturas com resposta para acolher idosos para permitir o descanso cuidador, foi também apontada como um constrangimento. Os parceiros referiram também a necessidade de repensar as estratégias para potenciar a informação e a capacitação dos cuidadores informais do concelho para a tarefa do cuidar. De acordo com os dados

disponíveis⁸⁸, em 2019, em Portugal, eram cerca de 800 mil cuidadores informais (8-10% da população), dos quais, aproximadamente, 200 mil eram-no a tempo inteiro. Estima-se que, atualmente, existem 1 milhão e 400 mil cuidadores informais. Dada a escala de grandeza desta realidade, importa aqui dar conta do Estatuto do Cuidador Informal (ECI), enquanto medida de política social.

Estima-se que, em resultado da conjugação de um conjunto de fatores/indicadores sociodemográficos e da saúde relativos à escala nacional e local, tais como, o aumento da esperança média de vida à nascença, da esperança média de vida aos 65 anos de idade e da proporção da população residente com 75 ou mais anos de idade, a elevada prevalência de doenças crónicas, o aumento do número de pessoas dependentes, a falta de serviços e infraestruturas de apoio, à taxa de cobertura das respostas sociais existentes, etc., **sejam cada vez mais os cuidadores informais** (detentores e não detentores do estatuto de cuidadores informais legalmente reconhecido) **no concelho de Caminha**.

A **necessidade crescente e premente de cuidadores informais exige que sejam levadas a cabo estratégias de identificação, quantificação e referenciação dos mesmos, bem como a caracterização dos principais desafios e dificuldades sentidas por estes e pelas pessoas cuidadas, com o objetivo de delinear ações mais eficientes**. Esta tarefa deve envolver o contacto de proximidade e trabalho em rede dos vários agentes/parceiros sociais.

O Estatuto do Cuidador Informal (ECI), o qual foi aprovado em anexo à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, veio regular os direitos e os deveres do cuidador informal e da pessoa cuidada, assim como estabelecer os termos e as condições do sistema de reconhecimento e das medidas aplicáveis aos cuidadores informais.

Assim, **entre 2021 e 2024 deram entrada junto do ISS, IP, 17 requerimentos do Reconhecimento do Estatuto do Cuidador Informal referentes a situações de residentes no concelho de Caminha. Em junho de 2024, eram 11 os cuidadores informais com estatuto legalmente reconhecido e 6, embora tenham visto o estatuto reconhecido, 5 em resultado do óbito do idoso e 1 por integração em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.**

Assim, outro dos aspetos que caracteriza esta realidade é que **apenas uma minoria dos cuidadores informais existentes beneficia do estatuto reconhecido**, o que leva a questionar quais as razões que estão na base deste facto. De acordo com a perspetiva dos técnicos isto resulta da existência de alguns constrangimentos à aplicação da lei sobredita, dos quais se destaca a **fraca divulgação da mesma**

⁸⁸ Fonte: <https://eu-careers.europa.eu/pt-pt> (Acedido a 12/07/2024)-

junto da população em geral e dos cuidadores. Presume-se que haja um número significativo de cuidadores que desconhecem a existência do ECI e outros que tenham dificuldade em aceder/compreender a informação relativa a como podem aceder ao ECI.

De acordo com o legalmente estabelecido «O cuidador Informal é sempre o cônjuge ou unido de facto, parente ou afim até ao 4.º grau da linha reta ou da linha colateral da pessoa cuidada (Ex: filhos, netos, bisnetos, trinetos, irmãos, pais, tios, avós, bisavós, trisavós, tios-avós ou primos). Pode ainda ser cuidador informal: quem, não tendo com a pessoa cuidada laços familiares, viva em comunhão de habitação com ela; Os progenitores com regime de guarda partilhada da pessoa cuidada⁸⁹)»-

Pese embora sejam reconhecidas como positivas as alterações introduzidas pela legislação atualmente em vigor nesta matéria, permanecem ainda algumas dúvidas e problemas sem resposta adequada. Existem cuidadores informais que, por não coabitarem com a pessoa cuidada, não encontram enquadramento na atual legislação. Como exemplo surgem as situações em que: os cuidadores são os vizinhos e amigos; as pessoas cuidadas, os pais, passam um determinado período de tempo em casa de cada um dos filhos; os pais são cuidados por filhos que não coabitam com estes, mas residem numa habitação próxima; os filhos repartem entre si a prestação de cuidados aos pais residindo com estes durante um determinado período de tempo e regressando depois à sua residência.

Os cuidadores informais principais com estatuto reconhecido que têm acesso ao subsídio mensal previsto na lei, cujo valor máximo é o IAS, são ainda uma minoria. Posto isso, é necessário conhecer e compreender os motivos que estão na base do indeferimento de requerimento do subsídio e também rever as condições de recurso para beneficiar do mesmo.

A lei estabelece que o cuidador informal com estatuto reconhecido tenha direito a ser aconselhado, acompanhado e orientado, a receber formação e informação adequada à prestação dos cuidados e dos apoios existentes, assim como a beneficiar de apoio psicológico dos serviços de saúde e a participar em grupos de autoajuda criados nos serviços de saúde, a gozar do descanso do cuidador. A efetivação de alguns destes direitos pressupõe a elaboração, por parte dos profissionais de saúde e do setor social responsáveis pelo acompanhamento do cuidador, do Plano de Intervenção Específico (PIE) do cuidador, o qual identifica as necessidades do cuidador e da pessoa cuidada, os cuidados a prestar e estabelece um programa de ação e define as estratégias a implementar. A esta equipa caberá também monitorizar a execução do referido PIE.

⁸⁹ Fonte: Departamento de Prestações e Contribuições, 2024, Guia Prático – Estatuto do Cuidador Informal Principal e Cuidador Informal não Principal, Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P.

Apesar de estarem legalmente reconhecidos esses direitos, a verdade é que, ao nível local, não estão criadas todas as condições para o gozo dos mesmos. A equipa constituída dispõe de recursos (humanos, logísticos e de tempo) limitados, o que funciona como uma barreira à satisfação das necessidades dos Cuidadores Informais. Por exemplo, o número de técnicos e o tempo que os mesmos têm afeto a esta equipa é insuficiente para dar cumprimento ao previsto, **o que exigirá o reforço da mesma, por exemplo, mobilizando mais técnicos dos respetivos serviços ou de outras entidades com experiência comprovada, numa lógica de parceria e de trabalho em rede.** Deste modo, estes grupos poderão contribuir para aumentar os níveis de literacia em saúde dos cuidadores, para que estes possam desempenhar as suas funções com a máxima eficácia e segurança e, simultaneamente, melhorar a sua qualidade de vida dos cuidadores e da pessoa cuidada.

De acordo com a informação recolhida, estão a ser desenvolvidos os procedimentos iniciais para a criação da equipa de acompanhamento ao ECI. Até junho de 2024, não foram dinamizados grupos de autoajuda criados nos serviços de saúde, enquanto espaços e momentos de partilha de experiências, de (in)formação, de apoio e de encorajamento dos cuidadores, permitindo-lhes beneficiar de apoio e concorrendo para a redução do isolamento social.

Neste sentido, é possível verificar que são vários os desafios que se colocam nesta matéria, tendo sido apontados pelos parceiros sociais a necessidade de:

- Reforçar a divulgação da lei vigente junto da comunidade em geral e dos verdadeiros destinatários, socorrendo-se dos meios e da linguagem adequados aos destinatários, assim como da ação de membros significativos da comunidade (Juntas de Freguesia, párocos,...);
- Aprofundar as medidas e as estratégias de simplificação do processo de reconhecimento do ECI;
- Celebrar/aprofundar a articulação e as parcerias entre serviços que permitam capacitar os agentes para apoiarem na instrução de processos a submeter junto do ISS, IP, concorrendo assim também criar condições que permitam motivar os cuidadores para o processo do ECI, que favoreçam a diminuição dos indeferimentos e o aumento do número de cuidadores informais e pessoas apoiadas;
- Sensibilizar a sociedade civil, as autoridades e as entidades locais para a problemática dos cuidadores informais, envolvendo-os na definição e implementação de estratégias de apoio e capacitação dos cuidadores;
- Dinamizar e envolver o Banco Local de Voluntariado para potenciar a capacidade instalada ao nível concelhio para apoiar os cuidadores, por exemplo, criar equipas que levem ao domicílio determinados bens permitindo assim aliviar momentos de stress, constituir-se/reforçar a rede de suporte social, responder a alguns destes desafios e facilitar a tarefa de cuidar;

- Melhorar a acessibilidade por parte dos cuidadores e das pessoas cuidadas aos serviços públicos (serviços sociais, serviços de saúde e outros), atribuindo-lhes, por exemplo, um distintivo/selo que lhes assegure o atendimento prioritário;
- Reforçar os apoios junto dos cuidadores informais, nomeadamente aqueles que se encontram em situação de maior risco de pobreza e de exclusão social (por exemplo, desempregados, pessoas sem rede de suporte, assim como com reduzidas habilitações e com poucos recursos económicos), definindo e implementando medidas que facilitem o acesso aos produtos de apoio e assegurem uma participação mais robusta na aquisição de produtos farmacêuticos e medicamentosos, assim como estratégias seguras e facilitadoras da dispensa e da entrega domiciliária dos mesmos;
- Criar programas e medidas que assegurem o transporte adequado e seguro da pessoa cuidada e do cuidador aos serviços de saúde;
- Promover a formação contínua e específica dos profissionais a trabalhar com os cuidadores informais;
- Assegurar o acesso facilitado, atempado e com a frequência necessária por parte dos cuidadores ao apoio psicológico e psiquiátrico, nos serviços públicos, como medida de prevenção e combate das situações-problema de *burnout*, depressão, entre outras;
- Criar ao nível local as condições e as dinâmicas necessárias para que os cuidadores informais possam conhecer e aceder às medidas no âmbito do emprego, da formação profissional e de qualificação legalmente estabelecidas;
- Solidificar os programas nacionais e locais existentes e/ou criar medidas específicas que se destinem a garantir apoios para dotar as habitações das pessoas cuidadas das condições, ao nível do edificado e dos equipamentos, adequadas à situação de dependência, incapacidade ou mobilidade reduzida.

Torna-se também importante **reforçar a salvaguarda da proteção social do cuidador, não apenas durante o período em que está a cuidar, mas também para o futuro**. Sabendo que a carreira contributiva dos indivíduos é preponderante para a determinação dos rendimentos a auferir após a idade da reforma, o período e o esforço dedicado na prestação dos cuidados devem ser reconhecidos/contabilizados para efeitos do cálculo de pensões. Pese embora a legislação preveja, através do pagamento de uma contribuição, o Seguro Social Voluntário, o enquadramento no regime de proteção social, para fazer face a possíveis situações de invalidez, velhice ou morte, importa dar nota que existem situações-problema de incapacidade financeira para, apesar da majoração do subsídio, concretizar o pagamento do Seguro Social Voluntário.

Tal como os agentes sociais fizeram constar nos grupos de trabalho para a construção do presente

documento, a prestação de cuidados à população dependente é um grande desafio para os cuidadores, exigindo da parte dos mesmos um importante esforço mental, físico, psicológico, social e económico. Daí emerge a necessidade de criar condições para que os cuidadores informais possam ser cuidados.

Considerando que, **por forma a garantir a efetivação do descanso do cuidador, é necessário sensibilizar os mesmos para este e, simultaneamente, garantir a existência de respostas sociais adequadas (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário,...) territorialmente próximas e com capacidade instalada suficiente face às necessidades. Isso implica a criação/reforço de Protocolos de Cooperação entre o Instituto da Segurança Social, IP e as IPSS do concelho.**

À guisa de conclusão, pode afirmar-se que para superar os desafios enunciados torna-se fundamental recorrer ao trabalho em rede e de proximidade, assim como aproveitar as sinergias locais existentes.

4.2. Equipamentos e Respostas Sociais

A caracterização dos equipamentos e respostas sociais em funcionamento no concelho de Caminha nos diferentes domínios de intervenção, em conjugação com a análise da evolução dos indicadores demográficos concelhios para o período intercensitário e das projeções demográficas, torna-se fundamental para a promoção de uma adequada programação da rede de equipamentos, serviços e respostas sociais e, consequentemente, para o desenvolvimento de uma proteção social consentânea com as necessidades reais da população residente no território.

Convém aqui esclarecer o que se entende por equipamentos e respostas sociais. Assim, considera-se **equipamento social** toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais. As **respostas sociais** são «(...) o conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos, ou a partir destes, vocacionadas para o apoio a pessoas e/ou famílias. (...) existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas: (1) Crianças e Jovens; (2) Pessoas com Deficiência ou Incapacidade; (3) Pessoas Idosas e (4) Pessoas com outras problemáticas, no âmbito da Família e Comunidade⁹⁰».

Assim e tal como se passa a expor, no concelho de Caminha existe um conjunto de equipamentos e respostas sociais fundamentais para o desenvolvimento social do território que, atuando numa lógica de

⁹⁰ Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021, CARTA SOCIAL - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2020, Lisboa.

responsabilidade partilhada, concorrem para a o bem-estar da população e das famílias, assim como desempenham um papel importante no combate à pobreza e na promoção da inclusão social.

De salientar que as entidades proprietárias de equipamentos sociais recenseados no concelho de Caminha são, de acordo com a sua natureza jurídica, entidades não lucrativas [Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades equiparadas a IPSS]. O universo das mesmas é constituído por nove entidades. São elas: Casa de Repouso da Irmandade da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes, Casa do Povo de Lanhelas, Centro de Bem-Estar Social de Seixas, Centro Paroquial e Social Santa Maria de Riba de Âncora, Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, Centro Social e Paroquial de Moledo, Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação de Vilarelho, Patronato Nossa Senhora da Bonança e Santa Casa da Misericórdia de Caminha.

Deste modo, fica evidente o importante peso assumido pelo Terceiro Setor na dinâmica concelhia, nomeadamente no que diz respeito à intervenção social, permitindo colmatar necessidades às quais o Estado não consegue, diretamente, dar resposta.

As nove entidades sediadas no concelho de Caminha são responsáveis, atualmente, pela existência de 11 (onze) equipamentos sociais com respostas a este nível. As entidades e equipamentos sociais existentes no concelho de Caminha disponibilizam as seguintes tipologias de resposta social:

Tabela 76 | Respostas sociais recenseadas no concelho de Caminha, por entidade e população alvo, 2023

Designação da Entidade	Respostas Sociais População Alvo							
	Crianças			Idosos			Família e Comunidade	
	CATL	Creche	Pré-escolar	CD	ERPI	SAD	CAVVD	CS
Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes					X			X
Casa do Povo de Lanhelas		X	X					
Centro de Bem-Estar Social de Seixas					X			
Centro Paroquial e Social Santa Maria de Riba de Âncora				X		X		
Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora		X		X	X	X	X	X
Centro Social e Paroquial de Moledo	X			X		X		
Centro Social e Paroquial Nossa Sr.ª da Encarnação de Vilarelho				X		X		
Patronato Nossa Sr.ª da Bonança		X	X					
Santa Casa da Misericórdia de Caminha		X	X		X	X		X

Fonte/Entidade: Entidades proprietárias dos equipamentos sociais

Pelo exposto, conclui-se que as entidades concentram a sua atividade, ou seja, disponibilizam respostas e serviços sociais, nomeadamente, nos seguintes domínios: a infância (Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres e Pré-escolar), a terceira idade (Centro de Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário) e família e comunidade (Cantina Social, Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica).

A análise da informação disponibilizada permite verificar que 56% das entidades que gerem os equipamentos sociais no concelho desenvolvem uma intervenção apenas junto de um público específico, enquanto os restantes 44% levam a cabo uma intervenção transversal a diferentes grupos (idosos, crianças, família e comunidade).

A existência destas respostas assume-se como um fator de proteção da população, potenciando a promoção do combate à pobreza e à exclusão social, assim como da coesão social.

Tabela 77 | Recursos humanos ao serviço nas IPSS do concelho de Caminha, por tipo de vínculo, julho de 2023

Categoria Profissional	Tipo de vínculo			
	Sem termo		Com termo	
	H	M	H	M
Técnicos Superiores				
Coordenador/a	0	5	0	1
Diretor/a Técnico/a	0	13	0	0
Educador/a de Infância	0	15	0	4
Educador Social	0	2	0	0
Animador/a Sociocultural	1	3	0	1
Contabilista	1	0	0	0
Enfermeiro/a	0	8	0	1
Psicólogo/a	0	4	0	3
Jurista	0	1	0	1
Sociólogo/a	0	0	0	1
Subtotal	2	51	0	12
Operacionais				
	H	M	H	M
Ajudante de Ação Direta	1	88	0	9
Ajudante de Ação Educativa	0	28	0	9
Ajudante de Cozinheiro/a	1	7	0	5
Animador/a Sociocultural	0	2	0	0
Assistente Administrativo	1	7	0	1
Auxiliar dos Serviços Gerais	2	30	0	15
Encarregado/a	0	3	0	0
Escriturário/a	1	2	0	0
Cozinheiro/a	0	12	0	1
Motorista	0	1	0	0
Lavadeira	0	3	0	0
Subtotal	6	183	0	40
Total	8	234	0	52

Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha

De referir também que estas entidades desempenham um papel importante ao nível da economia local, na medida em que são responsáveis pela criação de um número significativo de empregos. Tal como emana da análise dos dados que constam da tabela anterior, as IPSS empregavam, em julho de 2023, um total de 294 indivíduos, sendo estes maioritariamente constituídos por trabalhadores com vínculo definitivo (82,31%). Mais se acrescenta que a grande maioria dos colaboradores das IPSS são mulheres (97,28%), o que poderá ter explicação na natureza do trabalho desenvolvido, o qual está fortemente conotado com o sexo feminino, por se tratar de tarefas associadas aos cuidados de proximidade (estas eram no passado prestadas no seio das famílias pelas mulheres).

A este número de colaboradores acrescem os efetivos que prestam serviços para as IPSS, seja através de prestações de serviços ou mediante protocolos de colaboração, totalizando 23 (20 profissionais/colaboradores e 3 profissionais/colaboradores, respetivamente). Estes correspondem a diferentes categorias profissionais, por exemplo, médico/a (3), enfermeiro/a (3), contabilista (3), auxiliar dos serviços gerais (3), fisioterapeuta (2), médico neurologista (1), nutricionista (1), animador sociocultural (1), motorista (1), capelão (1), revisor oficial de contas (1) psicólogo/a (1), terapeuta ocupacional (1) e terapeuta da fala (1). Também prestam serviços às IPSS empresas de limpeza, assim como, empresas de serviços de jardinagem.

As entidades fizeram também constar que, no âmbito dos serviços que prestam, promovem a capacitação dos seus recursos humanos, pois são conscientes que a melhoria contínua dos seus serviços exige a formação dos profissionais que prestam os cuidados.

Se atendermos à distribuição dos equipamentos sociais no território concelhio, constata-se uma maior prevalência nas freguesias situadas na faixa litoral, designadamente na freguesia de Seixas, União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho, União das Freguesias de Moledo e Cristelo e freguesia de Vila Praia de Âncora. Não obstante desta litoralização dos equipamentos sociais, foi possível observar que os mesmos dispõem de uma área geográfica de intervenção que ultrapassa os limites da freguesia onde estão estabelecidas.

De salientar ainda que estas entidades não circunscrevem a sua atuação, no que toca ao âmbito geográfico, ao território concelhio, disponibilizando serviços ou integrando nas suas respostas sociais cidadãos oriundos/residentes noutros concelhos. No caso das respostas sociais destinadas à infância, as entidades fazem constar que as mesmas integram crianças residentes na freguesia onde o equipamento está instalado, bem como crianças oriundas de outras freguesias do concelho e dos concelhos limítrofes (Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo). Por outro lado, existem entidades sediadas noutros concelhos que, no âmbito de sua atuação, desenvolvem respostas sociais no território concelhio ou acolhem/atendem população residente no concelho.

Contudo, não se pode deixar de referir que, apesar dos esforços desenvolvidos pelas entidades responsáveis pela propriedade e gestão dos equipamentos sociais para estarem presentes nas freguesias localizadas no interior do concelho, disponibilizando os serviços das suas respostas sociais aos cidadãos, em resultado da combinação de um conjunto de constrangimentos de ordem financeira e logística, estes ficam a descoberto, nomeadamente, os residentes na União das Freguesias de Arga. Esta realidade assume contornos mais graves por se tratar de um território fortemente marcado pelo envelhecimento da população residente e pela perda significativa da população residente nos grupos etários mais jovens. Se for ainda considerado o problema da falta de uma rede de transporte que assegure e facilite a mobilidade da população residente dentro das freguesias do concelho e destas para os concelhos limítrofes, esta realidade assume maior acuidade, na medida em que funciona como um entrave ao acesso da população às respostas e serviços sociais de que carecem. Neste contexto, pode afirmar-se que estes fatores contribuem para o agravamento do isolamento geográfico e social de uma franja da população idosa.

De acordo com a informação recolhida junto das diferentes entidades com sede no concelho de Caminha, estas identificam, no seu quotidiano, diversos constrangimentos e potencialidades, no que diz respeito à gestão dos equipamentos e respostas sociais.

As entidades quando auscultadas fizeram constar que **um dos constrangimentos com que se deparam está relacionado com a necessidade de intervir no edificado/instalações onde desenvolvem as respostas sociais**. Ao nível dos equipamentos do domínio de intervenção junto da população idosa, deve ter-se em conta a alteração dos perfis de envelhecimento e às necessidades daí decorrentes. De acordo com a informação disponibilizada, os equipamentos e respostas sociais, neste domínio, acolhem/integram um público cada vez mais idoso e com um maior número de situações demenciais e com níveis de dependência maior. Também foi unanimemente indicado pelos agentes que se tem assistido a um aumento da população idosa com necessidades diferenciadas. Neste contexto, devem os equipamentos estar dotados de condições ajustadas às atuais e futuras necessidades da população idosa. As dinâmicas demográficas que caracterizam o território concelhio apontam para um crescimento da população idosa, com especial significado no grupo da designada por 4.ª Idade, pelo que um dos desafios colocados aos equipamentos e respostas passa por investir na criação de condições que possibilitem o aumento e a melhoria da capacidade e qualidade das respostas sociais, o que pelo aqui descrito, passa, entre outros aspetos, pela intervenção ao nível dos equipamentos.

Em sede de elaboração do DS, as entidades, na sua generalidade, afirmam que os equipamentos sociais do concelho de Caminha, embora se encontrem num estado de conservação satisfatório e com condições adequadas ao funcionamento das respostas sociais, fizeram constar que a existência de fragilidades ao nível do edificado, muitas delas colocadas a descoberto aquando do período pandémico de COVID 19.

Tabela 78 | Principais fragilidades do edificado onde funcionam as respostas sociais do concelho de Caminha, 2023

Necessidades identificadas	N.º de entidades
Requalificação/ampliação do edifício para preparar o mesmo para possíveis situações de pandemia (referindo se é no sentido de permitir a ampliação ou a remodelação);	6
Requalificação do edifício para conseguir garantir a eficiência e a transição energética	6
Requalificação do edifício ou outras obras para responder às exigências da ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil)	4
Reparação/conservação	5
Outros	1

Fonte/Entidade: IPSS e entidades equiparadas do concelho de Caminha

Por outro lado, o constrangimento referente ao edificado está também relacionado com a longevidade dos equipamentos/instalações e com o facto dos objetivos que nortearam a sua construção. Do total de equipamentos existentes (12), 58% não foram construídos de raiz para o fim a que se destinam atualmente, ou seja, os equipamentos funcionam em estruturas físicas adaptadas para o efeito. Assim, apesar de os mesmos terem vindo a ser alvo de obras de manutenção e reabilitação, não foi possível colmatar todas as lacunas identificadas.

De referir também que a grande maioria dos edifícios construídos de raiz como equipamento social carecem de intervenção, dado terem sido edificados há várias décadas e apresentarem fragilidades, cuja correção exige a concretização de obras de beneficiação/adaptação. Tal como consta da tabela, a grande maioria das IPSS reporta a necessidade de concretização de obras no edificado, em resultado, nomeadamente, obras de requalificação/ampliação do edifício para preparar o mesmo para possíveis situações de pandemia (referindo se é no sentido de permitir a ampliação ou a remodelação), obras de requalificação para combater a pobreza energética e para dar assegurar o cumprimento às exigências da ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil). Face aos dados coletados, uma das áreas com necessidades de intervenção e, por conseguinte, de mobilização de investimento, é a reabilitação/requalificação dos edifícios onde estão estabelecidos os equipamentos sociais.

Outra das questões abordadas, no que diz respeito ao edificado dos equipamentos sociais, está relacionada com a necessidade de submeter o mesmo a obras que permitam garantir a concretização da necessária transição energética, quer para atingir as metas traçadas nesta matéria, quer para reduzir as despesas que as entidades têm mensalmente com consumos de energia,... Pela data da sua construção e outros fatores, **a grande maioria dos equipamentos sociais existentes no território concelhio apresenta um nível de eficiência energética baixo**. Para atingir o cenário desejado torna-se necessária a mobilização de um importante investimento financeiro para “modernizar” o edificado e

seu recheio, o que, pela conjugação dos montantes envolvidos com a situação financeira das entidades, de acordo com as mesmas, exige a criação/potenciação de sistemas de incentivos e de meios de financiamento adequados.

Face ao exposto, pode afirmar-se que **70% das entidades com respostas sociais no concelho de Caminha identificaram como principal necessidade a execução de obras de reabilitação, ampliação e/ou reconversão do edificado.**

Pela auscultação das diferentes entidades foi possível constatar que estas referem **não dispor de capital próprio que permita executar as obras de renovação, remodelação/readaptação ou ampliação das suas instalações a que se fez alusão**, o que as coloca numa situação de dependência face ao financiamento público.

Neste âmbito, deve salientar-se que a Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes, o Centro Paroquial e Social Santa Maria de Riba de Âncora e o Centro de Bem Estar Social de Seixas, em resultado da aprovação de candidaturas a fundos comunitários têm em curso obras de reabilitação/construção.

No que concerne à estrutura das **fontes de financiamento** dos equipamentos e respostas sociais no concelho de Caminha, constatou-se que estas são várias, embora não muito diversificadas, assumindo-se como um constrangimento à gestão. As entidades referem as transferências efetuadas ao abrigo dos acordos de cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social (ISS), IP e as mensalidades/comparticipações pagas pelos utentes como sendo as maiores fontes de receitas para garantir o funcionamento e a sustentabilidade dos equipamentos e respostas sociais. Os rendimentos resultantes de outras atividades desenvolvidas para além das respostas sociais, tais como rendas, vendas, quotas pagas por sócios/irmãos, juros, foram também mencionadas, mas apenas por um número residual das entidades e como tendo, de igual forma, um peso residual no total dos rendimentos. As doações e legados são quase inexistentes.

Pela informação obtida junto das entidades, pode concluir-se que o financiamento das entidades do setor não lucrativo se baseia maioritariamente em contratualizações com o Estado, via acordos de cooperação relativos às respostas sociais que desenvolvem, quase sempre insuficientes para garantir a sustentabilidade financeira das mesmas. A falta de meios financeiros limita a capacidade das Instituições na realização autónoma de investimentos no edificado (construção e/ou remodelação) e mesmo na contratação de serviços especializados.

Outro dos constrangimentos identificados foi **a dificuldade em recrutar recursos humanos**, o que se agrava quando se trata do recrutamento de colaboradores com formação e/ou experiência específica na área. As principais causas apontadas foram: a fraca atratividade do setor, nomeadamente pelos baixos salários oferecidos e pelas dificuldades de conciliação da vida profissional e familiar. Importa, pois, conceber estratégias que se traduzam na melhoria das condições de trabalho e das carreiras, por forma a incutir a estas profissões maior atratividade e a favorecer a retenção dos profissionais.

4.2.1. Infância e Juventude

De seguida é efetuada a caracterização das respostas sociais existentes no concelho de Caminha destinadas às crianças e jovens até aos 18 anos de idade. De referir que para esta população alvo, tal como já se fez constar, existem as seguintes respostas sociais: Creche, ensino Pré-Escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres. De salientar que os vários agentes locais foram unânimes ao fazer constar que a existência das mesmas concorre para potenciar o bem-estar das famílias.

As referidas respostas sociais são desenvolvidas em equipamentos sociais localizados na faixa litoral do território concelhio, ou seja, na UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho, na UF de Moledo e Cristelo e nas freguesias de Lanhelas e Vila Praia de Âncora.

Embora, como demonstram os dados demográficos apresentados no Capítulo 1, seja na zona litoral que se concentra o maior número de famílias com crianças, não podemos menosprezar o número de crianças residentes noutras freguesias, nem tampouco a necessidade que as mesmas e as suas famílias têm ao nível da frequência desta resposta social. Conscientes desta realidade as entidades gestoras destes equipamentos procuraram encontrar soluções que assegurassem o acesso à resposta social por parte do público-alvo e, conseqüentemente, a aproximação da mesma à comunidade. Nesse sentido, pode referir-se que 2 (duas) das entidades dispõem do serviço de transporte, o que implicou que as mesmas efetuassem um investimento na aquisição da(s) viatura(s) e nos demais recursos necessários ao funcionamento do serviço (seguros, certificação, combustível, recurso humano, ...). Outra das entidades dispõe, desde 2022, de uma viatura, a qual é utilizada como recurso de apoio à execução de algumas atividades. Esta foi adquirida no âmbito de uma candidatura que permitiu a obtenção de apoio financeiro.

4.2.1.1 Creche e Educação Pré-Escolar

Com a alteração nos estilos de vida da população, a contração das famílias, as exigências crescentes do mercado de trabalho e as dificuldades ao nível da conciliação da vida familiar e a vida profissional a necessidade de encontrar respostas sociais no âmbito da infância galvanizam-se.

As tendências das políticas públicas atuais vão no sentido de garantir o acesso crescente às respostas sociais e aos serviços de qualidade das mesmas por parte da população, de modo a garantir a adequada satisfação das necessidades dos utilizadores.

Cumpra aqui esclarecer que por Creche se entende a «(...) resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família⁹¹».

Para conseguir efetuar uma análise e caracterização da realidade concelhia relativamente à resposta social Creche adequada importa fazer constar que, no ano de 2022, arrancou o “Programa Creche Feliz”, o qual se consiste na medida da gratuidade das creches e creches familiares, integradas no sistema de cooperação, bem como das amas do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.). Esta medida tem vindo a ser implementada de forma gradual, tendo começado por garantir a gratuidade do acesso a estas respostas sociais às crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, independentemente do escalão de rendimentos em que a família se enquadrava. A mesma assegurava também essa gratuidade a todas as crianças que tenham nascido antes dessa data, desde que enquadradas nos 1.º e 2.º escalão de rendimentos do abono de família. Dada a adesão que esta medida conheceu, em janeiro de 2023, a mesma foi estendida às creches da rede privada-lucrativa e da rede solidária sem acordo de cooperação com o ISS, I.P..

Acredita-se que a implementação desta medida terá tido impacto na procura desta resposta social por parte das famílias, nomeadamente junto daquelas que por questões relacionadas com a sua situação socioeconómica não conseguiam fazê-lo.

⁹¹ Fonte: ISS, I.P., 2011, Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais: Creche (https://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/rtes_creche/06fa81f1-3dbf-4788-979c-10e1833a6158/06fa81f1-3dbf-4788-979c-10e1833a6158)

Tabela 79 | Capacidade e número de utentes das Creches e Jardins de Infância da rede solidária do concelho de Caminha, 2023

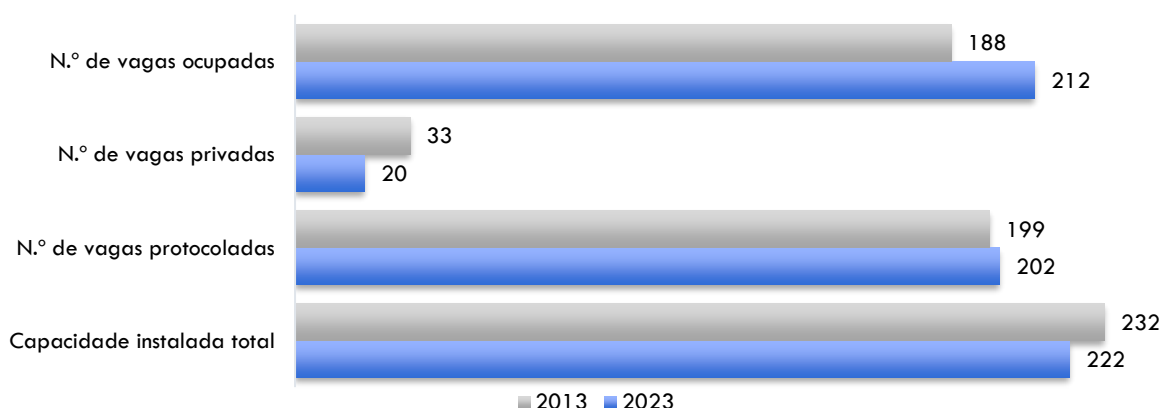
Designação da Entidade Proprietária	Capacidade instalada total		N.º de vagas protocoladas		N.º vagas privadas		N.º vagas ocupadas	
	Creche	Jl	Creche	Jl	Creche	Jl	Creche	Jl
Casa do Povo de Lanhelas	32	33	32	33	0	0	32	32
Centro Social e Cultural Vila Praia de Âncora	66	N/A	66	N/A	0	N/A	56	N/A
Patronato Nossa Senhora da Bonança	35	50	35	40	0	10	35	40
Santa Casa da Misericórdia de Caminha	89	60	69	47	20	13	89	57
Total	222	143	202	120	20	23	212	129

Fonte/Entidade: IPSS e entidades equiparadas do concelho de Caminha (2023)

No concelho de Caminha, tal como se pode constatar na tabela anterior, existem quatro entidades com resposta social de Creche, sendo a capacidade total instalada de 222 vagas, das quais 202 são protocoladas (vagas para as quais as entidades dispõem de acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP.) e 20 são privadas. À data de recolha dos dados, a taxa de ocupação, para esta resposta social, era de 95,50% (212 crianças).

No que concerne à resposta social de Jardim de Infância, tal como já se fez constar no capítulo “Educação, Formação e Empregabilidade”, são três as instituições do setor social que concorrem, juntamente com a rede pública, para satisfazer as necessidades do concelho. A capacidade total instalada nas IPSS era de 143 vagas. Pela informação disponibilizada, do total de vagas 120 correspondem a vagas protocoladas e as restantes (23) são privadas. A taxa de ocupação se situava nos 90,21%.

Gráfico 178 | Evolução da capacidade instalada, vagas protocoladas e vagas ocupadas nas Creches do concelho de Caminha, 2013-2023



Fonte/Entidade: IPSS e entidades equiparadas do concelho de Caminha (julho de 2013 e julho de 2023)

Estabelecendo uma comparação entre 2013 e 2023, constata-se que, ao nível da resposta social de Creche, a capacidade total instalada, no concelho de Caminha decresceu, passando, respetivamente, das 232 para as 222. No que concerne às vagas para as quais existe acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP., registou-se o alargamento em 3 vagas. O número de vagas privadas também decresceu (-13 vagas), sendo que 3 das mesmas foram convertidas em vagas protocoladas. Por outro lado, a contração da capacidade instalada fez-se à custa da perda de vagas privadas.

A falta de dados não permite apresentar e analisar a taxa de cobertura desta resposta social, a qual mede a relação entre o número de vagas e o número de crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos, o que permitiria projetar as necessidades ao nível da gestão da capacidade instalada.

Tabela 80 | Evolução da Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada | Creche e Creche Familiar, 2018-2023 (%)

Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada			
2018	2020	2021	2023
195,4	172	194,7	207,3

Fonte/Entidade: ISS, IP (2018, 2020, 2021 e 2023)

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto da Segurança Social, IP, no concelho de Caminha, no que concerne às respostas sociais Creche Familiar e Creche, a evolução da Taxa de Cobertura da Cooperação Standardizada (TCCS), medida pelo rácio entre a taxa de cobertura de cooperação da resposta social no concelho e a taxa de cobertura da resposta social em Portugal continental, apresenta, entre 2018 e 2020, uma evolução negativa, passando dos 195,4% para 172% (-23,4%). Entre 2020 e 2021, o paradigma inverteu-se, pelo que se assiste a um aumento na ordem dos 22,7p.p.. Em 2023, este indicador atinge os 207,3%.

De acordo com os atores sociais, estas respostas são **insuficientes/desajustadas à necessidade de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar**, nomeadamente nos casos em que os horários laborais divergem daqueles praticados pelos diferentes estabelecimentos, o que se assume contornos mais gravosos no caso das famílias monoparentais, tipologia de família tem vindo a aumentar, e daquelas que não dispõem de retaguarda familiar de proximidade.

4.2.1.2 Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)

Ainda no âmbito das respostas sociais para crianças e jovens, de referir que, no concelho de Caminha, existe uma IPSS, o Centro Social e Paroquial de Moledo, que dispõe de um CATL.

No ano de 2013, esta resposta social dispunha de uma capacidade total instalada de 50 vagas, das quais 40 eram protocoladas e 10 eram privadas. Aquando da elaboração do DS de 2013, as vagas estavam todas ocupadas, realidade que se tem vindo a repetir ao longo dos vários anos.

De referir que esta resposta social destinada a crianças com idades a partir dos 6 anos, proporcionando atividades de acompanhamento, lazer, entre outras, com o objetivo de criar espaços, tempos e experiências promotores do desenvolvimento físico, social, emocional e intelectual das crianças. A existência desta resposta social assume-se também como um apoio às famílias na gestão do quotidiano, possibilitando a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar por parte das mesmas.

No caso concreto do CATL do Centro Social e Paroquial de Moledo, o qual tem capacidade para acolher 50 crianças, este tem como destinatários os alunos do 1.º Ciclo do EB, deixando a descoberto as crianças e jovens dos demais ciclos de estudo. O mesmo funciona não só durante o ano letivo, mas também no período das férias escolares.

Cumprir fazer constar que este cenário é divergente do descrito no DS de 2013, de acordo com ao qual, o Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora também dispunha desta resposta social. A capacidade total instalada da mesma era de 35 vagas, sendo que todas eram protocoladas e estavam ocupadas.

4.2.1.3. Serviço de Ocupação de Tempos Livres (OTL)

Ainda no âmbito das respostas existentes no concelho de Caminha destinadas a crianças, importa referir que o Município de Caminha dispõe do serviço de Ocupação de Tempos Livres (OTL), o qual permite, nos períodos de pausas letivas, às crianças do Ensino pré-escolar e 1.º Ciclo do EB disporem de um espaço no qual desenvolvem uma multiplicidade de atividades lúdico-pedagógicas favorecedoras do processo de socialização e de desenvolvimento. Deste modo, as famílias passam a dispor de uma resposta adequada para ocupação dos tempos livres dos filhos, favorecendo a conciliação entre a vida profissional e a familiar.

Dado que se trata de uma resposta cujos custos estão adstritos ao rendimento das famílias, as crianças que integram famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica podem aceder à mesma.

4.2.1.4. Outros Equipamentos e Respostas Sociais para a Infância e Juventude

Continuando na caracterização dos serviços prestados e respostas sociais no domínio da infância, importa fazer referência à atuação da **Equipa Local de Intervenção (ELI)**, as quais fazem parte da organização do Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI), estando compostas por profissionais da área Social, da Educação e da Saúde que apoiam as crianças e suas famílias ⁹².

De acordo com a informação recolhida, constatou-se que, no que se refere à operacionalização da intervenção precoce por parte da ELI, a cada criança e família é atribuído um técnico/profissional, o designado mediador de caso, o qual, em articulação com a restante equipa, se responsabiliza pela comunicação com a família, pela elaboração e implementação do Plano Individual da Intervenção Precoce (PIIP), recorrendo, sempre que necessário, a serviços da comunidade (por exemplo, associações da comunidade, serviços médicos, serviços de apoio ao emprego, entre outros), com o intuito de alcançar os objetivos definidos⁹³.

De referir que o território do concelho de Caminha conta com a atuação da ELI Minho Litoral, a qual está sediada no Centro de Saúde de Valença e tem que responder às necessidades também dos concelhos de Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira.

Em Caminha, a ELI atua junto de crianças referenciadas por diferentes instituições: Patronato Nossa Senhora da Bonança (viu serem acompanhadas, desde 2021, cerca de 2 crianças); Santa Casa da Misericórdia de Caminha (referenciou 4 crianças, sendo que 2 que permanecem em lista de espera); Casa do Povo de Lanhelas (foram sinalizadas 3 crianças, 1 está a ser acompanhada, 1 a família não aceitou o acompanhamento e 1 está em lista de espera). Numa intervenção que se pretende que aconteça o mais precocemente possível, a permanência de crianças em lista de espera impede que as mesmas beneficiem do acompanhamento necessário ao seu desenvolvimento global saudável.

Aquando do mapeamento das necessidades de ELI e das fragilidades da atuação da mesma por parte dos vários parceiros, emergiu a constatação de que o território de abrangência desta equipa é extenso (integra vários concelhos) e os casos sinalizados estão dispersos geograficamente, o que, atendendo ao volume global processual, ao tempo gasto em deslocações, entre outros fatores, impede que o objetivo de garantir um acompanhamento regular e de proximidade às crianças e às suas famílias seja alcançado. Deste modo, fica gravemente comprometido o sucesso da intervenção.

⁹² Fonte: <https://snipi.gov.pt/familias#no-back>.

⁹³ Fonte: <https://snipi.gov.pt/familias#no-back>.

Posto isto, é fundamental reformular/reforçar a intervenção precoce na infância, a qual se assume como essencial à inclusão plena das crianças e, posteriormente, à transição para a vida pós-escolar.

4.2.1.5. Equipamentos e Respostas Sociais para Crianças e Jovens Encerrados e Respostas Sociais em Falta

De referir que, para o período em análise no presente documento, o concelho de Caminha vivenciou o decréscimo no número de respostas sociais destinadas a Crianças e Jovens, em resultado do encerramento, em 2018, da Casa de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens/CAT - Benjamin, da APPACDM, a qual estava estabelecida na freguesia de Seixas.

Tratava-se de uma resposta social destinada a crianças e jovens até aos 18 anos de idade em situação de perigo a quem tenha sido aplicada uma medida de promoção e proteção por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou Tribunal. A mesma detinha a capacidade para acolher 12 crianças, tendo Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social, IP vigente para 12 crianças.

Este acontecimento determinou que o território deixasse de dispor desta tipologia de resposta social, pelo que perante situações em que é determinado a medida de acolhimento residencial com vista à promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo (de acordo com o previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º e no artigo 49.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual) residentes no concelho de Caminha, as mesmas serão encaminhadas para respostas sociais existentes fora do mesmo.

A 01/09/2021, encerrou, tal como se referiu anteriormente, a resposta social de CATL do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora.

Outra questão que foi deixada evidente no contributo dos agentes sociais locais prende-se com a **ausência de respostas, gratuitas ou a custos acessíveis, destinadas aos jovens, com idade superior aos 12 anos, residentes no concelho de Caminha, durante o período das pausas letivas**. Seria importante sensibilizar e mobilizar os vários agentes para que criação destas respostas/programas e de projetos que proporcionem aos jovens a participação ativa em atividades favorecedoras da ocupação saudável dos tempos livres e do desenvolvimento de capacidades e de competências pessoais e sociais. A existência destas respostas será vantajosa para os jovens e para as suas famílias, assumindo-se como estratégias de promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Esta situação-problema é geradora de desigualdade de oportunidades no acesso às respostas existentes, uma vez que esse acesso comporta custos que as famílias, nomeadamente as mais vulneráveis, não conseguem suportar. Assim sendo, esta franja da população fica privada de beneficiar das vantagens associadas à frequência destas respostas sociais por questões económicas.

4.2.2. Adultos e Idosos

Tal como se fez constar anteriormente, o concelho de Caminha dispõe de sete equipamentos sociais com respostas sociais para a população idosa: Centro de Dia (CD), Estrutura Residencial para População Idosa (ERPI) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

4.2.2.1. Centro de Dia (CD)

Importa aqui caracterizar a resposta social de Centro de Dia no concelho de Caminha, tendo em consideração que a mesma garante aos idosos o atendimento àquelas que são as suas necessidades básicas e de promoção do contacto e interações sociais, em equipamento próprio, concorrendo para a qualidade dos mesmos e a sua manutenção no seu meio sociofamiliar.

Tabela 81 | Caracterização das vagas e número de utentes dos Centros de Dia (CD) do concelho de Caminha, 2023

Instituição	Capacidade instalada total	N.º de vagas protocoladas ⁹⁴	N.º de vagas privadas	N.º vagas ocupadas	N.º de vagas livres	
					Proto.	Priv.
Centro Social e Paroquial Nossa Sr.ª da Encarnação de Vilarelho	40	30	10	30	0	10
Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora	25	15	10	18	0	7
Centro Social e Paroquial de Moledo	30	21	9	28	0	2
Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora	30	23	7	19	4	7
Total	125	89	36	95	4	26

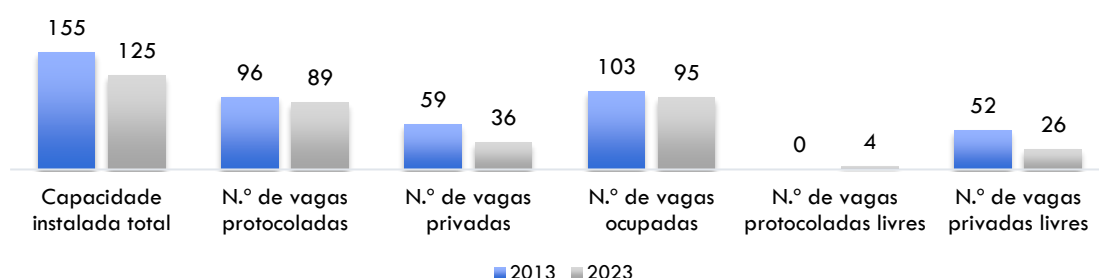
Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024)

⁹⁴ Vagas protocoladas: Trata-se das vagas que são objeto de comparticipação por parte do Instituto da Segurança Social, I.P., ao abrigo do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP).

No que concerne à resposta social de CD, no concelho de Caminha existem 4 equipamentos sociais, todos da propriedade de IPSS. Um destes equipamentos está localizado na União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho, um na União de Freguesias de Moledo e Cristelo, um em Riba de Âncora e um em Vila Praia de Âncora. De acordo com a informação disponibilizada, a capacidade instalada é de 125 vagas. À data da recolha de informação, dentro destas 125 vagas, 89 correspondem a vagas objeto de comparticipação pública.

Acresce referir que do total de vagas existentes (125 vagas), 30 estavam por ocupar. Porém, importa salientar que a grande maioria das mesmas, tal como se depreende pela informação que consta da tabela, correspondem a vagas que não são alvo de comparticipação. Deste modo, os idosos a vivenciar situações de vulnerabilidade económica não conseguem, a expensas próprias, aceder às mesmas, vendo-se obrigados a ficar excluídos deste acesso, o que gera situações-problema de ausência de resposta e de desigualdade social.

Gráfico 179 | Evolução da capacidade instalada, vagas protocoladas e vagas ocupadas nos CD do concelho de Caminha, 2013-2023



Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024)

Antes de prosseguir, de referir que, de acordo com a informação que consta do DS de 2013, para além das instituições referidas na tabela anterior, em 2013, a Casa do Povo de Lanhelas dispunha de resposta social de CD, a qual tinha uma capacidade total de 30 idosos, sendo que eram 15 as vagas protocoladas, as quais estavam ocupadas. Entretanto, esta entidade encerrou esta resposta.

Ao comparar os dados de 2023 com os disponíveis para 2013, constata-se que a capacidade instalada decresceu, em resultado do encerramento do CD da Casa do Povo de Lanhelas. Esta perda de vagas ocorreu (-30 vagas), pese embora no concelho exista um número crescente de idosos e, dentro destes, de idosos a residir sozinhos.

Relativamente às vagas protocoladas, assistiu-se a uma diminuição de 7 vagas (2013: 96 vagas; 2023: 89 vagas). O encerramento do CD da Casa do Povo de Lanhelas determinou que as 15 vagas protocoladas fossem extintas. Contudo, o aumento do número de vagas protocoladas registado noutras instituições absorveu parte da quebra.

Da conjugação dos factos descritos resultou a redução das vagas sem comparticipação pública, ou seja, as vagas privadas baixaram de 59 para 36.

Quanto ao número de vagas ocupadas, assistiu-se a um declínio, passando das 103 vagas (66,45% do total de vagas) de 2013, para as 95 vagas (76% do total de vagas) de 2023. Esta situação ficou a dever-se à redução do total de vagas existentes no concelho. Em termos de taxa de utilização/ocupação houve um aumento.

Tabela 82 | Caracterização dos utentes dos Centros de Dia (CD) do concelho de Caminha, 2023

Instituição	Número de utentes		Média de idades		Sem dependência		Ligeira		Nível de dependência				Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Centro Social e Paroquial N.º Sr.ª da Encarnação de Vilarelho	11	19	64	82	5	2	1	4	1	8	3	5	1	0
Centro Paroquial e Social de Sta M.ª de Riba de Âncora	3	15	85	85	2	11	1	4	0	0	0	0	0	0
Centro Social e Paroquial de Moledo	9	19	80	84	6	9	1	6	1	4	1	0	0	0
Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora	9	10	81	73	4	6	4	3	1	1	0	0	0	0
Total	32	63			17	28	7	17	3	13	4	5	1	0

Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024)

Como decorre da observação dos dados que constam da tabela acima, a maioria dos idosos integrados na resposta social de CD (63 idosos: 66,32%) são do sexo feminino. Entre estas a média de idades é tendencialmente superior à dos homens. A média de idades mais baixa, entre os homens, era de 64 anos e registou-se no Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Encarnação de Vilarelho. Por seu turno, a média de idades mais elevada registou-se nos 85 anos, no Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora. No que toca à média de idades entre os idosos do sexo feminino, é de referir que a mais baixa se verificou no Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, 73 anos. A média de idades mais elevada, entre as mulheres, foi de 85 anos (Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora).

Analisando o nível de dependência dos idosos em CD, verifica-se que 47,37% (45 idosos: 17 homens e 28 mulheres) são independentes para as atividades instrumentais da vida diária (AIVD). Em termos gerais, à medida que se avança no nível de dependência o número de idosos decresce (ligeira: 24

idosos; moderada: 16 idosos; severa: 9 idosos; total: 1 idoso). Esta tendência é compreensível dada a natureza e as características desta resposta social. Contudo, não se pode negligenciar o número de idosos com dependência severa e total (10), na medida em que apela à necessidade de ajustar as respostas sociais, os seus serviços e as atividades disponibilizadas aos perfis de funcionalidade dos idosos e às suas expectativas.

Tabela 83 | Taxa de utilização, de cobertura e de cobertura da cooperação standardizada da resposta social de Centro de Dia no concelho de Caminha, 2013-2023

Resposta Social	N.º total	Taxa de utilização ⁹⁵		Taxa de cobertura		Taxa de cobertura da cooperação standardizada ⁹⁶	
		2013	2023	2013	2022 ⁹⁷	2017	2023
CD	4	70,4	76,8	6,42	5,28	113,8	120,9

Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024) e ISS, I.P.⁹⁸

A taxa de utilização ao nível desta resposta social, à data da recolha dos dados, situava-se nos 76,8%, tendo esta crescido em 6,4 p.p. face ao ano de 2013.

Para o cálculo da taxa de cobertura foi utilizada a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Número total de vagas existentes}}{\text{População residente com idade entre os 65 e os 74 anos}} \times 100$$

Como demonstram os dados da tabela, a taxa de cobertura ao nível desta resposta social, entre 2013 e 2022, decresceu em 1,14 p.p., o que se torna compreensível pela conjugação da estagnação do aumento da capacidade instalada com o aumento significativo dos efetivos populacionais residentes com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos.

A taxa de cobertura da cooperação standardizada é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{TCC área geográfica}}{\text{TCC continente}} \times 100$$

⁹⁵ A taxa de utilização resulta do rácio entre o número de utentes (com e sem acordo) e a capacidade total da tipologia.

⁹⁶ Os valores apresentados para este indicador são disponibilizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P.

⁹⁷ Foi utilizado o ano de 2022, dado este é o ano mais recente para o qual existem estimativas populacionais.

⁹⁸ Fonte: Documento “Taxa de Cobertura de Cooperação Standardizada”

Por seu turno, a taxa de cobertura de cooperação standardizada, entre 2017 e 2023, para esta resposta social no concelho de Caminha tem vindo a crescer, passando de 113,8% para os 120,9%.

4.2.2.2. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

As ERPI assumem-se como respostas sociais destinadas ao alojamento coletivo, temporário ou permanente, de pessoas com 65 ou mais anos de idade, permitindo-lhes beneficiar de um conjunto amplo de serviços e cuidados adequados, assegurando a promoção da sua qualidade de vida. Como já foi referido, o concelho de Caminha possui 4 equipamentos sociais que oferecem a resposta social de ERPI.

Tabela 84 | Caracterização das vagas e número de utentes das Estruturas Residenciais de Idosos do concelho de Caminha, 2023

Instituição	N.º total de vagas	N.º de vagas protocoladas	N.º de vagas privadas	N.º vagas ocupadas	N.º de vagas livres	
					Proto.	Priv.
Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes	60	60	0	60	0	0
Centro de Bem Estar Social de Seixas	62	58	4	62	0	0
Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora	20	20	0	20	0	0
Santa Casa da Misericórdia de Caminha	35	30	5	35	0	0
Total	177	168	9	177	0	0

Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024)

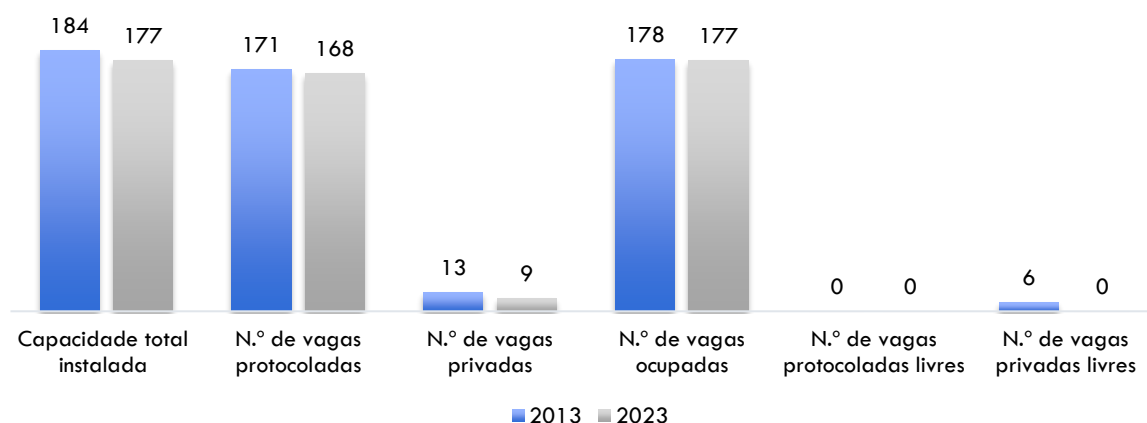
No concelho de Caminha, em 2023, a capacidade instalada para a resposta social de ERP é de 177 vagas, o que representa a perda de 7 vagas, quando comparada com 2013 (184 vagas). De salientar que esta redução do número de vagas existentes no concelho de Caminha é o resultado da necessidade das instituições se adaptarem às exigências legais. Esta quebra na capacidade instalada entra em contraciclo com a tendência de crescimento significativo do número de idosos a residir no concelho de Caminha e do envelhecimento populacional.

Dentro da capacidade instalada nas ERPI estavam incluídas as designadas vagas de reserva e as vagas de emergência. No concelho de Caminha, apenas a Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes dispunha de vagas de emergência (2). Em 2024, esta situação alterou-se, uma vez que as 2 vagas de emergência foram convertidas em vagas de reserva.

Relativamente às vagas de reserva, salienta-se que no concelho existiam, em 2011, 29 vagas. Este número é manifestamente insuficiente, atendendo ao número crescente da população idosa e ao facto

de, tal como explicado anteriormente, existir um número significativo de idosos que detêm baixos rendimentos. Deste modo, a integração em ERPI vê-se dificultada, dando assim origem a situações de vulnerabilidade e de desigualdade no acesso às respostas sociais.

Gráfico 180 | Evolução da capacidade total instalada, das vagas protocoladas e das vagas ocupadas nas ERPI do concelho de Caminha, 2013-2023



Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024)

De salientar que, no período em análise, houve uma quebra (-3) nas vagas abrangidas pelos Acordos de Cooperação, pelo que as vagas protocoladas passaram de 171 para as 168, o que se ficou a dever à redução da capacidade instalada numa das ERPI e consequente contração das respetivas vagas protocoladas (manteve uma taxa de 100%).

O número de vagas ocupadas, em 2023, situou-se nas 177 (-1 do que em 2013), sendo que a totalidade das vagas protocoladas estava ocupada, o que representou uma taxa de utilização/ocupação de 100%. Tampouco existiam vagas privadas livres, ao invés do que acontecia em 2013 (das 13 vagas privadas existentes, 6 estavam livres).

Tabela 85 | Caracterização dos utentes das Estruturas Residenciais para a Pessoas Idosas (ERPI) do concelho de Caminha, 2023

Instituição	Número de utentes		Média de idades		Sem dependência		Ligeira		Nível de dependência				Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes	16	44	82	83	0	0	4	2	4	9	3	12	5	21
Centro de Bem Estar Social de Seixas	13	49	84	86	3	5	8	16	2	9	0	6	0	13
Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora	4	16	75	84	1	0	2	3	0	2	0	4	1	7
Sta Casa da Misericórdia de Caminha	6	29	85	85	0	0	0	3	4	13	2	9	0	4
Total	39	138	—	—	4	5	14	24	10	33	5	31	6	45

Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024)

A análise dos dados apresentados demonstram que a grande maioria dos idosos institucionalizados em ERPI (77,97%) são mulheres, o que é reflexo da feminização do envelhecimento. É possível também verificar que se tratam de idosos com uma média de idade elevada, as quais medeiam entre os 75 anos e os 85 anos, devemos ter em consideração que tendencialmente a média de idades das mulheres tende a ser mais elevada. O número de idosos sem dependência (idosos que não precisam de apoio de terceiros para a satisfação das suas necessidades humanas básicas) é residual (5,09%).

Os dados apresentados permitem concluir que nas ERPI se nota a prevalência de utentes detentores de dependência total (28,81%), o que poderá ser explicado pelo crescente de envelhecimento cronológico e biológico dos mesmos e pela perda progressiva de funções sensoriais e motoras, bem como, o aumento da vulnerabilidade às doenças. Esta mudança do perfil funcional dos idosos integrados exige que os recursos humanos das entidades estejam capacitados/dotados de competências específicas para fazer face às necessidades/exigências dos mesmos. Por outro lado, torna-se importante repensar/adaptar esta resposta social, a sua cultura organizacional, os seus processos e procedimentos, os edifícios onde estas funcionam e também as atividades desenvolvidas, por forma a potenciar a qualidade de vida e ganhos em saúde das pessoas idosas.

A alteração do perfil de saúde dos idosos institucionalizados em ERPI que se tem vindo a fazer sentir, cada vez mais marcado por um aumento do número de idosos integrados com níveis de dependência elevados e também com problemas do foro da saúde mental, faz com que os vários parceiros sociais, conscientes das exigências e das necessidades de cuidados daí decorrentes (por exemplo, prestação adequada e segura de cuidados de saúde e de apoio social cada vez mais exigentes e especializados), tenham feito constar que se tem assistido a uma alteração do conceito e do modelo de ação das ERPI.

Deste modo, advogam a necessidade de se recorrer à mobilização de esforços e de recursos de entidades e serviços de natureza pública e privada para criar/reforçar respostas e serviços que, integrando a intervenção social e a proteção/cuidado da saúde, sejam especializados na gestão de determinadas doenças crónicas e demências e no cuidado dos idosos com nível de dependência grave e severa. Nestas respostas e serviços os cuidados a esta franja da população particularmente vulnerável, seriam prestados por profissionais de saúde habilitados, os quais seriam auxiliados por assistentes operacionais devidamente preparados e orientados. Deste modo, evitar-se-ia que as ERPI continuem a ser “convertidas em serviços/unidades de saúde”, não só pelas famílias que não encontram outras respostas sociais, como também por outras entidades, serviços e de técnicos de referênciação e encaminhamento.

Tabela 86 | Taxa de utilização, de cobertura e de cobertura da cooperação standardizada da resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas no concelho de Caminha, 2013-2023

Resposta Social	N.º total	Taxa de utilização ⁹⁹ (%)		Taxa de cobertura (%)		Taxa de cobertura da cooperação standardizada ¹⁰⁰ (%)	
		2013	2023	2013	2022 ¹⁰¹	2017	2023
ERPI	4	96,74	100	8,82	7,30	148,8	129,8

Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024)) e ISS, I.P.¹⁰²

À data da recolha dos dados, a taxa de utilização das ERPI atingia os 100%, o que revela um aumento 3,13 p.p. por comparação ao ano de 2013.

O cálculo da taxa de cobertura foi efetuado com recurso à seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Número total de vagas existentes}}{\text{População residente com idade entre } \geq 75 \text{ anos}} \times 100$$

A análise da taxa de cobertura de ERPI, no concelho de Caminha era, em 2022, de 7,30%, pelo que se observa a ocorrência de uma quebra de 1,52 p.p.. Este comportamento do indicador aqui em apreço pode ser explicado pelos dois fatores que se combinam, o decréscimo no número total de vagas e o aumento da população residente com 75 ou mais anos de idade.

⁹⁹ A taxa de utilização resulta do rácio entre o número de utentes (com e sem acordo) e a capacidade total da tipologia.

¹⁰⁰ Os valores apresentados para este indicador são disponibilizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P.

¹⁰¹ Foi utilizado o ano de 2022, dado este é o ano mais recente para o qual existem estimativas populacionais.

¹⁰² Fonte: Documento “Taxa de Cobertura de Cooperação Standardizada”.

A taxa de cobertura de cooperação standardizada situava-se, em 2023, nos 129,8%. Este valor é 19 p.p. inferior ao de 2017 (148,80%), o que revela a perda de vagas protocoladas nesta resposta social, contrariando as necessidades da população idosa residente.

Os técnicos de intervenção social a trabalhar no território concelhio fizeram constar que no seu quotidiano profissional são confrontados com situações-problema de idosos que não estão capacitados para cuidar da satisfação das suas necessidades e que não dispõem de retaguarda familiar, amical ou de vizinhança capaz de funcionar como rede de suporte robusta. Perante estas situações-problema, têm que trabalhar a integração em ERPI e encontrar vagas protocoladas para concretizar a mesma, o que se afigura cada vez mais difícil, pelo facto destas estarem aquém do necessário num contexto onde a população idosa tem vindo a aumentar. Existe um desfasamento (défice) entre o número de vagas oferecidas e aquelas que são necessárias.

As vagas privadas não são uma resposta para as famílias com fracos recursos financeiros, o que afeta uma franja importante da população idosa, em resultado, nomeadamente, das baixas pensões de velhice que auferem.

Para reforçar a avaliação desta necessidade foram auscultadas as instituições que dispõem de ERPI, as quais deram nota do facto de terem uma lista de espera bastante alargada. A respeito desta questão, as entidades fizeram constar a necessidade de se desenvolver e implementar uma plataforma digital comum às várias instituições com respostas sociais para a população idosa que garantam, no cumprimento das normas de confidencialidade e privacidade, a centralização da informação relativa às inscrições para integração em ERPI. Desta forma, tornar-se-ia possível conhecer com exatidão o número de idosos inscritos, evitando a contabilização em duplicado a inscrição de um mesmo idoso em várias instituições. Não raras vezes, constatam que existem situações de idosos que permanecem na base de dados de inscrições, pese embora tenham sido integrados noutras instituições ou tenham falecido.

4.2.2.3. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

De acordo com o definido, o «Serviço de Apoio Domiciliário constitui uma Resposta Social organizada a que as pessoas em situação de dependência podem ter acesso para satisfação de necessidades básicas e específicas, apoio nas actividades instrumentais da vida quotidiana e actividades sociorrecreativas. Este

conjunto de serviços é prestado no domicílio habitual de vida do cliente, contribuindo para a promoção da sua autonomia e a prevenção de situações de dependência ou seu agravamento.¹⁰³»

No concelho de Caminha, são 5 as entidades que disponibilizam a resposta social de SAD, concorrendo, desta forma, para assegurar que os clientes e suas famílias possam ver satisfeitas algumas das dificuldades com que se enfrentam quotidianamente no cuidado dos idosos, assim como, para potenciar o seu bem-estar e a qualidade de vida em meio natural de vida.

Tabela 87 | Caracterização das vagas e número de utentes com Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) do concelho de Caminha, 2023

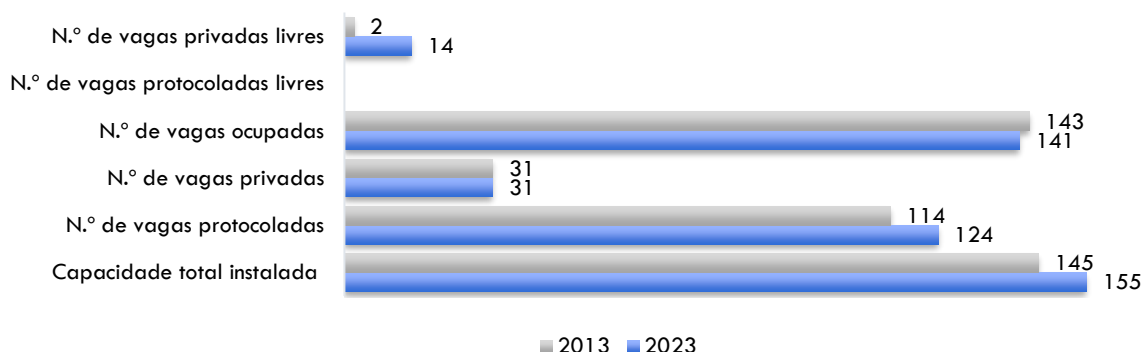
Instituição	N.º total de vagas	N.º de vagas protocoladas	N.º de vagas privadas	N.º vagas ocupadas	N.º de vagas livres	
					Proto.	Priv.
Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora	20	15	5	17	0	3
Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora	30	30	0	30	0	0
Centro Social e Paroquial de Nossa Sr.ª da Encarnação de Vilarelho	55	35	20	44	0	11
Centro Social e Paroquial de Moledo	30	24	6	30	0	0
Santa Casa da Misericórdia de Caminha	20	20	0	20	0	0
Total	155	124	31	141	0	14

Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024)

De acordo com a informação recolhida, a capacidade instalada ao nível da resposta social de SAD era, em 2023, de 155 vagas (124 protocoladas e 29 privadas/sem acordo).

¹⁰³ Fonte: Instituto da Segurança Social, Manual de Processo-Chave do Serviço de Apoio Domiciliário, 2.ª Edição (Revista), Lisboa, ISS, IP.

Gráfico 181 | Evolução da capacidade instalada, vagas protocoladas e vagas ocupadas nas SAD do concelho de Caminha, 2013-2023



Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024)

O número total de vagas existentes em 2023 representam um aumento face a 2013, a capacidade total instalada era de 145 vagas (114 protocoladas e 31 privadas/sem acordo). Assim sendo, no ano de 2023, existiam mais 10 vagas de SAD. As novas vagas também foram objeto de Acordo de Cooperação com o ISS, I.P. Assim sendo, em 2023, existiam mais 10 vagas protocoladas do que em 2013.

Em 2023, do total de vagas existentes de SAD (155 vagas), 141 estavam ocupadas, pelo que se depreende que eram 14 as vagas livres, as quais eram privadas/sem acordo, o que as tornava inacessíveis para os idosos com baixos rendimentos, assumindo-se como um elemento gerador de desigualdade social. Em 2013, as vagas ocupadas situavam-se nas 143, pelo que se conclui que houve um declínio do número de idosos integrados em SAD (-2 idosos).

Tabela 88 | Caracterização dos utentes do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) do concelho de Caminha, 2023

Instituição	Número de utentes		Média de idades		Sem dependência		Nível de dependência							
	H	M	H	M	H	M	Ligeira		Moderada		Severa		Total	
Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora	5	12	74	88	4	2	1	1	0	1	0	2	0	6
Centro Social e Paroquial de Nossa Sr.ª da Encarnação de Vilarelho	15	29	78	87	2	6	0	7	2	5	2	4	9	7
Centro Social e Paroquial de Moledo	13	17	85	86	0	0	7	9	4	5	2	3	0	0
Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora	19	11	68	84	4	0	9	4	1	3	2	1	3	3
Sta Casa da Misericórdia de Caminha	9	11	74	77	0	0	6	2	2	4	1	3	0	2
Total	61	80			10	8	23	23	9	18	7	13	12	18

Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024)

Como demonstra a análise dos dados apresentados na tabela supra, no concelho de Caminha estavam integrados na resposta social de SAD um total de 141 idosos, dos quais 61 (43,26%) eram homens e 80 (56,74%) eram mulheres. É entre estas que se encontravam os idosos com uma média de idades mais elevada em todas as instituições, todas elas acima dos 75 anos de idade.

Ao analisar a distribuição dos idosos por nível de dependência, observa-se que, em termos gerais, do total de 141 idosos com esta resposta social, 87,23% (123 idosos) eram detentores de algum nível de dependência. Era o nível de dependência ligeira que se concentrava o maior número de idosos (46 idosos: 23 homens e 23 mulheres), seguido do nível de dependência total (30 idosos: 12 homens e 18 mulheres).

Considerando o atual padrão de funcionamento do SAD e a existência de um número não negligenciável de idosos que dependem totalmente de terceiros (cuidadores) para a satisfação das suas necessidades, conclui-se que urge repensar quer a capacidade instalada nas várias respostas para a população com dependência, quer a constituição das equipas, quer a sua formação/capacitação.

Tabela 89 | Taxa de utilização, de cobertura e de cobertura da cooperação standardizada da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário no concelho de Caminha, 2013-2023

Resposta Social	N.º total	Taxa de utilização ¹⁰⁴ (%)		Taxa de cobertura (%)		Taxa de cobertura da cooperação standardizada ¹⁰⁵ (%)	
		2013	2023	2013	2022 ¹⁰⁶	2017	2023
SAD	5	98,62	90,97	3,60	3,52	92,5	86,4

Fonte/Entidade: Fonte/Entidade: IPSS do concelho de Caminha (2024) e ISS, I.P.¹⁰⁷

A taxa de utilização do SAD era, à data da recolha dos dados, de 90,97%, o que demonstra a ocorrência de um decréscimo de 7,65 p.p. deste indicador face ao ano de 2013.

Para o cálculo da taxa de cobertura foi utilizada a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Número total de vagas existentes}}{\text{População residente com idade} \geq 65 \text{ anos}} \times 100$$

No que concerne à taxa de cobertura ao nível do SAD, assiste-se, entre 2013 (3,60%) e 2022 (3,52%), a um decréscimo de 0,08 p.p., fruto do aumento significativo dos efetivos populacionais residentes com 65 ou mais anos de idade.

A taxa de cobertura de cooperação standardizada para a resposta social de SAD, entre 2017 e 2023, decresceu em 6,1 p.p. (2017: 92,5%; 2023: 86,4%).

Tal como decorre dos dados apresentados, a resposta social de SAD apresenta-se aquém das necessidades reais da população residente, no que se refere às vagas protocoladas existentes, na medida em que, apesar de, em 2023, estarem por ocupar 14 vagas, as mesmas eram de carácter privado. Deste modo, os idosos com baixos rendimentos, os quais representam uma franja importante dos idosos residentes (tal como ficou evidente no subcapítulo prestações sociais) não conseguem fazer face aos valores praticados.

Outro dos constrangimentos sentidos por um número não negligenciável de idosos e de famílias no acesso ao SAD está relacionado com o fato de o ISS, IP. determinar que para ocorrer a integração no âmbito

¹⁰⁴ A taxa de utilização resulta do rácio entre o número de utentes (com e sem acordo) e a capacidade total da tipologia.

¹⁰⁵ Os valores apresentados para este indicador são disponibilizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P.

¹⁰⁶ Foi utilizado o ano de 2022, dado este é o ano mais recente para o qual existem estimativas populacionais.

¹⁰⁷ Fonte: Documento "Taxa de Cobertura de Cooperação Standardizada"

das vagas protocoladas devem ser contratados, pelo menos, dois serviços. Quer isso dizer que os idosos e famílias que pretendam/necessitem apenas de contratar apenas um serviço apenas podem fazê-lo no âmbito das vagas privadas, pelo que os preços praticados funcionam como impedimento à efetivação da contratação por parte daqueles que sejam detentores de baixos recursos económicos.

Atendendo à mudança do perfil da população idosa residente no concelho de Caminha e das famílias e, consequentemente, à alteração das suas necessidades de acompanhamento e de apoio atuais e futuras, torna-se necessário repensar o padrão de funcionamento das várias respostas sociais. De acordo com a informação disponibilizada pelas instituições, o perfil atual dos idosos integrados em SAD (funcionalidade e mobilidade) faz com que seja necessário redesenhar os serviços prestados, a forma de prestação dos mesmos e os horários de funcionamento.

De acordo com alguns parceiros sociais, não raras vezes as famílias têm feito constar que uma fragilidade do SAD prende-se com os horários praticados, na medida em que, por exemplo, o seu horário de encerramento faz com que ou não lhes seja possível apoiar os idosos e as famílias no momento de “deitar” os idosos ou, se o fazem, este tenha lugar muito cedo.

No que concerne ao SAD, os serviços que atualmente são prestados (nomeadamente cuidados de higiene e conforto pessoal; higiene habitacional dirigida apenas para a necessária aos cuidados que são prestados ao utente; fornecimento de refeições; tratamento de roupa de uso pessoal) devem juntar-se outros, com vista a garantir a sua permanência em meio natural de vida, adiando/evitando a integração em unidades de saúde ou estruturas residenciais, promovendo a sua autonomia e o envelhecimento bem-sucedido. Como exemplo desses novos serviços pode referir-se: a administração das refeições, a estimulação cognitiva, física e social dos clientes (muitos deles passam todo o dia sem apoio para além do dado pelo SAD e as interações sociais são muito limitadas); apoio na aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de bens e serviços, deslocação a entidades da comunidade. O perfil de dependência faz com que os utentes não possam ser integrados nas atividades de animação e socialização atualmente disponibilizadas nas instituições.

Isso torna necessário o investimento na modernização dos equipamentos e demais meios logísticos (por exemplo, ajudas técnicas ajustadas, ampliação do parque automóvel, preferencialmente, substituição/aquisição viaturas elétricas; equipamentos digitais) e na adequada formação/qualificação dos recursos humanos. Esta alteração do paradigma exige que as entidades disponham de capacidade económico-financeira para tal o que, como se fez constar anteriormente, não é possível apenas com recursos próprios, pelo que se torna necessário a conjugação destes com apoios públicos e da sociedade civil. Só desta forma se torna possível garantir não só a sua criação, mas também a sua sustentabilidade a longo prazo deste tipo de intervenções.

Analisando as respostas sociais para a população idosa residente no concelho de Caminha, importa aqui apreender a capacidade que as respostas sociais para a população idosa existentes no concelho de Caminha, no seu conjunto, para acorrer às necessidades da população idosa residente, procedeu-se ao cálculo da Taxa de Cobertura Total.

Assim para o cálculo da taxa de cobertura total foi utilizada a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Número total de vagas existentes CD + ERPI + SAD}}{\text{População residente com } \geq 65 \text{ anos de idade}} \times 100$$

Este indicador aponta para o facto de que apenas 9, 83% da população idosa residente no concelho de Caminha, em 2022, estava coberta pela intervenção/apoio de uma das respostas sociais analisadas. Deste modo, presume-se a necessidade de criação de novos lugares/vagas protocoladas.

Por outro lado, considerando que, tal como é defendido no PAEAS 2023-2026, o paradigma da atenção e do cuidado da população idosa passa pela manutenção desta no seu meio natural de vida, torna-se necessário o reforço dos serviços de apoio domiciliário diferenciado e multidisciplinar, assegurando a autonomia e a preservação das capacidades dos utentes.

4.2.2.4. Equipamentos e Respostas Sociais para Idosos em Falta

De acordo com a informação emanada dos grupos de trabalho desenvolvidos no âmbito da elaboração do presente documento, os quais contaram com a participação de vários agentes sociais, no concelho de Caminha, existe um número considerável de idosos que, embora tenham autonomia relativa para desenvolverem o seu quotidiano, durante o dia, no seu domicílio e imediações, que mantém, também, ativas as relações sociais e a ligação ao seu espaço, carecem de supervisão durante o período noturno.

Ao nível concelhio, é notória a dificuldade em encontrar cuidadores que apresentem disponibilidade e estejam formalmente capacitados para prestar, este apoio, no domicílio dos idosos. Isso faz com que os custos associados impliquem a disponibilização de recursos, muitas vezes, avultados por parte dos idosos e/ou suas famílias para suportar a contratação de um cuidador.

Posto isso, seria importante mobilizar e sensibilizar os agentes locais para a necessidade de, no Concelho ser criada a resposta social- **Centro de Noite**. Esta resposta social permitiria aos idosos dispor de uma alternativa à integração em ERPI, muitas vezes recusada por idosos que pretendem manter-se no seu meio natural de vida. A existência desta resposta social permitiria também proporcionar um espaço de

apoio noturno para os idosos que, por razões de isolamento geográfico e social, solidão e insegurança, percebem a noite como um período adverso ao seu bem-estar.

No concelho de Caminha, o **Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas** com vínculo contratual com o Centro Distrital da Segurança Social de Viana do Castelo, resposta social que permitia aos idosos acolhidos beneficiarem da integração num ambiente familiar e afetivo capaz de satisfazer as suas necessidades básicas, era constituído, em 2013, por 2 famílias residentes na freguesia de Vila Praia de Âncora, as quais cessaram a sua ação em 2020. Desde então, essa resposta social deixou de existir. Atualmente, as famílias de acolhimento que possam existir são de carácter privado, pelo que a integração de idosos nas mesmas está unicamente dependente dos recursos financeiros dos idosos e suas famílias, pelo que é um elemento gerador de iniquidade.

Numa tentativa de compreensão das razões que podem ter estado na base da extinção desta resposta social, foram apontadas questões relacionadas com o valor pago pelo ISS, IP, o qual fica aquém das necessidades sentidas e também dos valores praticados no mercado privado.

4.2.3. Família e Comunidade

As respostas sociais dirigidas à família e à comunidade são aquelas que desenvolvem a sua atuação com o propósito de proporcionar «(...) apoio a pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, quer através do apoio e acompanhamento social, quer através da minimização de situações de carência, podendo compreender um conjunto de ações integradas com vista à inserção social»¹⁰⁸.

4.2.3.1. Cantina Social

Uma das respostas sociais destinadas à família e comunidade é a **Cantina Social**, a qual foi criada, em 2012, no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, e que se concretiza através da celebração de protocolos entre o Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.) e as Instituições de Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas.

¹⁰⁸ Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021, CARTA SOCIAL - Rede de serviços e equipamentos – Relatório de 2019, Lisboa.

Esta resposta social tem como objetivo assegurar a satisfação das necessidades alimentares das pessoas que, encontrando-se a vivenciar situações de vulnerabilidade económica, não detêm capacidades para confeccionar refeições no seu próprio domicílio ou que estejam em situação de sem-abrigo e estejam a experienciar outras situações-problema de extrema vulnerabilidade e emergência social.

A instituição que dispõe desta resposta social assegura a confeção e o fornecimento ao público-alvo das refeições diárias completas (pão, sopa, prato e fruta) de forma gratuita. Os beneficiários são os responsáveis pela recolha das refeições para serem consumidas no domicílio dos mesmos. A cada beneficiário da Cantina Social podem ser asseguradas duas refeições diárias (almoço e jantar). Para poderem beneficiar desta resposta social, os cidadãos devem ser sinalizados junto do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social promovido pelo Município de Caminha, por forma a ser promovida a sua avaliação social e o diagnóstico das necessidades e potencialidades dos mesmos e de suas famílias, das condições sociofamiliares e económicas.

Tabela 90 | Número de refeições da Cantina Social do concelho de Caminha, 2023

Instituição	N.º de refeições diárias protocoladas	N.º de refeições sem protocolo
Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareante	20	0
Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora	17	0
Santa Casa da Misericórdia de Caminha	10	0
Total	47	0

Fonte/Entidade: IPSS do concelho com esta resposta social (2024)

No concelho de Caminha existem 3 entidades que dispõem desta resposta social, são elas a Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes, o Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora e Santa Casa da Misericórdia de Caminha - Lar de Santa Rita. Assim, conclui-se que existe uma concentração nas duas vilas do concelho (1 em Caminha e 2 em Vila Praia de Âncora), deixando a descoberto, pela sua forma de funcionamento, a população do concelho que, embora reúna as condições de recurso para beneficiar da mesma, reside nas demais freguesias do concelho e não dispõe de meios ou de apoio para se deslocar até às instalações do equipamento social para recolher as refeições. Este facto permite concluir que a Cantina Social, criado como resposta/instrumento de combate à pobreza e a exclusão social, pela forma como está a ser implementado/operacionalizado, atualmente, é potenciador da desigualdade no acesso a esta resposta social.

Como se observa na tabela, a capacidade total instalada no concelho de Caminha é de 47 refeições. O Lar de Santa Rita disponibiliza 10 refeições diárias, o que representa uma redução de 20 refeições

face ao ano de 2013 (30 refeições) e de 50 refeições diárias face às existentes em 2015 (65 refeições diárias). O Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora serve 17 refeições diárias (valor que se mantém desde 2019, mas representa -13 refeições diárias que em 2013 e -58 refeições diárias que em 2015, ano em que o protocolo de cooperação compreendia o maior número de refeições para o período em análise, 75 refeições). A Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes tem acordo para servir 20 refeições diárias (-80 que as refeições diárias em acordo no ano de 2013, sendo que esta capacidade se manteve até 2016, mas mais 4 que as de 2019, 16 refeições diárias).

Assim sendo, constata-se que em termos globais, o número de vagas de Cantiga Social era, em 2023, significativamente inferior ao existente em 2013 (2013: 160; 2023: 47).

Outra das fragilidades apontadas pelos parceiros sociais para esta resposta social prende-se com o decréscimo acentuado do número de refeições protocoladas por determinação dos órgãos da tutela, o que vai no sentido oposto das necessidades que se fazem sentir. Num contexto marcado pelo aumento dos preços dos bens alimentares e de outros recursos necessários à confeção de alimentos, a resposta social existente vê contraído o número de refeições diárias alvo de acordo.

Uma das razões evocadas para as alterações ocorridas nesta medida prende-se com a distribuição de cabazes alimentares junto da população mais carenciada, ao abrigo do Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC). Este programa prevê a entrega de bens alimentares não confeccionados aos beneficiários, aos quais cabe a tarefa de confeção das suas refeições. Mais se acrescenta que esta nova medida, pela quantidade e diversidade de géneros alimentares entregues, não permite acorrer à satisfação das necessidades alimentares a 100% (apenas se destinam a cobrir 50% das necessidades nutricionais dos indivíduos e/ou famílias).

Importa pois fazer sobressair que o PO APMC não responde às necessidades dos destinatários da Cantina Social. Esta última visa satisfazer as necessidades alimentares das pessoas que não detêm capacidades para confeccionar refeições no seu próprio domicílio ou em situação de sem-abrigo e outras situações-problema de extrema vulnerabilidade e emergência social. O PO APMC não é ajustado/adequado para as situações em que os indivíduos/famílias não disponham de condições que assegurem o adequado armazenamento/acondicionamento dos bens alimentares (por exemplo, legumes congelados, carne e peixe congelados) e que não detenham capacidade e condições para a confeção das suas refeições.

Em face disso, pode concluir-se que a quebra do número de vagas é um fator de risco, na medida em que potencia a existência de situações-problemas sem apoio alimentar adequado ao perfil e às necessidades diagnosticadas pelos técnicos do SAAS do Município de Caminha.

4.2.3.2. Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)

As dificuldades no acesso aos alimentos decorrentes de situações de carência socioeconómica são na verdade um dos problemas onde a intervenção na área da ação social é mais premente, requerendo a implementação de programas que promovam a distribuição de alimentos. De facto, a União Europeia (UE), apresenta desde 1987, programas de apoio a este nível.

Sucedendo ao programa de ajuda alimentar, Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), criado pelo Regulamento (CEE) n.º 3730/97 do Conselho, de 10 de dezembro de 1987, surgiu, em 2014, o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), com o propósito de garantir o acesso a bens alimentares por parte das pessoas/famílias mais carenciadas.

Assim, desde 2017, o Município de Caminha assumiu o papel de entidade mediadora do POAPMC, o qual permite a operacionalização do FEAC, cabendo ao Instituto da Segurança Social, I.P a responsabilidade pela coordenação global e pela gestão das empresas e produtos anualmente rececionados no território nacional. O Banco Alimentar Contra a Fome de Viana do Castelo é a entidade coordenadora.

Deste modo, criaram-se as condições necessárias para assegurar a distribuição direta dos cabazes de géneros alimentares aos indivíduos e/ou às famílias residentes no concelho de Caminha que se encontrem em situação de carência económica (tal como consta do artigo 45.º, PARTE II, Regulamento Específico do POAPMC, da Portaria n.º 51/2017, de 2 de fevereiro). De referir que a sinalização dos beneficiários, após estudo socioeconómico, foi da responsabilidade da técnica do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) da Segurança Social até 31 de março de 2023. A partir desta data, devido à transferência de competências da Ação Social para as Autarquias, prevista na lei 50/2018 de 16 de agosto, passou a ser do SAAS do Município de Caminha.

Em 2019, eram 92 os beneficiários do PO APMC, sendo que em 2020, em consequência da pandemia de SARS-CoV-2 (Covid19), o programa alargou o número de vagas, pelo que o número de munícipes apoiados disparou para os 184, número que se mantém até à atualidade. A manutenção/estabilização do número de beneficiários não é sinónimo de que as necessidades neste domínio estão plenamente satisfeitas. De referir que o número de agregados familiares que têm recorrido ao Município de Caminha para solicitar apoio através da atribuição de géneros alimentares é significativamente superior à capacidade de resposta instalada pelo POAPMC.

Em face dessa situação e para garantir a superação desta fragilidade, o Município de Caminha procurou criar outras respostas, sendo de destacar a estreita articulação/parceria estabelecida com o Banco Alimentar Contra a Fome de Viana do Castelo, o qual se consubstancia na disponibilização de bens alimentares denominados por secos (arroz, massa, leguminosas enlatadas, atum em lata, salsichas, leite, azeite, óleo, bolachas, entre outros).

Em 2019, eram 63 os agregados familiares que beneficiaram do PO APMC. No ano de 2021, foram apoiadas 103 famílias com alimentos provenientes deste parceiro, um número expressivo quando considerado o número total de vagas do POAPMC (184 vagas). No ano de 2022, o número de cabazes entregues situou-se nos 156, tendo decrescido no ano de 2023, no qual este apoio se situou nos 126.

Efetuada a caracterização do perfil do concelho de Caminha no que diz respeito às prestações e apoios sociais, torna-se necessário, para compreender a realidade local e definir estratégias promotoras do desenvolvimento social inclusivo e sustentável, analisar os equipamentos e respostas sociais existentes e em falta no que ao apoio às populações mais vulneráveis se refere (crianças, jovens, idosos e indivíduos que apresentem qualquer tipo de deficiência/incapacidade).

4.2.3.3. Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (CAVVD)

O concelho de Caminha dispõe de uma **resposta social de apoio às vítimas de violência doméstica, Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (CAVVD)** do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora. Esta resposta surge no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado entre o Instituto da Segurança Social, IP, e o Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, que aconteceu a 14/12/2010, ao abrigo do previsto na Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro (Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas).

Recuando no tempo, pode afirmar-se que a génese desta resposta social remonta a períodos anteriores com o designado “Projeto Recomeçar”, cuja execução teve início em 2006. Este projeto tinha uma capacidade de resposta instalada para 60 utentes (45 vítimas e 15 agressores/as), a qual se manteve na transição para a resposta social atual.

No fim do período de vigência do referido projeto, constatou-se, através da análise dos vários indicadores sociais, que a manutenção da resposta era uma necessidade premente do território.

Nesse período, CAVVD, tendo como âmbito de intervenção geográfica o distrito de Viana do Castelo, desempenhava um papel determinante na resposta a vítimas de violência doméstica, tendo por base uma intervenção multidisciplinar integrada e sistémica ao nível do atendimento, do acompanhamento, da orientação das pessoas vítimas de violência doméstica, do apoio nos processos de reinserção social, em meio natural de vida, e de estabilização em situação de crise de vítimas diretas e indiretas de violência doméstica. A equipa assegura ainda o acompanhamento psicoterapêutico aos/às agressores/as.

De ressaltar que, a 16/05/2017, após reunião com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), na qual a equipa fez contar todos os constrangimentos com que se defrontava no exercício do seu trabalho, foi estabelecido que o território de intervenção do Núcleo Atendimento de Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD) do Gabinete de Apoio à Família, de Viana do Castelo, passaria a ser todo o concelho de Viana do Castelo e o concelho de Ponte de Lima e que o CAVVD manteria a intervenção nos restantes 8 concelhos. Desta forma, pode afirmar-se que a área de intervenção do CAVVD é extensa e dispersa, o que exige que seja dispensado tempo para efetuar as deslocações necessárias para assegurar o atendimento descentralizado, o que afeta de forma mais grave as freguesias dos concelhos do interior. Não se pode esquecer que as mesmas vivenciam problemas significativos ao nível da mobilidade, nomeadamente a rede de transportes públicos deficitária e, em algumas, as dificuldades ao nível das acessibilidades. Posto isso, torna-se necessário que a equipa faça uma gestão rigorosa do seu tempo e dos recursos disponíveis.

Com a aprovação das candidaturas apresentadas ao Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE), ação 3.17.1 – *Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas*, tornou-se possível, a partir de junho de 2018, com o projeto “Recomeçar + perto”, contar com o reforço da equipa e, consequentemente, potenciar a capacidade de intervenção mais próxima nos concelhos de Valença, Monção, Melgaço e Paredes de Coura.

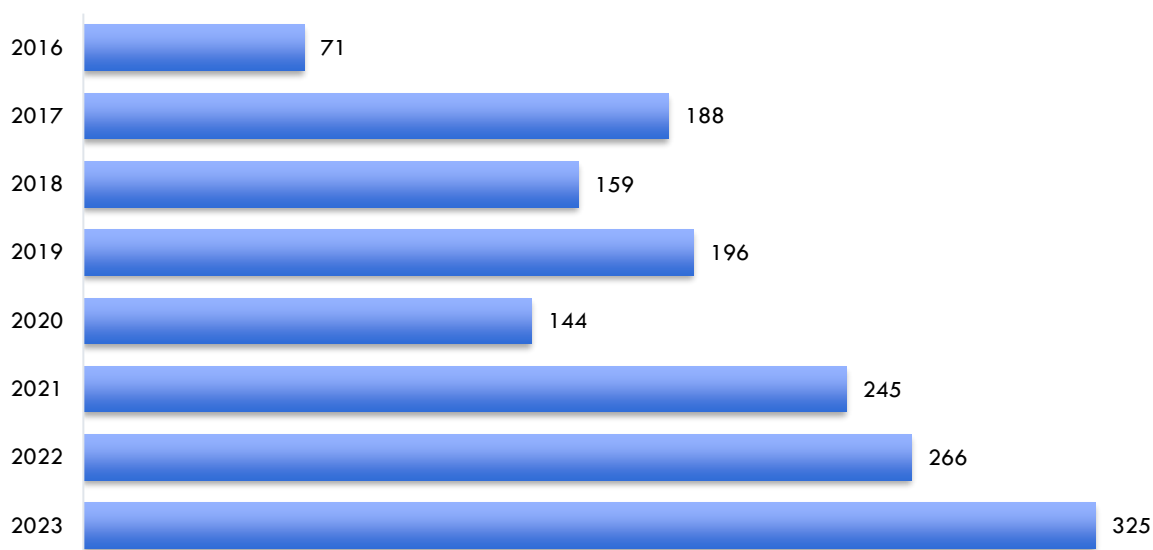
Já em 2021, com a aprovação da candidatura “Projeto Âncora Jovem”, apresentada no âmbito do POISE, ação 3.17.1, a qual incidia sobre as ações de atendimento, acompanhamento e apoio especializados, nas dimensões psicológica e psicoterapêutica, ou seja, as Respostas de Apoio Psicológico (RAP), o CAVVD conseguiu ver satisfeita a necessidade de, ao nível do acompanhamento das Vítimas de Violência Doméstica (VVD), especificamente, garantir o apoio psicológico aos/às filhos/as das mesmas, também eles/elas vítimas das situações de violência. No âmbito deste projeto, o CAVVD passou a dispor de quatro técnicos superiores afetos a 100% (2 a desenvolver intervenção psicológica com crianças e jovens VVD) e um técnico afeto a 30%.

A **abrangência distrital** do CAVVD impõe o recurso a metodologias de intervenção flexíveis e a mobilização de estratégias que assegurem o desenvolvimento de um trabalho de proximidade, garantindo uma resposta integrada e eficaz às necessidades da população-alvo, bem como a igualdade de oportunidades no acesso aos serviços de todas as VVD. Esta intervenção exigiu a consolidação de um trabalho em rede, criando circuitos de referênciação, definindo canais de comunicação e respetivos/as interlocutores/as, assim como possibilitando a execução de atendimentos descentralizados nas várias instituições parceiras, de acordo com as necessidades dos/as utentes.

O CAVVD presta, de forma confidencial e gratuita, os seguintes serviços:

- **Acompanhamento psicológico;**
- **Atendimento social;**
- **Atendimento jurídico;**
- **Apoio psicológico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica e**
- **Intervenção psicológica com agressores/as.**

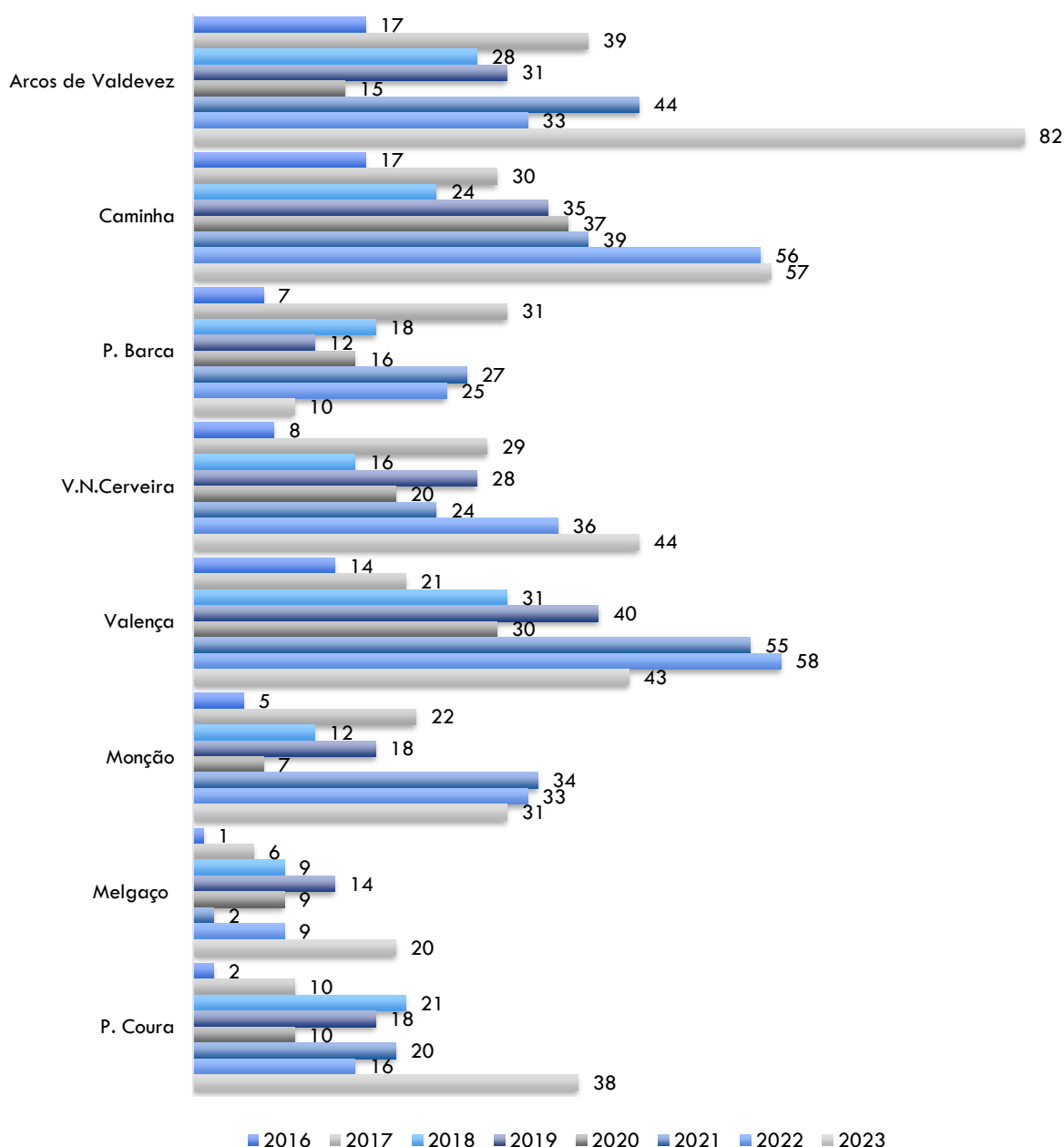
Para desenvolver a sua atividade o CAVVD dispõe de uma equipa técnica constituída por dois técnicos superiores afetos a 100% e um técnico superior afeto a 30%. O acompanhamento psicoterapêutico aos/às agressores/as, alicerçado no princípio de que a intervenção não deve centrar-se exclusivamente na punição, é levado a cabo por uma técnica superior afeta a 50%, o que, tal se fez constar nas sessões de trabalho dos parceiros sociais para construir o presente documento, é manifestamente insuficiente para garantir que esse trabalho adquira a periodicidade e a robustez necessárias. A equipa técnica conta também com os técnicos referidos anteriormente afetos ao “Projeto Âncora Jovem”.

Gráfico 182 | Evolução do número total de sinalizações junto do CAVVD, entre 2016-2023


Fonte/Entidade: CAVVD (2024)

De acordo com os dados que constam do gráfico anterior, **entre 2020 e 2023, o número total de sinalizações junto do CAVVD assumiu uma tendência de crescimento**, sendo que o aumento foi exponencialmente (2020: 144 sinalizações; 2023: 325 sinalizações). Se compararmos os dados de 2016 com os de 2023, pode-se concluir-se que o número de sinalizações aumentou em 254 (2016: 71; 2023: 325). O ano de 2023 foi aquele que concentrou o maior número de sinalizações, por oposição ao cenário de 2016 (aquele em que o número de sinalizações atingiu os valores mais baixos do período em análise). Esta evolução é, entre outros fatores, resultado do trabalho da equipa do CAVVD e também de uma maior sensibilidade da população para esta problemática.

Gráfico 183 | Evolução do número de sinalizações nos concelhos de intervenção do CAVVD, 2016-2023



Fonte/Entidade: CAVVD (2024)

Ao centrar a atenção na situação concreta do **concelho de Caminha**, no que a este indicador se refere, verifica-se que, tal como consta do gráfico acima, o **número de sinalizações**, depois de um período de oscilações, **desde 2019, tem vindo a assumir uma tendência de crescimento**.

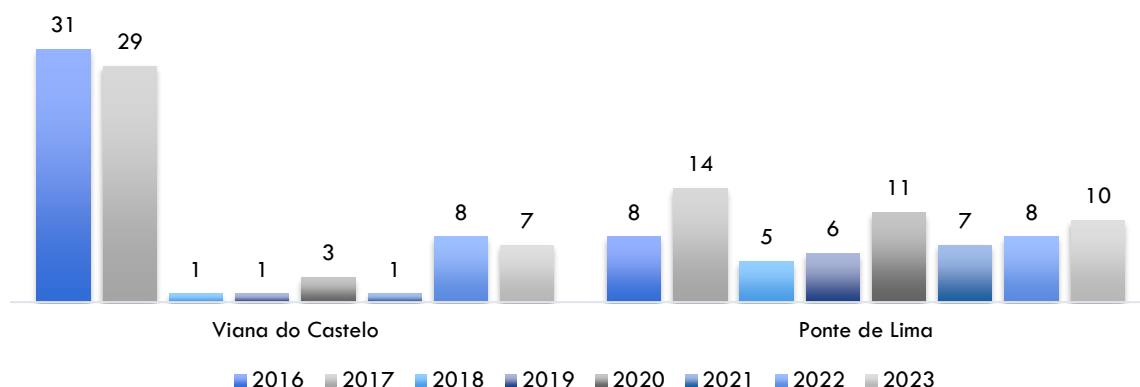
Mais se observa que, **entre 2021 e 2022, se assistiu a um aumento de 17 sinalizações, passando das 39 sinalizações para as 56. Em 2023, tiveram lugar no concelho de Caminha 57 sinalizações (+ 1**

que no ano anterior), o que o coloca no 2.º lugar dos municípios com maior número de sinalizações, antecedido apenas pelo concelho de Arcos de Valdevez (82 sinalizações), o qual vivenciou o crescimento mais intenso.

No último ano em apreço, os concelhos de Ponte da Barca (10 sinalizações), Valença (43 sinalizações) Monção (31 sinalizações) registaram um decréscimo no número de sinalizações, o que não aconteceu nos demais concelhos. O concelho com menor número de sinalizações, em 2023, foi Ponte da Barca, com 10 sinalizações.

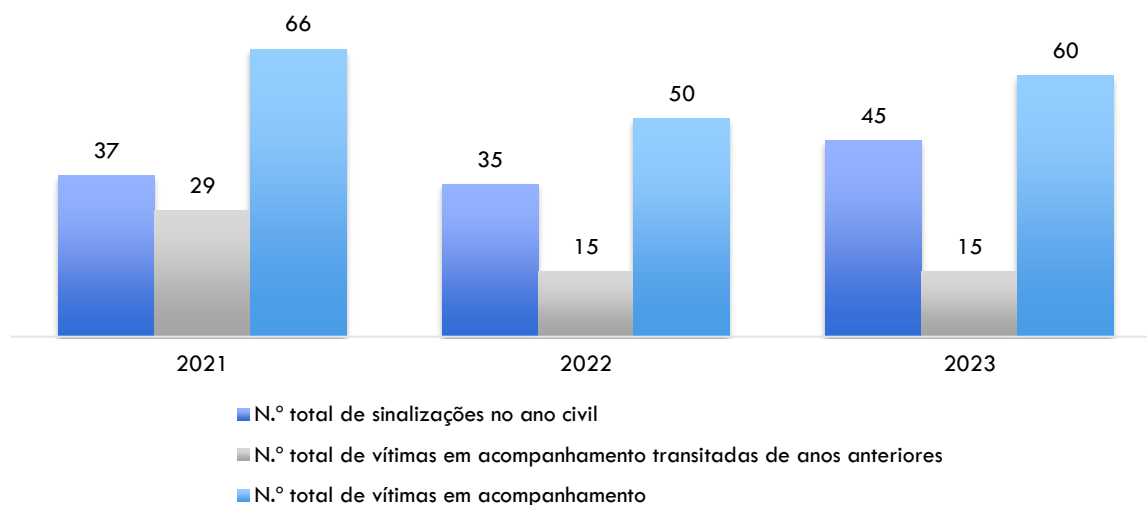
Os dados apresentados no gráfico anterior permitem concluir que **a problemática da violência doméstica, no concelho de Caminha, assume uma tendência de crescimento, o que exige o reforço da atuação e articulação entre os vários parceiros sociais, de forma a criar respostas ajustadas às necessidades das VVD.** Por outro lado, revela que, **aproveitando a capacidade técnica e o conhecimento instalado, devem ser robustecidas as ações de sensibilização/informação que concorram para a prevenção da violência doméstica, mas também para a desconstrução de preconceitos e estigmas que persistem na comunidade,** tarefa tão necessária à alteração de mentalidades, nomeadamente, entre a população mais velha. Importa também investir em **ações de divulgação dos direitos e das respostas existentes para as VVD.**

Gráfico 184 | Evolução do número de sinalizações ao CAVVD dos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, 2016-2023



Fonte/Entidade: CAVDV (2024)

Apesar de os concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima não fazerem parte, desde 2017, da área de intervenção geográfica do CAVVD, a Estrutura de Atendimento do GAF, sempre que, por questões éticas e/ou outras, o mesmo não pode/deve intervir, articula-se com a equipa do CAVVD, a qual procede ao atendimento/acompanhamento de VVD residentes nos referidos concelhos.

Gráfico 185 | Distribuição do número de sinalizações e acompanhamentos pelo CAVVD, 2021-2023


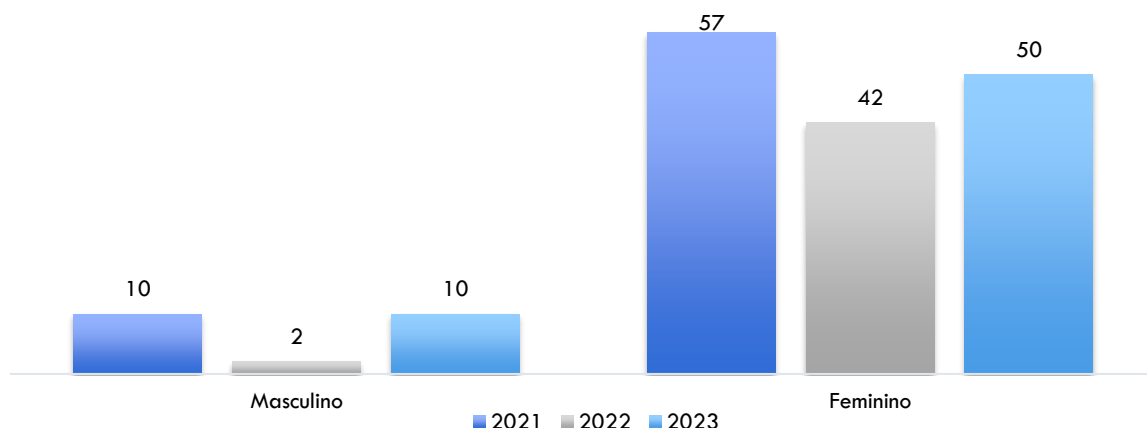
Fonte/Entidade: CAVVD (2024)

Os vários indicadores apresentados no gráfico anterior, entre 2021 e 2022, registaram um decréscimo, sendo que, entre 2022 e 2023, aumentaram. O **número total de sinalizações atingiu o valor mais elevado, com um total de 45 sinalizações, no ano de 2023**. Relativamente ao **número total de VVD acompanhadas cujo processo transitou de ano civil anterior**, constatou-se que, após o **decréscimo acentuado verificado entre 2021 e 2022 (-9 processos)**, se assistiu a uma **estabilização, permanecendo, em 2023, em 15 processos**.

Quanto à **evolução do número de VVD acompanhadas**, registou-se entre 2021 e 2023, em termos gerais, a um **decréscimo (2023: 60 processos, valor que se mantém abaixo dos 66 processos em acompanhamento em 2021)**. Não significa isto que o número de VVD do concelho de Caminha tenha sofrido uma contração, dado que se constata que muitas são as situações de violência doméstica que se mantêm no anonimato e não chegam aos serviços.

Importa fazer constar que os valores de 2023 são superiores aos de 2022 (50 processos). Recuando mais no tempo e considerando os dados que constam do DS de 2013, constata-se que **o número de VVD acompanhadas em 2023 duplicaram face aos de 2011 (30 VVD em acompanhamento)**. Mais se acrescenta que, em 2012, eram 33 as VVD em acompanhamento.

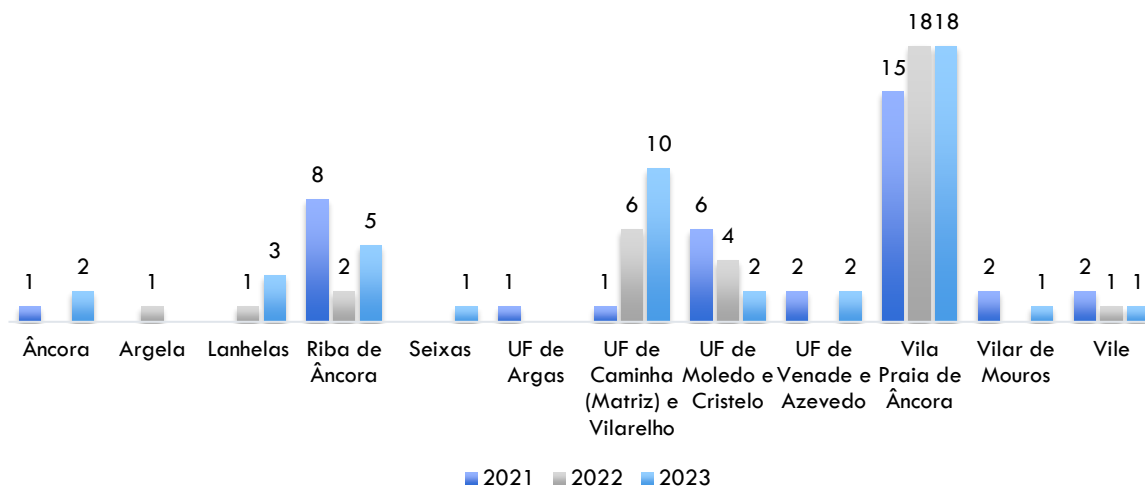
Gráfico 186 | Distribuição das vítimas de violência doméstica acompanhadas no concelho de Caminha, por sexo, 2021-2023



Fonte/Entidade: CAVVD (2024)

Pela análise do gráfico acima, verifica-se que o **número de mulheres VVD acompanhadas pelo CAVVD era, em todos os anos, significativamente superior ao número de homens**, sendo, todavia, evidente a tendência para a contração do fosso entre ambas.

Gráfico 187 | Distribuição do número de vítimas de violência doméstica residentes no concelho de Caminha sinalizadas ao CAVVD, por freguesia, 2021-2023

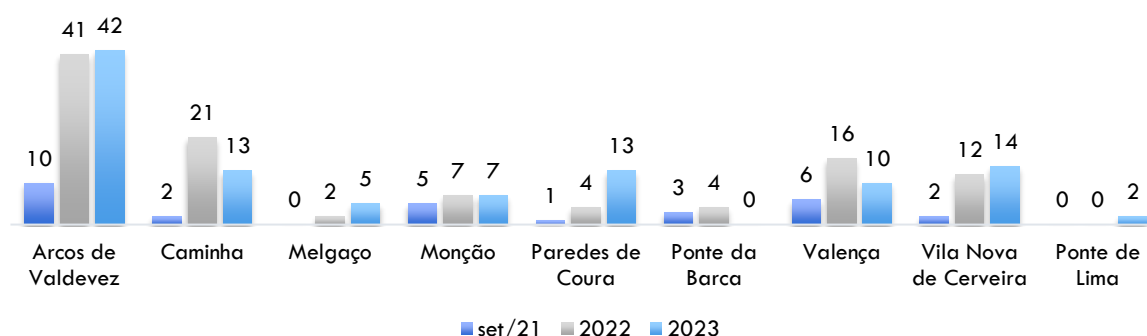


Fonte/Entidade: CAVVD (2024)

Como transparece da observação do gráfico, no que diz respeito ao número de VVD acompanhadas pelo CAVVD por freguesias do concelho, fica evidente que, nos vários anos em análise, **o maior número de vítimas acompanhadas residia na freguesia de Vila Praia de Âncora** (2021: 15 VVD

acompanhadas; 2022 e 2023: 18 VVD acompanhadas). **No ano de 2023, 10 VVD acompanhadas pelo CAVVD residiam na União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho. De referir que nesta se assistiu a um aumento significativo do número de VVD acompanhadas entre 2021 (1 VVD) e 2023 (10 VVD), sendo que em 2022 as VVD acompanhadas eram 6.**

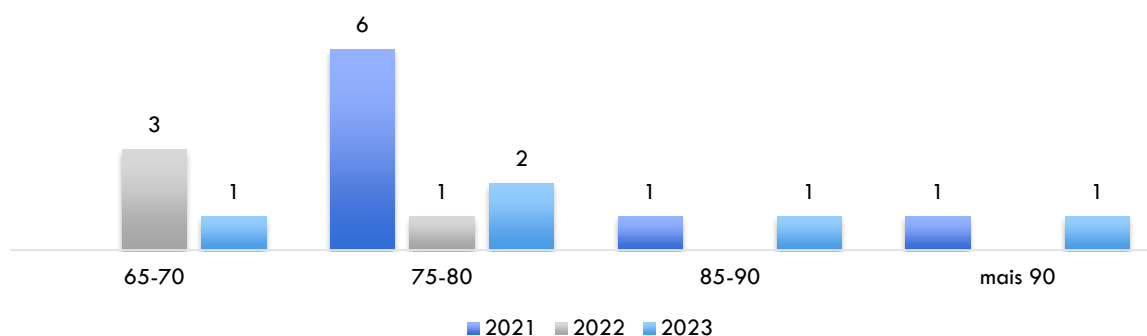
Gráfico 188 | Distribuição vítimas menores de idade sinalizadas ao CAVVD/RAP, 2021-2023



Fonte/entidade: CAVVD (2024)

As alterações socioeconómicas que atravessam a sociedade portuguesa, não sendo o concelho de Caminha uma exceção, há várias décadas, têm-se traduzido na alteração das estruturas e dinâmicas sociais. Exemplo das mesmas são a alteração na situação e na condição da pessoa idosa, por exemplo, o crescente envelhecimento da população residente, o isolamento social de alguns idosos, a coabitação entre os idosos e filhos e/ou netos (resultado da incapacidade das gerações mais jovens em fazer face às despesas associadas ao arrendamento ou pagamento do crédito habitação) e a consequente partilha de rendimentos. Estas situações conduziram ao aumento dos riscos de violência física, psicológica e económica contra idosos. Estes, não raras vezes, congregam um conjunto de **fatores de vulnerabilidade social (representação negativa da velhice, baixa autoestima aliada à tristeza e à solidão, a vivência, no passado, de episódios de violência familiar, entre outros)**, aos quais deve ser dada especial atenção, encaminhando os idosos para as respostas mais adequadas.

Gráfico 189 | Distribuição do número de idosos/os vítimas de violência doméstica no concelho de Caminha, por escalões etários, 2021-2023



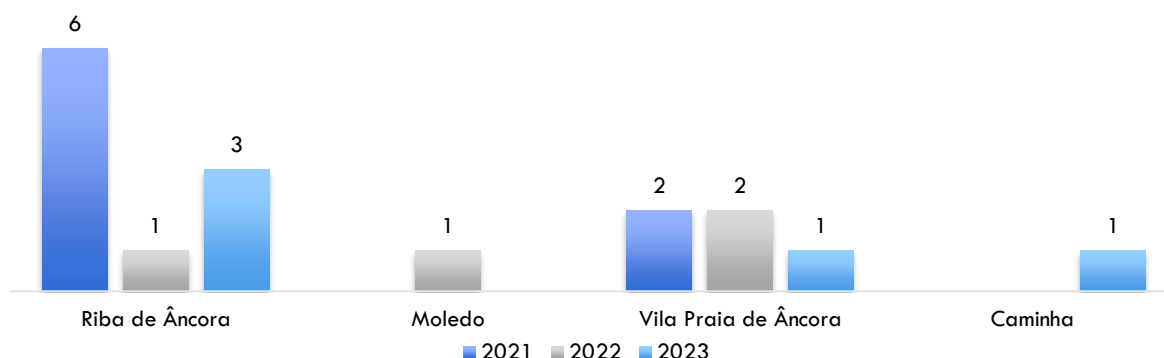
Fonte/Entidade: CAVVD (2024)

Como demonstram os dados apresentados no gráfico anterior, **em 2021, foram 8 os idosos VVD referenciados/acompanhados pelo CAVVD. A maioria destes idosos (75%) pertencia ao grupo etário dos 75 aos 80 anos de idade.** Não se pode negligenciar o facto de existirem **2 vítimas naquela que se designa como quarta idade.** No ano de 2022, este número decresceu, passando a ser 4 os idosos referenciados/acompanhados (3 com idades compreendidas entre os 65 e os 70 anos; 1 com idades entre os 75 e os 80 anos). No **ano de 2023**, o número de idosos VVD referenciados/acompanhados aumentou, situando-se em **5 idosos** (1 com 65-70 anos de idade; 2 com 75-80 anos de idade; 1 com 85-90 anos de idade e 1 com 90 anos de idade ou mais).

Existe a percepção de que este aumento, o qual se acredite que fique aquém das situações existentes, poderá não corresponder a um número mais elevado de situações de violência contra idosos, mas sim a uma maior visibilidade das mesmas em resultado da maior consciencialização dos direitos, da sensibilização da população e do aumento das denúncias.

Não se pode, contudo, esquecer que, tal como demonstram os vários estudos desta realidade, o **idoso, a mais das vezes, mantém uma relação de confiança com o agressor, o que obstaculiza a concretização da denúncia da situação de violência.**

Gráfico 190 | Distribuição do número de vítimas de violência doméstica com 65 anos de idade ou mais no concelho de Caminha, por freguesia, 2021-2023



Fonte/Entidade: CAVVD (2024)

Numa tentativa de compreender a distribuição das situações referenciadas/acompanhadas de idosos por freguesia, apurou-se que em 2021, ano em que, tal como referido anteriormente, se regista o maior número de casos, 75% dos idosos VVD residiam na freguesia de Riba de Âncora, sendo que as restantes situações (2: 25%) eram de idosos a morar em Vila Praia de Âncora. Em 2022, a prevalência de situações na freguesia de Riba de Âncora decresceu (1 idoso/a VVD), voltando a crescer no ano seguinte (2023: 3 situações), mas mantendo-se em níveis inferiores aos de 2021. Contudo, voltou a ocupar o primeiro lugar das freguesias com idosos/as VVD referenciados/acompanhados. A UF de Moledo e Cristelo conheceu uma situação de VVD acompanhada, no ano de 2022.

No ano de 2022, foi em Vila Praia de Âncora que se concentrou o maior número de situações, fruto do decréscimo da incidência noutras freguesias. Em 2023, Vila Praia de Âncora contava com 1 situação de um/a idoso/a VVD. Cenário semelhante ao vivenciado na UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho.

Atentos a esta realidade e conscientes de que poderão existir mais situações-problema de idosos VDD do que aquelas que estão sinalizadas, **os parceiros sociais deram nota da necessidade de reforçar a articulação entre as várias entidades públicas e privadas, definindo os mecanismos e canais de comunicação assim como uniformizar circuitos de comunicação, com o objetivo de detetar precocemente a existência das mesmas e a sua referência para o CAVVD, de modo a que os técnicos procedam à intervenção especializada.**

Esta melhoria da articulação exige também o **desenvolvimento ações para capacitar os técnicos dos diferentes serviços do concelho de Caminha ao nível da identificação e sinalização destas situações, assim como dos processos, metodologias e procedimentos de triagem, sinalização e denúncia de situações de violência doméstica, uma vez que os mesmos, pelo trabalho de proximidade que**

desenvolvem junto da população, como agentes de deteção e referenciação, estando atentos a indícios que, de forma mais ou menos visível, podem ser preditores da existência de violência doméstica.

Por outro lado, as entidades com atuação na área da saúde (equipa de saúde, Equipa de Prevenção da Violência no Adulto (EPVA), etc.), da intervenção social (SAAS, CPCJ, ISS, IP,...), da segurança (órgãos de Polícia Criminal (OPC), GNR,...), das respostas sociais (IPSS), as juntas de freguesia, o Agrupamento de Escolas do concelho de Caminha e as escolas e demais estabelecimento da rede privada e cooperativa... devem **assumir-se como parceiros na concretização de diferentes iniciativas e de ações que visem a superação da situação-problema de violência e demais vulnerabilidades, assim como nos projetos a desenvolver e nas medidas a implementar na área da consciencialização e sensibilização dos idosos, das instituições e da sociedade para a temática da violência contra as pessoas idosas, assim como ações de informação sobre os direitos da pessoa idosa.**

Os parceiros sociais também concordaram na necessidade de **as respostas e os serviços existentes em matéria de prevenção, combate e acompanhamento VVD devem alicerçar-se em equipas multidisciplinares estáveis, as quais devem contar com um número adequado de elementos, e que não dependam do surgimento de candidaturas para obter financiamento. Para além dos recursos humanos, importa reforçar** os recursos financeiros e logísticos disponíveis para responder às crescentes solicitações. Com frequência a equipa do CAVVD defronta-se com a necessidade de disponibilizar, no imediato, às vítimas e filhos/as menores, a alimentação, os recursos económicos necessários à aquisição de medicação, de produtos de higiene e custear deslocações. Porém, não existem mecanismos que permitam responder em tempo útil.

Torna-se também imprescindível **garantir a existência no concelho de respostas específicas ao nível da habitação, para, numa primeira fase possibilitar o acolhimento de VVD, mas também para, posteriormente, possibilitar a autonomização da pessoa VVD.**

4.2.3.4. Equipamentos e Respostas Sociais destinadas à Família e Comunidade de âmbito Distrital e Respostas Sociais em falta no Concelho de Caminha

No âmbito da sua intervenção, os técnicos do concelho deparam-se com vários constrangimentos à sua intervenção, de entre os quais se destaca a inexistência no concelho de Caminha de respostas sociais específicas e especializadas em determinados domínios. Para ultrapassar este constrangimento, recorrem

à referência/encaminhamento para respostas sociais disponíveis/sediadas no concelho de Viana do Castelo e cuja área geográfica de intervenção é distrital.

Desta realidade decorrem alguns aspetos que se assumem como barreiras ao acesso a essas respostas. Fala-se da falta de recursos humanos e logísticos por parte das equipas no terreno, o que faz com que a capacidade instalada seja insuficiente para dar resposta adequada e em tempo útil às solicitações. Por outro lado, esses mesmos fatores fazem com que a intervenção das equipas não assumam um carácter descentralizado à dimensão dos concelhos. Isto assume contornos mais preocupantes se for considerado que um número significativo das famílias que precisam de aceder a estas respostas sociais, por se encontrarem a vivenciar situações de vulnerabilidade socioeconómica, não dispõem de meios/recursos próprios para se deslocarem à sede do distrito. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que as fragilidades que caracterizam a rede de transportes públicos que garantem a ligação entre as freguesias do concelho e a sede do distrito agravam ainda mais esta realidade.

Pelo exposto, conclui-se que o acesso a essas respostas sociais não é garantido em condições de igualdade entre todos os cidadãos.

Tabela 91 | Respostas Sociais destinadas à família, capacidade total e número de utentes residentes no concelho de Caminha apoiados, 2022

Instituição / Associação	Resposta Social	Capacidade Total	Utentes de Caminha
Gabinete de Atendimento à Família	CAFAP	69	2
Gabinete de Atendimento à Família	CAPS	20	2
Gabinete de Atendimento à Família	Comunidade de inserção	12	0
Gabinete de Atendimento à Família	CAPS VIH/SIDA	-	2
Methamorphys - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Humano	Fora do Casulo - Equipa de Rua	-	3
Methamorphys - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Humano	Centro de Acolhimento Temporário	15 + 1	1

Fonte/Entidade: Instituições (2022)

Uma dessas respostas sociais é o **Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)**, criada pelo Instituto da Segurança Social, I.P. com o objetivo de proporcionar um serviço especializado de apoio às famílias e às crianças, no sentido de diagnosticar, prevenir e reparar situações de risco psicossocial, visando a especial proteção das crianças e jovens.

Em termos distritais esta resposta social é disponibilizada pelo Gabinete de Atendimento à Família (GAF), sediado em Viana do Castelo e dispõe de uma capacidade para 69 processos. Nesse âmbito, em Caminha, são de momento seguidos 8 agregados em preservação e 2 em reunificação.

Pela informação disponibilizada pelos técnicos no terreno, existe um número não negligenciável de famílias do concelho de Caminha que poderiam beneficiar da atuação desta equipa, porém a capacidade de resposta instalada, dado tratar-se de uma resposta social de âmbito distrital, assume-se como uma barreira ao acesso.

Outra das respostas sociais existentes no distrito de Viana do Castelo é o **Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) do GAF**, a qual foi criada com o intuito de apoiar pessoas infetadas/afetadas e/ou preocupadas com a problemática do VIH/SIDA, sendo reconhecido como um instrumento de diálogo direcionado para dar voz aos utentes a nível nacional. Tal como consta da tabela anterior, esta resposta social proporciona apoio a 2 utentes residentes no concelho de Caminha.

A **Comunidade de Inserção** do GAF é uma resposta social direcionada para a proteção e promoção da autonomia de indivíduos/famílias em situação extrema de exclusão social, a qual dispõe de uma capacidade para acolher 12 utentes em regime de alojamento e 18 em regime diurno. Dotada de uma equipa multidisciplinar esta resposta social permite às pessoas acolhidas beneficiarem das condições básicas ao nível do alojamento, da alimentação, higiene e saúde, assim como trabalharem a sua capacitação e autonomização. Deste modo, são trabalhadas, numa lógica individualizada, as diferentes dimensões do indivíduo, proporcionando as ferramentas necessárias à integração social e profissional. Nesta resposta social não estava integrado, à data da recolha dos dados, nenhum utente do concelho de Caminha.

Este facto não é o resultado da ausência de necessidade, pois, no seu quotidiano, os técnicos com responsabilidade ao nível da intervenção social no concelho de Caminha são confrontados com a inexistência de vagas para garantirem a integração de indivíduos em situação de exclusão social. O facto de esta resposta funcionar fora do território concelhio assume-se também como um fator que potencia a falta de adesão dos indivíduos a esta resposta social.

A equipa **Fora do Casulo | Equipa de Rua Methamorphys**, com intervenção geográfica distrital, a mesma desenvolve um trabalho de proximidade aos indivíduos em condição de sem abrigo e/ou situação de pobreza extrema, articulando-se e mobilizando a ação de vários parceiros sociais, por forma a encaminhá-los para as soluções/respostas adequadas à conquista da plena integração dos mesmos. No âmbito da sua intervenção, e à semelhança do que acontece com os demais técnicos de intervenção social do concelho de Caminha, a falta de respostas sociais e/ou o défice ao nível da capacidade instalada das respostas para acolhimento temporário, os fracos recursos na área da saúde mental fazem com que a atuação neste domínio se debata graves constrangimentos.

Outra das respostas sociais existentes neste domínio de intervenção é o **Centro de Acolhimento Temporário da Methamorphys**, com um nível de intervenção distrital, o qual, na qualidade de resposta de emergência, se destina ao acolhimento temporário de adultos em situação de carência e fragilidade social extrema, proporcionando-lhes alojamento e a satisfação das necessidades básicas, assim como o acompanhamento especializado para a sua capacitação e a definição de um projeto de vida. Esta resposta social tem capacidade para integrar 16 cidadãos, sendo que 1 das vagas está afeta a situações de emergência sinalizadas pela Linha Nacional de Emergência Social (LNES). Encontra-se integrada nesta resposta social um cidadão do concelho de Caminha.

No entanto, de acordo com a experiência e as dificuldades sentidas pelos técnicos dos vários serviços do concelho, o número de vagas existente para o distrito face ao número de processos acompanhados e situações identificadas (Pessoas em Situação de Dependência, Pessoas com Doenças do Foro Mental, Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências, Pessoas Sem-abrigo, População Migrante) são manifestamente insuficientes para responder às necessidades dos indivíduos/famílias.

4.2.4. População com Deficiência, Incapacidade e Perturbações Neurológicas

Considerando que, tal como foi exposto no capítulo 1, no concelho de Caminha reside população com deficiência, incapacidade e perturbações neurológicas, o que torna imperioso analisar que respostas sociais estão disponíveis para a satisfação das suas necessidades. A frequência/integração nestas respostas sociais possibilita aos utentes o acesso a um conjunto de serviços/ações específicas/especializadas direccionadas à promoção da sua autonomia, da participação e da inclusão social.

Tabela 92 | Respostas sociais especializadas para a população com deficiência, incapacidade e perturbações neurológicas, respetiva capacidade total de abrangência distrital e número de utentes residentes no concelho de Caminha, 2022

Instituição / Associação	Resposta Social	Capacidade de Total	N.º Utes de Caminha
Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal - Viana do Castelo	CAARPD	37	6
Fundação AMA Autismo	CAO e ARA	115	6
Íris Inclusiva	ARA	39	5
APPACDM de Viana do Castelo	Centro Formação Profissional	60	6
APPACDM de Viana do Castelo	CACI	31	10
APPACDM de Viana do Castelo	Lar Residencial	16	2
APPACDM de Viana do Castelo	Lar de Apoio	16	2
APPACDM de Viana do Castelo	Centro de Emprego Protegido de Viana do Castelo	14	0
Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo	ARA	300	11
Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo	CAVI	19	1
Total		647	49

Fonte/Entidade: AMA, APPACDM, APCVC (2023)

Na ausência de respostas sociais ao nível concelhio, os cidadãos residentes com deficiência, incapacidade ou perturbações neurológicas para acederem às respostas sociais existentes a nível do distrito. Tal como se depreende pela informação da tabela acima, são várias as entidades com respostas sociais especializadas neste âmbito, sendo residual a integração de cidadãos residentes no concelho de Caminha.

A **Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) - Delegação de Viana do Castelo**, dispõem da resposta social **Centro de Atendimento Acompanhamento e Reabilitação de Pessoas com Deficiência (CAARPD)**, a qual se visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas dos utentes. De acordo com os dados disponibilizados pela ACAPO, constata-se que o CAARPD dispõe de uma capacidade para atendimento/acompanhamento mensal de 37 utentes, sendo que, em 2022, estavam integrados nesta resposta **6 residentes do concelho de Caminha**.

Outra das respostas que procura dar resposta às necessidades da população com deficiência, incapacidade ou perturbações neurológicas é a **Fundação AMA Autismo - Associação de Amigos do Autismo**, a qual, tal como a designação indica, desenvolve serviços e respostas para os cidadãos com perturbação do espectro do autismo e problemáticas associadas e suas famílias. A mesma desenvolve a sua intervenção, em diferentes áreas de intervenção, designadamente Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade, Serviço Social, Terapia de Grupo e Acompanhamento Parental,

através do apoio em regime ambulatorio ou através do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por forma a promover a valorização, a capacitação e a integração social e comunitária dos mesmos. No que concerne ao apoio em regime de ambulatorio a capacidade é para 100 utentes. Relativamente ao CAO a capacidade instalada é de 15 vagas. De destacar que, em 2022, a Fundação AMA Autismo acompanhava 6 utentes residentes no concelho de Caminha, sendo que 1 estava a realizar o Plano Individual de Transição.

A **Associação Íris Inclusiva**, com sede em Viana do Castelo, cuja intervenção visa promover a plena inclusão comunitária e social das pessoas cegas e com baixa visão, através do desenvolvimento de um conjunto diversificado de projetos, serviços e intervenções centrados no desenvolvimento da autonomia e na participação plena, desenvolve o seu apoio em Regime Ambulatorio. A mesma dispõe de uma capacidade para apoiar 39 utentes, sendo que, dentro do acordo de cooperação, existem apenas 38 vagas. Esta instituição acompanha **5 utentes residentes no concelho de Caminha**.

A **Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Viana do Castelo** dispõe de uma multiplicidade de respostas sociais e outras dirigidas à pessoa com deficiência mental e/ou outras incapacidades associadas, sejam crianças, jovens ou adultos.

A APPACDM de Viana do Castelo desenvolve, no âmbito da medida de apoio à qualificação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, no **Centro de Formação Profissional - Unidade de Areosa** | Unidade de Formação, formação profissional em diferentes domínios/áreas. Em 2022, estavam a frequentar formação profissional 6 residentes no concelho de Caminha.

Outra das respostas disponibilizadas pela APPACDM de Viana do Castelo é o **Lar de Apoio** (dispõe de 2 Lares de Apoio) que visam o acolhimento e a prestação de cuidados individualizados e personalizados aos utentes (pessoas com deficiência que se encontram impedidas temporariamente de residir no seu meio familiar). Esta estrutura permite aos utentes disporem de retaguarda social relevante, procurando criar um ambiente protetor, acolhedor e facilitador do desenvolvimento de competências de autonomia.

No que se refere à resposta social Centro de Emprego Protegido de Viana do Castelo (CEPVI), com uma capacidade instalada de 14 pessoas com deficiência, de referir que o mesmo se assume como uma unidade produtiva que pretende assegurar aos utentes integrados em regime de apoio protegido o acesso a uma atividade profissional remunerada e a oportunidade de frequentar formação, com o intuito, sempre que possível, de possibilitar a transição para o mercado de trabalho dito “normal”.

O **Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)** da APPACDM de Viana do Castelo, o qual disponibiliza serviços especializados de apoio e intensificação da capacidade de promoção do sucesso educativo para todos os alunos, no ano letivo de 2021/2022 acompanhava 10 alunos do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha.

A **Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo (APCVC)**, cuja missão é dar resposta às necessidades da pessoa com paralisia cerebral e situações neurológicas afins residentes no distrito de Viana do Castelo, dispõe de várias respostas. O **Apoio em Regime Ambulatório (ARA)** para utentes com paralisia cerebral a partir dos 6 anos de idade. A capacidade instalada permite responder a 300 utentes, sendo que, em 2022, estavam ocupados 235 desses lugares. Destes, 14 (9 homens e 5 mulheres) eram residentes no concelho de Caminha.

A resposta social Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) da APCVC tem capacidade para 19 utentes com assistente pessoal, sendo que estava integrado 1 utente residente no concelho de Caminha. De acordo com a informação veiculada pelos técnicos de acompanhamento social existem sinalizações de utentes que aguardam ainda integração em resultado da falta de vaga, pelo que se depreende que a capacidade instalada é inferior às necessidades existentes.

No Diagnóstico Social de 2013, um dos problemas prioritários identificados foi a **falta de respostas integradas na área da deficiência e incapacidade e saúde mental**, independentemente do grupo etário (crianças, jovens, adultos ou idosos). Transcorrido este tempo, não se registaram mudanças, pelo que a **necessidade de criar no território essas respostas continua por satisfazer**. Porém, de referir que a APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental) de Viana do Castelo dispõe de uma candidatura aprovada para a criação no concelho de Caminha de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI).

Esta ausência faz com que os cidadãos fiquem sem aceder a uma resposta e/ou serviço social adequado ou que tenham que se deslocar para fora do concelho para ter acesso ao mesmo. Este facto assume-se como um fator inibidor desse acesso, potenciando a existência de situações-problema sem acompanhamento especializado e, consequentemente, de exclusão social.

Assim sendo, esta necessidade torna-se mais premente nas situações de vulnerabilidade social e de desigualdade social, na medida em que as deslocações para os equipamentos sociais com resposta especializada exigem que disponham de recursos financeiros para as custear, deixando de fora as famílias em situação de comprovada carência financeira.

Nos casos em que a criação de respostas sociais a nível concelhio, esta fragilidade poderia ser colmatada com a existência de **transporte de pessoas com deficiência**, facilitando a mobilidade das mesmas, não só para as respostas sociais disponíveis, mas também para outros serviços, bem como concorrendo para a reabilitação e inclusão social.

A falta de uma resposta ao nível do transporte tem sido apontada pelos técnicos e por potenciais utentes como um entrave ao acesso às respostas sociais localizadas fora do concelho. Outro dos entraves é ainda

Ao nível das respostas sociais para a população com deficiência, outro dos desafios com que as famílias se defrontam é a ausência de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) para Pessoas com Deficiência, na medida em que este permitiria dispor de uma resposta especializada ao nível dos cuidados e serviços a famílias e/ou pessoas em situação de dependência física e ou psíquica que se encontram no domicílio.

Em face das fragilidades/desafios aqui apontados é possível afirmar que existe um longo caminho a percorrer, no território concelhio, no sentido de garantir a valorização e a inclusão social e profissional da população com deficiência e/ou incapacidade residente. Um dos objetivos prioritários neste domínio, em linha com os objetivos, políticas e medidas estabelecidas na Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD 2021-2025), passa por identificar e caracterizar a população com deficiência e/ou incapacidade ou perturbações neurológicas e suas necessidades, por forma a desenhar e implementar estratégias e ações que tenham em conta a diversidade de realidades e sejam adequadas aos graus diferenciados de autonomia/funcionalidade, aos distintos apoios de que carecem.

Essas respostas devem garantir o pleno exercício dos direitos de cidadania por parte da população com deficiência e/ou incapacidade ou perturbações neurológicas e suas famílias, possibilitando uma maior participação cívica, o acesso à cultura, ao lazer, ao desporto, à educação, à formação, ao emprego, à saúde,... É importante também intensificar as ações de combate à discriminação dos cidadãos com deficiência e/ou incapacidade nas suas múltiplas dimensões, a qual é responsável pela ampliação da situação-problema de vulnerabilidade, ao anularem as oportunidades de gozo dos seus direitos e liberdades fundamentais e impedirem a sua participação plena na sociedade, na economia e na tomada de decisões.

Tal como deram nota os parceiros sociais é importante também que, ao nível do concelho, sejam pensadas e implementadas medidas que permitam promover ambientes físicos e de informação e comunicação acessíveis a todos e resilientes. É importante promover a acessibilidade ao meio físico

edificado, criar condições que favoreçam a mobilidade (sistemas de transportes públicos e de passageiros) e o acesso aos serviços públicos.

4.2.5. População em Situação de Sem Abrigo

Ao longo dos últimos anos, no âmbito da Estratégia Nacional para Integração da População em Situação de Sem Abrigo (ENIPSSA), as Redes Sociais têm sido chamados a colaborar, anualmente, no trabalho de diagnóstico das situações de cidadãos em situação de sem abrigo, através da resposta ao “Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo”.

De acordo com a informação disponível, no final de 2023, encontravam-se em situação de sem abrigo (sem teto), no concelho de Caminha, 2 pessoas, observando-se uma tendência de diminuição, comparativamente com os anos anteriores (2020: 4; 2021: 4; 2022: 4).

Em 2023, as pessoas em situação sem-abrigo eram do sexo masculino, tal como se verificou nos anos anteriores. O estado civil de era solteiro.

Dos casos acompanhados sobressaem como principais fatores de vulnerabilidade: problemas de saúde (saúde física e mental), afastamento dos serviços de saúde, comportamento aditivos e dependências, dependência de prestações sociais, insuficiência financeira, desemprego ou precaridade no trabalho, resistência à intervenção por parte das equipas e falta de motivação para a mudança de ciclo.

No que concerne ao acompanhamento da população em situação de sem abrigo, no concelho de Caminha, a mesma tem vindo a ser assegurada pela equipa do SAAS, em articulação, de acordo com as necessidades diagnosticadas, a ação dos Serviços de Saúde, da Equipa de Rua IR Mais, do Gabinete de Atendimento à Família (GAF), a Equipa Fora do Casulo da Methamorphys. Estas duas últimas respostas são asseguradas por entidades sediadas em Viana do Castelo e com uma área geográfica de intervenção de nível distrital.

Ao longo do trabalho desenvolvido nos últimos anos, os técnicos debatem-se com vários desafios, dos quais se destaca a ausência, no território concelhio, de respostas ao nível do alojamento.

Pese embora o número de pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Caminha, torna-se necessária a criação de um núcleo para trabalhar, monitorizar e definir estratégias de intervenção. Para tal é fundamental a mobilização dos parceiros sociais para, numa primeira fase, aprofundar o

conhecimento desta realidade, para, posteriormente, promover a capacitação dos técnicos e definir as estratégias de intervenção e criar respostas alicerçadas na informação reunida.

4.2.6. Equipamentos e Respostas Sociais Inovadoras

Uma vez analisada a geografia dos equipamentos e respostas sociais existentes no concelho de Caminha conjugada as transformações que caracterizam a realidade concelhia (crescente envelhecimento da população, diversidade dos processos de envelhecimento e do nível de funcionalidade dos idosos, dissemelhança nas expectativas/interesses dos mesmos, alteração das estruturas, modelos e dinâmicas familiares, multiculturalidade,...), sobressai a necessidade de **planear, desenhar e investir no reforço, na adaptação, na requalificação e na inovação ao nível das respostas sociais dirigidas aos diferentes públicos** (crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias). Tudo isso no sentido de **promover um ajustamento entre as mesmas e as exigências atuais e futuras (proatividade) do território, concorrendo para assegurar a competitividade e a coesão social do mesmo**. Isso pressupõe a conceção de novas formas de intervenção e de paradigmas inovadores de funcionamento e organização das respostas sociais, privilegiando a flexibilidade necessária para atender à mutação constante e à crescente complexidade da realidade social. Deste modo, os utentes e as suas famílias podem selecionar a resposta social que melhor se ajusta às suas necessidades, com a garantia da satisfação das mesmas com qualidade e com a individualização desejadas.

4.2.7. Outras Respostas, Serviços e Projetos de Promoção do Desenvolvimento e Proteção Social

4.2.7.1. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Caminha

O concelho de Caminha assume-se como um território em que os diferentes agentes sociais promovem a valorização das crianças, dos jovens e das suas famílias, criando condições favorecedoras do seu crescimento e desenvolvimento integral e, consequentemente, que garantam a promoção dos seus direitos e proteção face a situações de perigo e risco.

Nesse sentido, a 14 de novembro de 1985, foi instalada, no concelho de Caminha, a Comissão de Proteção de Menores, a qual, tal como decorre do estabelecido no ponto 1, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de maio, é uma instituição oficial não judiciária que, estando dotada de autonomia funcional, intervém com o fim de promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a integridade e o desenvolvimento físico e/ou moral dos mesmos ou de colocar em risco a sua inserção na família e na comunidade.

A Comissão de Proteção de Menores de Caminha foi reformulada de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), a Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, alterada pela Lei 31/2003 de 22 de agosto e pela Lei 142/2015 de 8 de setembro, tendo passado a designar-se Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Caminha.

De referir que que «Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: Está abandonada ou vive entregue a si própria; Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; Está ao cuidado de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; É obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.¹⁰⁹⁾»

Desde a sua génese a CPCJ de Caminha, através da sua atuação, tem desenvolvido um amplo conjunto de atividades junto da comunidade local, com o intuito de promover a informação e a sensibilização da mesma para a proteção dos direitos das crianças e dos jovens. Por exemplo, o desenvolvimento de várias iniciativas, durante o mês de abril, no quadro do Mês da Prevenção dos Maus Tratos; a Semana dos Direitos da Criança,...

Importa, pois, continuar a investir nestas ações numa lógica de prevenção da ocorrência de situações-problema que ponham em causa o bem-estar das crianças e, simultaneamente, que concorram para a desconstrução de possíveis ideias preconcebidas negativas face à ação da CPCJ.

No que concerne à intervenção da CPCJ de Caminha, serão neste ponto apresentados dados e informações que permitem retratar, numa perspetiva diacrónica, a atividade desenvolvida nos últimos anos.

¹⁰⁹ Fonte: <https://www.cnpdpcj.gov.pt> (Acedido a 11/12/2022)

Tabela 93 | Evolução do volume processual da CPCJ de Caminha, total e por tipo, de 2013 - 2022

Anos	Volume processual	Processos transitados do ano civil anterior		Processos instaurados		Processos reabertos		Processos arquivados	Processos encaminhados para outras CPCJ
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	N.º
2013	76	27	35,53	37	46,68	12	15,79	34	0
2014	101	42	41,58	33	32,67	26	25,74	55	4
2015	107	42	39,25	51	47,66	14	13,08	57	4
2016	107	45	42,06	46	42,99	15	14,02	77	0
2017	93	30	32,26	49	52,69	14	15,05	61	2
2018	79	30	37,97	39	49,37	10	12,66	47	0
2019	80	26	32,50	46	57,50	8	10	39	1
2020	84	40	47,62	30	35,71	14	16,67	44	2
2021	84	38	45,24	23	27,38	14	16,67	45	1
2022	93	33	35	50	57,76	10	10,75	16	1

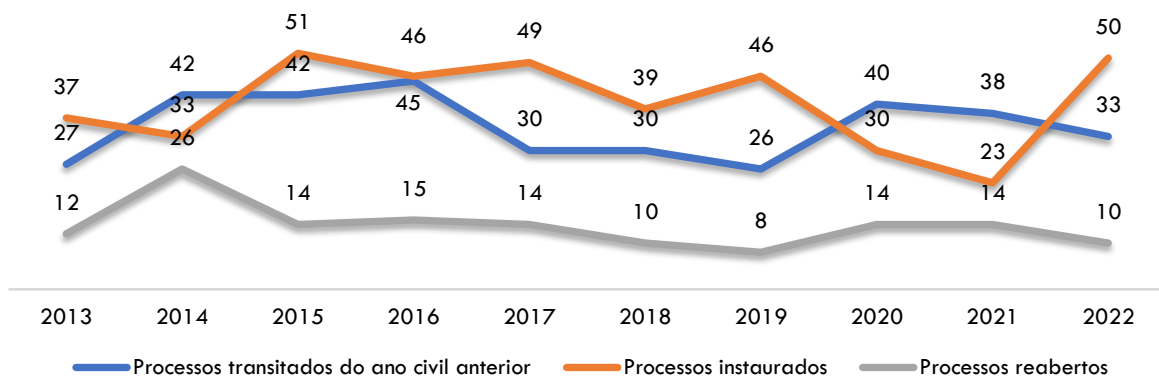
Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

Efetuada uma análise do volume processual da CPCJ de Caminha, constatou-se que, como decorre dos dados apresentados na tabela acima, de 2013 a 2015, o volume processual cresceu de forma contínua, sendo que o crescimento mais significativo aconteceu em 2014. Nesse ano, eram 101 os processos ativos, o que representa um aumento de 25 processos face ao ano anterior (2013: 76 processos). Em 2015, o aumento foi de 6 processos, registando-se que os processos ativos eram 107, valor que se manteve no ano seguinte. Nos dois anos seguintes, teve lugar um declínio do volume processual (2017: 93 processos, - 14 processos face ao ano anterior; 2018: 79 processos, - 14 processos que em 2017). O volume de processos, em 2019, conheceu um aumento pouco significativo (+1 processo), sendo que o mesmo se intensificou (2020: 84 processos, +4; 2021: 84 processos; 2022: 93 processos, +9 processos).

Centrando a atenção nos dados relativos a **2022**, constatou-se que o número de processos aumentou face ao ano anterior (+9 processos), assim como em relação aos existentes em 2013 (+17 processos). Nesse ano, o número de processos instaurados aumentou (50 processos, + 27 processos), correspondendo a 57,76% do total. Os processos transitados do ano civil anterior, em 2022, decresceu face ao que se registou em 2021, passando dos 38 para os 33 processos (35% do total de processos). O número de processos arquivados, em 2022, decresceu significativamente (passou dos 45 para os 16 processos).

O ano de 2013 foi aquele em que se registou um menor volume processual (76 processos), por oposição aos anos de 2015 e 2016, em que foram 107 os processos de promoção e proteção.

Gráfico 191 | Evolução do volume de processos da CPCJ de Caminha, por tipo, de 2013 - 2022

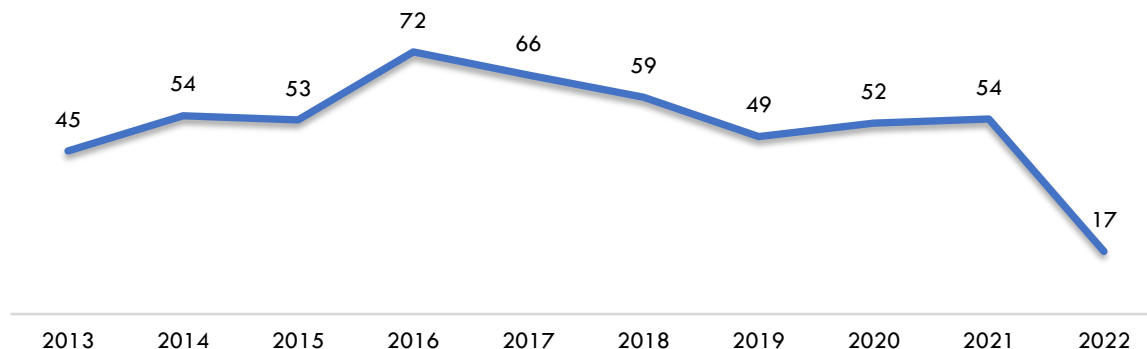


Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

Em 2015, do total dos processos, o maior número (51 processos: 47,66%) diziam respeito a processos instaurados (processos relativos a crianças que não tiveram antes um Processo de Promoção e Proteção (PPP) ou que tiveram um PPP no Tribunal ou noutra CPCJ, entretanto arquivados), seguidos dos transitados do ano civil anterior (42 processos: 39,25%). Os processos reabertos correspondiam a 13,08% do volume processual. Em 2016, embora se tenha mantido o volume processual, alterou-se o número de processos transitados do ano civil anterior (45 processos, mais 3 que no ano anterior), de processos instaurados (46 processos, menos 5 que no ano de 2015) e de processos reabertos (15 processos, mais 1 que no ano anterior).

De referir que, **em todos os anos, os processos reabertos eram aqueles que tinham menos peso no total dos processos, sendo que em 2022 estes eram inferiores aos do ano anterior.** Mais se acrescenta que em todos os anos, o número de processos arquivados era inferior ao número de processos que permanecem abertos no ano em avaliação. O número de processos arquivados, entre 2013 e 2016, apresentou uma evolução positiva. Nos anos de 2017 a 2019, ocorreu uma inversão da tendência, sendo que o número de processos arquivados diminui. Nos dois anos seguintes, voltaram a aumentar, mas mantiveram-se em níveis inferiores aos registados entre 2014 e 2018.

Os processos instaurados/novos assumiram o maior peso no volume total de processos em todos os anos, com exceção dos anos de 2014, 2020 e 2021). Assim, do total de crianças e jovens acompanhados no ano de 2014, 41,589% corresponde a processos que já eram acompanhados no ano anterior. No ano de 2020, as crianças e jovens que vinham a ser protegidos pelo sistema no ano anterior representam 47,63% do total de processos acompanhados. Nesses anos, os processos transitados do ano civil anterior sofreram um crescimento face aos anos anteriores, acompanhando a lógica de aumento do volume global de processos ativos. O peso que estes processos assumem no volume processual global impõe a questão “Quais as razões que estão na base do prolongamento do tempo de intervenção?”.

Gráfico 192 | Evolução da taxa de resolução de processos da CPCJ de Caminha, de 2013 - 2022


Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

Considerando a taxa de resolução, ou seja, a percentagem de processos arquivados por processos entrados, conclui-se que de 2013 a 2014, este indicador conheceu uma evolução positiva. Ao decréscimo da taxa de resolução dos processos registada em 2015 (53%), assistiu-se, em 2017, um aumento significativo da taxa de resolução (72%). Desde então, a tendência prevalente é para o declínio da taxa de resolução, sendo que, **em 2022, o número de processos arquivados decresceu drasticamente, contrariando a lógica de evolução do volume processual.** Seria importante perceber a que se fica a dever esta situação.

Tabela 94 | Número de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha, por sexo e escalão etário, 2017-2022

Escalão Etário	2017			2018			2019			2020			2021			2022		
	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F
0-2	5	4	1	5	3	2	2	0	2	5	1	4	5	2	3	6	2	4
3-5	13	4	9	12	5	7	10	4	6	11	6	5	11	5	6	9	3	6
6-8	16	10	6	11	8	3	10	2	8	14	3	11	6	1	5	3	2	1
9-10	10	6	4	15	13	2	7	5	2	11	8	3	7	6	1	4	2	2
11-14	18	15	3	17	11	6	14	8	6	13	7	6	13	7	6	15	8	7
15-17	27	14	13	14	9	5	18	11	7	20	10	10	11	6	5	16	8	8
18-21	4	2	2	5	4	1	16	10	6	10	7	3	8	3	5	3	2	1
Desconhecido	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	93	55	38	79	53	26	78	40	38	84	42	42	61	30	31	56	27	29

Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

A análise da tabela anterior permite constatar que entre os anos de 2017 e 2019, à semelhança do que vinha a acontecer desde 2013, o número de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha era maioritariamente do sexo masculino, sendo que o maior desequilíbrio se fez sentir no ano de 2018 (+27). Desde esse ano, a diferença entre os sexos foi-se atenuando, tendo sido nula no ano de 2020 e inverteu-se a partir de 2021.

Tabela 95 | Número de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha, por sexo, escalão etário e tipo de processo, 2022

Escalão Etário	Sexo	Processo Transitado do ano civil anterior	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Total
0-2	Masculino	0	2	0	2
	Feminino	2	2	0	4
	Total	2	4	0	6
3-5	Masculino	1	1	1	3
	Feminino	5	1	0	6
	Total	6	2	1	9
6-8	Masculino	1	1	0	2
	Feminino	1	0	0	1
	Total	2	1	0	3
9-10	Masculino	2	0	0	2
	Feminino	1	1	0	2
	Total	3	1	0	4
11-14	Masculino	3	3	2	8
	Feminino	3	3	1	7
	Total	6	6	3	15
15-17	Masculino	3	4	1	8
	Feminino	3	5	0	8
	Total	6	9	1	16
18-21	Masculino	2	0	0	2
	Feminino	1	0	0	1
	Total	3	0	0	3
Total		28	23	5	56

Fonte/Entidade: CPCJ (2023)

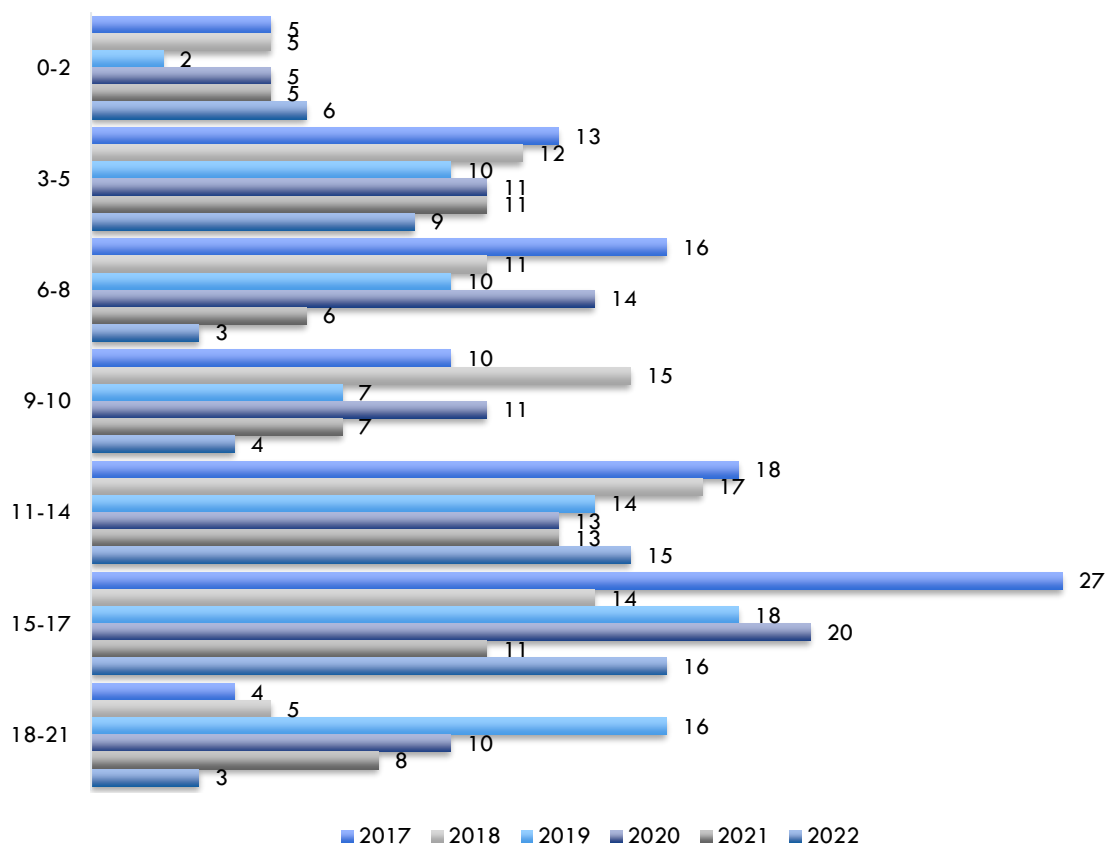
Analisando os dados relativos à caracterização das crianças e dos jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha, no ano de 2022, no que concerne ao sexo, verifica-se que, em termos totais, o maior número de vítimas era do sexo feminino (29 do sexo feminino e 27 do masculino). Esta maior prevalência das crianças e jovens do sexo feminino não era uma realidade em todos os escalões etários, mas apenas nos seguintes: dos 0 aos 2 anos de idade (+2); dos 3 aos 5 anos de idade (+3). Por seu turno, entre as crianças e jovens com idades entre os 6 e os 8 anos (-1), dos 11 aos 14 anos (-1) e dos 18 aos 21 anos (-1), a tendência inverteu-se. Nos restantes escalões etários a diferença era nula. Pode

concluir-se que as crianças do sexo feminino prevaleciam face às do sexo masculino no seio dos grupos etários mais novos.

Apesar de a extensão dos escalões etário ser diferenciada entre si, **constatou-se que a maioria das crianças e jovens acompanhadas, em 2022, pela CPCJ de Caminha, tinham entre os 15 e os 17 anos de idade (16 jovens de um total de 57 processos), o que estava em consonância com os valores para o território nacional.** De seguida, surgia o grupo etário dos 11 e os 14 anos de idade (15 crianças e jovens), seguido do escalão etário dos 3 aos 5 anos (9 crianças) e daquele que integra as crianças dos 0 aos 3 anos de idade (6 processos). A este seguia-se a faixa etária dos 9 aos 10 anos de idade, com 4 crianças acompanhadas. Por fim, surgiam as vítimas com idades compreendidas entre os 6 e os 8 anos (3 crianças) e entre os 18 e os 21 anos (3 jovens).

Tal como se depreende pelos dados da tabela anterior, **os processos transitados do ano de 2021, eram mais prevalentes nos grupos etários dos 3 aos 5 anos de idade** (6 processos: 1 masculino e 5 feminino), dos 11 aos 14 anos de idade (6 processos: 3 masculino e 3 feminino) e dos 15 aos 17 anos de idade (6 processos: 3 masculino e 3 feminino). **Os processos instaurados apresentavam maior incidência no grupo etário dos 15 aos 17 anos** (9 processos) e, dentro deste, era entre as jovens que se verificava o maior número (5). Os processos reabertos diziam respeito a crianças com idades entre os 11 e os 14 anos (3 processos: 2 masculino e 1 feminino).

Gráfico 193 | Evolução do número total de processos da CPCJ de Caminha, por grupo etário, 2017-2022



Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

Comparando o número de processos da CPCJ de Caminha, por grupo etário, de 2017 e 2022, constata-se que o mesmo aumentou entre as crianças dos 0 e os 2 anos de idade (2017: 5; 2022: 6). Dentro deste escalão etário, o número de processos atingiu o seu valor mais baixo (2 processos no ano de 2019). Entre 2017 e 2022, o número de processos da CPCJ de Caminha, nos demais grupos etários decresceu. Porém, ao concentrar a atenção na evolução do número de processos, entre 2021 e 2022, apurou-se a existência de um aumento nos grupos etários dos 11 aos 14 anos de idade (+2 processos) e dos 15 aos 17 anos de idade (+5 processos).

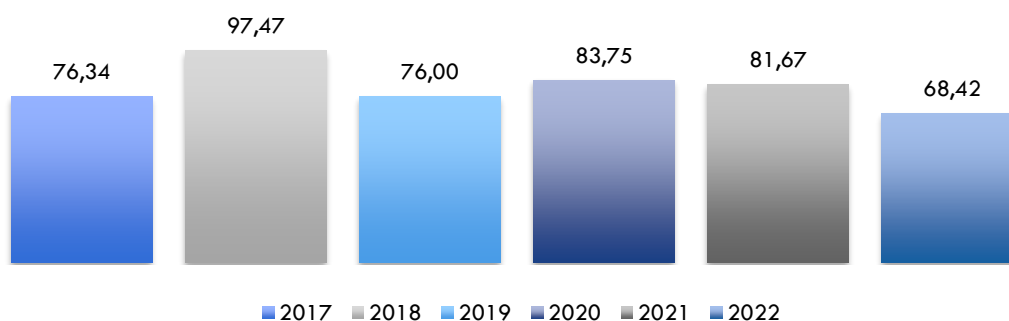
Tabela 96 | Número de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha, por nacionalidade, 2022

	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
América	1	0	0	1
Desconhecida	2	12	0	14
Portugal	24	10	5	39
Europa	2	1	0	3
Número Total de Processos	29	23	5	57

Fonte/Entidade: CPCJ (2023)

Ao observar a **distribuição das crianças e jovens acompanhadas pela CPCJ de Caminha, em função da nacionalidade, verifica-se que, em 2022, 68,42% (39 processos) das crianças e jovens eram de nacionalidade portuguesa**. De referir que esta caracterização não estava feita para um total de 14 crianças e jovens (24,56%). As **crianças e jovens de nacionalidade estrangeira correspondiam a 7,02% do total dos processos** (4 processos).

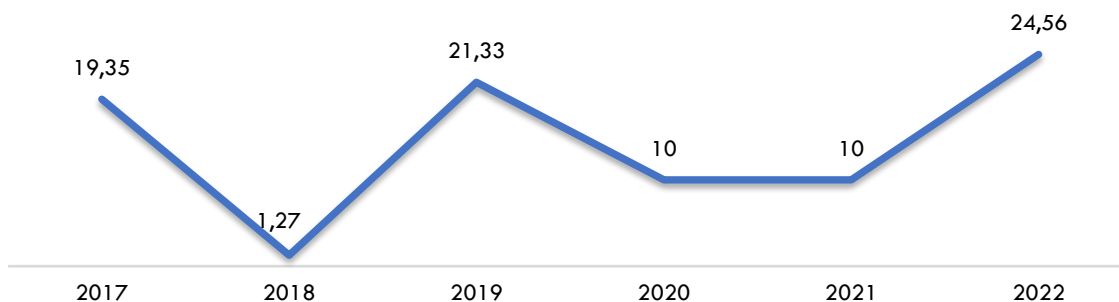
Gráfico 194 | Evolução da proporção de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha de nacionalidade portuguesa, 2017-2022 (%)



Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

Comparando a **distribuição dos processos por nacionalidade para o período de 2017 a 2022, é possível constatar que, em todos os anos em análise, a proporção de crianças e de jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha de nacionalidade portuguesa foi superior a 68% do total**. O ano de 2018 foi aquele em que esta proporção assumiu o nível mais elevado, 97,47% do total.

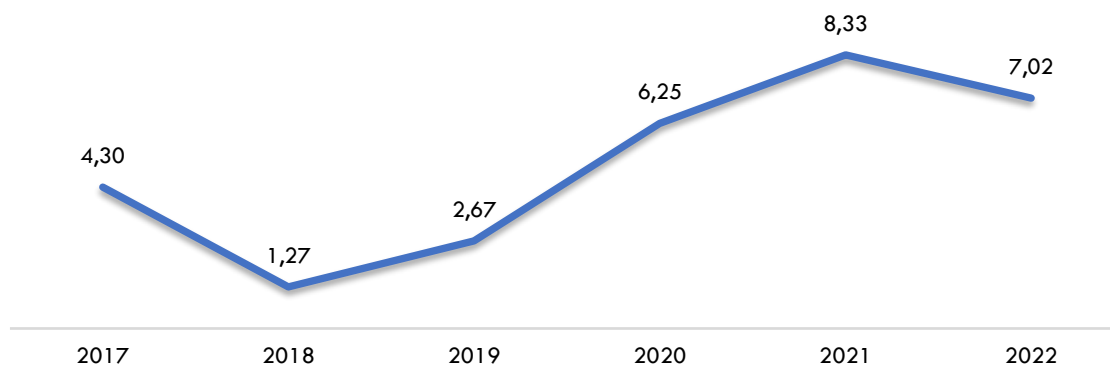
Gráfico 195 | Evolução da proporção de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha sem caracterização quanto à nacionalidade, 2017-2022 (%)



Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

A ausência de caracterização desta variável aconteceu nos vários anos, mas com pesos diferentes, tendo oscilado entre o 1,27% do total de processos, de 2018, e os 24,56%, de 2022.

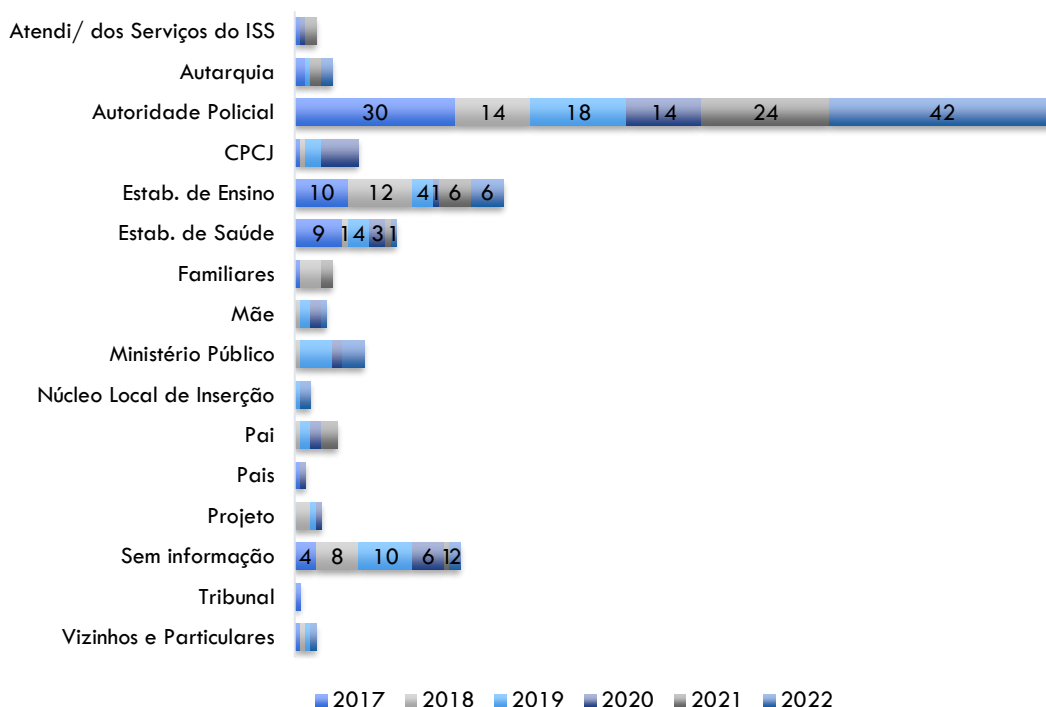
Gráfico 196 | Evolução da proporção de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha de nacionalidade estrangeira, 2017-2022 (%)



Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

O peso das crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Caminha de nacionalidade estrangeira no total das mesmas foi oscilando ao longo do período de 2017 e 2022. Foi no ano de 2021 em que a proporção de crianças e jovens acompanhados de nacionalidade estrangeira atingiu a maior proporção face à totalidade.

Gráfico 197 | Distribuição das sinalizações rececionadas pela CPCJ de Caminha, por entidade sinalizadora, 2017-2022



Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

A instauração ou reabertura de um processo de promoção e proteção pela CPCJ decorre da receção de comunicação/sinalização que evidencie a existência de uma situação de perigo, sendo que a mesma pode ser efetuada, por escrito ou oralmente, por qualquer cidadão ou entidade que tenha conhecimento da sua existência. Atentos à necessidade de proteger os interesses e os direitos das crianças e jovens são vários os agentes sociais que, ao longo do período em análise, efetuaram a comunicação/sinalização à CPCJ de Caminha de situações de perigo de crianças e jovens.

Como se depreende pelos dados apresentados no gráfico supra, entre 2017 e 2022, as principais entidades sinalizadoras de situações de perigo que envolviam crianças e jovens foram: a Autoridade Policial (responsável pelo maior número de referenciações em todos os anos), os Estabelecimentos de Ensino (assumiram-se como a 2.ª entidade sinalizadora nos anos de 2017, 2018, 2021 e 2022), os Estabelecimentos de Saúde e o Ministério Público.

Gráfico 198 | Distribuição das sinalizações rececionadas pela CPCJ de Caminha, por entidade sinalizadora, 2022 (%)



Fonte/Entidade: CPCJ (2023)

Centrando a atenção no último ano para o qual se dispõe de dados, 2022, verifica-se que a Autoridade Policial foi responsável por 68,85% das sinalizações rececionadas pela CPCJ de Caminha. A esta entidade seguiram-se, por ordem decrescente, os estabelecimentos de ensino (9,84%), o Ministério Público (6,56%), Autarquia e NLI (3,28%). De destacar que as sinalizações anónimas assumiram uma importância semelhante a entidades como a Autarquia.

Como se fez constar anteriormente, a CPCJ de Caminha rececionou, em 2022, 61 sinalizações, as quais, como determina a legislação aplicável, foram alvo de apreciação liminar pela mesma, na sua modalidade restrita. Em resultado desta análise pode ocorrer o arquivamento imediato do processo, por se apurar a manifesta desnecessidade de intervenção ou a inobservância dos pressupostos legais; ou de instauração de processo.

Tabela 97 | Processos arquivados liminarmente, por motivo, 2017-2022

Motivo de Arquivamento	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Abertura de processo indevidamente por informação incorreta na sinalização	4	1	0	0	3	0
A comunicação não respeita a uma criança ou jovem (adulto)e	0	0	0	0	1	0
A Criança/Jovem passou a residir fora do território nacional	0	0	0	0	3	0
A situação de perigo não se confirma	1	0	0	0	0	0
Não existência de legitimidade para a intervenção no âmbito do art.º 3.º	0	0	0	0	3	0
Por ter passado a residir fora do território nacional	1	2	0	0	0	0
Remessa a MP - Não prestação de consentimento para a intervenção	6	6	0	0	0	0
Remessa a MP - Solicitação do MP nas situações previstas no art.º 11.º, nº 2 (sob proposta da CPCJ)	0	0	0	0	1	0
Remessa a Tribunal - Apensação a Processo Judicial nos termos do art.º 81.º	0	0	0	0	1	0
Número de Processos	12	9	0	0	12	0

Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

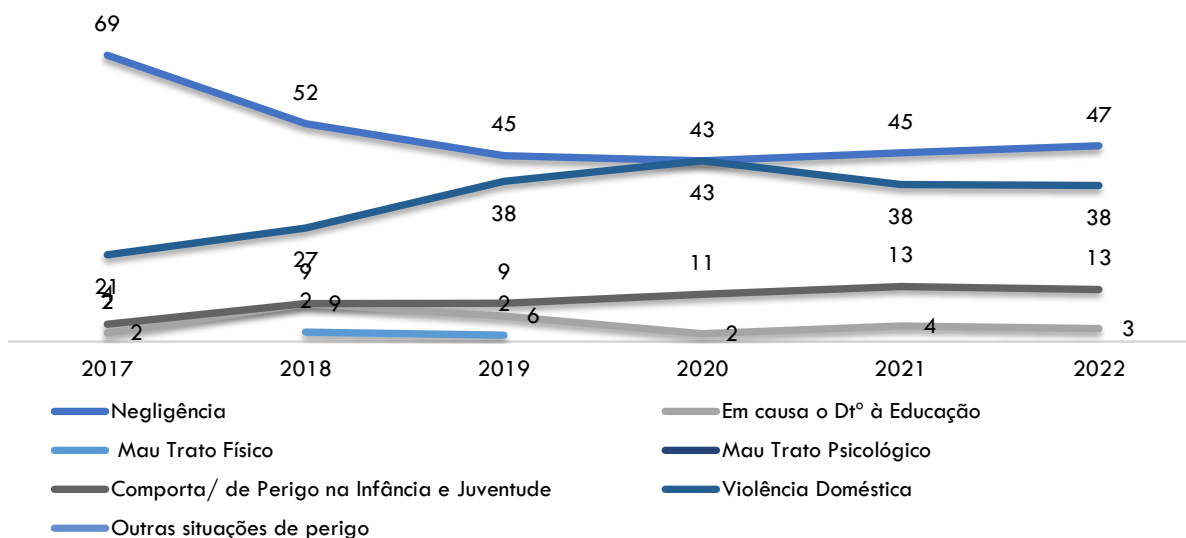
Como se verifica pela informação apresentada na tabela anterior, nos anos de 2019, 2020 e 2022, não houve lugar ao arquivamento liminar de nenhum processo, ou seja, após apreciação liminar (prévia ao consentimento por parte dos pais ou representante legal e à não oposição da criança com mais de 12 anos de idade) teve lugar a instauração/reabertura de processo de promoção e proteção.

No ano de 2017, os principais motivos de arquivamento liminar foram, por ordem decrescente de importância, “Remessa a MP - Não prestação de consentimento para a intervenção” (6: 50%), “Abertura de processo indevidamente por informação incorreta na sinalização” (4: 33,33%), “A situação de perigo não se confirma” e “Por ter passado a residir fora do território nacional” (1: 8,33%). No ano seguinte, o número de processos que mereceram o arquivamento liminar decresceu (-3 arquivamentos), sendo que a “Remessa a MP - Não prestação de consentimento para a intervenção” (6: 66,67%) se manteve no topo dos motivos que determinaram o arquivamento liminar. No ano de 2021, foram 12 os processos arquivados liminarmente. Os principais motivos foram: “Abertura de processo indevidamente por informação incorreta na sinalização”, “A Criança/Jovem passou a residir fora do território nacional” e “Não existência de legitimidade para a intervenção no âmbito do art.º 3.º da LPCJP - Não se verificar a existência de uma situação de perigo” (3: 25%).

De referir que, de acordo com o estabelecido no art.º 91.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), de 1 de setembro, na sua redação atual, em qualquer fase processual, existindo «(...) perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou jovem, e na ausência de consentimento dos detentores das responsabilidades parentais ou de quem tenha a guarda de facto (...)», a CPCJ pode acionar as medidas tidas como convenientes para assegurar a proteção de emergência da criança ou jovem/remover a situação de perigo. De acordo com a informação disponibilizada pela CPCJ de Caminha, no período de 2017 a 2022, não foi aplicado, em nenhuma fase processual, procedimento de urgência.

No que se refere às categorias das situações de perigo diagnosticadas pela CPCJ de Caminha, as mesmas, no período em análise, foram: “Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude”, “Em Causa o Direito à Educação”, “Mau Trato Físico”, “Mau Trato Psicológico”, “Negligência” e “Violência Doméstica” e “Outras Situações de Perigo”.

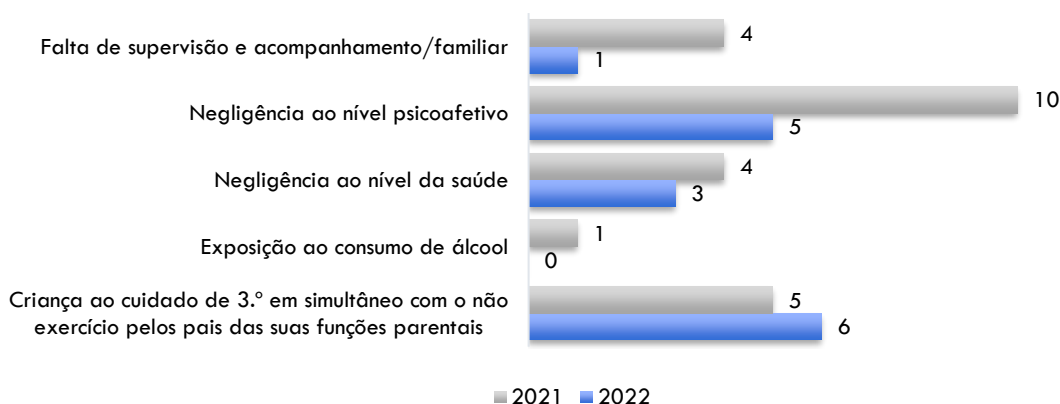
Gráfico 199 | Distribuição das situações de perigo diagnosticadas pela CPCJ de Caminha, por categoria, 2017-2022



Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

Da análise do gráfico pode observar-se que as categorias “Negligência” e “Violência Doméstica” assumiram-se, ao longo dos anos de 2017 a 2022, como as principais categorias de perigo diagnósticas. No ano de 2022, 47% do total de diagnósticos correspondiam a situações de negligência e 38% destes enquadravam-se na categoria de violência doméstica. A estas duas categorias segue-se a categoria “Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude”, com 13%, e a categoria relativa a situações de perigo em que está em causa o “Direito à Educação”, com 3% dos diagnósticos.

Gráfico 200 | Situações de perigo de Negligência diagnosticadas pela CPCJ de Caminha, por subcategoria, 2021-2022



Fonte/Entidade: CPCJ (2023)

Analisando de forma pormenorizada as subcategorias dentro da categoria “Negligência”, constata-se que, em 2022, destacam-se: “Crianças ao cuidado de terceiros em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais” (6: 18,75%), “Negligência ao nível psicoafectivo” (5: 15,63%) e “Negligência ao nível da saúde” (3: 9,38%). A “Falta de supervisão e acompanhamento/familiar” perdeu peso face a 2021 (4: 7,55%), com 3,13% dos diagnósticos (1 diagnóstico). Comparando esta distribuição com a registada no ano de 2021, verifica-se que a “Negligência ao nível psicoafectivo” assumia um maior peso no total de diagnósticos (18,87%: 10 diagnósticos) do que em 2022. Em 2021, foi diagnosticada uma situação de perigo enquadrada na subcategoria de “Exposição ao consumo de álcool”. Por seu turno, nesse ano, a “Negligência ao nível da saúde” foi diagnosticada em 4 situações.

Gráfico 201 | Situações de perigo de comportamentos de perigo na infância e juventude diagnosticadas pela CPCJ de Caminha, por subcategoria, 2021-2022



Fonte/Entidade: CPCJ (2023)

Como se observa no gráfico, no âmbito da categoria “Comportamentos de Perigos na Infância e Juventude”, em que a criança ou jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada, as subcategorias com prevalência, em 2021 e 2022, surgem “Outros comportamentos” (2021: 6 diagnósticos; 2022: 3 diagnósticos) e “Comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina”, com 1 diagnóstico em cada um dos anos.

Tabela 98 | Distribuição dos processos por subcategorias de perigo mais prevalentes nos diagnósticos efetuados pela CPCJ de Caminha, por escalão etário, 2022

Subcategorias	Grupo etário							Global
	0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21	
Violência Doméstica	1	2	1	1	3	4	0	12
Está aos cuidados de terceiros em simultâneo não exercício pelos pais das suas funções parentais	1	1	0	0	0	4	0	6
Negligência ao nível psicoafectivo	1	1	1	0	1	1	0	5
Outros comportamentos	0	0	0	0	1	1	1	3
Negligência ao da saúde	0	3	0	0	0	0	0	3
Comporta/s graves antissociais ou/e de indisciplina	0	0	0	0	0	0	1	1
Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	0	0	0	0	1	0	0	1
Absentismo Escolar	0	0	0	0	0	0	1	1

Fonte/Entidade: CPCJ 2023

No quadro anterior é apresentada a distribuição das situações de perigo organizadas de acordo com as subcategorias de perigo mais prevalentes nos diagnósticos efetuados pela CPCJ de Caminha, no ano de 2022, segundo o grupo etário das crianças e jovens, pelo que se destacam as subcategorias no âmbito da “Violência Doméstica” e “Negligência”.

Partindo da informação apresentada, pode concluir-se que **as problemáticas dominantes sobre as quais é necessário intervir, através do desenvolvimento de iniciativas/projetos locais com intencionalidade preventiva e protetiva, são, nomeadamente, a “Negligência”, a “Violência Doméstica” e os “Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude”, partido do conhecimento da realidade infantojuvenil e familiar do concelho e mobilizando os vários parceiros, as crianças e os jovens, as famílias e a comunidade.**

Como previsto no art.º 34, da LPCJP, na sua redação atual, a aplicação das medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e dos jovens em perigo destina-se a garantir o afastamento do perigo em que estes se encontram; a proporcionar-lhes as condições necessárias à proteção e promoção da sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; a assegurar a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

As medidas de promoção e proteção, provisórias (com uma duração máxima de seis meses e acontecem nas situações de emergência ou enquanto se procede ao diagnóstico e à definição do seu encaminhamento subsequente) ou definitivas, podem ser executadas em meio natural de vida da criança e jovem ou em regime de colocação.

Dentro das medidas de promoção e proteção executadas **em meio natural de vida**, as quais têm a duração máxima de doze meses, podendo ser prorrogadas até ao limite de 18 meses, enquadram-se:

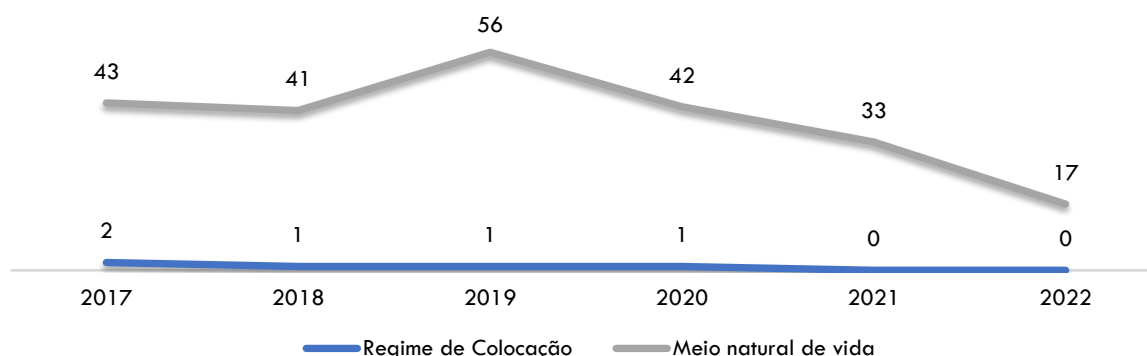
- O apoio junto dos pais;
- O apoio junto de outro familiar;
- A confiança a pessoa idónea e
- O apoio para a autonomia de vida.

No que se refere às medidas de promoção e proteção aplicadas **em regime de colocação**, sendo que estas não têm limite legal máximo de duração, a CPCJ pode providenciar:

- O acolhimento familiar,
- O acolhimento residencial e

- A confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção (quando se conclui pela necessidade de encaminhar a criança para a adoção, o processo de promoção e proteção é remetido para o Tribunal).

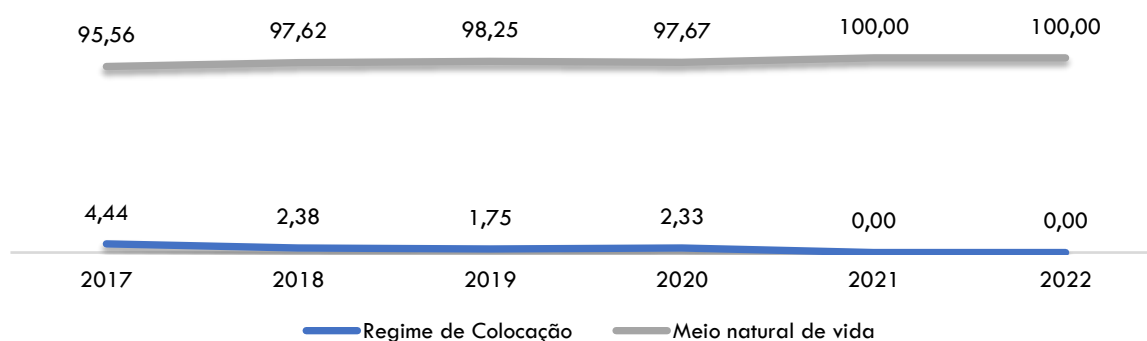
Gráfico 202 | Evolução do volume processual da CPCJ de Caminha, segundo a natureza das medidas de promoção e proteção aplicadas, 2017-2023



Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

Como se verifica pelos dados que constam do gráfico anterior, entre 2017 e 2022, as medidas de promoção e proteção aplicadas com maior frequência são, de acordo com a sua natureza, as medidas em meio natural de vida.

Gráfico 203 | Evolução da proporção de processos da CPCJ de Caminha, segundo a natureza das medidas de promoção e proteção aplicadas, 2017-2023 (%)

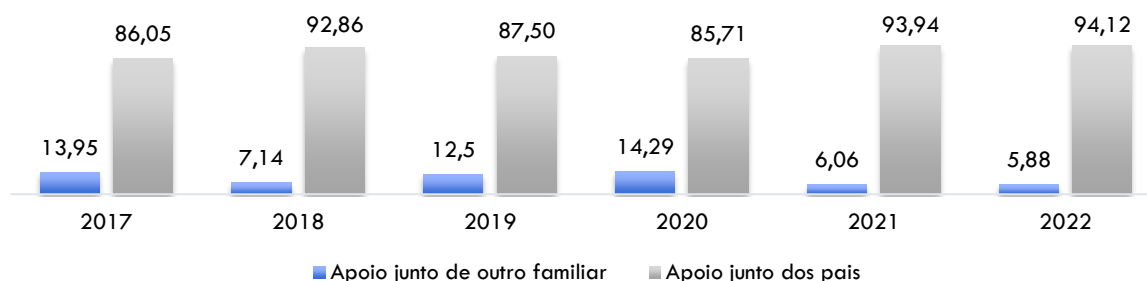


Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

Do ponto de vista percentual, como decorre dos dados apresentados no gráfico anterior, no período em análise, do total das medidas definitivas aplicadas as medidas em meio natural de vida representam mais de 90%, sendo que as medidas em regime de colocação assumem proporções residuais (com valores entre os 0%, de 2021 e 2022, e os 4,44%, de 2017). Esta prevalência das medidas executadas em meio natural de vida regista-se desde 2013.

Nos anos de 2021 e de 2022, as medidas aplicadas foram, na sua totalidade (100%), medidas em meio natural de vida.

Gráfico 204 | Evolução da distribuição dos processos da CPCJ de Caminha com medidas de promoção e proteção aplicadas em meio natural de vida, segundo a medida específica, 2017-2023



Fonte/Entidade: CPCJ (2020 e 2023)

Analisando a distribuição das medidas aplicadas em meio natural de vida, observa-se que, entre 2017 e 2022, tal como se vinha a registrar desde 2013, a medida mais aplicada era, o “Apoio Junto dos Pais” (2017: 86,05%; 2022: 94,12%).

Considerando os dados apresentados, pode concluir-se que, no que concerne à aplicação de medidas de promoção e proteção existe um forte investimento no “Apoio Junto dos Pais” por parte da CPCJ de Caminha, ou seja, as figuras parentais assumem grande importância na execução das ações registadas no plano de intervenção para a execução desta medida.

Deste modo, pode prever-se que uma das dimensões a trabalhar prende-se com o apoio à parentalidade, investindo no desenvolvimento de ações e medidas que promovam a aquisição/desenvolvimento de competências parentais em diferentes domínios (“Estabelecimento de Regras Limite”, “Cuidados Básicos”, “Estabilidade”, “Segurança”, “Afetividade”,...). Por outro lado, é necessário também auxiliar as famílias na articulação da vida pessoal, familiar e profissional.

Tal como foi referido anteriormente, no concelho de Caminha não existem respostas sociais ao nível do acolhimento das crianças e jovens em situação de perigo que possibilitem a integração temporária, nem tampouco existe qualquer resposta ao nível do aconselhamento parental.

4.2.7.2. Outros projetos/programas

O Município de Caminha, no âmbito da execução das suas atribuições que lhe estão legalmente atribuídas, tem vindo a desenvolver um conjunto de programas e medidas de promoção da integração social e bem-estar da população e, consequentemente, indutores do desenvolvimento social local e a da coesão social.

Para além das medidas já referidas, importa dar nota dos seguintes projetos/políticas e medidas:

- “Desporto Sénior”: projeto direcionado para a população sénior a residir no concelho de Caminha (idosos da comunidade em geral e idosos institucionalizados e integrados nas respostas sociais de ERPI, CD e Centros de Convívio), com o objetivo de promover a prática desportiva junto desta franja da população, estimular as habilidades motoras, a capacidade funcional e a melhoria dos níveis de independência e autonomia, assim como promover a socialização e a autoestima. Dentro deste programa são dinamizadas as seguintes atividades: *Desporto até aos 100* (desenvolvimento de atividade física em ERPI e CD dinamizada por técnicos do Município de Caminha que se deslocam às instituições, para incutir nos participantes o gosto pela prática de exercício físico adaptado à sua saúde e idade); *Desporto até aos 100* (desenvolvimento de atividade física desenvolvida no Pavilhão Municipal de Caminha desenvolvida por um técnico do Município especializado); *100 Ondas* (levada a cabo nas Piscinas Municipais, em Vila Praia de Âncora, esta atividade destina-se aos idosos, permitindo-lhes aceder à hidroginástica e jogos lúdicos este grupo).
- Dando continuidade a uma atividade que vinha a ser desenvolvida pelo CLDS 4G de Caminha em colaboração com o Município de Caminha, este tem vindo a dinamizar, em diversas freguesias do concelho, o desporto para a população idosa residente.
- Animação Centros de Dia e Estrutura Residenciais para Idosos: atividade que se consubstancia na dinamização de atividades diversificadas junto da população idosa integrada em CD e ERPI (por exemplo, Saraus de Animação, Magusto, Baile do Dia dos Namorados, Festa dos Santos Populares, Semana Sénior, Teatro,...).
- Projeto Nautismo: no âmbito do Desporto Escolar e ao abrigo de protocolos de colaboração desenvolvido entre o Município de Caminha, o Agrupamento de Escolas de Caminha e algumas entidades do concelho (Remo: Sporting Clube Caminhense; Paddle: Nautiminho; Surf: Surf Clube Praia D’Âncora), no território concelhio é dada a oportunidade às crianças do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do EB são atividades náuticas (aulas de remo, de stand-up paddle e canoagem e de surf).
- Transporte Escolar: o Município de Caminha assegura gratuitamente a todos os alunos residentes no concelho de Caminha que se encontrem integrados em estabelecimentos de ensino do mesmo, a partir do ensino pré-escolar até ao nível secundário, desde que estejam matriculados na sua

área de residência e residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino. Pese embora o transporte de alunos para Unidades de Ensino Especializado seja da competência do Ministério da Educação, o Município de Caminha, sempre que possível, assegura, em viaturas municipais, o transporte destes alunos/jovens.

- **Terapia Assistida por Cães:** ao abrigo do Protocolo de colaboração celebrado entre a Associação de Ação Social ETHOS e o Município de Caminha, os alunos identificados pelo Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha com deficiência ou incapacidade e outras necessidades podem beneficiar, como complemento às terapias que frequentam, de uma intervenção educativa e terapêutica assistida por cães, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e potenciar a inclusão.
- **“Caminha Sabe Nadar”:** trata-se de um projeto que visa incentivar a prática do desporto no concelho, proporcionando a todas as crianças com idade igual ou inferior a 8 anos a residir no concelho de Caminha, a frequência gratuita de aulas de adaptação ao meio aquático e de natação.
- **Espaço J:** trata-se de um “espaço” que pretende ser um ponto de encontro entre os jovens, de informação onde os jovens residentes no concelho de Caminha podem obter informação/conhecimento de que precisam, de disponibilização de apoio técnico (apoio ao associativismo juvenil, apoio jurídico, apoio ao jovem empresário, Bolsa de Voluntário Jovem, apoio ao acesso ao Arrendamento jovem,...).
- **Conselho Municipal da Juventude:** «(...) órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude. Representa os jovens do concelho de Caminha e serve como instrumento de participação cívica juvenil, privilegiando o diálogo e partilha de ideias e experiências entre todos. Queremos os jovens como parceiros e interlocutores do município, com vista à sua integração na definição das políticas de juventude do concelho.¹¹⁰»
- **Cartão Jovem do Município de Caminha:** Cartão atribuído aos jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 29 anos, inclusive, residentes no Município de Caminha que se candidatem, permitindo-lhes beneficiar de «(...) inúmeras vantagens, com o objetivo de lhes proporcionar melhores condições de vida, facilitando a sua fixação e vivência no Município. (...) usufruir de todas as vantagens previstas no Cartão Jovem Europeu - EYC, acrescidas de um conjunto de reduções em produtos e serviços prestados pela autarquia, assim como ao nível do comércio e serviços locais.¹¹¹»
- **Apoio ao Associativismo:** considerando a importância que as Associações Culturais e Recreativas, as Entidades Promotoras das Festas Populares e Romarias Religiosas sediadas no concelho,

¹¹⁰ Fonte: <https://www.cm-caminha.pt/pages/1007>.

¹¹¹ Fonte: <https://www.cm-caminha.pt/pages/1411>.

enquanto dinamizadores da comunidade e agentes de preservação do património cultural e patrimonial, concorrendo assim para o desenvolvimento do território concelhio, o Município de Caminha, ao abrigo do Regulamento de Apoio às Associações Culturais e Recreativas, Festas Populares e Romarias (Regulamento n.º 829/2023), atribuição de subsídios e/ou apoios (financeiros e não financeiros) às mesmas de acordo com as condições estabelecidas.

4.3. Principais Desafios/Problemas Identificados

Área Temática:	Desafios/ Problemas Identificados
Ação Social e Inclusão	Situações-problema de vulnerabilidade socioeconómica que afetam a população residente (desemprego, nomeadamente, desemprego de longa duração, precariedade laboral nos adultos, pobreza), principalmente o indivíduos ou famílias com maiores riscos de exclusão social (desempregados, população com dependência, deficiência e incapacidade, idosos em situação de isolamento social, população em situação de sem abrigo,...)
	Existência de situações de fragilidade socioeconómica entre os beneficiários de prestações sociais, conclusão que emana da conjugação da informação relativa ao limiar de risco de pobreza (anual) e os valores médios anuais processados das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, do subsídio de desemprego e do RSI no concelho de Caminha
	Aumento do custo de vida e perda de poder de compra das famílias, o que se traduz na ocorrência de situações de privação material e social das quais decorre a incapacidade de acesso a bens e serviços de primeira necessidade
	Necessidade de reforçar as respostas sociais e medidas de proximidade direcionadas para a superação de problemas de exclusão social associada à privação material das famílias
	Ausência de repostas sociais ao nível do alojamento de emergência
	Existência de necessidades prioritárias ao nível da promoção de obras/intervenção no edificado/instalações onde desenvolvem as respostas sociais e incapacidade financeira das entidades proprietárias para executar as obras necessárias, o que as coloca numa situação de dependência face ao financiamento público
	Desfasamento entre a comparticipação via acordos de cooperação com o ISS, IP e o custo-idoso associado à integração e à permanência dos idosos em ERPI
	Ausência de uma cultura de partilha de serviços e recursos entre as instituições
	Comunicação e articulação entre as IPSS com respostas sociais para a população idosa carece de melhorias, de modo a assegurar a partilha de informação relativa à integração de utentes e, consequentemente, garantir uma gestão adequada e a atualização das listas de espera
	Inexistência de uma plataforma que permita aos serviços com responsabilidades ao nível da intervenção social no concelho registar e consultar, em tempo real, informação sobre projetos e respostas sociais existentes

	Frágil cultura de promoção de momentos e instrumentos de avaliação dos programas e respostas sociais existentes no concelho
	Dificuldade sentida pelas entidades proprietárias de equipamentos e respostas sociais em recrutar recursos humanos
	Capacidade das respostas sociais de Creche e Jardim de Infância, de acordo com os atores sociais, é insuficiente e desajustada face às necessidades de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar
	Falta de resposta social ao nível do CATL para crianças e jovens a partir do 1º Ciclo do EB
	Ausência de respostas, gratuitas ou a custos acessíveis, destinadas aos jovens, com idade superior aos 12 anos, residentes no concelho de Caminha, durante o período das pausas letivas
	Perda da resposta social Casa de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens no território concelhio, resposta social destinada a crianças e jovens até aos 18 anos de idade em situação de perigo a quem tenha sido aplicada uma medida de promoção e proteção por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou Tribunal
	Concentração dos equipamentos sociais com respostas sociais para a população idosa nas freguesias situadas na faixa litoral do concelho de Caminha
	Cobertura deficitária das freguesias do interior do concelhio por parte das respostas sociais de CD e SAD
	Aumento do nível de dependência dos idosos integrados nas respostas sociais (CD, SAD e ERPI)
	Utentes integrados e a aguardar integração em ERPI apresentam cada vez mais patologias associadas, nomeadamente, demenciais
	Exigência de reestruturação das respostas sociais de CD e de SAD para responder às necessidades e perfis atual e futuro da população idosa, o que deverá passar pelo alargamento das equipas em número e áreas de formação, assim como incorporação de outros serviços, flexibilização dos horários de funcionamento
	Número de vagas existentes no âmbito dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social ao nível das respostas sociais para a população idosa (ERPI, CD e SAD) desajustado das necessidades atuais e futuras
	Taxa de ocupação das ERPI atinge os 100%, o que, conjugado com a existência de listas de espera e com o crescente envelhecimento da população residente, demonstra a necessidade de prover o alargamento da capacidade instalada desta resposta social no território
	Número de vagas de reserva em ERPI insuficientes para acorrer às necessidades da população idosa com baixos recursos financeiros, pelo que os idosos referenciados têm de enfrentar períodos de espera que ultrapassam largamente o tempo desejado/adequado
	Inexistência da resposta social de famílias de acolhimento protocoladas para pessoas idosas com a Segurança Social no concelho de Caminha
	Inexistência de resposta/apoio social que atenda às necessidades de transporte e de acompanhamento da população idosa não institucionalizados, sem retaguarda de proximidade e com baixos recursos financeiros, no acesso a consultas e cuidados de saúde

Inexistência no território concelhio da resposta social de Centro de Noite, a qual possibilitaria o acolhimento noturno das pessoas idosas com autonomia que, durante o dia, permaneçam no seu domicílio e que, por se sentirem sozinhas, isoladas ou inseguras, necessitam de acompanhamento durante a noite
Existência de idosos em situação de isolamento social, o que os torna mais vulneráveis a ações que põem em causa a saúde e a segurança (burlas, roubo, violência, entre outras)
Inexistentes/escassez de recursos e de respostas ao nível da habitação para a autonomização da pessoa VVD
Insuficiente capacidade de resposta instalada ao nível do distrito, no que concerne ao acompanhamento psicoterapêutico a agressores/as
Ausência de respostas que garantam a segurança da vítima no seu ambiente
Inexistência no território concelhio de respostas sociais dirigidas à população com deficiência ou incapacidade e com doença mental
Existência de residentes no concelho de Caminha que não conseguem aceder à resposta social CACI, em resultado da inexistência de resposta ao nível do transporte que garanta a deslocação para o equipamento, a falta de vaga, etc.
Concentração nas duas vilas do concelho da resposta social de Cantina Social, deixando a descoberto as demais freguesias (nestas a cobertura é praticamente inexistente)
Decréscimo do número de refeições disponibilizadas pelas Cantinas Sociais existentes no concelho, contrariando a tendência de crescimento das necessidades
Permanência de beneficiários na resposta social de Cantina Social por períodos de tempo longos, o que contraria a natureza transitória que a caracteriza
Inexistência no concelho de Caminha de um plano específico de atuação junto da população em situação de sem abrigo
Desde 2019, assistiu-se a um aumento do volume processual da CPCJ de Caminha, sendo as principais categorias de problemáticas diagnosticadas a “Negligência” e “Violência Doméstica”

A partir da auscultação dos atores sociais e da análise de toda a informação recolhida e da qual se deu nota ao longo do presente documento, foram edificadas, como resposta aos desafios sobreditos, as recomendações de ação:

- Consolidação/reforço do modelo e da capacidade de intervenção social, alicerçada na cooperação interinstitucional, reforçando as estratégias de carácter preventivo da privação material e da exclusão social;
- Reforço dos sistemas/mecanismos, das medidas e da capacidade instalada ao nível da sinalização, da monitorização e de acompanhamento de proximidade das situações-problema de vulnerabilidade socioeconómica e exclusão social;
- Promoção da cultura, do desporto e lazer e de bem-estar como fatores de inclusão social;

- Definição de procedimentos que possibilitem a análise e a resposta em tempo real das situações-problema urgentes sinalizados por entidades parceiras (por exemplo, vítimas de violência doméstica e filhos/as menores;
- Reforço da dinâmica de mobilização de grupos de trabalho para avaliar os programas e as respostas sociais existentes no concelho, definição de estratégias a implementar para dirimir ou atenuar os pontos fracos identificados e, conseqüentemente, potenciar os impactos e resultados sociais desejados;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização e de informação junto da comunidade, das instituições e das entidades empregadoras que contribuam para a desconstrução das representações sociais negativas/estigmas existentes face aos beneficiários de RSI;
- Reforçar o sistema de informação e de comunicação entre os parceiros que integram a Rede Social de Caminha para divulgação da abertura de candidaturas a financiamento público que tornem possível a requalificação/adaptação dos edifícios para responder às suas necessidades (problemas de conservação e adequação, pobreza energética,...) assim como o aumento da capacidade instalada e o alargamento das respostas sociais existentes, atendendo às fragilidades identificadas;
- Criação de uma plataforma de articulação/comunicação entre as entidades com respostas sociais que permita a partilha de informação relativa às vagas disponíveis, às listas de espera, à integração de utentes, a divulgação de ofertas de emprego, etc.;
- Desenvolvimento de estratégias e de medidas que melhorem as condições de trabalho e as carreiras dos colaboradores das respostas sociais (por exemplo, medidas que favoreçam a conciliação da vida familiar, profissional e pessoal, valorização das remunerações,...), tornando as profissões mais atrativas e favorecendo a retenção de profissionais qualificados;
- Promoção da criação e requalificação das respostas sociais para a 1.ª infância (aumento do número de vagas, etc.);
- Desenvolvimento de ações de sensibilização das entidades concelhias para que criação de respostas/programas e de projetos destinados aos jovens, com o objetivo de concorrer para que seja criada essa resposta no território concelhio (por exemplo, CATL e OTL);
- Reconfiguração/flexibilização das respostas sociais dirigidas à população idosa no domicílio (SAD) e das respostas de institucionalização, ajustando as mesmas, os seus serviços e as atividades à diversidade de perfis, níveis de funcionalidade e de dependência dos idosos, às suas expectativas e às necessidades (por exemplo, adequação do seu funcionamento (horários) e dos serviços face às necessidades identificadas);
- Reforço da capacidade das respostas sociais/aumento do número de vagas de ERPI e respetivo alargamento do número de vagas alvo de acordo de cooperação com o ISS, IP.;

- Criação de respostas sociais inovadoras de apoio à população idosa adequadas às novas realidades sociais existentes e futuras;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização junto das IPSS locais e entidades equiparadas para a necessidade de dispor no território concelhio da resposta social de Centro de Noite;
- Desenvolvimento de ações de capacitação dos técnicos no âmbito do estatuto do cuidador informal, para que os mesmos se assumam como agentes ativos de informação junto dos cuidadores e de facilitação no processo de reconhecimento do referido estatuto;
- Reforço/Criação de um plano de capacitação e valorização dos cuidadores informais nos diferentes domínios (ação social, saúde, emprego,...);
- Implementação/criação de respostas sociais integradas no concelho de Caminha ao nível da dependência, deficiência, incapacidade e saúde mental e suas famílias;
- Desenvolvimento de campanhas de sensibilização e de (in)formação junto de diferentes públicos em torno de diferentes temáticas relacionadas com violência doméstica (prevenção dos maus tratos infantis, violência no namoro, violência contra idosos, referenciação,...);
- Criação, no território concelhio, de medidas, de ações e de soluções de apoio à intervenção junto das vítimas de violência doméstica desenvolvida pelo CAVVD (por exemplo, definir e potenciar os canais de comunicação e de sinalização das situações de violência doméstica junto do CAVVD e de articulação entre este e outras equipas com responsabilidade ao nível da intervenção social; reforçar a capacitação dos técnicos dos diferentes serviços,);
- Implementação de políticas e medidas inovadoras em matéria de violência doméstica e revisão do funcionamento das respostas existentes, criando mecanismo de financiamento das equipas multidisciplinares não sustentados em projetos com duração limitada;
- Conceção e implementação de diferentes ações e medidas que permitem responder à problemática da população em situação de sem abrigo;
- Reforço das estratégias, iniciativas/atividades e medidas de prevenção situações de perigo de crianças ou jovens e de intervenção nesta matéria;
- Promoção de ações de capacitação para a parentalidade positiva junto dos profissionais e das figuras parentais.



Capítulo 5 | Habitação e Mobilidade

5.1. Habitação

5.1.1. Caracterização do Parque Habitacional

O acesso a uma habitação por parte de todos os cidadãos, com uma dimensão adequada ao número de elementos da família e que reúna condições de higiene e conforto dignas, é uma necessidade básica do Ser Humano e um direito constitucionalmente consagrado (artigo 65.º). É a partir do seu lar que os cidadãos estruturam a sua vida e os processos de autonomização, assim como acedem às condições essenciais ao exercício da cidadania. Deste modo, é de suma importância a mobilização de esforços para garantir a todos os cidadãos residentes no concelho de Caminha o acesso a este direito social fundamental, enquanto condição *sine quo non* para se alcançar o desenvolvimento sustentável e a coesão social, permitindo que o mesmo seja mais inclusivo e seguro.

Assim e tal como previsto no 11.º ODS, torna-se necessário mobilizar as políticas e as estratégias necessárias para assegurar, até 2023, «(...) o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, aos serviços básicos e melhorar as condições nos bairros de lata»¹¹². Sabendo qual a meta a atingir, importa fazer a caracterização do parque habitacional do concelho nas suas diversas dimensões e o levantamento das necessidades, para que se possam delinear as linhas de atuação mais adequadas para alcançar o cenário desejado.

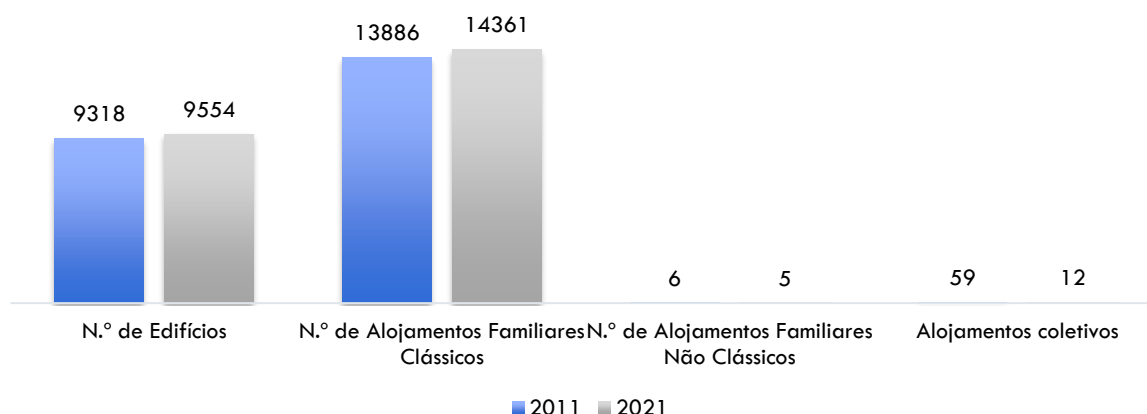
¹¹²<https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/os-17-ods/objetivo-de-desenvolvimento-sustentavel> (acedido a 13.03.2023).

Tabela 99 | Evolução do parque habitacional dos municípios do Alto Minho, 2011-2021

Território	N.º de edifícios de habitação familiar clássica			N.º de alojamentos familiares clássicos		
	2011	2021	Tendência	2011	2021	Tendência
Portugal	3 556 071	3 629 109	↑	5 859 540	5 970 677	↑
Norte	1 214 522	1 244 122	↑	1 846 589	1 894 933	↑
Alto Minho	121 341	124 304	↑	150 414	155 259	↑
Arcos de Valdevez	15 388	15 757	↑	17 252	17 795	↑
Caminha	9 347	9 586	↑	13 886	14 361	↑
Melgaço	7 017	7 072	↑	7 583	7 836	↑
Monção	11 744	11 922	↑	13 377	13 849	↑
Paredes de Coura	5 757	5 889	↑	6 065	6 333	↑
Ponte da Barca	6 843	7 052	↑	7 951	8 350	↑
Ponte de Lima	19 769	20 463	↑	21 867	22 850	↑
Valença	6 845	7 064	↑	8 119	8 500	↑
Viana do Castelo	33 031	33 736	↑	48 164	49 171	↑
Vila Nova de Cerveira	5 598	5 763	↑	6 150	6 214	↑

Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 29/06/2023)

Como se constata pela análise dos dados da Gráfico 38, em todos os concelhos da sub-região do Alto Minho, no período intercensitário de 2011 a 2021, assistiu-se a um aumento quer do número de edifícios de habitação familiar clássica, quer do número de alojamentos familiares clássicos. O concelho de Caminha era, em 2021, o quinto território do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação familiar clássica, e o quarto com maior número de alojamentos familiares clássicos.

Gráfico 205 | Evolução do parque habitacional do concelho de Caminha, 2011 e 2021


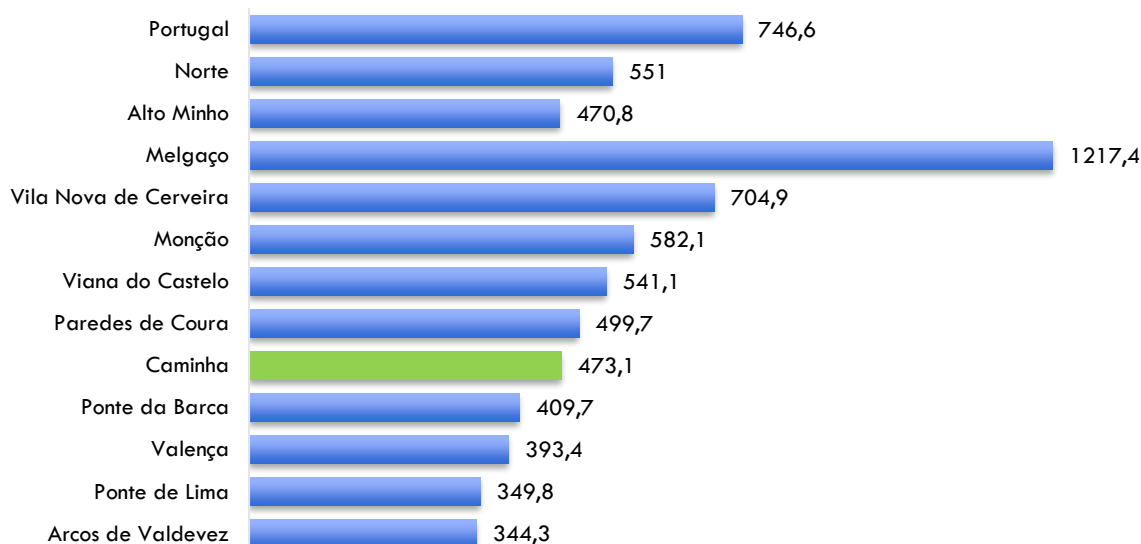
Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 29/06/2023)

Partindo dos dados disponibilizados no VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021), constata-se que, em 2021, o parque habitacional do concelho de Caminha estava constituído por **9 554 edifícios**, **14 366 alojamentos familiares** (14 361 clássicos e 5 não clássicos). Os **alojamentos coletivos** assumem pouca representatividade no total de alojamentos existentes, sendo de referir a existência de **12**. Dentro destes, destacam-se 5 estabelecimentos hoteleiros ou similares e 7 alojamentos de convívios [Convívios – Apoio: 4 (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas; Convívios – Saúde: 1 (Unidade de Saúde da Gelfa); Convívios – Religiosa: 2 (Convento de Santo António e Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição).

No que concerne ao número de edifícios, tal como anteriormente referido, apurou-se a existência, no território concelhio, de uma tendência de aumento, sendo que, em 2021, existiam mais 236 edifícios face ao ano de 2011 (9 318). Esta dinâmica evolutiva fez-se notar também ao nível da afetação dos edifícios existentes à habitação familiar clássica.

Atendendo à **época de construção dos edifícios clássicos existentes no concelho**, verificou-se que, em 2021, **58,85% (5 623) foram construídos a partir do ano de 1980**. Destes, 3 643 foram edificadas no período compreendido entre os anos 1981 e 2000. Do total de edifícios referido, 1 664 (17,42%) foram construídos entre 2001 e 2010. Desde então e até 2021, foi acrescido ao parque habitacional do concelho de Caminha, um total de 316 edifícios clássicos.

Gráfico 206 | Índice de envelhecimento dos edifícios, por localização geográfica, 202

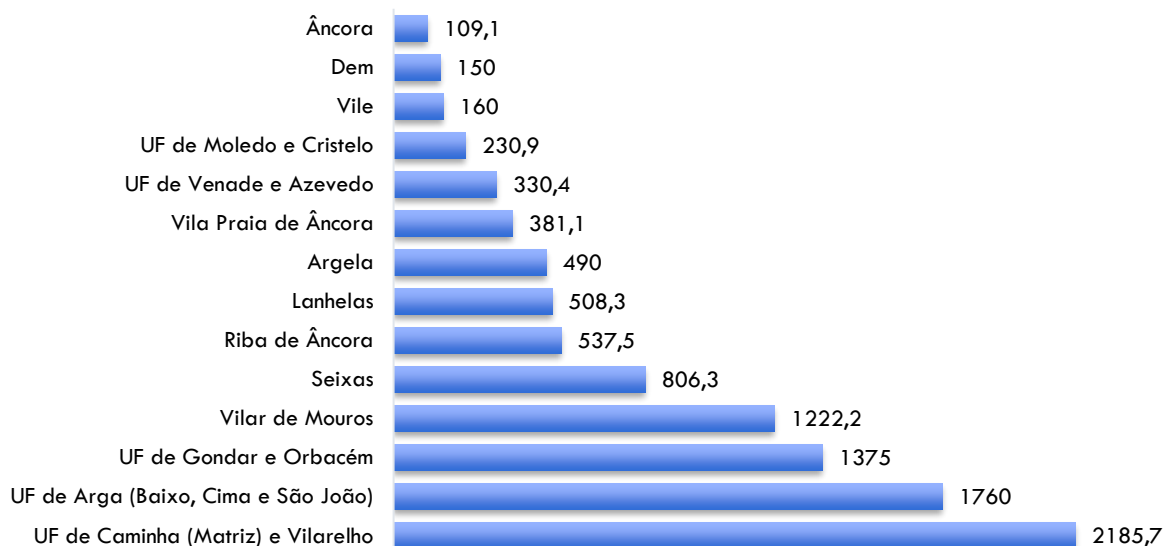


Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 29/06/2023)

Tal como consta do gráfico anterior, o **índice de envelhecimento dos edifícios do concelho**¹¹³, em 2021, fixou-se nos **473,1**, o que significa que por cada 100 edifícios construídos a partir de 2011, existiam 473,1 edifícios construídos até 1960. Este indicador está, contudo, abaixo da média registada no país (746,6) e na zona Norte (551), mas acima da média para o território do Alto Minho (470,8). De entre os dez concelhos que constituem a região do Alto Minho, Caminha é o quinto com menor índice de envelhecimento, sendo que Melgaço (1 217,4), Vila Nova de Cerveira (704,9) e Monção (582,1) são os que se caracterizam por um maior índice de envelhecimento do edificado.

O valor registado no concelho representa um aumento significativo deste indicador comparativamente com o ano de 2011 (100,3), ou seja, o envelhecimento dos edifícios tem-se vindo a intensificar em resultado da existência de uma menor dinâmica de construção na última década.

Gráfico 207 | Índice de envelhecimento dos edifícios do concelho de Caminha, por freguesia, 2021



Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 29/06/2023)

Analisando este indicador à escala das freguesias, destaca-se a existência de desigualdades, sendo a União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (2 185,7) aquela que apresente um índice de envelhecimento do edificado mais elevado, seguida da União de Freguesias de Arga (1 760), a União de Freguesias de Gondar e Orbacém (1 375) e Vilar de Mouros (1 222,2). Com menor índice de envelhecimento dos edifícios, apresenta-se a freguesia de Âncora (109,1), Dem (150) e Vile (160).

¹¹³ Rácio entre o número de edifícios construídos até 1960 e o número de edifícios construídos após 2011.

O envelhecimento dos edifícios da União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho registado na última década fica a dever-se à desaceleração da dinâmica de construção, fazendo com que o número de edifícios construídos até 1960 seja largamente superior ao registado após 2011 (por cada 100 edifícios construídos a partir de 2011, existiam 2 185,7 edificadas até 1960).

Mais se apurou que, desde o ano de 2001, se tem assistido a um declínio do número de edifícios construídos, sendo que o parque habitacional edificado a partir dessa data representa apenas 20,72% do total de edifícios clássicos existentes.

De forma a tornar evidente esta realidade, passa-se a analisar a evolução do número de edifícios concluídos no concelho de Caminha.

Tabela 100 | Evolução do número de edifícios concluídos no concelho de Caminha, por tipo de obra e destino da obra, 2011 e 2022

Período	Tipo de Obra								
	Total de obras de edificação			Construções novas			Ampliações, alterações e reconstruções		
	Destino da Obra								
	Total	Habituação Familiar	Outros	Total	Habituação Familiar	Outros	Total	Habituação Familiar	Outros
2001	160	150	10	131	127	4	29	23	6
2011	61	54	7	44	39	5	17	15	2
2021	27	24	3	23	21	2	4	3	1
2022	16	11	5	13	8	5	3	3	0
Variação 2011-2022	-45	-43	-2	-31	-31	0	-14	-12	-2

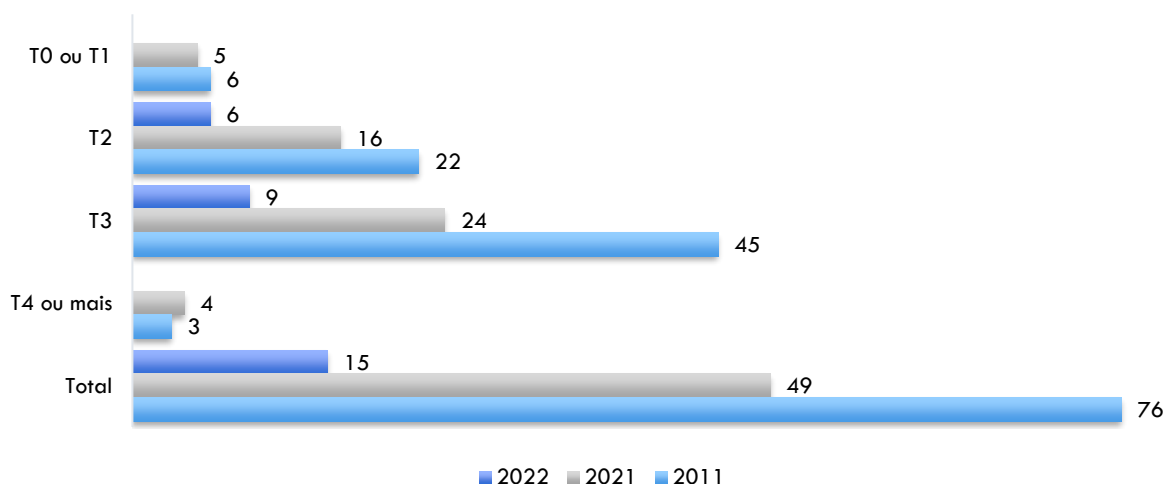
Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 12/10/2023 e atualizado a 04/06/2024)

No concelho de Caminha, no ano de 2022, foram concluídas 16 **obras de edificação**, número inferior ao registado em 2021 (27), em 2011 (61) e em 2001 (160), em resultado, nomeadamente, da crise económica e seus efeitos. Destas obras concluídas¹¹⁴, 13 diziam respeito a novas construções (8 destinadas a habitação familiar e 5 para outros fins) e 3 (habitações familiares) onde se procedeu a obras de ampliação, alteração ou reconstrução. Apesar da dinâmica de edificação, entre 2001 e 2022, ter abrandado (embora com uma intensidade menor à registada entre 2001 e 2011), nomeadamente

¹¹⁴ Por obras concluídas entende-se as obras que permitem dotar os edifícios de condições físicas para serem habitados ou utilizados, independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.

no que respeita a obras de edificação de habitação familiar, a construção de novos edifícios para afetar a uso habitacional mantém-se como a mais relevante.

Gráfico 208 | Evolução do número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, no concelho de Caminha, por tipologia, 2011-2022



Fonte: www.ine.pt (Acedido a 30/10/2023 e atualizado a 04/06/2024)

Como se pode observar no gráfico, entre 2011 e 2022, o concelho de Caminha assistiu a um decréscimo do número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (2011: 76; 2021: 49 e 2022: 15). Esta diminuição (-61 fogos) fez-se sentir com maior intensidade ao nível dos fogos de tipologia T3 (2011: 45; 2022: 9). Pese embora a ocorrência desta quebra, os fogos de tipologia T3 concluídos em novas construções continuaram, em 2022, a ser aqueles que conheciam uma maior representatividade no total dos fogos (60%). Esta tipologia de fogo representava, em 2021, 48,98% (24 de 49 fogos), sendo que, em 2011, esta prevalência era de 59,21% (45 de 76 fogos). Esta alteração pode estar associada a um conjunto de fatores, de entre os quais se pode referir a necessidade de maior rentabilização dos espaços/ganhos e, simultaneamente, o interesse do mercado em acompanhar a contração do número de elementos que compõem os agregados familiares.

Tabela 101 | Distribuição do número de edifícios do concelho de Caminha por tipo utilização, 2011-2021

Ano	Tipo de utilização					
	Edifício exclusivamente residencial (100%)		Edifício principalmente residencial (de 50% a 99%)		Edifício principalmente não residencial (até 49%)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2011	8 813	94,59	472	5,07	33	0,35
2021	9 536	99,81	18	0,19	0	0

Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 13/10/2023)

Como decorre da análise da tabela anterior, no que concerne ao tipo de utilização dos edifícios existentes, para os anos em questão, assiste-se ao **predomínio dos edifícios exclusivamente residenciais (9 536: 99,81%)**. Dentro destes, **confirma-se uma maior representatividade dos edifícios de habitação unifamiliar (8 374: 87,81%)**, seguidos dos edifícios exclusivamente residenciais que albergam entre cinco e nove alojamentos (433: 4,54%). Os edifícios ocupados exclusivamente para habitação com dois alojamentos surgem em terceiro lugar (406). Os edifícios com três alojamentos constituem aqueles com menor peso (87), ultrapassados pelos com quatro alojamentos (131) e dez ou mais alojamentos (105).

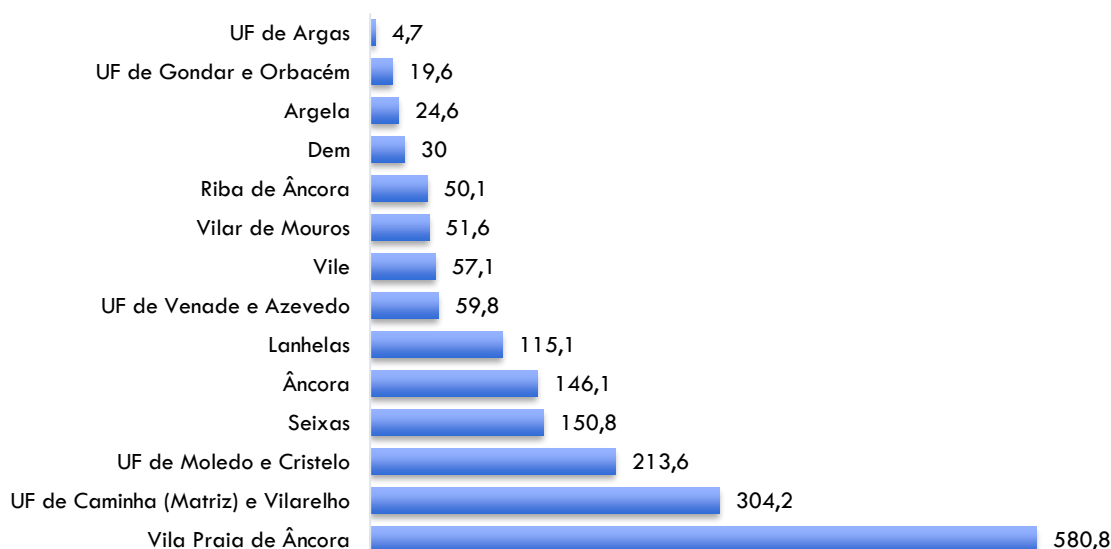
Tal como foi referido anteriormente, o concelho de Caminha contava, em 2021, com a existência de **14 378 alojamentos**, sendo que a sua grande maioria (99,92%: **14 366**) correspondem a **alojamentos familiares** (clássicos: 14 361; não clássicos: 5). Este valor corresponde a um aumento de 474 alojamentos por comparação aos dados de 2011 (13 892). Por seu turno, os **alojamentos coletivos** sofreram um decréscimo, passando dos 59 (48 estabelecimentos hoteleiros ou similares e 11 edifícios de habitação em convivências) para os **12** (5 estabelecimentos hoteleiros ou similares e 6 edifícios de habitação em convivência). Mais se refere que, dentro dos edifícios de habitação em convivência, o maior destaque vai para os alojamentos destinados ao apoio social (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas). A taxa de variação dos alojamentos, entre 2011 e 2021, era de 3,06%.

Relativamente aos **5 alojamentos familiares não clássicos** (-1 do que em 2011), de referir que se trata de alojamentos que não satisfaziam «(...) inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência»¹¹⁵. Assim, em 2021, existiam 5 agregados familiares (4 constituídos por um elemento e 1 constituído por cinco pessoas)

¹¹⁵ - Fonte: <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6512?modal=1>

a residir em alojamentos desadequados para o efeito (barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado em construção não destinada à habitação ou outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.). Deste modo, torna-se necessário definir estratégias de intervenção que permitam proporcionar aos agregados familiares a residir em alojamentos familiares não clássicos o acesso a soluções habitacionais condignas.

Gráfico 209 | Densidade de alojamentos por freguesia, 2021 (nº de alojamentos /km²)



Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 13/03/2023)

A **densidade dos alojamentos** (número de alojamentos /km²) era, em 2021, para o concelho de Caminha, de 105,3 alojamentos/km² (valor que ultrapassa a média nacional, da região Norte e da Sub-região do Alto Minho e o coloca como segundo concelho com maior densidade dos alojamentos, antecedido apenas pela sede do distrito, com 154,5 alojamentos/km²). Este indicador apresenta valores díspares entre as freguesias. De destacar que há uma maior concentração dos alojamentos nas freguesias do litoral e na órbita destas (Vila Praia de Âncora: 580,8; União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho: 304,2; União das Freguesias de Moledo e Cristelo: 213,6; Seixas: 150,8; Âncora: 146,1 e Lanhelas: 115,1). A União das Freguesias de Arga é a que dispõe de um menor número de alojamentos (4,7).

Deste modo, pode dizer-se que a dinâmica demográfica abordada no Capítulo 1, a qual deixou evidente o processo de litoralização da concentração da população, repercutiu-se também na distribuição territorial do edificado e dos alojamentos. Assim, em termos territoriais, assiste-se a uma maior concentração do parque habitacional no litoral.

Tabela 102 | Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no concelho de Caminha, por forma de ocupação, 2011-2021

Período	Forma de Ocupação							
	Residência habitual		Residência secundária		Vago para venda ou arrendamento		Vago por outros motivos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2011	6 172	44,45	6 780	48,83	571	4,11	363	2,61
2021	6 357	44,27	6 811	47,43	692	4,82	501	3,49
Variação	185	-0,18	31	-1,4	121	0,71	138	0,88

Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 08/08/2023)

Importa também atender à forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos existentes no território concelhio. Assim, constata-se que, tal como exposto na Tabela 3, em 2021, 6 357 alojamentos familiares clássicos existentes constituíam **residência habitual**, o que representa um aumento de 185 alojamentos face a 2011 (6 172).

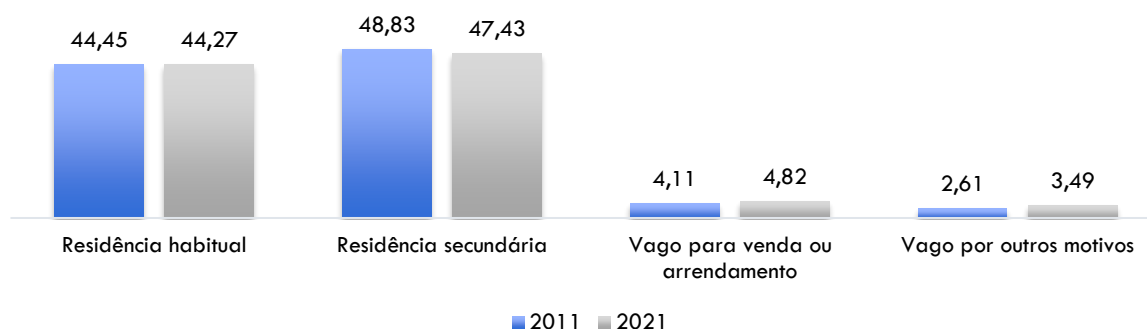
Os **alojamentos familiares clássicos alocados a residência secundária** eram 6 811. Comparativamente com o ano de 2011, assistiu-se a um aumento de 31 alojamentos familiares clássicos de segunda residência (6 780).

Os **alojamentos familiares clássicos vagos** totalizavam 1 193 (692 vagos para venda ou arrendamento e 501 vagos por outros motivos), o que representa 8,31% do total de alojamentos. Em 2011, os alojamentos vagos eram 934 (571 para venda ou arrendamento e 363 por outros motivos), pelo que se conclui que houve um aumento significativo no número de alojamentos vagos (259), nomeadamente entre aqueles que não estavam no mercado de venda ou de arrendamento. Deste modo, conclui-se que existe no concelho de Caminha um número não negligenciável de alojamentos familiares clássicos vagos, merecendo especial atenção aqueles que estão sem qualquer forma de ocupação e, simultaneamente, estão fora do mercado imobiliário.

Em suma, em dez anos, assistiu-se, no concelho de Caminha, a um aumento do número de alojamentos familiares clássicos, sendo que este se fez sentir com maior intensidade entre os alojamentos vagos e, dentro destes, o maior crescimento ocorreu entre os alojamentos vagos por outros motivos que não o facto de estarem à venda ou para arrendar.

Deste modo, conclui-se que o concelho de Caminha não é, maioritariamente, de residência, já que o número de alojamentos familiares clássicos de segunda habitação ultrapassam os de residência habitual.

Gráfico 210 | Evolução da proporção dos alojamentos familiares clássicos no concelho de Caminha, por forma de ocupação, 2011-2021 (%)

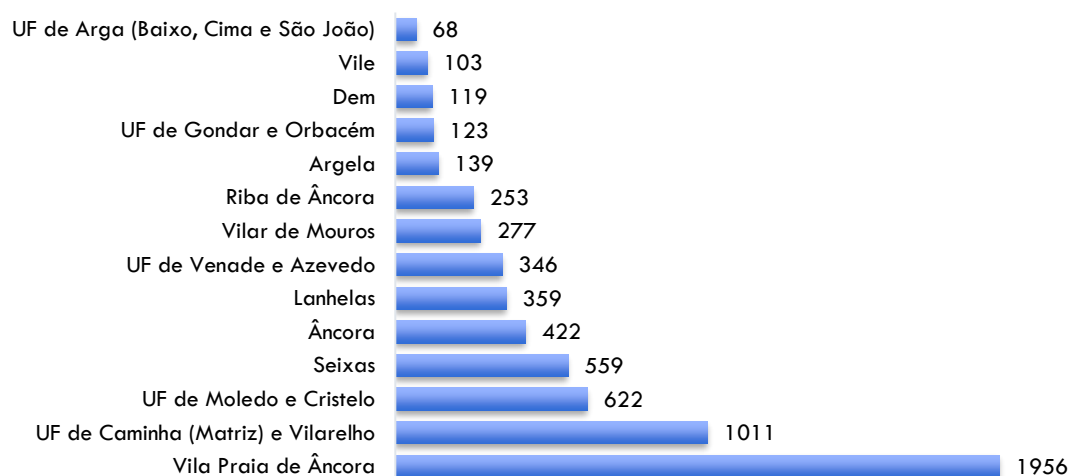


Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 08/08/2023)

Como está espelhado no gráfico anterior, no período em análise, os alojamentos familiares clássicos de residência habitual correspondiam a menos de metade (2011: 44,45%; 2021: 44,27%) do total de alojamentos familiares clássicos existentes no concelho de Caminha. De destacar que, entre 2011 e 2021, esta forma de ocupação perdeu peso (-0,18%).

Os alojamentos familiares clássicos ocupados como residência secundária, em 2021, correspondiam a **47,43%** do total dos alojamentos recenseados (-1,4%), **pelo que se conclui que o número de segundas habitações, no território concelhio, é superior ao das residências habituais**. Este facto é o reflexo do processo de turisificação de algumas das freguesias, em resultado da atratividade que o território exerce para acolher cidadãos vindos de outros concelhos e países.

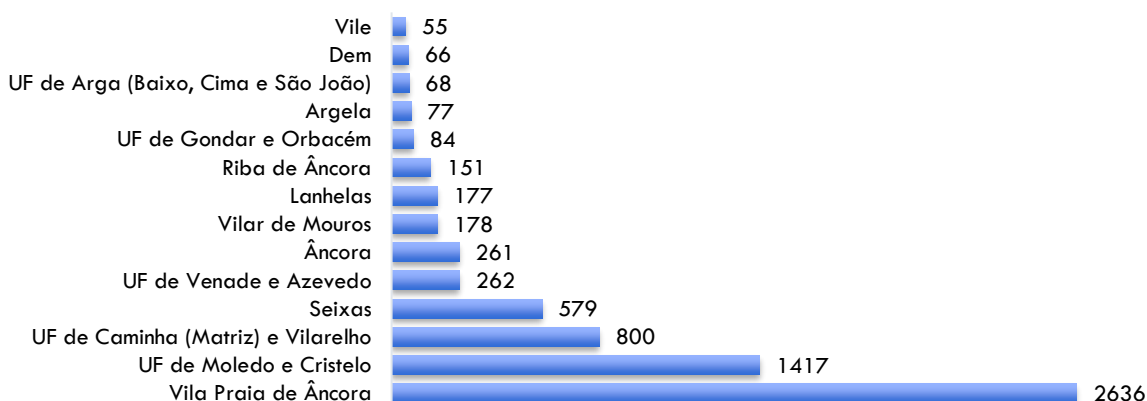
Gráfico 211 | Distribuição do número de alojamento familiares clássicos de residência habitual, por freguesia do concelho de Caminha, 2021



Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 09/03/2023)

Passando a analisar a forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos por freguesia, verifica-se que, em 2021, era em Vila Praia de Âncora (1 956: 30,77%) onde se concentrava, destacadamente, o maior número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, seguida da União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (1 011: 15,9%). Por seu turno, é nas freguesias do interior do concelho, que este parque apresenta menor representatividade, destacando-se a União das Freguesias de Arga (68: 1,07%), Vile (103: 1,62%), Dem (119: 1,87%) e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém (123: 1,93%). Fica assim evidente a atratividade das freguesias litorais para as populações e para o investimento da atividade da construção.

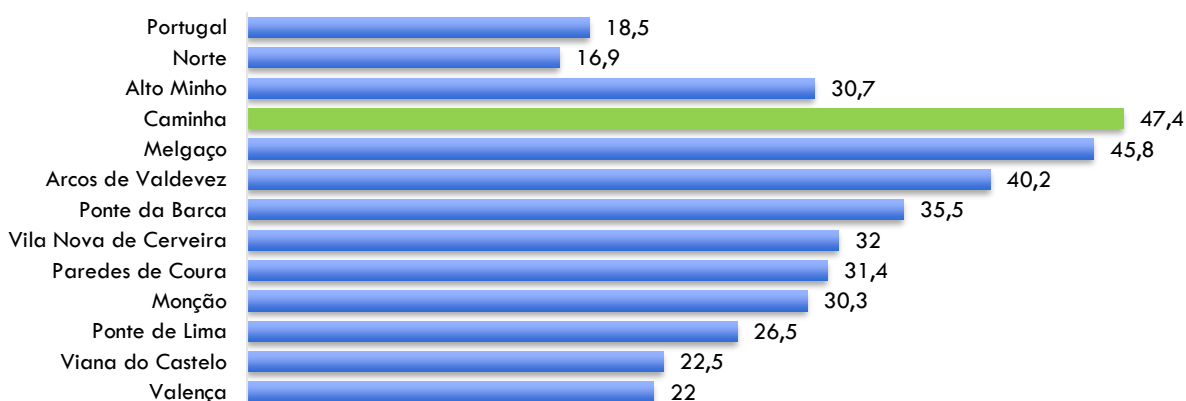
Gráfico 212 | Alojamentos familiares clássicos de residência secundária, por freguesia, 2021



Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 08/08/2023)

Na análise desagregada por freguesia, Vila Praia de Âncora evidencia-se também com o maior número de alojamentos familiares clássicos afetos a residência secundária (2 636), contrastando com Vile (55), sendo esta última aquela que apresenta um menor número de alojamentos familiares clássicos de segunda habitação.

Gráfico 213 | Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal, por concelho, 2021 (%)

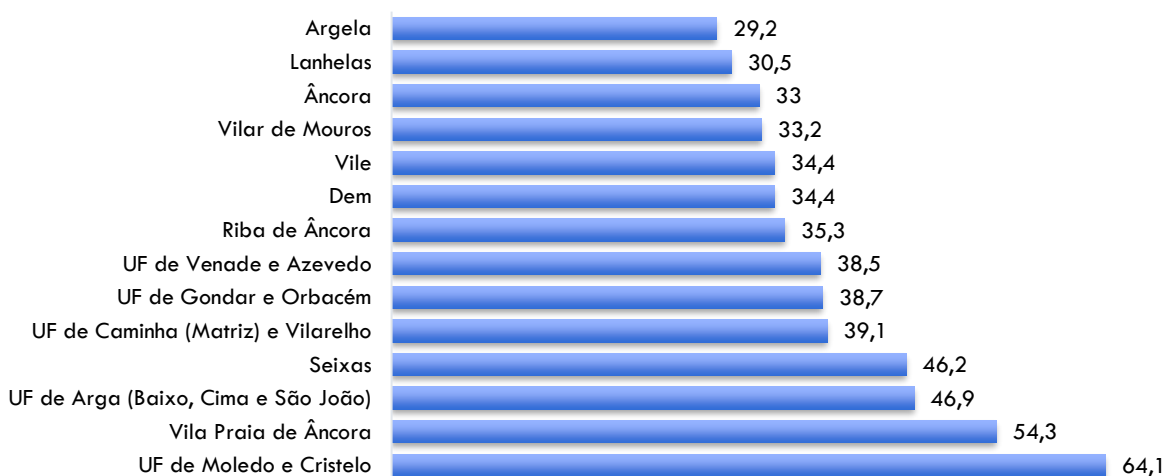


Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 24/08/2023)

Analisando a **proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal**, verifica-se que, no concelho de Caminha, em 2021, esta era de 44,7%, o que representa um decréscimo em relação a 2011 (48,8%).

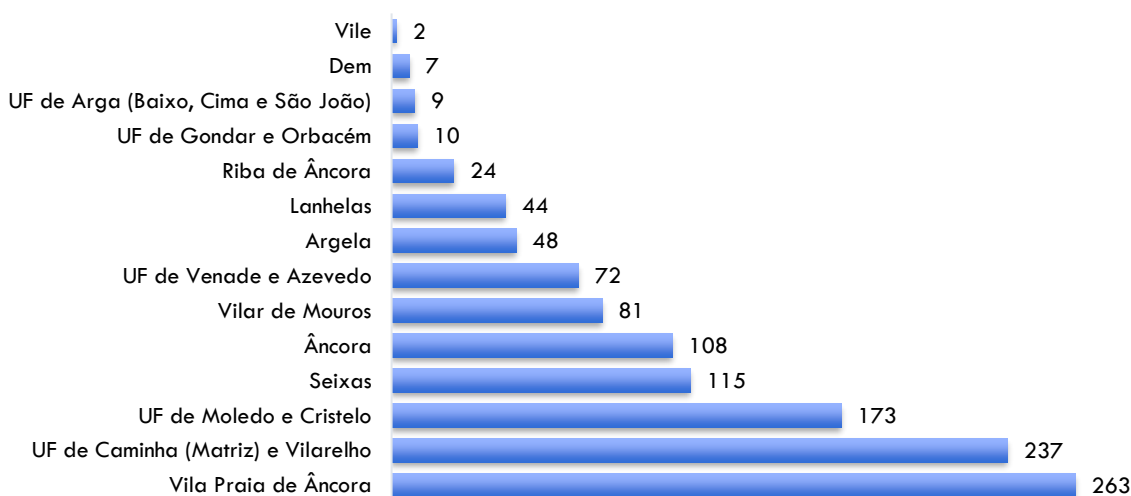
Tal como decorre dos dados apresentados no gráfico acima, Caminha é o concelho do Alto Minho com a mais elevada proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal, seguido de Melgaço (45,8) e de Arcos de Valdevez (40,2%). No extremo oposto estão os concelhos de Valença (22%), Viana do Castelo (22,5%) e Ponte de Lima (26,5).

Este indicador é, para o concelho de Caminha, superior aos valores médios do território nacional (18,5%), da região Norte (16,9%) e da sub-região do Alto Minho (30,7%).

Gráfico 214 | Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal, por freguesia, 2021 (%)


Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 24/08/2023)

Descendo à escala das freguesias, regista-se que é na União de Freguesias de Moledo e Cristelo onde este indicador apresenta valores mais elevados (64,1%), o que pode ser explicado por um conjunto de fatores, nomeadamente, do peso que a indústria do turismo desempenha, fazendo com que alguns dos alojamentos familiares clássicos sejam afetados à mesma. Por outro lado, não se pode deixar de destacar o facto de alguns dos alojamentos pertencerem a cidadãos oriundos de outras localidades do país e do estrangeiro, assim como a emigrantes que os usam apenas em determinados períodos do ano. A esta seguem-se a freguesia de Vila Praia de Âncora (54,3%), a União das Freguesias de Arga (46,9%), Seixas (46,2%) e a União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (39,1%).

Gráfico 215 | Número de alojamentos familiares clássicos vagos, por freguesia, 2021


Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 24/08/2023)

As freguesias com maior número de alojamentos vagos são: Vila Praia de Âncora (263), União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (237) e União das Freguesias de Moledo e Cristelo (173). A freguesia de Vile (2) é aquela que apresenta o menor número de alojamentos familiares clássicos vagos.

De referir que existe, nas várias freguesias do concelho, nomeadamente nas do litoral, um número significativo de alojamentos que não estão a cumprir o seu objetivo, servir de habitação familiar, e que se encontram fora do mercado de arrendamento e de venda. Estes imóveis poderiam ser canalizados para o mercado de arrendamento, após avaliação das condições de habitabilidade, de modo a suprir a falta de oferta que tem vindo a caracterizar a dinâmica habitacional do concelho.

De referir que o aumento do número de famílias clássicas, do qual se deu nota no capítulo 1, exige que se verifique um aumento da reserva mínima do mercado da habitação.

Tabela 103 | Evolução do número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual do concelho de Caminha, por forma de ocupação, 2011-2021

	2011		2021	
	N.º	%	N.º	%
Total	6 172	100	6 357	100
Propriedade ou copropriedade	4 832	78,3	4 709	74,1
Arrendamento ou subarrendamento	831	13,5	1 106	17,4
Outra situação	509	8,2	542	8,5

Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 29/10/2023)

Ao centrar a atenção no **regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos**, verifica-se que, segundo os dados dos censos, entre 2011 e 2021, a proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual **ocupados pelo proprietário**, no concelho de Caminha, **sofreu um decréscimo de 4,2 p.p.** (dos 78,3% passou para 74,1%). Este comportamento é o reflexo de um conjunto de fatores, de entre os quais se podem referir a instabilidade económica e a redução de rendimentos das famílias, a dinâmica de crescimento persistente do preço de venda das habitações que se tem vindo a registar, as restrições e os bloqueios no acesso ao crédito habitação (a compra de habitação geralmente exige o recurso ao financiamento), a mudança do estilo de vida das pessoas/famílias e das condições de trabalho e às novas exigências de mobilidade.

Em termos absolutos, eram, em 2021, 4 709 os alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados pelos proprietários. Apesar de se ter assistido a um decréscimo, não se pode deixar de notar

que este é o regime de ocupação mais representado, sendo que 74,1% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual são ocupados pelos proprietários.

Os alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados no regime de arrendamento ou subarrendamento, entre 2011 e 2021, aumentaram 3,9 p.p. (2011: 831, 13,5%; 2021: 1 106, 17,4%).

Os restantes 8,5% dos alojamentos familiares clássicos apresentavam outros regimes de ocupação, como, por exemplo, cedências sem lugar a um pagamento de renda. Assim, entre 2011 e 2021, os alojamentos familiares clássicos de residência habitual cuja ocupação se efetuava através de outro regime cresceu em 0,3 p.p.

Tabela 104 | Número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por forma de ocupação, por freguesia, 2021

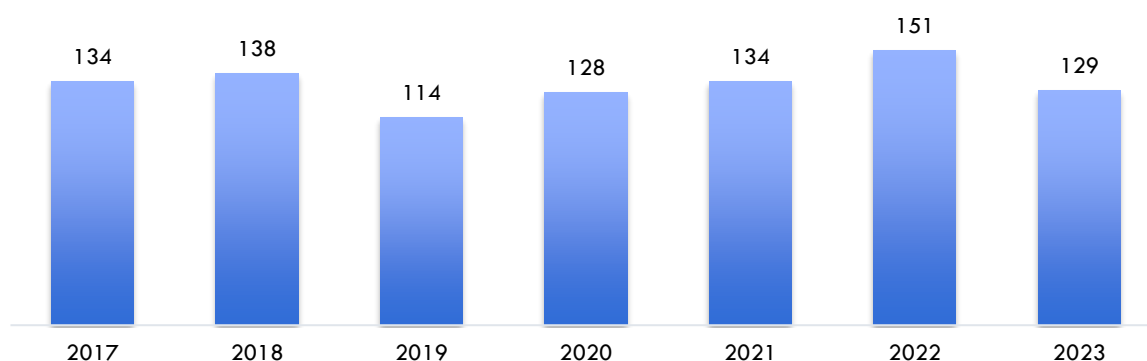
Território	Total	Propriedade ou copropriedade		Arrendamento ou subarrendamento		Outra situação	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Âncora	422	344	81,5	47	11,1	31	7,3
Argela	139	123	88,5	6	4,3	10	7,2
Dem	119	105	88,2	9	7,6	5	4,2
Lanhelas	359	281	78,3	48	13,4	30	8,4
Riba de Âncora	253	237	93,7	6	2,4	10	4,0
Seixas	559	420	75,1	100	17,9	39	7,0
UF de Arga (Baixo, Cima e S. João)	68	63	92,6	1	1,5	4	5,9
UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	1011	661	65,4	269	26,6	81	8,0
UF de Gondar e Orbacém	123	113	91,9	2	1,6	8	6,5
UF de Moledo e Cristelo	622	472	75,9	102	16,4	48	7,7
UF de Venade e Azevedo	346	307	88,7	15	4,3	24	6,9
Vila Praia de Âncora	1956	1252	64,0	487	24,9	217	11,1
Vilar de Mouros	277	239	86,3	11	4,0	27	9,7
Vile	103	92	89,3	3	2,9	8	7,8

Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 29/10/2023)

Em 2021, em todas as freguesias do concelho de Caminha, o regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos mais representativo era a propriedade ou copropriedade, registando valores entre os 64% e os 93,7%). É nas freguesias interiores do concelho que a proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual assume maior relevância (Riba de Âncora: 93,7%; UF Arga: 92,6%; UF de Gondar e Orbacém 91,9%). À medida que se avança para as freguesias do litoral este regime de ocupação, embora seja superior aos demais, vai perdendo peso (Lanhelas: 78,3%; UF de Moledo e Cristelo: 75,9%; Seixas: 75,1%, UF Caminha (Matriz) e Vilarelho: 65,4% e Vila Praia de Âncora: 64%).

Por seu turno, a proporção de **alojamentos familiares clássicos ocupados por arrendatários ou por pessoas em situação de subarrendamento**, em 2021, assume valores mais elevados nas freguesias do litoral (por exemplo, 26,6% na União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho; 24,9% em Vila Praia de Âncora; 17,9% em Seixas; 16,4% na União de Freguesias de Moledo e Cristelo; 13,4% em Lanhelas). Nas freguesias localizadas nas zonas mais interiores do concelho, os valores deste indicador são residuais (1,5% na União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João); 1,6 na União das Freguesias de Gondar e Orbacém; 2,4% em Riba de Âncora; 2,9% em Vile). Esta realidade é o reflexo do impacto da cultura enraizada na população mais idosa da casa para toda a vida, assim como, do défice de atratividade que estas áreas exercem sobre a população que pretende estabelecer-se no concelho.

Gráfico 216 | Evolução do número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, 2017-2023



Fonte: www.ine.pt (Acedido a 11/09/2023 e atualizado a 04/06/2024)

Pela análise dos dados relativos ao número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, para o período de 2017 a 2023, constata-se que a evolução não é linear. Em 2023, registaram-se 129 novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, sendo que este valor representa a celebração de menos 5 novos contratos do que em 2017. Foi no ano de 2022 que este indicador assumiu o valor mais elevado (151), representando um aumento de 17 novos contratos de arrendamento face ao ano anterior. No ano de 2019, vivenciou-se um decréscimo significativo (-24) do número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares face ao ano anterior (114 e 138, respetivamente).

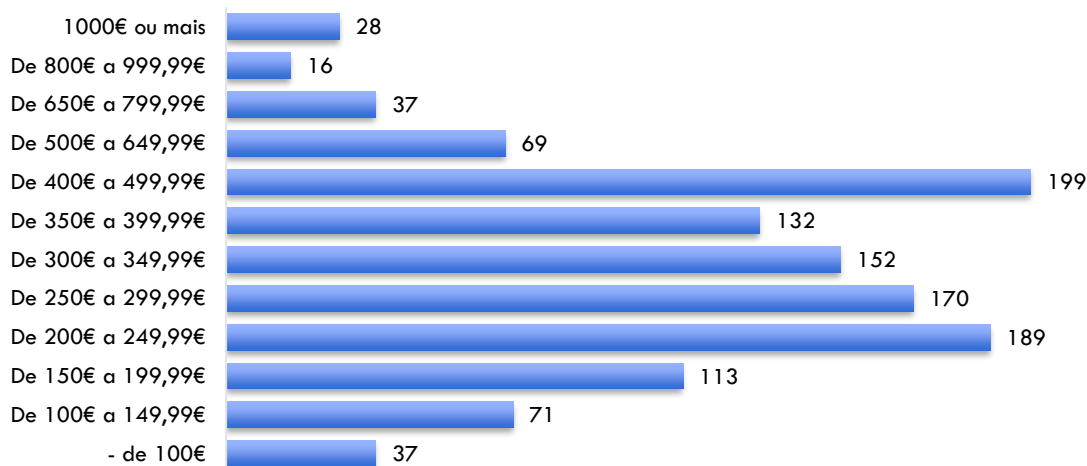
Porém, os agentes no terreno dão nota da existência de uma contração da oferta de alojamento no mercado de arrendamento para fins de habitação permanente. Pese embora a experiência dos agentes (técnicos e cidadãos) não seja suficiente para obtenção de uma representação fiel da realidade do concelho, a verdade é que a mesma pode funcionar como um indicador/alerta a considerar para

compreender a dinâmica do mercado de arrendamento e das dificuldades sentidas/vividas, nomeadamente pela população com menores recursos financeiros, aquando da procura de soluções habitacionais condignas e ajustadas ao rendimento familiar disponível.

5.1.2. Preços do Mercado Habitacional

Outra das questões que importa aqui analisar, dado o seu impacto no acesso à habitação por parte da população, bem como, na capacidade de atração e fixação de novos residentes no território, prende-se com os preços praticados no mercado imobiliário ao nível da aquisição e do arrendamento. O peso que os custos que os agregados domésticos têm de enfrentar mensalmente com a habitação (prestação com o crédito habitação ou renda) assume-se, em muitas situações, como um fator de vulnerabilidade.

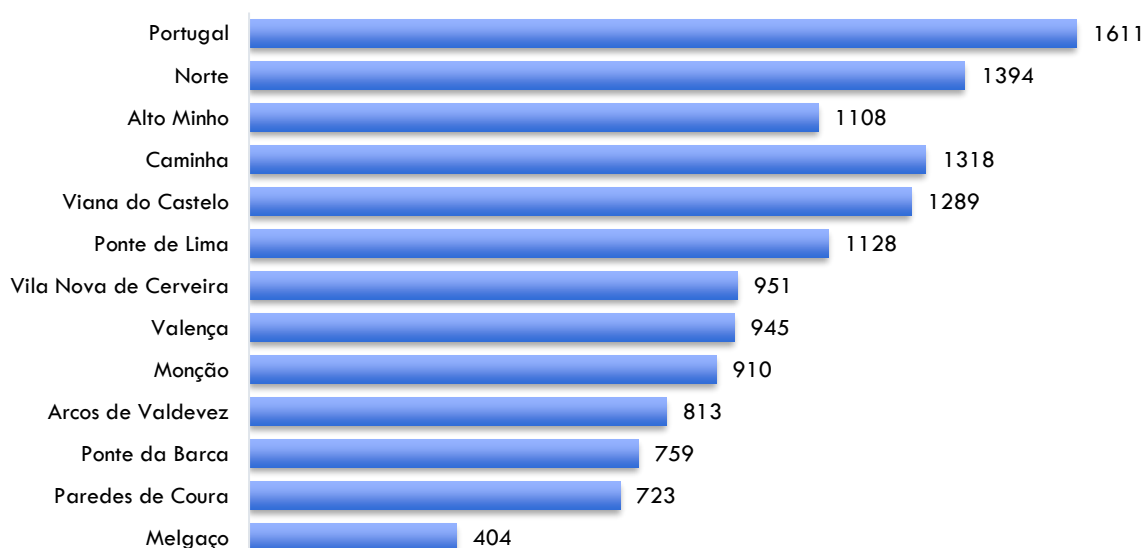
Gráfico 217 | Alojamentos familiares clássicos do concelho de Caminha de residência habitual propriedade dos ocupantes por escalão de encargos financeiros devidos à aquisição, 2021



Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 04/06/2024)

De acordo com os dados dos Censos 2021, no concelho de Caminha, dos 4 709 alojamentos ocupados pelo proprietário como residência habitual 74,24% (3 493 alojamentos) não implicavam qualquer encargo. Os restantes alojamentos (1 213: 25,76%) tinham encargos financeiros mensais devidos à aquisição. Do total de proprietários com encargos financeiros mensais 28,77% (348 alojamentos) tinham que fazer face a um encargo mensal superior a 400€. O escalão de encargo com maior incidência era o dos 400€ aos 499,99€, com 199 alojamentos.

Gráfico 218 | Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, por localização geográfica, 2023 (€)

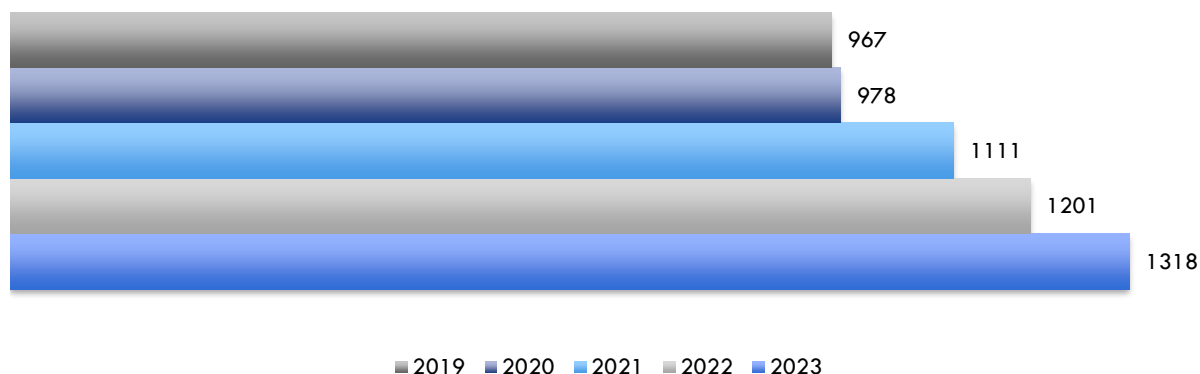


Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 04/06/2024)

Pela análise dos dados apresentados no gráfico anterior constata-se que, no que concerne ao **valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares**, o concelho de Caminha era, em 2023, o concelho do Alto Minho com preços mais elevados (1 318€/m²). Também se depreende que este valor, embora fosse inferior ao valor médio deste indicador para a região Norte (1 394€/m²) e para Portugal (1 611€/m²), ultrapassa significativamente o valor médio do mesmo para a Sub-região do Alto Minho (1 108€/m²).

De referir que, em 2023, o valor observado no concelho de Caminha (1 318€/m²) para este indicador, o qual se enquadra no âmbito do 11.º ODS, meta 11.1 («Até 2023, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível (...)»), é melhor que o valor base definido (2019: 1 546€/m²). Porém, de acordo com o valor projetado para 2030 (1 948€/m²) e considerando a tendência atual, este indicador ficará muito distante do valor-meta definido (320€/m²). Deste modo, conclui-se que, mantendo-se a lógica de aumento do valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, está posto em causa o acesso por um número significativo de famílias, especialmente as que vivenciam situações-problema de vulnerabilidade socioeconómica, à habitação própria. Os preços praticados assumem-se, assim, como um elemento promotor da desigualdade social.

Gráfico 219 | Evolução do valor das vendas por m² de alojamentos familiares, no concelho de Caminha, 2019-2023 (€)

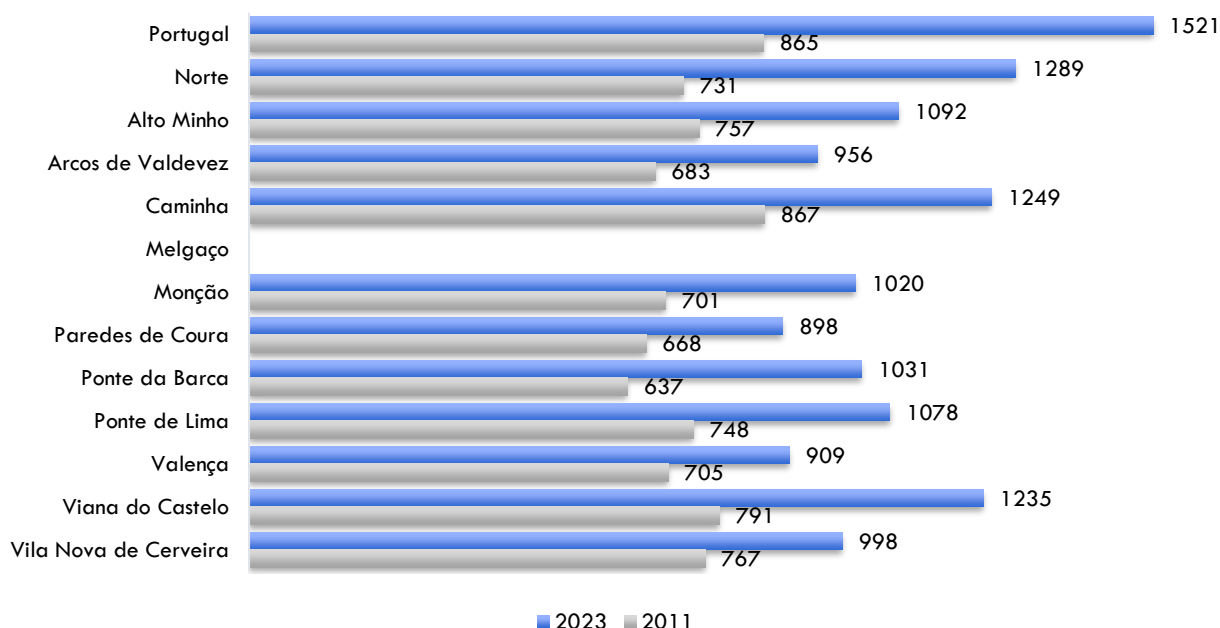


Fonte: (Acedido a 04/06/2024)

Analisando a evolução do valor das vendas por m² de alojamentos familiares, no concelho de Caminha, entre 2019 e 2023, verifica-se que o mesmo aumentou em cerca de 351€/m². Mais se constata que o maior aumento se fez sentir entre o ano de 2020 e 2021, o qual atingiu os 133€/m². Esta evolução permite concluir que o acesso à habitação própria torna-se cada vez mais difícil para as famílias, nomeadamente se for considerada a tendência crescente das taxas de juro do crédito habitação.

Outro indicador que importa aqui analisar é o Valor Mediano de Avaliação Bancária, o qual reflete o valor pelo qual as entidades bancárias avaliam os alojamentos destinados à habitação.

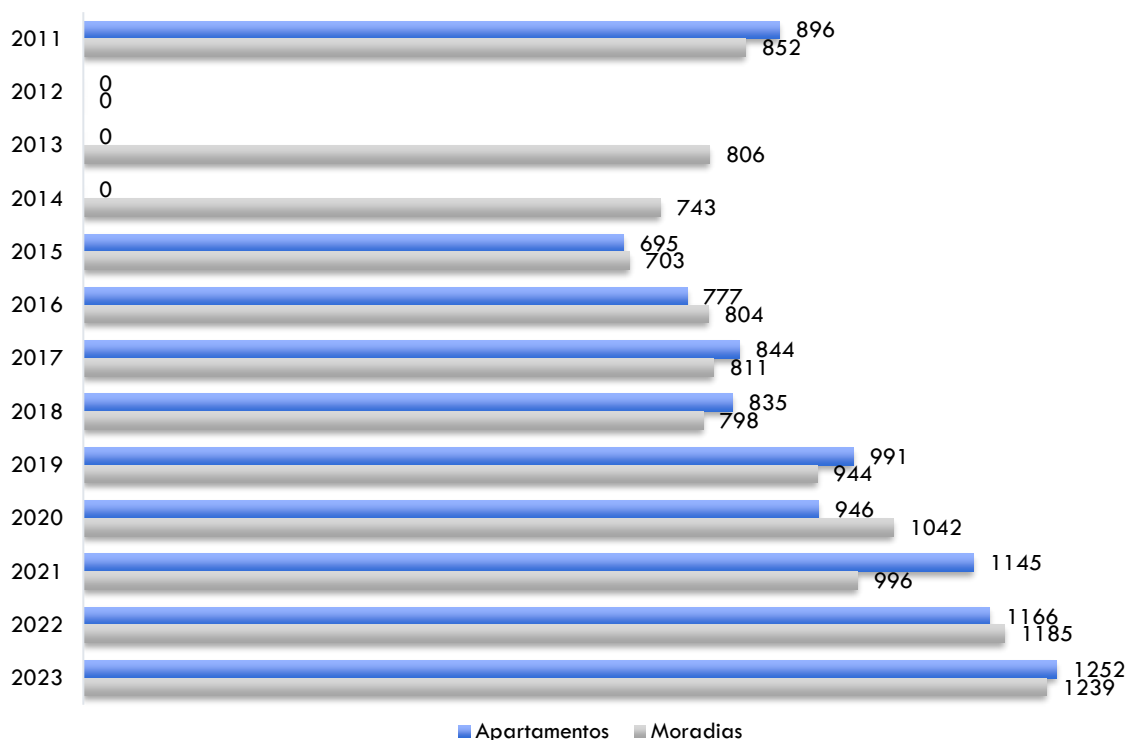
Gráfico 220 | Evolução do valor mediano de avaliação bancária dos alojamentos residenciais, por localização geográfica, 2011-2023 (€/m²)



Fonte: www.ine.pt (Acedido a 31/10/2023 e atualizado a 22/06/2024)

Segundo os dados disponibilizados pelo INE, os quais constam no gráfico acima, o **valor mediano de avaliação bancária total por m²** dos alojamentos que no concelho de Caminha que eram alvo de financiamento bancário, em 2023, era de 1 249€/m², sendo aquele que apresenta uma avaliação bancária mais elevada entre todos os municípios da sub-região do Alto Minho. De referir que este é o valor mais elevado registado desde 2011 (867€/m²). Em todos estes municípios os valores registados em 2023 eram significativamente superiores aos de 2011. Nesse ano, o território era já aquele que apresentava valores mais elevados.

Gráfico 221 | Evolução do valor mediano de avaliação bancária dos alojamentos residenciais no concelho de Caminha, por tipo de construção, 2011-2023¹¹⁶ (€/m²)



Fonte: www.ine.pt (Acedido a 31/10/2023)

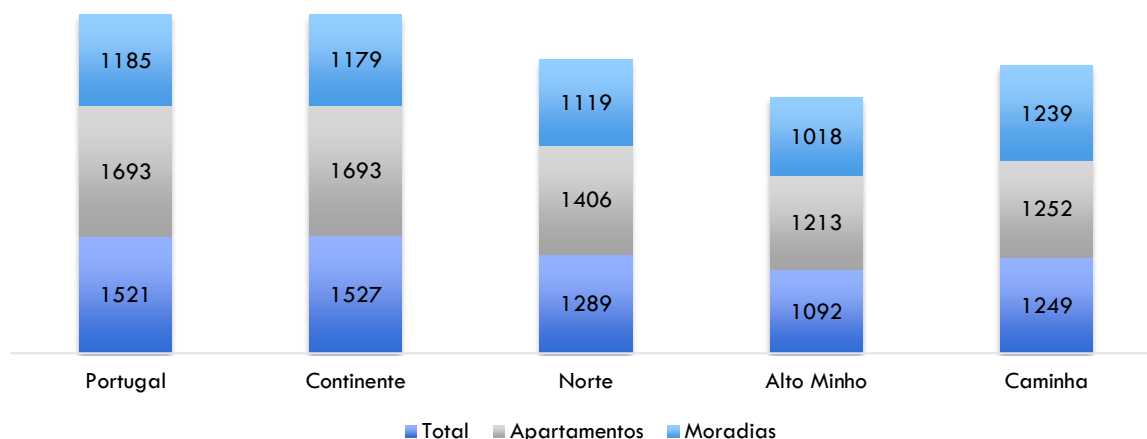
Pela análise dos dados disponíveis, no concelho de Caminha o valor mediano de avaliação bancária dos apartamentos fixou-se, em 2023, nos 1 252€/m² e das moradias nos 1 239€/m². Em ambas as tipologias de construção, estes valores representam um acréscimo face ao ano de 2011 (apartamentos: 896€/m²; moradias: 852€/m²). De acordo com os dados disponíveis, o ano de 2023 foi aquele em que a avaliação bancária dos apartamentos e moradias alvo de financiamento apresentou o valor mais elevado. O ano de 2015 foi aquele que assinalou valores mais baixos (apartamentos: 695€/m²; moradias 703€/m²). Esta evolução não foi linear, tendo oscilado entre períodos de aumento e outros de quebra deste indicador. Assim, em termos gerais, entre 2011 e 2023, o valor mediano de avaliação bancária dos apartamentos aumentou em cerca de 356€/m².

No caso das moradias, este indicador apresentou, entre 2011 e 2023, momentos marcados pelo declínio (entre 2011 e 2015; 2017 e 2018; 2020 e 2021), passando a crescer desde 2021. Não se pode deixar de fazer constar que no ano de 2020, época caracterizada pela pandemia de COVID-19, as

¹¹⁶ Os dados que constam como “0” no gráfico dizem respeito a valores considerados confidenciais pelo INE.

avaliações da banca situaram-se nos 1 042€/m², segundo valor mais elevado no período entre 2011 e 2022 (1 185€/m²).

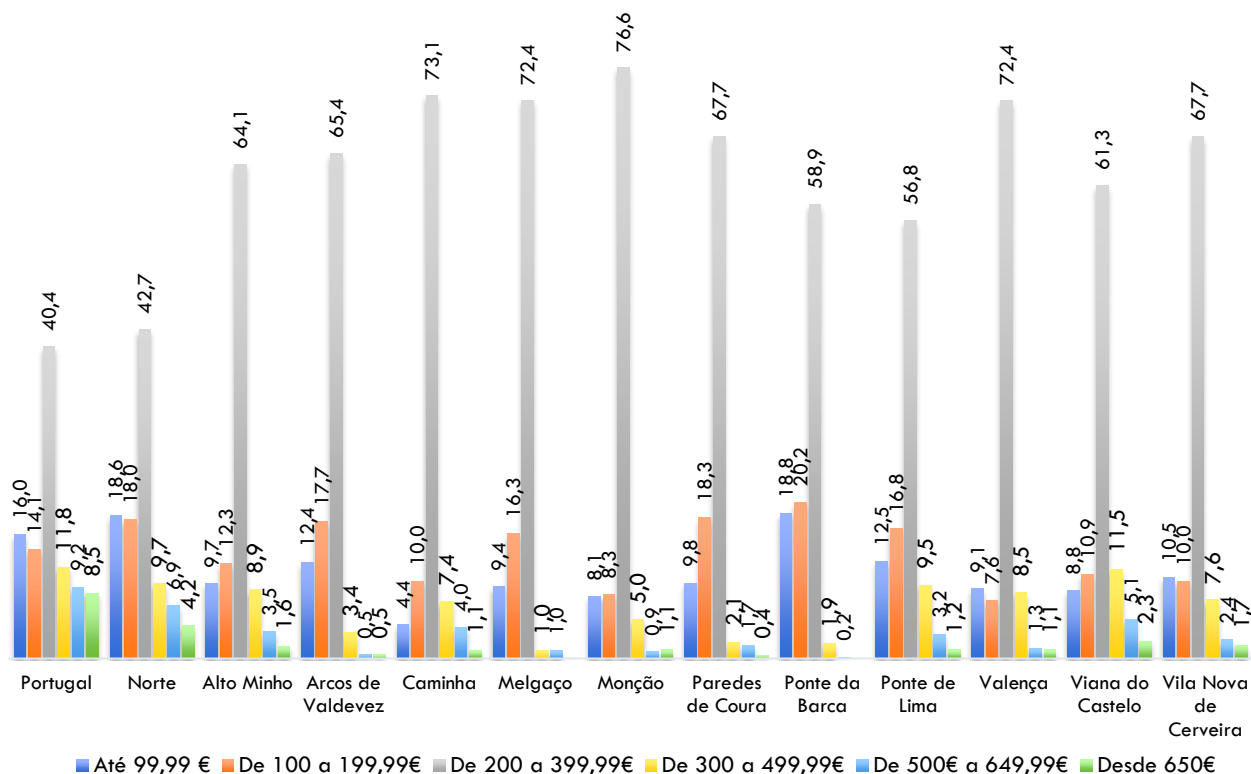
Gráfico 222 | Valor mediano de avaliação bancária dos alojamentos residenciais, por tipo de construção, 2023 (€/m²)



Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 22/06/2024)

Em termos comparativos, o valor mediano de avaliação bancária total registado no concelho de Caminha, em 2023, era de 1 249€/m², situando-se acima da média da sub-região do Alto Minho (1 092€/m²), mas abaixo dos valores médios da região Norte (1 289€/m²), do Continente (1 527€/m²) e do país (1 521€/m²). Relativamente, ao valor mediano da avaliação bancária dos apartamentos, este era, no território concelhio (1 252€/m²), superior à média da sub-região do Alto Minho (1 213€/m²) e inferior ao verificado, em termos médios, na região Norte (1 406€/m²), no Continente (1 693€/m²) e no país (1 693€/m²). Ao atendermos aos valores medianos de avaliação bancária das moradias, o cenário altera-se, pois, no concelho de Caminha, este atingia os 1 239€/m², situando-se dos valores médios deste indicador na sub-região do Alto Minho (1 018€/m²), da região Norte (1 119€/m²), do Continente (1 179€/m²) e do país (1 185€/m²).

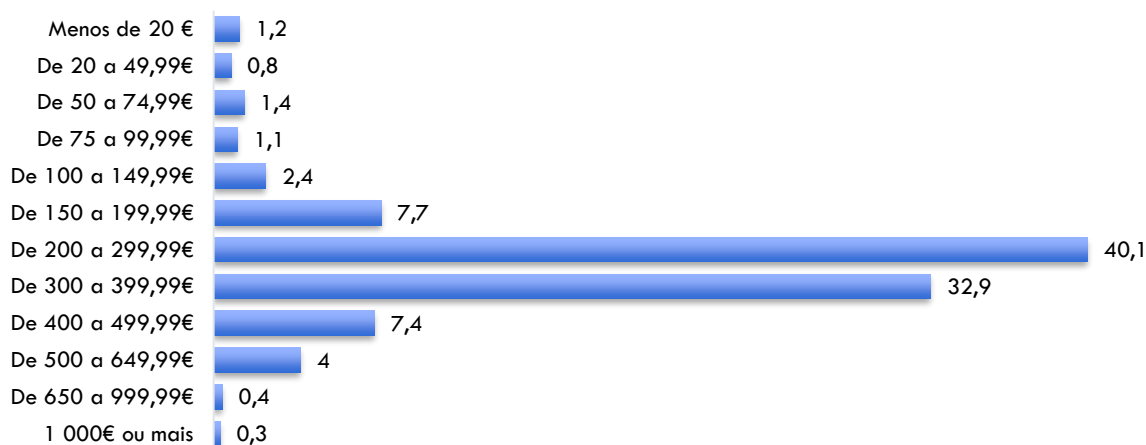
Gráfico 223 | Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por escalão do valor mensal da renda, 2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 22/06/2024)

Como se depreende pela análise dos dados relativos à **proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por escalão do valor da renda mensal**, em 2021, em todos os concelhos da sub-região do Alto Minho, a maior parte dos alojamentos comportavam para os inquilinos um encargo com o pagamento da renda entre os 200€ e os 399,99€. No território concelhio, este escalão do valor da renda mensal correspondia a 73,1% dos alojamentos arrendados de residência habitual, situando-se abaixo do que se registou no concelho de Monção (76,6%). Nos demais concelhos, apesar de maioritário, este escalão do valor da renda assume um peso menor, tal como acontecia, em termos médios, no território nacional (40,4%), na região Norte (42,7%) e na sub-região do Alto Minho (64,1%).

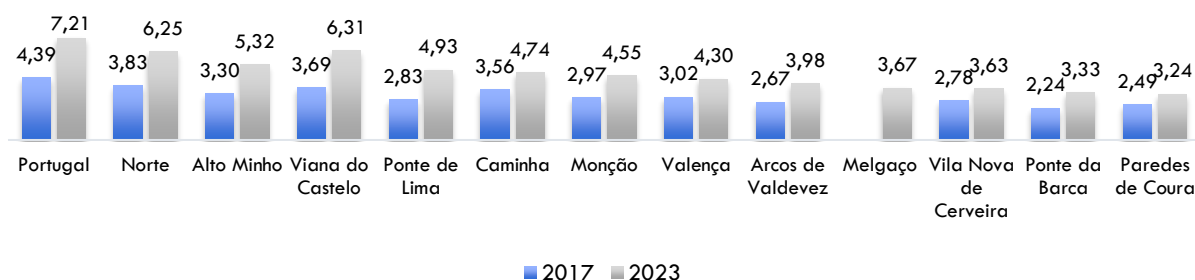
Gráfico 224 | Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual do concelho de Caminha, segundo o escalão da renda, 2021 (%)



Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 31/10/2023)

Concentrando a análise na realidade do concelho de Caminha e desagregando ainda mais os escalões do valor da renda mensal, por comparação ao efetuado anteriormente, conclui-se que, como decorre da leitura do gráfico anterior, em 2021, o escalão das rendas dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, com maior peso era o dos 200€ aos 299,99€, com uma proporção de 40,1% do total (444 alojamentos). A este segue-se o escalão de 300 a 399,99€ (32,9%: 364 alojamentos). A proporção de alojamentos com rendas mensais inferiores a 20€ situava-se nos 1,2% (13 alojamentos), os quais diziam respeito a contratos de arrendamento de longa duração.

Gráfico 225 | Evolução do valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, por localização geográfica, 2017-2023¹¹⁷(€/m²)

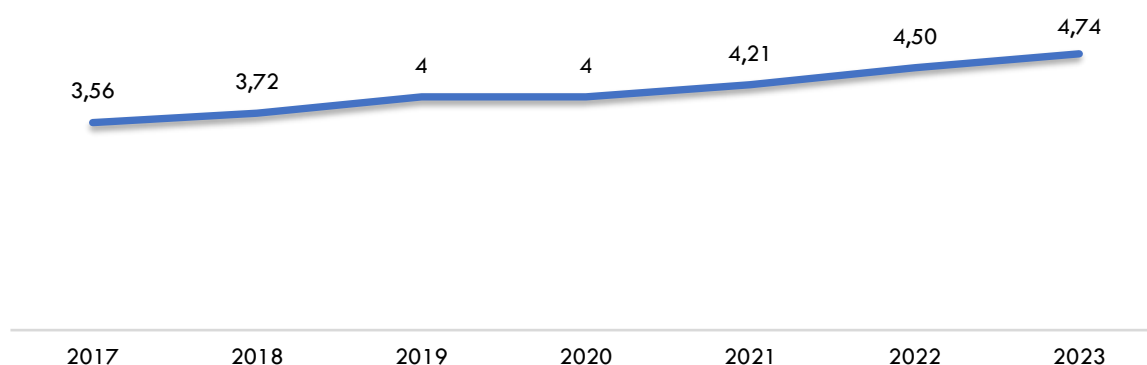


Fonte: www.ine.pt (Acedido a 30/07/2023)

¹¹⁷ Nota: Os concelhos de Melgaço e Paredes de Coura não constam do gráfico, visto que, de acordo com a fonte de informação consultada, os dados para os mesmos são nulos ou não aplicáveis.

Como se observa no gráfico anterior, a evolução do valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares registadas, entre 2017 e 2023, sofreu, em todos os territórios, um aumento significativo. O maior aumento teve lugar no concelho de Viana do Castelo, tendo passado dos 3,69€/m² para os 6,31€/m². O aumento menos acentuado aconteceu no território do concelho de Paredes de Coura, 0,75€/m². O concelho que, em 2023, apresentava um valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares mais elevado era Viana do Castelo, com 6,31€/m². O concelho de Caminha, em 2023, com um valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares de 4,74€/m², ocupava o terceiro lugar dos que apresentavam valores mais elevados. Assim, pode dizer-se que, nesse ano, o valor deste indicador registado no concelho de Caminha era inferior à média da sub-região do Alto Minho (5,32€/m²), da região Norte (6,25€/m²) e de Portugal (7,21€/m²).

Gráfico 226 | Evolução do valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, no concelho de Caminha, 2017-2023 (€)

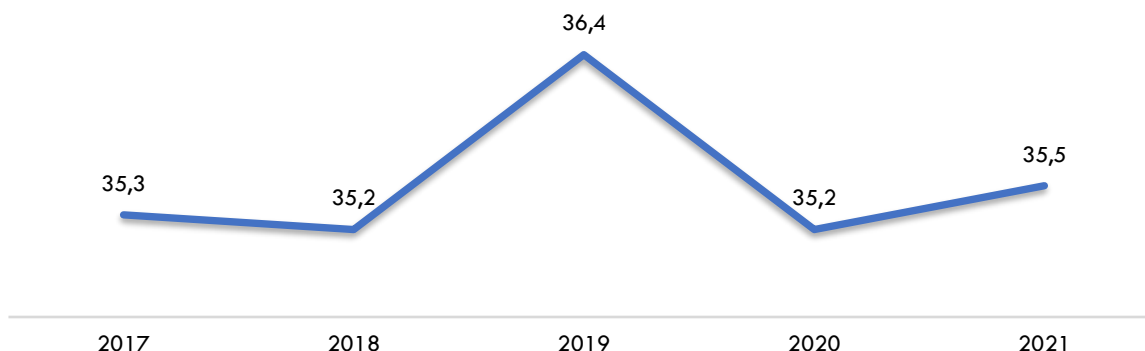


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 05/06/2024)

Ao analisar a evolução do valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares no território concelhio, constata-se que o mesmo, entre 2017 (primeiro ano de observação deste indicador) e 2023, tem registado um aumento, tendo passado dos 3,56€ para os 4,74€, respetivamente.

A evolução dos preços praticados no mercado privado de arrendamento de alojamentos familiares está marcada pelo aumento significativo dos mesmos, nomeadamente se considerarmos o impacto destes nos orçamentos familiares e na produção de situações-problema de fragilidade habitacional, reforçando a vulnerabilidade das famílias com baixos rendimentos.

Gráfico 227 | Evolução do rácio entre os valores de arrendamento de habitação e rendimento, concelho de Caminha, 2017-2021 (%)



Fonte: https://odslocal.pt/caminha?indicator_id=145&sdg=1&tabId=tab-indicators (Acedido a 22/06/2024).

Como demonstram os dados do gráfico, no concelho de Caminha, no ano de 2021, os agregados domésticos com encargos financeiros com o pagamento de renda da habitação, em média, afetavam a essa despesa 35,5% do rendimento disponível.

De acordo com os dados disponibilizados no âmbito dos ODS, o rácio entre os valores de arrendamento de habitação e o rendimento¹¹⁸ tem sofrido oscilações, sendo que, em 2021, o mesmo aumentou em 0,3 p.p. face ao ano anterior (2020: 35,2% e 2021: 35,5%). Os anos de 2018 e 2020 foram aqueles em que este indicador atingiu os valores mais baixos do período em análise (ambos com 35,2%).

Se a tendência se mantiver, até 2030, não se conseguirá atingir o valor-meta estabelecido (22,3%), esperando-se que o mesmo se situe em 36,8%, o que representa um aumento face aos valores registados desde 2017. Deste modo, pode concluir-se que se não existirem intervenções que despoletem alterações na tendência atual, o peso das despesas com a habitação no orçamento das famílias irá aumentar, o que exigirá um maior esforço por parte das mesmas. Estes dados permitem concluir que a taxa de esforço dos indivíduos e/ou agregados familiares com encargos habitacionais tem vindo a aumentar, pelo que se torna premente o estabelecimento de critérios mais positivos para o acesso à habitação para as classes menos favorecidas.

¹¹⁸ «Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares x área mediana das rendas de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares) / (valor mediano do rendimento bruto deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal / 12)] x 100. Para efeito de cálculo deste indicador assume-se, para todas as unidades territoriais, o valor da área mediana das rendas de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares para Portugal em 2017: 81 m²)» (Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Plataforma Municipal - Caminha (odslocal.pt) (Acedido a 31/10/2023).

De referir que pela análise da informação disponível no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), não existe no território concelhio oferta de habitação integrada no mercado de arrendamento acessível.

Tendo por base os pedidos de apoio que chegaram às entidades competentes e a experiência dos técnicos, considera-se que o acesso à habitação é um problema que assume grande relevância no território concelhio, o que tenderá a agravar-se em resultado da atual conjuntura económica, marcada pelo aumento do esforço suportado pelos indivíduos e as famílias com os encargos com a habitação (pagamento das rendas ou prestações bancárias, assim como das despesas relativas à eletricidade, gás, água, etc.).

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que o peso dos custos com a habitação se assumem como um constrangimento à efetivação do direito à habitação. Por outro lado, de acordo com os parceiros sociais, o aumento do valor das rendas praticados no mercado de arrendamento livre que se tem verificado no concelho de Caminha conjugado com a fraca oferta de habitação para arrendar e adquirir a custos controlados têm funcionado comum constrangimento à fixação e à atração de novos moradores.

5.1.3. Habitação Social e Acessível

Uma vez analisadas as principais características do mercado habitacional livre e considerando que, tal como se acaba de explicar, o impacto elevado que os encargos com a habitação têm no orçamento familiar, torna-se necessário caracterizar o mercado local ao nível da habitação social e acessível e avaliar a capacidade de resposta instalada para acorrer às necessidades identificadas.

Atendendo à sobrevalorização dos preços praticados no mercado da habitação (rendas e vendas), do qual se deu nota no subcapítulo anterior, no concelho de Caminha, à semelhança do que acontece em termos nacionais, é evidente a falta de habitação acessível. A superação/minimização deste grave problema social exige o desenvolvimento de uma ação musculada dos vários agentes nacionais, regionais e locais (organismos públicos, entidades do terceiro setor e a comunidade em geral), em linha com a Nova Geração de Políticas de Habitação¹¹⁹.

¹¹⁹ «A Resolução de Conselho de Ministros n.º 50 A/2018, de 2 de maio, veio estabelecer o sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH).» (Fonte: <https://www.portaldahabitacao.pt/nova-geracao-de-politicas-de-habitacao>)

Importa dar nota que a oferta existente no concelho de Caminha em matéria de habitação social e acessível é assegurada pela Administração Central, através do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), pela Autarquia e pelas Juntas de Freguesia.

O IHRU dispõe, na União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho, de um parque habitacional social e acessível constituído por 17 fogos, distribuídos por 6 edifícios. Destes, 2 são T2, 6 são T3 e 9 são T4.

Do total de fogos propriedade do IHRU, 15 estão ocupados, o que permite concluir que a taxa de ocupação é 88,24%. O valor da renda paga pelos agregados familiares a residir nestes fogos é compatível com os seus rendimentos. De referir que a grande maioria dos inquilinos destes fogos residem nos mesmos há mais de duas décadas. Mais se acrescenta que, em resultado do ciclo de vida em que se encontram as famílias que residem nestes fogos, a grande maioria destes encontram-se sublotados (13 fogos: 87%). Dos agregados familiares aqui residentes, 33,33% (5 agregados familiares) constituem famílias monoparentais femininas com filhos maiores de idade. São 26,67% (4) os fogos que albergavam agregados familiares unipessoais, 20% (3) dos agregados familiares eram nucleares conjugais sem filhos e 13,33% (2) nucleares conjugais com filhos. Apenas um agregado familiar é alargado.

Dois dos fogos (1T3 e 1T4) encontravam-se, à data de elaboração do presente documento, arrendados ao Município de Caminha para que este os disponibilize a custos acessíveis no mercado de sub-arrendamento, sendo que os mesmos, à data de assinatura do contrato, estavam desocupados, em resultado do óbito dos moradores.

No que concerne à execução de obras nos fogos propriedade do IHRU, de referir que, nos últimos dez anos, as intervenções que tiveram lugar destinaram-se a reparações pontuais ao nível dos portões, caleiras, ...

O Município de Caminha é proprietário de 2 fogos alocados à habitação social (2 T3), sitos no denominado “Bairro dos Pescadores”, na freguesia de Vila Praia de Âncora. Estes fogos estão, à data de elaboração deste documento, ocupados, situação que se regista há vários anos. De referir que este bairro, construído entre 1949 e 1950, possui 30 fogos, sendo que os restantes 28 fogos foram adquiridos por privados, deixando de integrar o mercado público de habitação social.

De referir ainda que, ao abrigo do Protocolo de Concessão de Utilização de Bens do Domínio Público Ferroviário, celebrado entre a Rede Ferroviária Nacional – REFER, EP e o Município de Caminha, a 09

de março de 2006, foi conferido a este o direito de utilizar, 2 fogos (2 T2), os quais estão, atualmente, ocupados há mais de uma década pelo mesmo agregado familiar.

Conclui-se que, relativamente aos fogos propriedade ou sob a gestão do Município, não houve lugar à celebração de novos contratos de arrendamento nos últimos 10 anos. Mais se acrescenta que 3 fogos foram, no último ano, alvo de obras de conservação.

A autarquia, com o intuito de conseguir mapear as habitações sociais e acessíveis cuja propriedade pertence às autarquias locais efetuou um trabalho de auscultação dos executivos das Juntas e Uniões de Freguesia do concelho de Caminha.

Assim, foi possível verificar que as Uniões de Freguesia de Moledo e Cristelo, Gondar e Orbacém, Argas, Caminha (Matriz) e Vilarelho, as Juntas de Freguesia de Âncora, Argela, Dem, Lanhelas e Vila Praia de Âncora não dispõem de fogos destinados a habitação social.

Por seu turno, a Junta de Freguesia de Riba de Âncora dispõe de 1 habitação de cariz social, a qual está ocupada. Idêntica situação foi verificada na União de Freguesias de Venade e Azevedo. A Junta de Freguesia de Seixas é proprietária de 7 fogos (de tipologias T2 E T3) que coloca no mercado com “rendas acessíveis”, os quais estão arrendados. De acordo com a informação disponibilizada existe lista de espera para arrendar estes fogos. A Junta de Freguesia de Vilar de Mouros tem 3 fogos, dos quais 2 estão ocupados.

Através do trabalho de auscultação das autarquias locais, foi também possível constatar que, para além do património sobredito, em algumas delas existem outros prédios (urbanos e rústicos) passíveis de serem afetos/reconvertidos a fins habitacionais.

No ano de 2023, existiam cerca de 20 agregados familiares registados com pedidos de habitação social, pelo que se conclui que as habitações sociais e acessíveis existentes são manifestamente insuficientes para dar resposta às solicitações.

As carências habitacionais alargaram-se para além do grupo dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, passando a fazer-se sentir, também, entre outras franjas da população.

Os técnicos com responsabilidades ao nível do atendimento e acompanhamento social fizeram constar que no exercício quotidiano da sua atividade se deparam com situações de indivíduos e famílias que vivenciam dificuldades em fazer face às despesas associadas ao arrendamento, sendo que o apoio

disponibilizado tem passado pela atribuição pecuniária para o pagamento da renda à luz dos regulamentos vigentes (Cfr Capítulo 4).

Pelo exposto, torna-se prioritário aumentar o setor de arrendamento a custos acessíveis, tornando o acesso à habitação uma realidade para todas as famílias independentemente dos seus rendimentos.

5.1.4. Condições de Habitabilidade

A caracterização do parque habitacional do concelho de Caminha exige também que seja dada nota dos dados e das informações disponíveis relativamente ao **estado de conservação dos alojamentos familiares clássicos e necessidades de reparação** dos mesmos (intervenção nas seguintes componentes de um edifício: estrutura, cobertura, paredes e caixilharia exteriores).

Gráfico 228 | Proporção de edifícios com necessidade de reparação, por localização geográfica, 2021 (%)



Fonte: www.ine.pt (Acedido a 31/10/2023)

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, a proporção de edifícios sinalizados como carecendo de intervenção face ao total dos edifícios, era, em 2021, no concelho de Caminha de 27%, situando-se abaixo da média nacional (35,8%), da região Norte (37,2%) e da sub-região do Alto Minho (32,5%). Tal como se constata pelo gráfico, este indicador coloca o território concelhio no primeiro lugar dos concelhos com uma menor proporção de edifícios com necessidade de reparação.

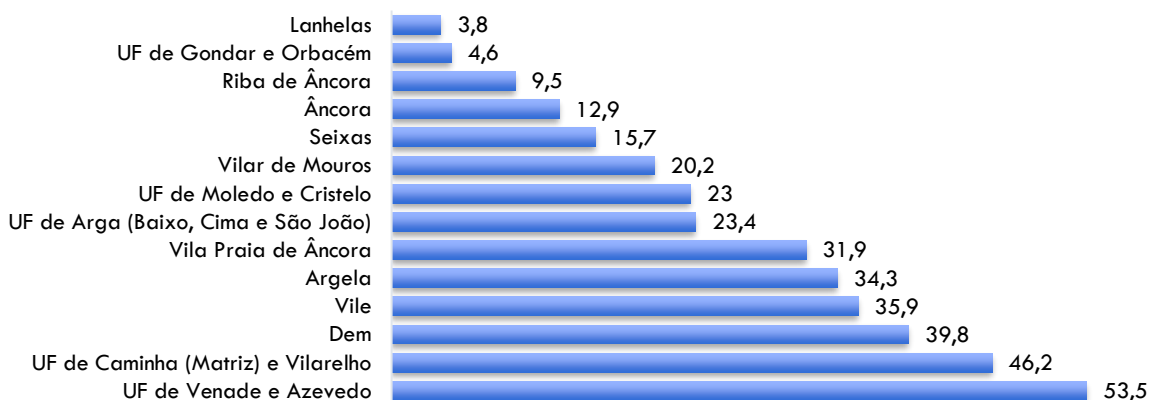
Tabela 105 | Edifícios por localização e dimensão da reparação necessária, 2021

Território	Dimensão da reparação							
	Com necessidades ligeiras		Com necessidades médias		Com necessidades profundas		Sem necessidades	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	780 126	21,8	335 599	9,4	163 101	4,6	2 294 590	64,2
Norte	275 888	22,5	120 916	9,8	59 558	4,9	771 632	62,8
Alto Minho	23 716	19,2	10 990	8,9	5 430	4,4	83 495	67,5
Arcos de Valdevez	3 554	22,6	1 509	9,6	874	5,6	9 786	62,2
Caminha	1 669	17,5	708	7,4	205	2,1	6 972	73
Melgaço	1 349	18,8	753	10,5	311	4,3	4 781	66,5
Monção	1 699	14,4	1 008	8,5	517	4,4	8 612	72,8
Paredes de Coura	867	14,6	521	8,7	366	6,1	4 203	70,6
Ponte da Barca	1 174	16,5	617	8,7	407	5,7	4 912	69,1
Ponte de Lima	4 918	24,4	1 985	9,9	790	3,9	12 447	61,8
Valença	1 210	17,4	704	10,1	462	6,6	4 582	65,9
Viana do Castelo	6 340	18,9	2 738	8,2	1 317	3,9	23 132	69
Vila Nova de Cerveira	936	16,6	447	7,9	181	3,2	4 068	72,2

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 31/10/2023)

Do total de edifícios (9 554) do concelho de Caminha, a maioria (6 972: 73%) não necessitava de qualquer reparação, proporção superior à dos demais territórios do Alto Minho, assim como da média do país (64,2%), da região Norte (62,8%) e da sub-região do Alto Minho (67,5%). Dos 2 582 edifícios (27,03%) que careciam de reparações, a maioria apresentava necessidades ligeiras (1 669: 17,5%), seguida daqueles que carecem de reparações médias (708: 7,4%). Os edifícios em estado de conservação menos favorável e, por isso, que precisavam de intervenção profunda totalizavam 205, o que representa 2,1%.

Gráfico 229 | Proporção de edifícios com necessidade de reparação, por freguesia do concelho de Caminha, 2021 (%)



Fonte: www.ine.pt (Acedido a 31/10/2023)

Analisando o mesmo indicador desagregando-o por freguesia, verifica-se que a União das Freguesias de Venade e Azevedo assume-se como sendo aquela que detém uma maior proporção (53,5%) de edifícios com necessidade de intervenção, seguida da União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (46,2%), esta última é também a que apresenta um índice de envelhecimento dos edifícios mais elevado. As necessidades de intervenção são, para as duas freguesias, maioritariamente, de nível ligeiro e médio. A freguesia de Lanhelas é aquela que apresenta uma menor proporção (3,8%) de edifícios que carecem de reparação.

Tabela 106 | Edifícios por localização e dimensão da reparação necessária, 2021

Território	Dimensão da reparação							
	C/ necessidades ligeiras		C/ necessidades médias		C/ necessidades profundas		Sem necessidades	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Âncora	45	6,9	28	4,3	11	1,7	569	87,1
Argela	47	18,7	27	10,8	12	4,8	165	65,7
Dem	53	28,5	16	8,6	5	2,7	112	60,2
Lanhelas	8	1,5	5	0,9	8	1,5	528	96,2
Riba de Âncora	19	4,5	21	5,0	0	0,0	382	90,5
Seixas	86	8,3	50	4,8	27	2,6	873	84,3
UF de Arga	11	7,6	18	12,4	5	3,4	111	76,6
UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho	360	30,4	165	13,9	23	1,9	638	53,8
UF de Gondar e Orbacém	7	3,2	1	0,5	2	0,9	206	95,4
UF de Moledo e Cristelo	256	16,8	77	5,0	19	1,2	1176	77,0
UF de Venade e Azevedo	203	30,1	129	19,1	29	4,3	314	46,5
Vila Praia de Âncora	460	22,7	139	6,8	49	2,4	1382	68,1
Vilar de Mouros	82	15,6	19	3,6	5	1,0	418	79,8
Vile	32	20,9	13	8,5	10	6,5	98	64,1

Fonte: www.ine.pt (Acedido a 31/10/2023)

Ao explorar a dimensão das necessidades de reparação, evidencia-se que a freguesia de Lanhelas (96,2%), a UF de Gondar e Orbacém (95,4%) e Riba de Âncora (90,5%) são aquelas que apresentam uma maior proporção de edifícios sem necessidades de reparação. Por oposição, a UF de Venade e Azevedo (46,5%) e a UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho (53,8%) concentram a menor proporção de edifícios que não precisam de qualquer reparação.

De referir que na freguesia de Lanhelas, a proporção de edifícios que carecem de reparações ligeiras atinge 1,5% dos edifícios, esta proporção corresponde também aos edifícios com necessidades de reparações profundas. Na UF de Gondar e Orbacém, a maior proporção de edifícios que precisam de ser intervencionados carecem de reparações ligeiras. Na UF de Venade e Azevedo a maioria dos edifícios que carecem de obras de reparação são de dimensão ligeira (30,1%), cenário semelhante ao que se verifica na UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho (30,4%). As freguesias com maior proporção de edifícios que precisam de ser alvo de obras de reparação profundas são Vile (6,5%), Argela (4,8%) e UF de Venade e Azevedo (4,3%).

Esta realidade assume maior acuidade quando se trata de edifícios que integram alojamentos familiares clássicos de residência habitual com necessidades de intervenção cujos agregados habitacionais não dispõem de recursos financeiros próprios para suportar o custo do acesso a uma habitação com condições habitacionais dignas (com dimensão adequada, salubre, segura, ...).

Outro dos problemas que põe em causa a dignidade habitacional é a sobrelotação (o número de divisões habitáveis ($\geq 4 \text{ m}^2$) é insuficiente para o número de elementos que compõem o agregado doméstico e o seu perfil).

De referir que o aumento do número de famílias clássicas, do qual se deu nota no capítulo 1, exige que se verifique um aumento da reserva mínima do mercado da habitação. Porém, da comparação entre o número de alojamentos familiares clássicos e não clássicos que constituíam habitação permanente (6 357 + 5) no concelho de Caminha, em 2021, com o número de agregados familiares recenseados (6 372), apura-se que 10 agregados familiares se encontram alojados em alojamentos não clássicos.

Outra questão que merece aqui atenção prende-se com o número de agregados domésticos que estão a viver em condições habitacionais indignas (sobrelotação; precaridade; insalubridade e insegurança; inadequação), nomeadamente, os casos em que estes não dispõem de recursos próprios para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

Gráfico 230 | Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no concelho de Caminha sublotados e sobrelotados, 2001-2021



Fonte: <https://www.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela> (Acedido a 08/08/2023)

Assim, de acordo com os dados coletados, em 2021, eram 625 os agregados domésticos privados a residir em alojamentos familiares clássicos sobrelotados, o que representa um aumento face aos 541 alojamentos identificados em 2011, mas inferior aos valores registados em 2001 (728 alojamentos). A maioria das situações aconteceram na freguesia de Vila Praia de Âncora (229) e na União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (108). Porém, estes dados não nos permitem apurar quantos são os agregados que enfrentam, cumulativamente, o problema de sobrelotação e de fragilidade socioeconómica.

De notar também, que outra questão se coloca no domínio da habitação em resultado da contração da dimensão dos agregados familiares, da qual se deu nota no Capítulo 1. Na janela temporal dos dois últimos momentos censitários, assiste-se, assim, a um aumento, ainda que com menor intensidade do que entre 2001 (3 575 alojamentos) e 2011 (mais 860 alojamentos), do número de alojamentos sublotados. Em 2021, estes eram um total de 4 521, o que representa a existência de mais 86 do que em 2011 (4 435 alojamentos).

De acordo com os dados compilados na Estratégia Local de Habitação (ELH) de Caminha, instrumento programático de carácter estratégico e de âmbito municipal datado de junho de 2021, no qual, partindo do diagnóstico das carências habitacionais registadas no concelho de Caminha, nomeadamente, no que se refere às características e ao número de situações de agregados domésticos que vivem em condições habitacionais indignas e em situação de carência financeira, foram contabilizados, na data referida, 186 agregados familiares em situação de carência a necessitarem de apoio para superação de fragilidades habitacionais. As situações-problema identificadas distribuíam-se da seguinte forma: 139 situações de insalubridade e segurança (maioritariamente relacionadas com a existência de problemas ao nível das condições básicas de salubridade e higiene); 41 situações de sobrelotação; 6 situações de

precaridade (relacionadas sobretudo com agregados domésticos que não possuem habitação e vivem em quartos alugados ou ocupam edifícios desabitados/desocupados). As freguesias de Vila Praia de Âncora (40 sinalizações), Seixas (37 casos), Vilar de Mouros (31 situações), União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho (23 situações) foram as que apresentaram um maior número de incidências.

Diretamente relacionados com a qualidade habitacional, com as condições de habitabilidade e a pobreza energética estão o acesso ao aquecimento, arrefecimento, iluminação e o abastecimento de energia.

Tabela 107 | Evolução do número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual no concelho de Caminha e tipo de aquecimento utilizado com maior frequência, 2011-2021

	Aquecimento Central	Aquecimento não central - Lareira aberta	Aquecimento não central - Recuperador de Calor	Aquecimento não central - Aparelhos móveis	Aquecimento não central - Aparelhos fixos	Sem aquecimento	Total
2011	1 557	697	458	1 936	619	911	6 178
2021	1 878	650	639	1 280	354	1 556	6 357

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 13/02/2024)

De salientar que, nos dois anos em análise no gráfico anterior, existe um número não negligenciável de alojamentos familiares clássicos de residência habitacional nos quais não é utilizado nenhum sistema de aquecimento (2011: 14,75%; 2021: 24,48%).

Os sistemas de aquecimento não central eram, no concelho de Caminha, o mais comum nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual com aquecimento. Nos sistemas de aquecimento não central enquadram-se a lareira aberta, o recuperador de calor, os aparelhos móveis (aquecedores elétricos, a gás, etc.), os aparelhos fixos (salamandra, aquecedores de parede, etc.). Em 2011, esta tipologia de aquecimento era a utilizada em 3 710 alojamentos (60,05%). No ano de 2021, esta era a realidade de 2 923 alojamentos (45,98%).

Analisando de forma desagregada todos os sistemas de aquecimento, em 2021, no território concelhio, 29,54% dos alojamentos familiares clássicos que constituíam residência permanente detinham como sistema de aquecimento o aquecimento central. A falta de informação impede de avaliar qual a distribuição deste sistema de aquecimento de acordo com a fonte de energia (eletricidade, combustíveis fósseis,...). De seguida, surgem os aparelhos móveis (1 280: 20,14%), o recuperador de calor (639: 10,05%) e os aparelhos fixos (354: 5,57%).

Os indicadores apresentados neste subcapítulo remetem para uma outra problemática com grande relevância na atualidade, a pobreza energética, a qual remete para a capacidade dos agregados familiares fazerem face às despesas ligadas ao seu consumo de energia (bem associado a tarefas e condições básicas da vida quotidiana, tais como cozinhar, aquecer, arrefecer e iluminar os alojamentos, etc.). A pobreza energética guarda uma relação unívoca com a privação material, da qual decorre o aumento do peso dos custos associados ao consumo energético no rendimento total das famílias.

A experiência dos técnicos com responsabilidades ao nível da intervenção social permite-lhes afirmar que são vários os agregados familiares que apresentam pedidos de apoio pecuniário para poder fazer face ao pagamento das faturas referentes ao fornecimento de energia elétrica e gás, o que se agravou com o aumento exponencial dos custos destes encargos em resultado do conflito em território ucraniano.

A incapacidade das famílias fazerem face a estes custos traduz-se na necessidade de fazer escolhas, as quais fazem perigar o adequado conforto térmico dos domicílios, o que tem reflexos no decréscimo da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar das mesmas.

Por outro lado, a pobreza energética também está relacionada com as características e as condições dos edificados. A presença de patologias a este nível (infiltrações, fragilidades ao nível dos isolamentos,...) têm um forte impacto no desempenho energético das habitações, potenciando a pobreza energética, reduzindo a capacidade de resiliência das famílias e gerando situações-problema de injustiça/desigualdade no acesso à energia.

Em face do exposto, torna-se evidente que as condições socioeconómicas dos agregados familiares interferem diretamente com as suas condições de habitabilidade e com os níveis de pobreza energética. Assim sendo, é necessário que os vários agentes sociais locais atuem de forma concertada para reforçar as políticas e as medidas de carácter nacional e regional, atendendo à realidade local, de modo a garantir a superação das fragilidades ao nível das condições de habitabilidade (de proprietários e de arrendatários dos imóveis).

5.2. Mobilidade

A mobilidade é tema no universo dos 17 ODS desenvolvido particularmente no objetivo 11¹²⁰, estando definida como meta (11.2), a alcançar até 2030: «(...) proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através

¹²⁰ Objetivo 11: «Tornar as cidades inclusivas e sustentáveis»

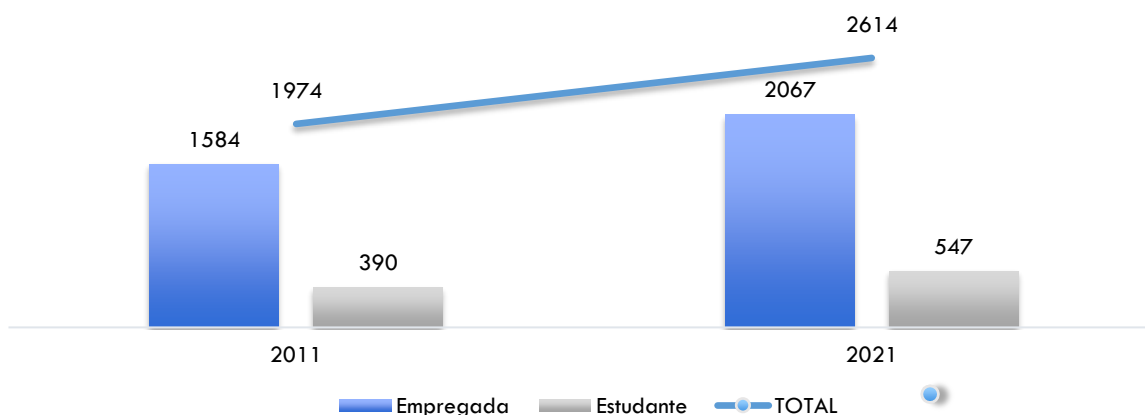
da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, particularmente mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos»¹²¹. A meta do Objetivo 11.2 vem reforçar a necessidade de otimizar as condições de acessibilidade proporcionadas pelos sistemas de transportes que integrem e valorizem o transporte público, as deslocações a pé e noutros modos suaves, e que reduzam os investimentos em infraestruturas e espaço público baseados na lógica do transporte individual.

Gráfico 231 | População, empregada e estudante, que entra habitualmente no município, do ano 2021 face a 2011 (dados dos Censos)



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 07/06/2024)

Gráfico 232 | População, empregada e estudante, que sai habitualmente no município, do ano 2021 face a 2011 (dados dos Censos)



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 07/06/2024)

¹²¹ Objetivo 11. Fonte: www.ods.pt (Acedido a 20/06/2023)

Em face do exposto, entendeu-se pertinente a análise do movimento pendular da população empregada e estudante do município. Segundo o INE entende-se por:

- **População empregada:** os indivíduos com 15 ou mais anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.
- **População estudante:** na ótica das estatísticas do emprego, refere-se aos indivíduos que frequentam o sistema formal de ensino (em estabelecimentos de ensino como escolas, universidades, etc.) e que não pertencem a nenhuma das outras categorias de condição perante o trabalho. Um estudante que apenas trabalha algumas horas por semana pode ser classificado como estudante.

Os indicadores apresentados nos gráficos acima analisam a população estudante que frequenta o sistema de ensino a partir do pré-escolar (inclusive). Nesta análise, excluem-se as pessoas que trabalham em casa, as que não têm local de trabalho ou de estudo fixo ou habitual e aquelas que residem no alojamento, mas não vivem nele a maior parte do ano por motivos de saúde, estudo ou trabalho.

De modo geral, houve uma ligeira diminuição do número de indivíduos (empregados e estudantes) que entram habitualmente no município, em contraposição ao aumento significativo do número de indivíduos que saem do mesmo.

No que diz respeito à população empregada, existiam 847 indivíduos que entravam habitualmente no município de Caminha, representando 77,8% da população total que entrou no concelho em 2021, tendo existido um aumento face a 2011. Dentro desse mesmo ano, saíam habitualmente 2 067 empregados do concelho para trabalhar, que refletem 79,1% da população total, sentindo-se igualmente um aumento face ao ano 2011.

Quanto à população estudante, houve uma diminuição do número de indivíduos que entraram habitualmente para estudar no concelho comparativamente a 2011 (304 para 241 indivíduos), representando cerca de 22,2%. No entanto, no ano de 2021 saíram 547 estudantes, existindo um aumento significativo de 20,9%.

Tabela 108 | Proporção de população residente empregada ou estudante por modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares, 2021 (%)

Território	Transporte Individual	Transporte Coletivo	Modo Pedonal
Portugal	67,7	16,2	15,7
Norte	70,3	14,7	15,6
Alto Minho	74,4	11,5	13,7
Arcos de Valdevez	73,8	10,7	15,2
Caminha	75,2	9,6	15
Melgaço	70,1	10,1	19,5
Monção	73,1	10,5	16
Paredes de Coura	75,3	13,4	10,8
Ponte da Barca	72	10,7	16,8
Ponte de Lima	72,1	16,5	11,1
Valença	75,4	10,5	13,9
Viana do Castelo	75,9	10	13,7
Vila Nova de Cerveira	75	12,1	12,5

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 05/05/2023)

Esta realidade leva a que as populações se vejam impelidas a utilizar o transporte individual para assegurar as deslocações para o emprego, para aceder aos serviços, entre outros. A título de exemplo pode referir-se, tal como consta da tabela, que a grande maioria da população residente se desloca para o emprego ou para o estabelecimento de ensino com recurso ao transporte individual (75,2%). Trata-se de um valor que se situa acima da média do território nacional (67,7%), da região Norte (70,3%) e da região do Alto Minho (74,4%). Mais se refere que o concelho de Caminha ocupa os lugares cimeiros para o território do Alto Minho do uso do transporte individual nestas deslocações. O transporte coletivo é uma possibilidade escolhida/existente para uma percentagem residual da população, não no concelho de Caminha, mas para a totalidade do território do Alto Minho. Porém, o concelho de Caminha é aquele que apresenta uma menor proporção de trabalhadores e de estudantes (9,6%) que recorrem, para as deslocações pendulares, ao transporte coletivo. De referir que no concelho de Caminha dispõe no seu território de uma rede viária servida de meios de transporte coletivo que permitem às populações residentes na faixa litoral do mesmo o acesso rápido às áreas metropolitanas do Porto e de Vigo, bem como ao eixo urbano de Braga/Guimarães, para além da sede do distrito, Viana do Castelo, condição que se assume como uma mais-valia para a mobilidade de pessoas e bens, favorecendo o turismo e o comércio (de carácter regional, nacional e internacional).

Gráfico 233 | Evolução da proporção de população residente empregada ou estudante por modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares, concelho de Caminha, 2011- 2021 (%)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 05/05/2023)

Como se verifica pela análise do gráfico, no concelho de Caminha, no período intercensitário, assistiu-se a um aumento da proporção da população empregada e estudante que, para as suas deslocações pendulares, escolhe o transporte individual, o que se traduz também no decréscimo da escolha das outras possibilidades (transporte coletivo e modo pedonal).

Num contexto em que se advoga a implementação de estratégias destinadas a promover a conciliação entre o desenvolvimento sustentável, a promoção da qualidade de vida da população e a transição ambiental, importa conhecer e compreender os perfis de mobilidade existentes no concelho de Caminha, assim como os fatores que determinam os mesmos.

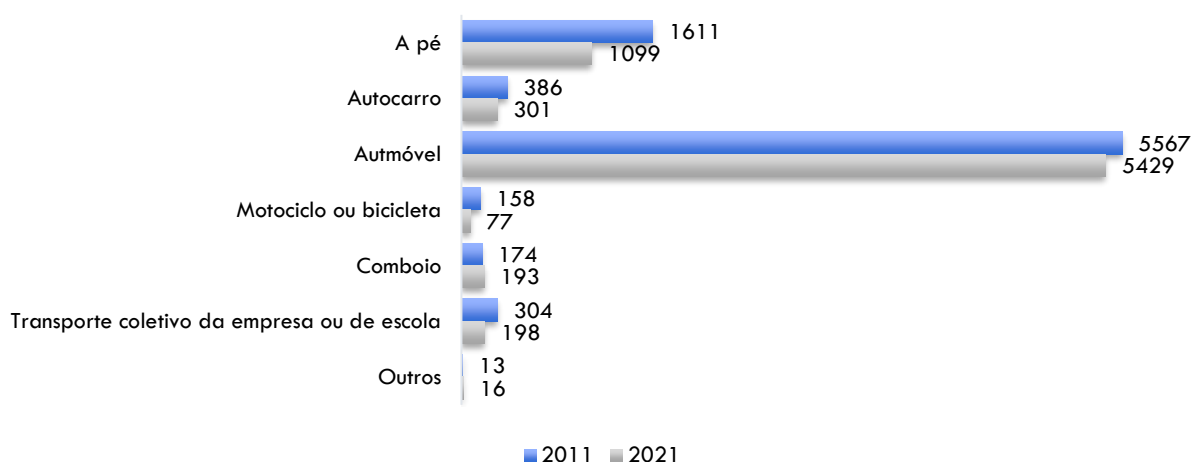
De referir que o concelho de Caminha dispõe no seu território de uma rede viária servida de meios de transporte coletivo que permitem às populações residentes na faixa litoral do mesmo o acesso rápido às áreas metropolitanas do Porto e de Vigo, bem como ao eixo urbano de Braga/Guimarães, para além da sede do distrito, Viana do Castelo, condição que se assume como uma mais-valia para a mobilidade de pessoas e bens, favorecendo o turismo e o comércio (de carácter regional, nacional e internacional).

Analisando a duração média das deslocações diárias da população residente que utiliza transporte individual ou coletivo segundo os resultados dos Censos de 2021, conclui-se que os munícipes que utilizam o transporte individual demoram cerca de 18 minutos a chegar ao local de trabalho ou de estudo, o que representa um ligeiro aumento face aos dados do ano de 2011 (+ 2 minutos). Em relação à população que utiliza transportes coletivos, existe um aumento de 4 minutos face ao ano de 2011, demorando atualmente cerca de meia hora para chegar ao local de trabalho ou estudo.

Embora prevaleça a população empregada residente que trabalha em Caminha, existe um número não negligenciável de pessoas que se deslocam, diariamente, para fora do concelho para trabalhar, nomeadamente para Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Valença, o que faz com que tenham de assegurar o recurso a uma opção modal para poderem trabalhar.

Neste contexto, conclui-se que no concelho de Caminha é evidente a dependência da população residente do transporte individual enquanto meio de deslocação. Esta situação torna-se problemática se atendermos ao impacto que a mesma tem ao nível da economia e dinâmica familiares, assim como em termos ambientais, numa época em que se estabeleceu como meta a neutralidade carbónica e o investimento na mobilidade suave.

Gráfico 234 | População por meio de transporte utilizado, segundo os Censos de 2021 face a 2011



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 07/06/2024)

No concelho de Caminha verifica-se uma maior adesão da população residente à utilização do automóvel, correspondente a 74,2% do total dos indivíduos (+ 6.4 p.p). Quanto à utilização dos transportes coletivos da empresa ou da escola, depreende-se uma redução face a 2011 (passando de 304 para 198 utilizadores). Estes dados confirmam que a maior parte da população opta por utilizar o meio de transporte individual uma vez que no Concelho existe uma fragilidade no acesso aos meios de transporte coletivos.

As melhorias da qualidade das ligações viárias, em curso, permitirão um acesso mais seguro e rápido, como, por exemplo, aos aeroportos do Porto e de Vigo, aos hospitais de Viana do Castelo, Porto e Braga, às escolas que compõem o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), à Universidade do Minho e à Universidade do Porto.

Porém, numa análise à configuração e à dinâmica da rede de transporte público existente entre as diversas freguesias do concelho de Caminha, verifica-se a presença de algumas fragilidades, como referido na sessão de trabalho relativa a este subtema, que sinaliza a **insuficiência dos meios de transporte e a dificuldade de acesso aos mesmos por parte de cidadãos residentes em freguesias localizadas no interior**, caracterizadas por um território mais sinuoso, com mais declives e uma ocupação residencial mais dispersa.

No que se refere à rede de transportes públicos rodoviárias, é apontada como maior debilidade a fraca/inexistente cobertura que promova a ligação do interior do concelho à faixa litoral do mesmo. Deste modo, os cidadãos aí residentes têm dificuldade em aceder aos transportes públicos que asseguram as deslocações para as demais freguesias do concelho e destas com localidades de outros concelhos. Também importa aqui referir que existem a este nível, algumas disfuncionalidades no eixo Caminha-Valença, marcadas pela fraca oferta de transportes públicos, o que dificulta, por exemplo, as deslocações dos munícipes para os polos industriais de Vila Nova de Cerveira, importante centro gerador de emprego.

Essa realidade afeta a distribuição geográfica da população no território do concelho, na medida em que esta tende a concentrar-se nas freguesias mais próximas de equipamentos e serviços, ou seja, das facilidades do quotidiano. A multiplicação de pequenos lugares dispersos e isolados coloca dificuldades acrescidas no que concerne à mobilidade e, por conseguinte, ao acesso aos equipamentos e serviços, pelo assume particular importância, para garantir a coesão social, a qualidade de uma rede pública de transportes regular de passageiros.

Apesar de se assistir à melhoria e modernização das infraestruturas de transporte público coletivo, constata-se a necessidade de criar/melhorar a oferta de meios de transporte público com mais linhas e novos itinerários para garantir uma cobertura mais abrangente do território, fomentando a mobilidade da população, nomeadamente à escala do concelho, e assim facilitar o acesso a bens de consumo, de cultura, de lazer, bem como a ofertas educativas/formativas e de emprego, entre outras, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e das metas do ODS 11.

Assim, nesta avaliação e caracterização dos perfis e da dinâmica de mobilidade, não se pode deixar de atender ao facto de a população idosa e em situação de maior fragilidade socioeconómica poderá ter mais dificuldade na utilização do transporte individual, pelo que ficam cativos do transporte coletivo. Isso significa que, uma vez que existem graves fragilidades neste domínio, tal como aqui se espelha, esta população fica condenada ao isolamento geográfico e social.

Apesar de a maioria das deslocações assentar maioritariamente no sistema rodoviário (80%), importa aqui dar nota da caracterização do sistema ferroviário (20% das viagens realizam-se com base neste modo coletivo, o que situa o concelho de Caminha entre os que apresentam maior utilização). Caminha está servida com duas estações localizadas nas freguesias litorais do Concelho e que representam as duas vilas também com maior concentração populacional, Caminha – esta estação destaca-se por possuir linha dupla, permitindo a paragem em simultâneo de dois comboios em sentidos diferentes, e Vila Praia de Âncora. A rede de transporte ferroviário é então garantida pela Linha do Minho e conta, para além das duas estações principais, com mais cinco apeadeiros, também estes localizados ao longo da faixa mais litoral do Concelho (Esqueiro, Seixas, Senhora da Agonia, Moledo do Minho, Âncora-Praia).

Da extensão e características da rede ferroviária, importa referir que após um período em que as mesmas se mantiveram quase inalteradas ocorreu recentemente a eletrificação da linha do Minho, cujos trabalhos incluíram a modernização das estações e apeadeiros quanto à sinalização e à circulação para cumprimento dos requisitos expressos na normativa das Acessibilidades¹²². A conclusão destas obras veio permitir a melhoria das ligações interconcelhias, regionais, nacionais e internacionais, a redução dos tempos dos trajetos e dos custos do transporte, a melhoria das condições de segurança e de fiabilidade, bem como o aumento da capacidade competitiva deste meio de transporte face a outras alternativas¹²³. Porém, é importante fazer constar que ao nível do serviço prestado foram detetadas fragilidades quer de horários e estações/apadeiros servidos (nem todos os comboios em circulação param nos apeadeiros, o que obriga os utilizadores a terem que compensar esta fragilidade com o recurso ao transporte individual para completar o percurso).

Ao longo das sessões de análise identificou-se a mobilidade e a respetiva escassez de itinerários e de recursos de transporte no concelho de Caminha, que se traduzem em pontos negros/vazios da rede existente, como uma problemática transversal, mesmo ao nível do território concelhio, mas também da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. A transferencial modal é uma outra fragilidade deste tema, que merecerá idêntica importância na ponderação dos requisitos da mobilidade e da acessibilidade, enquanto ponto de convergência de vários meios de transporte público com o necessário efetivo no que respeita à oferta de estacionamento de apoio aos utentes nas suas deslocações e no uso dos transportes públicos – coletivos e individuais, e incluindo na equação o transporte de passageiros regular e ocasional.

¹²² Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de Agosto, na versão mais recente, que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio.

¹²³ Fonte: <http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/antoniomota.pdf>, acedida a 21/11/2022.

Foi também referida a necessidade de mais acessos para cidadãos com mobilidade reduzida e de mais locais de estacionamento, a par da necessidade de se completar a rede com meios de transporte público adaptados às necessidades da população residente, nomeadamente das regiões interiores do município, bem como de turistas e demais utentes de modo geral.

De 16 a 22 de setembro de 2022, no âmbito da celebração da Semana Europeia da Mobilidade, Caminha promoveu diversas medidas focadas no uso de meios alternativos ao transporte automóvel individual, entre elas:

- O *Ferry Boat* sustentável para utilizadores de bicicleta e a pé nos trajetos de ida e volta entre La Guardia e Caminha;
- Um percurso de bicicletas pelo Centro Histórico de Caminha, “*Na Minha Vila Sem Carros – A Pedalar na Minha Vila*” promovido pelo Agrupamento de Escolas do Coura e Minho;
- Mostra de mobilidade alternativa com veículos como bicicletas e motociclos elétricos no Largo Calouste Gulbenkian em Caminha;
- Utilização gratuita de bicicletas no Parque do Tribunal de Caminha e de bicicletas e karts no Parque Dr. Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora;
- Promoção do percurso pedestre “*Pelos Caminhos de Santiago*”, de S. Lourenço da Montaria a Dem.

Outros problemas foram identificados ao nível da mobilidade, a saber:

- uso excessivo do transporte individual;
- inexistência de uma rede de transporte público com cobertura a todas as freguesias do concelho;
- fraca adesão aos modos de modalidade suave (forma de deslocação com pouco ou nenhum impacto negativo em termos ambientais, exemplos deste tipo de mobilidade são andar a pé, de bicicleta, transportes elétricos);
- impactos negativos no ambiente das atuais possibilidades de mobilidade existentes.

Quanto à mobilidade suave, destaca-se que tem existido, no concelho de Caminha, um investimento, nomeadamente ao nível da rede ciclável, associado quer à implementação de redes próprias, quer à disponibilização de lugares de estacionamento.

No que concerne à mobilidade suave é necessário, na definição das ações a implementar, atender a um conjunto de fatores, tais como: a origem-destino das populações, as horas a disponibilização de transportes públicos é mais necessária, as possibilidades de transporte existentes/oferecidas e as possíveis, não esquecendo o respetivo custo, quer em tempo, quer em dinheiro. Só assim será possível assegurar a existência de um sistema de mobilidade e acessibilidade inclusivo e que, considerando

fatores de ordem social, económica e ambiental, promova a satisfação das necessidades detetadas no território.

5.3. Principais Desafios/Problemas Identificados

Em face do exposto no presente capítulo, os atores locais identificaram os desafios/problemas que se passa a sistematizar.

Área Temática:	Desafios/ Problemas Identificados
Habituação e Mobilidade	Aumento do valor das rendas no mercado do território local (elevado peso dos custos com a habitação), o que faz com que as famílias enfrentem dificuldades económicas em suportar as rendas e também dificultam o acesso à habitação digna
	Pouca oferta de habitação para arrendar no mercado privado
	Procura significativa de habitação para arrendar
	Fraca oferta de habitação a custo controlados destinada à população que, apesar de não estarem em situação de carência económica, não consegue aceder a uma habitação adequada no mercado de arrendamento, sem que esta despesa represente uma sobrecarga excessiva no seu orçamento familiar
	Exigências excessivas dos senhorios na hora de celebrar contratos de arrendamento (por exemplo, exigência do pagamento de 2 ou 3 meses de caução)
	Oferta residual de habitação pública para os indivíduos/famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica
	Fraca rotatividade nos beneficiários de habitação social
	Arrendamento ilegal/informal
	Ausência de resposta habitacional para situações urgentes e temporárias (por exemplo, famílias insolventes, refugiados, vítimas de violência doméstica e de catástrofes,...) e para garantir a autonomização de população em situação de vulnerabilidade
	Existência de situações de sobrelotação e de sublotação
	Parque habitacional antigo e a necessitar de obras de requalificação, fruto de um conjunto de fatores, por exemplo a incapacidade financeira dos proprietários em realizar obras de reabilitação do edificado, a existência de habitações devolutas que não são colocadas no mercado de arrendamento, etc.
	Prevalência de barreiras arquitetónicas nos espaços e edifícios públicos, o que obstaculiza o exercício da autonomia e da cidadania plena por parte dos cidadãos com deficiência
	Rede transportes públicos desadequada/insuficiente, tornando necessário o seu ajustamento e o desenvolvimento de medidas de incentivo à sua utilização

Assim sendo e atendendo aos desafios acima apontados, de referir que dos vários momentos de reflexão criados para a elaboração do presente documento emanaram as seguintes recomendações de ação:

- Manter atualizado o diagnóstico das carências habitacionais e das necessidades de requalificação/reabilitação do parque habitacional, mobilizando e comprometendo os vários agentes sociais;
- Reforçar o envolvimento dos vários agentes locais no trabalho de planificação de soluções em matéria de habitação;
- Promover uma maior divulgação dos programas públicos de apoio existentes ao nível do arrendamento e da reabilitação de habitação;
- Intensificar a divulgação dos programas públicos de apoio no âmbito da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética, garantindo a acessibilidade da informação aos vários destinatários, enquanto elemento de combate à fraca eficiência energética das habitações (por exemplo, casas com infiltrações, prevalência de humidade, apodrecimento de superfícies, sem isolamento, etc.);
- Desenvolver estratégias e medidas que permitam reforçar a sensibilização dos proprietários para a necessidade de garantir que as habitações que colocam no mercado de arrendamento devem estar providas de condições de habitabilidade e acessibilidade;
- Rever os programas de apoio à habitação vigentes no concelho, adequando-os às características e às necessidades locais;
- Criar políticas e medidas que, conjugadas com as existentes a nível nacional, tornem atrativa a colocação no mercado de arrendamento permanente, para primeira habitação e a preços acessíveis, a habitação existente no concelho de Caminha que se encontra vaga;
- Conceber políticas e medidas que permitam responder às necessidades dos indivíduos/famílias que não se enquadram nos atuais instrumentos públicos de apoio à habitação;
- Garantir uma maior igualdade no acesso ao mercado de habitação, aumentando a oferta mais adequada e acessível aos rendimentos familiares, mobilizando a ação dos vários parceiros sociais com intervenção no domínio da habitação e outros;
- Desenvolvimento de ações e medidas de sensibilização dos vários agentes com responsabilidades ao nível da habitação (Município, Juntas de Freguesia, empresas de construção civil, proprietários, técnicos locais da área da Arquitetura, Engenharia Civil, IPSS, Academia,...) para a necessidade de implementar modelos habitacionais inovadores e inclusivos atendendo às alterações do perfil sociodemográfico do território concelhio (contração dos agregados familiares, envelhecimento populacional, etc.) e aos novos paradigmas no domínio da gerontologia (por exemplo, “ageing in place” - envelhecimento em casa e na comunidade);

- Criação de respostas/soluções de alojamento para dar resposta a situações urgentes e temporárias de alojamento (por exemplo, população em situação de sem-abrigo, vítimas de violência doméstica, pessoas desalojadas afetadas por calamidade);
- Reforço dos programas nacionais e locais existentes e criação de medidas específicas que se destinem a garantir apoios para dotar as habitações das pessoas cuidadas das condições, ao nível do edificado e dos equipamentos, adequadas à situação de dependência, incapacidade ou mobilidade reduzida.
- Desenvolvimento de iniciativas de reengenharia que assegurem a proximidade dos serviços públicos à população, nomeadamente, àquela que detém mobilidade condicionada;
- Reforço do investimento para a implementação de intervenções nos espaços públicos (espaços públicos de circulação e mobilidade, edifícios públicos com atendimento ao público e habitações) que permitam melhorar as acessibilidades físicas para pessoas com mobilidade condicionada;
- Desenvolvimento de sessões de informação/sensibilização da sociedade civil e das autoridades para a problemática da mobilidade condicionada;
- Repensar, à escala local e regional, a rede de transportes públicos, com vista à implementação de estratégias para aumentar a oferta horária, a distribuição/extensão às várias freguesias do concelho, a capacidade e a adequação da mesma à população com mobilidade reduzida/condicionada.



Capítulo 6 | Saúde e Segurança

6.1. Saúde

O acesso por parte dos cidadãos à prestação de cuidados de saúde de qualidade é condição essencial para garantir a qualidade de vida e bem-estar de todos e, por conseguinte, para a promoção do desenvolvimento e coesão sociais. Neste sentido, o ODS 3 estabelece como prioritária a criação/reforço de políticas e estratégias que permitam «Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades»¹²⁴.

Em Portugal, a opção por um modelo de Serviço Nacional de Saúde (SNS) surge como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade social. O SNS tem evoluído de forma muito significativa ao longo dos últimos anos, com progressos claros ao nível da eficiência, do acesso, da qualidade e da sustentabilidade. Os indicadores demográficos mostram-nos que Portugal segue a tendência dos países ditos desenvolvidos, ou seja, os portugueses vivem cada vez mais anos. Uma realidade que revela uma melhoria geral das condições de vida, mas também o acesso aos avanços da ciência e da tecnologia, com terapêuticas e medicamentos mais inovadores e eficazes. Hoje, somos uma população envelhecida, com um baixo índice de fecundidade, que se depara com novos problemas de saúde, assumindo as doenças crónicas um peso crescente. Não menos relevantes são os atuais estilos de vida que revelam dinâmicas comportamentais associadas a fatores de risco determinantes para o estado de saúde de uma população.

No que concerne ao acesso por parte dos cidadãos à prestação dos cuidados de saúde primários, representam o primeiro nível de serviços de saúde pessoais na comunidade, estes asseguram cuidados acessíveis, contínuos e completos para as necessidades de saúde ao longo da vida de um indivíduo. Os profissionais que prestam cuidados de saúde primários trabalham com os utentes e as suas famílias. Atendem às suas necessidades de saúde imediatas e a longo prazo, e não apenas em resposta a um conjunto de doenças específicas.

Os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) são serviços de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais, que integram um ou mais centros de saúde. São serviços desconcentrados da respetiva Administração Regional de Saúde (ARS), estando sob a sua responsabilidade e têm por missão garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população de determinada área geográfica. Desenvolvem atividades de promoção da saúde, prevenção da doença, vigilância epidemiológica em saúde e investigação em saúde.

¹²⁴ Fonte: <https://ods.pt/objectivos/3-vida-saudavel/> (Acedido a 08/08/2023)

Os ACES estão compostos por diferentes unidades funcionais de prestação de saúde:

- **Unidade de Saúde Familiar (USF)** – trata-se da «(...) unidade de prestação de cuidados de saúde, individuais e familiares, que assentam em equipas multiprofissionais, constituídas por médicos, enfermeiros e pessoal administrativo e que pode ser organizadas em três modelos de modelo de desenvolvimento : A, B e C. (...) A atividade da USF desenvolve-se com autonomia organizativa, funcional e técnica, integrada numa lógica de rede com outras unidades funcionais do centro de saúde ou da unidade local de saúde. A USF é parte integrante do centro de saúde¹²⁵».
- **Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP)** – é «(...) uma estrutura idêntica à da USF e presta cuidados personalizados, garantindo a sua acessibilidade e continuidade. A equipa é composta por médicos, enfermeiros e administrativos»¹²⁶.

Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)

A UCC presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo. Atua na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção. A equipa da UCC é composta por enfermeiros, assistentes sociais, médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas da fala e outros profissionais.

O ACES participa através da UCC na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, integrado a equipa coordenadora local. É responsabilidade da UCC constituir a equipa de cuidados continuados integrados, prevista no Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho.

Unidade de saúde pública (USP)

A USP funciona como observatório de saúde da área geodemográfica do ACES competindo-lhe elaborar informação e planos em domínios da saúde pública, proceder à vigilância epidemiológica, gerir programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção da saúde da população em geral ou de grupos específicos e colaborar, ao abrigo da legislação em vigor, nas funções de autoridade de saúde. A equipa é composta por médicos de saúde pública, enfermeiros de saúde pública ou de saúde comunitária e técnicos de saúde ambiental.

¹²⁵ Fonte: <https://www.acss.min-saude.pt/category/cuidados-de-saude/primarios/?lang=pt> (Acedido a 08/08/2023).

¹²⁶ Fonte: <https://www.acss.min-saude.pt/category/cuidados-de-saude/primarios/?lang=pt> (Acedido a 08/08/2023)

Unidade de recursos assistenciais partilhados (URAP)

A URAP presta serviços de consultoria e assistenciais às unidades funcionais referidas anteriormente e organiza ligações funcionais aos serviços hospitalares. A equipa da URAP é composta por médicos de várias especialidades, excluindo a medicina geral e familiar e a saúde pública, bem como assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, técnicos de saúde oral e outros profissionais não afetos totalmente a outras unidades funcionais. Cada ACES tem apenas uma URAP.

Unidade de apoio à gestão (UAG)

A UAG está organizada numa lógica de concentração de serviços não assistenciais do ACES, presta apoio administrativo e geral ao diretor executivo do ACES, ao conselho clínico e às unidades funcionais.

As transformações demográficas ocorridas no concelho de Caminha no período intercensitário, nomeadamente o aumento da longevidade, do contingente de população idosa, o declínio da natalidade e a perda de efetivos no grupo das crianças e jovens, das quais se deu conta no Capítulo 1, têm reflexos no perfil de saúde da população residente e das necessidades sentidas.

O crescente envelhecimento da população do concelho de Caminha, resultado também dos ganhos de anos de vida em resultado da melhoria do acesso aos cuidados de saúde, os avanços ao nível da prevenção, exigindo que sejam levadas a cabo políticas e estratégias de adaptação ao nível do Sistema Nacional de Saúde e das respostas proporcionadas por este.

Deste modo, é fundamental não esquecer que «A continuidade do desenvolvimento de políticas transversais e de estratégias de atuação multidisciplinares, flexíveis e de proximidade, que permitam que todas as pessoas idosas possam desfrutar de uma vida ativa e saudável, é um imperativo ético»¹²⁷

Por outro lado, o aumento do número de imigrantes a residir no concelho de Caminha permitiu um contacto mais frequente dos profissionais de saúde com estas populações, culturalmente distintas, e que apresentam expectativas diferentes em relação à prestação de cuidados de saúde.

Sabe-se que o ato de emigrar constitui, só por si, um fenómeno gerador de grande stress, colocando desde logo, os imigrantes e suas famílias em situação de vulnerabilidade acrescida quando comparados com outros sectores da sociedade. Esta condição tenderá a agravar-se ao longo do tempo de permanência, no país recetor, já que irão ser sujeitos a condições de vida que potenciam o risco de adoecer, tornando-os utilizadores potenciais, ou regulares, do Serviço Nacional de Saúde português.

¹²⁷ Fonte: <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf> (Acedido a 27/07/2023)

De um modo geral, os imigrantes têm problemas de saúde e necessitam de cuidados como todos os indivíduos, mas a evidência mostra que, frequentemente, estes indivíduos têm grande dificuldade em aceder e usar os serviços de saúde disponíveis, o que os torna num grupo de risco acrescido.

6.1.1 Caracterização da organização das ofertas, dos recursos na Saúde e utentes

O ACES do Alto Minho encontra-se sob a gestão de Unidades Locais de Saúde (ULS) e integra 13 Centros de Saúde, entre os quais está o **Centro de Saúde de Caminha**. Este é **composto pelas seguintes Unidades Funcionais (UF): 1 Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e 2 Unidades de Saúde Familiar (USF), a USF Foz do Minho e a USF Vale do Âncora**.

De referir que a área geográfica de intervenção da USF Vale do Âncora ultrapassa os limites do território concelhio, prestando cuidados a utentes residentes em freguesias do concelho de Viana do Castelo, tais como Montaria, Freixieiro de Soutelo, Amonde e Afife. Esta unidade identificou a necessidade de alargamento assistencial à extensão de Afife, sendo para tal necessária a constituição de mais uma equipa de saúde Enfermeiro/Médico.

Tabela 109 | Composição do Centro de Saúde de Caminha e respetivo número de utentes inscritos, maio de 2024

Unidades Funcionais do Centro de Saúde de Caminha	Número Total de Utentes Inscritos/Abrangidos	Número de Utentes com Médico de Família	Número de Utentes Sem Médico de Família	Número de Utentes Sem Médico por opção
USF Foz do Minho	9 498	7 937 (83,56%)	1 561 (16,44%)	0
USF Vale do Âncora	8 595	8595 (100%)	0	0
Unidade de Cuidados na Comunidade	16 204	N/A	N/A	N/A

Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/913/10001/1160272/Paginas/default.aspx> (Acedido a 19/06/2024)

Tal como consta da tabela anterior, a **USF Foz do Minho** tinha, em maio de 2024, **9 498 utentes inscritos** (mais cerca de 290 utentes que em 2019), **dos quais 7 937 tinham médico de família, o que corresponde a 83,56%**. De referir que, nessa unidade existem 1 5161 utentes sem médico de família, em resultado do facto de estar por concluir a colocação definitiva de um médico, não dispõem de médico de família. Porém, estes utentes não ficam privados do acesso aos cuidados de saúde primários, uma vez que a USF Foz do Minho assegura o atendimento dos mesmos por outro médico em exercício.

Na **USF Vale do Âncora**, estão inscritos **8 595 utentes** (mais 35 utentes que em 2019 e 259 utentes que em 2013), **todos com médico de família. A estes acrescem os 443 indivíduos que estão em lista de espera.**

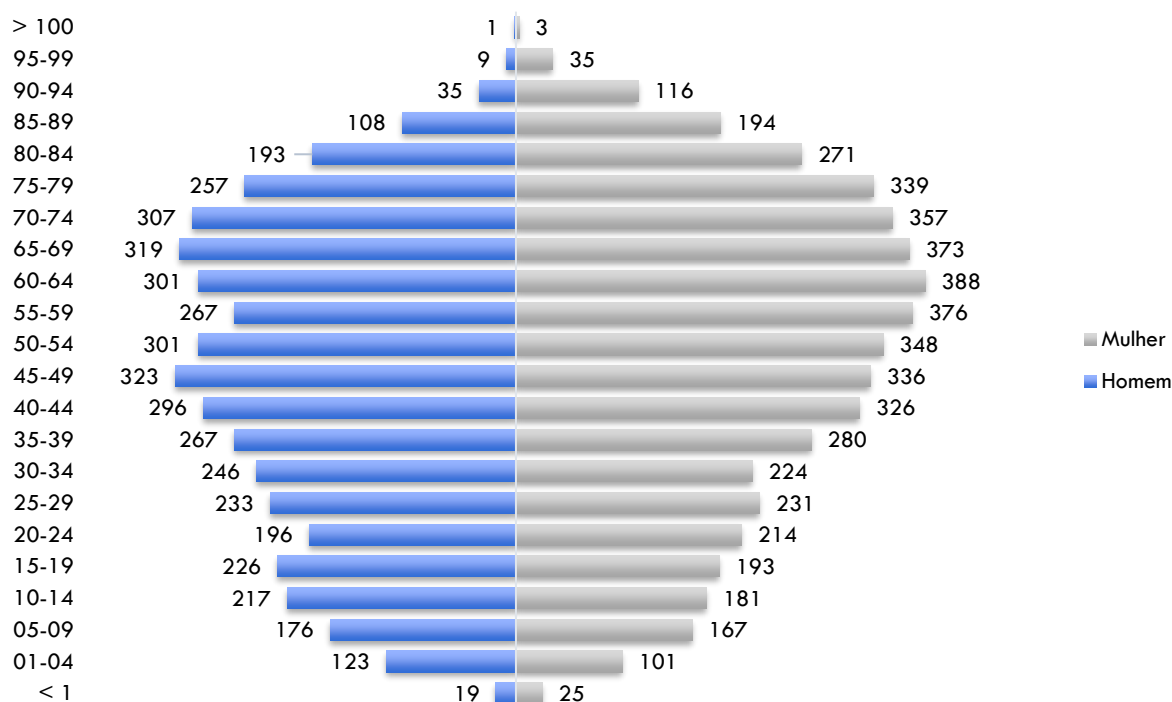
Na UCC estavam inscritos, em maio de 2024, 16 204, o que representa um acréscimo de 124 utentes face a 2019.

Tabela 110 | Utentes inscritos nas Unidades Funcionais do Centro de Saúde de Caminha, por grupo etário e sexo, maio de 2024

Unidades Funcionais do Centro de Saúde de Caminha	Grupo Etário							
	<= 6 anos		7-64 anos		65-74 anos		>= 75 anos	
	H	M	H	M	H	M	H	M
USF Foz do Minho	218	182	2 973	3 208	626	730	603	958
USF Vale do Âncora	217	233	2 756	2 918	538	628	508	797
Unidade de Cuidados na Comunidade	370	371	5 082	5 509	1 050	1 248	1 006	1 568

Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/913/10001/1160272/Paginas/default.aspx> (Acedido a 19/06/2024)

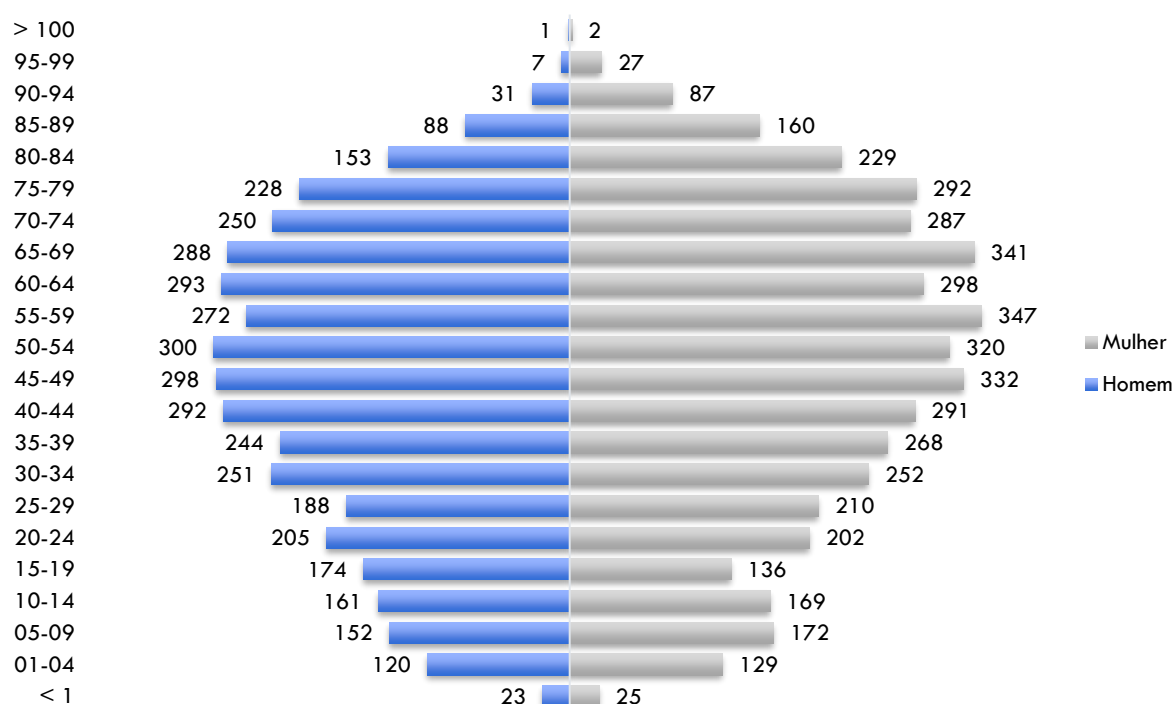
Dos utentes inscritos na USF Foz do Minho, 400 tinham idade igual ou inferior aos 6 anos (218 homens e 182 mulheres). Os inscritos com idade entre os 7 e os 64 anos eram 1 356 (2 973 homens e 3 208 mulheres). Os idosos inscritos nesta unidade totalizavam 2 917 (1 229 homens e 1 668 mulheres). As crianças no 1.º ano de vida eram 44 (19 homens e 25 mulheres). As mulheres em idade fértil (dos 15 aos 54 anos de idade) totalizavam 1 804.

Gráfico 235 | Distribuição dos inscritos USF Foz do Minho, por grupo etário e sexo, maio de 2024


Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/913/10001/1160272/Paginas/default.aspx> (Acedido a 19/06/2024)

A distribuição dos **utentes inscritos na USF Foz do Minho** permite concluir que **o grupo etário com maior número de efetivos do sexo masculino é o dos 45 aos 49 anos de idade (323)**. Por seu turno, o maior número de mulheres encontrava-se na faixa etária dos 60 aos 64 anos de idade (388). Mais se acrescenta que à medida que avançamos na idade, o número de mulheres inscritas tende a ser superior ao dos homens, o que se revela mais significativo a partir do grupo etário dos 35 aos 39 anos de idade (267 homens e 280 mulheres).

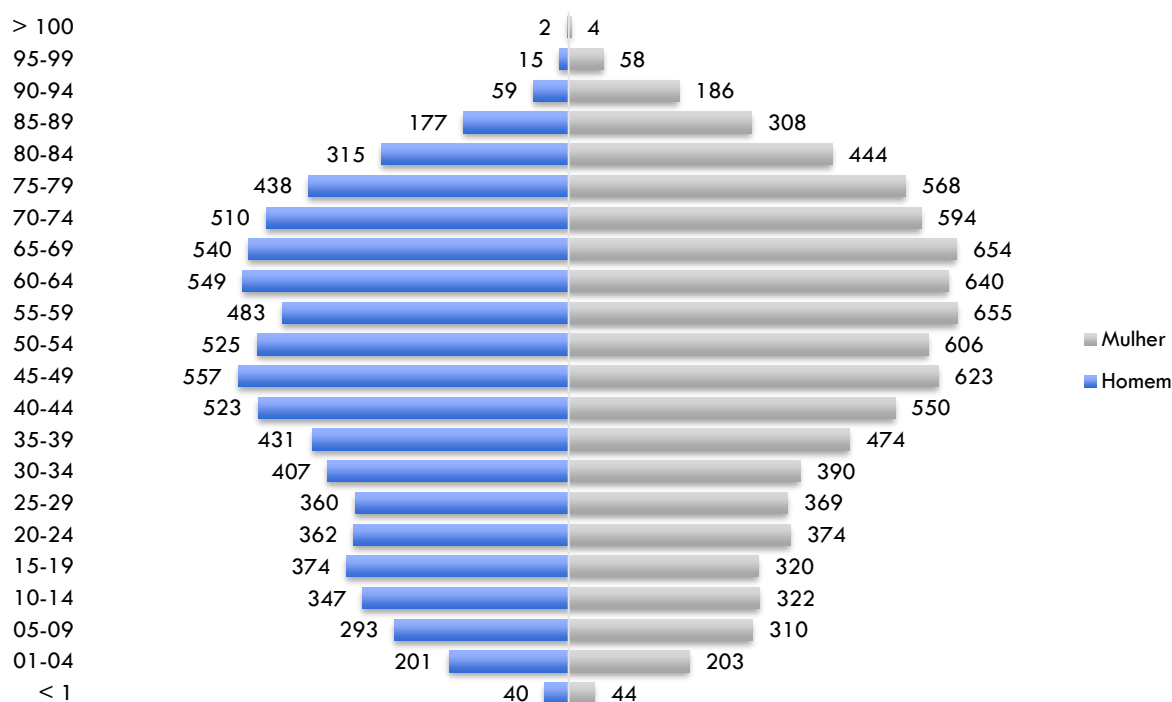
O **índice de dependência de jovens dos inscritos situava-se nos 18,11%** e o **índice de dependência de idosos dos inscritos era de 52,35%**. De acordo com os dados disponíveis, o **índice de dependência total dos inscritos era de 70,46%**. O **índice de envelhecimento situava-se nos 289,10%**, ou seja, por cada utente inscrito do grupo etário dos 0 aos 14 anos de idade eram 289,10 os idosos inscritos. Tal como acontece com a população residente no concelho de Caminha, é evidente o **envelhecimento dos inscritos na USF Foz do Minho**.

Gráfico 236 | Distribuição dos inscritos USF Vale do Âncora, por grupo etário e sexo, maio de 2024


Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/913/10001/1160271/Pages/default.aspx> (Acedido a 22/06/2024)

Dos **utentes inscritos na USF Vale do Âncora 4 576 eram do sexo feminino e 4 019 eram homens**. Foi possível comprovar que 450 dos inscritos tinham idade igual ou inferior aos 6 anos (217 homens e 233 mulheres). No grupo etário dos 7 e os 64 anos de idade, estavam inscritos 2 756 homens e 2 918 mulheres, o que totaliza 5 674 inscritos. Se este grande grupo for subdividido, observa-se que era no grupo dos 45 aos 49 anos de idade que se encontrava o maior número de utentes inscritos (630; homens: 298 e mulheres: 332). Os utentes inscritos com idade entre os 65 e os 74 anos de idade correspondiam a 1 166 indivíduos (538 homens e 628 mulheres). Eram 1 305 os utentes inscritos com 75 ou mais anos de idade (508 homens e 797 mulheres). As crianças no 1.º ano de vida atingiam os 48 (23 homens e 25 mulheres). Eram 1 691 as mulheres inscritas em idade fértil (dos 15 aos 54 anos de idade). Os idosos inscritos ascendiam a 28,75% do total de inscritos.

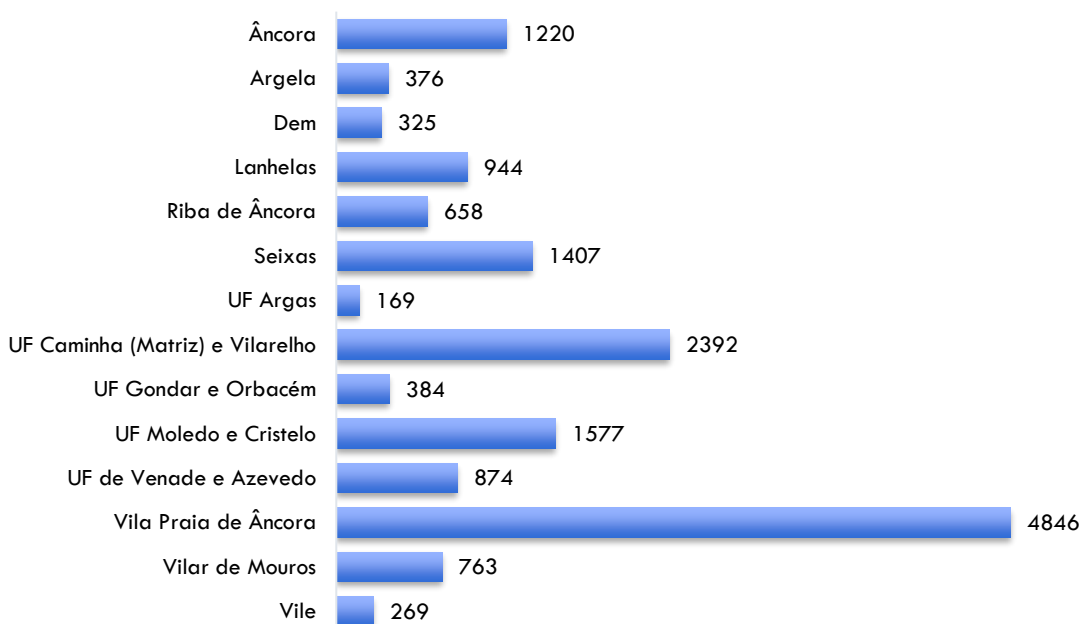
No seio dos utentes inscritos na USF Vale do Âncora o **índice de dependência total dos inscritos era de 66,15%**. O **índice de dependência jovem dos inscritos registou-se nos 18,38%** e o **índice de dependência de idosos dos inscritos era de 47,77%**. Relativamente ao **índice de envelhecimento, registou-se que o mesmo atingiu os 259,83%**, isto é, estavam inscritos 259,83 idosos por 100 utentes dos 0 aos 14 anos de idade.

Gráfico 237 | Distribuição dos inscritos UCC Caminha, por grupo etário e sexo, maio de 2024


Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/913/10001/1160212/Pages/default.aspx> (Acedido a 22/06/2024)

Tal como referido anteriormente, na UCC de Caminha, estavam inscritos 16 204 (7 508 homens; 8 696 mulheres). **O índice de envelhecimento dos inscritos na UCC de Caminha situava-se nos 276,82%,** o que significa que estavam inscritos 276,82 idosos por cada 100 inscritos até aos 14 anos de idade. Esta tendência para o envelhecimento da população inscrita fica também evidente pelo valor do **índice de dependência de idosos, o qual atingiu, em maio de 2024, os 50,9%** (por cada 50,9 idosos inscritos por cada 100 inscritos em idade ativa). **O índice de dependência de jovens era de 18,39%,** ou seja, estavam inscritos 18,39 utentes com idade até aos 14 anos por cada 100 utentes em idade ativa. **O índice de dependência total registado era de 69,29%.**

O número de crianças inscritas com idade até 1 ano situou-se nos 84 (40 meninos e 44 meninas). As mulheres em idade fértil (dos 15 aos 54 anos de idade) inscritas eram 3 100. O total da população idosa inscrita atingiu os 4 872 utentes (2 056 homens e 2 816 mulheres).

Gráfico 238 | Distribuição dos inscritos UCC Caminha, por freguesia de residência, maio de 2024


Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/913/10001/1160272/Paginas/default.aspx> (Acedido a 23/06/2024)

Analisando a distribuição dos utentes inscritos na UCC de Caminha por freguesia, verificou-se que a freguesia com maior proporção de inscritos era Vila Praia de Âncora, 29,91% (4 546 inscritos), seguida da UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho, 14,76% (2 392 inscritos).

Tabela 111 | Número de profissionais afetos às Unidades Funcionais que compõe o Centro de Saúde de Caminha, por categoria, 2022

Profissionais ao serviço nas UF	Enfermeiro/a	Fisioterapeuta	Assistente Social	Nutricionista	Médico/a	Secretário/a Clínico	Assistentes Operacionais (USAG)
USF Foz do Minho	6	0	1(a)	1(a)	6	5	6
USF Vale do Âncora	5	0	1	1(a)	5	4	
UCC Caminha	8	1	1(a)	1(a)	1(a)	1	
Total	19	1	2	1	10	10	6

(a) Tem carga horária repartida na USF e UCC

Fonte/Entidade: Centro de Saúde de Caminha

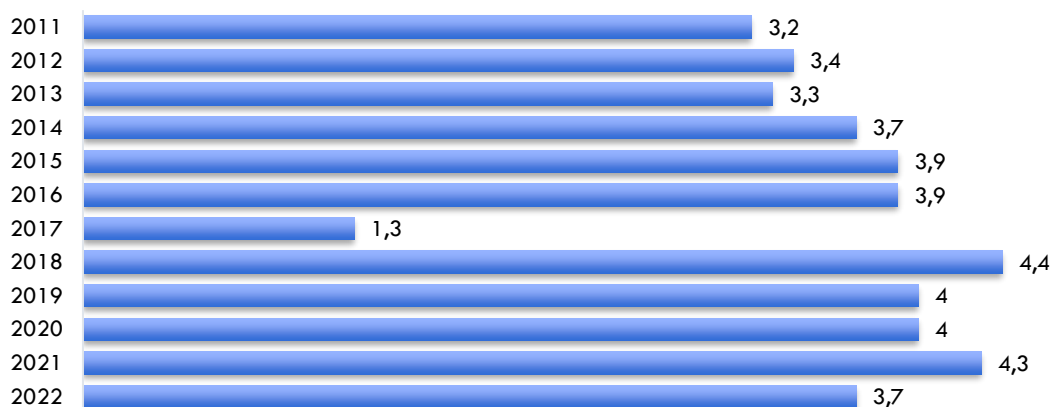
No que concerne aos recursos humanos afetos à USF Foz do Minho, verifica-se que a equipa é constituída por 6 Médicos, dos quais 3 são fixos, 1 encontra-se em prestação de serviços (33 horas semanais), os demais não são fixos, pelo que podem, após concurso, ter que sair. Permanece a lista de utentes a descoberto, pois aguarda-se a substituição definitiva do médico. Esta equipa multiprofissional conta com: 6 Enfermeiros, 1 Assistente Social, 1 Nutricionista, 5 Secretários Clínicos, um dos quais de Contrato

Individual de Trabalho prolongado. Tal como referido antes a Assistente Social e a Nutricionista encontram-se em carga horária repartida em outras unidades (a primeira com a UCC e a segunda com a USF Vale do Âncora e UCC).

A USF Vale do Âncora é composta por: 5 equipas de saúde (constituídas cada uma delas por 1 enfermeiro e 1 médico), 4 Assistentes Técnicos e 2 Assistentes Operacionais (estas são partilhadas com a USAG do Centro de Saúde de Caminha). Tem também 1 Assistente Social e 1 Nutricionista, nos moldes anteriormente explicados.

Quanto à UCC de Caminha, a qual tem como área geográfica de intervenção o concelho de Caminha, a equipa multidisciplinar é constituída pelos seguintes profissionais: 1 Assistente Social (afeto a tempo parcial à unidade), 1 Nutricionista (em regime de partilha com as restantes unidades do Centro de Saúde), 1 Fisioterapeuta (afeto a tempo parcial) e 8 enfermeiros (1 especialista em Saúde Comunitária, 1 especialista em Saúde Mental, 1 especialista em Saúde Materna e Obstetrícia, 1 especialista em Reabilitação, 4 de cuidados gerais, sendo que um elemento tem Pós-graduação em Cuidados Paliativos). A UCC, ao abrigo de um Protocolo de Colaboração celebrado com o Município de Caminha, conta com a colaboração de 1 Psicólogo, o qual presta apoio no âmbito da ECCL (Equipa de Cuidados Continuados Integrados).

Gráfico 239 | Evolução do número de enfermeiros por 1 000 habitantes no concelho de Caminha, 2011-2022

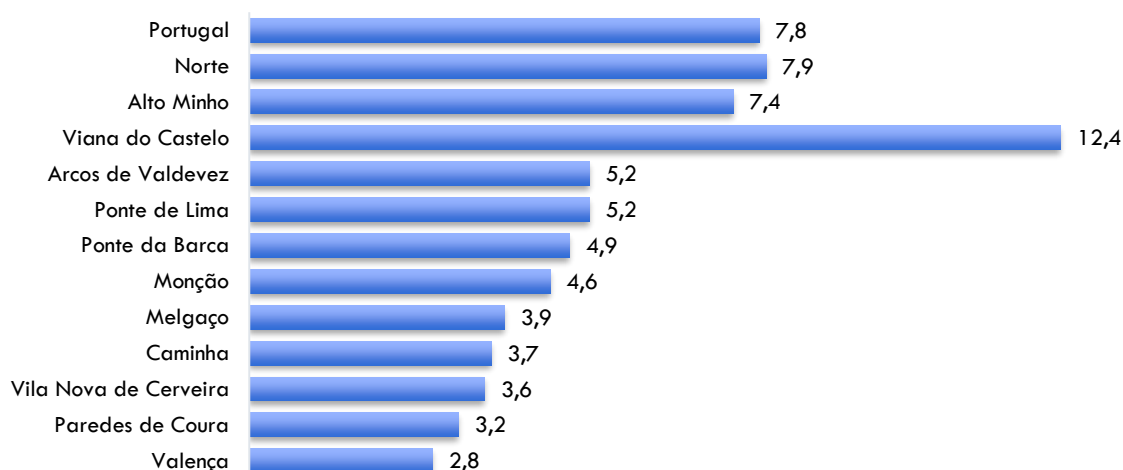


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 12/02/2024)

De acordo com dados disponibilizados, o rácio enfermeiros por 1 000 habitantes no concelho de Caminha, situava-se, em 2022, nos 3,7. Este valor representa um decréscimo face ao ano anterior, no qual existiam 4,3 enfermeiros por 1 000 habitantes. Recuando ao ano de 2011, verifica-se que ocorreu

um aumento do rácio, passando dos 3,2 enfermeiros/1 000 habitantes. Pese embora esta evolução, o valor de 2022 situa o concelho de Caminha significativamente abaixo da média nacional (7,8), da região Norte (7,9) e da sub-região do Alto Minho (7,4).

Gráfico 240 | Número de enfermeiros por 1 000 habitantes nos concelhos da sub-região do Alto-Minho, 2022

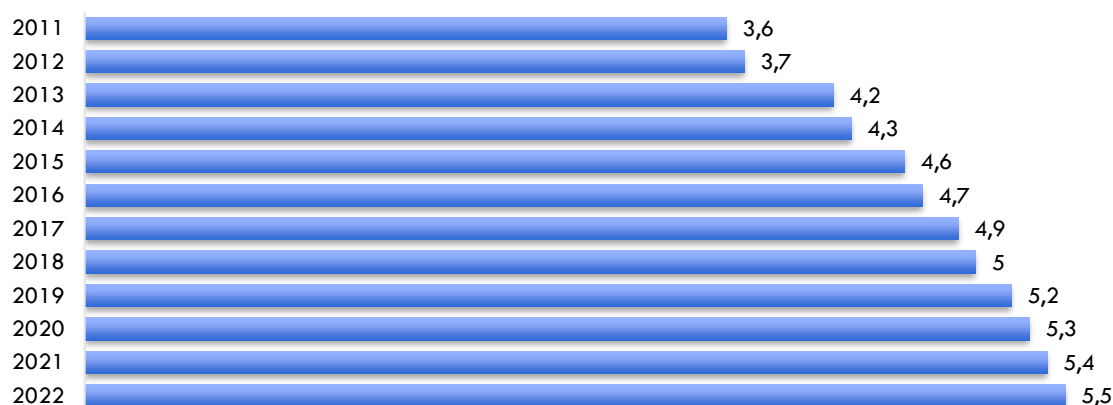


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 12/02/2024)

Como demonstram os dados, o concelho de Caminha é o quarto concelho com valores mais baixos para este indicador, antecedido por Valença (2,8), Paredes de Coura (3,2) e Vila Nova de Cerveira (3,6). No polo oposto encontra-se a sede do distrito, com 12,4 enfermeiros/ 1 000 habitantes.

O ODS 3 advoga que os países devem mobilizar-se para, até 2030, garantir que todos os cidadãos, em todas as idades, tenham acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar de todos. Na meta 3.8 desse objetivo é definido como essencial garantir a cobertura universal de saúde. Esta meta está diretamente relacionada com os profissionais ao serviço das populações, pelo que define como cenário desejável para 2023, dispor de 12,3 enfermeiros/1 000 habitantes. Deste modo, pode dizer-se que existe um longo caminho a percorrer para que se atinja, no concelho de Caminha, o valor-meta. De acordo com a informação existente é possível concluir que, caso se mantenha a tendência de evolução atual, não será possível no tempo determinado alcançar o rácio estabelecido.

Gráfico 241 | Evolução do número de médicos por 1 000 habitantes no concelho de Caminha, 2011-2022



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 12/02/2024)

No que se refere ao número de médicos por 1 000 habitantes, no concelho de Caminha, o rácio apurado, para 2022, foi de 5,5. Tal como se verifica pela análise do gráfico, este indicador tem vindo a apresentar incrementos graduais. O valor registado no concelho, em 2022, é inferior à média nacional (5,8 médicos/1 000 habitantes) e da região Norte (5,9 médicos/1 000 habitantes), porém, significativamente, superior à média da sub-região do Alto Minho (4,3 médicos/1 000 habitantes)

Este cenário é bastante positivo, principalmente, se for tido em conta que o valor meta do ODS 3 a atingir até 2030 se situa nos 5,7 médicos/1 000 habitantes. Posto isso, conclui-se que, se for mantida a tendência observada atualmente, este objetivo será atingido.

Por forma a dar cumprimento ao compromisso de que estão revestidas as USF ao nível dos cuidados de medicina geral e familiar e de enfermagem aos inscitos, as mesmas dispõem de um núcleo base de serviços, denominada de Carteira Básica de Serviços de Saúde.

A USF Foz do Minho dispõe na sua carteira básica de serviços de saúde as seguintes valências: Consulta de Saúde do Adulto e do Idoso; Consulta de Saúde Infantil e Juvenil; Consulta de Planeamento Familiar; Consulta de Saúde Materna; Consulta de Hipertensão, de Diabetes e de Hipocoagulados; Rastreio Oncológico; Consulta Aberta; Tratamentos, Vacina e Cuidados Domiciliários; Serviço Social. A carteira adicional de serviços da USF Foz do Minho integra: Consulta de Nutrição e Espirometrias.

Assim, a USF Vale do Âncora, norteando-se pelo objetivo de garantir a acessibilidade, adequação, efetividade, eficiência e qualidade dos serviços prestados aos inscitos, concretiza a sua carteira básica de serviços de saúde através das seguintes consultas: Consulta de Saúde do Adulto e do Idoso; Consulta

de Saúde Infantil e Juvenil; Consulta de Planeamento Familiar; Consulta de Saúde Materna; Consulta de Hipertensão, de Diabetes e de Hipocoagulados; Rastreio Oncológico; Consulta aberta; Serviço Social. A carteira adicional de serviços da USF Vale do Âncora integra: Consulta de Nutrição; Espirometrias e Consulta de Cessação Tabágica. A Carteira Básica de Serviços de Saúde da UCC as seguintes áreas de intervenção: Gestão da Doença; Equipa de Cuidados Continuados Integrados; Gestão da Saúde; Saúde Reprodutiva; Intervenção Comunitária; Saúde Escolar; Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco e Integração de um representante no Núcleo Local de Inserção, na Rede Social de Caminha, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e no Conselho Municipal de Educação.

Importa ainda dar nota das **respostas existentes** no que concerne à **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**, a qual foi criada através do Decreto-lei n.é 101/2006 de 6 de junho. A RNCCI, atuando numa lógica de proximidade às populações, visa a prestação/desenvolvimento de cuidados continuados integrados a pessoas que se encontrem em situação de dependência, bem como *«(..) investir no desenvolvimento de cuidados de longa duração, promovendo a distribuição equitativa das respostas a nível territorial; Qualificar e humanizar a prestação de cuidados; Potenciar os recursos locais, criando serviços comunitários de proximidade, e ajustar ou criar respostas adequadas à diversidade que caracterizam o envelhecimento individual e as alterações de funcionalidade¹²⁸»*.

A RNCCI integra um conjunto de instituições públicas e privadas que prestam aos utentes cuidados de saúde e de apoio social. De acordo com o estabelecido no artigo 12.  do Decreto-Lei n.é 101/2006, de 6 de junho, na sua redação atual, os cuidados continuados integrados contemplam várias tipologias: Unidades de Internamento (Unidades de Convalescença - UC, Unidades de Média Duração e Reabilitação - UMDR, Unidades de Longa Duração e Manutenção, ULDM), Unidades de Ambulatório (Unidade de Dia e de Promoção da Autonomia), Equipas Hospitalares (Equipas de Gestão de Altas, EGA) e Equipas Domiciliárias (Equipas de Cuidados Continuados Integrados, ECCI).

Cumpra esclarecer que as UC, de acordo com o estabelecido no artigo 13.  do Decreto-Lei sobredito, destinam-se ao internamento, com uma previsão de duração de 30 dias consecutivos, com o intuito de prestar os cuidados e os tratamentos necessários   estabilização clínica e reabilitação do utente que não carece de cuidados hospitalares de agudos.

A UMDR  , como estatuido no artigo 15.  do Decreto-Lei enumerado anteriormente, t b m se constitui como uma unidade de internamento, com duração previsível de entre 30 a 90 dias consecutivos, por forma a proporcionar ao utente cuidados clínicos, de reabilitação e sociais necessários   estabilização clínica e a reabilitação integral.

¹²⁸ Fonte: <https://www.ulsam.min-saude.pt/category/servicos/cuidados-continuados-integrados/>

Como decorre do definido no artigo 17.º do Decreto-Lei antes referido, por seu turno, as ULDM, enquanto unidades de internamento, de carácter temporário (período superior a 90 dias consecutivos) ou permanente, garante a prestação, aos utentes com doenças ou processos crónicos e com diferentes níveis de dependência, do apoio social e dos cuidados de saúde de manutenção, com vista a prevenir e retardar o agravamento da situação de dependência. Porém, a ULDM «(...) pode proporcionar o internamento, por período inferior ao previsto no número anterior, em situações temporárias, decorrentes de dificuldades de apoio familiar ou necessidade de descanso do principal cuidador, até 90 dias por ano¹²⁹».

A RNCCI é coordenada a nível Nacional, Regional e Local. O distrito de Viana do Castelo dispõe, desde 2006, de 2 Equipas Coordenadoras Locais (ECL) que estão sob a responsabilidade da ULSAM, a ECL Vale do Lima e Coura e a ECL Vale do Minho.

No que se refere à coordenação local, a intervenção ao nível dos cuidados paliativos no concelho de Caminha está integrada na área de abrangência do Vale do Minho, a qual se encontra sediada no Centro de Saúde de Valença.

A sinalização dos utentes para a integração nas diferentes tipologias da RNCCI é efetuada pelos profissionais dos Cuidados de Saúde Primários, mais concretamente pelas Equipas de Saúde Familiar das diferentes unidades de saúde ou da equipa de Gestão de Altas (EGA) da ULSAM, esta última, no caso de situações de internamento hospitalar e que não é aconselhável o regresso ao domicílio no imediato, após alta hospitalar. Estas referenciações são canalizadas para a ECL Vale do Minho, a qual faz a avaliação da situação e efetua a colocação.

¹²⁹ Diário da República n.º 109, de 06 de outubro de 2006, Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho.

Tabela 112 | Tipologias da RNCCI do Alto Minho e capacidade instalada, 2024

Entidade/Prestadores	Unidade	Capacidade (total de camas)
Casa da Cerca, SAS - Serviço de Apoio Sénior, Lda	Unidade de Longa Duração e Manutenção	18
Centro Paroquial de Promoção Social e Cultural de Darque	Unidade de Longa Duração e Manutenção	16
	Unidade de Média Duração e Reabilitação	16
Geravi Villa Carolina	Unidade de Convalescença	34
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez	Unidade de Convalescença	33
	Unidade de Longa Duração e Manutenção	28
	Unidade de Média Duração e Reabilitação	31
Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura	Unidade de Longa Duração e Manutenção	22
Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca	Unidade de Longa Duração e Manutenção	18
	Unidade de Média Duração e Reabilitação	7
Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima	Unidade de Longa Duração e Manutenção	28
Subtotal		251
Casa de Saúde São José - Melgaço	Unidade de Longa Duração e Manutenção	21
	Unidade de Média Duração e Reabilitação	8
Instituto São João de Deus - Gelfa	Unidade de Longa Duração e Manutenção da Gelfa	20
	Unidade de Média Duração e Reabilitação da Gelfa	20
Santa Casa da Misericórdia de Monção	Unidade de Longa Duração e Manutenção	17
	Unidade de Média Duração e Reabilitação	17
ULS Alto Minho - Valença	Unidade Convalescência Valença	14
Subtotal		117
Total		368
Unidade Convalescença		81
Unidade de Longa Duração e Manutenção		188
Unidade de Média Duração e Reabilitação		99

Fonte: <https://www.arsnorte.min-saude.pt/cuidados-continuados-integrados/prestadores-de-cuidados/prestadores/lista-de-prestadores-em-viana-castelo/> (Acedido a 23/06/2024)

Tal como foi referido no capítulo 1, no concelho de Caminha, existe um número significativo de cuidadores de residentes em situação de dependência, o que, entre outros desafios, coloca a questão do **descanso do cuidador**. As ULDM também dispõem de internamento, para situações temporárias, decorrentes da existência de dificuldades ao nível do apoio familiar ou de necessidade de descanso do cuidador principal, até a um período máximo de 90 dias por ano. O acesso ao descanso do cuidador, no âmbito da RNCCI, é efetuado através da referenciação de qualquer profissional dos Cuidados de Saúde Primários - Agrupamento Centros Saúde (ACES) ou Centro de Saúde (CS) da área de residência.

A população de Caminha que careça de cuidados continuados integrados, ao nível do internamento, pode encontrar resposta em Unidades de Convalescença (3 unidades, com uma capacidade instalada total de 81 camas), em Unidades de Longa Duração e Manutenção (9 unidades, com uma capacidade

instalada de 170 camas) e em Unidades de Média Duração e Reabilitação (6 unidades, com uma capacidade instalada de 117 camas) da RNCCI. Convém fazer constar que estas unidades visam dar resposta a toda a população com dependência residente na região do Alto Minho.

As Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) de Monção (período máximo de internamento de 90 dias, havendo necessidade de comparticipação financeira de acordo com os rendimentos do utente/família), Unidade de Convalescença (UC) de Valença (período máximo de internamento de 30 dias), Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) da Gelfa, Unidade de Convalescença (UC) Vila Carolina, Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) de Ponte da Barca, Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) dos Arcos de Valdevez. **A dispersão geográfica das unidades e o facto de a capacidade de resposta instalada no território concelhio ser manifestamente reduzida** traduzem-se em desafios para as famílias, se for tida em conta a frágil rede de transportes públicos. Deste modo, fica comprometido o regime de visitas aos utentes integrados nas unidades fora do concelho.

Tabela 51 | Ocupação nas diferentes tipologias da RNCCI do Alto Minho, por tipologia a 18/06/2024

Local	Unidade	Tipologia	Lotação	Ocupação	Vagas
Arcos Valdevez	S.C.M. Arcos Valdevez	Média	31	31	0
Arcos Valdevez	S.C.M. Arcos Valdevez	Longa	28	27	1
Arcos Valdevez	S.C.M. Arcos Valdevez	Convalescença	33	33	0
Viana do Castelo	Centro C. Darque	Longa	16	16	0
Viana do Castelo	Centro C. Darque	Média	16	16	0
Caminha	I. S. João Deus – Gelfa	Longa	20	20	0
Caminha	I. S. João Deus – Gelfa	Média	20	20	0
Melgaço	Casa S. José – Melgaço	Média	8	8	0
Melgaço	Casa S. José – Melgaço	Longa	21	21	0
Monção	S.C.M. Monção	Média	17	17	0
Monção	S.C.M. Monção	Longa	17	16	1
Areosa	Geriavi Villa Carolina	Convalescença	34	33	1
Paredes Coura	S.C.M. Paredes de Coura	Longa	22	22	0
Ponte Barca	Casa da Cerca	Longa	18	18	0
Ponte Barca	S.C.M. Ponte Barca	Média	7	7	0
Ponte Barca	S.C.M. Ponte Barca	Longa	18	18	0
Ponte Lima	S.C.M. Ponte Lima	Longa	28	28	0
Valença	ULSAM – Valença	Convalescença	14	14	0
Total			368	365	3

Fonte: <https://www.arsnorte.min-saude.pt/cuidados-continuados-integrados/mapa-ocupacao-rncci/#content> (Acedido a 23/06/2024)

Como se verifica pela análise dos dados apresentados na tabela anterior, a 18/06/2024, das 368 camas existentes, encontravam-se ocupadas 365, sendo que as 3 camas vagas diziam respeito a 2 vagas em ULD (Arcos de Valdevez e Monção) e 1 vaga em UC (Areosa). Assim, conclui-se que a taxa de ocupação nas UMDR era, nessa data de 100%. **Nas ULD, a taxa de ocupação era de 98,94%. No que concerne às UC, a taxa de ocupação era de 98,77%. Em termos totais a taxa de ocupação era de 99,18%.** Deste modo, pode concluir-se que **será necessário, atendendo às previsões de aumento da incidência de dependência e perda de autonomia na população residente, investir no aumento da capacidade instalada.** Acresce referir que, de acordo com a informação veiculada pelas entidades com resposta social de **ERPI, estas estruturas estão a ser ocupadas como unidades de saúde, quando as famílias e os técnicos não encontram respostas mais ajustadas às necessidades dos idosos.**

No que se refere às **Equipas Domiciliárias**, existe no concelho, a **ECI (Equipa de Cuidados Continuados Integrados)** de Caminha, a qual dispõe de uma capacidade de acompanhamento de **20 utentes**, o que se revela manifestamente insuficiente se atendermos à área de abrangência geográfica (concelho) e ao crescente envelhecimento da população, bem como do aumento das doenças crónicas degenerativas.

No que se refere à prestação de cuidados no âmbito dos **cuidados paliativos** existem duas equipas de Cuidados Paliativos da ULSAM, a Equipa Intra-hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos (CP) e a Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos.

A **Equipa Comunitária de Suporte em CP** foi criada em 2017. Depois de um período inicial em que a sua intervenção se circunscrevia a uma área mais restrita do concelho de Viana do Castelo, foi alargando, progressivamente, a sua ação a todo o distrito. Esta equipa multidisciplinar, composta por dois grupos de trabalho, presta consultadoria e cuidados domiciliários, por forma a garantir a permanência do doente em fim de vida no seu meio natural de vida (família e comunidade). Cada grupo de trabalho é composto por 1 Enfermeiro e 1 Médico, os quais, dispoem de uma viatura medicalizada, prestam cuidados paliativos à população.

Esta equipa também se articula, na prestação de cuidados paliativos a doentes internados na ECC integrados nas UCC. De modo a possibilitar o funcionamento destas equipas foram identificadas duas grandes áreas geográficas de intervenção:

- a área 1 que integra os concelhos de Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença;
- a área 2 que abrange os concelhos de Monção, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

Posto isto, conclui-se que a **área geográfica das equipas é extensa**. Por outro lado, as **equipas têm uma dimensão exígua para conseguirem garantir a prestação de cuidados de saúde em tempo útil e a satisfação das necessidades das famílias**. Outro dos constrangimentos na intervenção destas equipas está associado ao facto de as mesmas só funcionarem nos dias úteis, das 8:00 horas às 17:00 horas. Assim sendo, concluiu-se que **não existe cobertura durante as 24 horas do dia, nem aos fins de semana e feriados**. Isso obriga a que, nos momentos em que estas equipas não estão no terreno, estes utentes/famílias tenham de recorrer à ECCI e, se a situação assim o exigir, ser encaminhada para o Serviço de Urgência da ULSAM.

Deste modo, tal como as equipas no terreno fazem constar, torna-se necessária a criação de uma terceira equipa de intervenção, de modo a satisfazer as necessidades de cuidados nesta área, no que concerne aos cuidados e serviços indispensáveis de dia e de noite, nos dias úteis e nos fins-de-semana num contexto de proximidade, preferencialmente no meio natural de vida.

O cenário descrito para o concelho de Caminha é uma réplica da realidade do país. Neste momento, Portugal não oferece resposta a mais de 70% das pessoas com necessidades paliativas e acrescentar que a expectativa é que as necessidades dupliquem em 2060.

Falar de cuidados paliativos é alertar para a dificuldade de acesso a esta área de cuidados de saúde, uma vez que em cerca de 70 mil adultos com necessidades de cuidados paliativos, apenas 20 mil foram acompanhados por uma equipa de cuidados paliativos e que, em cerca de oito mil crianças com necessidades paliativas, apenas cerca de 800 tiveram acesso a cuidados paliativos, segundo os dados mais recentes do Ministério da Saúde (2019-2020).

Considerando as necessidades aqui analisadas e alinhado com o estabelecido no Pilar I, Saúde e Bem-Estar, do PAEAS 2023-2026, mais concretamente no Subpilar I.ii, Cuidados integrados e de longa duração, torna-se necessário que sejam implementadas medidas que facilitem o acesso aos cuidados por parte dos idosos, as pessoas em situação de dependência residentes no concelho de caminha e suas famílias. Isto torna necessário, entre outros aspetos, o aumento da capacidade instalada ao nível dos cuidados continuados integrados e dos cuidados paliativos, assim como nas respostas sociais destinadas à população idosa, dependente, com deficiência ou incapacidade.

A elaboração do retrato da Saúde e a caracterização da organização e das ofertas neste domínio, no concelho de Caminha, implica que se analise a informação disponível sobre a **Saúde Mental**, enquanto elemento fundamental ao bem-estar da população e, consequentemente, para o desenvolvimento social sustentável. De referir que *«Mais do que o bem-estar psicológico, a Saúde Mental traduz-se na capacidade de o indivíduo manter o equilíbrio das suas funções mentais e desenvolver comportamentos adaptados às diferentes circunstâncias em que está envolvido (ex. desenvolver e manter relacionamentos, estudar,*

trabalhar, tomar decisões, etc.). Já a doença mental, por outro lado, está relacionada com o sofrimento, incapacidade ou morbilidade causados por transtornos mentais, neurológicos ou pelo uso de substâncias e que podem surgir devido a fatores genéticos, biológicos, psicológicos, bem como condições sociais e ambientais diversas¹³⁰».

Os números disponíveis em relação à saúde mental, embora sejam de carácter sobretudo nacional, permitem apreender a dimensão que as perturbações do foro mental assumem. No ano de 2019, estas constituíam, o quarto principal tipo de patologia em termos de Carga Global de Doenças (CGD). A prevalência destas perturbações em termos nacionais (19,3%) situa o nosso país nos lugares cimeiros entre os países da União Europeia. Existe uma proporção não negligenciável da população portuguesa que sofria de alguma perturbação do foro mental ou de uso de substâncias, sendo que estas doenças concorriam, dada a CGD, para 17,8% dos anos vividos com incapacidade (YLD) e 8,3% dos anos de vida ajustados à incapacidade (DALY)¹³¹.

Se a estas doenças se juntarem as perturbações resultantes do uso de substâncias, 23% da população residente em Portugal encontrava-se com a saúde mental comprometida, sendo esta prevalência uma das mais elevadas da UE. Os dados disponíveis permitem concluir que as mulheres portuguesas apresentam taxas de depressão mais elevadas do que a população masculina, enquanto a probabilidade de morte por suicídio é quatro vezes superior entre a população masculina¹³².

Atendendo aos anos de vida saudáveis que, em 2019, se perdiam em resultado da prevalência de doenças mentais, importa fazer constar que o investimento na saúde mental é urgente de modo a melhorar o estado de saúde da população.

Dentro das doenças do foro mental, os transtornos de ansiedade (9,8%) e a depressão (5,88%) são aquelas com maior prevalência. Não se pode, contudo, negligenciar a incidência dos transtornos por uso do álcool (3,32%). Os dados apontam para que, em 2019, cerca de 4% da população adulta do país apresenta uma perturbação mental grave, 11,6% uma perturbação moderada e 7,3% uma perturbação de gravidade moderada¹³³.

¹³⁰ Fonte: <https://on.eapn.pt/wp-content/uploads/Boletim-7-A-sa%C3%BAdo-mental-em-Portugal-um-breve-retrato-epidemiol%C3%B3gico-1.pdf> (Acedido a 01/07/2024).

¹³¹ Fonte: <https://on.eapn.pt/wp-content/uploads/Boletim-7-A-sa%C3%BAdo-mental-em-Portugal-um-breve-retrato-epidemiol%C3%B3gico-1.pdf> (Acedido a 01/07/2024).

¹³² Fonte: <https://www.oecd-ilibrary.org/> (Acedido a 01/07/2024).

¹³³ Fonte: <https://on.eapn.pt/wp-content/uploads/Boletim-7-A-sa%C3%BAdo-mental-em-Portugal-um-breve-retrato-epidemiol%C3%B3gico-1.pdf> (Acedido a 01/07/2024).

Estima-se que uma proporção significativa da população residente enfrentará, no decurso da sua vida, algum problema de saúde mental, o que contrasta com o facto de os serviços especializados no país estarem a «(...) enfrentar limitações devido à escassez de pessoal e à falta de critérios de referência normalizados, o que origina longas listas de espera¹³⁴».

No que concerne à oferta pública nesta área da saúde, a população residente no concelho de Caminha tem ao seu dispor de respostas ao nível do Departamento da Psiquiatria e Saúde Mental da ULSAM, consultas das especialidades de Psicologia Clínica e Psiquiatria. Por outro lado, dispõem ainda do serviço de internamento. Mais se acrescenta que o Centro de Saúde de Caminha dispõe, tal como anteriormente referido, de uma Enfermeira Especialista em Saúde Mental.

Atendendo às fragilidades da população ao nível da saúde mental e também dos recursos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o Município de Caminha criou o Serviço de Psicologia, o qual tem como missão a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, a adoção de estilos de vida saudáveis, a diminuição dos problemas de saúde (física e psicológica) e dos riscos psicossociais, assim como potenciar a inclusão socioprofissional, as boas práticas psicossociais e combater as desigualdades, através de intervenção individual, familiar, organizacional e comunitária. Assim sendo, a intervenção especializada do Serviço de Psicologia, conjugada com a atuação dos restantes agentes de saúde e sociais, numa lógica de proximidade e de trabalho em rede, permitirá potenciar a ação sobre alguns dos determinantes da saúde que estão na base de um conjunto de doenças responsáveis pela ocorrência de mortes prematuras e de mortes evitáveis, tal como se aborda no subcapítulo seguinte.

Este serviço é prestado de forma gratuita à população residente no concelho de Caminha a vivenciar uma situação de vulnerabilidade e/ou de emergência, referenciadas, nomeadamente pelo SAAS de Caminha, pelo Serviço Local de Segurança Social, pelos Serviços Locais de Saúde, pela CPCJ de Caminha.

O acesso aos serviços de saúde e os tratamentos também se vê dificultado pelo facto de a grande maioria das respostas estarem centralizadas, dado que a rede de transportes públicos existente para garantir a ligação entre freguesias e entre estas e a sede do distrito é escassa. Sobressai também a inexistência de respostas de transporte adequadas, o que se torna mais premente no caso da população idosa e em situação de dependência, assim como entre as populações com maior grau de vulnerabilidade e maior fragilidade socioeconómica.

¹³⁴ Fonte: <https://www.oecd-ilibrary.org/>, p. 26 (Acedido a 01/07/2024)

Neste sentido, seria importante reforçar a dimensão da saúde mental numa base de proximidade às populações.

No trabalho de atendimento e acompanhamento social, os técnicos defrontam-se com a dificuldade de garantir o encaminhamento e a intervenção adequada à população com perturbações mentais. A inexistência de respostas de saúde e sociais específicas para a população com problemas de saúde mental faz com que uma franja da população com perturbações mentais fique sem aceder aos cuidados e ao acompanhamento de que precisa.

No âmbito dos grupos de trabalho constituídos para a concretização do presente documento, os parceiros sociais foram unânimes ao afirmar que existe uma **escassez de recursos na área da saúde mental**, o que a torna num verdadeiro desafio à saúde pública e a todos os agentes sociais. Por um lado, considera-se que os recursos humanos especializados neste domínio da saúde são insuficientes para dar resposta às necessidades da população. Por outro lado, os serviços hospitalares não conseguem dar resposta, dentro dos prazos médios, às consultas de Psiquiatria e Psicologia e a capacidade de camas instalada para internamento é insuficiente, não só no Alto Minho, mas também um pouco por todo o país.

Outro dos desafios atuais, neste domínio, é a **falta de medidas e de respostas direcionados especificamente para aqueles que cuidam de pessoas com problemas de saúde mental**, permitindo-lhes não só beneficiar de apoio especializado que lhes permita esclarecer as dúvidas que com que se defrontam, assim como que os capacite para o apoio e valorização daqueles que são cuidados e que lhes proporcione a oportunidade receberem os cuidados necessários ao seu bem-estar físico e mental.

De referir que deve também ser **garantido o reforço das ações de informação e sensibilização desenvolvidas para combater aos preconceitos associados à doença mental e à estigmatização dos cidadãos com diagnóstico de doença mental, os quais funcionam com constrangimentos à sua integração socioprofissional e favorecem a ocorrência de situações-problema de isolamento e exclusão social**. Estas ideias negativas pré-concebidas e desinformação em relação às pessoas que enfrentam distúrbios mentais fazem com que as mesmas não procurem a resposta especializada de que carecem, o que obstaculiza o diagnóstico precoce e, conseqüentemente, concorre para o agravamento do estado de saúde.

Em consonância com as prioridades estabelecidas na Estratégia da Saúde na Área das Demências, aprovada através do Despacho n.º 5988/2018 de 19 de junho de 2018, e outros documentos, um dos **desafios que se coloca atualmente passa por aprofundar o conhecimento das necessidades biopsicossociais da população com demência residente no concelho de Caminha, suas famílias e**

cuidadores formais e informais, proporcionando a informação base para a edificação de políticas e medidas de apoio.

Em face do exposto sobressai também a **necessidade de trabalhar ao nível da prevenção da doença mental e a deteção precoce da mesma enquanto estratégia de promoção da saúde e garante do bem-estar.**

6.1.2. Estado de Saúde

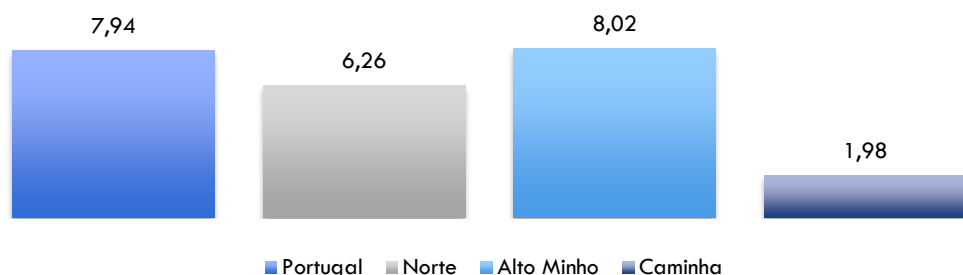
Compreender a panorâmica da saúde no concelho de Caminha implica conhecer as principais causas de morte da população residente e suas especificidades de acordo com as variáveis sexo e grupo etário, bem como os determinantes de saúde associados. Só compreendendo esta dinâmica será possível aos decisores políticos e demais agentes sociais que integram a Rede Social de Caminha perceber os desafios em torno dos quais importa congregar esforços.

Antes de avançar, importa fazer constar que, em resultado da falta de alguns dados relativos a determinados indicadores ao nível do concelho, recorreu-se a dados de âmbito regional e nacional.

Nos capítulos anteriores, foram abordadas diferentes dimensões que caracterizam o perfil do concelho do ponto de vista demográfico e socioeconómico, as quais influenciam e são influenciadas pelo Estado de Saúde da população concelhia e pelos importantes avanços ocorridos ao nível da prestação dos cuidados de saúde e de toda a tecnologia ao serviço da mesma.

Tal como se fez constar no capítulo 1, registou-se, nas últimas décadas, a evolução positiva da esperança média de vida, o aumento do índice de longevidade, entre outros indicadores, dos quais resultou o reforço da tomada de consciência de que os ganhos em anos de vida por parte da população residente são inegáveis.

Gráfico 242 | Taxa quinquenal de óbitos de crianças (0-4 anos de idade) por mil nados vivos, 2021 (‰)

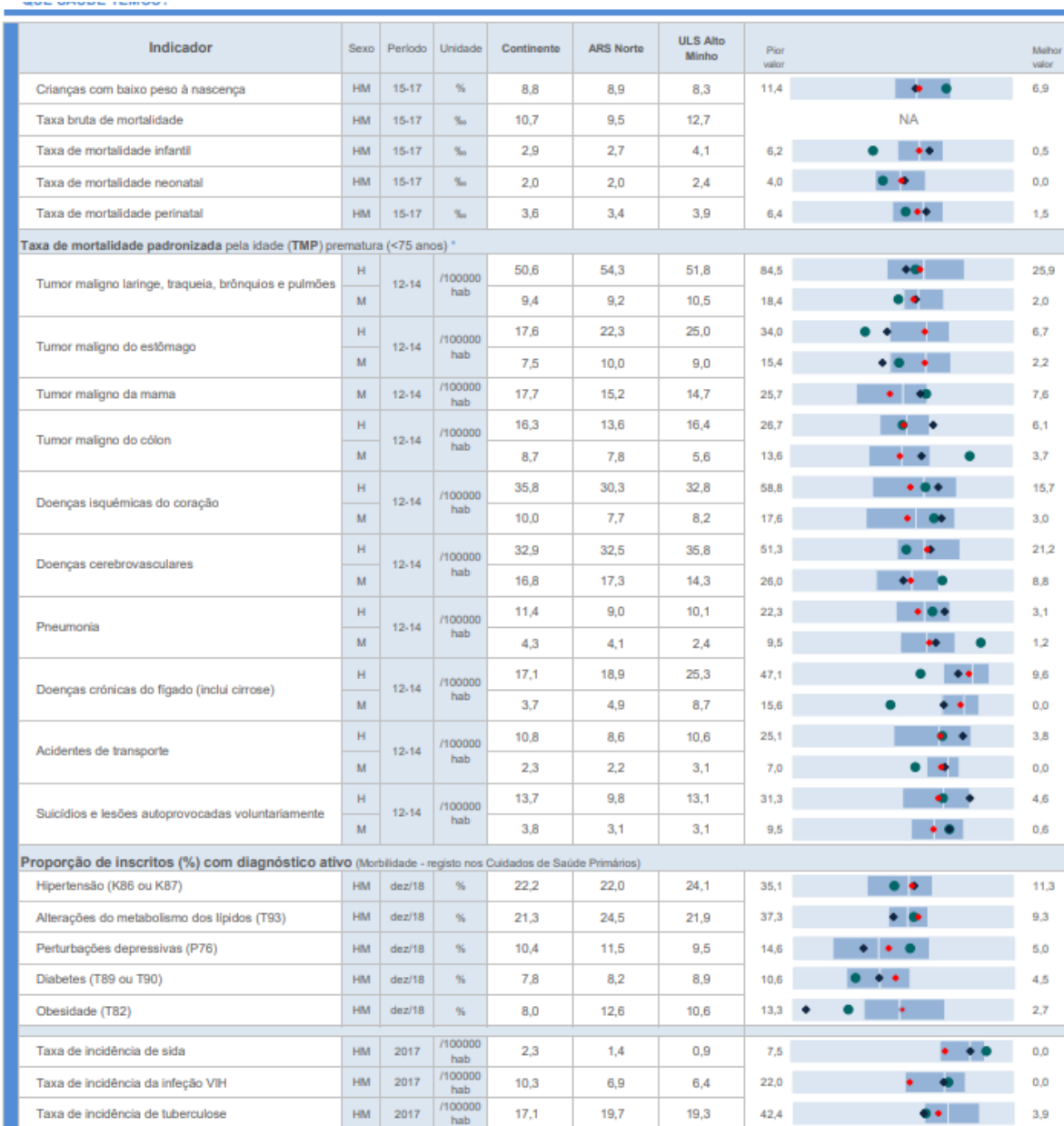


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 27/06/2024)

De acordo com o ODS 3, na sua meta 3-2, a qual estabelece que, de modo a **combater a mortalidade evitável**, devem os governantes e demais agentes sociais desenvolver as políticas, as medidas e as estratégias necessárias para que, até 2030, se acabem com todas as mortes evitáveis até aos 5 anos de idade. Como demonstram os dados que constam do gráfico anterior, a **taxa quinquenal de óbitos de crianças no concelho de Caminha** era, em 2021, de 1,98‰ (2019: 1,93‰; 2020: 1,92‰), valor significativamente inferior aos registados, em termos médios, Portugal (7,94‰), a região Norte (6,26‰) e a sub-região do Alto Minho (8,02‰). Apesar disso, as projeções para 2030 apontam para que este objetivo não seja alcançado, sendo que este indicador se estabeleça nos 2,1‰. **A tendência crescente deste indicador e o facto de as projeções apontarem para que a mesma se mantenha, exige uma reflexão sobre os fatores que estão na base deste aumento, para conseguir agir sobre os mesmos e quebrar este ciclo.**

Importa também atender ao número de óbitos por causa de morte para se conseguir apurar quais são as que se assumem como as com maior prevalência.

Figura 3 | Taxa de mortalidade padronizada pela idade e proporção de inscritos com diagnóstico ativo

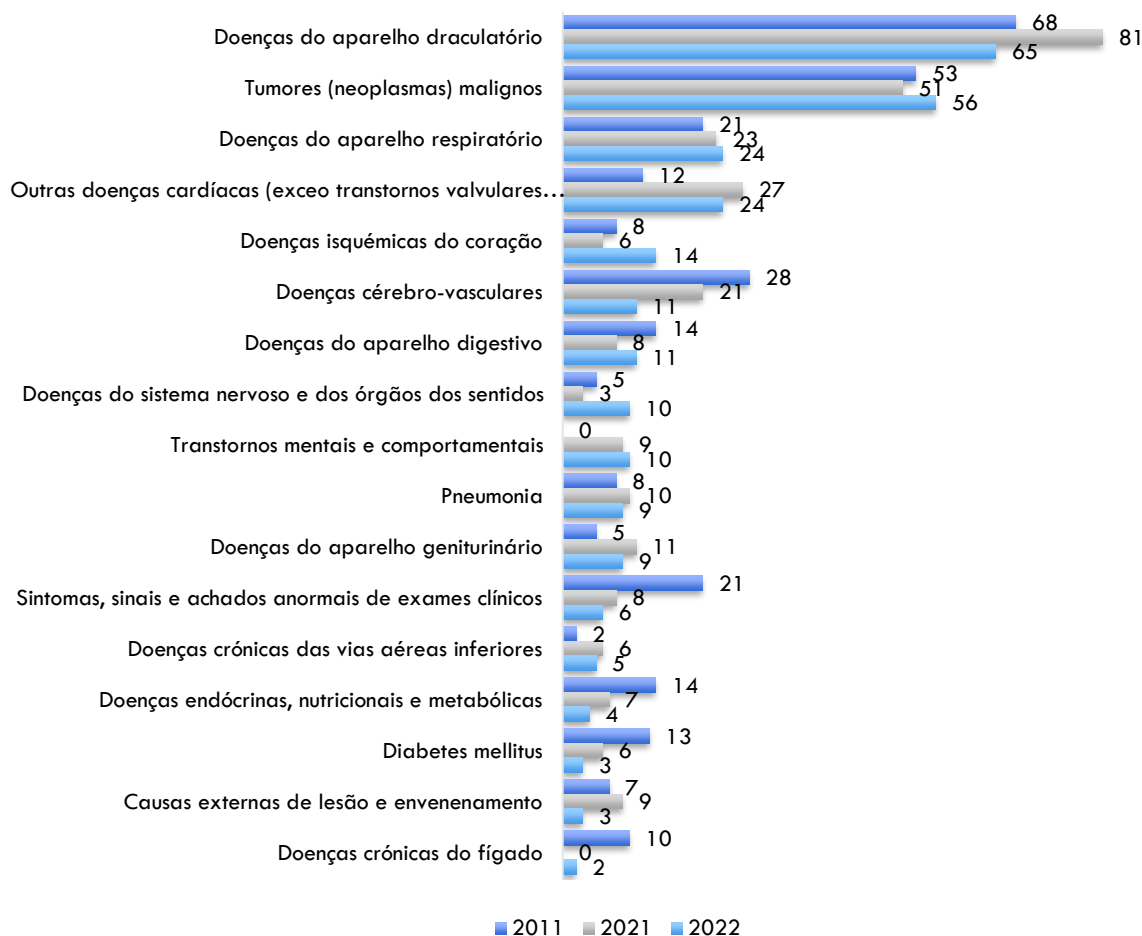


HM - Homens e Mulheres | H - Homens | M - Mulheres

NA - Não aplicável

Fonte: Perfil Local de Saúde 2018 - ULS Alto Minho (PeLS2018_A21_Alto-Minho.pdf (min-saude.pt))

No Alto Minho, a realidade relativamente aos problemas de saúde, não difere, sendo também as doenças cardiovasculares e o cancro as doenças prevalentes. Embora os dados que se apresentam aqui sejam relativos ao período pré-pandémico, o retrato do estado de saúde do concelho segue a tendência a nível nacional.

Gráfico 243 | Número de óbitos por causa de morte no concelho de Caminha, 2011-2022


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 17/06/2024)

A análise dos dados disponíveis permite concluir que, no ano de 2011, as **5 principais causas de morte**, definidas de acordo com a “Lista europeia sucinta de causas de morte”, no concelho de Caminha foram: **doenças do aparelho circulatório** (68 indivíduos: 31,63%), os **tumores (neoplasmas) malignos** (53 óbitos: 24,65%), **doenças cerebrovasculares** (28 óbitos: 13,02%), **doenças do aparelho respiratório** (21 óbitos: 9,77%) e **sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte** (21 óbitos: 9,77%). Em 2022, os óbitos ocorridos em resultado de doenças do aparelho circulatório mantiveram-se no topo das causas de morte, tendo aumentado face ao ano de 2021 (81 óbitos e 65 óbitos, respetivamente). Em segundo lugar mantinham-se os tumores malignos, embora com menos casos que no ano de 2011 (51 óbitos e 53 óbitos, respetivamente). Depois, surgiam **outras doenças cardíacas, exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares** (28 óbitos).

Em termos nacionais, no ano de 2021, o cenário é similar. De acordo com os dados disponíveis o maior número de óbitos, de acordo com a causa de morte, ficou a dever-se a doenças do aparelho circulatório (29,14%), a tumores malignos (21,52%), nomeadamente, tumor maligno da laringe e traqueia/brônquios/pulmão e a **outras doenças cardíacas, exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares** (11,65%).

No Alto Minho, à semelhança do que acontecia no país e no contexto do município de Caminha, a mortalidade por tumores malignos e por doenças do aparelho circulatório assumiam a maior relevância.

No ano de 2022, as doenças responsáveis pelo maior número de óbitos eram: as **doenças do aparelho circulatório** (65 óbitos: 30,81%), os **tumores (neoplasmas) malignos** (56 óbitos: 26,54%), as **doenças do aparelho respiratório** (24 óbitos: 11,37%), **outras doenças cardíacas, exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares** (24 óbitos: 11,37%) e **doenças isquémicas do coração** (14 óbitos: 6,64%). O tumor maligno (neoplasma) maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões ocupava, em 2022, assumiu-se como a principal causa de morte relacionada com os tumores malignos, com um total de 12 casos. A este seguia-se o tumor maligno no estômago, com um total de 6 casos. Assim sendo, pode referir-se que os dados demonstram a existência de um peso significativo dos óbitos causadas por doenças crónicas não transmissíveis, sendo que as doenças do aparelho circulatório, os tumores e as doenças do aparelho respiratório eram as principais causas de morte. Tal como consta no Plano Nacional de Saúde (PNS) 2030, as doenças crónicas não transmissíveis são apontadas também como sendo responsáveis pelos anos de vida saudáveis perdidos.

De referir que nos anos **de 2021 e 2022, os transtornos mentais e comportamentais assumiram alguma relevância no seio das causas de morte**, 3,88% e 4,74%, respetivamente, face ao ano de 2011 (0%). Esta questão é exemplificativa da prevalência da doença mental na população do concelho, o que torna mais preocupante o facto de, tal como os parceiros sociais fizeram constar que a saúde mental não estar a receber a atenção e os cuidados necessários para garantir a qualidade de vida e o bem-estar sustentável da população.

Comparando os cenários de 2011 e de 2022, de registar que as **doenças do aparelho circulatório e os tumores malignos** eram as principais causas de morte em ambos os anos. As **doenças do aparelho respiratório** ganharam peso, assim como as **outras doenças cardíacas, exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares** (2022:11,37%; 2011: 5,58%) e **doenças isquémicas do coração** (2022: 6,64%; 2011: 3,72%). Por seu turno, as doenças cerebrovasculares têm perdido peso, dos 13,02%, em 2011, passou, em 2021, para os 9,05% e para os 5,21%, em 2022.

Desagregando esta informação por sexo, verificou-se que entre os **homens**, em 2022, as **5 principais causas de morte** eram os **tumores (neoplasmas) malignos** (29 óbitos: 29%) e, dentro destes, os tumores (neoplasma) maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões (8 óbitos: 8%), as **doenças do aparelho circulatório** (24 óbitos: 24%), **doenças do aparelho respiratório** (11 óbitos: 11%), **doenças do aparelho digestivo** (10 óbitos: 10%) e **doenças isquémicas do coração** (7 óbitos: 7%). À medida que avança a idade dos cidadãos residentes no concelho de Caminha do sexo masculino, aumenta, regra geral, o número de óbitos.

As **5 principais causas de morte entre as mulheres** residentes no concelho de Caminha, no ano de 2022, eram as **doenças do aparelho circulatório** (41 óbitos: 36,94%), **tumores (neoplasmas) malignos** (27 óbitos: 24,32%), **outras doenças cardíacas, exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares** (18 óbitos: 16,22%), **doenças do aparelho respiratório** (13 óbitos: 11,71%), os **transtornos mentais e comportamentais e doenças cerebrovasculares** (8 óbitos: 7,21%). De esclarecer que dentro dos tumores (neoplasmas) malignos, os tumores (neoplasma) maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões (4 óbitos: 3,60%).

Em termos comparativos, observa-se que **os tumores (neoplasmas) malignos, as doenças do foro circulatório e do aparelho respiratório, embora com níveis de grandeza diferentes, eram responsáveis por um número significativo de óbitos entre as mulheres e homens residentes no concelho de Caminha**. Os óbitos decorrentes de **transtornos mentais e comportamentais assumem relevo entre as mulheres (7,21%)**, mas residual entre os homens (2%). As **doenças isquémicas do coração provocaram a morte em homens e mulheres numa proporção bastante semelhante**. Porém, entre as mulheres o peso das mesmas no total de óbitos foi ultrapassado por outras causas (transtornos mentais e comportamentais e doenças cerebrovasculares). **As doenças do aparelho digestivo tiveram um impacto relevante nas causas de morte entre os homens (10%) e residual entre as mulheres (0,90%)**. A (7 óbitos: 7%).

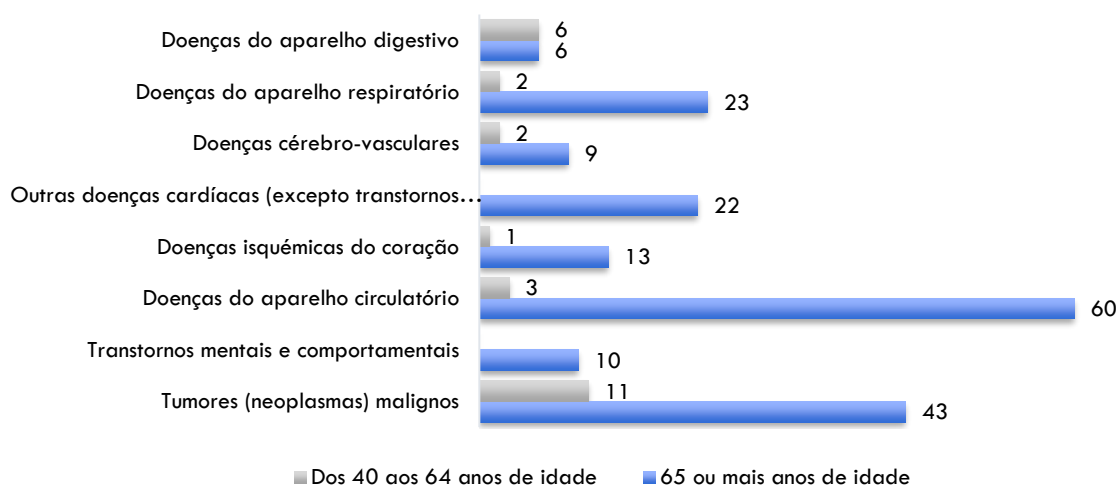
Tabela 113 | Distribuição do número de óbito, por causa de morte e por grupo etário, no concelho de Caminha, 2022

Causas de Morte	Grupos Etários									
	Dos 40 aos 44 anos	Dos 45 aos 49 anos	Dos 50 aos 54 anos	Dos 55 aos 59 anos	Dos 60 aos 64 anos	Dos 65 aos 69 anos	Dos 70 aos 74 anos	Dos 75 aos 79 anos	Dos 80 aos 84 anos	85 e mais anos
Tumores (neoplasmas) malignos	0	1	3	0	7	5	5	7	11	15
Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	0	1	2	7
Doenças do aparelho circulatório	0	0	1	2	0	0	8	2	9	41
Doenças isquémicas do coração	1	0	0	0	0	0	6	0	2	5
Outras doenças cardíacas (exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares)	0	0	0	0	0	0	2	2	2	16
Doenças cerebrovasculares	0	0	1	1	0	0	0	0	2	7
Doenças do aparelho respiratório	0	0	0	0	2	2	1	2	2	16
Doenças do aparelho digestivo	1	1	2	2	0	0	2	0	1	3

Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 30/06/2024)

A variável idade tem também impacto na distribuição da mortalidade por grupo etário. Nesse ano, não aconteceu nenhum óbito em indivíduos com 39 ou menos anos de idade. Ao analisar a distribuição das causas de morte por grupo etário, observa-se que, em 2022, a grande maioria dos óbitos aconteceu no seio dos indivíduos com 85 ou mais anos de idade, sendo que a principal causa de morte neste grupo etário foram as **doenças do aparelho circulatório** (30,37%), seguida das doenças do aparelho respiratório e de outras doenças cardíacas, exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares (11,85%) e dos tumores malignos (11,11%).

Gráfico 244 | Número de óbitos provocadas pelas 8 principais causas de morte no concelho de Caminha, por grandes grupos etários, 2022



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 30/06/2024)

Considerando as principais causas de morte da população residente no concelho de Caminha, as quais foram anteriormente referidas, constatou-se que as **doenças do aparelho circulatório**, a principal causa de morte da população residente, apresentavam **maior carga de mortalidade no grupo etário dos maiores de 85 anos de idade** (41 de 63 óbitos). Dentro deste grupo etário, estas doenças afetaram **maioritariamente as mulheres** (30 óbitos: 73,17%).

Os **tumores malignos** causaram maior número de mortes entre a população idosa (43 óbitos), principalmente entre os indivíduos com 85 ou mais anos de idade (15 óbitos: 10 mulheres e 5 homens), seguidos dos com idades entre os 80 e os 84 anos de idade (11 óbitos: 6 mulheres e 5 homens) e daqueles com 75 e os 79 anos de idade (7 óbitos: 4 homens e 3 mulheres). Os tumores malignos causaram a morte de 11 residentes com idade adulta (dos 60 aos 64 anos de idade: 7 óbitos; dos 50 aos 54 anos de idade: 3 óbitos e dos 45 aos 49 anos de idade: 1 óbito).

As doenças do **aparelho respiratório** causaram a morte de 25 indivíduos (13 mulheres e 12 homens), sendo que a maior incidência aconteceu entre os indivíduos que tinham mais de 65 anos de idade (23 óbitos: 10 homens e 13 mulheres), mormente aqueles que tinham 85 ou mais anos de idade (16 óbitos: 5 homens e 11 mulheres).

As **doenças isquémicas do coração** causaram a morte sobretudo de idosos (13 óbitos, de um total de 14), com maior peso no seio daqueles que tinham entre 70 e os 74 anos de idade (6 óbitos: 3 homens e 3 mulheres) e aqueles que tinham 85 ou mais anos de idade (5 óbitos: 4 mulheres e 1 homem).

As **doenças do aparelho digestivo** atingiram de forma mortal de forma equitativa a população idosa e a população adulta (dos 40 aos 59 anos de idade), atingindo mortalmente um total de 12 indivíduos (11 homens e 1 mulher).

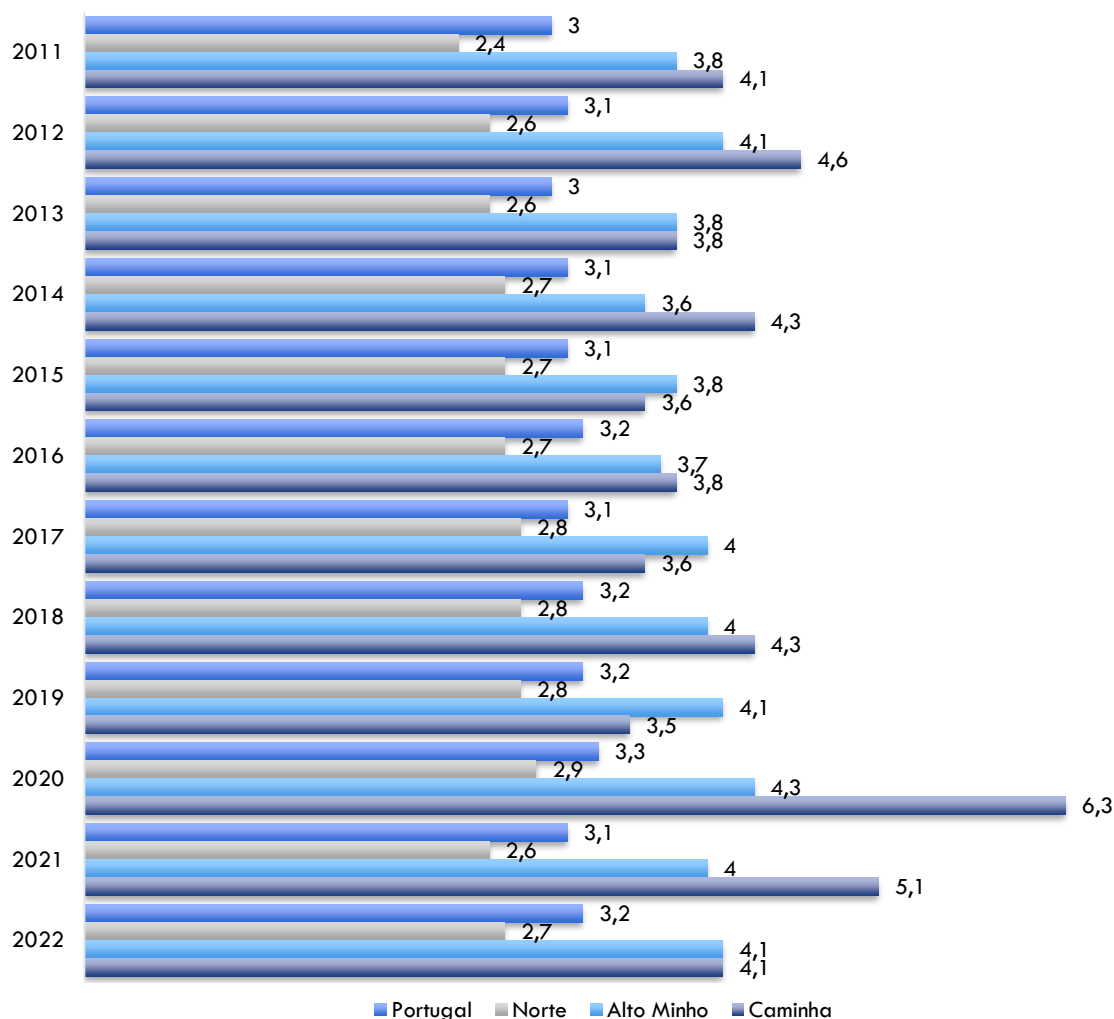
As **outras doenças cardíacas, exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares**, provocaram óbitos apenas entre a população idosa (neste caso, com 70 ou mais anos de idade), nomeadamente naqueles que tinham 85 ou mais anos de idade (16 óbitos: 13 mulheres e 3 homens).

Os **transtornos mentais** estiveram na génese de óbitos apenas entre os idosos com 75 ou mais anos de idade (10 óbitos: 8 mulheres e 2 homens), principalmente entre os que estavam integrados no grupo etário dos 85 ou mais anos de idade (7 óbitos: 6 mulheres e 1 homem).

As **doenças cerebrovasculares** causaram a morte de 11 residentes no concelho de Caminha, sendo que destes 9 eram idosos (6 mulheres e 3 homens) e 2 adultos (2 mulheres). No seio dos idosos, o maior número de mortes aconteceu no grupo etário dos 85 e mais anos (7 óbitos: 5 mulheres e 2 homens).

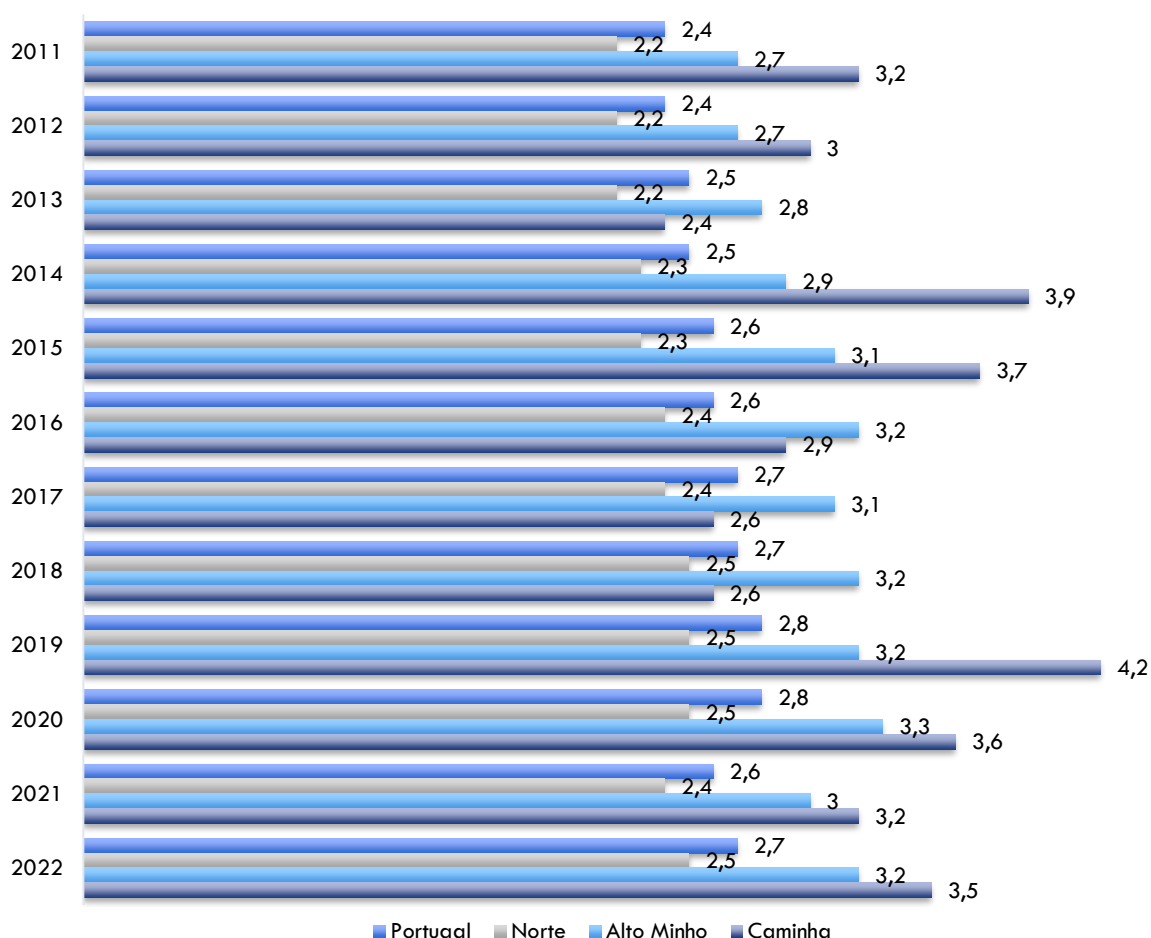
A maior carga de mortalidade das doenças referidas, de um modo geral, no seio da população idosa pode ser explicado pelo facto de ser neste grupo etário que as consequências dos determinantes/fatores de risco acumulados no decurso do percurso de vida se fazerem sentir de forma fatal.

Gráfico 245 | Evolução da taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, 2011- 2022
(‰)



Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 24/06/2024)

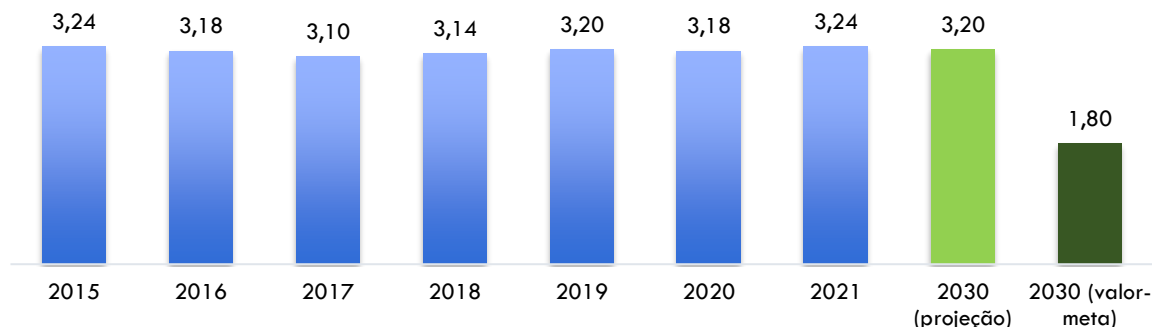
A **taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório** foi evoluindo, no concelho Caminha, à semelhança dos demais territórios, de forma descontínua, no período de 2011 a 2022. No território concelhio, este indicador atingiu o valor mais elevado no ano de 2020, situando-se nos 6,3‰. No ponto oposto surge o ano de 2019, tendo-se situado nos 3,5‰. No ano de 2022, assistiu-se a uma quebra face ao ano anterior, passando dos 5,1‰ para os 4,1‰. Assim, o mesmo **situou-se**, tal como a média da sub-região do Alto Minho, **em níveis superiores aos registados, em termos médios, no país (3,2‰) e na região Norte (2,7‰)**.

Gráfico 246 | Evolução da taxa de mortalidade por tumores malignos, 2011 - 2022 (‰)


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 24/06/2024)

No que concerne à **taxa de mortalidade atribuível a tumores malignos**, de referir que este indicador **entre 2011 e 2022, para o concelho de Caminha, aumentou, passando dos 3,2‰ para os 3,5‰**. Foi no ano de 2019 que este indicador atingiu o valor mais significativo, 4,2‰. O ano em que este indicador atingiu o valor mais baixo foi 2013, com 2,4‰. **No ano de 2022, a taxa de mortalidade por tumores malignos no concelho de Caminha situou-se em patamares superiores à média nacional (2,7‰), da região Norte (2,5‰) e da sub-região do Alto-Minho (3,2‰).**

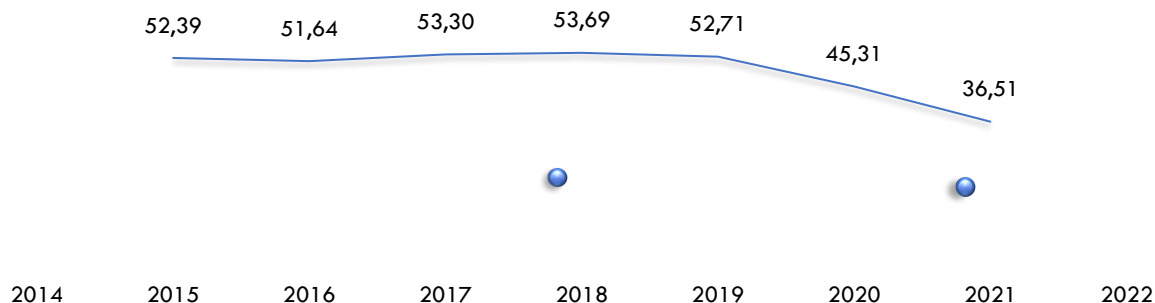
Gráfico 247 | Evolução da taxa quinquenal de mortalidade por tumores malignos, no concelho de Caminha, 2015- 2021 (%o)



Fonte: https://odslocal.pt/caminha?indicator_id=256&sdg=3&tabId=tab-indicators (Acedido a 28/06/2024)

Dentro do ODS 3, na meta 3.4, as Nações Unidas assumiram o compromisso de **reduzir a mortalidade por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental**, o que pressupõe a redução das mortes causadas por tumores malignos. No concelho de Caminha, desde 2015, a taxa quinquenal de mortalidade por tumores malignos foi oscilando entre os 3,1%o e os 3,2%o. As projeções para o ano de 2030 apontam para que este indicador se situará nos 3,2%o, não se conseguindo reduzir, pelo que ficará aquém dos 1,8%o definido como valor meta. Posto isso, será importante **reforçar a intervenção que permita eliminar/reduzir a ação dos determinantes desta doença, junto da população residente**.

Gráfico 248 | Evolução da taxa quinquenal de mortalidade por tumor maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões, padronizada por 100 mil habitantes no concelho de Caminha, 2015- 2021

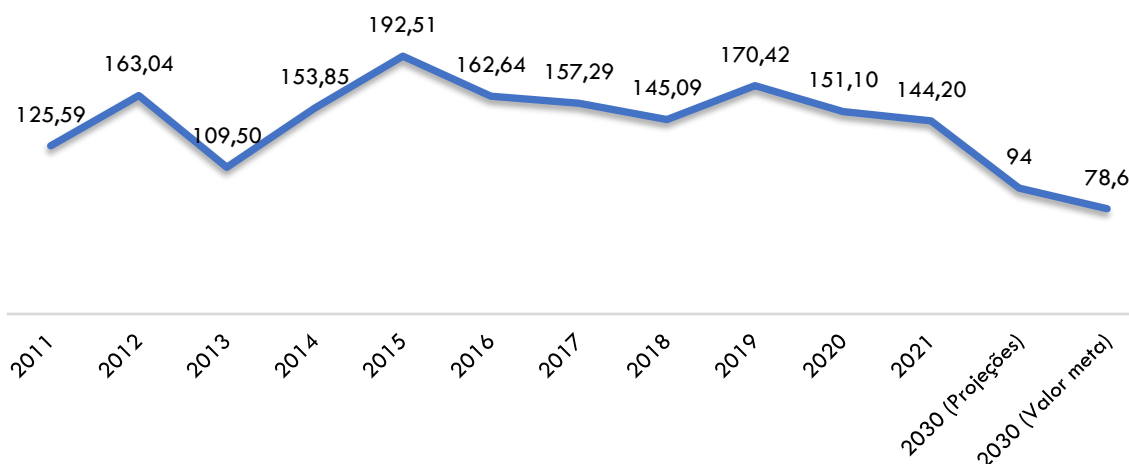


Fonte: https://odslocal.pt/caminha?indicator_id=556&sdg=3&tabId=tab-indicators (Acedida a 27/06/2024)

Como demonstram os dados do gráfico, a **taxa quinquenal de mortalidade por tumor maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões**, padronizada por 100 mil habitantes, no concelho de Caminha, depois de um período, entre 2015 e 2018, de oscilações entre quebras e aumentos, assistiu-se à entrada de um período de declínio. Este foi mais acentuado a partir de 2019. No ano de 2021, este indicador situou-se nos 36,51, o que representou uma quebra, em seis anos, de 15,88. No âmbito do ODS3, foi definida a meta 3-A, visando reduzir a incidência deste tipo de tumor, o qual é uma das

principais causas de morte no concelho. O valor-meta estabelecido, para 2030, foi 23,7. As projeções apontam para esta tendência de declínio se manterá, sendo que em 2030, este indicador estabelecer-se-á nos 23,2, ou seja, situar-se-á abaixo do valor desejado, pelo que se cumprirá o objetivo.

Gráfico 249 | Evolução do número de óbitos por doenças do aparelho respiratório, por 100 000 habitantes, no concelho de Caminha, 2011- 2021

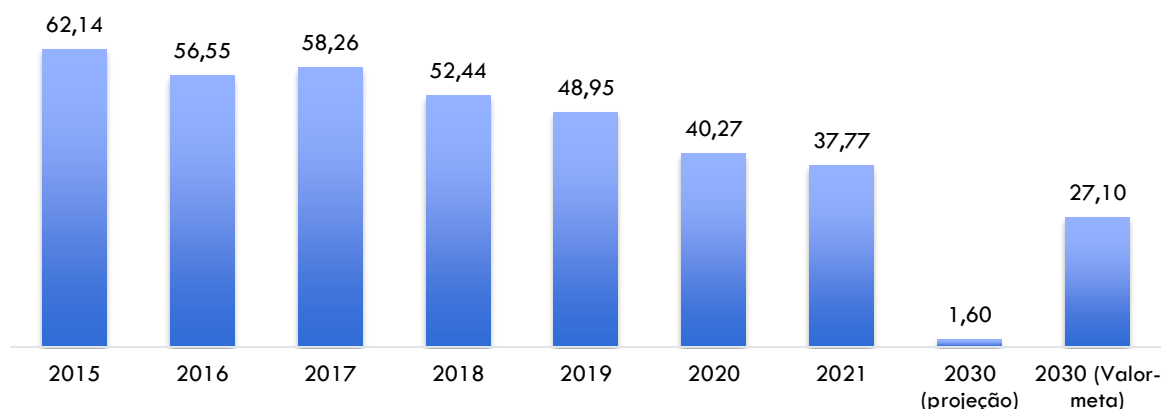


Fonte: https://odslocal.pt/caminha?indicator_id=154&sdg=3&tabId=tab-indicators (Acedida a 27/06/2024)

Focando a atenção naquela que é uma das cinco principais causas de morte da população residente no concelho de Caminha, as **doenças do aparelho respiratório**, constatou-se que, como evidencia o gráfico anterior, o número de óbitos provocados pelas mesmas, entre 2011 e 2021 evoluiu de forma oscilante, sendo que em 2021, o número de óbitos por doenças do aparelho respiratório, por 100 000 habitantes, era de 144,20, situando-se acima dos valores do ano de 2011 (125,59), o que é demonstrativo da necessidade de investir nos determinantes de saúde potenciadores da ocorrência destas doenças.

Considerando que no âmbito do ODS 3, mais concretamente na meta 3-9 estabelecida, a qual refere que, até 2030, deverão reduzir-se significativamente o número de mortes e doenças devidas a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo, atingindo níveis na ordem dos 78,6, no concelho de Caminha não se prevê que o mesmo seja atingido, ficando nos 94. **Apesar da evolução positiva, a mesma não será suficiente para atingir o valor meta.**

Gráfico 250 | Evolução da taxa quinquenal de mortalidade por diabetes mellitus, padronizada por 100 mil habitantes no concelho de Caminha, 2015-2021



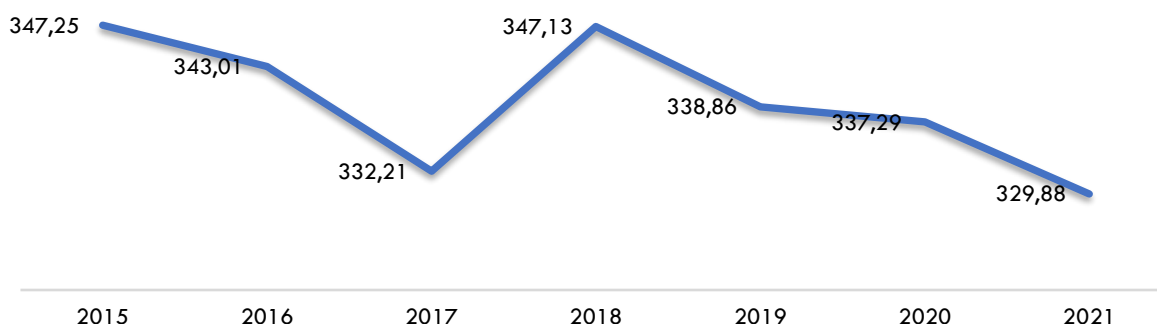
Fonte: https://odslocal.pt/caminha?indicador_id=557&sdg=3&tabId=tab-indicators (Acedido a 28/06/2024)

Como decorre da análise do gráfico anterior, a morte causada por diabetes *mellitus* ter vindo a decrescer gradualmente, desde 2018. De referir que a quebra mais acentuada da taxa quinquenal de mortalidade por diabetes *mellitus*, padronizada por 100 mil habitantes tendo-se registado no ano de 2020 (-9). Atendendo a esta tendência evolutiva, as projeções para 2030 que este indicador se situará em 1,6, ou seja, projeta-se uma taxa de mortalidade padronizada por diabetes *mellitus*, no concelho de Caminha, de 1,6 óbitos por 100.000 habitantes. A confirmar-se as projeções o cenário concelhio estará marcado pelo alcance do valor meta estabelecido.

Apesar de se prever que este indicador se situará em patamares bastante positivos, importa, à semelhança do que acontece em termos nacionais, dar nota da necessidade de continuar a trabalhar para prevenir esta doença e dirimir as consequências negativas decorrentes da mesma.

Analisando a informação disponível relativamente às **causas de mortalidade prematura (idade inferior a 75 anos)**, constatou-se que, em 2022, as mesmas eram os tumores malignos (dentro destes destacava-se o tumor (neoplasma) maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões) e as doenças do aparelho circulatório. Mais se acrescenta que a análise deste indicador possibilitou a constatação de que o mesmo era mais elevado entre homens do que nas mulheres.

Gráfico 251 | Evolução da taxa quinquenal de mortalidade prematura (antes dos 75 anos de idade) padronizada por 100 mil habitantes no concelho de Caminha, 2015- 2021



Fonte: https://odslocal.pt/caminha?indicator_id=559&sdg=3&tabId=tab-indicators (Acedida a 27/06/2024)

A meta 3-4 do ODS3 propõe a redução, até 2030, da mortalidade por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental, passando a situar-se nos 251. Observando a evolução da taxa quinquenal de mortalidade prematura (antes dos 75 anos de idade) padronizada por 100 mil habitantes no concelho de Caminha, entre 2015 e 2021, verifica-se que entre 2015 e 2017 este indicador decresceu (347,25 e 332,21, respetivamente). No ano de 2018, este indicador subiu para valores próximos dos registados em 2015, o que representa o acontecimento de uma involução, ou seja, a mortalidade prematura intensificou-se. Porém, este recuo no trajeto em direção à redução da mortalidade inverteu-se no ano seguinte, 2019, tendo-se situado nos 338,86. Desde esse ano, este indicador manteve a tendência de declínio. Assim, em 2021, atingiu os 329,88. Pese embora a tendência de evolução deste indicador tenha ido no sentido da redução, as projeções para o ano de 2030 perspetivam que o valor meta não será atingido, permanecendo nos acima dos 300 (315).

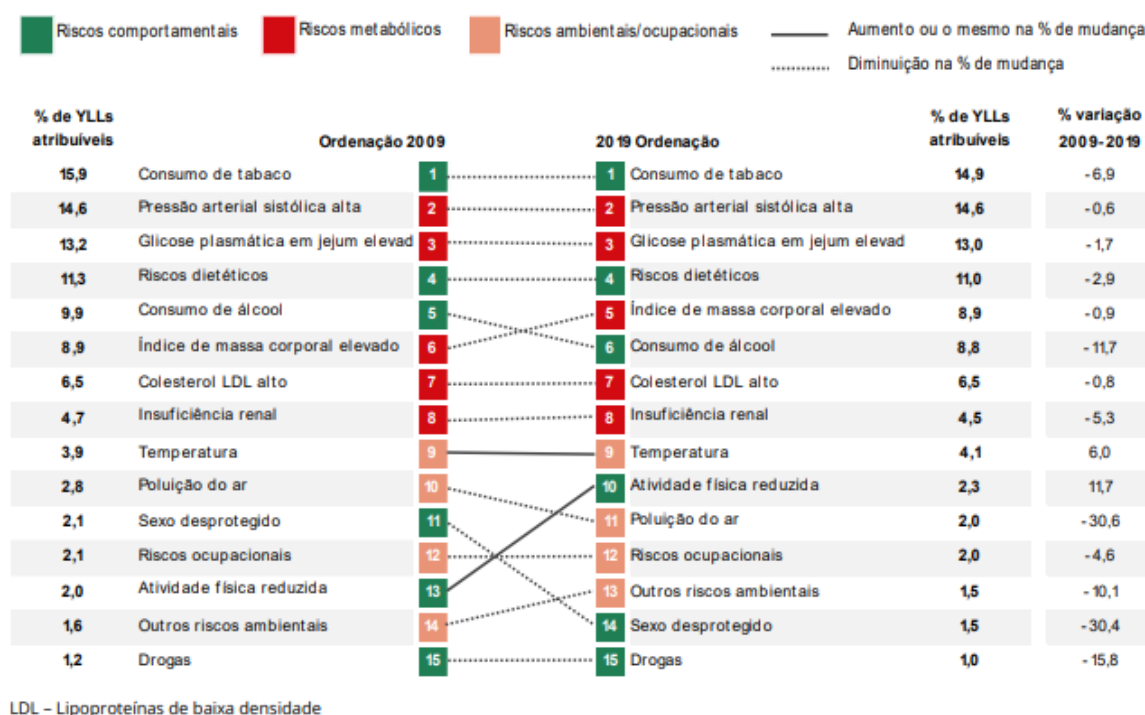
Posto isto e em consonância com os objetivos definidos em sede do PNS 2030, um dos **desafios da saúde que se coloca no território concelhio passa por reforçar a mobilização de esforços** dos vários parceiros sociais **para reduzir as mortes preveníveis e prematuras (ocorridas em indivíduos com idade inferior aos 75 anos)**. Considerando que, no concelho, estas estão relacionadas, como se expôs anteriormente, sobretudo com o cancro, as doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório, outras doenças cardíacas, exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares, e as doenças isquémicas do coração, importa, entre outros fatores, **conhecer e atuar sobre os determinantes de saúde** associados às mesmas.

É fundamental o desenvolvimento de ações que incidam sobre os «(...) fatores que contribuem para o estado atual da saúde de uma pessoa ou população, pelo aumento ou redução da probabilidade de ocorrência de doença ou morte prematura e evitável. (...) A evidência mostra que cada vez mais os diferentes

tipos de determinantes de saúde interagem entre si, formando uma rede intrincada e complexa de relações e influência.¹³⁵⁾

Os **determinantes de saúde** identificados no PNS 2030, à semelhança do que se registou no PNS 2021-2030, foram classificados como: **Ambientais, Biológicos, Comportamentais ou Estilos de Vida, Demográficos e Sociais, Económicos, Sistema de Saúde e Prestação de Cuidados de Saúde**. Estes determinantes estão, as mais das vezes, interdependentes e interrelacionam-se, assumindo-se quer como fatores protetores, quer como fatores de risco. A promoção da saúde e do bem-estar da população residente, para conseguir **associar aos anos de vida conquistados maior qualidade de vida**, implica uma intervenção concertada ao nível da saúde e das demais dimensões da vida (socioeconómicas, comportamentais, biológicas, ...).

Figura 4 | Ordenação dos principais fatores de risco de morte prematura (YLLs) e variação percentual, por fator, da taxa (por 100.000 habitantes) de YLLs, ambos os sexos, em Portugal, 2009 e 2019



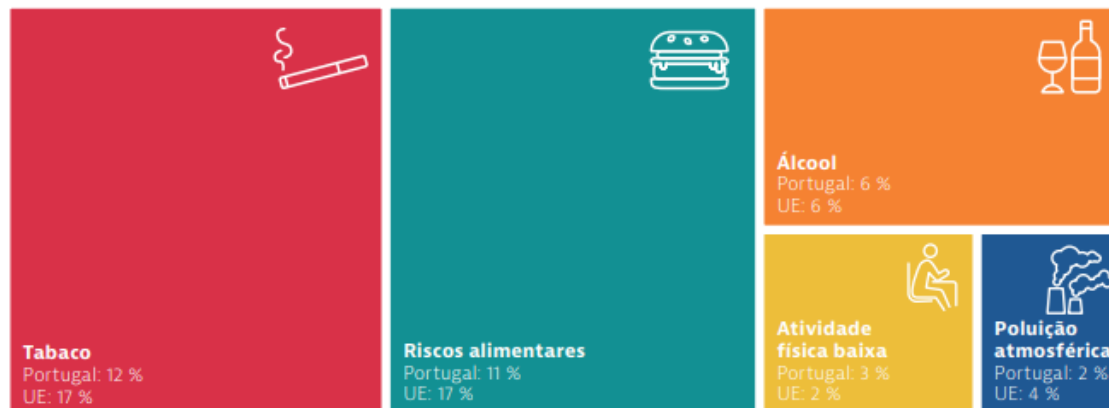
Fonte: PNS2021-2030_Saude-da-Populacao-em-Portugal.pdf (dgs.pt) (Acedido a 26/06/2024)

Tal como decorre dos dados da figura anterior, os determinantes comportamentais, os quais podem ser modificados, relacionados com o **consumo de tabaco**, encabeçam, entre 2009 e 2019, a lista dos

¹³⁵ Fonte: <https://pns.dgs.pt/pns-em-acao/determinantes-de-saude/> (Acedido a 24/06/2024)

principais responsáveis pela perda de anos de vida por mortalidade prematura em Portugal (YLLs - Years of Life Lost)¹³⁶.

Figura 5 | Principais fatores de risco para a saúde, Portugal e União Europeia, 2019



Notas: O número total de mortes relacionadas com estes fatores de risco é menor do que a soma dos fatores considerados individualmente, porque a mesma morte pode ser atribuída a mais de um fator de risco. Os riscos alimentares incluem 14 componentes, tais como a baixa ingestão de fruta e de legumes e o elevado consumo de bebidas açucaradas. A poluição atmosférica refere-se à exposição às PM_{2,5} e ao ozono.
Fontes: IHME (2020), Global Health Data Exchange (estimativas relativas a 2019).

Fonte: <https://oecd-ilibrary.org> (Acedido a 01/07/2024) | Portugal: Perfil de saúde do país 2023

O tabagismo (12%), os riscos alimentares (11%), o consumo excessivo de álcool (6%), a atividade física baixa (3%) e a poluição atmosférica, por exemplo, exposição a partículas finas (PM2.5) e a exposição ao ozono (2%) foram apontados como os principais fatores de risco comportamentais e ambientais com impacto significativo para a mortalidade no país, em 2019. Assim sendo, cerca de 30% das mortes registadas no território nacional estavam relacionadas com estes fatores de risco associados ao estilo de vida da população portuguesa.

Centrando a atenção à escala local e considerando as principais causas de morte no território concelhio, devem ser implementadas ações que alterem os seguintes determinantes: «(...) a **alimentação inadequada**, a **inatividade física**, o **excesso de peso e obesidade**, a **hiperglicemia**, a **hipertensão arterial**, a **hipercolesterolemia**, o **consumo de tabaco**, o **consumo de álcool** e os **riscos ocupacionais**.¹³⁷». Por outro lado, tal como referido ao longo do presente documento, é **fundamental intervir também ao nível dos determinantes sociodemográficos e económicas que estão associados à incapacidade de uma franja da população em alterar os seus estilos de vida, a forma como se alimentam,... Importa pois promover o combate às desigualdades sociais e, consequentemente, às iniquidades em saúde, não deixando ninguém para trás.**

¹³⁶ Fonte: PNS 2021-2030 Saude-da-Populacao-em-Portugal.pdf (dgs.pt) (Acedido a 24/06/2024)

¹³⁷ Fonte PNS 2030, p. 14

Assim e tal como ficou plasmado ao longo do presente documento, **deverão os parceiros sociais mobilizar-se em torno da execução de políticas e medidas que concorram para prevenir a ocorrência de eventos externos com potencial de impacto negativo, direto e indireto, ao nível da mortalidade, através do agravamento de determinantes de risco. A promoção de políticas e de medidas de prevenção e combate à pobreza e à exclusão social é fundamental.**

De ressaltar que, segundo o PNS 2021-2030, os cinco determinantes externos de saúde que mais contribuíram, em Portugal, para as iniquidades na saúde foram a **insegurança financeira e os níveis de rendimento dos indivíduos/famílias, a sua condição perante o trabalho e a qualidade dos vínculos laborais, os níveis de educação/formação, a falta de condições de habitabilidade das residências, a degradação da qualidade do ambiente e o nível de qualidade dos cuidados de saúde.**

Outro dos desafios passa por criar as condições que permitam reduzir as mortes prematuras e evitáveis e **reforçar a proteção das populações em situação de maior vulnerabilidade (idosos, crianças e indivíduos em situação de fragilidade socioeconómica).**

Figura 6 | Determinantes de saúde e doenças associadas



Fonte: Plano Nacional de Saúde 2021-2030

Como podemos observar na figura acima, um mesmo determinante de saúde pode estar relacionado com mais do que um problema de saúde e vice-versa. Também um grupo de determinantes pode estar

relacionado com um grupo de vários problemas de saúde. Por exemplo, o consumo de tabaco está associado, entre outras, ao aparecimento de tumores, doenças do aparelho circulatório e doenças respiratórias crónicas, ... Os riscos associados à alimentação têm repercussões ao nível de doenças como tumores, doenças do aparelho circulatório e diabetes *mellitus* e doença renal crónica.

Tabela 114 | Proporção de inscritos com registo de diagnóstico ativo nos CSP, por principais determinantes da saúde, dezembro de 2018 (%)

Diagnóstico ativo (ICPC-2)	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Excesso de peso (T83)	12,9	12,9	12,9	16,7	16,8	16,7	4	4,1	3,8
Abuso de tabaco (P17)	11,5	14,8	8,6	13,9	19,4	8,9	9,8	13,9	6,1
Abuso crónico do álcool (P15)	1,6	3	0,3	2,1	3,8	0,5	1,9	3,3	0,7
Abuso de drogas (P19)	0,5	0,8	0,3	0,6	1	0,3	0,4	0,6	0,3

Fonte: Perfil Local de Saúde | ULS Alto Minho 2018 | https://www.arsnorte.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/3/2019/12/PeLS2018_A21_Alto-Minho.pdf (Acedido a 27/06/2024)

Descendo a análise à escala da ULS Alto Minho, como se constata pelos dados apresentados no quadro anterior, o **abuso do tabaco** era, em 2018, a principal determinante de saúde com diagnóstico ativo nos Cuidados de Saúde Primários. Apesar das melhorias registadas ao nível deste determinante comportamental, é necessário continuar a apostar numa atuação que incida numa dupla vertente: a preventiva, tendo por base estratégias de informação e educação para a saúde e promoção de estilos de vida saudável; a par da promoção da cessação tabágica.

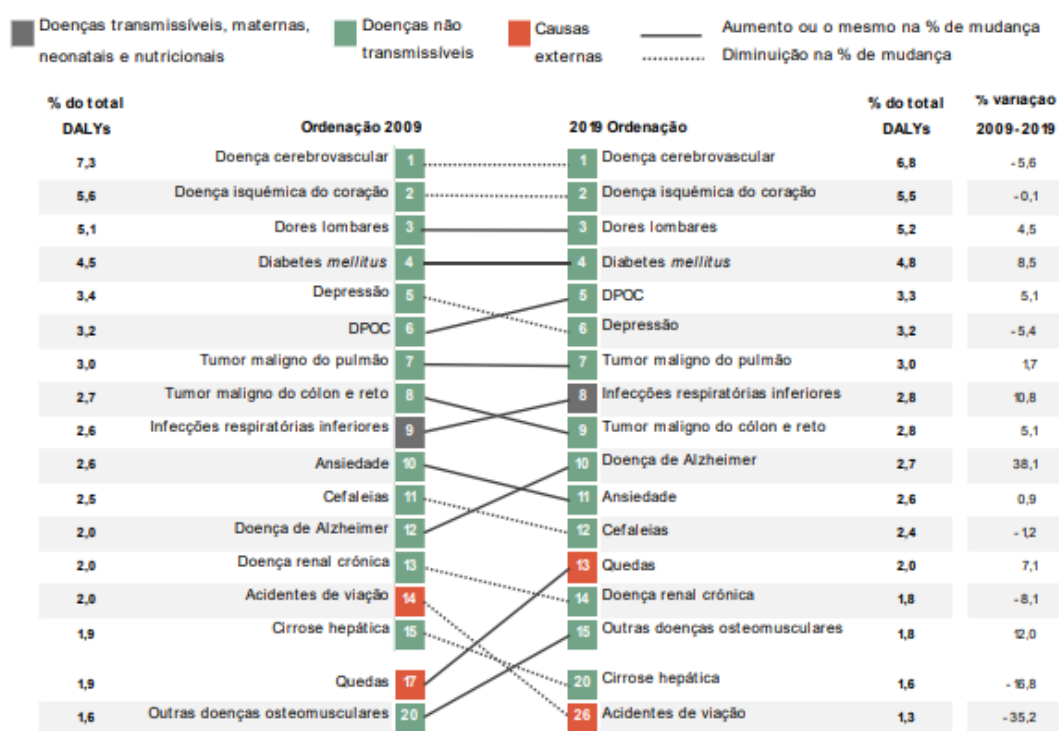
O **excesso de peso também** era um determinante relevante, o qual além de ser uma patologia por si só, constitui um fator de risco para o desenvolvimento de outras doenças crónicas, ocupando o 2.º lugar nos principais determinantes da saúde na ULS Alto Minho. Assim sendo, é necessário garantir uma abordagem integrada e efetiva no sentido da promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, melhorando para isso a acessibilidade da informação ao consumidor, e capacitar o cidadão para escolhas alimentares saudáveis.

O **abuso de álcool**, nomeadamente entre os indivíduos do sexo masculino, não pode ser descurado, enquanto determinante da saúde com um importante fator de risco, principalmente se forem considerados os resultados do estudo do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), os quais fazem constar que a prevalência do consumo álcool em Portugal, entre 2017 e 2022, aumentou de 49,1% para 56,4%. No nosso distrito, o consumo de álcool continua a ser

também um problema de saúde pública sendo mais prevalente nos homens. Por fim, o abuso de drogas constitui o quarto principal determinante da saúde com impacto na saúde dos cidadãos.

Em resultado da informação exposta, a qual dá nota da necessidade de contrariar a prevalência de inatividade física, tanto nos adultos como nas crianças, do abuso do tabaco e do álcool, é necessário reforçar as medidas de prevenção primordial e primária.

Figura 7 | Ordenação das principais causas de carga de mortalidade, doença e incapacidade (DALYs) e variação percentual, por causa, da taxa (por 100.000 habitantes) de DALYs, ambos os sexos, em Portugal, 2009 e 2019



Fonte: PNS2021-2030_Saude-da-Populacao-em-Portugal.pdf (dgs.pt)

Figura 8 | Proporção de inscritos por diagnóstico ativo na ULS Alto Minho, por sexo, em dezembro 2018 (ordem decrescente) (%)

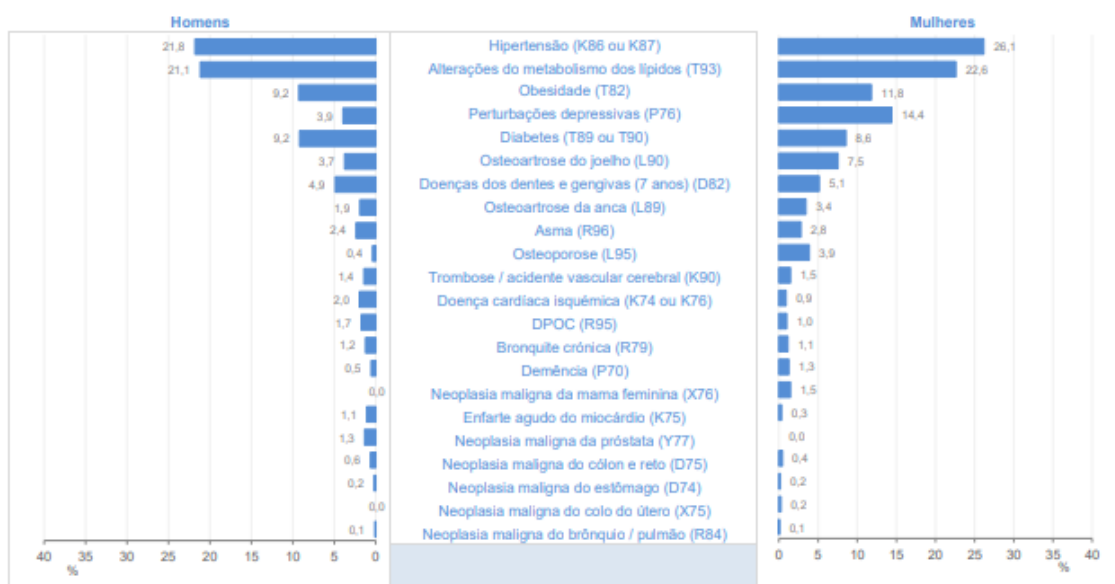
Diagnóstico ativo (ICPC-2)	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Hipertensão (K86 ou K87)	22,2	20,5	23,8	22,0	20,3	23,5	24,1	21,8	26,1
Alterações do metabolismo dos lípidos (T93)	21,3	20,6	22,0	24,5	24,2	24,7	21,9	21,1	22,6
Obesidade (T82)	8,0	6,7	9,2	12,6	10,3	14,7	10,6	9,2	11,8
Perturbações depressivas (P76)	10,4	4,4	15,8	11,5	4,9	17,6	9,5	3,9	14,4
Diabetes (T89 ou T90)	7,8	8,2	7,3	8,2	8,6	7,9	8,9	9,2	8,6
Osteoartrite do joelho (L90)	4,6	2,9	6,2	5,7	3,5	7,6	5,8	3,7	7,5
Doenças dos dentes e gengivas (7 anos) (D82)	6,3	6,3	6,4	9,2	9,3	9,0	5,0	4,9	5,1
Osteoartrite da anca (L89)	2,2	1,6	2,8	2,7	2,0	3,4	2,7	1,9	3,4
Asma (R96)	2,6	2,4	2,9	3,1	2,8	3,5	2,6	2,4	2,8
Osteoporose (L95)	2,4	0,4	4,3	2,4	0,4	4,2	2,2	0,4	3,9
Trombose / acidente vascular cerebral (K90)	1,3	1,4	1,2	1,4	1,4	1,3	1,4	1,4	1,5
Doença cardíaca isquémica (K74 ou K76)	1,7	2,1	1,4	1,4	2,0	0,9	1,4	2,0	0,9
DPOC (R95)	1,3	1,7	1,0	1,5	2,0	1,0	1,3	1,7	1,0
Bronquite crónica (R79)	1,1	1,2	1,1	1,0	1,1	1,0	1,2	1,2	1,1
Demência (P70)	0,8	0,5	1,0	0,9	0,6	1,2	0,9	0,5	1,3
Neoplasia maligna da mama feminina (X76)	0,8	---	1,5	0,8	0,0	1,6	0,8	0,0	1,5
Enfarte agudo do miocárdio (K75)	0,7	1,1	0,3	0,7	1,1	0,3	0,7	1,1	0,3
Neoplasia maligna da próstata (Y77)	0,5	1,1	---	0,5	1,0	0,0	0,6	1,3	0,0
Neoplasia maligna do cólon e reto (D75)	0,4	0,6	0,4	0,5	0,6	0,5	0,5	0,6	0,4
Neoplasia maligna do estômago (D74)	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Neoplasia maligna do colo do útero (X75)	0,1	---	0,3	0,2	0,0	0,3	0,1	0,0	0,2
Neoplasia maligna do brônquio / pulmão (R84)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

HM - Homens e Mulheres | H - Homens | M - Mulheres

atórios Regionais de Saúde (dados: SIARS)

--- : Não aplicável

PROPORÇÃO DE INSCRITOS (%) POR DIAGNÓSTICO ATIVO NA ULS ALTO MINHO, POR SEXO, DEZEMBRO 2018 (ORDEM DECRESCENTE)



Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (dados: SIARS)

Fonte: Perfil Local de Saúde 2018- ULS Alto Minho (PeLS2018_A21_Alto-Minho.pdf (min-saude.pt))

No que à questão da morbilidade nos Cuidados de Saúde Primária (CSP), a qual é medida pela proporção de inscritos com diagnóstico ativo de Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários (*International Classification of Primary Care* | ICPC - 2), de acordo com os dados disponíveis e

que constam na figura anterior, em 2018, a hipertensão era a doença que atingia a maior proporção de inscritos (24,1%), atingindo as mulheres de forma mais intensa (26,1%) que os homens (21,8%). De esclarecer que estes valores apontam para a ocorrência de um aumento do peso face a 2015 (23,1%). Em ambos os momentos, a hipertensão no Alto Minho apresentava valores superiores à região Norte (2018: 22%; 2015: 21,1%)

De seguida, considerando os sete principais problemas de saúde identificados, surgem as alterações do metabolismo dos lípidos, as quais assumem uma expressão significativa (21,9% dos inscritos), com maior relevância entre as mulheres (22,6%) do que entre os homens (21,1%). O terceiro lugar era ocupado pela obesidade (total: 10,6%; homens: 9,2%; mulheres: 11,8%). As perturbações depressivas, as quais afetam 9,5% dos inscritos. De assinalar que o diagnóstico de perturbações depressivas atingia de forma bastante desigual os inscritos por sexo, sendo as mulheres as mais afetadas (14,4%), por oposição ao que acontecia entre os homens (3,9%). No que concerne à proporção de inscritos com diagnóstico ativo de diabetes *mellitus*, a mesma ocupava o quinto lugar, com registos de 8,9% (homens: 9,2% e mulheres: 8,6%).

Os principais problemas de saúde com diagnóstico ativo no concelho de Caminha estão alinhados com aqueles que se registam ao nível da sub-região do Alto Minho. Eram eles a hipertensão arterial (com valor superior ao da região Norte), seguido das alterações do metabolismo dos lípidos, a diabetes *mellitus*, a obesidade e as perturbações depressivas (todas com maior proporção no sexo feminino com exceção da diabetes).

No seguimento de tudo o que se fez constar neste subcapítulo, segundo o documento Perfil de Saúde do Alto Minho, tal como se foi expondo no presente capítulo, as principais necessidades de saúde no Alto Minho e no concelho de Caminha são:

- reduzir a mortalidade por doença cérebro-cardiovascular;
- reduzir a mortalidade por tumores malignos, nomeadamente os tumores (neoplasma) malignos, no caso concelhio, nomeadamente, os tumores da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões, assim como o tumor maligno do cólon e reto e o tumor maligno estômago;
- reduzir a mortalidade por diabetes *mellitus*;
- reduzir mortalidade por DPOC;
- reduzir mortalidade por DCFC;
- Reduzir mortalidade por Perturbações depressivas.

À guisa de conclusão, faz-se constar que os desafios para o Horizonte 2030, em matéria de Saúde, como consta dos documentos estratégicos do Alto Minho, passam por investir em programas/projetos que possibilitem:

- a adequada Gestão da Doença Crónica, intervindo em vários níveis/dimensões: dos cuidados integrados (CH/CSP/CC), do doente e dos cuidadores/associações e doentes/Comunidade;
- a intensificação da desmaterialização;
- o aumento da hospitalização domiciliária;
- a descentralização do cuidado na Saúde Oral;
- a intensificação da prevenção da doença, atuando sobre os determinantes/fatores de risco: alcoolismo, consumo excessivo de tabaco e a obesidade¹³⁸.

6.1.3. Comportamentos aditivos e dependências

No que concerne à intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências, um dos determinantes de saúde responsável pela incidência, tal como anteriormente referido, de várias doenças não transmissíveis e evitáveis, o concelho de Caminha dispõe apenas de respostas dadas por estruturas estabelecidas na sede do distrito. Assim sendo, verifica-se a inexistência, no concelho, de uma resposta de proximidade aos jovens para prevenir/dissuadir os consumos de substâncias lícitas e ilícitas.

Uma das estruturas existentes é o **Centro de Respostas Integradas (CRI) de Viana do Castelo** tem um âmbito geográfico de intervenção de nível distrital (abrange 10 concelhos), sendo que está estabelecido na sede do distrito, onde dispõe de uma equipa técnica especializada de tratamento.

Mais se refere que o CRI de Viana do Castelo tem ação descentralizada, disponibilizando uma consulta descentralizada de âmbito psicoterapêutico, na área do tratamento, apenas em Valença.

De acordo com a informação reunida, o CRI de Viana do Castelo, em resultado da escassez de recursos, assegura às populações da sua área geográfica de intervenção, mas apenas de forma pontual, respostas na área da prevenção. Assim, seria importante que fossem criadas condições para o **reforço da equipa, para que esta conseguisse dar resposta a todas as solicitações em tempo útil e de forma permanente em regime de proximidade**. Por outro lado, é necessário reforçar a articulação entre as entidades que trabalham ao nível da prevenção e as escolas, desenvolvendo ações de capacitação de

¹³⁸ Fonte: http://www.desafio2030.altominho.pt/fotos/editor2/altominho2030/qca/antoniofranklim_ulsam.pdf

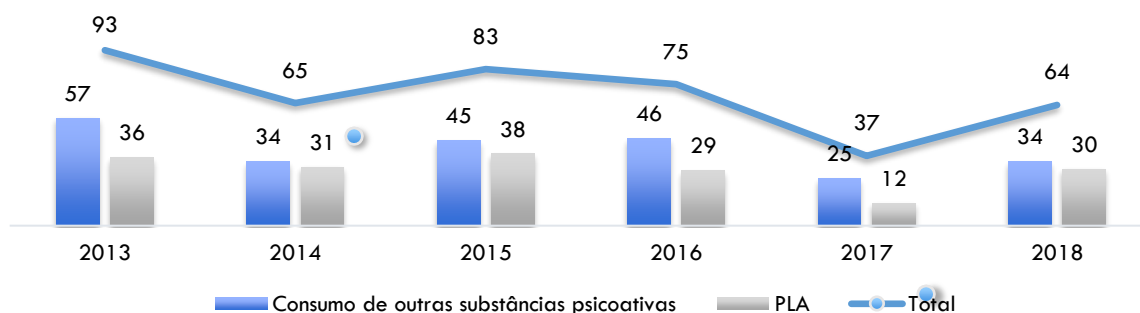
técnicos do concelho e professores para que estes repliquem a intervenção nas escolas, garantindo assim uma intervenção preventiva estruturada e prolongada no tempo.

Posto isso, conclui-se que **está a descoberto a intervenção preventiva dos CAD**. Esta foi uma fragilidade identificada pelos parceiros sociais, no âmbito dos grupos de trabalho para a construção do presente documento. O concelho de Caminha não dispõe de uma estrutura que trabalhe junto da população do concelho a prevenção, nos seus diferentes níveis, a qual «(---) tem como objetivo fornecer aos indivíduos e/ou a grupos específicos conhecimentos e competências necessárias para lidarem com o risco associado ao consumo de substâncias Psicoativas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD). Age igualmente sobre contextos reduzindo a presença de fatores facilitadores da instalação dos supracitados comportamentos ou promovendo o desenvolvimento de fatores de proteção.¹³⁹»

Os parceiros sociais percecionam que, no território, existe um acesso facilitado dos jovens menores a álcool e a substâncias ilícitas, o que exige o reforço das estratégias e das ações para contrariar esta realidade.

Posto isso, importa aqui efetuar uma análise da informação disponível no âmbito dos CAD. De referir que os dados disponíveis se reportam ao período de 2013 a 2023, sendo que, por razões relacionadas com as fontes, a orgânica e a nomenclatura que as mesmas imprimiram aos dados, apenas é possível, grosso modo, estabelecer comparações ao longo do período de 2019 a 2023.

Gráfico 252 | Evolução do número de primeiras consultas no CRI de Viana do Castelo de utentes residentes no concelho de Caminha, por tipo de problemática, 2013-2018



Fonte/Entidade: Sistema de Informação Multidisciplinar SICAD/ ARS Norte- DICAD/CRI de Viana do Castelo

Tal como decorre da análise do gráfico anterior, o número de primeiras consultas no CRI de Viana do Castelo de utentes residentes no concelho de Caminha, entre 2013 e 2018, sofreu uma evolução

¹³⁹ Fonte: <https://www.sicad.pt/PT/Intervencao/PrevencaoMais/SitePages/Home%20Page.aspx> (Acedido a 17/07/2024).

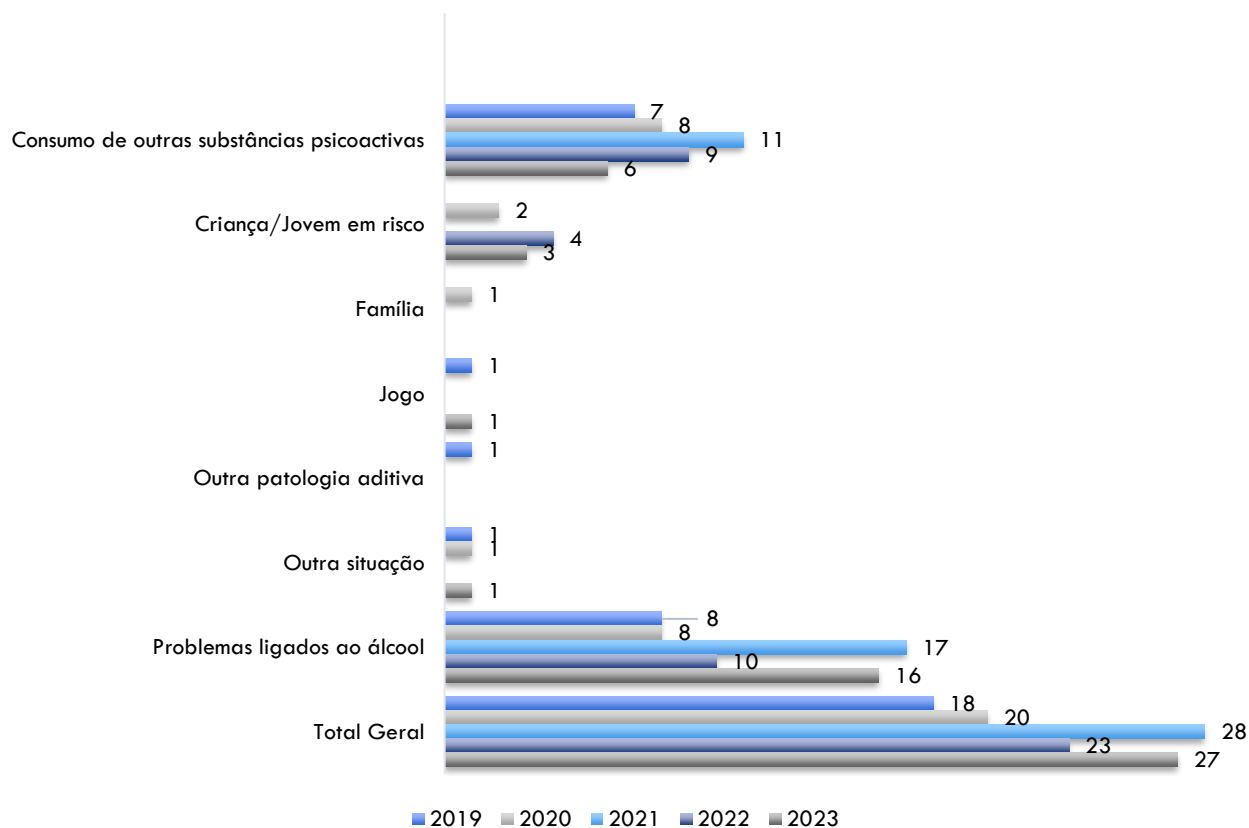
heterogénea, sendo que, em termos gerais, o número total de primeiras consultas em 2018 decresceu face a 2013 (93 e 64 respetivamente). Ao longo do período em análise, o número de primeiras consultas associadas ao consumo de outras substâncias psicoativas foi sempre superior ao das resultantes de PLA. Este pode ser um indicador de que o consumo de outras substâncias psicoativas, por comparação ao consumo de álcool, ser percecionado como problemático.

Em 2013, 61,29% do total de primeiras consultas dizia respeito a consultas relacionadas com o consumo de outras substâncias psicoativas. As demais primeiras consultas, 36 (38,71%) que tiveram lugar nesse ano, estavam relacionadas com os PLA. O ano em que ocorreu um maior número de primeiras consultas associadas ao consumo de outras substâncias psicoativas foi 2013 (57 primeiras consultas). No extremo oposto, surge o ano de 2017, com 25 primeiras consultas.

O número mais elevado de primeiras consultas relativas a PLA foi atingido no ano de 2015 (39 utentes). O ano de 2017 foi aquele em que se registou um menor número de primeiras consultas no CRI de Viana do Castelo por PLA (12 os utentes). Em termos gerais, o número de utentes com primeiras consultas por PLA, em 2018 (30 utentes) era inferior ao apurado para 2013 (36 utentes), com uma diferença de -6. Contudo, entre 2017 e 2018, este indicador cresceu de forma muito significativa, dos 12 utentes passou-se para os 30 utentes.

Não se dispõe de informação que permita apurar quantas destas primeiras consultas resultaram em utentes em tratamento efetivo, ou seja, utentes que, após a primeira consulta, aderiram a eventos assistenciais/consultas.

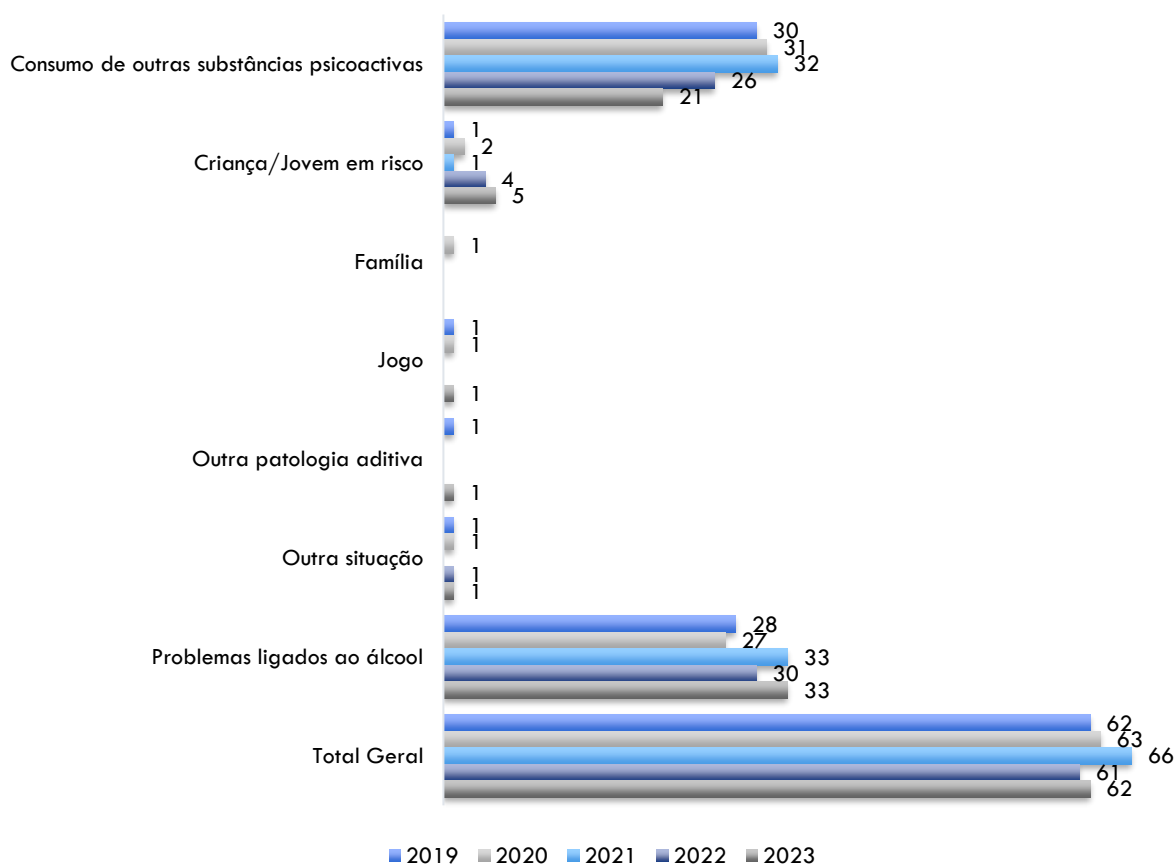
Gráfico 253 | Distribuição dos novos utentes residentes no concelho de Caminha, segundo o tipo de inscrição, 2019-2023



Fonte/Entidade: CRI de Viana do Castelo (Acedido a 17/07/2024)

Para o período de 2019-2023, o número total de novos utentes, ou seja, o número de utentes que recorreram pela primeira vez às estruturas de ambulatório da rede pública de tratamento (primeiros pedidos de tratamento), apresentou uma evolução flutuante, sendo que, até 2021, a tendência era de crescimento. No ano de 2022, decresceu, para, no ano seguinte voltar a aumentar. Os problemas ligados ao álcool foram, nesse período, o principal tipo de inscrição dos novos utentes.

Gráfico 254 | Distribuição dos utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com residência no concelho de Caminha, segundo o tipo de inscrição, 2019-2023



Fonte/Entidade: CRI de Viana do Castelo (Acedido a 17/07/2024)

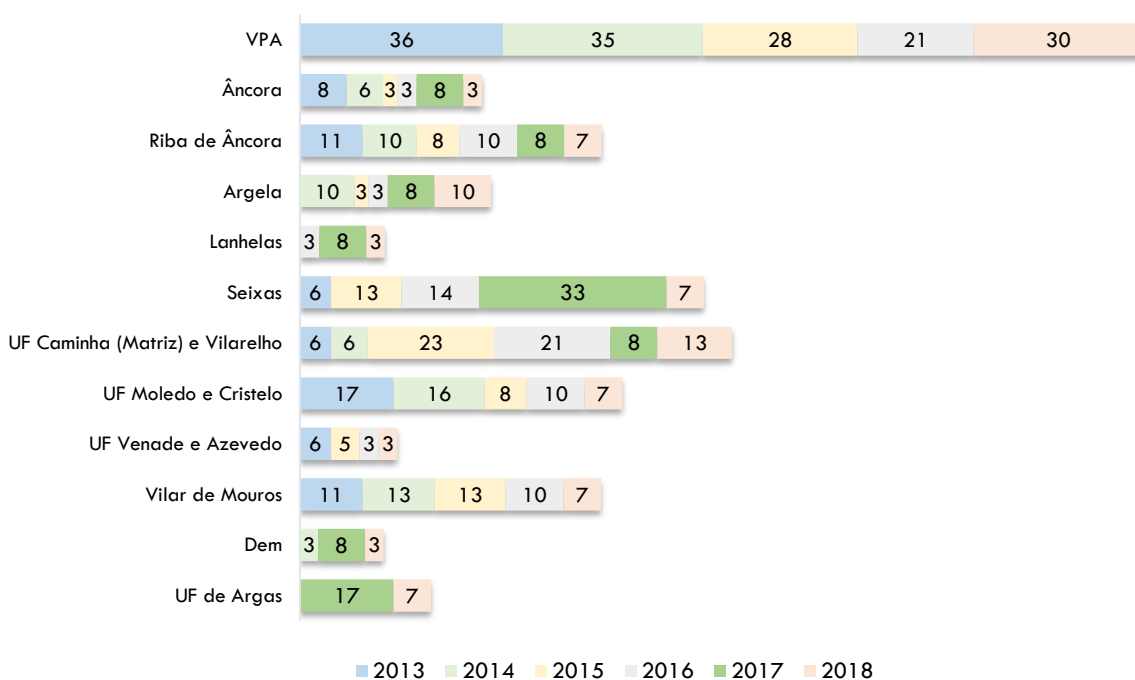
Alargando a análise para os dados disponíveis relativos à evolução do número total de utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com residência em Caminha, verificou-se que, entre 2019 e 2021, este foi alvo de um aumento (2019: 62 utentes; 2020: 63 utentes e 2021: 66 utentes). Desde esse ano e até 2023, o número de utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo decresceu, voltando para patamares semelhantes aos de 2019.

Fazendo a análise desta evolução por tipo de inscrição, observa-se que, entre 2019 e 2021, o número de utentes com consultas por consumos de outras substâncias psicoativas também cresceu (2019: 30 utentes; 2020: 31 utentes e 2021: 32 utentes), passando a assumir uma tendência decrescente desde então (2022: 26 utentes e 2023: 21 utentes). O número de utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo por PLA, entre 2019 (28 utentes) e 2020 (27 utentes) decresceu, tendo aumentado no ano subsequente (2021: 33 utentes). No ano de 2022, este indicador voltou a decrescer (30 utentes), embora se tenha mantido em valores superiores aos de 2019 (28 utentes). Esta volatilidade sentiu-se também no

ano de 2023, no qual o número de utentes em consulta atingiu os valores de 2021. Os utentes em consulta em resultado de CAD relacionados com o jogo assumiram valores residuais, entre 2019 e 2020, sendo inexistentes nos anos posteriores. Os utentes sob intervenção no CRI de Viana do Castelo cujo tipo de inscrição é “Crianças e jovens em situação de risco”, pese embora as oscilações anuais que constam do gráfico anterior, em termos gerais, entre 2019 e 2023, aumentou de forma significativa, passando de um utente, em 2019, para 5 utentes, em 2023. Esta tendência de crescimento, assume-se como um desafio para os vários parceiros sociais, traduzindo-se na necessidade de conceber e reforçar as ações de prevenção e combate dos CAD junto da população jovem.

Constatou-se também que, no período em análise, a maior prevalência é assumida pelo número de utentes com inscrição decorrente do consumo de outras substâncias psicoativas e de PLA. Entre 2019 e 2020, o consumo de outras substâncias psicoativas prevaleceu (30 e 31 utentes, respetivamente). Desde 2022, o número de utentes em consultas no CRI de Viana do Castelo em resultado do consumo de outras substâncias psicoativas decresceu, tendo-se registado, em 2023, o acompanhamento de 21 utentes (menos 9 do que no ano de 2019). O número de utentes acompanhados no CRI de Viana do Castelo por PLA, entre 2019 e 2023, evoluiu de forma descontínua. De 2021 a 2023, o número de utentes com problemas ligados ao álcool foi superior (33, 30 e 33, respetivamente).

Gráfico 255 | Evolução da proporção de utentes residentes no concelho de Caminha em consulta no CRI de Viana do Castelo, por freguesia, problema aditivo principal: PLA, 2013-2018

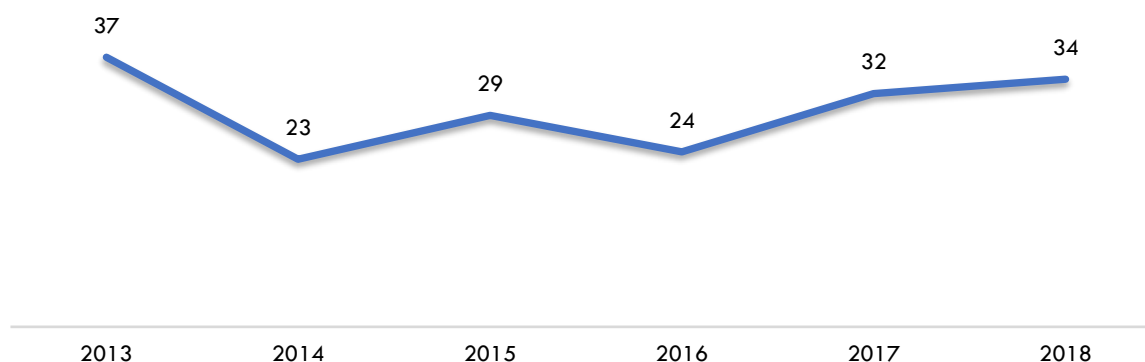


Fonte/Entidade: Sistema de Informação Multidisciplinar SICAD/ ARS Norte- DICAD/CRI de Viana do Castelo

Para o período em análise, a freguesia que apresentava maior número de utentes com PLA em consulta no CRI de Viana do Castelo foi Vila Praia de Âncora, com exceção do ano de 2017, em que este número foi nulo. Assim, nesse ano, a freguesia de Seixas, com 33% do total de utentes, foi a que apresentou maior número de residentes acompanhados pelo CRI. No ano de 2016, o lugar cimento foi ocupado pela freguesia de Vila Praia de Âncora e pela UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho, com 21% dos utentes do concelho acompanhados. A ausência de informação para os anos posteriores impede a avaliação da manutenção, ou não, da tendência registada até 2018.

De referir também que a evolução deste indicador não pode ser encarada como elemento preditor do comportamento da população residente face ao PLA, na medida em que, nem todas as situações-problema existentes e as identificadas pelas equipas de intervenção social e clínica no terreno são acompanhadas pelo CRI, sendo evidente, tal como fizeram constar os técnicos, a existência de resistências ao tratamento. Tal como se mencionou anteriormente, o consumo excessivo de álcool é uma realidade presente no concelho de Caminha, assumindo-se como um determinante/fator de risco potenciador da incidência de outras doenças, daí a necessidade de intervir sobre o mesmo.

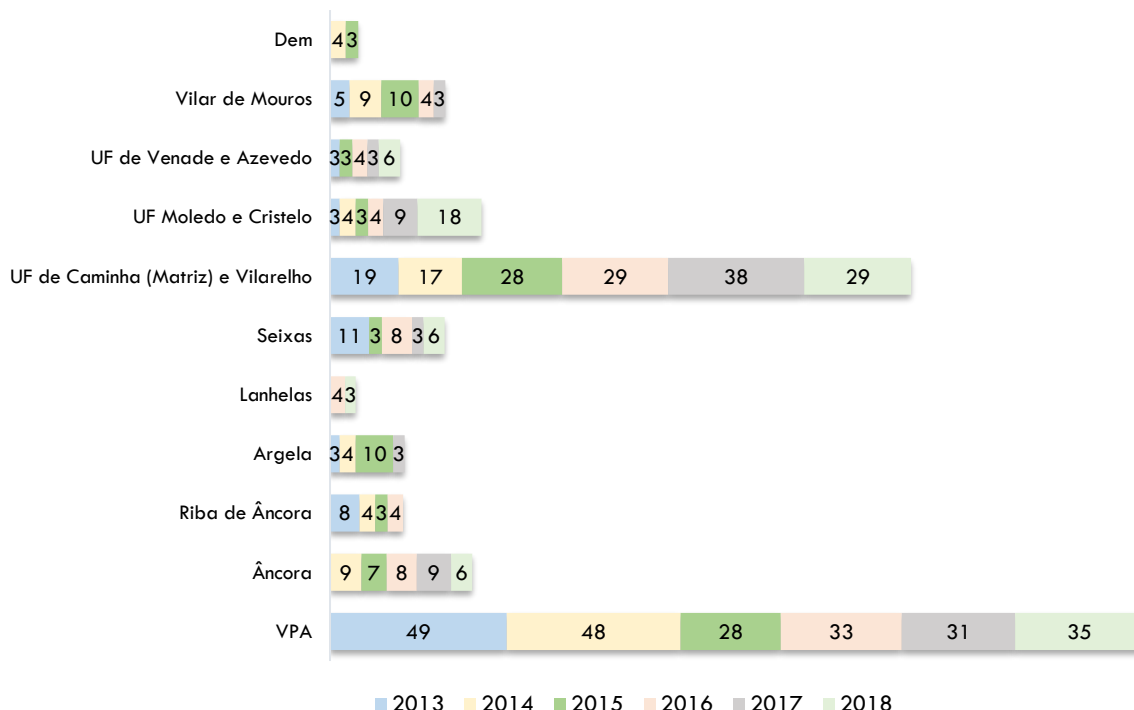
Gráfico 256 | Evolução do número de utentes residentes no concelho de Caminha em tratamento ambulatorio no CRI de Viana do Castelo por Consumo de Substâncias Ilícitas (CSI), 2013-2018



Fonte/Entidade: Sistema de Informação Multidisciplinar SICAD/ ARS Norte- DICAD/CRI de Viana do Castelo

Em 2013, eram 37 os utentes residentes no concelho de Caminha em tratamento ambulatorio no CRI de Viana do Castelo por CSI. No ano de 2014, esse número decresceu de forma significativa, passando para os 23 utentes, sendo que este foi o ano em que, no período em análise, o valor deste indicador foi mais baixo. No ano seguinte, este indicador sofreu um crescimento (+3 utentes em tratamento ambulatorio). Entre 2017 e 2018, o número de utentes em tratamento ambulatorio com CSI aumentou (32 utentes e 34 utentes, respetivamente), pelo segundo ano consecutivo, após a descida ocorrida entre 2015 (29 utentes) e 2016 (24 utentes).

Gráfico 257 | Evolução da proporção de utentes residentes no concelho de Caminha em consulta no CRI de Viana do Castelo, por freguesia, problema aditivo principal: Consumo de Substâncias Ilícitas (CSI), 2013-2018



Fonte/Entidade: Sistema de Informação Multidisciplinar SICAD/ ARS Norte- DICAD/CRI de Viana do Castelo

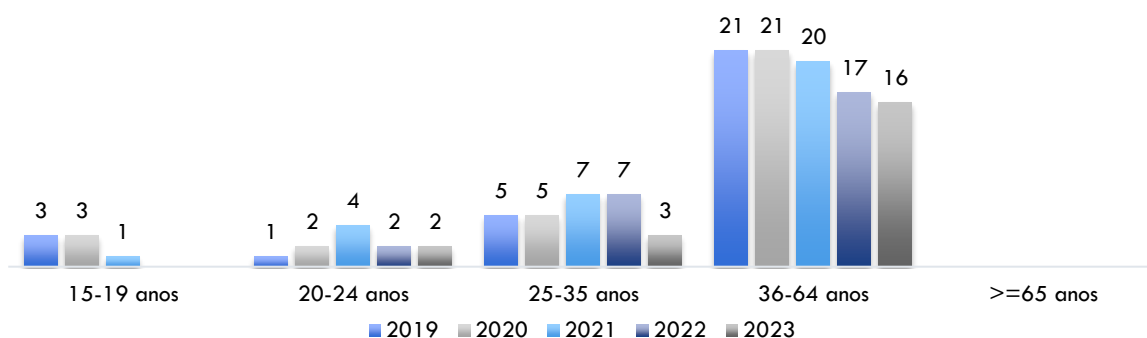
Nos vários anos em análise no gráfico anterior, os utentes em tratamento ambulatorio no CRI de Viana do Castelo por CSI residentes na freguesia de Vila Praia de Âncora eram os que assumiam maior proporção no total do concelho de Caminha, com a exceção do que aconteceu em 2017. Nesse ano a maior proporção de utentes residia na UF de Caminha (Matriz) e Vilarelho.

Embora não tenha tradução ao nível do número de casos acompanhados no CRI de Viana do Castelo, os parceiros fizeram constar que se assiste a uma tendência de crescimento do consumo de substâncias ilícitas (por exemplo, o consumo de canábis vai para além da experimentação). Também fizeram constar que o consumo de álcool por parte dos jovens intensificou-se, mantendo-se a tendência já identificadas no DS de 2013, a qual dava nota do consumo excessivo de álcool por parte dos jovens em contexto recreativo. Consumo este ao qual está associada uma representação social positiva e, simultaneamente, uma reduzida perceção dos riscos e a facilidade e variedade de oferta. O mesmo está também associado aos policonsumos. De modo a contrariar esta realidade é necessário intervir na mesma numa abordagem de proximidade.

Em resultado da sua atuação, os técnicos da saúde e de intervenção social deparam-se com um número crescente de situações-problema decorrentes da intensificação dos comportamentos aditivos sem substância (uso excessivo de jogos e apostas online, videojogos e internet,...), dos quais resulta a perda de qualidade de vida, a degradação da saúde e das dinâmicas familiares e sociais. Um dos desafios que se coloca aos agentes sociais é o aprofundamento do conhecimento destas situações e sua caracterização. É fundamental, partindo do diagnóstico fundamentado desta realidade, delinear e implementar medidas dissuasoras e preventivas precoces destas adições. Nos casos identificados de CAD é necessário reforçar as ações de sensibilização e motivação para o tratamento.

Isso implica o aumento dos recursos humanos especializados a trabalhar neste âmbito, dado que a capacidade atualmente instalada é manifestamente insuficiente para que as equipas consigam trabalhar a dimensão da motivação para o tratamento.

Gráfico 258 | Distribuição dos utentes em consulta por consumo de outras substâncias psicoativas no CRI de Viana do Castelo com residência no concelho de Caminha, por grupo etário, 2019-2023



Fonte/Entidade: CRI de Viana do Castelo (Acedido a /07/2024)

Uma vez que ao nível dos CAD o **consumo de outras substâncias psicoativas** assume-se como o segundo tipo de inscrição mais relevante, importa aqui dar nota da distribuição dos utentes em consulta de acordo com o grupo etário. Assim sendo, conclui-se que, em todos os anos, a **maioria dos utentes tinham idade compreendida entre os 35 e os 64 anos** (2019: 21 utentes - 70%; 2020: 21 utentes - 67,74%; 2021: 20 utentes - 62,5%; 2022: 17 utentes - 65,38%; 2023: 16 utentes - 76,19%). Mais se acrescenta que, em termos absolutos, o número de utentes acompanhados deste grupo etário tem vindo a decrescer desde 2021. De constar também que, no ano de 2021, ao contrário dos demais anos, este declínio não acompanha a tendência geral, já que, tal como supra se fez constar, nesse ano o número de utentes aumentou.

A ausência de informação não permite fazer constar quais as razões para esse decréscimo. Como segundo grupo etário com maior prevalência destaca-se o dos 25 e os 35 anos de idade. Para o período em análise, não eram acompanhados utentes idosos por causa deste tipo de consumo.

Tabela 115 | Evolução do número de utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com residência no concelho de Caminha, por principal substância, 2019-2023

Substância principal	2019		2020		2021		2022		2023	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Álcool - Abuso	11	17,74	13	20,63	13	19,7	12	19,67	15	24,19
Álcool - Cons. de risco	2	3,23	3	4,76	4	6,06	5	8,2	4	6,45
Álcool - Dependência	11	17,74	9	14,29	11	16,67	10	16,39	12	19,35
Álcool - Uso moderado	0	0	0	0	3	4,55	2	3,28	1	1,61
Buprenorfina	0	0	0	0	0	0	1	1,64	0	0
Cannabis	13	20,97	12	19,05	12	18,18	14	22,95	12	19,35
Cocaína	3	4,84	4	6,35	6	9,09	4	6,56	3	4,84
Heroína	13	20,97	14	22,22	14	21,21	10	16,39	10	16,13
Jogo	1	1,61	1	1,59	0	0	0	0	1	1,61
Outros Comportamentos Aditivos	1	1,61	0	0	0	0	0	0	0	0
Sem Informação	6	9,68	5	8,06	3	4,55	3	4,92	4	6,45
Tabaco	1	1,61	2	3,17	0	0	0	0	0	0
Total	62		63		66		61		62	

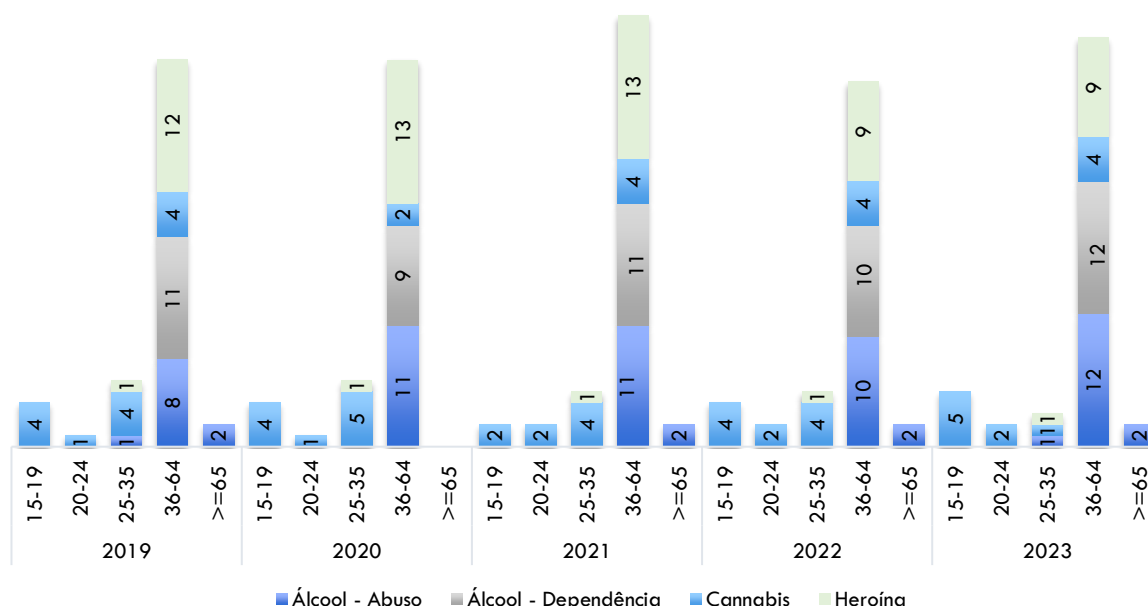
Fonte/Entidade: CRI de Viana do Castelo (Acedido a /07/2024)

Segundo os dados apurados, no que concerne à distribuição no número de utentes residentes no concelho de Caminha em consulta no CRI de Viana do Castelo, por substância principal, observa-se que, entre 2019 e 2023, as substâncias com maior prevalência, ou seja, aquelas que os utentes percecionam como a que é responsável pela de que padecem são: álcool - abuso, álcool - dependência, cannabis e heroína. Este cenário local é semelhante ao que acontece em termos nacionais, já que a cannabis, a heroína e o ecstasy surgem como as substâncias ilícitas com maior prevalência de consumo.

Ao longo do período em análise, o número de utentes residentes no Concelho de Caminha em consulta no CRI de Viana do Castelo que tinham como substância principal o álcool - abuso, entre 2019 e 2021, assumiu uma tendência crescente, passando dos 11 utentes para os 13 utentes. Pese embora tenham decrescido em 2012 (12 utentes: 19,67%), em 2023, aumentou, situando-se nos 15 utentes (mais 4 que em 2019).

Em 2019, eram 13 os utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo a residir no concelho de Caminha que tinham como substância inicial era a heroína, o que corresponde a 20,97% do total de utentes em consulta. No ano seguinte, o número de utentes aumentou para 14 (22,22%), valor que se manteve em 2021 (embora tenha perdido peso face ao total de utentes - 21,21%). Nos dois anos seguintes, o número de utentes estabilizou, sendo que estes eram 10.

Gráfico 259 | Evolução do número de utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com residência no concelho de Caminha, por principal substância (4 com maior prevalência) e por grupo etário, 2019-2023



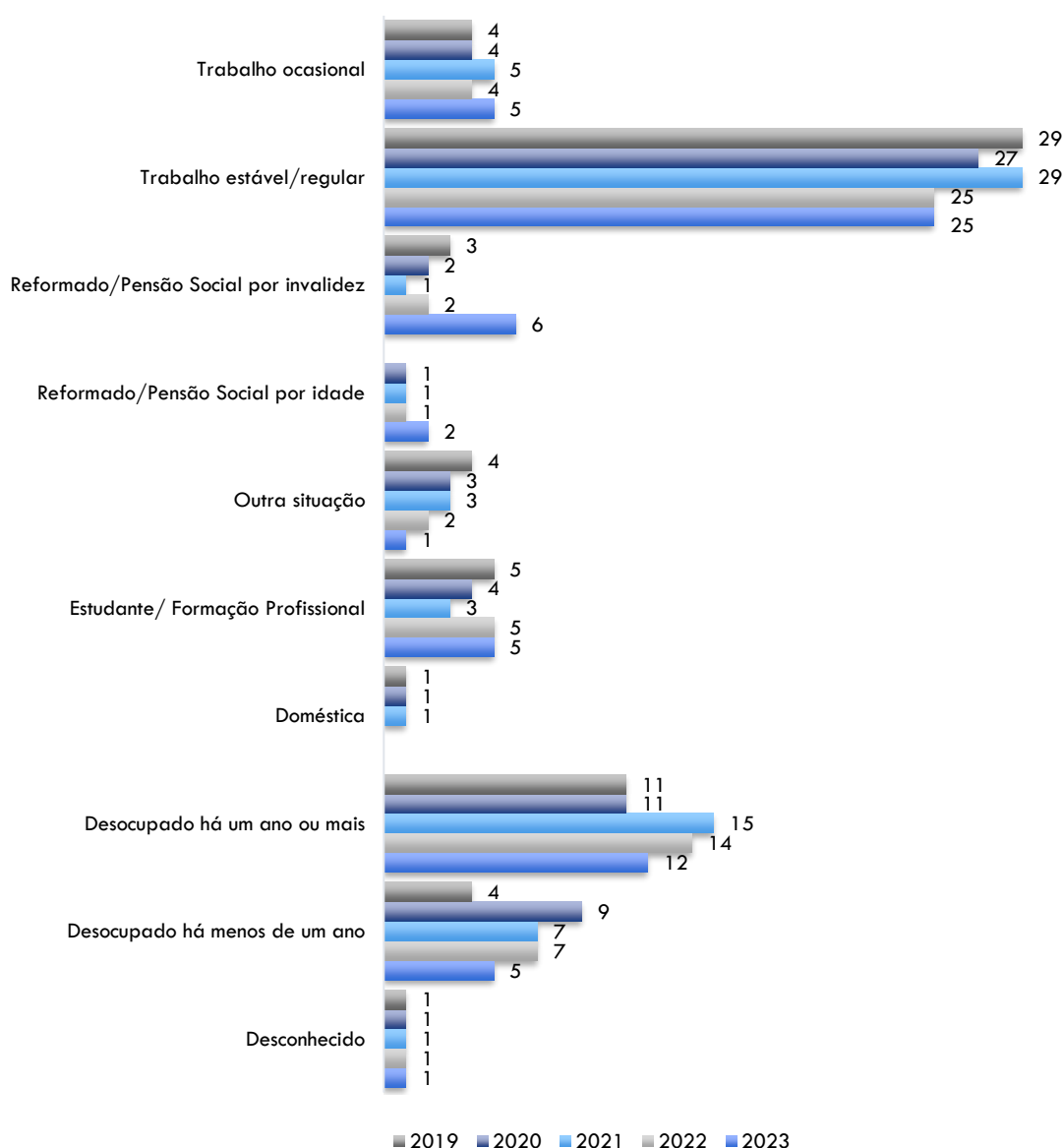
Fonte/Entidade: CRI de Viana do Castelo

A partir da análise dos dados disponíveis, nota-se que, ao longo dos vários anos, entre a população jovem (15-24 anos de idade) em consulta no CRI de Viana do Castelo a principal/única substância é a cannabis. A esta junta-se, no grupo etário dos 25-35 anos de idade, a heroína e, em 2019 e 2023, o álcool - abuso. Pode referir-se que entre a população jovem em consulta no CRI de Viana do Castelo os CAD estão sobretudo associados ao consumo de substâncias ilícitas, dentro das quais se destaca a cannabis. Os utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com idades entre os 36 e os 64 anos com a cannabis como principal substância situava-se, em 2023, em 9, o que representa a manutenção face ao ano anterior e o declínio em relação ao cenário do 2021 e 2020 (13 utentes) e também 2019 (12 utentes).

Os utentes residentes no concelho em consulta no CRI de Viana do Castelo com idades compreendidas entre os 36 e os 64 anos de idade, nos vários anos em análise, apresentavam como principal substância o álcool abuso e dependência). Em 2023, o número de utentes em consulta do CRI de Viana do Castelo com substância principal o álcool - abuso totalizavam 12, à semelhança do álcool - dependência, o que corresponde a um aumento de 2 utentes em cada uma delas face ao ano anterior.

Entre a população idosa em consulta no CRI de Viana do Castelo, nos diversos anos, a única substância é o álcool - abuso.

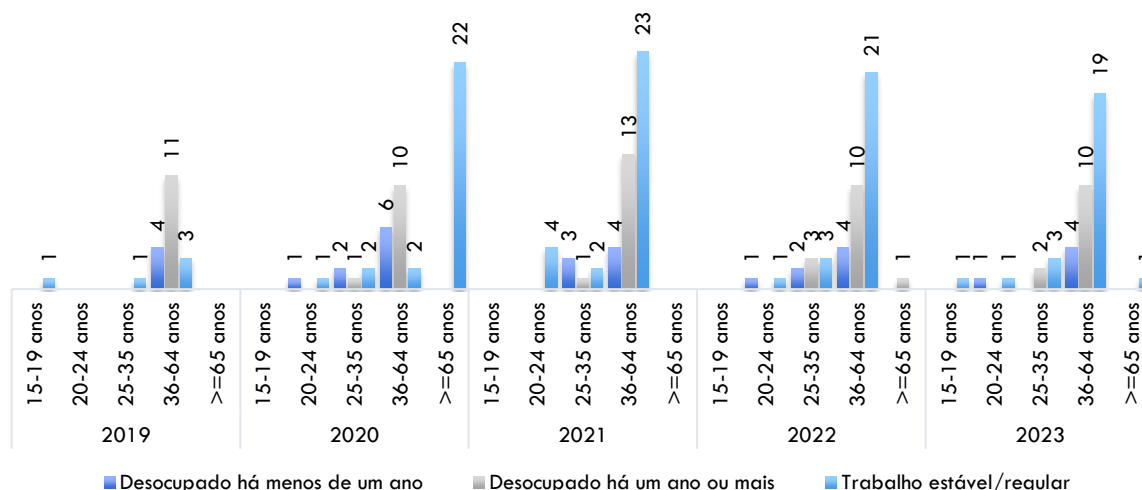
Gráfico 260 | Evolução da distribuição do número de utentes em consulta no CRI, com residência no concelho de Caminha, por situação face ao emprego, 2019-2023



Fonte/Entidade: CRI de Viana do Castelo (Acedido a /07/2024)

Analisando a distribuição dos utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com residência permanente no concelho de Caminha, de acordo com a situação face ao emprego, entre 2019-2023, conclui-se que o trabalho estável/regular era a situação mais frequente (2019: 46,77%; 2020: 42,86%; 2021: 43,94%; 2022: 40,98%; 2023:40,32%), apesar de ter vindo a perder peso.

Gráfico 261 | Evolução da distribuição do número de utentes em consulta no CRI, com residência no concelho de Caminha, por situação face ao emprego, por grupo etário, 2019-2023



Fonte/Entidade: CRI de Viana do Castelo (Acedido a /07/2024)

Se considerarmos apenas as 3 condições perante o trabalho mais frequentes (trabalho estável/regular, desocupado há um ano ou mais e desocupado há menos de um ano) por grupo etário, verifica-se que, em 2023, os utentes com trabalho estável/regular eram a situação mais comum em todos os grupos etários.

Tabela 116 | Distribuição do número de utentes em consulta no CRI de Viana do Castelo com residência no concelho de Caminha, por ano civil, por fonte de referenciação, 2019-2023

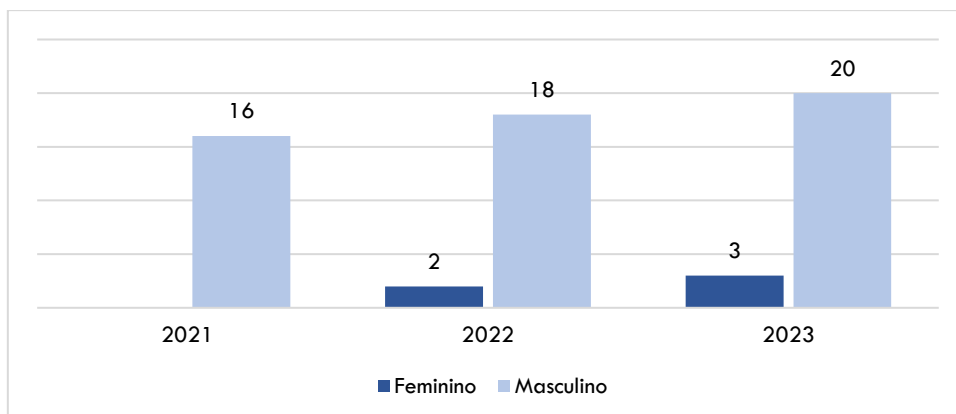
Fonte de Referenciação	2019		2020		2021		2022		2023	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	14	22,58	12	19,05	14	21,21	16	26,23	14	22,58
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2	3,23	4	6,35	4	6,06				
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	3	4,84	5	7,94	3	4,55	8	13,11	4	
Desconhecido	2	3,23	1	1,59	1	1,52	1	1,64	6,45	1,61
Família/Amigos	8	12,9	10	15,89	6	9,1	4	6,56	6	9,68
Instituição de Saúde/outro profissional	7	11,29	6	9,52	10	15,15	6	9,84	8	12,9
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	9	14,52	8	12,7	14	21,21	15	24,6	16	25,81
Instituto de Segurança Social (ISS)	3	4,84	2	3,17	2	3,03	2	3,28	2	3,23
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	8	12,9	8	12,7	6	9,1	4	6,56	6	9,68
Outra unidade especializada (Adição)					1	1,52				
Outros			1	1,59	1	1,52	2	3,28	2	3,23
Programa STOP									1	1,61
Redução Danos sem Metadona Baixo Limiar	3	4,84	2	3,17	1	1,52	1	1,64	1	1,61
Unidade Especializada (IDT)	3	4,84	4	6,35	3	4,55	2	3,28	1	1,61

Fonte/Entidade: CRI de Viana do Castelo (Acedido a 17/07/2024)

No que toca às principais entidades de referenciação, destaca-se que, nos diversos anos, estas são “auto referenciado/iniciativa própria”, Instituição Judicial/Instituição de Reinserção Social, família/amigos, instituições da área da saúde (ao nível dos cuidados primários e/ou outra instituição/profissional).

No ano de 2022, também assumiu relevância, enquanto entidade de referenciação, a Comissão Dissuasão da Toxicodependência (CDT) de Viana do Castelo. As CDT, serviços do Ministério da Saúde, foram criadas para operacionalizar a Lei n.º 30/2000 de 29 de novembro (Regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica), sendo constituídas por um corpo técnico multidisciplinar especializado na intervenção em (CAD) e com poderes jurídicos de decisão num processo de contraordenação. A intervenção da CDT assenta no princípio “antes tratar que punir”, da motivação para a mudança de comportamentos e para o tratamento da dependência, visando promover a aproximação dos consumidores de substâncias psicoativas ilícitas, indiciados por contraordenação, aos sistemas de saúde. Também se norteiam pela responsabilização do consumidor face ao seu comportamento.

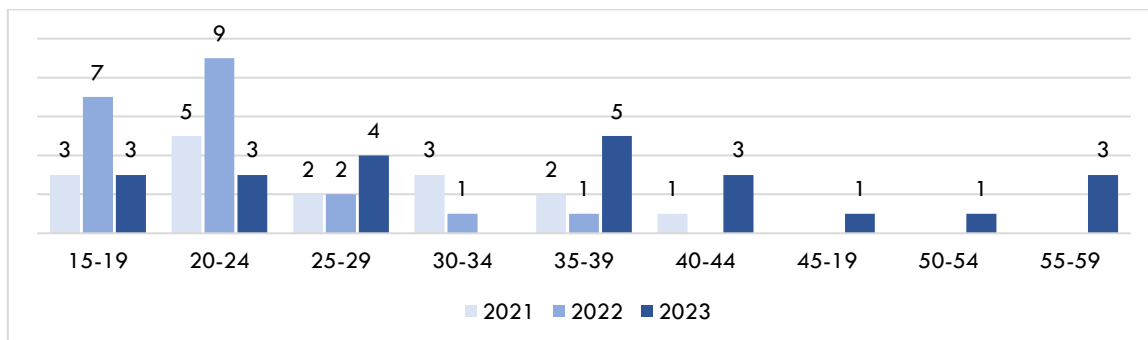
Gráfico 262 | Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por género, 2021-2023



Fonte/Entidade: SGIP | Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. (Acedidos a 09/08/2024)

De acordo com os dados disponíveis, o número de indiciados acompanhados na CDT de Viana do Castelo, no período de 2021 a 2023, sofreu um aumento, variando entre os 16 indivíduos de 2021 e os 23 de 2023. Os indiciados eram na sua grande maioria do sexo masculino (2021: 100%; 2022: 90% e 2023: 86,90%), embora a proporção destes tenha vindo a decrescer.

Gráfico 263 | Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por grupo etário, 2021-2023

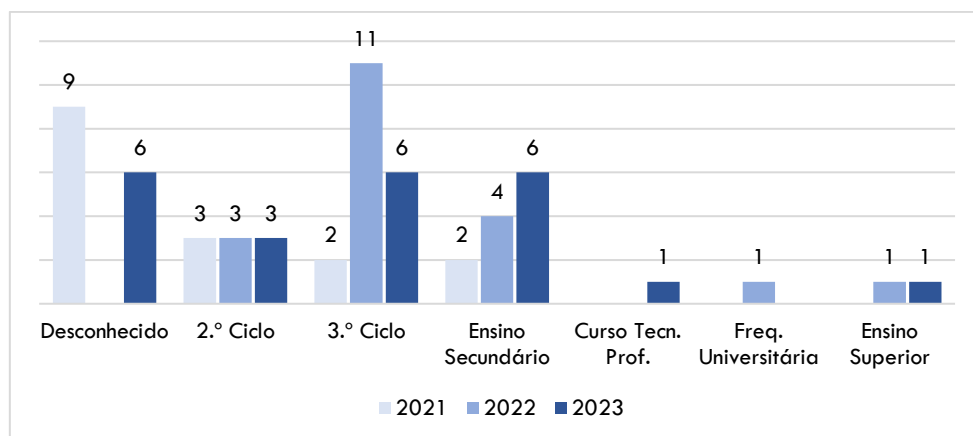


Fonte/Entidade: SGIP | Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. (Acedidos a 09/08/2024)

No ano de 2021, os indiciados tenham idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos, sendo que a maior concentração acontece nos indivíduos do grupo etário dos 20 aos 24 anos de idade (5 indiciados). Assim, conclui-se que os indiciados são maioritariamente jovens. Em 2022, o maior número de indiciado mantém-se entre o intervalo etário dos 20 aos 24 anos de idade (7 indivíduos). No ano de 2023, este cenário altera-se, sendo que o maior número de indiciado tinha entre os 35 e os 39 anos de idade. Mais

se constata que nesse ano existem indiciados mais velhos que nos anos anteriores, sendo 3 os indiciados com idade entre os 55 e os 59 anos de idade.

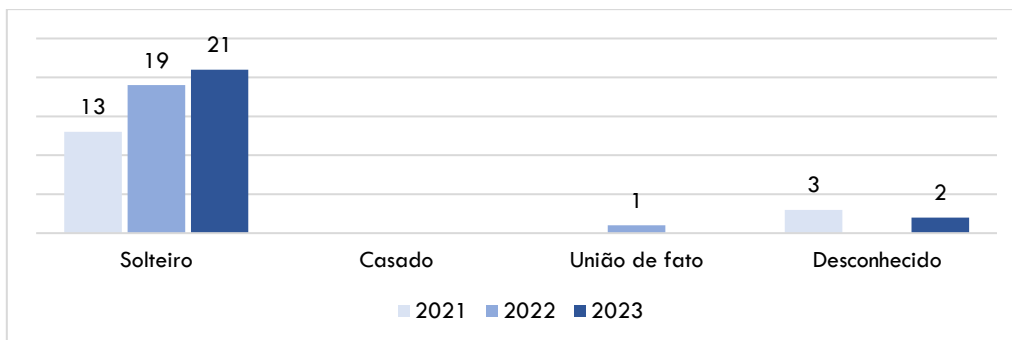
Gráfico 264 | Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por nível de escolaridade, 2021-2023



Fonte/Entidade: SGIP | Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. (Acedidos a 09/08/2024)

Analisando a variável nível de escolaridade, verifica-se que, em 2021, prevalecem os indiciados para os quais se desconhece o seu posicionamento no âmbito deste indicador (9 indivíduos). Eram 3 os indiciados que detinham o 2.º Ciclo do EB (1 o 6.º Ano de Escolaridade e 2 tinham frequentado o 3.º Ciclo do EB, detendo o 8.º Ano de Escolaridade). Eram 2 os indiciados que tinham completado o 2.º Ciclo do EB e o Ensino Secundário. No ano de 2022, todos os indiciados foram caracterizados de acordo com o nível de escolaridade. Assim, do total de 20 indiciados, 11 eram detentores do 3.º Ciclo do EB, 4 eram aqueles que possuíam o Ensino Secundário, 3 tinham o 2.º Ciclo do EB, 1 apresentava frequência universitária e 1 era titular do Ensino Superior. No ano de 2023, de entre os indiciados cuja escolaridade foi caracterizada (17 indivíduos), o 3.º Ciclo do EB e o Ensino Secundário eram os que apresentavam maior prevalência, com 6 indiciados cada um. Eram 3 os indiciados que detinham o 2.º Ciclo do EB. O Ensino Superior era o nível de escolaridade referido por 1 indiciado, situação similar ao Curso Técnico-Profissional.

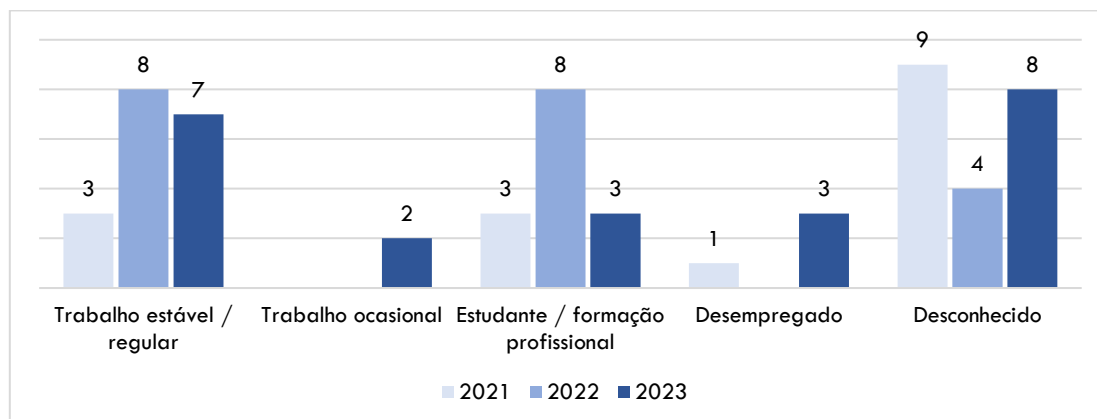
Gráfico 265 | Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por estado civil, 2021-2023



Fonte/Entidade: SGIP | Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. (Acedidos a 09/08/2024)

Os dados mostram que nos vários anos em análise a maioria dos indiciados são solteiros (2021: 81,3%; 2022: 95% e 2023: 91,3%).

Gráfico 266 | Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por situação face ao emprego, 2021-2023

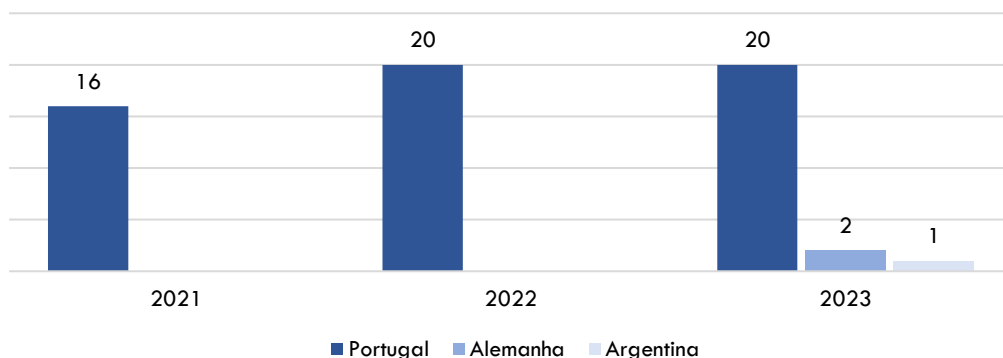


Fonte/Entidade: SGIP | Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. (Acedidos a 09/08/2024)

Em todos os anos em análise, existem indiciados que não foram caracterizados quanto à variável situação perante o trabalho. No ano de 2021, os indiciados com caracterização encontravam-se a trabalhar com vínculo estável/regular (3 indivíduos) e eram estudantes ou estavam a frequentar formação profissional (3 indivíduos). Era 1 o indiciado na situação de desemprego. Em 2022, as categorias com maior prevalência de indiciados encontrava-se a trabalhar de forma estável/regular (8 indivíduos) e a estudar ou a frequentar formação profissional (8 indivíduos). De observar que, em 2023,

eram 7 os indiciados com trabalho estável/regular, 3 estavam a estudar ou a frequentar formação profissional ou desempregados. Por eu turno, 2 tinham trabalho de forma ocasional.

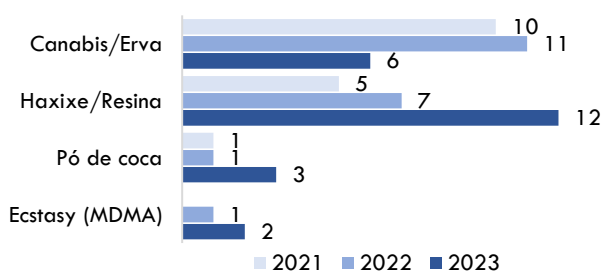
Gráfico 267 | Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT com residência no concelho de Caminha, por nacionalidade, 2021-2023



Fonte/Entidade: SGIP | Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. (Acedidos a 09/08/2024)

Quanto à nacionalidade, observa-se que, em 2021 e em 2022, 100% dos indiciados eram portugueses. No ano de 2023, 86,96% eram oriundos de Portugal, 2 elementos eram alemães (8,70%) e 1 era argentino (4,35%).

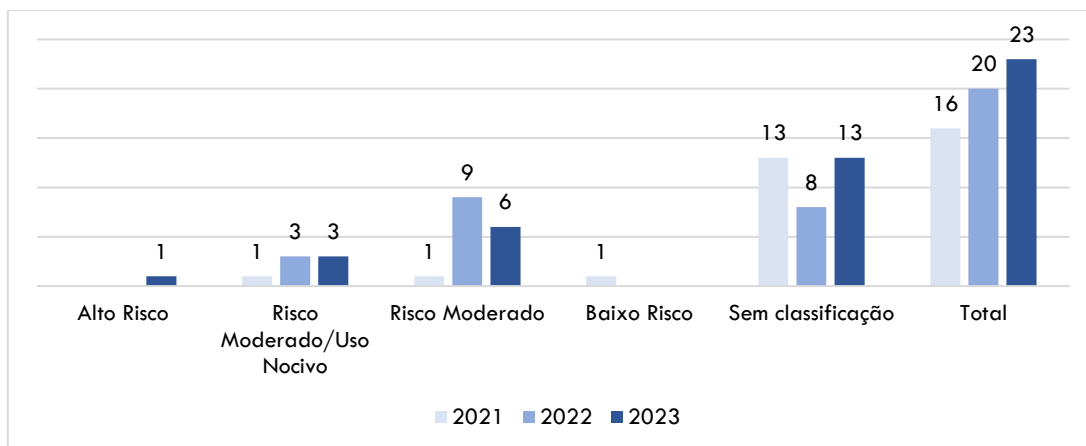
Gráfico 2689 | Evolução do número de processos acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por substância psicoativa do auto de ocorrência, 2021-2023



Fonte/Entidade: SGIP | Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. (Acedidos a 09/08/2024)

Como fica evidente pela análise do gráfico anterior, nos anos de 2021 e de 2022, a substância psicoativa prevalente nos autos de ocorrência foi o canábis/erva (10 e 11, respetivamente). No ano de 2023, o lugar cimeiro passou a ser ocupado pelo haxixe/resina (12 indiciados).

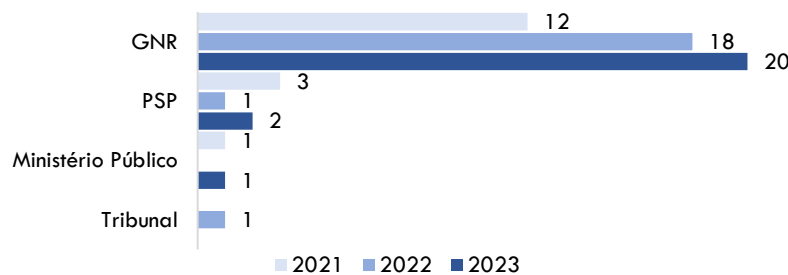
Gráfico 269 | Evolução do número de indiciados acompanhados na CDT com residência no concelho de Caminha, por perfil de risco, 2021-2023



Fonte/Entidade: SGIP | Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. (Acedidos a 09/08/2024)

De referir que, de acordo com os dados disponíveis, existe um número de indiciados para os quais não foi caracterizado o perfil de risco (2021:13; 2022: 8 e 2023: 13). Dentro daqueles que dispõem dessa caracterização (2021: 3; 2022: 12 e 2023: 10), o número daquele com perfil de alto risco é, nos anos de 2021 e de 2022, nulo e, em 2023, residual (1 indivíduo). O nível de risco moderado/uso nocivo foi referido, em 2021, numa situação e, em 2022 e 2023, em 3 casos. Foram apontados como apresentando um perfil de risco moderado, em 2021, 1 indiciado, em 2022, 9 indiciados e, em 2023, 6 indiciados. Apenas 1 indiciado, em 2021, tinha um perfil de baixo risco e, nos demais anos esta categoria não dispunha de nenhum registo. Assim sendo, conclui-se que, considerando os indiciados com caracterização ao nível do perfil de risco, em 2021, nota-se uma distribuição uniforme entre os perfis “Risco moderado/uso nocivo”, “Risco moderado” e “Baixo risco”. Nos anos de 2022 e 2023, a maior prevalência registou-se no “Risco moderado”, com 9 e 6 indiciados, respetivamente.

Gráfico 270 | Evolução do número de processos acompanhados na CDT, com residência no concelho de Caminha, por autoridade remetente, 2021-2023



Fonte/Entidade: SGIP | Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. (Acedidos a 09/08/2024)

A GNR assumiu-se nos vários anos como a principal autoridade remetente dos processos para a CDT. Outra estrutura/equipa cuja ação, no domínio dos CAD, se estende ao concelho de Caminha é a **Equipa de Rua IR Mais, do Gabinete de Atendimento à Família (GAF), a trabalhar desde 2022**. De referir que anteriormente o GAF dispunha de outra resposta, a Equipa de Rua - Adições, o qual funcionou durante 5 anos (2017-2021).

De referir que a intervenção desta equipa se enquadra no domínio da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD), o que significa que a mesma intervém junto da população referenciada com o objetivo de trabalhar para diminuir a prevalência e a incidência quer do consumo de álcool, quer de drogas, assim como reduzir os efeitos nocivos/danos provocados pelos consumos e, existindo os danos, minimizar os mesmos e prevenir o seu agravamento desses danos¹⁴⁰.

Tabela 117 | Evolução do número de processos acompanhados pela Equipa de Rua no concelho de Caminha, 2017-2023

Ano	Número de situações acompanhados		Total
	Masculino	Feminino	
2017	13	7	20
2018	18	10	28
2019	26	9	35
2020	19	6	25
2021	23	5	38
2022	24	12	36
2023	27	15	42

Fonte/Entidade: GAF - Gabinete de Atendimento à Família (Acedido a 15/07/2024)

¹⁴⁰ Fonte: https://www.sicad.pt/BK/Intervencao/Documents/2014/guia_apoio_intervencao_RRMD.pdf (Acedido a 29/07/2024)

Analisando os dados disponibilizados pelo GAF, constata-se que, entre 2017 e 2023, o número de utentes foi flutuante. O ano de **2023 foi aquele em que se atingiu o maior número de utentes residentes no concelho de Caminha em acompanhamento (42 utentes: 27 homens e 15 mulheres)**. Para todos os anos, verificou-se uma **prevalência dos utentes do sexo masculino**. Nesse ano, assistiu-se a um crescimento de 6 utentes face ao ano anterior.

Outro dos CAD é o consumo de tabaco, sendo que, para combater o mesmo, o Centro de Saúde Caminha, dispõe da consulta de cessação tabágica. Considerando o peso expressivo que o consumo de tabaco assume no território nacional, determinante comportamental que afeta negativamente a saúde, o tabagismo considerado um problema de saúde prioritário, no âmbito do Plano Nacional de Saúde 2012-2016, justificando-se assim a criação de um Programa Nacional, para a sua prevenção e controlo. Fumar é o principal fator de risco de cancro do pulmão e pensa-se ser responsável por cerca de 90% dos casos. O tabagismo é ainda um fator de risco de outros cancros da cabeça e do pescoço (cavidade oral, nasal, faringe, laringe e esófago), bexiga, rim, pâncreas, colo do útero, estômago e leucemia. Parar de fumar em qualquer idade baixa o risco de ter cancro.

Alinhado com essa priorização, no Centro de Saúde de Caminha foi colocado ao serviço da população a consulta de cessação tabágica. A cessação tabágica tem sempre como consequência uma melhoria do estado de saúde individual. Promove benefícios imediatos em ambos os sexos, em todas as idades, em indivíduos com ou sem doenças relacionadas com o tabaco.

No ano de 2018, foram realizadas 35 consultas de cessação tabágica, tendo sido atendidos um total de 18 utentes (10 homens e 8 mulheres). O número de consultas seguintes totalizaram 18.

À guisa de conclusão, conclui-se que um dos desafios que se coloca, ao nível da intervenção integrada nesta área, reforçar a intervenção ao nível da prevenção, dissuasão e do tratamento dos CAD, por forma a dar resposta a todas as solicitações em tempo útil e de forma permanente (não pontual) e em regime de proximidade, alcançando ganhos consistentes e sustentáveis em saúde, nomeadamente ao nível dos indicadores relacionados com as doenças que têm nos CAD fatores determinantes.

Este reforço deve fazer-se de forma a garantir que no concelho de Caminha, ao contrário daquilo que acontece na atualidade, existam respostas de proximidade, junto da população jovens e em diferentes contextos, que trabalhem a prevenção e a dissuasão dos CAD. Deste modo, urge potenciar a articulação entre os vários agentes locais e regionais, capacitá-los e promover o desenvolvimento de ações de intervenção estruturadas e prolongadas no tempo.

De referir que, simultaneamente, é importante promover ações que concorram para impedir o acesso facilitado dos jovens menores a álcool e a substâncias ilícitas. Os parceiros sociais nas reuniões de trabalho fizeram constar a necessidade de trabalhar os agentes que vendem/disponibilizam essas substâncias e também reforçar o policiamento (escola segura, por exemplo) e intensificar as medidas punitivas para quem vende indevidamente as substâncias (tabaco, álcool e outras substâncias).

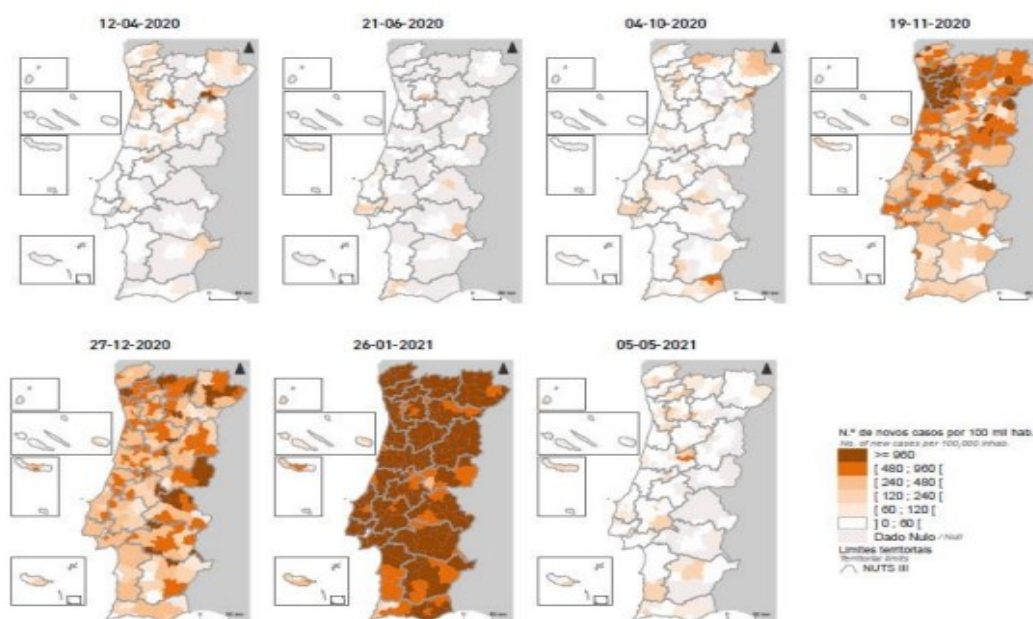
Por outro lado, é fundamental reforçar a capacidade instalada em termos de recursos humanos e logísticos para trabalhar a dimensão da motivação para o tratamento referente aos CAD.

6.1.4. Um breve olhar sobre a Pandemia de COVID 19 e seu impacto na Saúde

A pandemia da COVID-19, doença infecciosa provocada pelo vírus SARS-CoV-2, dadas as suas características e a dimensão dos seus impactos ao nível da saúde, da economia, da política, da sociedade, das famílias e dos indivíduos, trouxe consigo um conjunto de desafios e oportunidade sobre os quais importa refletir, por forma a capacitar os diferentes agentes sociais para enfrentar situações semelhantes.

Com o intuito de responder aos desafios e às necessidades decorrentes da pandemia da COVID-19, procedeu-se à reorganização dos serviços de saúde prestados à população, ao nível dos cuidados de saúde primários e hospitalares, com consequências no volume e na prestação da atividade assistencial, bem como na reorganização dos espaços e das rotinas de trabalho, cujo impacto no estado de saúde dos portugueses não é, ainda possível avaliar nem projetar ou prever em toda a sua plenitude.

Figura 9 | Evolução do número de casos de COVID-19 por 100 mil habitantes registado em Portugal, por região, entre 12-04-2020 e 05-05-2021



Fonte: [PNS2021-2030_Saude-da-Populacao-em-Portugal.pdf \(dgs.pt\)](#) (Acedido a 26/06/2024)

Os mapas anteriores proporcionam um mapeamento da distribuição geográfica, à escala do município, da incidência cumulativa, por 100.000 habitantes, a 14 dias de COVID-19, entre o dia 12 de abril de 2020 e 5 de maio de 2021. Desde logo, sobressai o facto de a região Norte e, dentro desta o concelho de Caminha, apresentarem uma incidência cumulativa de casos foi bastante elevada. Mais se acrescenta que ao nível da sub-região do Alto Minho, o território concelhio destaca-se, registando uma incidência cumulativa de 960 novos casos por 100 mil habitantes em 2020 e 2021.

Perante situações de emergência/crise todos são chamados a intervir e a encontrar soluções inovadoras e criativas para ultrapassar as vicissitudes. Assim, dados os níveis de incidência da COVID-19, os serviços de saúde, as demais entidades e a comunidade foram impelidas a encontrar novas formas de organização e soluções/respostas inovadoras capazes de assegurar o acesso à saúde e a satisfação das necessidades da população. Nessa fase, a articulação/colaboração entre diferentes serviços/setores e profissionais revelou-se essencial na superação de necessidades da população residente. Deste modo, foi possível criar/reforçar práticas colaborativas multissetoriais, as quais poderão ser potenciadas, chamando outros atores, incluindo a sociedade civil. As mesmas poderão ser mobilizadas em situações de emergência, assumindo-se como essenciais no processo de transformação/potenciação do bem-estar da população. Exemplo disso foi a importante articulação que ocorreu no âmbito da preparação e da execução da campanha de vacinação da população do

concelho de Caminha. Outro exemplo foi também a criação de novas respostas para, salvaguardando as restrições de mobilidade e a imposição do confinamento, permitiram que a população continuasse a aceder à prescrição da medicação crónica e à própria medicação.

Os serviços de saúde, ao nível dos cuidados de saúde primários e hospitalares, foram obrigados a com consequências no volume e na prestação da atividade assistencial, bem como na reorganização dos espaços e das rotinas de trabalho, cujo impacto no estado de saúde dos portugueses não é, ainda possível avaliar nem projetar ou prever em toda a sua plenitude.

Em resultado da COVID-19 e dos seus impactos, alguns dos quais ainda hoje se fazem sentir, afloraram as desigualdades sociais existentes e novas desigualdades surgiram, o que reforçou a consciência de o domínio da saúde padecer ainda de algumas iniquidades, sendo que muitas destas resultam e provocam clivagens noutros domínios.

Por outro lado, a COVID-19 teve um forte impacto ao nível da saúde mental da população, agravando de forma severa a prevalência e a persistência de perturbações do foro mental na população residente. Mais do que nunca urge, por isso, quebrar o ciclo de desinvestimento na saúde mental em Portugal e criar políticas de qualidade capazes de responder a esta situação de emergência.

6.1.5. Outras Respostas/Apoios no domínio da Saúde

Os técnicos de acompanhamento social e os profissionais de saúde identificaram a dificuldade de acesso à medicação crónica por parte dos utentes em situação de fragilidade socioeconómica, pelo que, numa tentativa de superação da mesma, o Município de Caminha celebrou, em janeiro de 2019, um Protocolo de Colaboração com a Associação Dignitude para implementar no território concelhio o **Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento**.

Deste modo, foram criadas condições para que as pessoas a residir a título permanente no concelho de Caminha e que se encontrem a vivenciar uma situação de vulnerabilidade económica (rendimento *per capita* do indivíduo/agregado familiar igual ou inferior a 20% da Remuneração Mínima Nacional Garantida em vigor), devidamente comprovada, possam aceder aos medicamentos comparticipados pelo SNS que lhes tenham sido prescritos por receita médica, evitando assim a ocorrência de situações de incumprimento do plano terapêutico e, conseqüentemente, de agravamento do estado de saúde, por razões de ordem socioeconómica.

Desde a data da vigência do Programa Abem no concelho de Caminha foram vários os indivíduos e agregados domésticos que viram ser-lhes atribuído e renovado este apoio. O Cartão Abem: que é atribuído a cada munícipe que cumpra as condições de recurso tem uma validade de 12 meses, sendo que durante esse período, a ocorrência de qualquer alteração ao nível da situação socioeconómica do indivíduo/agregado, ou no fim do mesmo é desencadeado um processo de reavaliação.

Tabela 118 | Evolução dos beneficiários do Programa Abem:, 2020-2023

Ano	N.º de Beneficiários	Montante liquidado pelo MC (€)
2020	64	3 650
2021	111	10 050
2022	97	10 290
2023	59	7 965

Fonte: Município de Caminha

Em 2020, eram 64 o número de beneficiários do Programa Abem:, número que cresceu exponencialmente no ano de 2021, situando-se nos 111 beneficiários. Desde então, o número de beneficiários decresceu (2022: 97 beneficiários; 2023: 59 beneficiários). Este declínio está associado à alteração da situação socioeconómica do agregado familiar, alteração da composição do agregado familiar, óbito e alteração de concelho de residência.

De notar que, como referido no capítulo 4, antes de este programa vigorar no concelho de Caminha, os munícipes em situação de vulnerabilidade socioeconómica, avaliada de acordo com as condições de recurso estabelecidas, podiam beneficiar, ao abrigo do Regulamento n.º 909/2016, de 7 de outubro | Plano de Emergência Social - Caminha Solidária, de apoio pecuniário eventual, no montante anual máximo de 250€ por agregado familiar, para o pagamento de despesas associadas à compra de medicação por doença crónica, exames complementares de diagnóstico, taxas moderadoras de consultas médicas, internamentos hospitalares, transporte de doentes e apoios técnicos, mediante apresentação de declaração médica e recibos.

Em resultado de um trabalho conjunto entre os serviços de saúde e as autarquias locais, com vista a potenciar a aproximação destes à população, foi possível criar 13 espaços onde funciona o **Balcão SNS 24**. Deste modo, a população residente nas freguesias com Balcão SNS 24 pode beneficiar do acesso, nas modalidades de acesso facilitado ou de acesso mediado ao Balcão SNS 24. Assim, aqueles munícipes que não disponham dos recursos necessários para aceder ao Balcão SNS 24 veem facilitado esse procedimento, na medida em que, nas instalações das Juntas de Freguesia, dispõem das condições e do apoio de que necessitam para poderem aceder aos serviços digitais e de telessaúde (por exemplo, marcar, desmarcar e remarcar consultas; consultar exames, Certificados de Incapacidade Temporária

para o Trabalho, comprovativos de presença, receitas de medicamentos; renovar e consultar medicação habitual; efetuar o pedido de isenção das taxas moderadoras por insuficiência económica,...). Na modalidade de acesso mediado, os munícipes que não tenham condições para aceder ao Balcão SNS 24, fazendo-se representar pelo Mediador Digital do referido balcão, o qual está devidamente habilitado para o efeito, podem agendar consultas, efetuar o pedido de isenção de taxas moderadoras por insuficiência económica, renovar e consultar medicação habitual. Deste modo, torna-se possível, para a resolução das questões referidas, superar o obstáculo da distância física em relação aos serviços e, simultaneamente, a barreira relativa à escassez da rede de transportes.

6.2. Segurança

No presente subcapítulo é efetuada uma análise dos principais indicadores referentes à área da segurança e criminalidade, com o propósito de caracterizar a realidade concelhia.

No que às Forças de Segurança se refere, o concelho de Caminha, conta com a intervenção da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia Marítima (PM). A GNR dispõe de dois postos: Pter Caminha e Pter Vila Praia de Âncora, sendo que, em 2021, contava com um total de 44 efetivos.

Tabela 119 | Evolução do número de efetivos da GNR no concelho de Caminha, por ano civil, 2019-2021

Postos	Número de Efetivos		
	2019	2020	2021
Pter Caminha	24	24	24
Pter Vila Praia de Âncora	21	21	20
TOTAL	45	45	44

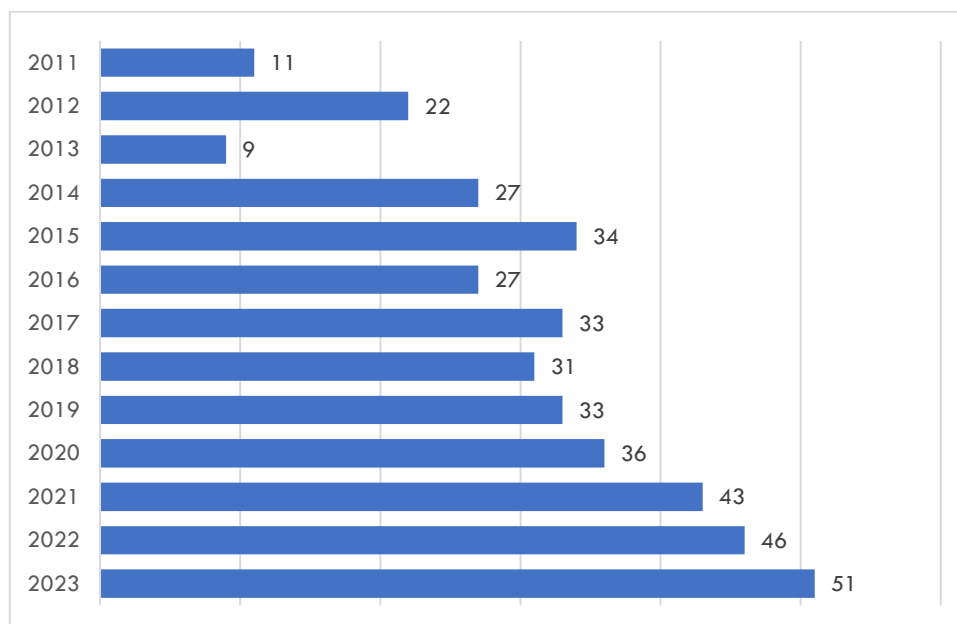
Fonte: Relatório fornecido pela GNR Viana do Castelo (2022)

Considerando os dados e a informação contida na tabela, constata-se que o número de efetivos da GNR ao serviço no concelho de Caminha manteve-se inalterado entre 2019 e 2020. No ano de 2021, registou-se a perda de um efetivo.

Gráfico 271 | Evolução da taxa de criminalidade geral no concelho de Caminha, 2011-2022 (%)


Fonte: <https://www.ine.pt> (Acedido a 22/07/2024)

A taxa de criminalidade total registada no concelho de Caminha, no ano de 2011, era de 47,2%, o que significa que ocorreram cerca de 47,2 crimes por 1 000 habitantes. Este indicador, transcorridos dez anos, situou-se nos 35,1%, o que representa uma quebra de 12,1%. Porém, no ano de 2022, a taxa de criminalidade sofreu um aumento, passando a situar-se nos 41,3% (+6,2%). Estes dados permitem concluir que a taxa de criminalidade do concelho de Caminha, nos vários anos em apreço, apresentava níveis superiores à média nacional (2011: 39,3%; 2021: 28,9%; 2022: 32,8%), da região Norte (2011: 33,2%; 2021: 24%; 2022: 25,8%) e da sub-região do Alto Minho (2011: 35,6%; 2021: 26,5%; 2022: 30%).

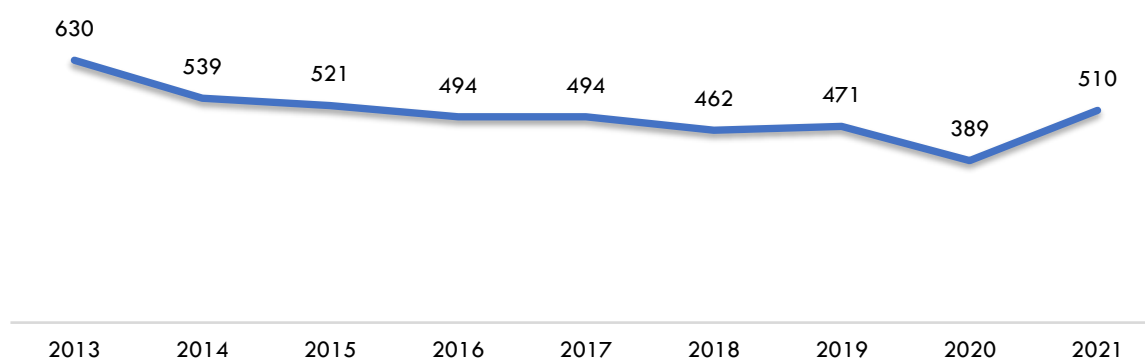
Gráfico 272 | Evolução do número de crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogo registados pelas autoridades policiais no concelho de Caminha, 2011-2023


Fonte: <http://www.ine.pt> (Acedido a 12/08/2024)

No que se refere ao número de crimes relativos a violência doméstica contra cônjuge ou análogos registados pelas autoridades policiais no concelho de Caminha, em 2023, situou-se nos 51 crimes, valor mais elevado desde 2011 (11 crimes). Pese embora as oscilações ocorridas ao longo dos anos, conclui-se que, entre 2011 e 2023, o número de crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogos, comunicado às autoridades aumentou significativamente. Estes dados podem ser explicados por um conjunto de fatores, entre os quais se pode referir-se a maior sensibilização para esta problemática, a mobilização por parte das vítimas de soluções que lhes permitem cortar o ciclo de violência,...

Esta realidade faz com que as várias entidades (entidades policiais, Município, CAVVD, Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, estabelecimentos de ensino da rede solidária, etc.) se devam envolver na estruturação e desenvolvimento de medidas de prevenção da violência junto da população mais jovem (prevenção precoce/primária) e da comunidade em geral. Estas medidas devem concorrer para a mudança atitudinal e de comportamentos, para aumentar as capacidades de resistência, assim como para a promoção de uma cultura de não-violência (estabelecer padrões de relações saudáveis, reduzir a aceitabilidade/condescendência social da violência doméstica). É importante intervir de forma a quebrar a reprodução da violência entre as gerações.

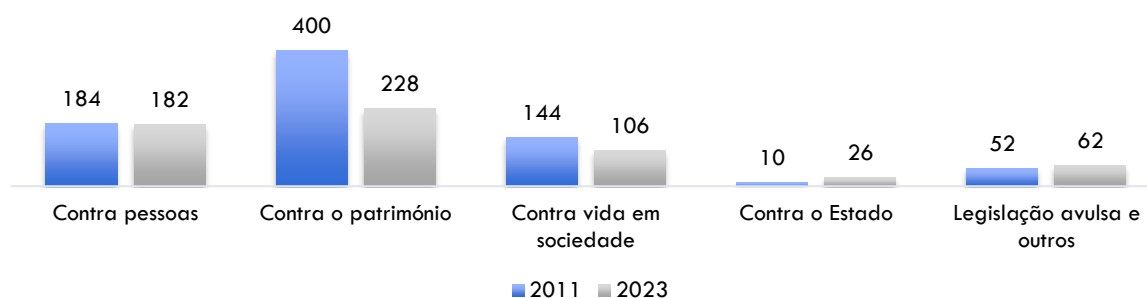
Gráfico 273 | Evolução da criminalidade geral no concelho de Caminha, 2013-2022



Fonte/Entidade: GNR | Comando Territorial de Viana do Castelo (2019 e 2022)

Quanto à evolução da criminalidade geral registada no concelho de Caminha, verifica-se que a mesma apresenta uma tendência decrescente entre 2013 e 2018, passando dos 630 crimes para os 462 crimes. No ano de 2018, teve lugar um aumento na ordem dos 9 crimes. Depois de um decréscimo acentuado vivido em 2020, registando-se uma criminalidade geral de 389, o que se poderá explicar por se estar em período de confinamento pela COVID-19, em 2021, a criminalidade aumentou para os 510 crimes. Este valor, embora seja inferior ao de 2013 (630 crimes), assume-se como o 4.º mais elevado desde 2013.

Gráfico 274 | Evolução do número de crimes registados no concelho de Caminha, total e por tipo de crime, 2011-2023



Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 07/06/2024)

Analisando o número total de crimes e as tipologias registadas, podemos aferir que os crimes mais praticados no Concelho são contra o património, representando cerca de 38% do total de crimes cometidos. Face a 2011, os crimes contra as pessoas mantiveram o seu valor. Simultaneamente, existiu um aumento significativo em relação aos crimes praticados contra o Estado e Legislação Avulsa e Outros (representando aproximadamente 14%) e, diminuiram ligeiramente os crimes contra a vida em sociedade. Em 2011, foi registado um total de 790 crimes, já em 2023 verificou-se um decréscimo dos crimes registados, passando este valor para os 604.

Tabela 120 | Distribuição do número de crimes praticados no concelho de Caminha, por faixa etária do praticante, 2019-2021

Idade	Ano			Total
	2019	2020	2021	
Menos de 12 anos	2	0	0	2
12 aos 15 anos	1	1	0	2
16 a 17 anos	1	5	3	9
18 a 20 anos	12	10	8	30
21 a 24 anos	17	5	23	45
25 a 30 anos	36	23	24	83
31 a 40 anos	50	26	43	119
41 a 50 anos	52	35	32	119
51 a 64 anos	40	46	40	126
65 a 74 anos	13	15	11	39
75 a 84 anos	10	2	5	17
Mais de 85 anos	2	1	1	4
Indt.	80	59	95	234
Total	316	228	285	829

Fonte: Relatório fornecido pela GNR Viana do Castelo (2022)

Segundo os dados reconhecidos pela GNR, verifica-se que, no concelho, entre 2019 e 2021, cerca 44% dos crimes foram praticados por indivíduos com idades compreendidas entre os 31 e os 64 anos de idade. Os crimes praticados por jovens no concelho, representando cerca de 20% da população total dos praticantes. Desde 2019, no concelho, não existem crimes cometidos por jovens com menos de 12 anos.

Tabela 121 | Distribuição do número de crimes praticados no concelho de Caminha, por sexo do praticante, 2019-2021

Sexo	Ano			TOTAL
	2019	2020	2021	
Masculino	223	176	211	610
Feminino	72	46	54	172
Indt.	5	4	15	24
TOTAL	300	226	280	806

Fonte: Relatório fornecido pela GNR Viana do Castelo (2022)

Em relação à distribuição do número de crimes praticados no concelho de Caminha por sexo, pode verificar-se que, entre 2019-2021, tal como indica o gráfico acima, uma maior prevalência dos crimes praticados por indivíduos do sexo masculino, representando cerca de 76% da população total praticantes. De acordo com *Moffitt et al. (2001)* esta tendência pode ser explicada pelo facto de os homens estarem frequentemente mais expostos a fatores de risco como os défices neuropsicológicos, a hiperatividade e os problemas de relacionamento com pares. Uma vez que os homens se encontram mais expostos a fatores de risco leva a que estes estejam menos sensíveis à punição, sendo mais impulsivos e apresentando níveis mais elevados de procura de sensações de risco (*ibidem*). No entanto, a magnitude das diferenças de sexo em relação à prática de crimes deve ter em conta as referências espaço-temporais em que são analisadas.

Em Portugal, segundo o Relatório Anual de 2022, “A situação do País em matéria de Álcool” produzido pela SICAD, observa-se um aumento da abstinência na população geral (15-74 anos). Além disso, percebe-se a diminuição da idade média de início dos consumos, o aumento do consumo recente e atual de álcool, da embriaguez severa, dos consumos de risco elevado e da dependência (esta tem vindo a aumentar desde 2012 e quase se quadruplicou em dez anos). Os agravamentos foram transversais a ambos os sexos e à maioria dos grupos etários, embora mais expressivos nos homens e em algumas idades, como o consumo de risco elevado nos 15-24 anos e 25-34 anos e a dependência nos 35-44 anos e 45-54 anos. Em relação aos crimes por condução com TAS $\geq 1,2$ g/l, em 2022 houve 22 071 registos, correspondendo a 50% do total de crimes contra a sociedade e 6% da criminalidade registada. Após o aumento destes crimes entre 2009 e 2012 registou-se uma tendência de decréscimo, com diminuições consecutivas entre 2016 e 2020.

Tabela 122 | Evolução do número de autos de contraordenação por condução sob influência do álcool registados no concelho de Caminha, 2019-2022

N.º de autos de contraordenação			
2019	2020	2021	2022
57	51	15	13

Fonte: Relatório fornecido pela GNR Viana do Castelo (2022)

As contraordenações por condução sob influência de álcool, no concelho de Caminha, têm vindo a diminuir drasticamente desde 2019, tendo sido registada a maior quebra entre 2020 e 2021 (-36 contraordenações). Este fenómeno pode ser explicado pelo maior investimento, a nível nacional, nas políticas de controlo (medidas mais restritivas na disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas e na condução sob o efeito do álcool).

Uma problemática evidente na sociedade é a sinistralidade rodoviária, de acordo com o Relatório Anual 2022: Sinistralidade 24 horas Fiscalização e Contraordenações da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), registaram-se no Continente, em 2022, 32 788 acidentes com vítimas, dos quais resultaram 462 vítimas mortais, 2 243 feridos graves e 38 456 feridos leves. São várias as causas que originam os acidentes de viação, mas os comportamentos de risco são, normalmente, os principais responsáveis pelos acidentes nas estradas nacionais.

Em 2022, as colisões estiveram na origem de 51,9% do total de acidentes, 39,8% das vítimas mortais e 43,8% dos feridos graves. Nos atropelamentos, a subida de 20,2% no número de acidentes, face a 2021, resultou em 69 vítimas mortais (+46,8%), 349 feridos graves (+8,7%) e 4.415 feridos leves (+20,2%). Deste modo, o índice de gravidade aumentou de 1,26 em 2021 para 1,54 em 2022.

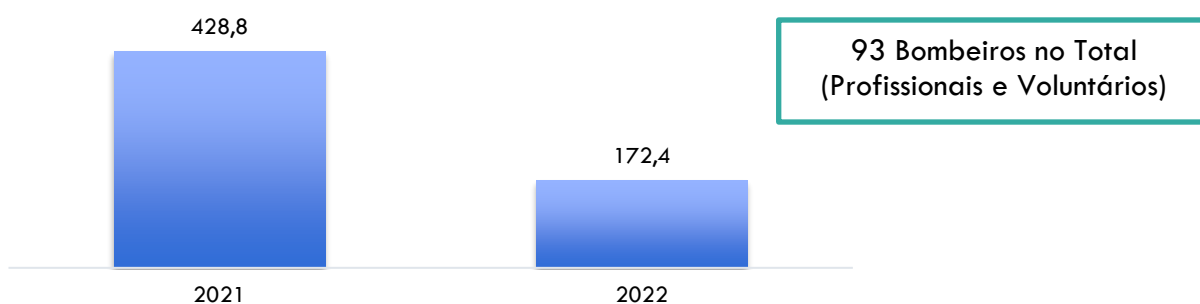
Analisando apenas os atropelamentos, no Município de Caminha, entre 2011 e 2023, verificou-se um decréscimo do seu número, passando de 11 para 6. Em relação às vítimas mortais, o número de mortes mantém-se (nenhuma).

Tabela 123 | Número de atropelamentos e mortes nas estradas, 2011-2023

	Total		Mortos	
	2011	2023	2011	2023
Alto Minho	111	97	5	2
Arcos de Valdevez	8	10	0	0
Caminha	11	6	0	0
Melgaço	3	0	1	0
Monção	5	6	1	0
Paredes de Coura	4	3	1	0
Ponte da Barca	1	2	0	0
Ponte de Lima	17	19	0	1
Valença	12	3	1	0
Viana do Castelo	46	42	1	1
Vila Nova de Cerveira	4	6	0	0

Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 11/06/2024)

Das várias vertentes da Segurança, o bombeiro é um elemento que integra de forma profissional ou voluntária um Corpo de Bombeiros, tendo por atividade o cumprimento das missões, nomeadamente a proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável. O facto de a sua intervenção ser bastante abrangente, torna-os mais expostos a inúmeros riscos.

Gráfico 275 | Evolução do número de habitantes por Bombeiro, no concelho 2011-2022


Fonte: <https://www.pordata.pt> (Acedido a 11/06/2024)

Em Caminha verifica-se uma redução significativa do número de habitantes por bombeiro profissional ou voluntário no ano de 2022, numa totalidade de 93 bombeiros, mantendo as duas corporações de bombeiros em 2011 e 2023 (em Caminha e Vila Praia de Âncora).

6.3. Principais Desafios/Problemas Identificados

Em matéria de Saúde e Segurança, da conjugação da informação reunida do presente documento com o parecer dos parceiros sociais, surgiu a identificação dos desafios/problemas que se passa a apresentar:

Área Temática:	Desafios/ Problemas Identificados
Saúde e Segurança	Perfil dos utentes inscritos nas diferentes unidades de saúde caracterizado pelo envelhecimento
	Dispersão geográfica das unidades da RNCCI e a fraca capacidade de resposta instalada no território concelhio (desadequação face às necessidades atuais e futuras)
	Unidades da RNCCI com uma capacidade instalada insuficiente face às necessidades atuais e às futuras, atendendo às previsões de aumento da incidência de dependência e perda de autonomia na população residente
	Equipa Domiciliária de Caminha com uma capacidade manifestamente insuficiente face à área de abrangência geográfica (concelho) e ao crescente envelhecimento da população, bem como do aumento das doenças crónicas degenerativas
	Capacidade de resposta ao nível da Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos (área geográfica de intervenção extensa, dimensão exígua da equipa, ausência de cobertura fora do seu horário de trabalho - dias úteis, das 8:00 horas às 17:00 horas) desadequada às necessidades
	Escassez de recursos afetos à área da saúde mental
	Falta de medidas e de respostas direcionadas especificamente para aqueles que cuidam de pessoas com problemas de saúde mental
	Insuficiente investimento em ações de informação e sensibilização desenvolvidas para combater os preconceitos associados à doença mental e à estigmatização dos cidadãos com diagnóstico de doença mental
	Investimento insuficiente ao nível das medidas e ações de prevenção da doença mental e de deteção precoce da mesma, enquanto estratégias de promoção da saúde e garantias do bem-estar da população
	Conhecimento pouco aprofundado das necessidades biopsicossociais da população com demência residente no concelho de Caminha, suas famílias e cuidadores formais e informais, proporcionando a informação base para a edificação de políticas e medidas de apoio

Área Temática:	Desafios/ Problemas Identificados
Saúde e Segurança	Medidas de prevenção e combate das situações-problema de isolamento e exclusão social da população com doença mental pouco robustas
	Insuficiente mobilização dos esforços dos vários parceiros sociais para reduzir as mortes preveníveis e prematuras (ocorridas em indivíduos com idade inferior aos 75 anos), o que implica a eliminação/redução da ação dos determinantes destas doenças junto da população residente, nomeadamente aquela que se encontra em situação de maior vulnerabilidade (idosos, crianças e indivíduos em situação de fragilidade socioeconómica) - alimentação inadequada, inatividade física, abuso de tabaco, consumo excessivo de álcool,...
	Prevalência não negligenciável de eventos externos com potencial de impacto negativo ao nível da morbilidade, tais como promoção de políticas e de medidas de prevenção e combate à pobreza e à exclusão social
	Aumento da taxa de criminalidade geral
	Aumento significativo do número de crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogos, comunicado às autoridades

Os parceiros sociais apresentaram as seguintes recomendações para a superação dos problemas/desafios anteriormente referidos:

- Celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Caminha, a Saúde, as instituições do setor social e médicos/clínicas (oftalmologia, estomatologia, psiquiatria, neurologia, dermatologia,...) para promover a ação concertada e a criação das condições para que se efetive a intervenção ao nível da saúde (prevenção, monitorização e acompanhamento da população em situação de comprovada carência económica);
- Desenvolvimento de ações concertadas junto dos agentes que vendem/disponibilizam álcool e outras substâncias aditivas à população jovem, reforço do policiamento (escola segura, por exemplo) e intensificação das medidas punitivas para quem vende indevidamente as substâncias (tabaco, álcool e outras substâncias);
- Reforço da capacidade instalada em termos de recursos humanos e logísticos para trabalhar a dimensão da motivação para o tratamento referente aos CAD;
- Reforço da articulação entre as entidades que trabalham ao nível dos CAD e as Escolas, desenvolvendo ações de capacitação de técnicos do concelho e professores para que estes repliquem a intervenção nas escolas, garantindo assim uma intervenção estruturada e prolongada no tempo;
- Criação de uma equipa de hospitalização forma a potenciar o processo de recuperação e atenuar a sobrecarga das estruturas e de outras respostas existentes;

- Criação de Equipa de Cuidados Paliativos no concelho de Caminha;
- Criação de um Grupo de Trabalho sobre a Saúde Mental e mobilização dos vários agentes locais em torno das estratégias e programas de prevenção da doença mental junto da população, reforçando o trabalho desenvolvido junto das crianças e dos jovens, através, por exemplo, reforço do desenvolvimento, em contexto escolar, de ações que favoreçam a aquisição e a consolidação de competências ao nível da gestão positiva das emoções, assim como ações e dinâmicas para trabalhar questões referentes à identidade, pertença, comunicação, ...
- Desenvolvimento de ações de sensibilização e de informação versadas na temática da “saúde psicológica” junto da comunidade para combater a estigmatização da população com doença mental e a desvalorização dos sintomas;
- Criação de unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental para a população adulta, infância e juventude;
- Desenvolvimento de programas que integrem ações de sensibilização da comunidade local para a alteração de estilos de vida determinantes dos problemas de saúde com maior incidência no concelho - Educação para a saúde e literacia em saúde - e de prevenção das doenças evitáveis com forte incidência no concelho;
- Investimento em programas e projetos que possibilitem a adequada gestão da doença crónica, intervindo em vários níveis/dimensões, tais como: os cuidados integrados (CH/CSP/CC), os doentes e dos cuidadores/associações e doentes/Comunidade; a intensificação da desmaterialização; o aumento da hospitalização domiciliária; a descentralização do cuidado na saúde oral;
- Desenvolvimento de ações integradas e continuadas de promoção da literacia em saúde junto dos diferentes públicos;
- Promoção de políticas e medidas de prevenção e combate da iniquidade na saúde através do reforço das políticas e das medidas de superação das situações-problema de vulnerabilidade socioeconómica e exclusão social;
- Criação e desenvolvimento de um Plano Municipal de Promoção da Prática de Desporto que, congregando a atuação dos principais agentes territoriais neste domínio, assim como rentabilizando os equipamentos desportivos existentes e os recursos humanos e logísticos instalados, potencie a prática de desporto por parte da população residente;
- Congregação de esforços para combater a falta de informação e desburocratizar o acesso às ajudas técnicas por parte da população;
- Reforço do investimento e do envolvimento interinstitucional em medidas de prevenção primária da criminalidade (ações de sensibilização, formação e educação);
- Reforço das ações previstas no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Caminha.

Bibliografia e Webgrafia

- ARS Norte, 2018, *Perfil Local de Saúde 2018* - ULS Alto Minho, ULSAM.
- Associação Empresarial de Viana do Castelo (AEVC), 2021, *Barómetro da Competitividade – Alto Minho*, Viana do Castelo, AEVC.
- Capela dos Santos, D., 2016, *A Política de Reforço da Resposta dos Cuidados de Saúde Primários em Portugal: Psicologia, Oftalmologia, Obstetrícia, Pediatria e Medicina Física de Reabilitação*, Lisboa, Departamento de Ciências Económicas e Empresariais Universidade Autónoma de Lisboa (Fonte: <https://repositorio.ual.pt/server/api/core/bitstreams/f8703447-133e-46bc-b357-ad6b7a770910/content> - Acedido a 19/05/2024).
- Câmara Municipal de Caminha, 2024, *Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Caminha – Estudo, Volume 1*, Caminha, CMC.
- Comunidade Intermunicipal do Minho Lima (CIM Alto Minho), 2013, *Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”*, CIM Alto Minho.
- Departamento de Prestações e Contribuições, 2024, *Guia Prático – Estatuto do Cuidador Informal Principal e Cuidador Informal não Principal*, Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P.
- Diário da República n.º 117/2003, Lei n.º 13/2003, de 21 de maio de 2003, DRE, Série I de 21/05/2003 (Fonte: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/13-2003-541856>)
- Diário da República n.º 56/2015, *Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015*, de 20 de março, *Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020*, DRE, Série I de 20/03/2015 (Fonte: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/12-b-2015-66807913> - Acedido a 17/07/2024).
- Diário da República n.º 106/2018, *Decreto-lei n.º 37/2018 de 4 de junho*, DRE, Série I de 04/06/2018 (Fonte: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/37-2018-115440317> - Acedido a 15/03/2024).
- Diário da República n.º 158/2019, *Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019*, de 20 de agosto, *Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações*, DRE, Série I de 20/08/2019 (Fonte: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/141-2019-12404466> - Acedido a 17/07/2024).

- Diário da República n.º 6/2022, Decreto Regulamentar n.º 1/2022, de 10 de janeiro da Presidência do Conselho de Ministros, DRE, Série I de 10/01/2022 (Fonte: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar/1-2022-177363476> - Acedido a 03/07/2024)
- Diário da República n.º 6/2022, Decreto Regulamentar n.º 1/2022, de 10 de janeiro da Presidência do Conselho de Ministros, DR, Série I, 10/01/2022 (Fonte: <https://files.dre.pt/1s/2022/01/00600/0002100036.pdf> – Acedido a 26/06/2024).
- Diário da República n.º 4/2024, Lei n.º 2/2024, de 5 de janeiro, Programa Nacional de Habitação 2022-2026, DR, Série I de 05/01/2024 (Fonte: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/2-2024-836117862> - Acedido a 15/03/2024).
- Diário da República n.º 9/2024, Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2024, de 12 de janeiro, Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026, DR, Série I de 12/01/2024 (Fonte: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/01/00900/0003100078.pdf> - Acedido a 15/07/2024).
- EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza, 2023, Parecer EAPN Portugal – Plano “Mais Habitação”, Porto, EAPN Portugal (Fonte: <https://www.eapn.pt/centro-de-documentacao/documentos/parecer-da-eapn-portugal-sobre-o-plano-mais-habitacao/> - Acedido a 29/05/2024).
- Faria, C., Pereira, F., Silva, P., & Gonçalves, R., 2022, *Diagnóstico de Proximidade no Domínio da Demência*, Instituto Politécnico de Viana do Castelo.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021, CARTA SOCIAL - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2020, Lisboa, ISS.IP.
- Idáñez, M. & Ander-Egg, E., 2008, *Diagnóstico Social: conceitos e metodologias*, Lisboa, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, 3.ª Edição Revista e ampliada.
- Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS), 2001, *Programa Rede Social*, Lisboa, IDS.
- Instituto Nacional de Estatística (INE), IP, 2023, *Censos 2021. O que nos dizem os Censos sobre habitação*, Lisboa, INE (Fonte: <https://www.ine.pt/xurl/pub/66323830> - Acedido a 29/05/2024).

- Instituto Nacional de Estatística (INE), IP, 2022, *Censos 2021. O que nos dizem os Censos sobre as dificuldades sentidas pela população com incapacidades*, Lisboa, INE (Fonte: <https://www.ine.pt/xurl/pub/66200373>) - Acedido a 24/06/2024).
- Instituto Nacional de Estatística (INE), IP, 2022, *Estatísticas da construção e da habitação – 2021*, Lisboa, INE (Fonte: <https://www.ine.pt/xurl/pub/27968707>) - Acedido a 15/04/2024).
- Instituto Nacional de Estatística, 27 de junho de 2024, *Estatísticas de Rendias da Habitação ao Nível Local - 1.º trimestre de 2024 – dados provisórios*, Lisboa, Serviço de Comunicação e Imagem (file:///C:/Users/User/Downloads/27Rendas%20a%20nivel%20local_2024_1T.pdf - Acedido a 17/07/2024).
- Januário e Melo, 2023, *Mudanças no Abono de Família*, Lisboa, APP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública.
- MCSP, 2006, *Missão para os Cuidados de Saúde Primários. Linhas de Acção Prioritária para o Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde Primários*, Lisboa, Ministério da Saúde.
- Miguel, L. S., & Sá, A. B., 2010, *Cuidados de Saúde Primários em 2011-2016: Reforçar, Expandir | Contribuição para o Plano Nacional de Saúde 2011-2016*, Lisboa, Ministério da Saúde – Alto Comissariado da Saúde (Fonte: <https://pns.dgs.pt/files/2010/08/CSP1.pdf> - Acedido a 15/05/2024).
- Ministério da Saúde, 2022, *Plano Nacional de Saúde 2030 | Saúde Sustentável: de tod@s para tod@s | Guião para a implementação*, Lisboa, Direção Geral de Saúde (Fonte: https://pns.dgs.pt/files/2022/03/PNS-21-30_Versao-editada-1_Final_DGS.pdf - Acedido a 16/07/2024).
- Miragaia, D., & Carvalho, P. G., 2012, *Análise das metodologias de avaliação da empregabilidade dos graduados em desporto de Portugal*. Revista Motricidade, 8 (4), 26-37, Ribeira de Pena, Edições Desafio Singular (Fonte: <https://scielo.pt/> - Acedido a 10/01/2024).
- Moffitt, T., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P., 2001, *Sex Differences in Antisocial Behaviour: Conduct Disorder, Delinquency, and Violence in the Dunedin Longitudinal Study*, Cambridge, Cambridge University Press (Fonte: https://assets.cambridge.org/97805218/04455/frontmatter/9780521804455_frontmatter.pdf - Acedido a 28/06/2024).
- MTS/SEEF, 1999a, *Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais*, Lisboa, IEPF/IGFSS.

- MTS/SEEF, 1999b, *Diagnóstico Social*, Lisboa: IEPF/IGFSS.
- Núcleo da Região Autónoma da Madeira da EAPN-Portugal, 2022, *Desafios e propostas de soluções habitacionais mais acessíveis e inclusivas*, Funchal, Núcleo da Região Autónoma da Madeira da EAPN-Portugal (Fonte: https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2023/05/EAPN_ebook_habita017.pdf - Acedido a)
- Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza, novembro de 2021, *A Saúde Mental em Portugal: um breve retrato epidemiológico e social*, Boletim 7, Porto, Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza (Fonte: <https://on.eapn.pt/boletins/boletim-07/> - Acedido a 23/05/2024)
- Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, 2023, *Pobreza habitacional em Portugal: desafios e vulnerabilidades*, Porto, EAPN Portugal (Fonte: <https://www.eapn.pt/centro-de-documentacao/documentos/pobreza-habitacional-em-portugal-desafios-e-vulnerabilidades-2/> - Acedido a 23/05/2024).
- SICAD, 2022, Relatório Anual de 2022: A Situação do País em Matéria de Álcool, Lisboa, ICAD, IP.

Anexos

Sessão de Trabalho | Educação, Formação e Empregabilidade

PROBLEMÁTICAS TRANSVERSAIS

- Fragilidades ao nível da rede de transportes públicos. **Soluções propostas:** Criação de um “Bus Académico”, ou algo semelhante, poderia ser opção para alunos do secundário e do ensino profissional; Criação/Melhoria da plataforma de transportes de acesso aos parques industriais; Conceção uma resposta/intervenção supraconcelhia para a resolução do problema dos transportes.

EDUCAÇÃO

- Insuficiência de respostas especializadas ao nível da equipa de acompanhamento precoce das crianças sinalizadas para medidas seletivas e adicionais, em resultado de alterações legislativas e por falta recursos humanos nas equipas de apoio, não estão a ter o acompanhamento e o apoio necessários (por exemplo, terapia da fala,...). **Solução proposta:** dotar as escolas de terapeutas da fala para responder às necessidades detetadas em tempo útil.
- Baixos apoios financeiros públicos às instituições e profissionais a trabalhar nas respostas integradas;
- Equipas técnicas de apoio aos jovens com medidas seletivas e adicionais com dimensões reduzidas e com poucos recursos financeiros, o que se traduz na insuficiência do apoio/acompanhamento dado.
- Existência de alunos que frequentam o 2.º e 3.º Ciclos do EB e o Ensino Secundário que, embora não beneficiem de Ação Social Escolar, integram agregados familiares com dificuldade em suportar os custos associados à participação em visitas de estudo e outras atividades promovidas com custos associados.
- Elevada taxa de envelhecimento dos profissionais de educação (docentes e não docentes). **Solução proposta:** Conceção de um plano de intervenção que permita atender/antecipar-se à falta destes RH.
- Falta de respostas sociais que favoreçam a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, nos casos em que os horários laborais divergem dos mais comuns (o que se assume contornos mais gravosos nos casos das famílias monoparentais e daquelas que não dispõem de retaguarda familiar de proximidade).
- As fragilidades ao nível dos transportes impedem que alguns alunos se vejam impedidos de aceder à prática do desporto escolar.
- A fraca rede de transportes públicos existente é um obstáculo para que os alunos das freguesias do interior consigam aceder a ofertas educativas ao nível do ensino secundário em concelhos limítrofes (Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Valença).

- A estigmatização social face ao ensino profissional e a associação deste a percursos de insucesso escolar, o que se traduz na baixa procura desta via de ensino.

FORMAÇÃO

- Ausência/fraca concertação de ofertas formativas entre as várias entidades com responsabilidade ao nível da formação de adultos a intervir no concelho (Entidades e Centros de Formação, Centro Qualifica e IEFP). **Solução proposta:** Criação de uma Rede Local/Municipal de Qualificação que integre representantes das várias entidades para definição do Plano de Formação local/Municipal.
- Baixos/desadequados níveis de escolarização e de qualificação da mão-de-obra do concelho.
- Fragmentação do território concelhio por vales (Âncora e Coura) obriga a um esforço e investimento complementar para acorrer às necessidades identificadas (dificuldade em encontrar pontos comuns).
- Ausência de conhecimento das necessidades do mercado de trabalho, o que impede que sejam criadas estratégias que garantam que a formação acompanha as mudanças registadas ao nível do mercado de trabalho atual e futuro.
- Falta de investimento/aposta em criar ofertas formativas em torno de percursos de qualificação, preferindo oferecer ofertas formativas avulsas que não se traduzem na obtenção/melhoria do nível de qualificação profissional dos formandos.
- Falta de ofertas formativas destinadas a capacitar os RH para o trabalho com a população com deficiência e/ou incapacidade.
- Existência de atitudes e comportamentos estigmatizantes e de desvalorização do ensino profissional, os quais se traduzem na baixa procura desta modalidade educativa/formativa.

EMPREGABILIDADE

- Falta de políticas/estratégias que funcionem como elementos de atração para que as empresas se estabeleçam e permaneçam no território concelhio;
Rede de transporte públicos deficitária para garantir o acesso/deslocações ao emprego, o que assume contornos mais graves para os cidadãos com deficiência e incapacidade.
- Escassa mão-de-obra (qualificada e não qualificada) para trabalhar nas instituições com respostas sociais na área de terceira idade, infância e deficiência.
- Ausência de uma caracterização do tecido empregador do concelho (dimensão, capacidade instalada,...).
- Ausência de um diagnóstico das necessidades de mão-de-obra das empresas locais e dos polos industrial mais próximos.

- Prevalência do trabalho temporário (precaridade no trabalho). **Solução proposta:** investimento em estratégias que permitam limitar o recurso a essa modalidade de contratação.
- Fraco investimento da capacitação dos empresários locais (concorre para o desfasamento entre as qualificações destes e as dos seus RH).
- Gestão familiar/não profissionalizada de algumas unidades no setor da hotelaria e restauração, o que demanda o investimento na profissionalização dos gestores dos negócios, de modo a evitar que se perpetuem condições de contratação e de trabalho pouco atrativas – necessidade de modernização da gestão e do funcionamento destas unidades.
- Ausência de uma avaliação das reais necessidades de mão-de-obra do mercado de emprego, presente e futuro, de modo a combater o desfasamento entre as expectativas e aspirações dos jovens e da população desempregada e as solicitações/exigência do mercado.
- Peso significativo da economia informal, o que gera situações de desproteção/vulnerabilidade dos trabalhadores.
- Fraca adesão às medidas ativas de emprego por parte do tecido empregador;
- Dificuldades em garantir a adesão dos empregadores às modalidades de contratação de população portadora de deficiência, apesar dos incentivos existentes.
- Pouca atratividade do setor da hotelaria e restauração para os RH qualificados na área.
- Salários baixos são entrave à fidelização e atratividade de RH, nomeadamente no terceiro setor, no setor da hotelaria e da restauração.

Sessão de Trabalho | Ação Social e Inclusão

PROBLEMÁTICAS TRANSVERSAIS

- Apoios públicos insuficientes para que as instituições possam promover a reabilitação e requalificação do edificado onde estão implantadas as suas respostas sociais, de modo a responder às exigências legais e às necessidades associadas à melhoria permanente da qualidade dos serviços prestados.
- Ausência de um plano de intervenção que estabeleça os procedimentos e as responsabilidades dos diferentes parceiros sociais para assegurar uma resposta ágil e efetiva às situações excecionais e emergentes de modo a assegurar o acesso aos cuidados de higiene, alimentação, alojamento, lavandaria, etc..
- Inexistência de uma base de dados estruturada e comum entre as equipas de modo a deter informação atualizada sobre as necessidades sentidas no domínio destas respostas, que trabalho está a ser feito, caracterização dos requerentes, registos da data e periodicidade dos pedidos, para se conceberem ou reformularem as respostas de intervenção.

PROBLEMÁTICAS ASSOCIADAS AOS CUIDADORES INFORMAIS

- Sinalização dos cuidadores informais insuficiente e pouco estruturada, o que dificulta a conceção e implementação de estratégias de identificação e de apoio aos problemas com que estes se defrontam (desgaste físico e emocional, ...).
- Resistência dos cuidadores informais a aderirem às respostas promovidas para o descanso do cuidador;
- Dificuldade em fazer chegar aos cuidadores informais do concelho a informação necessária por forma a ajudá-los a saber como cuidar.
- Critérios para beneficiar do apoio a descanso do cuidador desajustados e restritivos, pelo que exclui do acesso ao mesmo um número elevado de cuidadores informais.
- As IPSS do concelho dispõem de vagas específicas para acolher idosos para permitir o descanso cuidador.
- Inexistência de uma resposta social que permita aos cuidadores informais socorrem-se da mesma para poderem dispor de tempo para, por exemplo, poderem fazer férias, tratar dos seus assuntos, ...

EQUIPAMENTOS SOCIAIS

- Fragilidades ao nível do edificado dos equipamentos sociais e recursos financeiros escassos para superar as mesmas.

- Comunicação e articulação entre as IPSS com respostas sociais para a população idosa carece de melhorias, de modo a assegurar a partilha de informação relativa à integração de utentes e, consequentemente, garantir uma gestão adequada e a atualização das listas de espera. **Solução proposta:** Criação de uma plataforma comunicacional que permita a partilha, em condições de segurança e salvaguardando a confidencialidade, entre as instituições dessa informação.
- Frágil cultura de promoção de momentos e instrumentos de avaliação dos programas e respostas sociais existentes no concelho, com vista à definição de estratégias que permitam dirimir ou atenuar os pontos fracos identificados e, consequentemente, potenciar os impactos e resultados sociais desejados.

INFÂNCIA

- Resposta tardia por parte das entidades e instituições no âmbito da intervenção precoce.
- Incapacidade de resposta por parte da Equipa de Intervenção Local (ELI) para acompanhar as situações referenciadas, o que faz com que a resposta possível seja deficitária.
- Insuficiente articulação entre a ELI e as equipas da saúde e outros técnicos do concelho.
- A intervenção efetuada dá maior atenção à família, negligenciando a criança.
- Apoios públicos insuficientes para as famílias, nomeadamente apoios financeiros para aceder às terapêuticas para as crianças;
- Desconhecimento no número real de crianças do concelho acompanhadas e das crianças em lista de espera;
- Perda de qualidade dos serviços prestados pela ELI a partir do momento em que esta resposta deixou de ter uma lógica de intervenção local e passou a assumir uma dimensão distrital.
- Falta de formação dos técnicos com responsabilidades ao nível da intervenção social no concelho, de modo a que os mesmos estejam aptos para conhecer e efetuar a sinalização atempada de crianças para a ELI.
- Exposição excessiva ao uso de tecnologias, nomeadamente, sem a supervisão de adultos.

IDOSOS

- Ausência de uma resposta social para acolher população idosa durante o período noturno (Centro de Noite), de modo a garantir a permanência da mesma no seu meio natural de vida, favorecendo a autonomia.
- Inexistência de um estudo atual que permita dispor de informação sobre a caracterização e georreferenciação dos idosos em situação de isolamento social.
- Inexistência da resposta de famílias de acolhimento protocoladas para pessoas idosas com a Segurança Social no concelho de Caminha.

- Ausência de uma estratégia municipal para o envelhecimento ativo, saudável e inclusivo do Concelho de Caminha que agregue os programas e as ações dos vários parceiros sociais neste domínio, concorrendo para a sedimentação de um trabalho em rede.
- Insuficiente número de vagas ao nível das Estruturas Residenciais para Idosos, face às necessidades.
- Número de vagas de reserva existente insuficiente.
- Gestão da colocação dos idosos em vagas de reserva desajustada, na medida em que não tem em conta, como critério prioritário, a origem geográfica do idoso no momento da integração.
- Inexistência de apoio social ao nível do transporte e do acompanhamento a idosos não institucionalizados, sem retaguarda de proximidade e com baixos recursos financeiros, no acesso a consultas e cuidados médicos.
- A comparticipação via acordos de cooperação com o ISS, IP, está desfasada face ao custo-idoso da integração e permanência em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).
- Desajustamento entre algumas respostas sociais para a população idosa e o seu perfil atual e futuro.
- Precariedade económica de uma franja importante da população idosa em virtude dos baixos valores das pensões.

PROBLEMÁTICAS ASSOCIADAS À CANTINA SOCIAL

- Incapacidade desta resposta para acorrer às necessidades existentes no concelho, dado o número reduzido das vagas acordadas com ISS, IP e a tendência para o decréscimo das vagas disponibilizadas nos últimos anos.
- Permanência de beneficiários por períodos de tempo longos nesta resposta social atendendo à natureza transitória que a caracteriza.
- A centralização desta resposta social nas vilas de Caminha e de Vila Praia de Âncora é um constrangimento ao acesso à mesma por parte dos munícipes residentes noutras freguesias (nestas a cobertura é praticamente inexistente).

DEFICIÊNCIA, INCAPACIDADE E PERTURBAÇÕES NEUROLÓGICAS

- Dificuldades na referenciação de utentes com deficiências e/ou incapacidade.
- Número significativo de cidadãos com deficiência a residir no concelho e que não dispõem no território de uma resposta especializada e adequada.
- Ausência no concelho de respostas sociais para a população com deficiência e incapacidade.
- Deficit ao nível da capacitação dos técnicos das várias instituições com responsabilidades ao nível da intervenção social para fazerem uma abordagem/acolhimento aos cidadãos/pessoas com deficiência (por exemplo, pessoas cegas e com baixa visão) e o seu adequado encaminhamento.

- Desfasamento entre as demandas de apoio e a capacidade de resposta das entidades com intervenção ao nível da deficiência (por exemplo, área de intervenção distrital das instituições que não é acompanhada pela constituição de equipas com um número de técnicos adequado).
- Prevalência de barreiras arquitetónicas nos espaços e edifícios públicos, o que obstaculiza o exercício da autonomia e da cidadania plena por parte dos cidadãos com deficiência.
- Existência de barreiras sociais e a persistência de preconceitos e atitudes que reforçam a desigualdade no acesso às oportunidades de emprego, formação, cultura, informação, desporto, por parte dos cidadãos com deficiência e/ou incapacidade.
- Fraca divulgação dos procedimentos e requisitos de acesso aos produtos de apoio.
- Inexistência de equipamentos que proporcionem respostas especializadas e adequadas à população com problemas de saúde mental, por exemplo, demência, o que se traduz na inversão da missão das Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) que acabam por ter que funcionar, cumulativamente, como “unidades de saúde mental”.
- Ausência de uma caracterização dos cidadãos residentes no concelho de Caminha com deficiência, incapacidade, dependência e demência, o que é um constrangimento à definição de medidas de apoio e de estratégias de intervenção.
- Inexistência de programas de promoção da saúde mental.
- Desvalorização da saúde mental e existência de estigmas face às doenças do foro mental, que funcionam como um constrangimento ao pedido de apoio especializado e ao acesso ao mesmo.

Sessão de Trabalho | Habitação e Mobilidade

HABITAÇÃO

- Falta de oferta de habitação e preços praticados no mercado de arrendamento livre elevados e desajustados do rendimento disponível das famílias.
- Número não negligenciável de pessoas e/ou famílias a residir em habitações com frágeis condições de habitabilidade.
- Oferta reduzida de habitação social.
- Inexistência de um mercado de arrendamento a custos acessíveis.
- Exigências excessivas dos senhorios na hora de celebrar contratos de arrendamento (por exemplo, exigência do pagamento de 2 ou 3 meses de caução).
- Existência de problemas de sobrelotação.
- Ausência de respostas de Alojamento Urgente e Temporário.
- Existência de um mercado de arrendamento informal.
- Oferta habitacional deficitária (existência de habitações devolutas, crescente proliferação do alojamento local).
- Inexistência de uma resposta de alojamento que assegure a integração das pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica e habitacional durante o período em que decorrem as intervenções (por exemplo, para realização de obras de recuperação do edificado).
- Excesso de burocracia e morosidade nos processos de avaliação e de tomada de decisão relativamente a medidas de apoio para resposta a diferentes necessidades da população, particularmente em relação à habitação.
- Elevado número de fogos destinados a segunda habitação e ao alojamento local.

MOBILIDADE

- Rede de transportes públicos insuficiente.
- Difícil acesso a transportes principalmente para as populações residentes nas freguesias interiores.

Sessão de Trabalho | Saúde e Segurança

PROBLEMÁTICAS TRANSVERSAIS

- Rede de transportes deficitária, o que funciona como um constrangimento ao acesso aos cuidados de saúde, aos serviços/terapêuticas, ..., nomeadamente para a população idosa e para aqueles que residem em freguesias mais distantes das duas vilas do concelho.
- Acesso à habitação: carência de resposta social ao nível da habitação que funcione como alavanca para o processo de autonomização das vítimas de violência doméstica (por exemplo, apartamentos de autonomização).
- Falta de investimento na divulgação das respostas sociais, projetos e programas existentes no concelho.

SAÚDE

- Existência de munícipes que, em resultado da vulnerabilidade socioeconómica que vivenciam, têm dificuldade ou ficam impedidas de aceder a determinados cuidados de saúde e tratamentos especializados, nomeadamente àqueles para os quais o Serviço Nacional de saúde não dá resposta em tempo adequado (por exemplo, ao nível das especialidade de oftalmologia, estomatologia, psiquiatria, neurologia, dermatologia...), agravado pelo facto de a falta de recursos as impede de recorrer ao setor privado. **Solução Possível:** celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município e os Clínicos na área, para que os mesmos disponibilizem vagas sociais para atendimento/acompanhamento.
- Insuficiente prevenção de doenças com uma taxa de incidência significativa no concelho: doença obstrutiva pulmonar, diabetes, depressão, doenças vasculares e tumores malignos, o que importa contrariar já que é necessário reduzir a mortalidade associada a estas doenças.
- Necessidade de criar uma equipa de hospitalização no domicílio, por forma a potenciar o processo de recuperação e atenuar a sobrecarga das estruturas e de outras respostas existentes.
- A Equipa de Cuidados Paliativos tem um âmbito de intervenção geográfico distrital, pelo que a capacidade instalada é insuficiente, o que leva à fragilização da família e do doente. Os técnicos, dadas as solicitações, só têm tempo para a prestação de cuidados aos utentes, ficando a descoberto a dimensão da atenção aos cuidadores e suas fragilidades.
- Estigma que pende sobre a saúde mental, o que leva a que haja um desconhecimento/desvalorização dos sintomas e, consequentemente dificulta o diagnóstico e tratamento. **Solução Possível:** Trabalhar no desenvolvimento de ações ao nível da “saúde psicológica” junto da população, à semelhança do que tem vindo a ser feito pela Ordem dos Psicólogos.

- Respostas insuficientes ao nível da prevenção primária no que se refere à saúde mental. **Solução Possível:** mobilizar a ação dos vários agentes para promover o desenvolvimento de programas de prevenção junto da população, reforçando o trabalho desenvolvido junto das crianças e dos jovens, através, por exemplo, de ações desenvolvidas em contexto escolar, no âmbito do projeto de educação para a saúde, para promover o desenvolvimento/consolidação de competências que lhes permitam gerir positivamente as emoções, os sentimentos, assim como trabalhar questões referentes à identidade, pertença, comunicação, ...
- Insuficiência de serviços públicos e de técnicos/as de saúde mental no concelho e no distrito, o que compromete a resposta às necessidades ao nível do tratamento de problemas de saúde mental e prejudica a sua qualidade de vida e bem-estar.
- Existência de munícipes idosos com problemas/necessidades na área da saúde mental com dificuldade em aceder às consultas de psiquiatria e neurologia, pelo que é preciso sensibilizar os clínicos para a necessidade de investir no apoio à promoção do bem-estar mental desta população.
- Recursos manifestamente insuficientes ao nível das respostas terapêuticas em alguns domínios, tais como terapia da fala, terapia ocupacional, entre outras.
- Ausência de intervenções que assegurem a preparação dos munícipes em idade da reforma para as alterações que a dinâmica diária vai sofrer, para a definição de novos objetivos de vida e rotinas, evitando situações de inatividade, depressão, introdução/retoma/intensificação do consumo de substâncias, contribuindo para potenciar o bem-estar social, físico e mental.
- Existência de munícipes com hábitos alimentares desadequados (assiste-se, por exemplo, ao crescimento do consumo excessivo do açúcar), decorrentes de um conjunto de fatores (falta de informação e de literacia em saúde, permeabilidade à publicidade agressiva que apela ao consumo de alimentos menos saudáveis, falta de recursos financeiros para aceder a uma alimentação variada, equilibrada e adequada a cada fase do ciclo de vida - existência de uma grande oferta de produtos alimentares menos saudáveis a preços mais acessíveis). A relevância desta questão torna-se visível no número significativo de pessoas com doenças crónicas relacionadas com a prática de uma má alimentação, nomeadamente a diabetes, a obesidade, etc. Deste modo, é necessário intensificar/reforçar o trabalho junto das famílias para a educação alimentar/alimentação saudável e, assim, concorrer para a prevenção destas doenças e para melhorar a qualidade de vida daqueles que já estão doentes.
- Reavaliar o funcionamento das cantinas sociais, na medida em que estas poderão ser uma resposta para garantir o acesso a uma alimentação adequada à população idosa em situação de carência financeira, nomeadamente no contexto atual marcado pelo aumento significativo do preço dos bens alimentares. Isto pode exigir a criação de respostas complementares para fazer a ponte/entrega entre as respostas sociais e os destinatários.
- Acesso dificultado aos produtos de apoio em tempo útil, em resultado da burocracia e morosidade do processo de atribuição.

- Adoção de comportamentos de risco por parte de jovens e de adolescentes do concelho em matérias como a vivência da sexualidade, as práticas sexuais, etc.

COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

- Tal como consta do Perfil de Saúde do Alto Minho, no concelho de Caminha, o consumo de álcool e tabaco assume níveis não negligenciáveis junto da população residente.
 - Tendência crescente do consumo de substâncias ilícitas (por exemplo, o consumo de canábis vai para além da experimentação - consumo recente e com frequências mais intensivas).
 - Aumento dos comportamentos aditivos sem substância (dependência dos jogos e apostas, da internet, ...).
 - Recursos humanos insuficientes nas equipas que trabalham a dimensão da motivação para o tratamento referente aos comportamentos aditivos.
 - O Centro de Respostas Integradas (CRI) tem um âmbito geográfico de intervenção de nível distrital (10 concelhos), sendo que está estabelecido na sede do distrito, tendo ainda uma consulta descentralizada de âmbito psicoterapêutico na área do tratamento em Valença, conseguindo assegurar apenas de forma pontual respostas na área da prevenção às populações, o que se revela necessário.
 - Número insuficiente de técnicos no CRI para dar resposta a todas as solicitações em tempo útil e de forma permanente (não pontual) e em regime de proximidade.
 - Acesso facilitado dos jovens menores a álcool e a substâncias ilícitas, pelo que é importante trabalhar os agentes que vendem/disponibilizam essas substâncias e também reforçar o policiamento (escola segura, por exemplo) e intensificar as medidas punitivas para quem vende indevidamente as substâncias (tabaco, álcool e outras substâncias).
 - Inexistência no concelho de uma resposta de proximidade aos jovens para prevenir/dissuadir dos consumos de substâncias, por exemplo, intervenções em contexto recreativo e em contextos onde se prevê que é proporcionado o acesso ao tabaco, álcool e outras drogas,...
- Solução proposta:** Reforçar a articulação entre as entidades que trabalham ao nível da prevenção e as Escolas, desenvolvendo ações de capacitação de técnicos do concelho e professores para que estes repliquem a intervenção nas escolas, garantindo assim uma intervenção estruturada e prolongada no tempo.

SEGURANÇA

- Necessidade de intervir ao nível dos fatores potenciadores das situações de violência doméstica e outros tipos de violência (*Bullying*,...) e de negligência, como por exemplo, o isolamento social, o consumo de substâncias psicoativas, exposição permanente e prolongada a situações de stress.

- Insuficiente capacidade de resposta instalada ao nível do distrito, no que concerne ao acompanhamento psicoterapêutico a agressores/as face às solicitações/volume processual (apenas existe uma técnica afeta a 50% a esta resposta), o que exige o reforço da equipa e demais recursos.
- Elevada extensão do território de intervenção do CAVVD (8 dos 10 concelhos do Alto Minho, com exceção de Viana do Castelo e Ponte de Lima) e sua dispersão conjugadas com a insuficiente rede de transportes públicos e as fragilidades ao nível das acessibilidades condicionam o trabalho da equipa e obrigam a uma gestão apertada dos recursos disponíveis, incluindo o recurso tempo.
- A complexidade e as especificidades da problemática e das situações de violência doméstica exigem que seja repensada a lógica de implementação das políticas nesta matéria, assim como o funcionamento das respostas existentes, criando mecanismos de financiamento das equipas multidisciplinares não sustentados em projetos com duração limitada, mas sim condições para que as equipas sejam estáveis e que não estejam na dependência do surgimento de candidaturas para obter financiamento.
- O financiamento deve favorecer a constituição de equipas com técnicos em número e com formação/especialização em áreas adequadas, aumentando a capacidade de intervenção instalada e a proteção dos técnicos face aos fatores riscos (elevado desgaste físico e emocional) de *burnout*.
- Crescente número de sinalizações de VVD ao longo dos últimos anos, o que exige o reforço da capacidade de intervenção ao nível da prevenção e do combate da violência doméstica.
- Constatação por parte da equipa do CAVVD da necessidade de garantir que as VVD disponham de um acompanhamento próximo, contínuo e prolongado no tempo, o que exige a mobilização de mais recursos financeiros, logísticos e humanos, por forma a responder às solicitações/necessidades de acompanhamento das VVD e dos agressores.
- Reforçar as estratégias e os mecanismos de articulação entre as várias entidades e serviços, tais como definir e potenciar os canais de comunicação e de sinalização das situações de violência doméstica junto do CAVVD, assim como uniformizar os circuitos de comunicação. Para potenciar o trabalho de sinalização e de acompanhamento das VVD é necessário garantir a articulação entre a equipa do CAVVD, as equipas de saúde (por exemplo, Equipa de Prevenção da Violência no Adulto (EPVA)), os Órgãos de Polícia Criminal (OPC), a CPCJ, o Agrupamento de Escolas do concelho de Caminha e as escolas e demais estabelecimento da rede privada e cooperativa.
- Reforçar a capacitação dos técnicos dos diferentes serviços do concelho de Caminha, ao nível dos processos, metodologias e procedimentos de triagem, sinalização e denúncia de situações de violência doméstica, por forma a possibilitar uma intervenção cada vez mais precoce e ajustada.
- O apoio às VVD vê-se dificultado por um conjunto de fatores, podendo aqui destacar-se: a necessidade de disponibilizar, no imediato às vítimas e filhos/as menores, a alimentação, os recursos económicos necessários à aquisição de medicação, de produtos de higiene e custear deslocações. Estes constrangimentos poderiam ser ultrapassados se existisse a possibilidade de as equipas de intervenção disporem de uma verba/fundo de maneo destinado especificamente para este fim ou a criação de parcerias que, em tempo útil, permitissem dar resposta a estas necessidades essenciais.

- Inexistentes/escassez de recursos e de respostas ao nível da habitação para a autonomização da pessoa VVD, por exemplo, a oferta fogos para arrendamento, nomeadamente, a custos acessíveis, é quase inexistente, o apoio para 1.º mês de renda e caução não é no imediato, o que dificulta todo este processo de quebra do ciclo de violência e mudança de realidade.
- Existência de idosos em situação de isolamento social, o que os torna mais vulneráveis a ações que põem em causa a saúde e a segurança (burlas, roubo, violência, entre outras).

Sessão de Trabalho | Atividade Económica, Sustentabilidade e Ambiente

ATIVIDADE ECONÓMICA

- Recurso frequente por parte das entidades empregadoras à mão-de-obra sazonal e ao trabalho temporário (precaridade laboral).
- Dificuldades sentidas pelas IPSS na contratação de recursos humanos para as diferentes categorias profissionais.
- Fraca adesão dos corpos dirigentes das entidades empregadoras a ofertas formativas.
- Dificuldade em conseguir a adesão das empresas ao mercado digital e à transformação digital, enquanto estratégia para aumentar a competitividade das empresas no mercado.
- Dificuldade de conciliação entre vida pessoal e familiar e a vida profissional, o que se agrava no caso das famílias monoparentais e das famílias sem rede de suporte de proximidade (decorrente de diferentes fatores: desfasamento entre os horários de trabalho e os horários escolares, ausência de respostas que garantam o cuidado dos dependentes durante o período de trabalho noturno, desvalorização da vida familiar por parte das entidades empregadoras, inexistência de uma rede de transportes adequada, ...).
- Dificuldade de integração profissional por parte da população com deficiência e incapacidade (falta de sensibilidade das empresas para a contratação).
- Fraca atratividade do setor da hotelaria e restauração para a mão-de-obra disponível;
- Estrutura empresarial marcada pelo predomínio de micro e pequenas empresas.
- Ausência de uma cultura de partilha de serviços e recursos entre as instituições de forma a garantir a rentabilização/otimização dos mesmos e a sustentabilidade financeiras das instituições (cantinas/cozinhas, lavandaria, técnicos de nutrição, psicologia e transportes).

SUSTENTABILIDADE E AMBIENTE

- Insuficiente sensibilização para as questões ambientais por parte das empresas, sendo que as políticas e ações de defesa ambiental decorrem sobretudo da aplicação dos imperativos legais nesta matéria.
- Informação insuficiente da comunidade sobre como deve proceder no acondicionamento e deposição dos resíduos verdes resultantes da limpeza de jardins, o que leva à acumulação destes junto aos contentores ou em terrenos.
- Inexistência no concelho de um local/espço específico e devidamente preparado para o efeito, no qual se possa depositar os resíduos verdes e resíduos resultantes de pequenos trabalhos de construção civil em habitações, sem causar danos ao ambiente. Sugestão Proposta: Para garantir a manutenção do

espaço, as pessoas, mediante pagamento de uma taxa sobre o peso dos resíduos podem deixar os mesmos lá, sendo estes, posteriormente reencaminhados para o local de destino mais adequado.

Glossário

Agregado doméstico institucional: «Conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiárias de uma instituição e governadas por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas». (Fonte: <https://www.ine.pt/> - Acedido a 17/01/2024)

Agregado doméstico privado: «Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior». (Fonte: <https://www.ine.pt/> - Acedido a 17/01/2024)

Alojamento: «Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.» (Fonte: <https://www.ine.pt/> - Acedido a 16/03/2023)

Alojamento coletivo: «Local que, pela forma como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família e que no momento de referência está ocupado por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes. Como alojamento coletivo entende-se os hotéis, pensões e similares e as convivências.» (Fonte: <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1901?modal=1> - Acedido a 16/03/2023)

Alojamento familiar: «Local distinto e independente que pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins. Os alojamentos familiares podem ser de dois tipos: alojamento familiar clássico e alojamento familiar não clássico.» (Fonte: https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0001044 – Acedido a 16/03/2023)

Alojamento sobrelotado: «Alojamento familiar clássico com défice de divisões em relação às pessoas que nele residem de acordo com o índice de lotação do alojamento.» (Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011752&contexto=bd&seTab=tab2 – Acedido a 16/03/2023)

Condições habitacionais indignas: as pessoas ou famílias que não dispõem de uma habitação adequada, residindo de forma permanente, nomeadamente, em **situações de:**

- a) **Precaridade**, considerando-se aqui aquelas situações de pessoas sem-abrigo, pessoas sem solução habitacional alternativa ao local que usam como residência permanente, quando têm de o desocupar por causa relacionada com a declaração de insolvência de elementos do agregado familiar, com situações de violência doméstica, com operações urbanísticas de promoção municipal ou com a não renovação de contrato de arrendamento nos casos de agregados constituído por um ou mais dependentes e um único adulto não dependente, agregados que integram pessoas com deficiência ou arrendatários com idade superior a 65 anos;
- b) **Insalubridade e insegurança**, casos em que a habitação não dispõe das condições básicas de salubridade, segurança estrutural, estanquidade e higiene ou não oferece as condições mínimas de habitabilidade;
- c) **Sobrelotação**, os casos em que o número de divisões da habitação é insuficiente face à constituição do agregado familiar;
- d) **Inadequação**, aquelas em que existe uma incompatibilidade entre as condições da habitação e as características específicas de pessoas que nela habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência. (Fonte: <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/decreto-lei/37-2018-115440317> - Acedido a 16/03/2023)

Divisão: «Espaço num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4 m² de área e 2 metros de altura, na sua maior parte. Podendo embora satisfazer as condições definidas, não são considerados como tal corredores, varandas, marquises, casas de banho, despensas, vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4 m².» (Fonte: <https://www.ine.pt/> - Acedido a 16/03/2023)

Edifício: «Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.» (Fonte: <https://www.ine.pt/> - Acedido a 16/03/2023)

Edifício de habitação em convivência: «Construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias que vão das fundações à cobertura, em que a maior parte da sua área útil está instalada uma ou mais convivências.» (Fonte: <https://smi.ine.pt/Pesquisa> - Acedido a 16/03/2023)

Período de referência: «Período de tempo a que a informação se refere e que pode ser um dia específico ou um intervalo de tempo (mês, ano fiscal, ano civil, entre outros).» (Fonte: https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0001044 – Acedido a 16/03/2023)

Pessoa em situação de sem-abrigo: cidadão que «(...)independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- Sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário;
 - Espaço público – espaços de utilização pública como jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamentos, passeios, viadutos, pontes ou outros;
 - Abrigo de emergência – qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita;
 - Local precário – local que, devido às condições em que se encontra permita uma utilização pública, tais como: carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados, casas abandonadas ou outro. ou
- Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito:
 - Alojamento temporário – equipamento que acolha pessoas que não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua inserção. Corresponde, por exemplo, à resposta social da nomenclatura da Segurança Social ou outras de natureza similar, designada por Centro de Alojamento Temporário: “resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.» (Fonte: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/resolucao-conselho-ministros/2017-838656796> - Acedido a 08/08/2024).

Residência principal/habitual: «Alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou maior parte dos seus haveres.» (Fonte: https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0001044 – Acedido a 16/03/2023)

Valor mediano das rendas - Mediana (valor que separa em duas partes iguais o conjunto ordenado das rendas por metro quadrado) das rendas de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€/m²). (Fonte: [file:///C:/Users/User/Downloads/27Rendas%20a%20nivel%20local 2024 1T.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/27Rendas%20a%20nivel%20local%202024%201T.pdf) – Acedido a 17/07/2024)

Variação populacional: «Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório». (Fonte: <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5751> - Acedido a 01/08/2024)